

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo
de categorização social**

Karina Falcone de Azevedo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Doutora em Lingüística.

Orientadores: Judith Hoffnagel

Luiz Antônio Marcuschi

Co-Orientador no Exterior: Teun A. van Dijk

Recife, fevereiro de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

(Des)legitimização: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social

Karina Falcone de Azevedo

Banca Examinadora:

Elizabeth Marcuschi

Isaltina de Azevedo Mello Gomes

Jan Edson Rodrigues Leite

Judith C. Hoffnagel (Orientadora)

Kazue Saito Monteiro de Barros

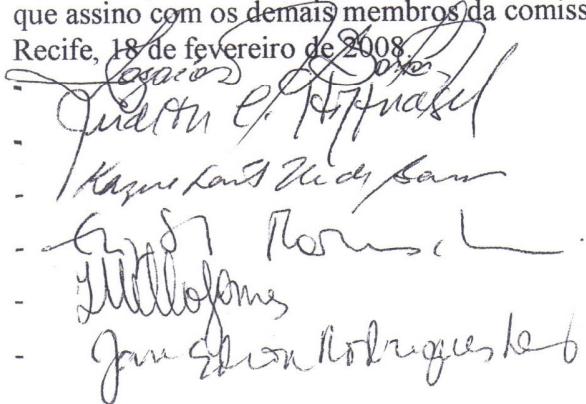
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Doutora em Lingüística.

Recife, fevereiro de 2008

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA PARA JULGAR A TESE
INTITULADA: “(DES)LEGITIMAÇÃO: AÇÕES DISCURSIVO-COGNITIVAS PARA
O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO SOCIAL”, DE AUTORIA DE: KARINA
FALCONE DE AZEVEDO, ALUNA DESTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS.

O julgamento ocorreu às 14h do dia 18 de dezembro de 2008, no Centro de Artes e Comunicação/UFPE, para julgar a Tese de Doutorado intitulada: *(Des)Legitimização: Ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*, de autoria de **Karina Falcone de Azevedo**, aluna deste Programa de Pós-Graduação em Letras. Presentes os membros da comissão examinadora: Prof^a. Dr^a. Judith Chambliss Hoffnagel (Orientadora), Prof^a. Dr^a. Elizabeth Marcuschi, Prof^a. Dr^a. Kazuê Saito Monteiro de Barros, Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues-Leite, Prof^a. Dr^a. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes. Sob a presidência da primeira, realizou-se a arguição da candidata. Cumpridas as disposições regulamentares, foram lidos os conceitos atribuídos à candidata: Prof^a. Dr^a. Judith Chambliss Hoffnagel: **Aprovada com Distinção**, Prof^a. Dr^a. Elizabeth Marcuschi: **Aprovada com Distinção**, Prof^a. Dr^a. Kazuê Saito Monteiro de Barros: **Aprovada com Distinção**, Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues-Leite: **Aprovada com Distinção**, Prof^a. Dr^a. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes: **Aprovada com Distinção**. Em seguida, a prof^a. Judith Chambliss Hoffnagel comunicou à candidata Karina Falcone de Azevedo, que sua defesa foi aprovada pela comissão examinadora. E, nada mais havendo a tratar eu, Jozaías Ferreira dos Santos, Auxiliar em Administração, encerrei a presente ata que assino com os demais membros da comissão examinadora.

Recife, 18 de fevereiro de 2008


- Judith Chambliss Hoffnagel
- Kazuê Saito Monteiro de Barros
- Elizabeth Marcuschi
- Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes
- Jan Edson Rodrigues-Leite

Em tempo. A banca votou por unanimidade
a tese para concorrer ao prêmio melhor Tese
2008.

Este trabalho é dedicado a Luiz Antônio Marcuschi. Entre o tanto que me ensina, me move uma lição: o desejo de conhecer. E para isso é preciso perceber o mundo para além de uma coisa, mas como uma integração de todas as coisas. Entender que a construção do conhecimento não tem limites. E daí o desejo da busca, a inquietação das perguntas. Com esse aprendizado, me movo no mundo, em grande parte, pela trilha do seu caminhar.

E, assim, posso dizer: vejo o mundo pelos ombros de um gigante.

AGRADECIMENTOS

A *Luiz Antônio Marcuschi*. Primeiro: por me ‘ver’. Por acreditar no que sou capaz, quando nem eu mesma, muitas vezes, acredito. E me fazer trilhar caminhos que nunca imaginei ir. Segundo: porque tudo é possível, porque ele existe.

A *Judith Hoffnagel*. Pela acolhida e pelas orientações mais que competentes. Pelo prumo que me fez tomar. Pelo companheirismo, pela amizade, pela confiança. Por trazer, também, o que faltava a este trabalho: o olhar de uma mulher.

A *Teun A. van Dijk*, com quem entrelacei discursos e fiz disso uma tese. Com quem compartilho idéias e sentimentos. Com quem divido inquietações e desejos de um mundo mais justo. Meu amigo, meu orientador, com quem compartilho, também, as mais belas canções. A *Fantasia* de Chico Buarque também é nossa.

A *Abuêndia Padilha* e a *Kazue Saito* pelas valorosas contribuições na qualificação, fazendo deste trabalho algo bem melhor.

Ao *Movimento dos Trabalhado Rurais Sem Terra (MST)*: seus ensinamentos, moto-contínuo da minha crença na justiça social.

Ao ex-deputado federal e advogado, *Luiz Eduardo Greenhalgh*, meu agradecimento pelas orientações jurídicas e minha admiração na sua luta junto ao MST.

A *Capes*, pelos auxílios concedidos para esta pesquisa no Brasil e no exterior, com a bolsa de doutorado sanduíche.

Ao *CNPq*, pela bolsa que financiou os últimos meses deste trabalho.

A *Angela Paiva Dionisio*. Minha professora, minha *partner*, minha coordenadora, minha amiga. Não importa a ‘vestimenta’, ela está sempre ao meu lado.

Aos meus pais, *Kleber e Magaly*. Pela sustentação material e espiritual em tudo o que faço. Aos meus irmãos, *Bruno e Alfredo*, presenças que não precisam ser cotidianas para estarem sempre em mim. Em especial, a *Alfredo*, que me guarda sem saber, a quem devo meu suporte técnico-emocional. E a minha avó, *Margarida*, pelo apoio e crença no meu trabalho.

Ao meu marido, *Eduardo de Albuquerque Melo*. O amor que impulsiona minha vida e carrega de leveza estas e outras páginas. Com ele, o prazer é o cotidiano. Meu companheiro, minha família.

A *Flávia Peres*. O meu lado, a minha sustentação. A minha criatividade e a minha crença. O meu elemento de integração entre o caos e a ordem. Um dos encantamentos que guia este trabalho.

A *Francisco Eduardo Vieira da Silva*, a quem entrego minhas dúvidas e angústias. E, com carinho e competência, me acolhe e me orienta.

A *Leonardo Mozdzenski*. Meu amigo, minha inspiração. Quem me ajuda a ser melhor.

As minhas queridas e poderosas: *Beth Marcuschi, Cristina Teixeira, Dóris de Arruda Cunha, Isaltina Melo, Márcia Mendonça e Kazue Saito*. Com as quais compartilho gargalhadas e angustias, sempre de forma deliciosa.

Aqui, em especial, a *Beth Marcuschi*. Aproximação recente, mas intensa: um ponto de equilíbrio.

Aos amigos/colegas de Pós-graduação. Porque é também da interação com eles que se constitui este trabalho e esta autora: *Adriana Rosa, Ana Regina Viera, Anny Querubina, Francisco Eduardo Vieira da Silva, Cláudio Rodrigues Costa, Herimatéia Pontes, Leonardo Mozdzenski, Normanda Bezerra e Roberta Ramos Marques*.

A cidade de *Barcelona*, pela acolhida e pela mudança de perspectiva. Por me ensinar a ver o mundo como um belo mosaico.

E sem os quais eu não seria possível: *Eduardo Albuquerque, Fabíola Mendonça, Fábio Lucas, Flávia Peres, Isabel Maia, Janaína Maia, João Melo, Leonardo Cavalcanti, Leonardo Mozdzenski, Márcia Costa, Philio Terzakis, Roberta Aureliano e Valéria Luna*.

Por fim, a *Sofia Mendonça Amaral*, com as boas-vindas.

“Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer...”
(Domício, do Assentamento Ireno Alves,
Paraná, Brasil)

RESUMO

Palavras-chave: (des)legitimização; discurso; sociocognição, jornalismo; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Este trabalho é movido por duas questões heurísticas: como concepções específicas assumem a condição de verdade? Por que os discursos de determinados atores/grupos sociais têm o poder de transformar ‘versões’ em ‘fatos’? Tais questões, em linhas gerais, definem a forma como entendemos o mundo e agimos nele (Marcuschi, 2007b). Assim como estão atreladas a um fenômeno pouco explorado nas investigações lingüísticas: o da (des)legitimização. Trata-se de uma construção coletiva, que envolve distintas práticas sociais, que tem no discurso uma das suas forças propulsoras (Habermas 1999 [1973]; Rojo e van Dijk, 1997). Buscamos, ainda, dar conta de um outro problema: grupos/atores sociais, em situação de exclusão social, sofrem as mais distintas formas de discriminação e de preconceito, sendo a exclusão discursiva uma das práticas mais sutis – por isso mais eficientes – no processo de deslegitimização desses grupos. Pelo seu poder simbólico, o domínio jornalístico opera fortemente nesse processo, daí a relevância da sua investigação. Grupos e atores sociais não são (des)legitimados *a priori*. A (des)legitimização é uma atribuição, um ato social de categorização, por isso não é estanque e sempre situada. É uma atividade que envolve operações mentais, em um intenso processo de negociação social. Esta investigação está focada no processo de construção de (des)legitimização de um movimento social que tem resistido à força dos grupos poderosos e conseguido mudar um dos conceitos caros à elite brasileira: o da propriedade. Trata-se do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como caso específico, investigamos a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), entre os anos de 1996 a 2006, sobre o massacre em Eldorado de Carajás, ocorrido em abril de 1996. Ao analisarmos as distintas orientações da cobertura, percebemos que o processo de categorização do ‘fato’ como algo (i)legítimo se dá por ações contínuas, que, se em determinados momentos históricos, sofreu um maior controle discursivo, por parte dos grupos do poder, em outros a pressão de vários movimentos e grupos sociais interfere e atua nesse processo, democratizando o espaço discursivo do jornal, abrindo espaço para outras versões e construindo modelos cognitivos diferenciados. Entretanto, o controle discursivo opera fortemente no processo de categorização do MST e a elite se utiliza do jornal para estabelecer seu discurso como um ‘fato jornalístico’, deslegitimando o movimento. Nesta pesquisa, analisamos a cobertura da FSP tomando seis macrocategorias de análise, denominadas ‘frames de cobertura’: 1) A Circulação das Versões; 2) A Mobilização da Sociedade; 3) A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites judiciais; 4) A Criminalização do MST; 5) A Partidarização do MST e 6) O Reframing: a não-ocorrência. Assim, investigamos o texto jornalístico a partir das distintas estratégias de construção de sentido, dos modelos contextuais variados e das ações situadas dos elementos lingüístico-discursivos.

RESUMEN

Palabras-clave: (des)legitimación; discurso; socio-cognición, periodismo; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Este trabajo es movido por dos cuestiones heurísticas: ¿Cómo concepciones específicas asumen la condición de verdad? ¿Por qué los discursos de determinados actores/grupos sociales tiene el poder de transformar ‘versiones’ en ‘hechos’? Tales cuestiones, en líneas generales, definen la forma como entendemos el mundo y actuamos en él (Marcuschi, 2007b). Así como están enganchadas a un fenómeno poco explotado en las investigaciones lingüísticas: el de la (des)legitimación. Se trata de una construcción colectiva, que involucra distintas prácticas sociales, que tiene en el discurso una de sus fuerzas propulsoras (Habermas 1999 [1973]; Rojo y van Dijk, 1997). Buscamos, aún, darse cuenta de un otro problema: grupos/actores sociales, en situación de exclusión social, sufren las más distintas formas de discriminación y de prejuicio, siendo la exclusión discursiva una de las prácticas más sutiles— por eso más eficientes – en el proceso de deslegitimación de esos grupos. Por su poder simbólico, el dominio periodístico opera fuertemente en ese proceso, de ahí la relevancia de su investigación. Grupos y actores sociales no son (des)legitimados *a priori*. La (des)legitimación es una atribución, un acto social de categorización, por eso no es estanque y siempre ubicada. Es una actividad que involucra operaciones mentales, en un intenso proceso de negociación social. Esta investigación está enfocada en el proceso de construcción de (des)legitimación de un movimiento social que tiene resistido a la fuerza de los grupos poderosos y conseguido cambiar uno de los conceptos caros a la élite brasileña: lo de la propiedad. Se trata del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Como caso específico, investigamos la cobertura del periódico *Folha de S. Paulo* (FSP), entre los años de 1996 a 2006, sobre la masacre en Eldorado de Carajás, ocurrido en abril de 1996. Al analizarse las distintas orientaciones de la cobertura, nos damos cuenta que el proceso de categorización del ‘hecho’ como algo (i)legítimo se da por acciones continuas, que, si en determinados momentos históricos, ha sufrido un mayor control discursivo, por parte de los grupos del poder, en otros la presión de varios movimientos y grupos sociales interfiere y actúa en ese proceso, democratizando el espacio discursivo del periódico, abriendo espacio para otras versiones y construyendo modelos cognitivos diferenciados. Sin embargo, el control discursivo opera fuertemente en el proceso de categorización del MST y la élite se utiliza del periódico para establecer su discurso como un ‘hecho periodístico’, deslegitimando el movimiento. En esta investigación, analizamos la cobertura de la FSP tomando seis macro-categorías de análisis, denominadas ‘frames de cobertura’: 1) La Circulación de las Versiones; 2) La Movilización de la Sociedad; 3) La Legalización de una Versión: la cobertura de los trámites judiciales; 4) La Criminalización del MST; 5) La Partidarización del MST y 6) El Reframing: la no-ocurrencia. Así, investigamos el texto periodístico a partir de las distintas estrategias de construcción de sentido, de los modelos contextuales variados y de las acciones ubicadas de los elementos lingüístico-discursivos.

ABSTRACT

Key-words: *(des)legitimization; discourse; social cognition; journalism; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [Landless Rural Workers Movement].*

Two heuristic questions underlie this study: how specific conceptions assume the condition of truth? Why the discourses of certain actors/social groups have the power to transform “versions” into “facts”? Such questions, in general terms, define the way we understand the world and act in it (Marcuschi 2007b), and they are also linked to a little explored phenomenon in linguistic investigations: that of (des)legitimization. This is a collective construction that involves distinct social practices that have in discourse one of their principal forces (Habermas 1999 [1973]; Rojo e van Dijk 1997). We seek, as well to explain another problem: social groups/actors, in situations of social exclusion, suffer many distinct forms of discrimination and prejudice, with discursive exclusion being one of the more subtle practices—therefore more efficient—in the process of the deslegitimization of these groups. Through its symbolic power, the journalistic domain operates strongly in this process, and therefore makes its investigation relevant. Social groups and actors are not deslegitimatized *a priori*. The (des)legitimization is an attribution, a social act of categorization, and for this reason it is not static, but always situated. It is an activity that involves metal operations within an intensive process of social negotiation. The investigation focuses on the process of the construction of the (des)legitimization of a social movement that has resisted the force of powerful groups and managed to change one of the concepts dear to the Brazilian elite: that of property. The social movement in question is the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [Landless Rural Workers Movement]. As a specific case, we investigate the journalistic coverage in the newspaper Folha de S. Paulo (FSP), during the years of 1996 to 2006, of the massacre in Eldorado de Carajás that occurred in April of 1996. Through the analysis of the distinct perspectives taken by the newspaper coverage, we perceive that the process of categorization of the ‘fact’ as something (il)legitimate is made through continuous actions, that, if in certain historical moments, it suffered a greater discursive control by the groups in power, in other moments the pressure of various social movements and groups interfered and acted in this process, turning the discursive space of the newspaper more democratic, opening up space for other versions and constructing differentiated cognitive models. However, the discursive control operates strongly in the process of categorization of the MST and the elite make use of the newspaper to establish its discourse as a ‘journalistic fact’, deslegitimizing the movement. The study investigates the coverage of the Folha de S. Paulo using six macro-categories of analysis, called ‘coverage frames’: 1) The Circulation of the Versions; 2) The Mobilization of Society; 3) The Legalization of one Version: the coverage of the judicial processes; 4) The Criminalization of the MST; 5) The MST as a Political Party; 6) The Reframing: the non-occurrence. Thus, we investigate the journalistic text from the perspectives of the distinct strategies of meaning construction, the various contextual models and the situated actions of the linguistic-discursive elements.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
1.1 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PRECEITOS BÁSICOS DO MARCO TEÓRICO.....	12
1.2 17 DE ABRIL DE 1996: MASSACRE X LEGÍTIMA DEFESA	15
1.3 JORNALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: PODER E CONTRA-PODER NA LUTA PELA (DES)LEGITIMAÇÃO	16
2. A ANÁLISE COGNITIVA DO DISCURSO.....	20
2.1 O TRIDIMENSIONALISMO DE FAIRCLOUGH E A TRÍADE DE VAN DIJK: A MEDIAÇÃO DISCURSIVA E A COGNIÇÃO NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	22
2.2 A FORMAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO DE NORMAN FAIRCLOUGH: OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E A TEORIA CRÍTICA	26
2.2.1 <i>O Contexto e as Representações Sociais</i>	33
2.2.2 <i>As Noções de Língua e Ideologia da Teoria Marxista em Fairclough e o Estancamento da Mudança Social</i>	44
2.2.3 <i>O reframing como Proposta de Mudança Discursivo-cognitiva</i>	46
2.3 SOCIOCognição E DISCURSO.....	48
2.4 A PROPOSTA SOCIOCognitiva DE TEUN VAN DIJK	52
2.4.1 <i>Discurso ↔ Sociedade em Três Aspectos de Interface</i>	54
2.4.2 <i>Os Gêneros Textuais, sua Relevância na Interface e outras Críticas à AD Cognitiva</i>	61
2.5 DA SOCIOCognição AO DISCURSO (DES)LEGITIMADOR.....	68
3. (DES)LEGITIMAÇÃO: UMA PRÁTICA SOCIAL, DISCURSIVA E COGNITIVA	78
3.1 (DES)LEGITIMAÇÃO: LEITURAS SOCIAIS, AÇÕES DE CATEGORIZAÇÃO.....	78
3.2 A LEGITIMAÇÃO SEGUNDO HABERMAS	81
3.3 A LEGITIMAÇÃO E O DISCURSO	86
3.4 A LEGITIMAÇÃO E A TEORIA SOCIAL.....	89
3.5 A LEGITIMAÇÃO COMO UMA MACROCATEGORIZAÇÃO SOCIAL.....	93
3.5.1 <i>Categorização: uma atividade corporificada na mente e no discurso</i>	94
3.5.2 <i>Entre Protótipos e Estereótipos: a categorização de atores/grupos sociais como um continuum</i>	100
3.5.3 <i>A Análise do Continuum Protótipo – Estereótipo no Discurso Jornalístico</i>	105
4. A FABRICAÇÃO DA REALIDADE I: DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	111
4.1. O ESQUEMA DE ANÁLISE E SUAS CATEGORIAS.....	114
4.2 DESENVOLVENDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	116
5. A FABRICAÇÃO DA REALIDADE II : ENTRE ‘ATOS’ E ‘FATOS’, A (DES)LEGITIMAÇÃO DE ELDORADO DO CARAJÁS	136
5.1 A ANÁLISE DOS FRAMES	136
Frame I – <i>A Circulação das Versões</i>	136
Frame II – <i>A Mobilização da Sociedade</i>	149
Frame III – <i>A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos</i>	172
Frame IV – <i>A Criminalização do MST</i>	192
Frame V – <i>A Partidarização do MST</i>	206
Frame VI - <i>o reframing: a não-ocorrência</i>	219
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
6.1 A REALIDADE FABRICADA: ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A (DES)LEGITIMAÇÃO DE ELDORADO DE CARAJÁS	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231
ANEXO I.....	239
ANEXO II	277

1. Considerações Iniciais

Começamos a apresentar este trabalho – o fenômeno investigado, objetivos, problemas de pesquisa, hipóteses e proposta teórica – partindo da análise do texto abaixo:

Exemplo 1:

MST quer manter 'guerra permanente', diz governo (FSP, 30/12/1996)

1 Relatório interno do governo diz que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) definiu que vai "manter uma verdadeira guerra permanente" contra o Executivo.
2 Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso consideram o MST o principal
3 foco de "tensão social" do atual governo.
4 Chegam a avaliar que os líderes do movimento podem perder o controle sobre a
5 organização, com consequências imprevisíveis.
6 Essa avaliação fez com que o Palácio do Planalto determinasse um acompanhamento
7 sistemático das ações do grupo, principalmente depois do incidente de Eldorado do
8 Carajás (PA). Na época abril de 96, 19 sem-terra morreram durante conflito com a
9 Polícia Militar. O governo avaliou que foi pego de surpresa por esse e outros episódios
10 envolvendo sem-terra.

Essa foi a última notícia publicada no jornal Folha de S. Paulo em 1996, ano em que pelo menos 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados em Eldorado dos Carajás, município do Pará. Dos vários aspectos que podem ser analisados nesse texto, ressaltamos por agora um: como o jornal categoriza o que ocorreu em Eldorado dos Carajás, em 17 de Abril de 1996. A seleção lexical é um elemento relevante para investigar essa questão. Observemos nas linhas 9: “*incidente* de Eldorado dos Carajás”; 10: “durante *conflito* com a Polícia Militar”; 11 e 12: “outros *episódios* envolvendo sem-terra”. Os itens lexicais *incidente*, *conflito* e *episódios* operam como neutralizadores de agência, ou ainda ‘naturalizadores’: o que aconteceu em Eldorado dos Carajás não é situado como resultante de um contexto político-social específico, mas como uma casualidade. E mais: tampouco existem agentes responsáveis, já que *incidentes* e *episódios* são aleatórios, ou não podem ser controlados pela ação humana. Se pessoas morreram em um *conflito*, os responsáveis por essas mortes não podem ser identificados e, consequentemente, não há culpados. Como

observamos nas linhas 10, 11 e 12: são construções sintáticas que neutralizam a ação, pois não há um ator causal, alguém que tenha cometido as mortes.

Também é interessante perceber qual ‘modelo de contexto¹’ encapsula a referência a Eldorado dos Carajás. O ‘tópico discursivo’², desenvolvido principalmente a partir do título e do *lead* (primeiro parágrafo) da notícia, trata de um relatório em que o então Governo Federal criminaliza as supostas ações do MST. As análises do ‘acesso discursivo’ e da ‘representação’ dos sem-terra nessa notícia podem esclarecer melhor tal aspecto. Apesar de todo o texto ser sustentado pelo discurso do Governo, já que nenhum integrante do MST foi entrevistado, observamos um ‘efeito de interdiscursividade’ entre o Governo e o MST. Isso se dá a partir de uma estratégia de atribuição discursiva. Ou seja: um relatório elaborado pelo governo *diz* como serão as ações do MST; assessores do então presidente *consideram* o movimento como um ‘problema social’ e *avaliam* catastroficamente o futuro dos sem-terra. Primeiramente, pela seleção dos verbos, observamos a legitimidade dada pelo jornal ao relatório. A partir desse aspecto, podemos identificar o que estamos chamando de atribuição discursiva: o governo *fala* pelos sem-terra e tem legitimidade para isso. O discurso do governo sobre o MST passa a ser tomado como o próprio discurso do movimento (“o MST definiu que vai ‘manter uma verdadeira guerra permanente’ contra o Executivo”). No trecho “manter uma verdadeira guerra permanente”, o uso das aspas não é suficiente para clarificar que se trata de como o governo está categorizando as ações do MST e não como o próprio MST definiria seu planejamento político. As aspas funcionam apenas como uma marca do discurso reportado, mas não ressaltam tal aspecto cognitivo. Outros elementos reforçam o processo de atribuição discursiva, como, por exemplo, a metáfora “guerra permanente”, precedida do adjetivo “verdadeira”. Também é relevante pensar no próprio uso da metáfora ‘guerra’ e ao que ela está associada: violência, conflito, transtornos.

Do discurso do jornal aos atuais problemas políticos e jurídicos do MST: *i)* não há condenados pelas mortes em Eldorado dos Carajás e o massacre está legalizado; *ii)* os

¹ O conceito de modelo de contexto é discutido mais sistematicamente no capítulo 2, assim como ao longo de todo o trabalho, mas por enquanto o definimos resumidamente: são representações subjetivas de situações comunicativas e está armazenado na nossa memória episódica (van Dijk, 2000b).

² Tópicos discursivos são entendidos como uma macro-ação discursivo-cognitiva, que organiza os aspectos centrais tratados em um texto (van Dijk, 2003). Esta e as demais categorias de análise estão desenvolvidas no quarto capítulo.

integrantes do movimento apontam a mídia como uma das instituições que mais atuam no processo de criminalização do movimento, devido a uma cobertura estereotipada e antidemocrática. Não se trata aqui de estabelecer uma ‘relação direta’ entre o discurso da mídia e a situação do MST, pois há uma complexidade de práticas sociais – que não só as discursivas – e aspectos históricos que atuam nesse processo. Buscamos investigar, a partir dos textos jornalísticos, a ‘relação constitutiva’ entre uma prática discursiva específica e uma prática social. Se há o preconceito e a marginalização do MST, isso *não* pode ser aceito como ‘a verdade’ sobre o movimento, uma atribuição natural. Mas sim como ‘uma verdade’ construída por grupos e atores sociais específicos, agindo discursivamente.

Assim, chegamos ao aspecto central deste trabalho: discursos constituem sociedades e têm força para (des)legitimar atores, ações e grupos sociais. Tal afirmação tem como base os trabalhos desenvolvidos na Análise Crítica do Discurso (ACD), norte teórico desta pesquisa. Seguindo essa perspectiva, propomos analisar a ação discursiva do jornalismo no processo de (des)legitimização do massacre de Eldorado dos Carajás.

A nossa proposta é desenvolver o estudo da (des)legitimização a partir de duas perspectivas: *i*) de forma mais ampla, entendemos que se trata de um fenômeno resultante de distintas práticas sociais, por isso precisa ser investigado multidisciplinarmente; *ii*) e, especificamente, como uma prática discursiva que age na elaboração cognitivo-discursiva de categorização de atores/grupos sociais. Distinguir tais aspectos requer uma análise mais complexa dos processos de construção da (des)legitimização e possibilita investigar o fenômeno a partir dos seus distintos aspectos constitutivos: social, cognitivo, político e discursivo.

Isso porque, ao situar a (des)legitimização como um fenômeno atrelado à prática social, entendemos que ele extrapola os limites de um domínio específico e resulta das amplas relações que se estabelecem em uma sociedade. Assim, podemos compreender a constituição da (des)legitimização não apenas como algo relacionado às instituições de poder, ou a amplas disputas ideológicas, mas também como um fenômeno que se cria a partir de práticas cotidianas, quando, por exemplo, aceitamos, silenciosamente, o racismo e o preconceito. E, ao propor um estudo discursivo para a legitimização, buscamos

investigar sistematicamente a ação dessa prática na complexa rede social que envolve tal processo.

Alguns trabalhos já vêm sendo desenvolvidos nas Ciências Sociais e na Filosofia, a partir de uma concepção de legitimação como ‘ações comunicativas objetivando o acordo’ (Habermas, 1999 [1973]), mas são poucos os que se detêm ao aspecto especificamente discursivo (Rojo e van Dijk, 1997; van Leeuwen, 2007). Por isso, o objetivo desta pesquisa é investigar a (des)legitimação tanto sob a perspectiva social e cognitiva, quanto lingüística-discursiva, a partir da construção de um quadro teórico multidisciplinar que dê conta desses aspectos. Assim, partindo das considerações de Habermas (1999 [1973]) e Rojo & van Dijk (1997), defendemos que a legitimação não é apenas um ato ilocucionário, definido nos termos e condições convencionalmente apropriados (eleições, decretos, leis etc.), mas resultante de teias de relações sociais, tendo os gêneros discursivos como uma importante força propulsora. Isso quer dizer tomar os processos de (des)legitimação como resultantes de práticas sociais, que envolvem não apenas ações discursivas, mas macro-ações sociocognitivas constituídas (e constituindo) contextos históricos.

Resumidamente, assumimos a seguinte perspectiva para (des)legitimação: uma ação social de aceitabilidade atribuída a atores e grupos sociais (domínios) e promovida discursivamente através de tipos relativamente estáveis de enunciados (gêneros). Tal ação se estabelece, principalmente, por discursos de grupos ligados às instituições de poder (controle discursivo); e é consolidada socialmente a partir de processos de categorização que resultam na construção de modelos cognitivos dominantes (estereótipos/protótipos).

Noções teóricas bastante complexas já foram introduzidas, neste capítulo, mas apenas com o objetivo de situá-las no quadro desta investigação³. Esses conceitos, entretanto, estão aprofundados ao longo do trabalho de forma mais sistemática. Por enquanto, é preciso definir pontualmente algumas noções fundamentais que dão sustentação a este estudo: uma concepção de *sujeito crítico/cognitivo, ativo e reflexivo*

³ É importante esclarecer duas questões sobre este trabalho: *i*) não adotamos um capítulo específico para a fundamentação teórica, sendo a teoria desenvolvida a partir das especificidades da investigação; *ii*) optamos por uma apresentação não restritamente cronológica deste trabalho, mas norteada pela discussão de seus conceitos fundadores.

(Giddens, 2003; Billig, 1991); uma noção sócio-interacionista de *língua*, situando-a como uma atividade resultante de relações sociais e instaurada pelos interlocutores mediante os recursos lingüísticos para a construção das versões públicas do mundo (Marcuschi, 2005a); decorrendo, daí, um conceito de *discurso* como uma forma de ação social (Fairclough, 2001), irremediavelmente atrelado à prática social e ao *contexto*, sendo este entendido como modelos mentais, em contínua atualização entre os nossos constructos sociocognitivos e o texto (van Dijk, 2006a). A *cognição* é a propriedade base para a constituição de todos esses elementos, pois organiza a nossa capacidade de conhecer e de dar a conhecer, sendo que essa capacidade, ainda que individual, é socialmente compartilhada, por isso *sociocognitiva*. Esses pressupostos nos habilitam a situar a *(des)legitimização* como um fenômeno que emerge nas práticas públicas, constituída no âmbito social, resultante da ação de sujeitos reflexivos. Se estabelecer a *(des)legitimização* é uma ação humana (individual e coletiva), esta ação resulta de operações de natureza sociocognitivas; portanto o *processo de categorização* é um dos aspectos centrais para esta pesquisa (ver capítulo 3).

A justificativa para este trabalho é a possibilidade de investigar, a partir de práticas discursivas, como autoridade e legitimidade são criadas, reforçadas e questionadas no próprio discurso; como também elas são negociadas e disputadas socialmente. Sendo a *(des)legitimização* uma das mais importantes forças de sustentação da hegemonia liberal, é urgente a necessidade de discutir as suas complexas formas de estabelecimento. A escolha pela análise do *discurso (des)legitimador* da imprensa em relação ao caso de Eldorado dos Carajás se deve à sua relevância social. O massacre mobilizou vários setores da sociedade, no Brasil e no exterior, e, mesmo após uma década, continua tendo cobertura nos jornais e vários desdobramentos jurídicos.

As reflexões aqui apresentadas nos levam a considerar alguns problemas de pesquisa. Tomamos como central para este trabalho a seguinte questão: *quais as ações lingüístico-cognitivas envolvidas no processo de elaboração do discurso (des)legitimador? Como essas ações resultam em discursos distintos sobre um mesmo episódio?* Essas indagações levam a outro problema de natureza heurística: *Como ‘versões’ se consolidam como um ‘fato’, algo dado, concreto, objetivo, quase que naturalmente constituído e legitimado?*

Ao analisar os textos publicados sobre o caso de Eldorado dos Carajás, identificamos no discurso jornalístico duas possibilidades de categorização do episódio: *massacre* x *legítima defesa*. Militantes do MST, organizações não-governamentais, entidades de direitos humanos etc. categorizam a morte dos militantes dos sem-terra como um *massacre*. Para a Polícia, a Justiça e para os Governos Estadual e Federal, tratou-se de uma ação de *legítima defesa*. O que pretendemos investigar é a natureza das categorizações e suas ações discursivas que resultam em versões tão distintas. Nosso propósito é analisar os esforços cognitivo-discursivos desempenhados pelos atores/grupos sociais para construir um ‘fato’, pois entendemos que são os discursos que transformam um evento em um ‘fato’. Um ‘fato’ é um trabalho discursivo, não um dado *a priori*.

Os objetivos aqui apresentados são, portanto, tanto de ordem teórica quanto social, pois pretendemos investigar o funcionamento da sociedade (Giddens, 2003), a partir da análise discursiva. Sistematicamente, tomamos tais pontos para estudo:

Objetivo Geral:

- Investigar a constituição da versão predominante (ou da ‘verdade’) sobre o massacre em Eldorado dos Carajás, a partir das ações discursivas dos distintos grupos e atores sociais envolvidos no caso.

Objetivos Específicos:

- Investigar a ação do domínio jornalístico na construção da (des)legitimização do massacre de Eldorado dos Carajás.
- Analisar as ações discursivas de categorização do jornalismo sobre Eldorado dos Carajás, a partir das suas atividades de articulação e re-elaboração de outros discursos.
- Analisar as relações estabelecidas pela imprensa entre as demais ações do MST e o caso de Eldorado dos Carajás.

Para elaborar essas questões, tomamos como *hipótese de trabalho* que a legitimização serve, em última consequência, para consolidar grupos e ideologias

dominantes, controlar o poder social e excluir grupos dissidentes, contrários ao *status quo*. Entendemos que estabelecer a legitimidade é fazer com que *uma* verdade (a do grupo dominante) se consolide como *a* verdade, ou ainda como um modelo cognitivo predominante. Como toda hipótese, trata-se de uma pressuposição, um posicionamento assumido neste trabalho e que nos propomos, ao longo da investigação, analisar sua validade.

Entretanto, é importante ressaltar que tais pressupostos são elaborados a partir da nossa perspectiva sobre o caso investigado. Mais: eles são posicionamentos críticos, assim como ideologicamente orientado. Negar esses aspectos seria negar não só nossas referências teóricas, mas o nosso esforço em desenvolver uma investigação fora do paradigma positivista. Assim como não aceitamos a imparcialidade e neutralidade no discurso jornalístico, também não podemos fazê-lo no domínio acadêmico. Na essência de tudo está o processo de construção de significações – ou de semiotização. Enfim, tudo são discursos e perspectivas de observação. Assim, o mito da objetividade não mais se sustenta em um paradigma de ciência no qual o princípio básico é o de que a produção do conhecimento se dá entre sujeito-sujeito, não entre sujeito-objeto (Santos, 2003).

Assim, desenvolvemos esta investigação a partir das seguintes perspectivas:

- 1) Na disputa discursiva travada no caso de Eldorado dos Carajás, predominou o discurso das instituições do poder (Justiça, Governo), estabelecendo como legítimos os assassinatos. Isso aconteceu independentemente da condenação judicial, pois *legalização* e *legitimização* são processos de naturezas distintas. Nessa linha, o jornalismo categoriza Eldorado de Carajás a partir da versão de ‘legítima defesa’.
- 2) A legitimização dos assassinatos em Eldorado dos Carajás teve como sustentação a deslegitimização pela imprensa do MST como grupo social: suas ideologias, suas reivindicações e suas lutas. Isso se dá a partir de uma cobertura estereotipada e preconceituosa sobre as práticas do MST.

É importante esclarecer, entretanto, que essas perspectivas não são certezas absolutas, mas são posturas políticas. E elas são elaboradas a partir de concepções político-ideológicas, fundamentadas por diversos trabalhos já realizados sobre o domínio

jornalístico e suas relações com o poder (ver Chomsky, 1999; Halloran et al 1970; van Dijk, 1991). E, justamente por não estar estagnados em certezas, propomos esta pesquisa. Assim, o ‘risco da dúvida’ se mostrou bastante positivo, ao longo desta investigação, ao descobrirmos peculiaridades sobre a prática jornalística não exploradas em trabalhos anteriores. Especificamente, podemos citar um aspecto desenvolvido no terceiro capítulo sobre as representações sociais, a partir de uma linha contínua entre protótipos e estereótipos, sendo essas representações de natureza instável e sujeita a interferência da sociedade na cobertura jornalística.

Sobre os aspectos metodológicos, desenvolvemos um estudo privilegiando a investigação da constituição de um fenômeno – o da legitimação – e não apenas a sua interpretação. Assim, situamos este estudo como de natureza mais heurística do que hermenêutica. No tratamento dos dados, pretendemos observar as diferentes ações discursivas, tomando uma macro-categoría como guia para a análise das demais categorias analíticas. Essa distinção não trata de uma ‘hierarquização’ dos dados, mas sim de uma observação mais aprofundada das ações discursivas. Como macro-categoría de análise, propomos os ‘*frames* de cobertura’. Estes *frames* são os distintos enfoques identificados no *corpus*, durante os dez anos de cobertura sobre o massacre de Eldorado dos Carajás (1996 a 2006). É a partir desses *frames* que pretendemos observar o funcionamento dos demais aspectos lingüístico-discursivos. Essa macro-categoría resulta de recortes observacionais do *corpus* e dá conta de como ocorreram os processos de interação entre imprensa e sociedade, enfatizando o aspecto cognitivo do discurso.

É importante esclarecer, desde agora, que o termo *frame* é adotado seguindo dois desdobramentos: *i*) como categoria analítica, na qual não remetemos a uma referência teórica específica, mas seguindo uma noção-base sobre *frames*: elementos cognitivos que guiaram a compreensão e a própria interação social; *ii*) entretanto, também tratamos *frame* como um conceito, mas sem aprofundar a discussão sobre as suas distintas linhas. Nesse caso, usamos o *frame* como um contraponto para uma outra noção que apresentamos ao longo do trabalho, a de *reframing*. Essa noção também é utilizada como uma categoria analítica. Ao investigar as variações de enfoque na cobertura jornalística sobre Eldorado de Carajás, estamos investigando o contínuo processo de *frame-reframing* sobre o

episódio e, consequentemente, as atividades de categorização e (des)legitimização do massacre. Esses aspectos são desenvolvidos nos capítulos 4 e 5.

A discussão teórica sobre *frame-reframing* tem como base a proposta de Lakoff (2004:xv), que situa *frames* como “estruturas mentais que moldam a forma como vemos o mundo”. Neste sentido, *frames* são unidades conceituais. Em uma análise da mídia, o autor identifica que ocorrem várias mudanças de cobertura sobre um mesmo tema, a partir da re-conceitualização, ou *reframing*. Na sua proposta, é o processo de *reframing* que propicia a mudança social, e isso ocorre a partir de um amplo esforço cognitivo dos distintos grupos sociais para a mudança de modelos cognitivos. Esta discussão é aprofundada no terceiro capítulo.

Tomamos como *corpus* ampliado de pesquisa todos os textos dos gêneros ‘notícia’, ‘nota de opinião’, ‘artigo de opinião’ e ‘reportagem’ publicados no jornal Folha de S. Paulo (FSP), durante a primeira década de cobertura sobre Eldorado dos Carajás. Primeiro é preciso esclarecer a necessidade de delimitar a pesquisa em apenas um jornal e, depois, justificar a escolha dos gêneros textuais. A opção por um jornal se deve, principalmente, ao objetivo desta investigação: buscamos uma análise que dê conta da construção histórica de uma versão contada sobre o massacre dos sem-terra. Para isso, precisamos de um *corpus* que não se caracterize pela diversidade de variáveis ideológicas, mas de um material que possibilite uma pesquisa profunda sobre os desdobramentos da história. Também, devido ao vasto período analisado, percebemos que é possível identificar a ‘diversidade discursiva’ que poderia ser identificada na análise de outros jornais. Isso porque, ao longo dos dez anos, mudanças ocorreram na direção da FSP, no quadro de reportagem e, consequentemente, nos direcionamentos das coberturas.

A opção pelo jornal Folha de S. Paulo foi feita a partir de dois critérios: 1) seu alto índice de circulação no país, sendo o que melhor se caracteriza como um ‘jornal nacional impresso’, daí seu poder discursivo; 2) a FSP foi um dos poucos jornais que fez a cobertura *in loco* sobre o massacre. A grande maioria utilizou-se de textos fornecidos por agências de notícias, inclusive sendo uma delas a própria Folha. Fazem parte do *corpus* ampliado de pesquisa todos os textos publicados durante os dez anos de cobertura sobre Eldorado dos Carajás. A delimitação do *corpus* restrito, como em toda pesquisa,

são de ordem subjetiva, pois é estabelecida por critérios do pesquisador, não por algo que *está* nos dados ou mesmo seja inerente a eles. Assim, os textos são selecionados a partir das suas distintas características, o que proporciona debates mais diversificados sobre as peculiaridades dos *frames* de cobertura. A delimitação também é necessária devido ao vasto número de textos que compõem o *corpus* ampliado – mais de trezentos. Por isso, a seleção do *corpus* restrito é uma tentativa de incluir nas análises as distintas características apresentadas em cada *frame*.

A partir da categorização por *frames*, também é possível analisar o discurso da imprensa não pelo aspecto quantitativo ou cronológico da cobertura, mas sim pelo desenvolvimento dos enquadres discursivos. Isso significa compreender que a atividade jornalística não é uma reprodução de fatos, mas uma ação constitutiva desse tal ‘fato’. A macro-categoria também serve para analisar as ações dos gêneros textuais nos diferentes *frames*.

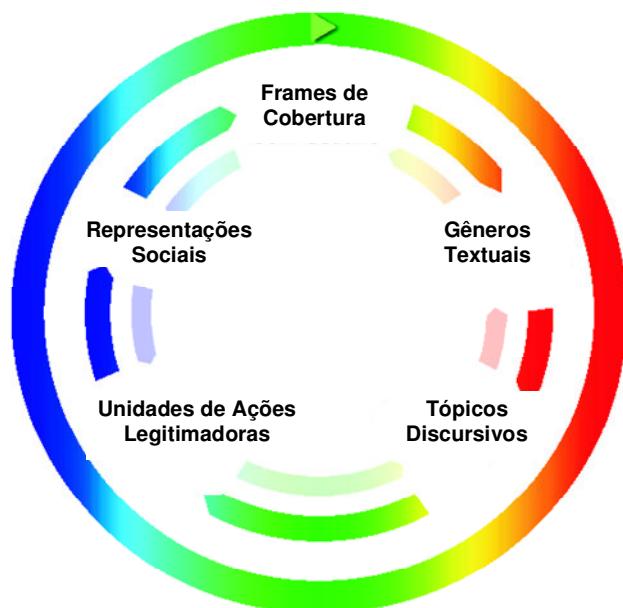
A escolha dos gêneros textuais se deve às suas distintas características de organização e estratégias argumentativas. Nos gêneros ‘notícia’ e ‘reportagem’, é possível analisar o discurso da imprensa a partir do efeito de sentido da objetividade. Já no gênero ‘nota de opinião’ e ‘artigo de opinião’, a estratégia argumentativa é diferenciada, pois se supõe um texto jornalístico ‘abertamente’ opinativo. Entretanto, em nossas análises, identificamos outras estratégias retóricas de construção de sentido. No artigo de opinião, por exemplo, uma das estratégias se dá a partir de um ‘efeito opinativo’, ou seja, o discurso do colunista deveria ser a *sua* opinião sobre o assunto tratado. Entretanto, em vários casos, ele está reverberando o discurso do poder, a partir de elementos implícitos. O efeito de sentido é: a opinião do jornal opera como uma ação legitimadora do discurso das instituições do poder. Trazemos esse aspecto apenas para exemplificar a diversidade de construções de sentido, nas diferentes ações dos gêneros textuais. Desenvolvemos essas questões nos capítulos 4 e 5.

Analisamos o discurso da imprensa a partir de uma dinâmica que busca identificar os elementos cognitivos e lingüístico-discursivos que operam no processo de interface entre os macro-aspectos (contexto social) e o ‘mundo textual’. Assim, desenvolvemos uma análise que engloba elementos discursivo-cognitivos, textuais e semânticos. E, a partir desses aspectos, observamos a macro-ação da imprensa na interferência dos

processos jurídicos, dos posicionamentos de governos e nas mobilizações sociais, ou seja, nos aspectos de ordem social e política. É importante ressaltar que compreendemos esse processo também em sentido contrário, ou seja, os grupos sociais e políticos interferem na construção do discurso da imprensa. E isso é mais um ponto de investigação em nossas análises.

Outro aspecto relevante a ser esclarecido sobre nosso esquema de trabalho é que as categorias não são entendidas como unidades isoladas e estanques na construção do discurso (des)legitimador. Pelo contrário. Elas se inter-relacionam e operam conjuntamente na elaboração textual. Especificar tais elementos é mais uma necessidade metodológica, pois nos possibilita detalhar a natureza de cada uma delas. Também é importante ressaltar que a construção do texto está irremediavelmente atrelada aos ‘modelos de contexto’, sendo que estes operam em distintos momentos da elaboração textual, inclusive são anteriores à fala ou à escrita. No caso dos textos jornalísticos, isso pode ser construído nas entrevistas, nas leituras dos *releases* (textos informativos fornecidos por assessorias de imprensa), nas conversas com outros jornalistas etc. Esses elementos vão operar no momento em que o escritor elabora o seu próprio modelo para a construção textual.

Observemos esses aspectos no esquema seguinte:



Esquema 1: Dinâmica da construção do texto jornalístico

1.1 A Análise Crítica do Discurso: preceitos básicos do marco teórico

Os pesquisadores da Análise Crítica do Discurso (ACD) se alinham em um projeto de estudo básico: uma investigação discursiva não pode ser desenvolvida sem dar conta de aspectos *históricos*, *ideológicos* e de *relações de poder* (Wodak, 2003). Outro ponto convergente entre os analistas críticos do discurso é a investigação da constituição de fenômenos, e não apenas da sua interpretação ou explicação. Na ACD, desenvolvem-se pesquisas que buscam caminhos mais heurísticos que hermenêuticos, ou como definiu Wodak (2003:30): “não se trata só de descrever, explicar, mas de arrancar a raiz do problema”. Assim, racismo, discriminação, marginalização de grupos sociais são estudados a partir de sua *constituição discursiva*, e não apenas como fenômenos resultantes de estruturas sociais definidas. Podemos dizer também, com as palavras de Marcuschi (2005b), que se trata de ‘escutar’ o problema que se está investigando, de dialogar com ele. E, a partir desse ‘diálogo’, entender as ‘entranhas’ dos problemas e agir, criticando e denunciando as formas de dominação e poder que tendem a ser naturalizadas em sociedade; ser uma forma de resistência criativa, pois, ao conceber o poder e a dominação como fenômenos resultantes de complexas práticas sociais, entre elas a discursiva, situa-se também no discurso as possibilidades de mudança ou de acomodação. O projeto comum da ACD é, fundamentalmente, uma postura epistemológica sobre o ‘fazer científico’, propondo a ruptura com uma série de conceitos que ainda estão estabilizados sob o paradigma da ciência moderna, tais como ‘objetividade’ e ‘neutralidade’ (Santos, 2003; Kuhn, 1992), defendendo o engajamento da prática acadêmica e a busca do diálogo com a sociedade para a construção do saber e para a mudança social.

O desenvolvimento dos trabalhos da ACD, entretanto, persegue caminhos distintos. As duas linhas teóricas que trataremos mais profundamente são as propostas por N. Fairclough e T. van Dijk, não apenas pela relevância dos trabalhos desses dois autores, mas também pela possibilidade de explorarmos, a partir das suas propostas de pesquisa, algumas questões epistemológicas fundamentais na ACD⁴. Não pretendemos

⁴ É importante ressaltar que, ao delimitar esta discussão nos trabalhos de T. van Dijk e N. Fairclough, não estamos desconsiderando a importância dos demais pesquisadores da Análise Crítica do Discurso. A

fazer um apanhado detalhado dessas abordagens, mas buscar os fundamentos das duas perspectivas, a partir de alguns aspectos principais, entre eles o da *relação discurso ↔ sociedade*, assim como os conceitos de *ideologia, contexto, representação social e modelos mentais*. A opção por tal enfoque se deve, em primeiro lugar, por esses conceitos serem definidores na distinção das duas linhas de pesquisa e, em segundo, pela relevância dessas noções para a abordagem cognitiva que buscamos desenvolver neste trabalho.

Assumimos como base teórica para esta investigação a linha sociocognitivista desenvolvida por Teun van Dijk, dentro do marco teórico da Análise Crítica do Discurso. De acordo com van Dijk (2006a, 2000a), uma análise discursiva só dará conta das complexas relações entre prática discursiva e prática social se o aspecto sócio-cognitivo for tomado como uma interface entre essas duas práticas. Essas considerações são desenvolvidas no segundo capítulo, no qual tratamos da ‘Análise Cognitiva do Discurso (ACD Cognitiva)’. Não se trata de propor mais uma vertente para as várias análises do discurso, nem mesmo algo que se opõe à ACD. A preocupação de van Dijk não é delimitar seu trabalho em uma linha fechada de investigação ou criar uma nova ‘escola’ para os estudos do discurso. Pelo contrário: o autor ocupa-se em ampliar o quadro teórico da ACD, levantando problemas e questões teóricas de natureza cognitiva, ainda deixadas de lado por boa parte dos analistas críticos do discurso, mesmo que várias pesquisas em outras áreas do conhecimento venham, cada vez mais, ressaltando a relação irremediável entre a cognição e as práticas lingüísticas.

A própria investigação empírica do discurso vem exigindo respostas que têm sido ignoradas por muitos pesquisadores – tais como os distintos processos de compreensão e escrita de textos e o problema do contexto para a elaboração textual. Essa necessidade resulta da própria complexidade da prática discursiva, que envolve performances cognitivas e conhecimentos lingüísticos de escritores/falantes socialmente situados, em um contínuo processo histórico de formação. Essas questões são discutidas, no primeiro capítulo, em contraponto à proposta da teoria sistêmico-funcional – que fundamenta a maior parte dos estudos da ACD.

questão é que, de acordo com as reflexões que propomos desenvolver neste capítulo, esses autores apresentam marcos teóricos fundadores distintos para a ACD.

O terceiro capítulo tem como objetivo desenvolver a nossa proposta para o estudo do processo de (des)legitimização. É fundamental para esta investigação situar a (des)legitimização como uma atividade resultante das relações sociais, norteada por modelos cognitivos, sendo o discurso uma das práticas que (des)estabiliza tal processo. Para dar sustentação a essa perspectiva, faz-se necessário um apanhado de distintas referências teóricas. Ao defendermos, primeiramente, que o discurso é constituído pela tríade sociedade-linguagem-cognição, e ao situarmos a (des)legitimização como um processo resultante dessa constituição, necessitamos desenvolver uma abordagem essencialmente interdisciplinar, estabelecendo um diálogo entre teorias sociais, discursivas, lingüísticas e cognitivas.

No que diz respeito ao aspecto cognitivista, de forma ampla, assumimos a perspectiva sociocognitivista. Isso significa entender a cognição como uma propriedade que se desenvolve para as (e nas) relações sociais (Tomasello, 2003). Para o desenvolvimento desta investigação, temos como norte alguns aspectos das teorias de Lakoff (1987) – quando defende a natureza corporificada da mente – e de van Dijk (2006a, 2006b), que situa a mente a partir da sua constituição discursiva. Na construção do nosso quadro teórico, também é de extrema relevância situar qual *noção de língua* fundamenta toda esta discussão: uma atividade humana para a organização do mundo, resultando em processos contínuos de *categorização* (Marcuschi, 2007b, 2003a; Mondada, 2000, 1997).

A teoria de Habermas (1996; 1999 [1973]) sobre legitimização é o ponto de partida para as nossas reflexões. Seguindo o autor, situamos a construção da (des)legitimização na ‘esfera pública’, nas ações do discurso, e não apenas como uma ação atrelada às instituições do poder (Governos e Justiça). A nossa investigação requer ainda uma teoria social, ou uma forma de compreender a constituição da sociedade. Assumimos esse processo a partir da proposta de Giddens (2003), pela afinidade com a perspectiva aqui assumida sobre práticas lingüísticas e performances cognitivas: fenômenos que se constituem em um contínuo processo de estruturação, em uma relação de estabilidade-instabilidade, resultante da ação de ‘sujeitos reflexivos’.

No quarto capítulo apresentamos as categorias teóricas, as justificativas para a composição de tal quadro teórico-analítico, e como tais categorias operam na construção

discursiva do fenômeno da (des)legitimização. O quinto capítulo é destinado às análises sistemáticas dos textos jornalísticos, a partir da macro-categoría *frames* de cobertura. Os objetivos dessas análises são identificar os elementos discursivo-cognitivos e lingüísticos que operam na interface discurso ↔ sociedade e, a partir daí, investigar o processo de (des)legitimização do massacre de Eldorado dos Carajás.

O objetivo do quinto capítulo é apresentar uma análise global das análises desenvolvidas nos *frames*, sistematizando as considerações, e, assim, apresentar propostas interpretativas sobre o fenômeno investigado, a partir do discurso jornalístico. O sexto capítulo traz considerações finais deste trabalho, bem como reflexões sobre a (des)legitimização e perspectivas para os estudos discursivos.

1.2 17 de abril de 1996: *massacre x legítima defesa*

Para compreender os problemas teóricos levantados, faz-se necessário contextualizar o caso em estudo: o massacre de Eldorado dos Carajás. No dia 17 de Abril de 1996, pelo menos três mil trabalhadores sem-terra participaram de uma manifestação, ocupando uma rodovia no Pará. Eles reivindicavam a desapropriação de um latifúndio improdutivo onde o MST montou o ‘Acampamento Macaxeira’. A reação do Governo do Estado foi imediata, mas não em busca da negociação. O então governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), deu a ordem para a Polícia Militar desmobilizar o protesto e liberar a rodovia. 155 policiais irregularmente armados – de acordo com o relatório do Ministério Público – foram acionados para cumprir a ordem. Resultado: pelo menos 19 integrantes do MST foram assassinados e nenhum policial ficou gravemente ferido. Nesses dez anos, três julgamentos foram realizados, com várias irregularidades jurídicas. Foram condenados apenas os dois comandantes responsáveis pela operação: o coronel Mário Pantoja e o major Oliveira. Nenhum policial foi condenado. Em outubro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas corpus* para os dois comandantes, que estão atualmente em liberdade. O dia 17 de abril foi declarado pela Via Campesina como ‘Dia Internacional da Luta Camponesa’. No Brasil, desde 2002 passou a ser oficialmente o ‘Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária’.

As categorizações *massacre* x *legítima defesa* dão conta das duas versões predominantes sobre as mortes em Eldorado de Carajás. Os discursos dos Governos Federal, Estadual e da Polícia Militar (PM) seguem a mesma linha argumentativa: os sem-terra são os culpados pelas próprias mortes, pois estas resultaram de uma ação ‘necessária’ e em legítima defesa dos policiais militares para conter a ‘manifestação’ e as agressões do MST. No discurso dos sem-terra, houve um massacre de trabalhadores rurais. Segundo o MST, a ação da PM foi premeditada e as mortes de alguns sem-terra planejadas – entre os assassinados durante o massacre, muitos eram líderes do movimento. Na versão do MST, a agressão foi iniciada pela polícia. Nossa objetivo, é analisar o tratamento da mídia diante dessas duas categorizações e investigar as estratégias de (des)legitimização desses discursos.

1.3 Jornalismo e Movimentos Sociais: poder e contra-poder na luta pela (des)legitimização

Nesta investigação tratamos basicamente de duas forças sociais. Uma que se estabelece em relação de sustentação com as forças do *status quo*: o Jornalismo; outra que, em seus fundamentos, se posiciona contrariamente a tais forças, historicamente em situação de conflito com o poder: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entretanto, nesta pesquisa eles estão colocados em relação de interação, para fins de nossos estudos. Daí a necessidade de tratarmos das suas especificidades, ainda que não de forma aprofundada, pois isso iria requerer um trabalho de natureza Sociológica, o que não é nosso objetivo. Situamos apenas as características dessas duas distintas práticas sociais para, assim, melhor entender como se estabelecem as suas forças e as suas relações em sociedade.

Primeiro tratemos do Jornalismo. Entendemos que sua característica básica é ser um domínio articulador dos discursos dos demais domínios e grupos sociais. Sendo que, ao articular esses discursos, o jornalismo os re-elabora e constrói o seu próprio discurso, operando fortemente na construção das ‘versões de mundo’. Seguimos as considerações de Halloran et al (1970). De acordo com os autores, é de extrema relevância a investigação deste domínio. Entretanto, os jornalistas têm uma postura pouco colaborativa quando se trata de tal investigação e resistem em refletir sobre as críticas

trazidas por outras áreas do conhecimento – Lingüística, Sociologia, História, Ciência Política etc. Para Halloran et al (1970), devido às condições de suas práticas cotidianas, os jornalistas estão em envolvimento e identificação com o *status quo*, por isso eles consideram que não vale a pena perder tempo, esforço e dinheiro para ‘identificar o óbvio’. Os jornalistas não se dão conta de que, para a maioria das pessoas, a forma como as notícias são selecionadas e apresentadas são tudo menos o óbvio, e que várias explicações deveriam ser dadas sobre essa prática. Tampouco eles aceitam o fato de que seus próprios conhecimentos e compreensão sobre a produção da notícia podem não ser completos. O fato de o jornalismo ser um domínio que critica a todos os outros, mas não se deixa criticar, já que controla os discursos que circulam nos veículos de comunicação, coloca-o em situação privilegiada em relação às demais instituições, mesmo as que fazem parte do poder.

Para Habermas (2002:218), a estruturação como empresas, e, portanto, com interesse comercial, fez com que os meios de comunicação se tornassem “pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública”. Ao invés de dar publicidade às questões que efetivamente teriam interesse público para que pudessem ser trazidas e submetidas a um debate racional, a imprensa passa a dar publicidade à posição de alguns grupos (os patrocinadores), que, assim, buscam criar um clima de opinião, o que é qualificado pelo autor como manipulação.

Na via contrária dessas relações de força estão os movimentos sociais (MS): são organizações não-formais, com amplo envolvimento dos seus integrantes, agindo sistematicamente contra o abuso de poder e a desigualdade social e reivindicando mudança política. São movimentos ideologicamente orientados e estão envolvidos com a solidariedade e o compartilhamento de crenças entre os participantes (Oberschall, 1993). Segundo Della Porta & Diani (1999), a identidade coletiva é um aspecto crucial para a caracterização dos movimentos sociais. Não são colisões, pois estas têm caráter específico e não envolvem compartilhamento de identidades

Dessa definição, chegamos ao que caracteriza o MST. Trata-se de um movimento social, e não de um grupo, como tende a ser tratado pela mídia. E nisso reside uma diferença conceitual: grupos (ou comportamentos coletivos) não são organizados ideologicamente e suas ações têm objetivos bastante específicos e situados, tais como

movimentos de bairro, protestos contra violência, reivindicações de infra-estrutura para a cidade. Ou seja, os grupos se organizam para manifestações coletivas de cidadãos, exercendo seus direitos constitucionais, reivindicando algo. Não são freqüentes e usuais. Já os movimentos sociais são em larga-escala, coletivamente financiados para promover a resistência ou a mudança de questões que afetam a vida de muitos. São construções históricas da articulação de atores sociais em situação de exclusão ou discriminação social (movimento feminista, movimentos étnicos etc.).

Assim, podemos resumir, a partir de Della Porta & Diani (1999), o que define, em essência, a diferença entre os movimentos sociais e os comportamentos coletivos, ou grupos. Apesar de serem formas de ações coletivas, eles são de naturezas distintas: os comportamentos coletivos resultam de interações. Não são a soma de várias ações individuais, mas sim o produto de interações, percepções mútuas e expectativas chamadas ‘interações estratégicas’; já os movimentos sociais surgem como uma reação para a mudança ou para uma política que negativamente afeta os interesses e a forma de vida de muitas pessoas.

Após essas delimitações entre as práticas do Jornalismo e dos movimentos sociais, parece-nos relevante o estudo da estereotipização dos MS, a partir do caso específico do MST, e da ação da imprensa nesse processo. Entendemos, entretanto, que distintos grupos da elite agem na deslegitimação das lutas e das reivindicações desses movimentos, que não só o jornalístico. Dessa relação, talvez seja possível explicar porque o discurso desses grupos é preferencialmente legitimado pelo Jornalismo, enquanto que os integrantes do MST estão em constante luta pela legitimação dos seus discursos.

Em sua trajetória de luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra e vem reivindicando reforma agrária no Brasil desde janeiro de 1984, quando define a necessidade de ocupação como uma ferramenta legítima de luta. A partir da Constituinte de 1988, os sem-terra reafirmam sua autonomia, definem seus símbolos, bandeira e hino. Com esse aparato simbólico, o movimento passa a ter mais inserção social, principalmente após o II Congresso do MST, em Brasília, que resulta da expansão do movimento nacionalmente. Após o massacre de Eldorado de Carajás, a sociedade se mobiliza ainda a favor do MST. Essa movimentação não passa desapercebida e resulta,

conforme analisamos no nosso *corpus*, em uma resposta sintomática da elite brasileira em um processo de criminalização do movimento. A imprensa, como uma das instituições da elite, opera fortemente nesse processo, a partir de uma cobertura estereotipada e preconceituosa (ver capítulo 5).

Por fim, é importante enfatizar algumas questões de ordem teórica e política que norteiam esta investigação. Ao defendermos que, em grande parte, é pelo discurso que crenças e atitudes se estabelecem em sociedade, a análise do discurso pode servir como uma desconstrução do que se tem como estabelecido. Analisar discursos é desfazer ‘a’ realidade e propor um mundo constituído por realidades distintas, sendo essas realidades socialmente construídas e historicamente estabelecidas. Um mundo que construímos pela força da palavra. Analisar discursos é prescindir do conforto de um lugar estabilizado, dado, concreto e assumir o trabalho cotidiano da (re)invenção, assumir a fluidez, o risco e a responsabilidade por esse mundo. Assumir a nossa condição de sujeitos reflexivos (Giddens, 2003), de agentes críticos. Analisar discurso é uma forma de trazer para o campo do *social* o que tende a ser *naturalizado*. É mostrar que verdades são crenças. E que estas são construídas em relações de forças e, assim, desnaturar poderes. Com essa consciência, fazemos desta investigação um ato de solidariedade com os que são sistematicamente excluídos do processo de construção social.

2. A Análise Cognitiva do Discurso

A proposta de uma Análise Cognitiva do Discurso (AD Cognitiva) tem um princípio fundamental: a cognição opera na interface da relação entre discurso e sociedade (van Dijk, 2006a, 2006b, 2000a). O objetivo deste capítulo é desenvolver as questões teóricas que envolvem essa abordagem, assim como situar os aspectos fundamentais que distinguem esse projeto dos que vêm sendo desenvolvidos dentro da Análise Crítica do Discurso (ACD), como o proposto por N. Fairclough (2001, 1995, 1992), com base no modelo da Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF). É importante ressaltar, desde o início, que a proposta de uma AD Cognitiva não resulta simplesmente de uma articulação entre as teorias discursivas e cognitivas, nem tampouco se trata de uma abordagem psicológica do discurso. Mas antes, consiste em uma mudança de perspectiva acerca da natureza de como se percebe a relação discurso ↔ sociedade. Não há consenso entre os teóricos sobre esse processo de intermediação, pois se em algumas linhas de pesquisa o discurso é entendido como o elemento mediador entre texto e prática social (Fairclough 2001b); em outras, como na perspectiva cognitivista, a intermediação é compreendida a partir de uma interface cognitiva. A relevância de discutir os aspectos teóricos da LSF deve-se à forte influência desse modelo no desenvolvimento dos estudos discursivos da ACD.

Não tratamos aqui de toda a complexidade das questões que envolvem a lingüística sistêmico-funcional, que já vem sendo aplicada há mais de 30 anos, ou mesmo esgotamos a diversidade e a vastidão teóricas que hoje compõem o quadro das ciências cognitivas. Vários trabalhos já foram realizados com esses propósitos (Gardner, [1985] 1995; Eggins, 1994; Kress, 1976). A nossa preocupação consiste em tratar de aspectos específicos que servem para o desenvolvimento desta investigação. Pois, ao situarmos que o processo de (des)legitimização se estabelece a partir de estruturas conceituais complexas – sendo estas estruturas elaborações cognitivas que emergem das distintas práticas públicas, e constituem essas práticas –, necessitamos de uma análise discursiva que leve em conta aspectos sociocognitivos.

A base para as reflexões aqui apresentadas são os trabalhos de T. van Dijk, mais especificamente quando tratamos da AD cognitiva e das críticas à LSF – na linha de

Halliday (1978) – e, de forma mais ampla, os estudos desenvolvidos a partir do que se estabeleceu como o ‘compromisso cognitivista’, de natureza essencialmente sociocognitivista, tal qual proposto por Tomasello (2003), bem como os trabalhos de Lakoff & Johnson (1999) e de Lakoff (2004, 1990). Essas referências, apresentadas de forma introdutória, compõem o marco teórico deste capítulo. É importante, contudo, ressaltar uma questão. Decidimos desenvolver mais detalhadamente – inclusive a partir das suas bases epistemológicas – a proposta de Fairclough. Isso se justifica por dois aspectos: *i*) buscamos uma discussão sobre a obra desse autor que, até agora, não encontramos nos estudos da ACD. Ou seja, as pesquisas, em geral, tomam como fundamento a proposta de Fairclough, mas não há reflexões críticas sobre tal proposta; *ii*) em diferentes aspectos, todos os demais capítulos tratam da base teórico-analítica deste trabalho: a linha de pesquisa desenvolvida por van Dijk. Por isso, o enfoque da discussão sobre a obra de Fairclough neste capítulo. Inclusive, nas próprias considerações sobre a teoria de Fairclough, já são apresentados alguns contrapontos a partir da perspectiva de van Dijk – como na discussão sobre a noção de *contexto*, por exemplo.

Assim, a discussão sobre Fairclough está desenvolvida em tópicos, de forma pontual. Já a teoria de van Dijk permeia todo este trabalho, como também constitui nosso olhar sobre os textos analisados. Por isso, torna-se redundante nos determos mais longamente em itens. Assim, desenvolvemos, neste capítulo, noções específicas – tais como *contexto, ideologia e representações mentais* – pelo seu diferencial em relação às noções clássicas. Como contribuição e posicionamento crítico acerca do trabalho de van Dijk, propomos uma discussão sobre a importância da abordagem dos gêneros textuais como um dos elementos da interface cognitiva. Tal perspectiva se diferencia da proposta do autor, que situa os gêneros como elementos da organização textual. Também articulamos esta discussão com outras referências teóricas, o que nos ajuda a aprofundar a investigação do fenômeno da legitimação discursiva.

2.1 O Tridimensionalismo de Fairclough e a Tríade de van Dijk: a mediação discursiva e a cognição na Análise Crítica do Discurso

Fairclough (2001a, 1995, 1992) entende que a ação discursiva na construção dos significados do mundo dá-se a partir de uma relação dialética entre o social e o simbólico, entre os indivíduos organizados em grupos (sociedades) e os símbolos organizados em significados ideológicos (linguagens). Para Fairclough (2001a), essa relação se constitui e é constituída (como um caminho de via dupla) tridimensionalmente pelo *texto*, pela *prática discursiva* e pela *prática social* (ver figura 1). Fairclough (2001a, 1995, 1992) desenvolveu seu modelo influenciado pela perspectiva sistêmico-funcionalista de Halliday, articulado ao conceito foucaultiano de ‘ordens do discurso’ e, embora sem aprofundar sistematicamente, com uma base marxista. No que diz respeito às considerações que pretendemos aqui desenvolver, o objetivo é aprofundar o debate sobre a influência da LSF na proposta de Fairclough, especificamente quando se trata do aspecto sociocognitivo, já que para Halliday (1978) o que existe é uma externalidade absoluta, sendo o social colocado em relação dicotômica com o mental. Essa questão é relevante para discutir o conceito de ‘representações sociais’ em Fairclough, já que estas não são entendidas pelo autor como elaborações cognitivas. É importante ressaltar, desde agora, que não se trata de criticar Fairclough por não desenvolver uma análise cognitiva do discurso, o que, de fato, não é sua proposta de trabalho, mas sim por desconsiderar a dimensão cognitiva da prática discursiva.

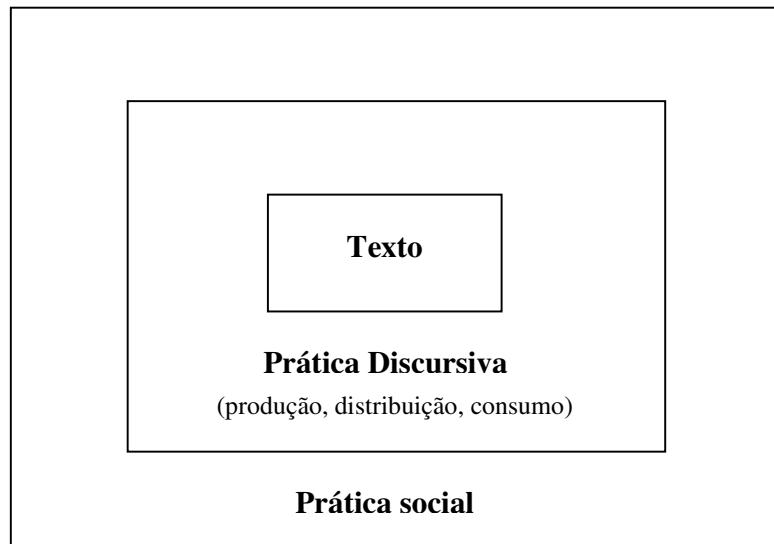


Figura 1: Concepção tridimensional do discurso (Fairclough, 2001:101).

Outro aspecto que buscamos discutir é a influência da teoria clássica marxista na obra de Fairclough. De acordo com a perspectiva marxista, a ideologia está atrelada à classe dominante e serve à imobilidade social, à opressão. Língua e ideologia fazem parte da superestrutura social e não estão em relação recíproca com a infra-estrutura, pois ambas são categorias rígidas, de difícil mobilidade. Sobre essa questão, tomamos como fundamento principal as críticas propostas por Bakhtin (2002 [1979]), desenvolvidas no item 2.2. Parece-nos relevante discutir esses aspectos no trabalho de Fairclough, pois o autor tem como proposta fundamental a noção de “discurso como mudança social” (Fairclough, 2001a), o que pode apontar possíveis contradições nos fundamentos epistemológicos dessa proposta.

Van Dijk (2006a, 2006b, 2000a) propõe uma linha sócio-cognitivista na Análise Crítica do Discurso, com base na tríade *discurso, cognição e sociedade*. Para o autor, é impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, assim como uma teoria cognitiva sem uma teoria social. Van Dijk (2006a) defende que *uma análise cognitiva não exclui uma análise social*, pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva. Essa compreensão pressupõe dois conceitos fundamentais: *i)* a cognição é uma propriedade desenvolvida individual e socialmente, pois é adquirida, aprendida, formada e transformada tanto em processos de interações sociais, como em processos individuais

de percepção, inferenciação etc.; *ii) a sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais.* Essas interações só podem ser realizadas a partir de crenças, conhecimentos, normas e valores compartilhados. Isso requer atores cognitivos, capazes de desenvolver tais elaborações (sobre si mesmos) e atribuí-las aos outros (outros grupos sociais). Se essas elaborações são de natureza cognitiva, sua função, entretanto, é de ordem social: elas possibilitam a *interação*. Isso quer dizer que interagimos porque compartilhamos os mesmos sistemas de crenças, que são os nossos conhecimentos. E esses conhecimentos não são totalmente sociais, já que alguns estão relacionados às nossas experiências individuais e biográficas, mesmo que esse processo de construção seja intrinsecamente social. Desses conceitos, podemos chegar a um outro: a noção de sujeito – ator social – em van Dijk. Mesmo que essa noção não seja desenvolvida em sua obra, como se ocuparam autores da linha francesa da AD, ela não é ignorada. É que o ator social se constitui na relação intrínseca entre a sociedade, a cognição e a prática social (entre ela, a prática discursiva). Dessa forma, podemos falar de uma noção de ‘sujeito cognitivo’: um agente reflexivo, crítico, que se forma (e é formado) nas interações sociais.

Assim, passamos a tratar mais especificamente do que van Dijk (2006b) denomina como *interface*: por um lado, os atores implicados no discurso não usam exclusivamente suas experiências e estratégias individuais; por outro lado, os discursos não são formados em uma externalidade absoluta denominada ‘social’, mas são construídos a partir de *marcos coletivos de percepção* – o que o estudioso define como *representações sociais*. Essas percepções socialmente compartilhadas constituem o vínculo entre o sistema social e o sistema cognitivo individual, coordenando as exigências externas das ações interativas com a experiência subjetiva. É disso que trata a relação constitutiva: uma compreensão de cognição e de discurso como propriedades de natureza social, que se formam a partir de elaborações de atores cognitivos, críticos e reflexivos. Desse modo, faz-se necessária uma AD que opere a partir dessa compreensão e, assim, possa dar conta de vários aspectos das estruturas discursivas que uma perspectiva não-cognitivista não consegue (por exemplo, a construção de textos distintos partindo de um mesmo tema, as distintas inferências que leitores/ouvintes realizam no processo de compreensão de um texto etc.).

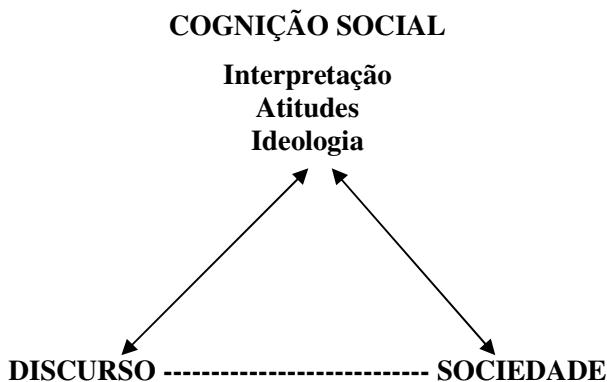


Figura 2: A Tríade da Análise Cognitiva do Discurso

Pela proposta de van Dijk (2000b), os três vértices desse triângulo (figura 2) estão vinculados, por isso não é possível dar conta dos aspectos cognitivos sem compreender que os conhecimentos e crenças são adquiridos e repassados discursivamente, em contextos sociais. Segundo o autor, qualquer tentativa de excluir uma das partes da figura resulta em uma análise reducionista, pois esses três elementos não são independentes.

Trata-se de uma perspectiva teórica que busca, primeiramente, superar a dicotomia *externo x interno*, como também desenvolver uma análise discursiva que não estabeleça o social como a ‘causa’ para todas as coisas, em uma relação determinística. Se estamos sob um paradigma de ciência em que não cabe mais um subjetivismo absoluto, também há uma tentativa de superação do enfoque totalmente externalista das ditas ‘teorias sociais’ e ‘funcionalistas’. Como definiu Sanders (2005), trata-se de buscar perspectivas alternativas para as teorias ‘neo-behavioristas’, que pressupõem uma total externalidade no fundamento do comportamento humano, e só analisam esse comportamento como ocorrências com base institucional/social⁵.

⁵ Para Sanders (2005), a proposta de Goffman (1967) tem sido a base fundamental para essas teorias neo-behavioristas.

2.2 A Formação do Quadro Teórico de Norman Fairclough: os fundamentos epistemológicos da Lingüística Sistêmico-Funcional e a Teoria Crítica

O trabalho de Fairclough (2001a, 1995, 1992), como já discutimos anteriormente, é desenvolvido a partir de articulação do conceito de discurso foucaultiano, com o modelo sistêmico-funcional da escola de Halliday, assim como estudos sociológicos, principalmente os desenvolvidos na tradição da Teoria Crítica da *Escola de Frankfurt*. Podemos afirmar que Fairclough adota uma postura dialética na construção do seu próprio quadro teórico, ao articular distintas perspectivas – inclusive agregando diferentes vertentes das AD's. Essa postura de Fairclough, além de ser dotada de um senso mais colaborativo na construção do conhecimento, resulta em uma linha de investigação com mais possibilidades de proposições, tendo em vista que a sua preocupação principal não é, necessariamente, a ruptura com teorias estabelecidas. Diferentemente do início dos estudos discursivos, nos quais a construção das propostas teóricas se deu a partir de rupturas com conceitos predominantes na Lingüística, ou mesmo com investigações desenvolvidas em outras áreas, como a Sociologia e a sua análise de conteúdo (Possenti, 2004).

Para se inserir como uma linha de pesquisa, a Análise do Discurso precisou romper com noções estabelecidas na Lingüística sobre *língua*, *sujeito*, *texto* e, assim, propor a necessidade de articular os estudos do discurso com abordagens históricas, sociais e psicanalíticas. Em suma, a AD tinha esta proposta: “uma língua polissêmica e opaca, com características ainda mais notáveis em textos: a de um autor que dizia sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer (em virtude dos efeitos da ideologia, do inconsciente); e a das condições de produção com ingredientes contraditórios (Possenti, 2004).” Essa movimentação de ruptura, contudo, deve ser entendida em uma perspectiva histórica. O início do movimento da Lingüística para os estudos discursivos iniciou na década de 1970, com a proposta de uma ‘lingüística crítica’, desenvolvida por um grupo de estudiosos na Grã-Bretanha (Fowler *et al*, 1979). Assim, se passou a articular os estudos lingüísticos a elementos das teorias sobre ideologia; aos estudos funcionalistas de Halliday (1978) e Halliday & Hasan (1989), no quais a língua é entendida como uma potencialidade para significar, não como um

sistema de regras; e à noção de sujeito, construída a partir de forte influência da Psicanálise, a partir das discussões sobre o inconsciente e, afastando-se assim, da concepção do ‘sujeito autônomo’ proposta pelos primeiros estudos da Pragmática. Foi nesse quadro que se iniciaram as ramificações nos estudos do discurso e as rupturas as quais se refere Possenti (2004). Trouxemos essas breves considerações sobre os estudos discursivos e a Lingüística para situar melhor o surgimento da ACD, de forma geral, e, especificamente, a discussão que estamos propondo sobre a obra de Fairclough.

A ACD, mesmo com forte influência da lingüística crítica, só sistematiza suas propostas em meados da década de 1980, quando a Lingüística já se inspirava em outros pressupostos teóricos, e assim as noções estruturalistas não eram mais o paradigma, pelo menos no que se refere aos estudos textuais, e, principalmente, às concepções de *língua* e de *sujeito*. Daí a possibilidade de construir um quadro teórico articulando várias concepções – vindas da própria Lingüística, da Sociologia e das teorias sobre ideologia – e, assim, ao invés de promover rupturas, propor caminhos diferenciados para os estudos que já estavam sendo desenvolvidos. A busca dos teóricos da ACD era por um equilíbrio entre os enfoques demasiadamente lingüísticos, como no trabalho de Zellig Harris, e os que davam grande ênfase aos estudos ideológicos, como em Althusser (apud Fairclough, 2001a), sem grandes preocupações com o estudo do texto. A busca por um quadro teórico no qual questões de ordem lingüística, discursiva, social, histórica e ideológica tivessem não só a mesma ênfase, mas fossem trabalhados de forma articulada, foi a motivação para o desenvolvimento do que veio a se estabelecer como a Análise Crítica do Discurso.

Segundo Fairclough (2001a), havia um outro ponto também crucial para esse empreendimento: as duas principais linhas que se formaram na Análise do Discurso (denominadas: anglo-saxônica e francesa) tinham uma visão estática de sociedade, “com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos lingüísticos na reprodução das relações de poder existentes” (Fairclough, 2001a:20). Para a ACD, a importância da análise discursiva deve ser a investigação (como um método) da mudança social e a reivindicação dessa mudança.

A formação do ‘quadro teórico’ da ACD tem uma forte influência dos estudos de Foucault, assim como aconteceu com boa parte das Ciências Sociais. O conceito de discurso se popularizou e passou a fazer parte do norte investigativo dos trabalhos

desenvolvidos na área das humanidades por causa dos estudos foucaultianos. Sua contribuição na teoria social do discurso está relacionada a questões tais como discurso e poder; a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento; e do funcionamento do discurso na mudança social (Fairclough, 2001a). Se essas são questões fundadoras na ACD e trazem a acepção sociológica para os estudos discursivos, elas não contemplam o projeto de estudo almejado por Fairclough (2001a) e outros teóricos da ACD. Para Fairclough (2001a), faltava à proposta foucaultiana uma perspectiva de análise textual, o que o autor definiu como uma ‘abordagem abstrata do discurso’. Daí o autor seguir a proposta de Courtine (apud Fairclough, 2001a:62): “pôr a perspectiva de Foucault para funcionar”. Isso implica uma base teórico-metodológica que leve em conta não só os aspectos sociais (ideologia, sociedade), mas também o modo como tais aspectos encontram-se manifestos em um texto e como podem ser analisados a partir das escolhas lingüísticas, sejam estas de ordem sintática ou semântica. Tomando por base essa busca por uma ‘funcionalidade’ na teoria sociológica do discurso, Fairclough (2001a, 1989) fundamenta sua proposta na linha hallidayana. Alguns conceitos da LSF e um breve histórico são fundamentais para o entendimento dessa relação.

Ao desenvolver alguns aspectos da sua proposta sistêmico-funcionalista, Halliday (1978) parte de duas principais influências: o lingüista (e seu professor) JR. Firth e o antropólogo B. Malinowski, sendo este último a base dos dois lingüistas para tratar sobre contexto em suas teorias. A história sobre os fundamentos e o desenvolvimento da LSF já foi bastante contada (Eggins, 1994; Kress, 1976), não sendo nosso objetivo recontá-la aqui. O ponto que gostaríamos de discutir diz respeito ao que Halliday estipulou, em linhas gerais, como a sua ‘delimitação teórica’. Assim, as reflexões ora desenvolvidas são de ordem epistemológica, centrada em conceitos fundadores, não fazendo parte deste trabalho se deter na gramática sistêmico-funcionalista proposta por Halliday e seus seguidores. Kress (1976) e Miguel (1998), em seus trabalhos sobre a história da LSF, apontam que Halliday assume uma postura ‘radicalmente social’, como um dos seus princípios fundadores. Essa postura, em parte, é uma tentativa de balancear os estudos da época, desenvolvidos sob forte influência do modelo mentalista de Noam Chomsky. Para se opor ao mentalismo, Halliday prefere deixar em segundo plano a investigação da mente, ou mesmo das propriedades cognitivas do indivíduo, optando por uma teoria que

dê conta apenas do ‘observável’. Segundo o autor, “a língua é parte de um sistema social, e não há necessidade de se interpor um nível psicológico de interpretação (Halliday, 1978:39)”. É sob esse preceito que Halliday situa a Lingüística como uma espécie de subdisciplina da Sociologia e da Semiótica (Halliday & Hasan, 1989), sem aceitar a relevância da Psicologia nos estudos lingüísticos.

É importante trazer para esta discussão o contexto histórico que tratamos: no período em que emerge o modelo teórico sistêmico-funcionalista (década de 1970), o grande embate era travado entre *mentalistas* e *behavioristas*. Nesse cenário, as exposições de Chomsky (Gardner, [1985] 1987) sobre a teoria gerativista foram determinantes para que o projeto do behaviorismo ficasse de lado. Em linhas gerais, a tradição behaviorista era estratégica: ao invés de analisar a consciência e os estados mentais, os behavioristas acreditavam que fariam mais progresso na psicologia concentrando-se nos atos de homens e mulheres (inicialmente, essa observação era feita com outros animais), bem como nos estados observáveis dos indivíduos e seus ambientes, aos quais os atos podiam ser legitimamente relacionados (Homans, 1999). Dessa maneira, os estudos deveriam ser direcionados à observação e descrição do comportamento humano, a partir de meios controlados.

Como acontece na maioria das propostas teóricas, o behaviorismo se desenvolveu em distintas correntes, com reformulações, inclusive, que atualmente orientam linhas de pesquisas denominadas de ‘pós-behaviorismo’ (Homans, 1999), ou o que alguns autores chamam de ‘neo-behaviorismo’ (Sanders, 2005; Flower, 2004). Entretanto, a discussão que propomos está centrada na tradição behaviorista, que trata dos primórdios dessa escola, iniciada por J.B. Watson, aperfeiçoada em seguida por Skinner. De acordo com Homans (1999), ao estudar uns poucos impulsos característicos, aos quais grandes números de operantes específicos podiam ser associados pelo condicionamento, “Skinner deu inconscientemente a visão de *tábula rasa* do comportamento (1999:99)”. Segundo essa metáfora, a psique dos animais é uma página em branco na qual o condicionamento escreve todo tipo de conhecimento.

Já os teóricos das ciências cognitivistas defendem que os seres humanos contam com certos dispositivos cognitivos desde o nascimento, ou seja, características inatas da espécie humana. Essa teoria inatista de Chomsky para a aquisição da língua é elaborada

como uma alternativa ao modelo behaviorista de comportamento condicionado (estímulo-resposta) da tradição behaviorista. Entretanto, conforme observa Edwards (1997), esse caminho contrário proposto pelos mentalistas – ao invés do estudo do comportamento, do exterior, estuda o interior, a mente – reproduz o mesmo conceito mecânico de mente (como o *input-output*) do behaviorismo. Assim, se para Skinner mente é comportamento, por isso observável apenas nos estudos comportamentais, Chomsky entende o comportamento (a performance, a fala etc.) como opaco e incoerente, o que leva à proposta chomskyana de que as regras e as representações mentais é que são possíveis de serem analisadas, e não o comportamento, ou muito menos o discurso.

A resposta ao predomínio do empreendimento gerativista resulta em teorias neo-behavioristas. De acordo com Sanders (2005), esse novo tipo de behaviorismo não supera o empirismo radical dos seus antecessores, uma vez que continua a ignorar a natureza cognitiva dos sujeitos, e não passa de uma observação microssociológica do comportamento humano. Tal perspectiva se assemelha bastante às teorias radicalmente funcionalistas, pois, ao se situar como ‘social’, desconsidera que o uso⁶ da língua não pode ser dissociado das habilidades cognitivas dos seus falantes. Para esses funcionalistas, não há a possibilidade de entender os aspectos mentais a partir de sua natureza social (Condor e Antaki, 2000), preferindo-se supor a possibilidade de estudar ‘sujeitos sem mentes’, como já observou van Dijk (2006a).

Em sua ‘opção pelo social’, por exemplo, Halliday dicotomiza as relações *indivíduo x social; exterior x interior*, tratando-as como níveis diferenciados. Desse modo, o lingüista situa seus estudos na ‘exterioridade’ ou, como prefere definir, na ‘funcionalidade’. Essa distinção está demarcada nos termos através dos quais Halliday designou as duas perspectivas concernentes a uma abordagem sócio-funcional de língua: a *intra-orgânica* (relação indivíduo/língua) e a *interorgânica* (relação língua/sociedade). Na primeira, a língua é entendida como “o meio pelo qual um ser humano adquire uma personalidade, como conseqüência de pertencer a uma sociedade e de ocupar determinados papéis sociais” (Halliday, 1978:14). Essa perspectiva está baseada nas relações internas, de estados psicológicos. Já a segunda, na qual o autor prefere centrar

⁶ Tomamos o termo *uso da língua*, tão difundida entre os funcionalistas, com restrições. Marcuschi (2004b) já alertou sobre os problemas de adotar esse termo, pois remete a um conceito instrumentalista de língua. Em uma perspectiva sócio-interacionista, por exemplo, dá-se preferência à noção de *práticas lingüísticas*.

sua atenção, está voltada para as relações funcionais e contextuais, priorizando a relação entre língua e a sociedade que a utiliza.

Além de questionar a natureza dicotômica – aspecto bastante aprofundado por autores que buscam investigações integradas e holísticas (Maturana, 1995 e Morin, 1995) – também podemos discutir a proposta do modelo hallidayano a partir de um outro aspecto: não há a preocupação em desenvolver aspectos de uma ‘teoria social’ na chamada ‘proposta social’ de Halliday. Podemos questionar, junto com van Dijk (no prelo), sobre o que realmente a LSF conceitua como ‘social’, pois entre os teóricos sistêmico-funcionalistas não há reflexões mais aprofundadas sobre essa questão. Como observou van Dijk (no prelo), “Halliday é apenas marginalmente influenciado pelas Ciências Sociais”, e, mesmo situando a Lingüística como uma disciplina dependente da Sociologia, não traz contribuições desta área para os estudos lingüísticos, desenvolvendo, por fim, apenas “um projeto monodisciplinar”. Entendemos que deveria ser crucial para uma teoria funcionalista, por exemplo, abordar aspectos sobre a constituição da sociedade (organização, estruturação, rotinização, entre outros conceitos) e a relação intrínseca desses aspectos com as propriedades lingüísticas (ver Habermas, 1999 [1973]; 1984 e Giddens, 2003).

Nas delimitações dos objetivos de trabalho e do quadro teórico que pretendem desenvolver, Halliday & Hasan (1989) definem que entendem o ‘social’ a partir de duas concepções: a) de forma ampla, como um sinônimo de cultura; b) particularmente, no que diz respeito às relações entre linguagem e estrutura social. Entretanto, não é aprofundado pelos autores em que se baseia essa distinção; como definem ‘estrutura social’ (já que essa noção tem distintas ramificações nas Ciências Sociais); e, principalmente, como entendem a relação linguagem e social. Ou ainda: quão social é a língua para esses autores? Em suas considerações teóricas, Halliday & Hasan (1989:4) afirmam que há realidades anteriores e posteriores à língua, “as quais a linguagem serve para expressar”. E que devemos nos mover para fora da língua para explicar o que a língua diz. Nessas considerações, destacamos o posicionamento dos autores para questões básicas para a discussão que propomos: a) a realidade (que pode ser entendida também como o social) não *está* na língua, o que caracterizaria uma noção constitutiva, mas é algo que se busca fora da língua para explicá-la; b) nesse movimento ‘para fora da língua para explicar o

que a língua diz' está a essência do conceito de contexto proposto por Halliday & Hasan (1989): o que precisa ser resgatado para a compreensão do texto; e c) toma-se o social (ou o ‘para fora’) como uma categoria que definiria a ação lingüística, desconsiderando que o social, e a própria língua, só existem porque existem sujeitos. A vaguezza dessas duas noções, partindo de uma reflexão epistemológica, é problemática para a construção de uma teoria que se define funcionalista.

A precária concepção do social em Halliday (1978) acaba por construir um estudo centrado na língua, no signo, resultando, como definiu Marcuschi (2004c), em uma ‘lingüística do significante’, na qual o social é tido como algo relevante, mas considerado como algo externo à língua. Essa mesma crítica faz van Dijk (no prelo), apontando como um dos equívocos dos estudos sistêmico-funcionalistas o enfoque excessivo nos aspectos léxico-sintáticos, sem uma preocupação em desenvolver elementos discursivos, tais quais topicalização; entendida como uma relação sintática e não como uma ação discursivo-cognitiva (para esta questão, ver capítulo 4); estratégias retóricas, entre outros. Em caminho contrário a essa ‘lingüística do significante’, podemos situar a ‘lingüística da enunciação’, na qual a língua não é o foco do estudo, mas sim a interação social. Nesse quadro teórico (fortemente marcado pelas obras de Bakhtin, Leontiev e Vygotsky), o ‘social’ não é entendido como um mero *adjetivo conceitual*, mas sim como elemento constitutivo da língua e da cognição⁷. Assim, reforçamos a conclusão de van Dijk (no prelo): “apesar de se propor a elaborar uma teoria *funcional* de linguagem, a limitada teoria social da LSF e a ausência de uma teoria cognitiva apenas fornece uma teoria funcional *explicativa* do uso da língua e do discurso”. Esse caráter explicativo, juntamente com estudos centrados no léxico e na sintaxe, poderia justificar a utilização

⁷ Não desconsideramos a influência da teoria de *gênero discursivo* de Bakhtin 2000 [1979] nos estudos da Escola de Sidney, formada por Halliday e seus seguidores. Entretanto, é relevante discutir tal questão a partir da crítica de Marcuschi (2004b) sobre a apropriação da teoria bakhtiniana por esses estudiosos, que têm desenvolvido trabalhos de natureza muito mais ‘prescritivista’ do que sócio-interacionista: “A crítica feita à escola de Sidney, no entanto, é que eles são prescritivistas, isto é, levam a escola a ensinar como produzir e dominar os gêneros, sem se posicionarem contra aspectos da dominação produzida pelos gêneros ensinados. Isso quer dizer que eles julgam que a função maior na teoria dos gêneros está em seu domínio na sociedade e não especificamente na subversão de sua potencialidade. Não se trata de um estudo crítico para a mudança e sim de um estudo para o domínio do gênero enquanto estratégia textual” (Marcuschi, 2004b:15).

do modelo sistêmico-funcionalista em empreendimentos tão distintos à própria proposta da LSF, como o da inteligência artificial (Miguel, 1998).

2.2.1 O Contexto e as Representações Sociais

Nos tópicos anteriores já tecemos algumas considerações sobre a noção de contexto desenvolvida por Halliday (1978) e Halliday & Hasan, (1989). Neste ponto, tratamos esse aspecto de forma sistemática, relacionando com as propostas de Fairclough (2001a, 1995, 1992) sobre contexto e representação social. A noção de contexto proposta por Halliday (1978) e Halliday & Hasan (1989) é fortemente influenciada pelas obras do antropólogo Bronislaw Malinowski (apud Halliday & Hasan, 1989). Segundo os autores, essa teoria de contexto precede a própria teoria do texto, daí talvez o fundamento dos autores para entender contexto como algo que direciona a explicação do texto.

Como já discutimos antes, Halliday (1978) desenvolveu uma proposta de estudo da língua seguindo uma concepção de contexto que não extrapola os limites da chamada ‘situação social’, repetindo o que foi proposto por Malinowski. Nossa objetivo é tratar esse aspecto em contraponto com algumas teorias cognitivas recentes e tecer considerações sobre a assimilação do modelo sistêmico-funcional na teoria tridimensional de Fairclough (1995, 2001a). O tradicional e já bastante repetido modelo proposto por Halliday (1978) para o *contexto* é composto por três dimensões:

- 1 – Campo (*Field*): ação social
- 2 – Relação (*Tenor*): relação entre os participantes
- 3 – Modo (*Mode*): a organização simbólica

Essas dimensões, de acordo com a perspectiva LSF (Eggins e Martin, 2000), dariam conta de como o contexto *se expressa no texto*. Isso significa dizer que o contexto é algo que está *no texto*, enrijecido, pronto e acabado, e deve ser recuperado pelo leitor/ouvinte para a compreensão. Há diferenças conceituais radicais entre a noção de que ‘contexto *se expressa no texto*’ e de que ‘contexto *se constitui em uma relação entre*

leitor/ouvinte e o texto'. E é justamente essa distinção que queremos discutir. Para tanto, tomamos como referência principal a teoria de contexto elaborada por van Dijk (2006a, no prelo), assim como o seu trabalho teórico-investigativo de revisão crítica e proposição de uma investigação multidisciplinar sobre contexto. A abordagem cognitiva de Marcuschi (2005a) também dá suporte para nossa proposta. Vários estudos sobre a LSF (Eggins e Martin, 2000; Eggins, 1994; Kress, 1976; Miguel, 1998), assim como, obviamente, as próprias obras de Halliday (1978) e Halliday & Hasan (1989) fundamentam as nossas considerações sobre a teoria sistêmico-funcionalista.

Para van Dijk (no prelo), as categorias propostas por Halliday (1978) para contexto são ‘obscuras e arbitrárias’, já que não dão conta de muitos aspectos das situações sociais. Segundo o autor, não há distinções entre as organizações (*settings*) espaço-temporais e institucionais, ou mesmo entre os assuntos tratados e as atividades envolvidas. Como observa van Dijk (no prelo), fala-se das ‘relações entre os participantes’, mas não dos participantes em si, ou da propriedade das suas participações. As dimensões de contexto são propostas por Halliday como se fosse possível separar a ‘relação’ entre as pessoas e o seu ‘campo de ação’, situando esses dois aspectos em categorias distintas. As organizações simbólicas, sejam faladas ou escritas, são tidas como um *meio* (ou modo) e estariam em combinação com ‘o papel da linguagem em uma situação’, noção excessivamente vaga, em certa medida sustentando as noções tradicionais de língua como mediadora da comunicação, não como uma construção social, e que não dá conta de uma série de questões interacionais (emoções, crenças, legitimação de grupos etc.).

Um dos principais problemas da imprecisão teórica do modelo da LSF é negar a relevância dos estudos cognitivos e utilizar, ao mesmo tempo, conceitos de natureza essencialmente cognitiva, tais quais *aprendizagem* e *ação*. Para Halliday (1978), por exemplo, contextos são *aprendidos* como *tipos de situação gerais e abstratos*. Negar os aspectos cognitivos do contexto resulta em uma compreensão determinística do fenômeno: “sem crenças individuais, representações mentais e processos e, consequentemente, sem variações e decisões, todas as teorias generalizadas, abstratas e sociais de contexto são determinísticas por definição, no sentido de que a condição social X causa ou necessariamente leva a uma estrutura textual Y” (van Dijk, no prelo). Além

do aspecto determinista dessa relação causa → efeito, também podemos pensar que ela nega a intersubjetividade das interações sociais, pois não leva em conta a atuação coordenada (individual e social) dos atores sociais. Se estes não são capazes de elaborar representações sociais das distintas situações de uma forma particular, adaptando-as a partir das suas vontades, o que significa seguir algumas normas ou rompê-las, seria possível imaginar que todos os usuários de uma língua falassem exatamente da mesma forma, quando compartilhassem as mesmas características e situações sociais.

Também é relevante pensar que a relação prevista pela LSF entre contexto e texto tem como fundamento não só uma perspectiva limitada de contexto, como também o próprio entendimento sobre a natureza da relação entre linguagem e situação social. Observemos o modelo abaixo:

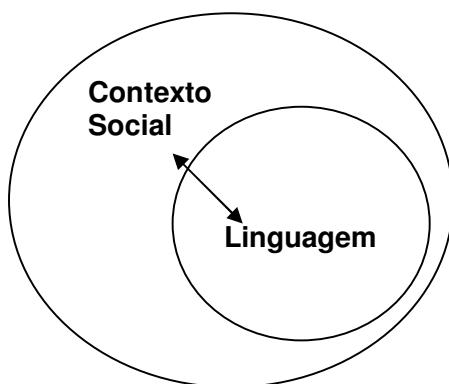


Figura 2: Modelo proposto por Halliday e Martin (1993:23)

Primeiramente, podemos questionar o reducionismo desse diagrama pois resume a ‘contexto social’ uma série de aspectos e categorias que são de ordens distintas, tais como as instituições, os sistemas de dominação etc. Para entendermos por que se produzem textos racistas em uma determinada sociedade, por exemplo, precisamos entender a relação entre contexto e texto a partir de conceitos mais complexos. Esse modelo hallidayano também não leva em conta que pessoas operam nessa relação, ou seja, não há qualquer menção ao *papel do sujeito* que age discursivamente. Da forma como está representada, contexto e linguagem são categorias autônomas. E essa é uma questão que mereceria ser discutida mais profundamente: qual o *conceito de sujeito* (ou a ausência desse conceito) na LSF? Se a linguagem tem a função de organizar as relações sociais,

interpessoais e discursivas, qual o papel dos interlocutores nesse processo? Se há uma compreensão entre os teóricos do modelo sistêmico-funcionalista de que a língua serve às relações sociais, pouco se pensa sobre a ação do sujeito, em sua atividade lingüística, ao usar o que ele sabe sobre uma língua e o que ele sabe sobre uma sociedade, uma cultura. Cria-se, assim, uma lacuna no modelo proposto pela LSF: de um lado, a linguagem e o seu potencial de significação; de outro, a linguagem funcionando em sociedade. Falta dar conta da realização desse processo, ou seja, das operações lingüístico-cognitivas dos atores sociais. Sem uma noção de sistemas de interfaces constituindo essa relação, o que temos é um vazio teórico a ser preenchido.

Outra questão problemática na figura proposta por Halliday (1993:23) é a idéia de que contexto social e linguagem estão em uma relação de *co-determinação*. Não fica clara a natureza dessa relação, se ela se estabelece, por exemplo, de forma direta, de forma reflexiva, ou como seja. O *empirismo social* do modelo sistêmico-funcional ignora o problema da constituição social das práticas lingüísticas, sem se preocupar em investigar questões cruciais para uma teoria funcionalista, como, por exemplo, a relação entre elementos da situação social e a produção/compreensão do discurso. A importância dos conhecimentos compartilhados para os processos de interação social, por exemplo, é desconsiderada na LSF.

Assim remetemos essas reflexões para a noção de contexto que embasa a proposta teórica de N. Fairclough (2001a, 1995, 1992) para a Análise Crítica do Discurso. O quadro elaborado por Fairclough (ver figura 1) para a sua teoria tridimensional carrega alguns elementos das dimensões de contexto do modelo de Halliday:

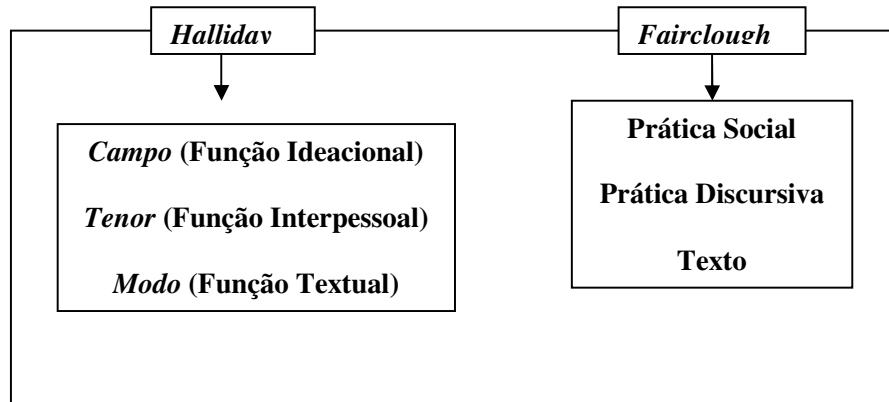


Figura 3: As Dimensões de Contexto da LSF e o Tridimensionalismo de Fairclough

Essas dimensões estão atreladas ao que Halliday (1978) definiu como as ‘multifunções da linguagem’: simultaneamente, a linguagem organiza a realidade do mundo (*função ideacional*) e as interações (*função interpessoal*), organizando também esses significados ideativos e interpessoais de forma simbólica em textos coerentes e relevantes em relação ao seu contexto (*função textual*). Segundo Halliday (1978), um modelo de linguagem como esse se relaciona quase que ‘naturalmente’ com a organização do contexto. Para uma teoria que se propõe social, é bastante questionável essa relação ‘naturalizadora’ entre situação social e linguagem. Isso se daria desta forma: a função ideacional é utilizada para construir o campo (a ação social); a função interpessoal é usada para negociar o tenor (os papéis dos interlocutores) e a função textual é empregada para desenvolver o modo (a organização simbólica). Existe, de acordo com essa concepção, uma ‘ressonância’ entre a organização funcional do significado da língua e o modelo de contexto. De acordo com Eggins e Martin (2000:347), “o contextualismo britânico é a única tradição que sugere esse tipo de correlação direta entre a organização funcional da linguagem e a organização do contexto”. Essa tradição, entretanto, vem sendo cada vez mais posta a prova com o

desenvolvimento das investigações sócio-cognitivistas – aspecto que discutiremos mais adiante.

Na teoria de Fairclough (1995), a perspectiva multifuncional da LSF está atrelada à concepção de que representações, relações e identidades estão sempre presentes em um texto. Para o estudioso, a relação é a seguinte: a função ideacional da linguagem é a função que ‘gera’ as representações do mundo; a função interpessoal inclui a função da linguagem na constituição de relações e identidades; e a função textual está relacionada à constituição do discurso (textos que vão além de sentenças individuais). A importância dessa noção de texto é que “facilita conectar a análise da linguagem com elementos fundamentais da análise social: questões de conhecimento, crença e ideologia (representações: função ideacional), questões de relações sociais e poder, e questões de identidade (relações e identidades: função interpessoal)” (Fairclough, 1995:17). É exatamente esse o ponto de conexão que o autor busca estabelecer entre uma análise social e uma análise lingüístico-discursiva.

Mesmo seguindo a proposta da lingüística sistêmico-funcionalista, Fairclough (2001a, 1995) avança em uma questão ignorada por Halliday e seus seguidores: a *relação constitutiva* entre linguagem e sociedade. Fairclough (2001b:32) assume a “concepção pragmática de que linguagem é ação, nos termos propostos por Austin e Levinson”. Entretanto, tal concepção é ampliada pelo autor, que leva em conta os termos históricos e as relações dialéticas com as outras práticas sociais. A prática discursiva seria, segundo o autor, o elemento de *mediação* entre texto e prática social. O discurso é entendido como um elemento de conexão: “de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto (Fairclough, 2001b:36)”. Isso significa afirmar que a língua constitui a sociedade, assim como também é constituída por ela. É nesse sentido que para Fairclough (2001a, 1995) *discurso é uma prática social*. A perspectiva tridimensional de análise, de acordo com o lingüista, serve para explorar as ligações entre sociedade e linguagem, em eventos discursivos particulares. De acordo com a teoria de Fairclough (2001b), cada evento discursivo tem três dimensões, uma vez que se realiza em um *texto* (falado ou escrito), é uma instância da *prática discursiva*, envolvendo a produção e a interpretação do texto, e é uma amostra da *prática social*.

Algumas reflexões podem ser desenvolvidas a partir dessa proposta. Por exemplo: ao definir que sociedade e língua estão em *relação constitutiva*, o autor não dá conta de explicar como se dá o *processo de constituição*, pois tomar o discurso como o elemento ‘mediador’ não explica todo o processo de constituição social, mas apenas uma das realizações da prática social. Quer dizer, o autor diz trabalhar com a noção constitutiva e define que essa relação se dá na relação entre os aspectos propostos na sua tríade. Tratar esses aspectos (prática social, prática discursiva e texto) sem explorar as especificidades de cada um é, de certa forma, tratá-los como iguais e não explica como um interfere (ou constitui) o outro. A escrita de um texto, por exemplo, é uma realização individual, – ainda que intrinsecamente atrelada ao social – daí a relevância dos estudos cognitivos em uma análise do discurso.

Desconsiderar tal abordagem torna a investigação da mudança social mais difícil, pois se estabelece um círculo fechado. Ou seja: a sociedade muda porque muda o discurso ou o discurso muda porque muda a sociedade? E as ações individuais, como interferem nesse processo? Poderíamos considerar, então, que tal relação se dá em uma ordem de causa e efeito, o que não propicia a idéia de integração e interação. Um fenômeno interessante para refletir sobre essa questão é o caso do ‘politicamente correto’: práticas discursivas passam a ser estabelecidas (por exemplo, para tratar grupos étnicos discriminados) com o objetivo de mudar os preconceitos e os estereótipos, mas tais mudanças, muitas vezes, não constituem novos conceitos e modelos mentais. Sem a pretensão de resolver tal problema – pois acreditamos que nele está a essência de como se dão as mudanças sociais, questão bastante complexa que exigiria um outro trabalho – iremos seguir a proposta de Lakoff (2004), que define tal processo a partir da necessidade de uma *mudança cognitiva*. Este aspecto está desenvolvido no item 2.2.5.

Após essas considerações, levantamos algumas perguntas sobre a proposta de Fairclough (2001a; 2001b): *i*) como a prática discursiva opera no processo constitutivo da prática social?; *ii*) qual o papel dos atores sociais na constituição desse processo?; *iii*) quais os elementos que operam na interface dessa constituição?

A resposta de Fairclough (2001b) a essas perguntas deixa bem clara a tradição da lingüística hallidayana em sua teoria: há uma relação de *causalidade e determinação* entre as práticas discursivas, os eventos e os textos. Assim como Halliday estabelece uma

relação determinística entre contexto e texto, Fairclough adota essa concepção para investigar como as estruturas sociais e culturais ‘opacamente’ determinam os discursos. É importante ressaltar que, na proposta de Fairclough, a relação de causalidade e determinação diz respeito à constituição discursiva e não a um tipo de imobilidade social. Isso quer dizer que, de acordo com o autor, a prática discursiva também pode servir à mudança social, mas esta prática sempre resultará de um efeito causal entre discurso e estruturas sociais, podendo resultar em discursos que reproduzem o *status quo*, ou que se opõem a ele. Por outro lado, em uma perspectiva sócio-cognitiva, essa relação sempre será entendida a partir de *atividades situadas*. Isso significa que discurso e prática social não estão em relação causal, mas *interacional*, assim como também não estão determinadas, ou preestabelecidas, mas sim *negociadas* entre os atores sociais, que detêm o poder instituído diferenciadamente.

Ainda sobre o enlace da proposta de Fairclough com o modelo da LSF, há outros problemas que se repetem. Assim como os lingüistas sistêmico-funcionalistas, Fairclough não trata de aspectos cognitivos em sua teoria, ainda que usando conceitos de natureza cognitiva. *Representação, ação, crenças, produção/distribuição/recepção de textos*: para Fairclough, tudo se dá no âmbito das ‘práticas sociais’, sem se preocupar em buscar noções teóricas mais específicas para tais aspectos. As questões que o autor situa no âmbito da sociocognição são as relacionadas à *produção* e ao *consumo textual* – mas com restrições, já que para o estudioso esses aspectos são de natureza “parcialmente sócio-cognitiva” (Fairclough, 2001a:99). Isso ocorre porque o autor não considera que as estruturas e as convenções sociais envolvidas na produção e no consumo de um texto possam ser tanto de ordem social quanto cognitiva, repetindo a perspectiva dicotômica da LSF. Se Fairclough (2001a), por um lado, reconhece as dimensões sócio-cognitivas existentes nos processos de produção e interpretação textual, por outro não desenvolve uma perspectiva sociocognitiva. Em suas críticas, o pesquisador toma a abordagem sociocognitiva de forma monolítica (ignorando as distintas linhas teóricas⁸), sem especificar exatamente o que entende por sociocognição: “A perspectiva sociocognitiva geralmente éposta em termos universais, como se, por exemplo, o efeito do contexto no sentido e a redução da ambivalência fossem sempre os mesmos” (Fairclough,

⁸ Sobre as distintas perspectivas sócio-cognitivas ver Condor e Antaki (2000).

2001a:110). As discussões que estamos desenvolvendo sobre o conceito de contexto apontam para uma direção exatamente contrária a essa compreensão, o que mostra um desconhecimento do autor sobre os distintos trabalhos que estão sendo desenvolvidos na sociocognição.

O outro aspecto a ser abordado, neste tópico, é o conceito de *representação* na teoria de Fairclough, mais sistematicamente tratado nas obras de 2003 e 2001b. O próprio conceito de representação é complexo, desenvolvido em diferentes áreas sob perspectivas distintas e tem gerado um amplo debate, críticas e divergências teóricas (ver Shanon, 1993; Potter, 1996). Por isso, faz-se necessário desenvolvermos breve introdução sobre a gênese desse conceito, apenas para situá-lo historicamente e, assim, partir para as especificidades deste trabalho.

Serge Moscovici (1978) foi o primeiro a introduzir o conceito de Representações Sociais (RS) nas Ciências Sociais. O filósofo foi motivado a desenvolver tal estudo, dentro dos parâmetros científicos, como uma crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas que não davam conta da realidade em outras dimensões, principalmente a histórica. Em linhas gerais, as RS são ‘teorias’ sobre os saberes populares e sobre o senso comum, elaboradas e compartilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Da forma como conceituou Moscovici (1978), as RS são dinâmicas e levam os indivíduos a produzirem comportamentos e interações com o meio, ações essas que modificam ambos.

Resumidamente, podemos afirmar, junto com Oliveira e Werba (1998:107), que “estudar as representações sociais é buscar conhecer o modo como o grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social”. A noção de RS, entretanto, não foi propositadamente delimitada e definida pelo autor, deixando espaço para diferentes interpretações, para distintos propósitos investigativos. Além da complexidade do conceito, esse também seria um dos fatores que levou ao desenvolvimento de debates tão amplos e diferenciados, como já mencionamos acima. Bons exemplos para as distintas ramificações da noção de RS são as desenvolvidas por Fairclough (2003 e 2001b), assim como por van Dijk (2006a, 2000b), do qual tratamos no ponto 2.4.1.

Está claro em seus trabalhos que Fairclough (2003,2001b) não entende representação a partir da ‘metáfora do espelho’ (Potter, 1996), noção atualmente bastante criticada. Pela metáfora do espelho, as coisas no mundo são refletidas através de uma superfície suave, e, nesse caso, tal superfície não é um vidro, mas a linguagem. Essa metáfora situa a descrição e a categorização das coisas mundanas como algo passivo: elas apenas ‘espelham o mundo’. Os equívocos dessa perspectiva são muitos, fazendo com que o próprio conceito de representação esteja sendo bastante questionado (Shanon, 1993). As noções de ‘língua’ (como algo transparente, um reflexo da realidade) e de ‘mundo’ (como algo estabelecido, dado) não se sustentam mais, após os estudos e investigações sob as perspectivas sócio-interacionista e cognitivistas.

Em Fairclough (2003,2001b) as representações sociais são conceituadas a partir das relações com a prática social. Por isso, o autor elabora sua própria formulação, definindo como “representações de eventos sociais” (2003:134). Como entende Fairclough (2001b), os atores sociais, envolvidos em qualquer que seja a prática, produzem representações dos outros participantes, assim como produzem representações (reflexivas) das suas próprias práticas, no decorrer das práticas sociais, por isso se trata de uma representação de eventos sociais. Assim como nos demais conceitos que desenvolveu para a sua teoria, Fairclough (2003) também usa elementos do modelo sistêmico-funcional para desenvolver seu próprio conceito de representações, sendo eles os tipos gerais de significações: Ação, Representação, e Identificação. Por isso, o autor faz a distinção das representações elaboradas a partir de aspectos do “mundo físico” (processos, objetos, relações e parâmetros espaço-temporais); do “mundo mental” (pensamentos, sentimentos e sensações) e do “mundo social” (no qual está a representação abstrata), sendo neste último que desenvolve seu estudo.

Ao fazer essa distinção, Fairclough (2003) trata das representações dos eventos sociais em níveis distintos, que, a nosso ver, leva a algumas questões problemáticas. Primeiro, dicotomiza o mundo mental do mundo social, como se ambos não fossem elaborados a partir de trabalhos de semiotização. Ou seja, fica implícito a idéia de um ‘mundo real’ e um ‘mundo imaginário’. Segundo, concebe o processo de construção de representações como estanque, que se dá diferentemente, em diferentes níveis, e não como uma habilidade cognitiva humana de uma mesma natureza: não carregamos o

mundo em nossas mentes tal qual ele é, mas sim como o discursivisamos e o organizamos em modelos mentais (ou representações). Fairclough (2003) chega a conceituar representações como recontextualizações, o que é uma perspectiva interessante, pois poderia tratar de ações cognitivas situadas de elaborações de representações. Entretanto, o autor restringe essa idéia a uma relação apenas texto – texto. Ou seja, não amplia e articula o processo de recontextualização com os distintos modelos de contexto que constituem nossa performance cognitiva, estabelecendo esse processo de forma estanque.

A partir do conceito de ‘representações do mundo imaginário’, como delimitou Fairclough (2003), poderíamos retomar a discussão sobre a ausência de uma abordagem cognitiva para tratar de certas habilidades, o que pode levar a alguns incongruências teóricas. Por exemplo, para o autor as representações imaginárias dariam conta de como as coisas deveriam ou poderiam ser, no sentido que projetam ‘mundos possíveis’. Se entendermos que a elaboração das representações sociais se dá a partir de operações mentais e discursivas, e que essas operações vão estar sempre apoiadas em modelos que construímos continuamente a partir das nossas experiências, ou do nosso ‘repertório discursivo’, isso significa dizer que as representações não dão conta do ‘mundo em si’, mas sempre, de certa forma, de mundos possíveis, ou imaginados, pois estão impregnadas das crenças, das ideologias e até mesmo do preconceito de uma sociedade. O racismo, por exemplo, não existe porque negros e latinos são naturalmente inferiores, mas porque alguns grupos sociais (os grupos poderosos) assim os imaginam, ou os representam. Dessa forma, tomando as representações sociais como elaborações coletivas, resultante de complexos sistemas de crenças e conhecimentos, é possível ir um pouco mais adiante nas nossas reflexões sobre a teoria de Fairclough (2003,2001a), no que diz respeito à sua proposta de “discurso como mudança social” (2001a). Não se trata de negar o potencial das práticas discursivas no que diz respeito à constituição da sociedade, mas sim, de discutir a relevância das propriedades cognitivas nesse processo, aspecto que o autor não leva em conta. A necessidade do aspecto cognitivo no trato da mudança social está desenvolvida no item 2.2.5, a partir dos estudos de Lakoff (2004). No tópico a seguir, desenvolvemos algumas reflexões sobre a ‘mudança social’ na obra de Fairclough, partindo de suas referências nas bases conceituais do marxismo clássico.

2.2.2 As Noções de Língua e Ideologia da Teoria Marxista em Fairclough e o Estancamento da Mudança Social

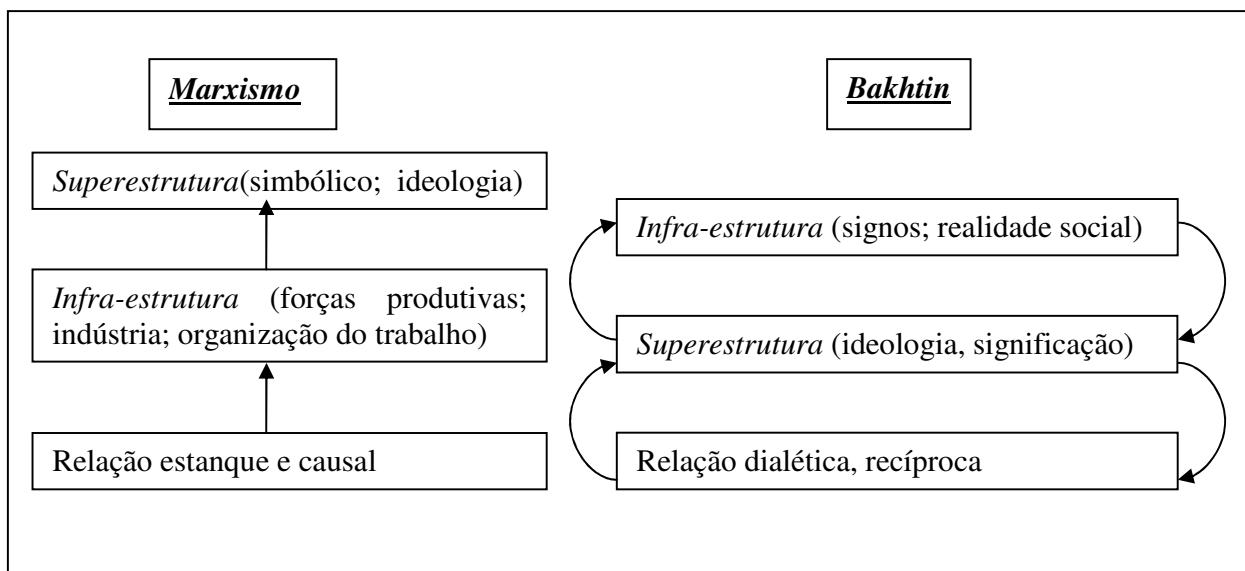
A relação de causalidade e determinação entre discurso e sociedade também pode ser discutida a partir da influência marxista na teoria de Fairclough. Em artigo publicado em co-autoria com Phil Graham (2002), o autor defende a importância da obra de Karl Marx para a análise do discurso, e vai mais além: sugere que Marx foi o primeiro analista crítico do discurso da história. “Nesse trabalho identificamos alguns dos elementos dos escritos políticos e econômicos de Marx que são relevantes para a Análise Crítica do Discurso (ACD) contemporânea. Nós argumentamos que Marx poderia já estar praticando um tipo de análise do discurso. Identificamos elementos no método do materialismo histórico que apóiam tal interpretação (Fairclough & Graham, 2002)”.

Não é nosso objetivo aprofundar uma discussão sobre a teoria marxista, tendo em vista a sua complexidade e seus vários desdobramentos, e também por fugir do propósito deste trabalho, mas algumas críticas feitas por Bakhtin 2002 [1979] ao marxismo são relevantes para as nossas considerações, uma vez que essas ressalvas tratam da noção de língua e, assim, podem ser associadas à proposta de Fairclough. Para Bakhtin (2002 [1979]), um dos problemas fundamentais do marxismo deveria ser desenvolver uma reflexão, a partir da filosofia da linguagem, sobre as relações entre a infra-estrutura e as superestruturas. Segundo o pensador russo, o marxismo só teria a ganhar com o tratamento dessas questões.

Dois aspectos específicos nos interessam nesta discussão: *i)* para Bakhtin (2002 [1979]), não está claro, na teoria marxista, como a infra-estrutura determina a língua e a ideologia. Uma das respostas é ‘pela causalidade’, sendo que para Bakhtin isso não resolve o problema, pois a resposta é demasiadamente vaga. O que o autor reivindica é um aprofundamento teórico e uma mudança de perspectiva nessa relação. Segundo Bakhtin, superestrutura ↔ infra-estrutura estão em relação recíproca. “O problema da relação recíproca entre a infra-estrutura e as superestruturas, problema dos mais complexos e que exige, para sua resolução fecunda, um volume enorme de materiais preliminares, pode justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material

verbal” (Bakhtin 2002 [1979]: 41); *ii) outro aspecto relevante consiste em observar em que categoria os dois filósofos situam a língua.*

Na teoria marxista, o simbólico – como a ideologia – faz parte da superestrutura que é determinada ou controlada pela infra-estrutura. Isto atribui um caráter de imobilidade e rigidez tanto à língua como à própria constituição da sociedade. De acordo com a proposta de Bakhtin (2002 [1979]), há elementos sígnicos tanto na infra-estrutura quanto na superestrutura, por isso essas duas categorias deveriam ser entendidas a partir de uma relação de reciprocidade. Observemos o esquema abaixo:



Esquema 3: Perspectivas Relacionais e Sígnicas em Marx e em Bakhtin

Com essa distinção, Bakhtin (2002 [1979]:41) pretende chegar à “essência do problema”, que seria “a questão de saber *como* a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, e *como* o signo reflete e refrata a realidade em transformação”. E é justamente na idéia de que o signo *reflete e refrata* a realidade que estão os conceitos de reciprocidade e dinamicidade que faltam à concepção marxista (grifos do autor). Fairclough (2001b) trata desse aspecto em sua perspectiva constitutiva. No entanto, sem abandonar sua tradição marxista, nem dar a devida atenção à preocupação de Bakhtin (2002 [1979]:41) sobre *como* se dá essa relação, o lingüista britânico acaba por recair na relação de causalidade entre prática social e prática discursiva, como já discutimos nos tópicos anteriores. O

conceito marxista de língua (ou simbólico) não está explicitamente atrelado à obra de Fairclough, diferentemente da noção de ideologia, fortemente marcada pela tradição marxista. Por isso, entendemos que há um resquício de imobilidade no tridimensionalismo de Fairclough (2001a), entre as outras questões já discutidas, que dão uma conotação de estancamento na sua proposta de mudança social. Assim, chegamos ao aspecto que gostaríamos de introduzir para tal conceito: o *reframing*.

2.2.3 O *reframing* como Proposta de Mudança Discursivo-cognitiva

A proposta de Lakoff (2004) sobre *reframing* parece-nos pertinente para a discussão sobre mudança social, pois traz a perspectiva cognitivista para a sua fundamentação. É preciso esclarecer, desde o início, que essa noção ainda não foi aprofundada pelo próprio Lakoff, que apenas a introduziu ‘despretensiosamente’ no livro em que o autor analisa a disputa eleitoral entre os candidatos norte-americanos à presidência: George W. Bush e John Kerry, em 2004. Entretanto, entendemos que na idéia de *reframing* pode estar um princípio para o estudo sobre mudança social e a sua investigação poderia dar conta das lacunas que discutimos na proposta de Fairclough (2001a). Por isso, mesmo correndo o risco de apresentar um conceito ainda não estabelecido – ou mesmo bem fundamentado – decidimos trazer tal discussão para este trabalho, ainda que sirva como proposta para uma pesquisa futura.

Contextualizando a discussão tratada por Lakoff (2004): o principal motivo do fracasso eleitoral de Kerry foi a sua incapacidade de propor *frames* alternativos aos de Bush, durante a campanha. Isso deveria ser feito, segundo o lingüista, a partir da proposta de uma nova agenda de debates, o que levaria o eleitorado a ter necessidades de programas de governos alternativos, que não atendessem simplesmente às questões de família, nacionalidade, segurança nacional, combate ao terrorismo, entre outros *frames* elaborados pelos assessores de Bush no desenrolar dos debates. O aspecto que queremos abordar diz respeito ao que Lakoff (2004) propõe, a partir dessa investigação: os nossos sistemas de crenças são profundamente elaborados cognitivamente e emocionalmente, e também com fortes raízes históricas. Isso quer dizer que uma mudança social requer, não

só uma mudança discursiva, mas uma *mudança cognitiva*. O que se daria, conforme o autor, apenas com a mudança de *frames* – o que seria mais que uma mudança na linguagem – e, por isso mesmo, muito mais difícil. A mudança de crenças racistas e machistas, por exemplo, ocorreria a partir de algum tipo de *insight* social profundo, capaz de substituir certos modelos mentais e de eventos armazenados na memória de longo prazo. Como já adiantamos, a discussão apresentada por Lakoff (2004) não traz uma forte base teórica, pois seu objetivo foi mais de análise de conjuntura eleitoral americana, do que elaborar uma teorização cognitiva. Entretanto, se articularmos tal discussão com as suas propostas sobre *corporificação da mente* e *categorização* apresentadas em Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999), é possível desenvolver reflexões pertinentes para este capítulo. Essas propostas estão desenvolvidas no terceiro capítulo, mas trazemos aqui alguns aspectos para melhor respaldar a noção de *reframing*.

Para Lakoff (2004), *frames* são estruturas mentais que orientam a nossa concepção de mundo. Segundo o autor, as palavras são definidas, em grande medida, por *frames* conceituais. Isso quer dizer que, quando ouvimos uma palavra, um *frame* – ou uma coleção deles – é ativado em nosso cérebro. Esses *frames*, ordenadores de nossas performances cognitivas, são historicamente construídos e têm forte orientação ideológica. O que Lakoff (2004) argumenta é que na sociedade norte-americana, situadamente, palavras como ‘moral’, ‘família’ e ‘segurança’ estão atreladas a conceitos com grande força da ideologia Republicana. Ou seja, são *frames*. E para que um democrata consiga tratar desses conceitos, a partir da sua perspectiva ideológica, seria necessário um profundo processo de *reframing*, ou seja, de reconceitualização dessas palavras. Só assim o discurso dos democratas se diferenciaria do discurso dos republicanos. Dessa forma, *reframing* são ações cognitivas que propiciam operações lingüísticas, partindo de enquadres elaborados por pontos de vista diferenciados.

Essa discussão trata do que Lakoff (2004) defende por ‘mudança cognitiva’. Tal proposição fica mais consistente se compreendermos a concepção do autor sobre a natureza corporificada da mente. Para Lakoff (1990), a constituição do individual se dá a partir da interação com o social e a nossa mente – ou os sistemas que organizam o nosso conhecimento, como os *frames*. Assim, o nosso pensamento e a nossa razão concernem, essencialmente, à natureza do organismo fazendo coisas e pensando – incluindo a

natureza do seu corpo, sua interação em seu ambiente e suas características sociais. Dessa forma, seguindo as reflexões do autor, podemos pensar que a mudança social exige uma mudança dessa constituição do individual em interação com o social, que construiria a reconceitualização dos objetos do discurso. Ou ainda: *reframings*. Na proposta de Lakoff (2004), esse processo está atrelado ao *frame*, delimitado por ele aos itens lexicais. Entretanto, vislumbrando trabalhos futuros, poderíamos pensar sob essa perspectiva para o estudo de outros elementos lingüísticos e de outras organizações cognitivas mais complexas, como os modelos mentais, memória, entre outros.

Assim, é importante esclarecer que tratamos do conceito de *frame* a partir das considerações de Lakoff (2004) por esse estar atrelado à noção de *reframing*, que propomos para esta investigação. Entretanto, temos consciência da complexidade dos estudos sobre *frames* e da trajetória histórica pela qual esse conceito tem passado, em distintas áreas do conhecimento, com diferentes ramificações de pesquisa. Entre esses estudos, citamos os de Minsky (1979); Tannen (1985) e Schiffrin (1977) pela suas importâncias nas diversificadas investigações desse conceito. Também é importante esclarecer, para a finalização deste tópico, que operamos com os conceitos de *frame* e *reframing* com dois propósitos: 1) neste ponto e no terceiro capítulo sob a perspectiva teórica, para a construção da proposta da Análise Cognitiva do Discurso; 2) como categorias analíticas. Citamos a macrocategoria *frames* de cobertura no primeiro capítulo, mas o uso dessas noções para as análises está desenvolvido nos capítulos 4 e 5, juntamente com as demais categorias que compõem a investigação da legitimação como um fenômeno discursivo-cognitivo.

2.3 Sociocognição e Discurso

Cognição e discurso já foram conceitos que pertenceram a campos epistemológicos distintos, tratados como incompatíveis, sendo cognição uma noção que unanimemente os analistas do discurso entendiam como algo que não lhes dizia respeito. Essa postura é ainda bastante forte entre alguns teóricos da AD, principalmente os da linha francesa, na qual a reação anti-cognitivista foi tomada quase como uma ‘opção política’, sustentada pelos equívocos de uma perspectiva mentalista, que, ao situar a

cognição como uma propriedade inata, desconsiderava qualquer relevância do social em suas pesquisas. É nesse sentido que Flower (1994:32) discorre sobre a dificuldade em construir uma teoria social cognitiva, pois se trata de um projeto que, além de abarcar toda uma complexidade teórica, também está relacionado a um problema de “política intelectual”. Desenvolver uma teoria sociocognitiva resulta em uma tentativa de conciliar pesquisas tradicionalmente desenvolvidas em perspectivas diferenciadas – o que nada mais é do que o nosso hábito secular em opor social x individual. A ‘visão sociocognitivista’, mesmo que desenvolvida a partir de linhas de trabalho distintas, assume o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo, sustentando que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos. “Neste caso, o interesse se concentra no modo como as pessoas, enquanto membros de culturas ou grupos particulares, percebem e descrevem o mundo social” (Condor e Antaki, 2000: 454).

Marcuschi (2004b) vai mais além e defende que, com o enfoque sociocognitivista, passa-se a analisar *atividades de construção*, e não mais de *processamentos*, conceito carregado por uma noção mecanicista da mente, como iremos discutir mais adiante. Compreender que as propriedades cognitivas são construídas na prática social “possibilita perceber com mais clareza como emergem nas práticas públicas as propriedades da cognição e, assim, a possibilidade de captar o dinamismo dos processos que dão origem a estruturas conceituais complexas” (Marcuschi, 2004b:13). Isso significa que a nossa forma de perceber, compreender, categorizar e, por fim, construir os ‘objetos do discurso’ resulta de atividades contínuas e situadas, que se dão na interação social. Assim, trata-se de perceber como as pessoas agem sobre o mundo, no mundo, com o mundo.

A falência das polaridades social x individual já foi reivindicada por vários autores, em distintas áreas do conhecimento (Santos, 2004; 2003). Os estudos discursivos têm se mostrado cada vez mais relevantes no trato dessa questão. Isso porque o empreendimento de usar uma língua encontra-se sempre em relação dialética entre os conhecimentos individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que a formulação de textos é uma realização individual, sempre será socialmente construída e compartilhada. É nesses termos que Beaugrande (1997) propõe a noção de língua como um *sistema virtual* –

sendo esse sistema atualizado no texto, entendido como um *sistema real*. Assim, a língua é um ‘sistema adaptado’, sintonizado com os usos possíveis e os usos correntes. “Dessa forma, a relação entre o sistema virtual da língua e o sistema real de texto é uma dialética onde cada lado controla o outro, enquanto eles funcionam conjuntamente” (Beaugrande, 1997:12).

Situar a língua como um sistema virtual tem como fundamento quatro propostas relevantes para a nossa discussão: *i*) a língua está integrada com a cognição e com a sociedade, encontrando-se no discurso a sua possibilidade de realização; *ii*) a língua está em evolução contínua, assim como todas as práticas sociais; *iii*) existem várias ‘versões de língua’ (ou usos), pois sua realização resulta de diferentes situações, entre diferentes interlocutores; *iv*) esta perspectiva reconsidera o equilíbrio entre a liberdade do uso da língua *versus* as convenções da língua de uma comunidade. É dessa forma que, ao usar uma língua, as pessoas nunca usam *toda a língua*, nem mesmo todo o seu conhecimento dessa língua, mas sempre uma ‘*versão ativada no fluxo do uso da língua*’, o que dá suporte ao discurso. Nessa perspectiva, não cabe mais a noção de língua como um sistema fechado e bem ordenado. Como também não cabe mais a relação dicotômica entre língua e discurso, que nada mais é do que a repetição da dicotomia individual x social.

Beaugrande (1997:12) se opõe radicalmente às dicotomias:

“Vamos encarar isso: a língua é sustentada pelas práticas discursivas e tomar esse fato seriamente pode nos levar a novos *insights* importantes para toda a série de pares estabelecidos em inadequadas dicotomias: teoria x prática, sistema x dados, geral x específico, saber x fazer, ordem x caos”.

O grande equívoco dessas oposições, já tão cristalizadas no nosso cotidiano, é nos fazer crer que podemos compreender um aspecto desarticulado do outro. A proposta do autor consiste em entender a relação das coisas a partir de uma compreensão dialética e contínua. Assim como a ordem não é o oposto do caos, mas sim algo construído a partir da relação com ele, não há a possibilidade de *fazer* algo sem um *saber*, ou seja, não há uma *prática* que não esteja fundamentada por uma *teoria*. Romper com os antagonismos

é fundamental para que se compreenda o que significa uma relação constitutiva entre discurso ↔ cognição ↔ sociedade, com a cognição operando nessa interface. Só assim pode-se concluir que o processo de produção textual requer uma interação complexa entre os ‘delimitadores padrões da língua’ (como as relações sintáticas, por exemplo) e os ‘delimitadores emergentes’ que um contexto envolve. Ou como afirma Beaugrande (1997:11): “as pessoas usam e compartilham a língua precisamente porque ela é um sistema continuado de interação com os seus conhecimentos sobre o seu mundo e sua sociedade”.

Na concepção de que a língua é um sistema virtual e o texto é a sua possibilidade de atualização, dá-se espaço para a ação de um sujeito, mais especificamente um sujeito cognitivo, operando com o seu conhecimento social/individual para a prática lingüística. Nessa perspectiva, cabem os conceitos de *interação*, *negociação*, entre outros, porque a atividade de atualização da língua é entendida a partir da sua propriedade social e cognitiva. É interessante refletir sobre essas questões, remetendo a algumas considerações que já fizemos sobre o modelo SFL de Halliday (1978), no qual as chamadas ‘funções da linguagem’ parecem operar autonomamente, sem a ação de um sujeito, deixando um vácuo na relação língua-sociedade. Como concebe Beaugrande (1997), faz-se necessário um modelo de linguagem em interface com as delimitações lingüísticas, cognitivas e sociais, delimitações estas construídas a partir do conhecimento compartilhado em sociedade. Esse modelo daria conta de explorar as *interfaces sistemáticas* entre o *movimento discursivo* (quando se realiza um enunciado), o *movimento cognitivo* (quando se acessa e usa o conhecimento) e o *movimento social* (quando há interação entre os indivíduos). Todos esses movimentos estão em co-sustentabilidade, ou seja, o discurso, a cognição e o social perpassam todos os movimentos. Assim, a idéia é de dinamicidade e interação e destacar esses movimentos tem apenas a função analítica.

Ao assumir a natureza inherentemente social da cognição, rejeitamos a perspectiva mentalista, que, ao situar a cognição como uma propriedade privada, preocupa-se em explicar como os conhecimentos de um indivíduo estão estruturados e representados em sua mente e como eles são acionados para resolver os problemas postos pelo ambiente (Shanon, 1993). Rejeitar o individualismo da proposta mentalista, entretanto, não deve

ser entendido como negar que existem indivíduos, e que indivíduos têm mentes. Só que, tanto os indivíduos (atores sociais) como suas mentes (sua capacidade cognitiva) se constituem socialmente, e tal constituição propicia a interação entre sujeitos cognitivos. Isso nos faz entender que operamos discursivamente porque somos dotados de propriedades cognitivas que nos propiciam produzir/compreender textos. Nossa habilidade lingüística não pode ser tomada como algo que precede o nosso aparato cognitivo. É importante ressaltar, ou reiterar, se isso já ficou claro em algum momento do trabalho, que não entendemos mente *apenas* como algo interno, mas sim um aparato que se constrói na interação, interação esta que se dá entre sujeitos situados sociocultural e historicamente.

De forma ampla, a inserção da perspectiva sócio-cognitiva na Lingüística tem resultado em abordagens completamente diferenciadas e bastante produtivas, em várias linhas de investigação: no ensino da escrita (Flower, 1994), na Lingüística de Texto (Beaugrande, 1997; Koch, 2004, Marcuschi, 2001), nos estudos de referência (Marcuschi, 2003a; Mondada, 2000; 1997), na reelaboração das noções de metáfora (Lakoff e Johnson, 2002) e contexto (van Dijk, no prelo; 2006), citando apenas alguns. Em um apanhado sobre os (des)encontros entre a Lingüística e as Ciências Cognitivas, Morato e Koch (2003:85) defendem que essa relação é uma “empreitada pragmático-discursiva para se compreender melhor a natureza do processamento de certos aspectos da cognição humana”. Para as autoras, o estudo não só das línguas como também do funcionamento da linguagem tem lugar garantido nas ciências da cognição. A entrada da Cognição na Lingüística foi considerada por Marcuschi (2005a) como ‘uma espécie de *cognitive turn*’, em comparação à guinada Pragmática, datada de meados do séc. XX. Para o pesquisador, a preocupação da Lingüística com as atividades cognitivas é de extrema pertinência, pois num certo sentido a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição (Marcuschi, 2005a).

2.4 A Proposta Sociocognitiva de Teun van Dijk

A Análise Cognitiva do Discurso trata de dar conta da ação coletiva/individual no processo de (re)construção do conhecimento, das ideologias, das crenças e das atitudes.

Nessa linha de investigação, a mente não é compreendida como algo externo ao discurso, algo invisível, para a qual só cabem especulações, mas sim como de natureza discursiva. (van Dijk, 2000b). Para isso, é preciso considerar as propriedades cognitivas como resultantes de ações intersubjetivas, sendo construídas na interação social. E se, por um lado, a cognição se constitui na interação, por outro também a propicia, pois é através dos nossos conhecimentos compartilhados, – entre eles o lingüístico – que nos entendemos, ou buscamos o entendimento pela negociação. Assim, a atividade discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados, e cognitivamente elaborados. Conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir a conferências e aulas ou escutar uma música: são práticas discursivamente realizadas, que resultam de processos constantes de *compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentidos e de valores*, ou seja, das nossas ‘performances cognitivas’. Assim é que discurso↔cognição↔interação estão em relação constitutiva, ressaltando-se que a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que praticamos individualmente, ou seja, nossa fala ou escrita, assim como em outras práticas sociais.

Perceber a propriedade de interface da cognição é buscar uma investigação aprofundada e complexa para uma questão ainda não totalmente resolvida na Análise Crítica do Discurso: como se dá a relação discurso ↔ sociedade? Se os analistas críticos do discurso concordam que a inter-relação entre discurso e sociedade não pode ser investigada adequadamente sem a combinação de teorias lingüísticas e sociológicas, muitos ainda desconsideram (ou mesmo rejeitam) a abordagem sociocognitiva. Esse problema também é apontado por Wodak (2006) que, ao fazer uma revisão teórica do próprio trabalho, argumenta sobre a importância das teorias cognitivas na Análise Crítica do Discurso, principalmente para dar conta do *link* entre discurso e sociedade. O objetivo de uma análise sociocognitiva do discurso deve ser, fundamentalmente, o de investigar as práticas discursivas como ações públicas que podem desempenhar uma variedade de funções sociais, tais como a (re)produção da discriminação étnica, social e sexista.

Neste ponto do capítulo, pretendemos abordar os conceitos fundamentais da AD Cognitiva de forma mais sistemática, assim como enfocar a relevância dessa proposta

para o nosso estudo sobre (des)legitimização, e, por fim, trazer algumas reflexões críticas sobre esta abordagem.

2.4.1 Discurso ↔ Sociedade em Três Aspectos de Interface

A interface entre discurso e sociedade é complexa e qualquer ênfase em alguns dos múltiplos fenômenos que envolvem essa relação sempre será reducionista. Dessa forma, como não é possível esgotar todas as questões, parece-nos mais interessante focar em alguns aspectos fundamentais e mais relevantes para o quadro teórico desta investigação. Se a cognição é a propriedade que opera na interface entre a sociedade e as realizações discursivas, precisamos desenvolver noções que dêem conta de explicar teoricamente esse processo. Assim, tomaremos os conceitos de *contexto*, *modelos mentais* e *ideologia* para tratar a questão da interface, sem desconsiderar que várias outras propriedades atuam nessa relação.

Esses aspectos são também os que mais têm sido aprofundados na proposta de van Dijk para uma AD cognitiva. A noção de *modelos mentais*, desenvolvida por van Dijk e Kintch (1983) e adotada na Psicologia Cognitiva e na Lingüística, pouco é explorada em análises discursivas, enquanto que os conceitos de *contexto* e *ideologia* ainda são tratados tendo como base as teorias tradicionais, como discutiremos mais adiante. Todas as considerações a seguir são fundamentadas a partir dos diversos estudos de van Dijk citados neste trabalho.

Contexto

A principal distinção entre as teorias cognitivas e a teoria clássica sobre contexto reside no fato de que aquelas não aceitam que o discurso seja *diretamente determinado* por aspectos regularmente tratados como contextuais: instituições, cultura, gênero, idade, classe social etc. Se, por um lado, esses aspectos são relevantes para a elaboração de discursos, por outros eles não podem ser entendidos como determinantes. Na proposta de van Dijk (2006a), contextos são interpretações subjetivas desses elementos, em um

processo de interação situado. Assim, contextos são construções interacionais elaboradas a partir dos distintos elementos em uma situação social específica que os interlocutores tomam como relevantes para a sua produção discursiva. Não há uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais, mas sim interpretações que atores sociais engajados em alguma prática elaboram sobre esses aspectos. Por isso, para evitar esse determinismo social, é preciso levar em conta não apenas as condições de variações sociais, mas também as variações individuais através das interfaces sob as quais operam os interlocutores quando falam ou escutam: eles compreendem, interpretam, constroem etc. Ou seja, contextos são *subjetivos* por definição – sem desconsiderar suas propriedades sociais e intersubjetivas, que possibilitam, por exemplo, a compreensão discursiva.

Os contextos são co-construções situadas e dinâmicas, cujas ações dos interlocutores continuamente as reconfiguram. É nesse sentido que os contextos operam na interface entre a prática social e a discursiva. O processo de elaboração ou compreensão de um texto não é *diretamente controlado* pelos papéis dos interlocutores, sua classe social, ou sua idade, ou mesmo um determinado evento social, esses elementos vão constituir subjetivamente a fala e a escrita, pois dependerá, primeiramente, de como as pessoas compreendem e interpretam os elementos contextuais relevantes para a elaboração desses textos, assim como os conhecimentos por elas compartilhados. A partir de uma perspectiva cognitivista, podemos afirmar que os contextos são as construções mentais (com base na experiência social) com as quais operamos no momento de elaboração de um texto (falado ou escrito), daí a afirmação de que texto e contexto estão intrinsecamente vinculados, sendo que o contexto não se constitui apenas pelas estruturas externas ao discurso, mas também pelas representações subjetivas elaboradas pela nossa cognição. É apenas com essa compreensão que podemos dar conta de como os atores sociais são diferentemente influenciados e atuam distintamente em uma mesma situação social.

Outro aspecto importante da teoria de van Dijk (2006) sobre contexto são os elementos que dão conta da *relevância*. Ou seja, o que é socialmente construído e individualmente assumido como relevante, em eventos comunicativos específicos e, em outra situação, com outros indivíduos, mas em um mesmo evento comunicativo, as

relevâncias passam a ser outras. Essa questão é particularmente importante para refletirmos porque alguns gêneros, mesmo que tendam a ser ritualizados, nunca são exatamente reproduzidos. Por exemplo, dar uma aula, mesmo quando tratamos dos mesmos assuntos, são ocorrências distintas nas diferentes turmas. Isso porque é no momento da interação com um grupo de alunos específicos – ou seja, uma ação situada, que os elementos contextuais são construídos e, assim, o que é tomado como relevante para aquele evento. Assim, as relevâncias dos contextos só podem ser definidas se elas forem entendidas como ‘relevâncias-para-os-participantes’: sem abstrações e generalizações determinadas pelos altos níveis das estruturas sociais. Assim, o aspecto da relevância do contexto é importante para dar conta do processo interacional dos participantes em um evento e, consequentemente, como eles se constroem a partir da influência dos outros participantes, das suas próprias definições, assim como as da própria interação.

Modelos Mentais

Os modelos mentais são construções subjetivas ou definições que atribuímos a situações comunicativas específicas, daí a relevância de seu estudo nas práticas discursivas. Eles são constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória episódica (parte da memória de longo prazo que dá conta das nossas estruturas mentais mais imediatas). Por isso, os modelos mentais não podem ser entendidos como elementos de natureza rígida e homogênea. A sua atualização se dá a partir do nosso contínuo processo de atividade social. Os modelos mentais estão relacionados ao processo de produção e compreensão textual ou de eventos, pois operam na construção das representações sobre tais eventos ou das situações tratadas em um texto. Os modelos mentais são de natureza social⁹, pois têm fortes características de ‘pertença’ de grupos, mas são também intrinsecamente individuais, resultando das nossas experiências, da nossa biografia, armazenadas na nossa memória. Eles também são

⁹ A perspectiva da constituição social dos modelos mentais é um dos pontos principais para distinguir essa noção de uma perspectiva mentalista. Não é por eles serem entendidos como elaborações mentais que devem ser tomados como algo inato. Eles compõem o nosso aparato cognitivo e são constituídos a partir das nossas relações sociais.

situacionais/interacionais, pois são diferenciados em cada ação comunicativa: toda prática discursiva envolve a articulação de modelos mentais específicos, por isso eles são representações subjetivas dos eventos ou situações sobre as quais um discurso trata.

Os modelos mentais são estruturas cognitivas que podem ser entendidas como as nossas ‘representações da realidade’, por isso operam nas avaliações e valorações (opiniões) sobre eventos específicos, grupos e atores sociais. Os modelos mentais estão em relação intrínseca com o contexto, pois são as estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos. Por isso, no processo discursivo, os modelos mentais relacionados às situações que estamos tratando têm várias funções. Primeiro, eles servem como ponto de partida do discurso: nós sabemos alguma coisa nova sobre um evento ou uma situação e essas representações servem como orientações momentâneas para contar uma história, escrever uma notícia jornalística, uma carta etc. De forma inversa, os modelos mentais também têm a função instrucional, ou seja, servem aos nossos processos de compreensão discursiva: entendemos os discursos quando somos capazes de construir modelos mentais sobre eles. Assim, o próprio processo de construção de sentido de um texto envolve a produção e atualização de um modelo mental.

É da natureza dos modelos mentais as organizações esquemáticas construídas culturalmente. Por isso, eles são variáveis e muitas das suas propriedades são gerais. Isso quer dizer que as pessoas não entendem os discursos e os eventos, nem mesmo de formas infinitamente variáveis. Mas elas se utilizam de esquemas, movimentos e estratégias cognitivamente acessíveis para facilitar sua tarefa de compreender as mais distintas variações discursivas e situacionais. Dessa forma, chegamos a um aspecto fundamental sobre os modelos de contexto: como se tratam de organizações cognitivas para a produção e compreensão discursivas, eles são essenciais para o próprio processo interacional. Por isso, os modelos mentais não podem ser apenas atrelados à articulação de elementos lingüístico-discursivos para a construção discursiva. Eles também acionam a articulação de elementos complexos, tais como a memória e os conhecimentos compartilhados. Resumidamente, seguindo as palavras de van Dijk (2006): os modelos mentais são construções muito poderosas e algumas investigações têm mostrado que eles ‘existem’ independentemente de estarem envolvidos em situações discursivas.

Ideologia

Ao situar a ideologia como um dos aspectos que opera na interface entre discurso e sociedade, van Dijk (2000c, 1998) elabora esse conceito a partir do enfoque sociocognitivo. Essa perspectiva se diferencia bastante das tradicionais, principalmente as desenvolvidas com base na linha marxista. Na proposta de van Dijk (2000c, 1998), a ideologia não tem a conotação negativista e opressora – ou como foi definida na perspectiva marxista de ‘a falsa consciência’ –, pois não está atrelada a um instrumento da classe dominante para manter o poder. Essa mudança na noção de ideologia se deve, em princípio, às referências adotadas por van Dijk para investigar tal fenômeno. Se, tradicionalmente, o conceito de a ideologia foi desenvolvido pela Sociologia e pela Filosofia, situando-a a partir das relações de poder, com os estudos da Psicologia e da sociocognição, passou-se a tratar dessa noção como *sistemas de crenças compartilhados por grupos*, ou como elaborações cognitivas compartilhadas por pessoas que fazem parte do mesmo grupo social. Assim, as ideologias não são falsas nem verdadeiras, mas elementos de coesão e coordenação de práticas sociais. Essa mudança de enfoque não mais situa a ideologia como um instrumento de opressão, mas como um aspecto que pode propiciar, inclusive, a mudança social. Por um lado, existe o predomínio das ideologias das classes dominantes, que contam com vários artifícios para a sua imposição, entre eles o domínio discursivo, mas por outro também existem as ideologias revolucionárias e libertadoras. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo, é regido por ideologias que defendem a reforma agrária e um sistema igualitário de distribuição de renda. E, dessa forma, poderíamos citar outros grupos ideológicos que lutam contra o *status quo*, tais como o movimento feminista e o movimento negro.

Como concebe van Dijk (1998:21), as ideologias são “as bases das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo”, permitindo-os se organizar em torno de crenças sociais específicas, o que os unem e os permitem agir coordenadamente. Por isso, as ideologias são entendidas como elementos que operam na interface entre sociedade e cognição. Da diversidade de valores e conceitos construídos em uma sociedade, os grupos se articulam em torno de afinidades, e assim compartilham e re-elaboram suas crenças. Assim, podemos afirmar que a ideologia é uma categoria

axiomática, pois define outros elementos cognitivos (como os modelos mentais), sendo socialmente construída e compartilhada, pois diz respeito necessariamente a grupos (não há ideologias individuais), sendo discursivamente reproduzida. Isso quer dizer que as ideologias se constituem a partir de três aspectos: *cognitivo*, *social* e *discursivo*. Entretanto, se várias práticas se organizam em torno da ideologia, é a partir do discurso que ela mais se propaga. Dessa mesma forma, é pela análise discursiva que podemos identificar suas manifestações e combatê-las, no caso de ideologias que propagam o racismo, o preconceito e discriminação, por exemplo.

Sendo as ideologias crenças compartidas por grupos sociais, elas definem a identidade, os interesses e as ações desses grupos. As ideologias são as organizações cognitivas responsáveis, por exemplo, pela polarização Nós x Eles, e operam fortemente no processo de compreensão de mundo e na ação social. A polarização Nós x Eles é fortemente marcada nos discursos ideológicos e, necessariamente, tem a função valorativa (bem x mal); (certo x errado). Dessa forma, é importante ressaltar que “as ideologias não são apenas ‘uma visão de mundo’ de um determinado grupo, mas fundamentalmente os princípios que formam a base dessas crenças (van Dijk, 1998:21)”. Assim como também as ideologias não servem apenas para ‘dar sentido’ às ações sociais, mas são as reguladoras e propulsoras dessas ações. Em outras palavras, as ideologias consistem em representações sociais que definem a identidade social de um grupo. Assim, as diferentes ideologias são definidas pelo tipo de grupo que ‘tem’ uma ideologia. Por isso, o MST é tão distinto da União Democrata dos Ruralistas (UDR), assim como são distintas as ideologias das mais variadas igrejas, partidos políticos etc.

Como o fundamento sociocognitivo de grupos sociais, as ideologias são gradualmente adquiridas pelos seus membros e, em determinados momentos históricos, mudadas. Por isso, elas são de natureza relativamente estável. Isso quer dizer que ninguém se transforma em um socialista, por exemplo, a partir de uma decisão pontual. Várias experiências, interações e discursos são precisos para adquirir uma ideologia ou modificá-la. O contrário também pode ser analisado dessa forma. Se as ideologias são gradualmente adquiridas, elas também podem ser gradualmente ‘desintegradas’ e, assim, membros de grupos deixam de acreditar no que antes o identificava como daquele grupo. Assim, podemos afirmar, seguindo van Dijk (2006c), que as ideologias têm várias

funções sociais e cognitivas: *i*) elas organizam e consolidam as representações sociais dos grupos; *ii*) são as bases principais para a elaboração dos discursos dos membros dos grupos como membros dos grupos; *iii*) elas possibilitam que membros de grupos organizem e coordenem suas ações e interações em propósito dos interesses coletivos. Por fim, as ideologias funcionam como parte da interface sociocognitiva entre as estruturas sociais dos grupos, de um lado, assim como seus discursos e suas outras práticas sociais, de outro.

Na teoria de van Dijk, as ações de ‘representações sociais’ são intrínsecas aos três elementos pontuados acima. Entretanto, o autor ressalta que as representações sociais *não podem ser reduzidas a modelos mentais*. Se estes dão conta das singularidades discursivas construídas ideológica e socialmente, essas singularidades não podem ser explicadas apenas pelas circunstâncias. Elas precisam ser elaboradas a partir de estruturas mentais mais permanentes, trocadas com os outros, e que componham a memória social. O conhecimento social, as atitudes e as ideologias precisam de mais estabilidade, permanência e continuidade, em relação às distintas situações, para que sejamos capazes de agir em ações comunicativas. Por isso, é preciso levar em conta que nós precisamos ter conhecimentos, crenças, valores e normas de âmbito geral que sejam socialmente compartilhados. E as representações sociais dariam conta exatamente desses aspectos. Assim, elas não são ‘espelhos’ do mundo em que vivemos, mas construções coletivas da forma que vemos o mundo. Elas são, enfim, a nossa cognição compartilhada.

Essas considerações poderiam fundamentar um dos aspectos que iremos tratar no próximo tópico: a ação dos gêneros textuais na constituição social e como eles operam como ‘guias’ para as interações. Obviamente, trata-se de uma interpretação da obra de van Dijk, já que o próprio autor não se faz essa co-relação, trabalhando com uma noção de gênero, inclusive, diferenciada da que propomos, conforme discutimos a seguir. Entretanto, o elemento sociocognitivo que fundamenta o estudo de van Dijk daria possibilidade para explorar esse aspecto, questão que poderia ser desenvolvida em outros trabalhos.

2.4.2 Os Gêneros Textuais, sua Relevância na Interface e outras Críticas à AD Cognitiva

As críticas mais sistemáticas sobre a perspectiva cognitivista na Análise Crítica do Discurso foram trazidas por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (1995). O problema central apresentado por esses autores consiste na inacessibilidade dos processos cognitivos, ou seja, na impossibilidade de as estruturas cognitivas serem estudadas diretamente. Essa questão é recorrente nas críticas apresentadas aos estudos cognitivos, de uma forma geral, e tem como base a nossa forte tradição empirista. Entretanto, quando trazido à tona por analistas do discurso, esse questionamento parece ainda mais incoerente, pois nos remete a uma questão básica quando se trata de estudos do discurso: o que, de fato, pode ser estudado diretamente, já que se trata de investigar, inclusive, o que não está dito em um texto – tais como as pressuposições, as implicações, as inferências etc.? A inconsistência dessa crítica torna-se ainda mais evidente quando trazida em uma linha de trabalho que adota noções como *ideologia* e *representações sociais* – como fazem os autores da ACD –, pois essas noções são tão ‘diretamente’ inacessíveis, ideologicamente revestidas, cognitivamente elaboradas e discursivamente construídas quanto os conceitos de *modelos mentais*, *frames*, ou qualquer outra estrutura cognitiva.

Podemos ampliar o debate e questionar sobre *o que*, de fato, pode ser analisado *diretamente*, independentemente da área do conhecimento, isso se tomarmos as ‘coisas mundanas’ como construções sociais, estabelecidas historicamente, a partir de processos interacionais, ou seja, como ‘objetos do discurso’ (ver capítulos 3 e 4). Algumas reflexões críticas sobre a ‘doutrina empirista’¹⁰, ainda tão arraigada às investigações acadêmicas (os ‘fatos’ são produzidos pela observação), ajudam nessa discussão. Para Potter (1996) não há possibilidade de observação direta, mesmo nas ciências naturais,

¹⁰ Potter (1996) traz considerações bastante esclarecedoras sobre a ‘doutrina do empirismo’ e como essa noção é tão presente nas pesquisas acadêmicas que chega a ser tomada como ‘evidente’. O autor exemplifica essa questão a partir do que denominou de as “metáforas visuais do empirismo”, usadas nos textos científicos: ‘vendo esse aspecto’, ‘observando esse conceito’, ‘como podemos observar’, entre outras.

pois “seja qual for a imagem captada pela retina do cientista, a observação vai circular em termos de enunciados, em alguma forma de discurso escrito ou falado. E mesmo os enunciados mais simples envolvem formas de categorização; não é apenas ver o que está ante aos olhos, mas ver como *alguma coisa*” (Potter, 1996:22, grifos nossos). Maturana (1995:158) aborda essa questão de forma ainda mais contundente: “Nós, cientistas, fazemos ciência como observadores que explicam o que observam. Como observadores somos seres humanos. (...) O observador se faz na observação e, quando o ser humano que é o observador morre, o observador e a observação chegam ao seu fim”.

Voltando às críticas apresentadas à proposta sociocognitiva de van Dijk, Fairclough (1995) as elabora a partir de alguns conceitos específicos. O que o autor questiona é ausência de certas noções teóricas, como a de ‘intertextualidade’, bem como a pouca atenção ao aspecto interpessoal da linguagem. No que diz respeito à primeira questão, Fairclough (1995:30) argumenta que “os textos são analisados lingüisticamente, mas não intertextualmente, nos termos da sua constituição através das configurações do discurso e dos gêneros”. Sobre o segundo aspecto, o autor questiona o foco de van Dijk na representação social: os seus estudos privilegiariam as relações sociais e as identidades no discurso dos jornais, mas a função interpessoal da língua receberia pouca atenção. Entendemos essas críticas como conceituais, porque se referem a concepções distintas no processo de investigação de aspectos da mesma natureza. Ou seja, quando Fairclough (1995) questiona a ausência do conceito de intertextualidade, podemos argumentar que, em uma abordagem sociocognitiva do texto, a natureza intertextual é constitutiva, assim como a sua análise, pois tanto a elaboração, quanto a compreensão dos textos resultam de estruturas ideológicas, de sistemas de conhecimento, de estereótipos, de atitudes, entre outros, que se formam, irremediavelmente no âmbito social, a partir de operações cognitivas. Assim, os textos não se constituem apenas individualmente, mas são relações com vários outros textos (nossa conhecimento social), que articulamos em modelos mentais. Se, por um lado, van Dijk não se detém no aspecto intertextual, nem mesmo quanto ao uso dessa terminologia, por outro lado não nega a constituição coletiva dos textos, só que partindo de outros pressupostos teóricos que não apenas o proposto por Julia Kristeva, com base nos estudos de Bakhtin 2000 [1979], para dar conta desse aspecto, como o faz Fairclough (2003) e boa parte dos estudiosos do

intertexto/interdiscurso. É preciso entender que um fenômeno não pode ser tomado como uma propriedade de uma nomenclatura.

Podemos usar o mesmo argumento para o aspecto da função interpessoal da linguagem, que para Fairclough (1995) não seria tratado na abordagem sociocognitiva. Nesse sentido, se entendermos que as propriedades cognitivas têm como função principal propiciar a interação, concluirímos que a questão das relações interpessoais é intrínseca à perspectiva sociocognitivista. Daí que as primeiras investigações na análise do discurso de van Dijk (1986) tiveram enfoque na reprodução do racismo a partir da interação cotidiana, ou seja, como o racismo é reforçado e sustentado nas conversas entre vizinhos, colegas de trabalho etc.

Um aspecto que nos parece mais interessante para ser discutido sobre os trabalhos de van Dijk é *a ausência de uma elaboração teórica aprofundada sobre gêneros textuais e como eles operam na relação de interface*. As suas investigações dão conta, basicamente, da análise de gêneros textuais do domínio jornalístico (com mais ênfase na notícia, mas também em artigos de opinião e editoriais), daí a importância de uma atenção maior a uma ênfase nos estudos dos gêneros. Mesmo que apresente algumas questões sobre esse aspecto, como quando discute se os tópicos discursivos são elementos semânticos ou se são definidos pelos gêneros (van Dijk 2006a), isso não resulta em um estudo mais sistemático nos trabalhos do autor sobre gêneros. Ainda que seu critério central ao desenvolver uma tipologia dos gêneros seja o aspecto sociocognitivo, esse aspecto não é aprofundado na relação da constituição gênero-discurso. Para van Dijk, os temas têm pouco a ver com os gêneros e estão atrelados a aspectos formais do texto – como a superestrutura e a macroestrutura. Isso engessa a potencialidade de análise da ação dos gêneros no processo de interface cognitiva, ou mesmo a sua força pragmática. Por isso, entendemos que a perspectiva de van Dijk (no prelo) sobre gêneros é desenvolvida ainda sob uma concepção estruturalista.

Outros autores (Bazerman, 2006; Berkenkotter e Huckin, 1995; Marcuschi, 2003b; Miller, 2004) têm proposto reflexões diferentes para a investigação dos gêneros: como elementos que operam na organização da sociedade, com ênfase em uma perspectiva pragmático-cognitiva. Um estudo que enfatize a ação dos gêneros, articulando o dinamismo entre as suas formas e funções, pode dar conta da investigação

sobre as mudanças na organicidade dos gêneros, e em que sentido isso está relacionado às mudanças cultural e social, de forma mais ampla. As modificações nos gêneros jornalísticos, por exemplo, são indícios fortes dessa relação, pois são gêneros com forte inserção cultural, devido ao seu poder de circulação. Essa questão evidencia-se bastante em trabalhos que buscam os *links* entre práticas sociais e discursivas. Como propõem Berkenkotter e Huckin (1995), o gênero textual é um elemento que possibilita a interpretação do processo entre a comunicação e o sistema social. Os dois autores têm combinado os seus conhecimentos nos campos da análise do discurso, com base cognitiva, a alguns fundamentos da pesquisa retórica, para elaborar o que chamam de ‘teoria sociocognitiva do gênero’: o estudo do micronível de ações situadas, freqüentemente analisadas como um processo individual, mas que também podem ser interpretadas (no macronível) como atos comunicativos num sistema discursivo.

A necessidade de uma abordagem social para os gêneros origina-se do seu caráter organizador das práticas mundanas. De acordo com Berkenkotter e Huckin (1995), no nosso uso organizacional ou disciplinador de gêneros, nós *constituímos* estruturas sociais (em seus domínios profissionais, institucionais e organizacionais) e simultaneamente *reproduzimos* essas estruturas. Com inspiração na teoria da *dualidade de estrutura*, desenvolvida por Giddens (2003), os autores tentam se distanciar das concepções sociológicas tradicionais que propõem uma clara separação entre a estrutura social e a ação humana. Giddens (2003) observa que, de acordo com essa visão, a ‘estrutura’ é vista como ‘uma ação externa humana, como um tipo de delimitação da iniciativa livre’. Esta discussão é relevante, pois nos propicia desenvolver reflexões sobre como a linguagem opera nesse processo de estruturação social, partindo da noção de gêneros textuais, já que estes se estabilizam (e não se estruturam) em relação constitutiva com a estabilidade/instabilidade social.

De acordo com Giddens (2003:35): “o que é especialmente útil para a orientação de pesquisa é o estudo, primeiro, das interseções rotinizadas de práticas que constituem ‘os pontos de transformação’ nas relações estruturais; e, segundo, dos modos como as práticas institucionalizadas estabelecem a conexão entre a integração social e a integração do sistema”. Sobre esse aspecto, propomos considerar os *gêneros textuais* como elementos da prática social que transitam, tanto entre os ‘pontos de transformação’,

quanto nas práticas localizadas que atuam na reprodução do sistema, daí seu poder de restringir/transformar a sociedade. No terceiro capítulo, desenvolvemos uma discussão mais ampla sobre a teoria da estruturação de Giddens (2003).

Por agora, trazemos apenas alguns aspectos para fundamentar a discussão sobre o conceito de gêneros textuais que aqui assumimos e propomos: uma perspectiva anti-estruturalista e não-formal, acentuando as ações de transformação/reprodução sociais e cognitivas que os gêneros possibilitam. Assim, seguimos as proposições de Marcuschi (2005c), que percebe os gêneros como um macro-modelo cognitivo, ou “um sistema de enquadres sócio-histórico”. Nessa mesma linha, Bazerman (2006) entende os gêneros como *frames* que orientam nossa movimentação no mundo. Isso quer dizer que, se a interação se dá irremediavelmente a partir dos gêneros, são eles que orientam os elementos cognitivo-discursivos necessários para a nossa inserção em qualquer evento interativo. Resumidamente, os gêneros são enquadres sócio-interacionistas que construímos, ao longo da história, para facilitar nossas relações e torná-las mais dinâmicas e fluidas. Por isso, remetendo à clássica definição de Bakhtin 2000 [1979], eles não podem ser entendidos como estruturas rígidas, mas de natureza *relativamente instável*, pois estão em contínuo processo de constituição, em uma movimentação de via dupla, interferindo nas práticas sociais e sendo interferidos por elas. As palavras de Marcuschi (2005c:25) sintetizam o ponto fundamental dessa discussão:

“a circulação dos gêneros textuais na sociedade é fascinante, pois mostra *como* a própria sociedade se organiza em todos os seus aspectos. E os gêneros são as manifestações mais visíveis desse funcionamento que eles ajudam a constituir, envolvendo crucialmente a linguagem, as atividades enunciativas, as intenções e outros aspectos”. (grifos do autor).

De acordo com a perspectiva da Escola Norte-Americana, na linha da Nova Retórica, a inserção social das nossas ações é reconhecida como legítima a partir do gênero. Ou seja, as ações sociais são legitimadas e aceitas a partir do gênero no qual elas estão sendo inseridas ou veiculadas. Dessa maneira, podemos entender os gêneros não apenas como entidades formais, mas como elementos pragmáticos. Os gêneros são, fundamentalmente, formas de ação social. Esse é o princípio da teoria de Miller

(1994:71): “o que eu quero propor é que se veja gênero como um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto maior da sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que as instituições controlam”. Nessa mesma linha, Bazerman (1994) entende que as pessoas criam instâncias individuais de significados e valores em campos de estruturas discursivas, e por causa disso agem em elevados sistemas sociais articulados, sendo os gêneros um dos componentes desses sistemas.

Os autores da Escola Norte-Americana tomam como inspiração a teoria de Bakhtin (2000[1979]) sobre os gêneros discursivos – referência básica também para este estudo. Nas considerações de Bakhtin, gêneros não são realizações lingüísticas individuais, mas sociais. E, por isso, são resultantes dos processos históricos vividos pelos grupos que os constroem. O autor também frisa que os gêneros são padrões comunicativos socialmente utilizados, que funcionam como uma espécie de modelo comunicativo global de um conhecimento social situado. Nesse ponto, podemos remeter outra vez às considerações de Berkenkotter e Huckin (1995:7): “nossa conhecimento de gênero é derivado de (e embebido em) nossa participação nas atividades comunicativas do cotidiano. O conhecimento do gênero é uma forma de ‘cognição situada’ que continua a se desenvolver enquanto nós participamos de atividades culturais”.

A perspectiva pragmático-social desenvolvida por Miller (1994) e Bazerman (2004), assim como a perspectiva sociocognitiva, são importantes para este estudo, pois situam os gêneros como elementos que não só organizam as relações sociais, mas com poderes para legitimar ações discursivas, agindo na interface entre as interações e as práticas sociais, ou ainda, entre os aspectos macro e microssociais. Assim, é relevante para a nossa análise, por exemplo, a natureza dos gêneros que estamos investigando (aspecto tratado nos capítulos 1, 4 e 5), a partir da sua ocorrência na cobertura sobre Eldorado de Carajás. Essa relação está longe de ser objetiva ou casual, mas sim constitutiva da prática discursiva jornalística. Não é irrelevante o que foi identificado no estudo do *corpus* desta pesquisa: a grande maioria dos gêneros que veiculam informações sobre o massacre dos sem-terra são notícias. E isso é importante por uma questão básica: esse é o gênero, em geral, o qual os jornais possuem maior controle sobre as possibilidades de inserção discursiva. Poderíamos até dizer que há, por parte dos jornalistas, um certo nível de consciência da potencialidade desse gênero em dois

aspectos: *i*) legitimar os discursos nele veiculado; *ii*) controlar a forma como esses discursos são veiculados, devido ser esse gênero o que tem uma organização mais rígida.

Como observou Miller (2007), é justamente ‘corrompendo’ a natureza instável dos gêneros que as instituições conseguem manter o controle discursivo. Assim, segundo a autora, poderíamos falar que alguns gêneros estão sob forte ‘vigilância’ das instituições e, dessa forma, tendem a se enrijecer. O controle formal da notícia, por exemplo, que vem se estabelecendo desde meados do século XIX, quando o gênero passou a seguir a organização canônica: título, *lead* e *sublead*, o que foi denominado como ‘estrutura de relevância’. Tal estrutura foi desenvolvida em textos de telégrafos, enviados pelos jornalistas correspondentes da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Por causa do limite de tempo e das restrições tecnológicas, os repórteres optaram por enviar primeiramente as informações ‘mais importantes’, ou seja, a iniciar o texto de forma ‘mais objetiva’. Antes, as notícias iniciavam com um comentário ou uma análise sobre o assunto tratado. De acordo com os cânones do jornalismo, o novo formato foi adotado como regra porque servia para agilizar e facilitar a leitura dos textos. Sob a perspectiva dos estudos do discurso jornalístico, tal organização é ideologicamente orientada e interfere fortemente no processo de compreensão, conforme discutimos no quinto capítulo.

Entretanto, é importante ressaltar que esse controle formal não é tão determinante a ponto de impossibilitar interferências discursivas. Assim como os gêneros, os jornais são instituições que se organizam em um sistema de via dupla (interferindo na sociedade e sendo interferido por ela), daí que as relações nos tratos discursivos podem sofrer interferência da sociedade – conforme identificamos em nossas análises – o que reforça a nossa idéia de gêneros como um elemento de interface cognitiva entre o social e o individual. Entretanto, também não podemos negar, ainda de acordo com os nossos estudos, assim como tantos outros já realizados sobre o discurso jornalístico, que alguns grupos definem linhas ideológicas e construções discursivas.

2.5 Da Sociocognição ao Discurso (des)legitimador

O processo de elaboração discursiva envolve a ação reflexiva e crítica dos atores envolvidos em um evento comunicativo. O ato de (re)contar um evento, por exemplo, requer uma complexidade de elaborações sócio-cognitivas, em um processo constante de atualização de modelos mentais. Estes modelos, conforme discutimos anteriormente, são de natureza social – pois têm fortes características de membros de grupos –, mas são intrinsecamente intersubjetivos, uma vez que são construídos nas interações, e se realizam situacionalmente. Por isso, são diferenciados em cada ação comunicativa. Toda ação discursiva de contar uma história, consequentemente, resulta de uma forma de observar/compreender esse evento, ou seja, de uma elaboração cognitiva individual/social. Esse processo não está restrito a domínios, tampouco aos seus gêneros. A elaboração desta tese, por exemplo, é uma ação discursiva, por isso um posicionamento meu, como pesquisadora, sobre o fenômeno que estou investigando.

E é uma ‘ação discursiva’ porque irá operar no processo de construção dos modelos mentais do interlocutor e interferir nas suas crenças e nos seus conhecimentos – daí o uso de estratégias retóricas de persuasão e, em alguns casos, de manipulação. Uma análise cognitiva do discurso trata desses complexos processos de produção discursiva. Se a retomada de todas as etapas desse processo é impossível, isso não deve fazer com que ignoremos o seu potencial constitutivo no discurso. Só assim, por exemplo, poderemos dar conta de algumas questões, tais quais um mesmo evento nunca ser relatado da mesma forma (as pessoas diferenciam os tópicos, os elementos relevantes, ou mesmo a cronologia), ou ainda o modo como podemos compreender inclusive o que não está no texto (pressuposições, implicações e outros aspectos que se realizam por inferências). Para investigarmos o processo de produção discursiva mais profundamente, precisamos compreender e conceituar as distintas operações sócio-cognitivas que o envolve. É importante enfatizar que não se trata de nivelar, hierarquizar ou qualquer outra atribuição acumulativa ou valorativa para essas operações, mas sim de analisar as distintas relações e processos de interação que envolve a elaboração do discurso.

Tomemos essas considerações para analisar a primeira notícia publicada na Folha de S. Paulo, em 18 de abril de 1996, sobre as mortes em Eldorado de Carajás:

Exemplo 2:

Confronto mata pelo menos 19 no Pará (FSP, 18/04/1996)

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado de Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45.

A direção estadual do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60.

"Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente", disse o médico Faisal Saemem, do hospital.

O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, "o quadro é assustador".

Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.

Vítimas fatais

"Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual do MST no Pará.

Câmara afirmou que os primeiros socorros foram prestados em Eldorado de Carajás. Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá _distante 80 quilômetros de onde ocorreu o conflito.

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o MST.

Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou.

Caminhada

Os sem-terra estavam em caminhada para Marabá. Eles saíram há dois dias do município de Curionópolis, onde reivindicam a desapropriação da fazenda Macaxeira.

Hoje, eles teriam em Marabá encontro com o superintendente estadual do Incra, Valter Cardoso, que daria uma posição sobre o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira.

A interdição da estrada começou anteontem. Os sem-terra pararam no km 100, a oito quilômetros de Eldorado do Carajás. Após negociação com a PM, eles acamparam no acostamento.

No início da tarde de ontem, voltaram a ocupar a rodovia e reivindicar 50 ônibus para transportá-los até Marabá. Pediam, segundo a polícia, dez toneladas de alimentos.

Câmara afirmou que o governo não podia tolerar o bloqueio da PA-150, que é a principal ligação do sul do Estado com Belém.

Câmara afirmou que o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira já dura um ano e quatro meses e que está em fase final de aprovação no Incra, em Brasília, para desapropriação da área.

Primeiramente analisemos como os distintos atores entrevistados percebem o evento e o relatam para o jornalista. O ‘fato’, como percebemos pela análise textual, são vários e distintos. Isso quer dizer que ele não existe *a priori*, não é algo que está definido, estabelecido, mas é algo que será construído a partir das distintas versões, ou dos distintos ‘modelos cognitivos’. Observemos nas citações indiretas: “Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices”.

São versões distintas. Entre as questões que analisaremos adiante, mas que cabem ser mencionadas desde já, podemos destacar: as estratégias de persuasão ou manipulação nesses discursos, bem como o processo de retextualização da fala dos entrevistados para o texto escrito do jornal, carregando aí todos os aspectos discursivos/ideológicos que envolvem essa atividade, entre outros. Por ora, tratemos de um aspecto fundamental desses discursos: ambos são elaborações cognitivas diferenciadas de um mesmo episódio. Ou seja, representantes do governo e dos sem-terra, antes de produzir qualquer discurso, tinham conhecimentos e crenças distintos sobre o ‘evento’. Mesmo sem testemunhar as mortes, as fontes entrevistadas são capazes de narrar, descrever e argumentar, a partir de uma representação mental. Isso porque as estruturas cognitivas são construídas discursivamente, em grande medida, e não estão atrelados à experiência. Somos capazes de elaborar representações mentais e, assim, produzir textos sobre coisas que nunca vimos ou lugares em que nunca estivemos. E essas elaborações cognitivas são fortemente constituídas pelas nossas categorias axiomáticas, tais como ideologias, conhecimentos e crenças. Estas categorias são socialmente partilhadas, resultantes de processos históricos, e operam na elaboração das nossas performances cognitivas, sejam elas discursivas ou não. Tais performances, mesmo carregadas de complexos componentes sociais, consistem em ações individuais. Os integrantes dos distintos grupos (polícia, sem-terra, jornalistas) constroem distintos ‘modelos de evento’. Esse modelo é pessoal, mas com forte característica de grupo, pois é elaborado a partir de conhecimentos e crenças compartilhados, em articulação com os conhecimentos individuais. Trata-se de uma construção cognitiva que dá conta da macrocategorização de um evento específico, como no caso em estudo: *massacre x legítima defesa*.

Os ‘modelos de evento’ elaboram o que, potencialmente, será falado/escrito sobre um evento, não são de natureza rígida, fixa; antes, são *ad hoc* e situados. Por isso, os discursos dos militantes do MST têm elementos recorrentes (topicalizações e seleções lexicais semelhantes), revelando mais aspectos similares entre si do que os discursos dos policiais, por exemplo, que terão outras características. Entretanto, nenhuma produção ou leitura de um texto que sejam realizadas por integrantes de um mesmo grupo serão idênticas. Isso porque a produção textual requer um modelo cognitivo de natureza situacional, pois é elaborado no momento específico da interação, seja em uma entrevista, seja na redação do texto: os ‘modelos de contexto’. Eles estão atrelados à situação da comunicação em andamento, ou seja, o que envolve a produção textual em si ou ainda o *setting* discursivo: com quem/para quem se fala/escreve, quais os interlocutores envolvidos no evento comunicativo, entre vários outros aspectos.

Os ‘modelos de contexto’ são representações das situações comunicativas. Como todos os outros modelos, eles estão armazenados na nossa memória episódica, ou seja, juntamente com outras experiências pessoais. Cognitivamente falando, não somos capazes de lembrar todas as experiências vivenciadas em um evento, daí construirmos modelos de contextos sobre eles, o que facilita as nossas ações. Por isso, eles são as nossas experiências representadas como modelos episódicos. Dessa forma, os modelos de contexto são tipos especiais de modelos porque interferem mais estrategicamente no processo discursivo, ou seja, sobre o que entendemos como ‘apropriado’ em situações comunicativas específicas. Assim, esses modelos são organizações cognitivas mais simples e não dão conta de aspectos globais de natureza social ou cultural. A prática e a rotina dos grupos sociais também são aspectos relacionados ao ‘modelo de contexto’ e também atuam no processo de elaboração discursiva. O quadro abaixo traz de forma esquemática as noções teóricas que estamos desenvolvendo:

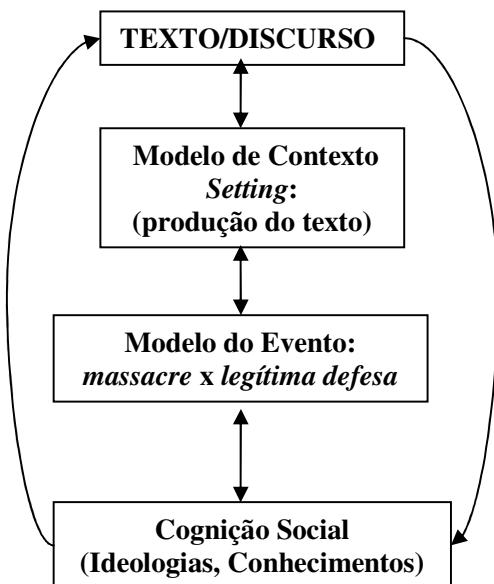


Figura 4: Sistematização das relações cognitivas entre práticas social e discursiva

Todos esses elementos estão relacionados à produção textual jornalística e vão interferir, de várias formas, no momento final da sua redação: para qual jornal se escreve (qual a sua orientação político-ideológica), quais as condições de tempo para a escrita da notícia, qual o espaço disponível no jornal, em que editoria o texto será publicado (Economia, Política, Cidades etc.) e qual o gênero textual (notícia, reportagem, nota). A prática jornalística se dá numa rotina na qual não só a relação com as instituições de poder é intrínseca, como também o próprio processo de produção textual é automatizado, pois as limitações de tempo para a apuração e escrita da notícia restringem a possibilidade de melhor conhecimento sobre o assunto tratado, por parte do repórter, assim como a ampliação do acesso discursivo. Essas questões são cruciais para que o jornalismo se estabeleça como um domínio que reproduz valores estabilizados por preconceitos e estereótipos. Fazemos uma discussão sobre a prática jornalística de forma mais sistemática no primeiro capítulo. Por agora, vamos tratar apenas de alguns aspectos relevantes para nossa análise.

No caso da notícia da Folha de S. Paulo, algumas questões relacionadas à rotina jornalística são relevantes para compreendermos a falta de informações mais precisas sobre o número de mortos, ou ainda a ausência de entrevistas com as pessoas que

estavam *in loco* (testemunhas, militantes do MST, policiais envolvidos na operação etc.). Nenhum dos entrevistados foi testemunha do evento, ou seja, não presenciaram as mortes. Isso se deu por várias questões: o lugar ficava distante da sucursal do jornal, dificultando o acesso; o horário em que a polícia chegou e iniciou o tiroteio foi no final da tarde, horário em que vários cadernos já estão finalizados, o que limitou o tempo de redação do texto; entre outros problemas. Apenas no dia seguinte os jornalistas estavam em Eldorado de Carajás para a cobertura, e só então entrevistaram as testemunhas e os envolvidos no massacre. Esses são importantes elementos contextuais que vão operar na constituição do texto.

A relação entre modelo de contexto e texto é de extrema relevância para esta investigação, pois é nesse processo que se inicia a construção do discurso (des)legitimador. Ao selecionar tópicos, itens lexicais, citações, entre outros elementos, o repórter está atuando no processo de construção das representações mentais dos leitores sobre o assunto tratado. Observemos o funcionamento das *topicalizações* na notícia da FSP. Os tópicos (ou temas) não são estruturas textuais, mas sim elaborações discursivo-cognitivas que, em geral, orientam a construção das estruturas de relevância do texto. No caso dos textos jornalísticos, os tópicos geralmente são identificados nos títulos ou no *lead* (primeiro parágrafo) da notícia. A seleção dos aspectos mais relevantes para a redação de um texto envolve toda a complexidade de elementos contextuais de que estávamos tratando. Daí ser essa uma categoria que opera na transição da estratégia global do discurso para as estratégias mais específicas da produção textual, como a organização sintática, por exemplo. Observemos o título da notícia que estamos analisando: “Confronto mata pelo menos 19 no Pará”. O tópico, ou seja, o assunto principal de que trata a notícia, é sobre as mortes em Eldorado dos Carajás. A imprecisão das informações de que o jornal dispunha sobre o número de mortos levou ao uso de elementos lingüísticos generalizadores (‘confronto’; ‘pelo menos’). A opção por uma construção sem sujeito sintático neutraliza a agência e funciona como uma estratégia de desenfatização da ação dos policiais responsáveis pelas mortes dos sem-terra. Isso que não está dito no título aparece apenas nas linhas 4 e 5 do *lead*: “Haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem-terra até as 21h45”. A informação de que todas as pessoas mortas no ‘confronto’ eram militantes do MST não foi tomada como relevante pelos

redatores da notícia. Se assim fosse, a seleção lexical para a elaboração do título poderia ser outra, passando de *confronto* para *massacre*. Também é relevante observar que o mesmo léxico foi retomado na primeira linha do *lead* e, nas referências às pessoas assassinadas, é mantida a estratégia de generalização: ‘mortos’ e ‘feridos’.

Outro aspecto relacionado ao modelo de contexto e à produção textual é a seleção de discursos ou o *acesso discursivo* (Falcone, 2005; van Dijk, 1991). Para escrever a notícia, o repórter entrevistou várias pessoas, que nos termos jornalísticos são chamadas de ‘fontes’ da notícia. De forma geral, essas pessoas são autoridades (representantes de governos, justiça, líderes de entidades), os chamados especialistas (médicos, cientistas políticos, advogados etc.), testemunhas do episódio tratado ou mesmo os protagonistas, ou seja, os sujeitos envolvidos na ação. Essas entrevistas são realizadas em uma etapa anterior à escrita do texto, porém a seleção dos discursos que irão compor o texto (e o grau de importância que terão) é um processo relacionado à produção textual. Das entrevistas, o repórter dispõe de vários discursos e, ao priorizar alguns especificamente (em geral os dos representantes dos grupos do poder) em detrimento de outros, está operando na construção da versão do episódio, ou construindo uma representação desse episódio. Analisemos essa questão no primeiro parágrafo da notícia:

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado de Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45.

A direção estadual do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60.

"Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente", disse o médico Faisal Saemem, do hospital.

O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, "o quadro é assustador".

Até disso que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.

(FSP, 18/04/96)

O primeiro entrevistado citado no texto é o Secretário de Segurança Pública do Pará. Pelo critério de relevância, seu discurso é tomado como o mais importante pelo jornal, com mais autoridade e legitimidade para fornecer as informações sobre as mortes em Eldorado dos Carajás. A segunda instituição é o hospital, que confirma o número

aproximado de mortos fornecidos pelo secretário. Apenas após essas duas autoridades é que a voz do MST aparece no texto para contra-argumentar sobre o número de mortos. Entretanto, a informação dada pela direção dos sem-terra é respaldada não por uma citação de algum integrante do movimento, mas de um médico: (“[...] “Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente”, disse o médico Faisal Saemem”[...])”. Nessa relação contextual, o MST não está situado como um grupo legitimado para fornecer informações, o que resulta também numa deslegitimação discursiva. Coube ao Secretário de Segurança Pública, por exemplo, descrever o episódio, e não ao dirigente dos sem-terra, representante das vítimas. Na descrição (“o quadro é assustador”), identificamos a mesma estratégia de generalização adotada pelo jornal. Na última linha do *lead*, o uso de um eufemismo (se houve *excesso da polícia*) também serve para desenfatizar a violência policial, pois poderia ter sido dito *se houve abuso de poder*, por exemplo. Quando os discursos dos representantes das instituições do poder não são priorizados nas citações, eles são assumidos implicitamente no discurso do jornalista:

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o MST.

O primeiro enunciado é construído a partir da versão da Secretaria de Segurança Pública e da polícia do Pará, mas não há qualquer referência a alguma dessas fontes. A perspectiva do repórter para narrar e descrever a história é a mesma que a da polícia: o ‘confronto’ ocorreu por causa da tentativa de desimpedir a rodovia onde o MST fazia um protesto. A perspectiva do MST sobre essa ação é diferente e não é assumida em nenhum momento pelo discurso do jornalista. Não há efetivamente a versão dos sem-terra sobre o que aconteceu em Eldorado dos Carajás. O acesso discursivo do MST é fortemente controlado e dá conta apenas, em alguns movimentos do texto, de respaldar a informação que o jornalista traz, como acontece no enunciado seguinte, ou então funciona ilustrativamente. Observemos esses aspectos nas citações retiradas da notícia:

"Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual do MST no Pará.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou.

Na primeira citação, o discurso reportado do dirigente do MST é marcado pelo ‘desconhecimento’, como um sujeito passivo. Ele não participa em elaboração de análises, críticas, ou mesmo descrevendo a cena. Já o discurso do secretário é valorativo, com o poder de criticar ação dos sem-terra e atribuir conotações negativas (“É lamentável”; “atitude de confronto”), assim como também de acusar o movimento como o responsável pelas mortes: “tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado”.

Vários outros aspectos importantes ainda poderiam ser investigados nessa primeira notícia sobre Eldorado dos Carajás. Além disso, ainda há outras categorias que nos permitiriam analisar a relação entre os modelos cognitivos e a produção textual e, assim, observar como elementos globais operam na constituição de um texto específico. Por ora, entretanto, tecemos algumas considerações que nos possibilitam tratar mais concretamente das questões teóricas desenvolvidas neste capítulo. O estudo sistemático e aprofundado dos textos é realizado no capítulo 5, destinado às análises.

Nesta parte do trabalho, tratamos das noções teóricas que fundamentam esta investigação: a proposta sócio-cognitiva para investigações em Análise do Discurso. Van Dijk (2000a, 2006a, 2006b) é o autor que dá sustentação a esta pesquisa, a partir da sua proposta desenvolvida com base na tríade *discurso*, *cognição*, *sociedade*. Esta perspectiva envolve uma complexa articulação de teorias, daí a necessidade de buscarmos suportes em distintos campos de conhecimento, o que nos faz assumir uma postura interdisciplinar por essência, pois, sem dar conta dos vários aspectos que envolvem a prática discursiva – em sua realização social e concepção individual –, corremos o risco de desenvolver um estudo reducionista.

Tal empreendimento, entretanto, exige um grande esforço teórico, pois, primeiramente, aponta críticas a algumas perspectivas consolidadas na Lingüística, assim como tenta desenvolver um quadro teórico que rompe com dicotomias também estabelecidas, tal qual *social* x *cognição*; *interno* x *externo*. Por isso, este capítulo teve como objetivo não só situar teoricamente nossa investigação, mas caminhar por uma trilha epistemológica que já vem sendo traçada em distintas linhas do conhecimento –

Sociologia, Psicologia, Antropologia – em busca de um ‘fazer científico’ que rompa com as *dicotomias*, o *objetivismo* e o *empirismo* inerentes à ciência moderna, já que esses ainda são os paradigmas predominantes em nossas produções acadêmicas.

Também é importante salientar que a interdisciplinaridade nos leva a compreensões mais amplas não só do fenômeno pesquisado, mas do nosso próprio campo disciplinar, pois nos ajuda a perceber as nossas teorias e as nossas investigações com a ajuda do olhar do outro. Daí a sua extrema relevância. Entretanto, é sempre um risco enveredar por linhas teóricas sobre as quais seria impossível, para um único pesquisador, dar conta em toda a sua complexidade. Por isso, a multidisciplinaridade também exige de nós não a tolerância – pois esta é apenas uma forma dissimulada de acolher o discurso do outro –, mas a compreensão de que o saber se constrói coletivamente, desenvolvido em distintas especificidades. E assim compreender que *teorias não são verdades*, mas sim a nossa forma de ver e atuar no mundo sistematicamente (Marcuschi, 2005c).

3. (Des)legitimização: uma prática social, discursiva e cognitiva

O objetivo deste capítulo é desenvolver a nossa proposta para o estudo do processo de (des)legitimização, a partir da perspectiva da Análise Cognitiva do Discurso. Isso implica construir um aparato teórico-metodológico que dê conta de aspectos sócio-cognitivos, interacionais e discursivos. Entendemos a (des)legitimização de atores e grupos sociais como uma atividade resultante de complexas relações sociais, norteada por modelos cognitivos, sendo o discurso uma importante força propulsora para tal processo. Essa perspectiva só pode ser sustentada se entendermos a natureza corporificada e discursiva da mente (Lakoff, 1987; van Dijk, 2006a); se assumirmos a língua, em sua prática discursiva, como uma atividade humana para a organização do mundo, a partir do processo de categorização (Marcuschi, 2007b; 2003a; Mondada, 2000, 1997); se situarmos a construção da (des)legitimização na ‘esfera pública’, nas ações do discurso, e não apenas atrelada a instituições privilegiadas (Habermas 1996; 1999 [1973]); e, por fim, se tomarmos como referência uma perspectiva de sociedade como algo que se constitui em um contínuo processo de estruturação, em uma relação de estabilidade-instabilidade, resultante da ação de sujeitos reflexivos (Giddens, 2003).

3.1 (Des)legitimização: leituras sociais, ações de categorização

A (des)legitimização é um *processo* que se realiza a partir de distintas práticas sociais, sejam elas as mais cotidianas, tais quais as conversas entre vizinhos; nas relações familiares, quando a mulher assume papéis tradicionalmente machistas; em notícias publicadas em jornais; em uma sentença judicial; ou em um pronunciamento do Presidente da República. Isso quer dizer que a legitimização não é ditada por uma instituição única, mas resulta de uma complexa rede de relações sociocognitivas: esse é um dos pressupostos básicos deste trabalho. Situar legitimização como um *processo* também implica assumir uma perspectiva teórica específica sobre esse fenômeno: ele não é homogêneo, é de natureza instável, é construído historicamente e é socialmente contextualizado. O processo de (des)legitimização resulta de atividades sociocognitivas, nas quais grupos e atores sociais são categorizados, a partir de *efeitos* prototípicos ou

estereotipados de representações sociais, que se alinham em um *continuum*¹¹. Por isso, nenhum grupo pode ser definitivamente estabelecido como legitimado ou deslegitimado, pois tal condição resulta da ação intersubjetiva de sujeitos, em processos históricos. Governos, grupos sociais e domínios discursivos em geral estão em constante tensão no processo de *legitimação x deslegitimação*. Para se chegar a essa compreensão, foi relevante a diferenciação estabelecida por Habermas (1996; 1999 [1973]) entre as noções de *legitimação* e *legitimidade*: enquanto o primeiro é uma construção dinâmica, a segunda prevê uma relação estagnada entre os distintos grupos sociais e a sociedade.

Entendendo a legitimação como um processo, poderíamos, em uma relação analógica, explicá-la como uma ‘leitura’ da sociedade sobre a ação de governos, movimentos sociais, grupos étnicos etc., em um momento histórico específico. Essas ações seriam o ‘texto’ e a categorização como (des)legitimado uma atividade resultante dos diversos modelos cognitivos construídos a partir da leitura desse texto. Para melhor explicar a analogia, é preciso situar o texto como um *processo*, que se concretiza apenas na interação autor-leitor, em uma relação sócio-interativa, onde ambos são sujeitos na construção dos sentidos que emergem do ‘mundo textual’, diferentemente da idéia de texto como um *produto*, uma estrutura definida, pronta e acabada, cabendo ao leitor-passivo apenas decodificá-lo. Situar texto como um processo significa assumir que a sua compreensão nunca é a mesma para todos os leitores, pois é exatamente na atividade de leitura que os sentidos serão construídos.

Mas é importante ressaltar que existem elementos delimitadores no texto que restringem as possibilidades de sentido. Isso quer dizer que, se a interpretação de um texto sempre resulta de uma relação única entre autor-leitor, essa relação não é descorporificada de elementos sociocognitivos e históricos. Por isso, o processo de compreensão está sempre atrelado aos conhecimentos compartilhados, às ideologias e às relações sociais previamente construídas entre os interlocutores. A partir dessa analogia, podemos dizer que o processo de (des)legitimação se dá a partir de elementos que

¹¹ As noções de protótipos e estereótipos serão discutidas mais adiante, pois exigem um melhor detalhamento teórico. Tratam-se de conceitos complexos e controversos. Mas, é importante ressaltar, desde já, que entendemos protótipos e estereótipos como efeitos de sentido, ou seja, são categorizações discursivas e situacionais, e não devem ser tomados como atribuições naturais ou estanques. Assim, mesmo utilizando as noções de protótipos e estereótipos, não seguimos a noção de Rosch (1978), primeira autora a tratar as categorias partindo de tais noções.

compõem as nossas performances cognitivas: categorizar, atribuir valores, inferir, elaborar modelos mentais, entre outros. É nesse sentido que queremos defender a noção de legitimação: uma ação resultante das ‘leituras de mundo’, compartilhada e construída por atores críticos, que, a partir das suas habilidades sócio-cognitivas, interagem em um complexo ‘texto social’, elaborado continuamente, por uma vastidão de autores/leitores, sendo que estes papéis também estão em constante alternância.

Não podemos ignorar, entretanto, que nesse processo de ‘elaboração textual’, há discursos que se impõem, oprimindo outros. A construção desse texto é, antes de tudo, um processo de conflito e negociação entre os distintos grupos (instituições de poder, grupos de excluídos) e atores sociais. A relação que se estabelece no constante processo de (des)legitimação não segue um movimento único: de cima para baixo, ou seja, das instituições de poder para o povo. Também se faz necessário uma resposta de baixo para cima, do povo para as instituições, seja em uma ação de resistência ou de acomodação. Se entendermos a legitimação como resultante da ‘leitura’ de um momento específico de uma sociedade, essa leitura necessariamente se dá numa complexa articulação entre os diversos elementos que constroem esse ‘texto’, ou seja, a ação de atores e grupos sociais que são, ao mesmo tempo, autores/leitores no processo de composição da história.

Além da diferenciação estabelecida por Habermas (1996; 1999 [1973]) entre as noções de *legitimização* e *legitimidade*, outra importante contribuição dos seus estudos para esta investigação foi deslocar o enfoque da legitimação do domínio jurídico (onde estava reduzido apenas às decisões legais) e o situar no âmbito discursivo: para o autor, é nas práticas discursivas onde se dá a construção do (i)legítimo (Habermas, 1996; 1999 [1973]). Isso resulta de uma forte crítica à tradição do positivismo jurídico. Ainda persiste neste domínio a concepção que atrela o legal ao legítimo, sem distinguir o que é apenas uma prática institucional (por mais poderosa que seja), das complexas relações sociais, que não podem ser reduzidas a apenas um grupo discursivo. Sendo assim, Habermas (1996), propõe a ‘função integrada da lei’, concepção na qual as leis apenas são legitimadas a partir do acordo de todos os cidadãos, em um processo discursivo amplo e igualitário. O autor defende que o conceito de legitimação discursiva está na tensão entre a *facticidade do positivismo* (fatos) e a *validade racionalista* (normas) (Habermas, 1996). Várias críticas são feitas a essa perspectiva: seja por ser uma acepção

idealista de mundo; ou por tratar de relações para as quais muitas sociedades ainda não estão preparadas, devido aos altos níveis de desigualdade social. Um dos autores que mais sistematicamente tem travado um diálogo crítico com Habermas sobre a teoria da legitimação é N. Luhmann. Esse embate é apresentado pelo próprio Habermas (1999 [1973]). Luhmann é radical em sua crítica, ao definir a concepção habermasiana como “fora do compasso social” (Luhmann apud Habermas, 1999 [1973]:163).

Não nos interessa, entretanto, enveredar por tais problemáticas sociológicas. O que pretendemos aqui é investigar uma proposta de Habermas (1999 [1973]): a legitimação está irrevogavelmente atrelada à prática discursiva e serve à organização social. Entendemos que para um trabalho como este, em que o objetivo é analisar discursos, o enfoque nessa concepção já nos possibilita desenvolver um vasto trabalho.

Entretanto, ao buscar outras problematizações para o fenômeno da legitimação, temos como objetivo situá-lo a partir de uma abordagem sociocognitiva. Tal proposta está em consonância com a nossa investigação, na qual defendemos o estudo do discurso e da sociedade a partir da *interface cognitiva* (segundo capítulo). Sendo assim, se os estudos de Habermas (1996; 1999 [1973]) dão conta da perspectiva discursiva, precisamos articulá-los com outros referenciais teóricos (Lakoff & Johnson, 1999, Lakoff, 1987; Marcuschi, 2005a; Mondada, 1997, van Dijk, 1998, 2006a), para assim chegar a um conceito de legitimação que possa ser investigado a partir da tríade *discurso, cognição, sociedade*. Antes, porém, precisamos compreender um pouco mais da teoria de Habermas (1996; 1999 [1973]) e assim melhor estabelecer esse *link* com o cognitivo. Por ora, trouxemos apenas algumas questões introdutórias sobre as teorias que propomos discutir e desenvolver ao longo deste capítulo.

3.2 A Legitimização segundo Habermas

Os estudos de Habermas sobre legitimação (1996; 1999 [1973]) estão substancialmente fundamentados na importância que o autor atribui à linguagem para a organização da sociedade. É com esse mesmo referencial que o autor desenvolveu sua Teoria do Agir Comunicativo (1989). A importância da linguagem é assumida por Habermas (1999 [1973]; 1989) pressupondo três aspectos: *i)* ela seria a nossa principal

característica, o que nos faz humanos; *ii)* a linguagem é um meio privilegiado de acesso à razão humana – o que ficou marcado na teoria habermasiana como a sua ‘guinada lingüística’; *iii)* é pela linguagem que agimos coordenadamente em busca do *consenso*, noção fundamental para os postulados da teoria da legitimação. Esses conceitos foram desenvolvidos a partir das descobertas de Habermas em seus estudos sobre a filosofia hermenêutica e a análise lingüística da obra de Wittgenstein. O autor também se inspira na Pragmática searleana e austiniana, assumindo, inclusive, alguns conceitos que destoam dos que aqui postulamos. Como exemplo, tomamos o *conceito de língua*, pois para o autor a língua é definida como um ‘veículo’ e situada como um elemento de ordem mais individual do que social.

Por isso, antes de tratarmos sobre o conceito de legitimação – aspecto principal deste trabalho – fazem-se necessárias algumas reflexões críticas sobre esses pressupostos norteadores da obra de Habermas, centrando-nos, por enquanto, no conceito de língua. A partir dos três tópicos apresentados, percebe-se que é subjacente à teoria habermasiana uma concepção representacionalista de língua, pois esta seria apenas uma forma de acesso à razão. Diferentemente é a perspectiva sócio-interacionista aqui adotada, como a proposta por Marcuschi (2000:81), que situa a língua como “um trabalho cognitivo e uma atividade social”. Também, ao nos definir fundamentalmente como ‘seres lingüísticos’, o autor dicotomiza esse aspecto com os demais que constituem a natureza humana, como o cognitivo, por exemplo. E, por fim, ao assumir a perspectiva pragmática, o autor comprehende a língua como um empreendimento individual, ainda que ela sirva à ação coletiva. Essa questão é resumida por Honnet (1999:539) da seguinte forma: “para Habermas a comunicação lingüística é o veículo graças ao qual os indivíduos garantem aquela reciprocidade em atos e concepções de valor tão necessária para que as tarefas de reprodução material possam ser socialmente regidas”. Mais adiante, além de retomar a discussão sobre o conceito de língua, também questionamos a idéia de ‘ações de indivíduos como reproduções sociais’. Assim, delimitamos esses aspectos com a nossa principal restrição à proposta de Habermas (1999 [1973]; 1989). Sobre essas questões, a teoria de Giddens (2003), discutida no item 3.4, traz algumas alternativas.

Das tais restrições apresentadas sobre a obra de Habermas (1999 [1973]; 1989) vem a necessidade de desenvolvemos o conceito de legitimação a partir de perspectivas

que superem esses aspectos, buscando outras referências teóricas – como as linhas sócio-interacionista, discursiva e sociocognitiva – e assim agregar fundamentos para a investigação do fenômeno para além do conceito habermasiano. Entretanto, tais restrições não inviabilizam assumirmos a essência do conceito de legitimação desenvolvido por Habermas (1999 [1973]), principalmente pela sua importância para a ruptura com a perspectiva clássica do paradigma do Direito Positivista. É com esse objetivo que vamos desenvolver nossas considerações, reconhecendo que foi a partir de Habermas (1999 [1973]) que a noção de legitimação chegou à prática discursiva. Assim como é também relevante ressaltar a importância da sua obra para a própria Lingüística. Como aponta Honnet (1999), Habermas assume uma posição às teorias clássicas sociológicas, como as de linha marxista, que delimitavam a reprodução social a uma única dimensão – a força do trabalho – e situa a prática da interação lingüística como uma dimensão igualmente fundamental do desenvolvimento histórico, além de ser uma prática transformadora da natureza.

As acepções para o verbete ‘*legitimizar*’ apresentadas por J. Náufel (2002:597), no Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, são exemplos da distinta compreensão do fenômeno na perspectiva clássica do Direito: 1- “Justificar ou provar a legitimidade de um direito de um ato ou de uma coisa”; 2- “Habilitar para certos atos, ou para o gozo de certos direitos preenchendo os requisitos legais”. Habermas (1999 [1973]) defende que a legitimação de valores e poderes não se dá em condições meramente normativas, como pregam os cânones positivistas. Segundo Habermas (1999 [1973]:129), o equívoco fundamental da teoria decisionista legal (ou o Direito Positivista) é se colocar na condição de não ideológica, afirmando que a validade das normas legais pode fundamentar-se apenas em decisões: “as ingênuas pretensões de validade de normas de ação referem-se, em cada caso (pelo menos implicitamente), à possibilidade de fundamentação discursiva”. Nessa perspectiva, entende-se que a legitimação é uma consequência de uma interpretação que admite consenso e que tem uma função definida. Por outras palavras, “uma visão do mundo que legitime a autoridade (1999 [1973]:129)”.

Essa visão de mundo da qual trata Habermas é exatamente o *consenso* resultante das ações comunicativas em uma sociedade. Segundo o autor, o componente legítimo das normas não é limitado ao conteúdo proposicional das expectativas normatizadas de

comportamento. Ou seja, uma lei não é obedecida simplesmente porque o seu conteúdo assim determina. “Mas a pretensão de validade normativa é em si cognitiva, no sentido da suposição (embora contra os fatos), que poderia ser redimida discursivamente, isto é, fundamentada no consenso dos participantes através da argumentação (1999[1973]:133)”.

Assim podemos dizer, juntamente com o autor, que a legitimação é construída discursivamente, a partir de atividades retóricas/argumentativas, e consolidada no âmbito sociocognitivo. Inclusive, Habermas (1999[1973]) ressalta que a sua teoria está intimamente ligada à prática da argumentação, pois esta implica a não-coercitividade, princípio norteador também do agir comunicativo. A prática argumentativa seria essencial para se chegar ao *acordo*, noção também desenvolvida pelo autor, que tratamos a seguir.

Habermas distingue as *normas justificáveis* das *normas que estabilizam relações de força*. Na medida em que as normas expressam interesses generalizáveis, elas são justificáveis, baseiam-se no *consenso racional* e são resultantes de *acordos*. Mas, quando as normas não regulam interesses generalizáveis (como as relações de poder), elas se estabelecem a partir da força, o que o autor define como *poder normativo* (1999[1973]:141). Segundo o autor, em sociedades liberais capitalistas, o que ocorre é uma forma ideológica de identificação, ou uma capacidade de generalização de interesses dominantes. Nessa conjuntura, as legitimações podem consistir em explicações estreitas, como as apresentadas pelo Direito Positivista, ou em explicações sistematizadas por cadeias de argumentos. Estas têm a dupla função de provar a validade legítima das pretensões do sistema normativo e evitar questionamentos da sua validade discursiva. O que nos leva a observar, junto com Fairclough (1997), porque, nesses modelos de sociedade, a comunicação é sistematicamente limitada, ou mesmo sutilmente controlada, tendo como principal exemplo o fenômeno da *tecnologização discursiva*.

Os conceitos de *consenso* e *acordo* são fundamentais na teoria de Habermas: as possibilidades de legitimação estão em constante tensão, sendo a ação discursiva determinante no estabelecimento ou quebra de hegemonias. Segundo o autor, a validade das normas não se baseia em atos irracionais das partes em acordo, mas sim em ações racionais, fazendo com que o seu questionamento possa ser realizado em qualquer tempo.

A compreensão de *consenso* como algo socialmente construído para o estabelecimento do *acordo* é de extrema relevância, pois concebe a sociedade organizada a partir de modelos dinâmicos, abrindo precedentes para as mudanças. Nesse ponto a teoria de Habermas é definidora no quadro teórico da ACD, influenciando os estudos de Fairclough (2003, 2001a) e os conceitos de ideologia e legitimação propostos por van Dijk (2000c).

De acordo com Habermas, o modelo de organização social mais apropriado seria o da *comunidade de comunicação*, onde os participantes de um ‘discurso prático’ testam as pretensões de validade das normas e, conforme as aceite com razões, chegam à convicção que, em dadas circunstâncias, as normas propostas são ‘válidas’ ou ‘inválidas’. Isso é o que o autor chamou de o “reconhecimento motivado racionalmente da pretensão da validade de uma norma de ação (Habermas, 1999[1973]:136)”. Controlar esse reconhecimento é o principal ponto de sustentação da hegemonia liberal, e significa controlar as motivações de aceitabilidade das normas. É assim, segundo o autor, que se constitui o que chamamos na ACD de ‘controle discursivo’. Entretanto, Habermas (1989) defende que o discurso é parte do esforço que os interlocutores fazem para chegar a uma ‘comunicação não-distorcida’. Nos termos habermasianos, isso quer dizer uma ação em prol do bem social, ou seja, contrária às hegemonias.

Neste ponto, recorro aos argumentos de Alexander (1999) para discutir tal aspecto da teoria de Habermas (recorrentemente criticado na Sociologia). Como aponta Alexander (1999), se por um lado o autor subestima as qualidades irracionais da comunicação, quando não da ação, a concepção desse modelo racional é bem desenvolvida em sua teoria. Podemos identificar esse aspecto em Habermas (1989), onde o autor trabalha sistematicamente na tentativa de identificar tipos de argumentações e critérios capazes de exemplificar os empreendimentos racionais humanos e sua capacidade de agir coletivamente. Assim, concluímos com as reflexões de Alexander (1999:39) sobre as teorias habermasianas: “entre o discurso racionalizante de Habermas e o discurso arbitrário de Foucault está o verdadeiro campo discursivo da ciência social”. Esta discussão é retomada no item 3.4, quando tratamos sobre a *teoria da estruturação* de Giddens (2003), apontada como uma tentativa de superar essas polaridades nas Ciências Sociais.

3.3 A Legitimação e o Discurso

Tema central nos estudos das Ciências Sociais, e mesmo na Psicologia, o fenômeno da legitimação não tem sido sistematicamente tratado na Lingüística. Se os estudos de Habermas (1999 [1973]) já enfocaram no discurso o processo de construção da (des)legitimação, pouco foi feito nas análises do discurso em busca da natureza e das categorias da ocorrência desse fenômeno nos distintos domínios. Este é um dos objetivos deste trabalho, aspecto que desenvolvemos nos capítulos 4 e 5. Na Análise Crítica do Discurso, os estudiosos que vêm se ocupando sobre a legitimação discursiva de forma mais sistemática são van Leeuwen (2007), van Dijk (2000c) e Rojo & van Dijk (1997), sendo os seus trabalhos as principais referências adotadas para esta pesquisa.

Van Dijk (2000c) define a legitimação como um ato social (e político), que se concretiza, especificamente, na prática discursiva. Mas também destaca a dimensão sócio-interativa da legitimação, pois tais discursos são, em geral, atitudes responsivas a questionamentos sobre a legitimidade de grupos e atores sociais. Daí o caráter dinâmico do processo de legitimação, resultando em uma “prática discursiva complexa, contínua, que envolve um conjunto de discursos inter-relacionados (van Dijk, 2000c: 319)”. O processo de construção da (des)legitimação envolve uma complexidade de categorias de ordem lingüística, discursiva, cognitiva e social. Irremediavelmente, a legitimação está atrelada a um processo de afirmação de Uns e, em movimento contrário, a negação – ou estereotipização de Outros. Isso quer dizer que a (des)legitimação é um processo de forte conotação de construção de representações sociais, ideologicamente orientado, e está, em geral, atrelado a conflitos entre movimentos sociais e instituições do poder. Os movimentos e grupos sociais conquistam espaço e se estabelecem não só através do poder ou das idéias, mas também pela legitimidade que a sociedade os atribui. No primeiro capítulo, discutimos como o processo de deslegitimação está fortemente atrelado a grupos contrários ao *status quo*, como os movimentos sociais, pois essa é a estratégia principal das instituições do poder para enfraquecer esses movimentos – como acontece com o MST, com os movimentos sindicais, étnicos etc. Assim, esses grupos estão em constante luta pela sua legitimação. Entretanto, assim como Rojo e van Dijk (1997), também defendemos – a partir das reflexões desenvolvidas neste estudo – que

essa relação não é estanque, nem determinística. Ou seja, historicamente instituições do poder também têm passado por ‘crises de legitimação’.

Tal qual concebem Rojo e van Dijk (1997), existe uma complexa relação entre as dimensões discursivas e sociopolíticas de legitimação. O discurso apenas terá uma função legitimadora se um número de fatores contextuais for satisfatório, tais quais o poder e a autoridade do falante, assim como a instituição a qual ele faz parte. Por outro lado, a legitimação sociopolítica poderá se perder nos conflitos do domínio político, então os discursos de re-legitimação são necessários para restabelecer a autoridade ameaçada. Nessa complexa relação dialética, as duas dimensões resultam no que o autor conceituou como “legitimação sociopolítica realizada pelo discurso”, ou, de forma resumida, “o discurso da legitimação (1997:2)”.

As ações das atividades de legitimação se dão em dois movimentos. Primeiramente, a legitimação pode ser analisada como um ato social de atribuição de aceitabilidade de atores sociais, ações e relações sociais em uma ordem normativa. Segundo Rojo e van Dijk (1997), esse seria o movimento *top-down*, envolvendo estratégias que visam estabelecer, manter ou restaurar uma posição social e uma autoridade aceitável de um grupo ou uma instituição, usualmente o Estado. O *bottom-up*, que seria a forma complementar de legitimação, a ação de grupos dominados (cidadãos, minorias etc.) para aceitar passivamente ou ativamente tal hierarquia ou autoridade dos grupos dominantes ou instituições (elites, governos, parlamentos). Essas movimentações se dão simultaneamente, ou seja, os grupos ou as instituições dominantes buscam se legitimar através da aprovação dos dominados, e os grupos dominados legitimam os grupos ou as instituições dominantes através de várias atividades de mais ou menos concordância, aceitação, submissão ou, no mínimo, tácito consentimento.

Dentro dessa dinâmica, quando acontece de o movimento *bottom-up* não se realizar de forma satisfatória aos interesses da elite, gera o que Habermas (1999 [1973]) conceituou como ‘crise de legitimação’, fenômeno recorrente nas sociedades contemporâneas. Nessa conjuntura, governos e instituições vêm os seus poderes sendo questionados, colocados em dúvida. A principal motivação para tais crises são as controvérsias geradas sobre papéis e obrigações sociais, o que pode resultar em ‘erosões’ na legitimidade dos grupos dominantes. É nessa situação de crise que o discurso da

legitimização tem função decisiva para o restabelecimento dos poderes, e também é quando as instituições utilizam estratégias ainda mais persuasivas em seu discurso. Essa definição do processo de legitimização como uma movimentação social em dois sentidos (*top-down* ↔ *bottom-up*) nos parece interessante por dois aspectos: *i*) assume uma perspectiva na qual a legitimização não está atrelada apenas às instituições do poder, pois leva em conta também a força popular para que esse fenômeno se realize, concebendo tal dinâmica a partir da complexa relação: poder → povo; povo ↔ povo; povo → poder; *ii*) parte de uma estratégia semelhante a uma prática de leitura, retomando a analogia que fizemos no início do capítulo.

O fato de que legitimização não é permanentemente estável, mas objeto de conflito social e político, explica porque ela não pode ser preservada em condições de livre produção e circulação de discursos. Esse ponto é fundamentalmente relevante para este trabalho, pois tratamos de um caso que bem caracteriza a crise de legitimização, já que os poderes Executivo e Legislativo do Brasil foram questionados por grupos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, exigindo punição para os responsáveis pelos assassinatos dos sem-terra em Eldorado de Carajás. Nessa conjuntura, a necessidade de convencimento é ainda mais incisiva. Isso significa que a formulação do discurso da legitimização opera – a partir dos seus efeitos persuasivos ou manipuladores – na construção de modelos mentais preferidos, e, mais amplamente, pode resultar em atitudes favoráveis às instituições de poder. Mas isso pode ser subvertido, quando há a possibilidade de romper com o controle discursivo, e outros novos modelos de eventos podem ser elaborados. Esses aspectos podem ser observados no quinto capítulo, a partir das análises sobre a cobertura do massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás. Identificamos, em alguns momentos da cobertura, uma inversão de poderes entre os grupos tradicionalmente legitimados (governos, polícias) e os deslegitimados, como o MST.

O primeiro autor a tratar sobre a legitimização na Análise Crítica do Discurso foi van Leeuwen, em um artigo primeiramente intitulado “A Gramática da Legitimização”, mas que não chegou a ser publicado nessa versão. Esse trabalho foi ampliado e publicado com o título “Legitimização e Discurso”, na revista *Discourse & Communication*, em 2007. Nesse artigo, van Leeuwen investiga categorias do discurso da (des)legitimização em

eventos conversacionais e em comunicações públicas – como os discursos de parlamentares em assembleias e etc. Assim como este estudo e o de Rojo e van Dijk (1997), van Leeuwen (2007) também toma como principal fundamentação a obra de Habermas (1999 [1973]), além de outros sociólogos. Em seu artigo, van Leeuwen (2007) discute o processo de (des)legitimização a partir de quatro categorias básicas: *a) autorização*: baseada na autoridade da tradição, no costume, na lei ou nas pessoas com autoridade; *b) racionalização*: é a utilidade de uma ação institucional e sua validade cognitiva no conhecimento aceito; *c) avaliação moral*: baseada em normas, ou pelo menos no que está estabelecido socialmente como tal, trata-se de uma ação sócio-contextual; *d) mytho-poiesis*: legitimização convencionada por narrativas. Como enfatizou o autor, essas categorias são de natureza macro e mais aplicáveis aos estudos da conversação, o que se caracteriza como um estudo de natureza distinta ao que propomos. Entretanto, esses aspectos inspiram as nossas categorias de análise.

A perspectiva de que o processo de legitimização está atrelado às relações interpessoais também está presente em outros trabalhos de teóricos da análise do discurso, como Charaudeau e Maingueneau (2004:295) que a definem como uma noção que pode ser utilizada para significar que “o sujeito falante entra em um processo que deve conduzir a que se reconheça que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz”. Essa legitimidade, segundo os autores, pode derivar tanto de relações interpessoais quanto dos lugares institucionais que ocupam os falantes. Tal abordagem, conforme já ressaltamos, não se alinha à investigação que desenvolvemos, pois estudamos a constituição da (des)legitimização a partir de suas complexas relações sociais, cognitivas e interacionistas, buscando construir um quadro teórico multidisciplinar para dar conta desses elementos.

3.4 A Legitimização e a Teoria Social

Investigar a legitimização envolve, como já foi dito, uma complexa articulação de distintas áreas do conhecimento e, assim, de diferentes perspectivas sobre a organização social. Para desenvolver tal investigação, assumindo o fenômeno da legitimização como de natureza discursiva e sócio-cognitiva, faz-se necessário uma concepção de sociedade – e

relações sociais – que embase tal perspectiva. Assim, assumimos como referência base para essa discussão a *teoria da estruturação* proposta por Giddens (2003), assim como os conceitos de *sujeito reflexivo* e de *agência* propostos pelo autor.

O aspecto central da teoria de Giddens (2003) que interessa a este trabalho é a *perspectiva estruturante* da sociedade – e de todos os elementos que nela se constituem, entre eles a linguagem. Isso significa entender as relações sociais como construções histórica e socialmente situadas, o que possibilita a compreensão do mundo em uma perspectiva dinâmica, em constante re-organização, onde as estruturas não estão estabelecidas *a priori*. Desenvolver uma perspectiva social a partir desses preceitos é fundamental para este trabalho, pois investigamos um fenômeno social – a legitimação – sob essa perspectiva de instabilidade, ou seja, um *processo* em contínua (re)elaboração nas práticas sociais – entre elas a discursiva.

Para Giddens (2003), as estruturas são de uma *ordem virtual de relações transformadoras*. Isso significa dizer que os sistemas sociais não têm estruturas, mas exibem propriedades estruturais e que as estruturas só existem, como presença espaço-temporal, para orientar a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva. A teoria da estruturação de Giddens é uma tentativa de superar as limitações do Funcionalismo, do Estruturalismo e da Sociologia Interpretativa (hermenêutica). No paradigma do estruturalismo, as estruturas compõem os sistemas sociais. De acordo com o autor, o estruturalismo e o funcionalismo têm semelhanças ‘notáveis’, apesar de suas tantas diferenças: os dois tendem a expressar um ponto de vista naturalístico e se inclinam ao objetivismo. Outro aspecto de convergência é que ambos enfatizam fortemente a proeminência do todo social sobre suas partes individuais (isto é, seus atores constituintes, sujeitos humanos). Tanto para o estruturalismo quanto para o funcionalismo, a estrutura (nos sentidos divergentes atribuídos ao conceito) tem primazia sobre a ação e suas qualidades restritivas são fortemente acentuadas.

Dessa análise, Giddens (2003:3) propõe: “se as sociologias interpretativas se assentam num ‘imperialismo do sujeito’, o estruturalismo e o funcionalismo propõem um ‘imperialismo do objeto social’. Uma das minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é pôr um fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios”. Este aspecto da teoria da estruturação é de extrema relevância para esta

pesquisa, pois retira a organização social tanto da dita ‘totalidade social’, quanto das experiências individuais, e a situa nas práticas sociais ordenadas a partir da recursividade. O autor estabelece uma diferença entre *reprodução* (onde não há a interferência crítica do sujeito, como nas teorias estruturalistas) e *recursividade* (conceito que não supõe autonomia de criação, mas capacidade de re-criação). Essas considerações nos fazem remeter às críticas elaboradas no segundo capítulo sobre a proposta sistêmico-funcionalista de Halliday (1978), pois estão em consonância teórica.

Em sua teoria, Giddens (2003) defende que as propriedades da coletividade e os procedimentos de ação pressupõem-se, de certo modo, um ao outro na realidade da vida social. Assim, a constituição da sociedade não pode ter como prioridade nem a estrutura, nem a ação, já que as duas estão entrelaçadas na construção da história humana. Partindo desses princípios, o autor desenvolve a concepção de *sujeito reflexivo* – ou agente – bastante semelhante à perspectiva aqui assumida: a do sujeito cognitivo. Para Giddens (2003), a reflexividade deve ser entendida não meramente como uma ‘autoconsciência’, mas como o caráter de *monitoramento do fluxo contínuo da vida social*. “Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para as suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (Giddens, 2003:4)”. O *monitoramento reflexivo* o autor define como uma característica crônica da ação cotidiana, ou seja, uma atividade que envolve a conduta não apenas do indivíduo, mas também de outros. Isso quer dizer que os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades, mas esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta: monitorem rotineiramente aspectos sociais e físicos dos contextos em que se movem.

Entretanto, o autor alerta para o cuidado ao se tratar conceitos tais como: ‘propósito’, ‘intenção’, ‘razão’, ‘motivos’ etc. com bastante cautela, pois são, freqüentemente, associados a um *voluntarismo hermenêutico*, como também tiram a ação humana da contextualidade espaço-tempo. Ou seja, não é por tratar de noções geralmente associadas à noção de ‘sujeito autônomo’, como nos termos da Pragmática, que se deve entender o conceito de reflexividade proposto por Giddens (2003) a partir desses conceitos, ou mesmo a partir de uma subjetividade absoluta. Segundo o autor, a ação intencional não se compõe de um agregado ou série de intenções, razões, motivos

isolados. Os *agentes* ou *atores humanos* (o autor utiliza os dois termos indistintamente) têm como aspecto inerente do que fazem a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. Ou seja, as *capacidades reflexivas* do ator humano estão characteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, nos contextos da atividade social. Assim, a ação humana ocorre como um *fluxo contínuo de conduta*, à semelhança da cognição. Daí a reflexividade ser entendida como algo assentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo uns dos outros. A *monitoração reflexiva da ação* depende da *racionalização*, entendida mais como um processo do que como um estado, e como inherentemente envolvida na competência dos agentes. Por isso, para Giddens, as noções de *consciência* e de *prática* são de extrema relevância, pois propiciam a agência humana. Sendo que esta agência é de natureza tanto individual – na rationalização – quanto social, no processo de monitoração reflexiva da ação. Associamos esses pressupostos com o conceito de sujeito cognitivo, ativo, capaz de interferir socialmente.

Essa concepção de sujeito – ou reflexividade – em Giddens é bastante significativa na elaboração da sua proposta teórica para a constituição da sociedade, pois o autor toma a conversação e a negociação de significados como elaboradores das práticas sociais. Assim, “sua concepção da ação humana transfere a atenção para um aspecto mais característico de toda conduta humana: o poder de intervir no curso dos acontecimentos ou do estado das coisas” (Cohen, 1999). Entendemos que essa noção de sujeito permeia e orienta a teoria da estruturação, pois é a ação dos sujeitos – e sua capacidade de fazer coisas – que move as estruturas sociais. Ou seja, instituições, governos, empresas etc., não devem ser percebidas *a priori*, pois elas só existem porque agentes atuam mutuamente para o seu funcionamento. Assim, a concepção de ação na teoria da estruturação resiste às polaridades entre o determinismo totalizante e a liberdade incondicional, ao mesmo tempo em que preserva as possibilidades entre esses extremos. Essa é a preocupação de Giddens (2003), quando o autor diz querer se distanciar de teorias estruturalistas, nas quais as estruturas definem o sujeito, ou de um subjetivismo absoluto, no qual os sujeitos não operam interativamente, ou seja, na qual não há intersubjetividade nas ações. No que diz respeito a nossa investigação, esses preceitos fundamentam o quadro teórico que buscamos para o estudo da legitimação: um fenômeno

que se constitui nas práticas sociais, de natureza instável, sendo a prática discursiva um dos seus princípios de sustentabilidade – discursos esses constituídos pela ação de sujeitos reflexivos.

3.5 A Legitimização como uma Macrocategorias Social

Ao situar a legitimização no âmbito discursivo e social, é preciso discutir como atores e grupos sociais agem na constituição desse fenômeno. Se é uma ação humana (individual e coletiva) estabelecer o (i)legítimo, esta se dá a partir de operações de naturezas sociais e cognitivas. Defendemos que essas operações resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais, tendo como sustentação os modelos mentais e as representações sociais construídas coletivamente sobre esses grupos e seus participantes. Neste sentido, seguimos um rumo diferenciado do proposto por Habermas (1996; 1999 [1973]) para investigar a legitimização, ainda que os seus estudos sejam um norte referencial para o desdobramento de tal investigação. Concordamos com Habermas (1999 [1973]) quando ele argumenta que a força propulsora da constituição do (i)legítimo está no discurso e na *esfera pública*, mas também buscamos tratar tal fenômeno a partir da natureza constitutiva entre discurso e cognição, de acordo com a linha teórica que estamos desenvolvendo nesta investigação. Acreditamos que os estudos elaborados apenas na perspectiva discursiva não dão conta da complexa ação de (des)legitimar, pois tal atividade envolve operações mentais; um intenso processo de negociação entre atores sociais; e se estabiliza nas práticas públicas.

Grupos e atores sociais não são legítimos ou ilegítimos *a priori*. (I)legítimo é uma atribuição, um ato social de categorização, sendo que tal atribuição não é estanque, mas sempre situada. Para exemplificar essa proposta, recorremos ao nosso *corpus*, no qual analisamos, a partir dos *frames* de cobertura, as variações da categorização do caso de Eldorado dos Carajás, ao longo dos dez anos de cobertura jornalística – 1996 a 2006. Observemos os *frames* identificados na Folha de S. Paulo nesse período:

Frame I - A Circulação das Versões

Frame II - A Mobilização da Sociedade

Frame III - A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Frame IV - A Criminalização do MST

Frame V - A Partidarização do MST

Frame VI - Reframing: a não-ocorrência

Ao analisarmos as distintas orientações da cobertura, percebemos que o processo de categorização do massacre como um ‘fato’ (i)legítimo passa por uma ação contínua, que, se em determinados momentos históricos sofreu um maior controle discursivo por parte dos grupos do poder, em outros a pressão de vários movimentos sociais, Igreja, artistas, intelectuais, interfere e atua nesse processo, democratizando o espaço discursivo do jornal, e, assim, abrindo espaço para outras versões sobre o ‘episódio’, construindo modelos cognitivos diferenciados, contribuindo para a categorização do episódio como *massacre*, e deslegitimando as instituições do poder envolvidas (Governo do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública do Pará e Tribunal de Justiça do Pará).

Partindo desses exemplos, pretendemos agora aprofundar a discussão sobre categorização, e assim situar as perspectivas teóricas que assumimos.

3.5.1 Categorização: uma atividade corporificada na mente e no discurso

O principal objetivo de tecermos considerações sobre categorias é a compreensão de que o jornalismo atua discursivamente no processo de categorização de atores e grupos sociais. E isso se dá na construção de modelos cognitivos dominantes, a partir do forte controle dos grupos sociais que têm acesso ao discurso da imprensa. Tal perspectiva tem que ser defendida tomando como base o questionamento duas linhas epistemológicas: *i*) a da tradição objetivista; *ii*) a perspectiva discursiva descorporificada de processos mentais. Para isso, precisamos articular aspectos teóricos de natureza cognitiva, discursiva e sócio-interacionista. Entendemos que uma investigação sobre o fenômeno da legitimação que não dê conta desses aspectos é redutora e ignora a complexidade de tal processo. A categorização de grupos/atores sociais como (des)legitimados é de extrema relevância para as pesquisas sociais, pois dela resulta

várias outras ações, tais quais descriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes.

Trataremos o conceito de categorização de forma bastante direcionada aos propósitos de nossa investigação, não sendo nosso objetivo desenvolver um amplo apanhado teórico sobre essa noção¹². Vários são os trabalhos já desenvolvidos onde o problema das categorias é exaustivamente discutido, desde sua primeira aparição nas discussões filosóficas, trazida por Aristóteles, que restringiu o processo de categorização às *condições necessárias e suficientes*, até as de base sócio-interacionista, na linha proposta por Mondada (2000, 1997), que vêm ganhando mais força atualmente. A proposta de Eleanor Rosch (1978) significou uma ruptura na noção de categorias, em relação à proposta clássica aristotélica, e recolocou a questão em uma perspectiva mais heterogênea e atrelada a um contexto cultural. A noção de Rosch (1978) sobre categorias, entretanto, sofre hoje fortes críticas pela sua natureza ‘laboratorial’, ou seja, distante das práticas discursivas, embasada por uma noção de língua na qual não cabe o agir lingüístico dos falantes na construção do mundo, mas apenas como um sistema de ‘etiquetas do mundo’ (Marcuschi, 2005a; Mondada, 2000, 1997).

Para esta investigação, a tese defendida por Lakoff (1990) e Lakoff & Johnson (1999) é relevante por dois aspectos principais: *i)* a crítica ao paradigma objetivista; *ii)* a tese da corporificação da mente, e como essa característica atua no processo de categorização. E é sobre esses aspectos que vamos traçar nossas considerações. Na visão tradicional, ou objetivista, a razão é abstrata e descorporificada, ou seja, é norteada pela visão dicotômica mente x corpo. Na visão cognitiva, a razão tem uma base corporal. Nós pensamos, nos relacionamos e nos movimentamos no mundo, a partir da relação que a nossa mente estabelece com a nossa estrutura corpórea. Romper com essa dicotomia é uma postura radical contra a tradição filosófica ocidental. Ou ainda mais importante: é uma forma diferenciada de perceber e estabelecer o que nos faz humanos. Enquanto a visão tradicionalista defende que a capacidade de pensar e a razão são abstratas, ou seja, *transcendentais*, no sentido que vão além das limitações físicas do organismo, a proposta

¹² É vasto o número de obras sobre o conceito de categorização, tendo em vista sua extrema relevância para as ciências cognitivas e para a filosofia. Para um maior aprofundamento nessa questão, indicamos Rosch (1978), Lakoff (1990) Lakoff & Johnson (1999), Mondada (1997), Marcuschi (2004), Marcuschi (2005a), só para citar alguns.

de Lakoff (1990) prevê que a natureza do organismo pensante e a forma como ele funciona em seu ambiente são aspectos centrais para o estudo da razão. Sendo assim, questões antes tratadas como periféricas ou adornos da linguagem, passam a ser temas constitutivos para a compreensão do funcionamento da mente humana. São elas: a *metáfora* e a *metonímia*, que dão conta dos aspectos imaginativos da razão.

A proposta de Lakoff (1990), conhecida como o *realismo experencialista (ou experencialismo)* é uma articulação entre a visão objetivista e o experencialismo e, em linhas gerais, propõe: a) um comprometimento com a existência do mundo real; b) um reconhecimento de que a realidade delimita os conceitos; c) uma concepção de verdade que vai além de uma mera coerência interna; d) um comprometimento com a existência de um conhecimento estabilizado no mundo. Nessa concepção, *experiência* é entendida em sentido amplo: inclui todo o aparato utilizado na construção das nossas experiências reais ou potenciais, tanto dos organismos individuais ou comunidades de organismos – não apenas percepção, movimento motor etc., mas *especialmente* a aquisição genética interna de um organismo, e a natureza de suas interações tanto em seus ambientes físicos ou culturais.

Neste ponto, chamamos a atenção para dois aspectos da teoria de Lakoff (1990): um que assumimos e outro que rejeitamos. A perspectiva experencialista prevê a constituição do individual a partir da interação com o social, daí a idéia de que a corporificação da mente é constituída pela nossa estrutura corpórea e nossas ações motoras no mundo. O pensamento e a razão concernem, essencialmente, à natureza do organismo fazendo coisas e pensando – incluindo a natureza do seu corpo, sua interação em seu ambiente e suas características sociais. Além de uma ruptura entre a dicotomia mente x corpo, o autor também prevê organismos individuais e organismos sociais em relações interacionais. Tal compreensão é de extrema relevância para a construção do quadro teórico desta investigação, pois estamos defendendo a natureza constitutiva dos processos mentais e das práticas sociais.

É a partir do estudo das categorias que Lakoff (1990) e Lakoff & Johnson, (1999) vão apresentar evidências empíricas para a sua teoria da natureza corporificada da razão e da imaginação. Para os autores, *os sistemas conceituais são organizados em termos de categorias, e boa parte, senão todos os nossos pensamentos, envolvem essas categorias.*

Lakoff (1990) e Lakoff & Johnson (1999) defendem que a ação de categorizar é irremediável a qualquer sistema neuronal: até uma ameba categoriza o que é comida ou não. Na escala evolutiva, o ser humano opera com elementos mais complexos e elaborados ao categorizar: “Toda vez que nós vimos *alguma coisa* como *um tipo* de coisa, estamos categorizando” (Lakoff, 1990:6). Para o autor, não há nada mais básico do que a categorização para os nossos pensamentos, ações e discurso. Essa compreensão é especialmente relevante para o nosso estudo sobre Eldorado dos Carajás e a ação da imprensa no processo de (des)legitimização do caso. Os atores sociais que tiveram suas versões veiculadas nos textos jornalísticos, assim como os próprios jornalistas, *viram* o episódio de formas distintas, ou seja, categorizaram como *um tipo de coisa* (conforme analisamos no capítulo 2). Isso quer dizer que raciocinamos não apenas sobre coisas individuais ou pessoas, mas sobre *categorias de coisas e pessoas*, por isso a categorização é crucial para cada perspectiva de raciocínio. Daí a importância de trazermos essas considerações sobre atividades de categorização para os nossos estudos. Cada perspectiva de raciocínio deve estar associada a uma categoria. A perspectiva de raciocínio como uma manipulação descorporificada de símbolos abstratos vem com uma perspectiva implícita de categorização: é uma versão da teoria clássica de categorias.

O que a concepção de categorias desenvolvida por Lakoff (1990) traz de relevante para os estudos lingüísticos é exatamente a ruptura com a visão clássica representacionalista, na qual o significado é entendido a partir de uma relação direta entre o mundo (as coisas do mundo) e as palavras – significado por correspondência. Ao discutir as categorias como *conceituais*, ou seja, elaboradas a partir de *Modelos Cognitivos Idealizados* (MCI), Lakoff (1990) rompe com o objetivismo e abre possibilidades para teorizações mais complexas de como a mente humana funciona no processo e de organização e, consequentemente, sobre a nossa ação no mundo. O conceito de MCI é o que constitui a tese central de Lakoff (1990), pois seria por essas estruturas de significados que organizamos nosso conhecimento. Nós usamos os modelos cognitivos na tentativa de entender o mundo. Em particular, nós os usamos para teorizar sobre o mundo, tanto na construção de teorias científicas quanto na construção das teorias que elaboramos cotidianamente. Dessa forma, a sistematização das categorias, assim como dos seus efeitos prototípicos, são produzidos a partir desses modelos. O conceito de

protótipos vem, em seu princípio, da teoria de Rosch (1978) e tem sido questionado e reformulado por vários autores. No próximo ponto, trataremos mais sistematicamente dessa noção.

Um aspecto discordante entre a proposta de Lakoff (1990) e a que defendemos nesta investigação é a distinção estabelecida pelo autor entre *categorias de coisas* e *categorias de entidades abstratas* (eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais, governos etc.). Esta parece ser uma questão problemática, pois prescinde de uma perspectiva discursiva. Ao distinguir categorias de *coisas que experenciamos* de *coisas abstratas* – *que imaginamos*, percebe-se que não há um entendimento do processo constitutivo de semiotização (e consequentemente de categorização) das coisas mundanas, sejam elas abstratas ou concretas. Ambas as categorias resultam de processos de semiotização, conforme discutiremos mais adiante, daí sua natureza discursiva. Concordamos com Marcuschi, E. (2004), quando a autora critica Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) por nos situar mais como indivíduos experenciais/corpóreos, do que semióticos: “O que esses autores parecem ignorar é a capacidade da cognição humana de operar simbolicamente, o que lhe permite acionar as diferentes semioses na construção dos conceitos e das categorias e, assim, dizer o mundo mesmo na ausência dos fenômenos (Marcuschi, 2004:54)”.

Mesmo com tais restrições, assumimos a posição de Lakoff (1990), no que diz respeito à sua superação da dicotomia *mente x corpo*, assim como pela sua ruptura com o conceito clássico de significado por correspondência, a partir da proposta dos MCI's. O que buscamos, a partir desse entendimento, é uma compreensão discursiva dos processos mentais, e não apenas corpóreos e experenciais, pois, como já ressaltou Marcuschi (2005a:2), “o mundo da experiência sensorial simplesmente não tem uma face externa diretamente palpável, seja aos nossos sentidos ou às nossas teorias. Tudo que dizemos é mediado pelo conceito que se expressa discursivamente”.

A teoria de Lakoff (1990) também é relevante para o empreendimento de desenvolver uma análise do discurso diferenciada das linhas predominantes, as quais desconsideram a natureza cognitiva da prática discursiva. Se Lakoff (1990) não dá conta dos processos de semiotização, sua compreensão de mente como algo constitutivo da nossa forma de organizar o mundo nos parece pertinente para a investigação na qual

trabalhamos. É mais um fundamento para a concepção de sujeitos ‘agentes-cognitivos’ sob a qual operamos. Entretanto, ressaltamos a importância da proposta de van Dijk (2006) para esta investigação, pois o autor pressupõe a natureza discursiva da mente (ver capítulo 2). No que diz respeito à concepção discursiva de categorias, iremos explorar as considerações de Marcuschi (2005a) e Mondada (2000, 1997) para melhor expor a proposta que aqui assumimos.

O passo dado por Lakoff (1990), deixando para trás a perspectiva representacionalista, é de extrema relevância para pontuar a questão da situacionalidade das habilidades cognitivas, e assim trazer a questão das categorias para as práticas social e discursiva. A guinada dá rumo a uma noção de construção social da realidade em que o sujeito e os processos interativos se tornam central. Com isto surge, como frisa Mondada (1997:297), “o reconhecimento da natureza discursiva das categorias”. E, se compreendemos que o ato de categorizar resulta do processo da interação sujeito-mundo, não se pode tratar esses objetos categorizados como uma extensão da realidade, ou mesmo fenômenos pré-existentes às relações humanas. É imprescindível assumir que operamos com ‘objetos do discurso’ (Marcuschi, 2005a) – sejam eles concretos, abstratos, imaginários –, que eles são elaborações humanas, construídos ao longo do processo histórico, e culturalmente arraigados. Assim, as categorias são, ao mesmo tempo, uma organização do mundo, e uma forma de atuarmos nesse mundo.

Mondada (1997), buscando uma perspectiva que mude o foco dos contextos experimentais para a elaboração das categorias, postula que elas são operações de natureza sócio-discursivas e resultam em nossas formas de ‘saber o mundo’. Marcuschi (2000) chama a atenção para um problema essencial, ao se tratar de categorias: a importância de delimitar sob que perspectiva de língua essa noção é desenvolvida. Para entendermos categorias como uma atividade de organização cognitiva do mundo, em constante processo de re-elaboração, e que ocorre em um processo de mão dupla – ao mesmo tempo em que é uma ação intersubjetiva de atores sociais para organizar o mundo, também situa a forma que esses atores percebem e atuam sobre as coisas mundanas – não se pode operar sob uma perspectiva representacionalista de língua, a qual a postula como um ‘sistema de etiquetas’. Assim, adotamos os pressupostos que Marcuschi (2000) apresenta como delineadores para um novo olhar sobre a linguagem, o

mundo e o discurso. Esse pressuposto, basicamente, é sobre a *indeterminação lingüística* que apresenta a língua como atividade. A língua, portanto,

“não é um sistema autônomo que se esgota no código, é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade.” [...] a determinação se dá no uso efetivo. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social (Marcuschi, 2000:81).”

A partir dessa noção de língua, podemos afirmar que as categorias também apresentam uma *instabilidade constitutiva*. Por isso, a própria organização das categorias, assim como a atividade de atribuição de características aos seus componentes, também são instáveis, algo que não pode ser entendido como uma organização natural, ou sequer definida apenas no limite das nossas experiências. Trata-se de uma atividade que envolve sujeitos interagindo discursivamente em situações sociais específicas, culturalmente situadas e historicamente constituídas. Daí a afirmação de Marcuschi (2005a:10): “as categorias não podem ser tomadas como estruturas invariantes, capazes de realisticamente agruparem a realidade extra-modo de modo culturalmente insensível, sem uma nítida inserção contextual. Categorias não são entidades naturais e realistas”. Esta perspectiva é importante para a discussão sobre os conceitos de *protótipo* e de *estereótipo* desenvolvida no próximo tópico.

3.5.2 Entre Protótipos e Estereótipos: a categorização de atores/grupos sociais como um *continuum*

O conceito de protótipo tem sido um ponto crucial nas investigações sobre categorias. A primeira a apresentar a idéia da organização das categorias a partir de elementos prototípicos foi E. Rosch (1978), o que ficou conhecida como a *teoria dos protótipos*. A autora percebeu que, até então, os estudos realizados sobre categorias tinham uma tendência a generalizar casos particulares. Após estudos empíricos, realizados a partir de realidades culturais distintas, Rosch (1978) propôs que o

pensamento, em geral, é organizado em termos de *estruturas prototípicas* e de *nível básico*. As categorias humanas são tipicamente conceitualizadas em mais de uma forma, nos termos chamados de *protótipos*: esses elementos são os que melhor caracterizam uma categoria.

Antes do trabalho de Rosch e seus associados, os conceitos clássicos de categorias eram tomados como um truísmo, não só na Psicologia, como também na Antropologia, Filosofia e outras disciplinas. Se a teoria dos protótipos de Rosch (1978) foi decisiva para a reconceitualização de categorias, também se deve às suas pesquisas que o conceito de categorias seja atualmente um dos pontos principais para as pesquisas cognitivas. Como aponta Lakoff (1990), as investigações de Rosch e seus associados estabeleceram novos paradigmas nos trabalhos desenvolvidos na Psicologia Cognitiva sobre categorização, por demonstrar centralidade, semelhanças de família, categorização de nível-básico, assim como certos tipos de corporificação.

Como já foi dito anteriormente, a proposta de Rosch (1978) vem sofrendo várias críticas, principalmente por parte de autores que seguem a linha sócio-interacionista de investigação, apontando o conceito de língua subjacente às pesquisas de Rosch como um dos pontos mais problemáticos. Marcuschi (2007b, 2005a) e Mondada (2000, 1997) tratam desse aspecto mais sistematicamente, ressaltando que a teoria dos protótipos ‘escamoteia’ uma concepção de língua como um sistema de etiquetagem do mundo, desenvolvida de forma descontextualizada – usando apenas ‘palavras-etiquetas’ –, o que não propicia entender a construção de categorias como resultante das práticas discursivas.

Lakoff (1990) parte em defesa de Rosch (1978), afirmando que há uma incompreensão da tese da autora, pois muitos não teriam acompanhado as mudanças que a própria Rosch faz sobre seus trabalhos. É relevante a observação de Lakoff (1990), quando o autor ressalta que a proposta sobre os efeitos prototípicos, em si, fornece uma teoria alternativa específica sobre representações mentais: são experimentos de como elaboramos as categorias. Isso quer dizer que não há uma relação direta e representacionalista na noção de protótipos, ou seja, “não há uma correspondência *um-por-um* entre os efeitos prototípicos e a representação mental” (Lakoff, 1990:43). Segundo o autor, não é amplamente conhecido que Rosch abandonou a idéia de que os

efeitos prototípicos espelham diretamente a estrutura da categoria e que os protótipos constituem as representações das categorias. As considerações em Rosch (1978:40) já apontavam, de certa forma, para essa compreensão: “Para as categorias da linguagem natural, falar de uma única entidade que é o protótipo é ou uma grande incompreensão dos dados empíricos ou uma teoria encoberta de representação mental”. Ressaltamos esse aspecto porque assumimos a idéia de protótipos como uma característica categorial, mesmo que com ressalvas à proposta de Rosch (1978), pois pretendemos acrescentar outras visões conceituais sobre o fenômeno.

O que está em questão em torno de todo esse debate é a possibilidade de se estabelecer elementos prototípicos para as categorias. Se a teoria dos protótipos provocou uma ruptura nos estudos de categorias, não se pode ignorar, como já apontou Marcuschi (2005c) que essa visão, mesmo tendo trazido suas contribuições, constitui o ponto fraco das classificações categoriais, pois os prototípicos são instáveis e empiricamente complicados. Segundo as considerações de Marcuschi (2005c: 15), “não temos protótipos categoriais rígidos, já que as categorias são culturalmente sensíveis e a prototipicidade é muito mais um efeito do que um universal metafísico (como as categorias aristotélicas) com propriedades necessárias e suficientes”. Essas considerações nos levam a um caminho que não, necessariamente, descarta a possibilidade de se operar com o conceito de protótipos, mas sim a impossibilidade de assumir que existam ‘entidades prototípicas’, num sentido rígido ou determinado. Devemos entender “a prototipicidade como um efeito da tipicidade e não um estado de uma determinada entidade” (Marcuschi, 2005c:16), assim ainda de acordo com o autor: “não devemos ser ingênuos a ponto de ignorar que as representações de um grupo social têm uma estabilidade bastante grande, que se costuma designar como propriedades típicas de um dado fenômeno e que constroem sua tipicidade ou prototipicidade (Marcuschi, 2005c:16)”.

Isso requer operar com análises de protótipos categoriais em contextos de uso, sempre atrelados a uma situacionalidade e a relações interacionais específicas. Essa é a nossa proposta para investigar a categorização de fontes prototípicas ou estereotipadas na cobertura jornalística do caso de Eldorado de Carajás. A partir da ocorrência desse fenômeno nos *frames* – que já carregam o caráter contextualizador – observamos os diferentes papéis que os atores sociais assumiram durante a cobertura, ora como

entrevistados prototípicos, ora de forma estereotipada. Entendemos que a mudança nesses papéis resulta do constante processo de negociação entre os representantes dos governos, instituições (entre elas a própria imprensa), movimentos sociais e a sociedade em geral, no processo dinâmico de (des)legitimação de massacre de Eldorado de Carajás.

É importante, ainda, trazer as considerações de Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) sobre os conceitos de *protótipos* e *estereótipos* para melhor fundamentar nossos pressupostos teóricos. Lakoff (1990) trabalha com o conceito de *estereótipos sociais*, mas não como uma mera oposição à noção de protótipo. Nas considerações do autor, os estereótipos são sociais porque podem ser usados para padronizar uma categoria como o todo, por isso são elaborações mais complexas e mais consolidadas cognitivamente. Lakoff e Johnson (1999) ressaltam que o estereótipo é uma categorização negativa de um membro de um grupo. É usado para que façamos julgamentos negativos sobre as pessoas. Os estereótipos sociais são usualmente conscientes e freqüentemente são objetos de discussões públicas.

Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) também concebem os protótipos como efeitos de tipicidade, sendo que tal efeito resulta da natureza dos modelos cognitivos, os quais devem ser vistos como as ‘teorias’ que desenvolvemos sobre os variados assuntos. Esse é um ponto extremamente importante para Lakoff (1990:45): “a estrutura da categoria desempenha um papel importante no raciocínio. Em vários casos, os protótipos atuam como pontos de referência cognitiva de vários tipos e formam a base das inferências”. Por isso, para Lakoff e Johnson (1999), raciocinar com protótipos é tão comum que é inconcebível que possamos funcionar sem eles. Entretanto, os autores fazem uma ressalva, que remete, em parte, às críticas apontadas por Marcuschi (2005a) e Mondada (1997). Em suas conclusões sobre a teoria dos protótipos, Lakoff e Johnson (1999) alertam que parte do problema que deve ser encarado sobre essa questão é que ela não dá conta e está aquém da compreensão popular sobre categorização. Daí, possivelmente, estar arraigado ao conceito de protótipos a sua natureza arbitrária.

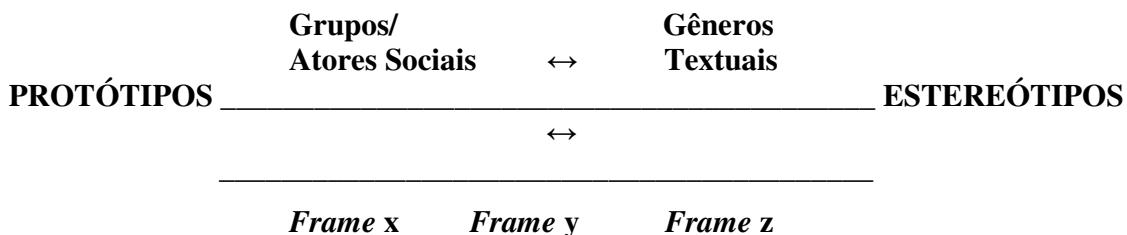
Assim, delimitadas as restrições teóricas e os aspectos que agregamos sobre a noção de estereótipos para nossa investigação, o que nos interessa agora é analisar o processo contínuo de negociação entre mídia e sociedade na construção das características de atores e grupos sociais, cambiantes entre prototípicas e estereotipadas, e

como as relações de poder – sejam elas institucionais ou sociais, oriundas da pressão popular, por exemplo – operam nesse processo.

Uma leitura mais atenta dos jornais nos faz perceber que o discurso de alguns atores sociais tem acesso privilegiado entre as distintas vozes que compõem um texto jornalístico. E isso em seus variados gêneros: notícias, reportagens, notas etc. Esses atores, freqüentemente, são representantes das instituições de poder e são tidos pelos jornalistas como ‘fontes confiáveis’ para tratar as questões da ordem do dia. Os critérios para se qualificar alguém como ‘fonte’ no jornalismo são os mais variados¹³ e tendem a atribuir um caráter de objetividade ou ‘naturalização’ desse processo: ou seja, algumas pessoas – pelo cargo que exerce, pela instituição a qual faz parte, pela sua ‘imparcialidade’ sobre a questão etc. – devem ser, naturalmente, as fontes preferenciais dos jornalistas. Entretanto, o caso do acesso ao discurso jornalístico envolve vários aspectos de natureza ideológica, a partir de complexas redes de controle discursivo (Falcone, 2004; van Dijk, 1997). Estabelecer as ‘vozes’ que estão legitimadas para circular nos distintos veículos de comunicação em muito se distancia de uma relação objetiva ou natural. Trata-se de uma ação ideológica, discursivamente manifesta. Tampouco é uma atribuição rígida e fixada em critérios estanques, e esse é exatamente o aspecto que buscamos investigar agora, ao analisar a recorrência do acesso dos atores sociais na mídia, a partir do *continuum* de representações prototípicas ↔ estereotipadas.

A proposta da análise das representações prototípicas e estereotipadas, a partir o *continuum*, leva em consideração não apenas os *frames* de cobertura (macrocategoria de análise discutida no capítulo 4), como também a relação com os gêneros textuais, pois não consideramos irrelevante a função pragmática dos gêneros nos quais os discursos estão veiculados. Alguns gêneros jornalísticos são mais fortemente controlados, no que diz respeito ao acesso discursivo, pelo seu poder discursivo-cognitivo de legitimar discursos. Como exemplo desses gêneros, citamos o artigo de opinião, a reportagem, a entrevista ping-pong (pergunta-resposta) e a notícia. Situamos como os menos controlados, inclusive pelo critério de ‘menos lidos’, as cartas do leitor e as notas de reportagens. Esses aspectos também são discutidos no segundo capítulo, a partir das considerações de Miller (2007). Vejamos a esquematização dessa proposta abaixo:

¹³ Sobre o controle discursivo dos manuais de redação, ver as considerações no capítulo 5.



3.5.3 A Análise do Continuum Protótipo – Estereótipo no Discurso Jornalístico

Observemos, na análise das notícias abaixo, o funcionamento do *continuum* das representações prototípicas ↔ estereotipadas dos atores/grupos sociais, a partir da relação do domínio jornalístico com as demandas da sociedade e a instabilidade do processo de (des)legitimização.

Exemplo 3:

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará. Ele se disse "surpreso" com o incidente. "Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do governo do Estado agiu para liberar a estrada", afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.

Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. "Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada." Vieira disse que determinou ao presidente do Incra, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes. "A questão é de natureza policial e afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura."

Andrade Vieira afirmou que as pessoas que estavam na estrada eram um "aglomerado que surgiu recentemente". Segundo ele, "nem era um acampamento".

O ministro disse que o Incra já deu solução para uma situação antiga que existia na região. "Cada vez que o Incra resolve o problema de um acampamento, surge outro", acrescentou.

Segundo ele, existe um acordo do Incra com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido "na íntegra" pelo governo.

Exemplo 4:

MST quer a demissão de Jobim (FSP, 22/04/1996)

O presidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), João Pedro Stedile, vai pedir hoje, em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, intervenção federal no Pará e a demissão do ministro Nélson Jobim (Justiça).

Para o MST, Jobim é "co-responsável" pelo confronto entre sem-terra e a polícia do Pará, ocorrido na quarta-feira passada, quando 19 sem-terra morreram.

Na opinião dos sem-terra, o ministro Jobim também é responsável porque, após o massacre de Corumbiara (RO), não encaminhou, conforme era de sua responsabilidade, diversos projetos de lei contra a violência no campo e os responsáveis estão impunes até hoje.

Conclusões

De volta, ontem, de uma visita de dois dias à região de Eldorado de Carajás, Stedile disse que o MST chegou a três conclusões:

1) O massacre foi planejado; 2) o governador Almir Gabriel é responsável direto, porque autorizou por telefone o coronel da PM, Mário Pantoja, a atacar os sem-terra, e 3) há necessidade imediata de que todos os oficiais e soldados sejam presos para garantir que o inquérito prossiga dentro da lei.

Denúncias

O advogado do MST, Luiz Eduardo Greenhalgh, disse que, do ponto de vista jurídico, o movimento adotará três providências internacionais.

Vai fazer denúncias do massacre junto ao alto comissariado das Nações Unidas e na Comissão das Nações Unidas que trata das execuções sumárias e na comissão de direitos humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Greenhalgh disse que o MST vai iniciar um trabalho jurídico no país com a entrada nos tribunais de uma ação de responsabilidade civil contra o governo do Pará.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que o massacre mostra que a reforma agrária é a prioridade absoluta.

Dos muitos aspectos que podem ser analisados e contrastados nesses dois textos, vamos nos deter nas topicalizações, a princípio, e em seguida nas representações discursivas, para analisarmos a caracterização prototípica ↔ estereotipada dos atores e grupos sociais, a partir da perspectiva do *continuum*. A primeira observação que nos parece relevante é sobre a distância cronológica entre a publicação das duas notícias. Embora elas estejam em uma relação dialógica, pois se no texto do Exemplo 3 o governo acusa o MST pelas mortes em Eldorado de Carajás, no Exemplo 4 há uma reação do movimento em argumentar na direção contrária, culpando o governo – em sua mais alta instância, a Federal – pelo massacre.

A cronologia é relevante na análise da topicalização, pois o discurso do Governo (e consequentemente a sua versão) foi publicado dois dias depois dos assassinatos em

Eldorado. Já a notícia na qual o tópico é o discurso dos sem-terra foi publicada três dias depois. Observamos no *corpus* outras notícias, nesse período, onde predominava o discurso dos sem-terra, mas não em caráter institucional como a que apresentamos no Exemplo 4. E, tendo em vista que a acusação do governo contra os sem-terra foi feita institucionalmente, por um ministro do Governo, só assim o diálogo poderia ser estabelecido de forma mais igualitária – entre instituições. Partindo para a análise da relação protótipo ↔ estereótipo nas duas notícias, no Exemplo 3 observamos que o ator social prototípico – e a única representação discursiva da notícia – é o então ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira. Sendo o representante de uma instituição superior de poder, o discurso do ministro não precisa de nenhum outro ‘apoio’, ou seja, um interdiscurso, para trazer as graves críticas contra o MST. Isso é legitimado pelo cargo que ocupa, e que lhe atribui, a princípio, uma característica de fonte prototípica.

Entretanto, defendemos que, se há um forte controle de poder para esse acesso discursivo privilegiado, essa relação não é monolítica e pode ser ‘quebrada’, a partir das distintas reivindicações e mobilizações sociais. Observemos esse aspecto no Exemplo 4, no qual o texto é composto pelos discursos dos então principais representantes dos sem-terra: o presidente do MST, João Pedro Stedile e o advogado do movimento, Luiz Eduardo Greenhalgh, que tem forte influência no processo, pois traz o discurso jurídico em defesa do MST. Todo o texto é composto por discursos dissonantes ao governamental, em um caso em que as instituições de poder não tiveram acesso ao discurso da imprensa. Neste sentido, observamos que há uma estereotipização do discurso do governo, excluído da composição textual.

Esse processo de estereotipização do discurso governamental também vai ser uma característica do *Frame II: A Mobilização da Sociedade*. Observemos alguns aspectos na notícia a seguir:

Exemplo 5:

Igreja registra 33 mortes no campo (FSP, 18/07/1996)

A violência no campo fez 33 vítimas neste primeiro semestre. A maioria das mortes (28) ocorreu no Pará. Três foram registradas em Mato Grosso. Goiás e Maranhão tiveram uma morte cada.

Os dados divulgados, em Brasília, fazem parte de relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão da Igreja Católica.

Das 29 mortes ocorridas no Pará, 19 foram cometidas por policiais militares no massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril. Segundo a CPT, desde a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, há 18 meses, já houve 74 mortes de sem-terra.

A violência contra trabalhadores rurais "está se tornando marca do governo de Fernando Henrique Cardoso", diz o relatório.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que não podia fazer nenhum comentário sobre o assunto porque não havia recebido o relatório.

Ontem, o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também divulgou nota para, mais uma vez, questionar os números divulgados pelo governo federal sobre assentamentos.

O governo pretendia, segundo o MST, assentar 60 mil famílias em 96. Relatório do Incra afirma que apenas 18.037 famílias foram assentadas, o que caracteriza, para o MST, a impossibilidade de se atingir a meta até o final do ano.

Para o ministro Jungmann, as críticas não procedem. Segundo sua assessoria, até 15 de julho foram assentadas 19,6 mil famílias. De acordo com Jungmann, o ritmo só foi acelerado após abril porque a reforma agrária, como todos os projetos do governo, dependia da aprovação do Orçamento.

Nesta notícia, a predominância discursiva é da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, que teve forte influência na articulação e fundação do MST. O tópico trata de um relatório apresentado pela CPT, denunciando as mortes dos trabalhadores rurais, com grande ênfase no caso de Eldorado dos Carajás. Notícias desenvolvidas a partir de tópicos denunciando a violência no campo não são recorrentes nas coberturas jornalísticas, de forma geral, o que nos leva a acreditar que a principal razão para que essa tenha sido publicada é a relação com as mortes em Eldorado dos Carajás. Percebemos que, neste texto, o discurso do ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, mesmo que respaldado pelo poder institucional, é o menos prototípico, pois só aparece nos últimos parágrafos – de acordo com as normas dos cânones jornalísticos, esse espaço é para os discursos ‘menos relevantes’. Além da condição desprivilegiada, o discurso do ministro é colocado em uma relação responsiva ao do MST, causando um efeito de sentido que enfraquece ainda mais sua ‘autoridade’.

Se nos *frames* I e II encontramos espaços de democratização discursiva, e, em alguns casos, até a quebra dos padrões dos discursos tomados como prototípicos e estereotipados, no *Frame IV* (A Criminalização do MST), o controle das instituições de poder se dá de forma mais hegemônica, o que resulta em uma relação mais estagnada entre as representações discursivas prototípicas ↔ estereotipadas. Esse *frame* assinala para uma possível ação discursiva da imprensa no processo de deslegitimação do MST. Tomamos esse aspecto como uma questão central a ser explorada no capítulo destinado à

análise sistemática do *corpus*, pois, caso essa característica se consolide, a partir da análise mais aprofundada dos textos, poderemos confirmar uma das nossas hipóteses: a deslegitimação de Eldorado de Carajás se deu não em uma ação discursiva direta sobre a cobertura do massacre, mas em um processo paralelo – e mais amplo – de deslegitimação do próprio movimento. Observemos algumas questões no texto a seguir:

Exemplo 6:

Sem-terra saqueiam caminhão no RN (FSP, 22/08/1998)

Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405, no município de Apodi (RN), levando cerca de cinco toneladas de alimentos.

O saque ocorreu por volta das 9h. Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e obrigaram o motorista Edmílido Dias Dutra a entregar o carregamento de lingüiça e mortadela. A carga era da empresa São Mateus, de Recife.

Foi o terceiro saque organizado pelo MST desde o início do ano na região de Mossoró e Apodi. No mês de maio, ocorreram saques nos municípios de João Câmara e Bento Fernandes. A região é uma das mais atingidas pela seca no Rio Grande do Norte. Os saqueadores fazem parte de um grupo de 105 famílias que está acampado há dois meses na fazenda Mororó, pertencente à família Rosado, de Mossoró.

Atropelamento

O trabalhador rural Miguel de Souza, 42, coordenador do assentamento 17 de abril, em Eldorado de Carajás (PA), foi atropelado e morreu anteontem durante uma marcha do MST. A marcha reuniu cerca de 800 trabalhadores.

Segundo Gilmer de Oliveira, da direção estadual do MST no Pará, o trabalhador foi atropelado por um carro por volta das 22h, quando a marcha estava na rodovia PA-275, próxima a Curionópolis.

Um carro em alta velocidade teria investido contra o trabalhador, que foi atingido pelas costas. O motorista fugiu em seguida. Testemunhas disseram que tratava-se de uma camionete Saveiro. Um carro da Polícia Militar teria tentado seguir o carro.

Miguel de Souza morreu no local. A Agência Folha não conseguiu no final da tarde de ontem contatar a polícia de Curionópolis para saber se o suspeito havia sido identificado ou detido.

Miguel de Souza saiu anteontem de Parauapebas, por volta das 17h30, em um grupo de cerca de 800 trabalhadores rurais que formam uma coluna.

A coluna vai marchar até Belém. Os integrantes vão participar do "Grito dos Excluídos", que ocorre no dia 7 de setembro próximo.

O corpo do trabalhador estava sendo velado ontem no assentamento 17 de abril, antiga fazenda Macaxeira, em Eldorado do Carajás. No local ocorreu o massacre de 19 sem-terra em 1996. Uma segunda coluna de trabalhadores rurais ligados ao MST, que saiu de São João do Araguaia, deve chegar a Belém no dia 30.

Os dois trechos acima são partes de uma mesma notícia: a primeira parte é o início do texto (título, *lead* e *sublead*) e a segunda é o seu desdobramento final, destacado

no texto por um subtítulo (“Atropelamento”). No primeiro trecho, a topicalização enfoca os saques, enquanto a informação sobre a morte de um integrante do MST por atropelamento, durante a marcha até Brasília, é publicada nos últimos parágrafos. As informações principais, apresentadas no *lead* e *sublead* da notícia, tratam a ação dos sem-terra como um crime, sem contextualizar os aspectos sociais e políticos que acarretam tais ações: a falta de uma política governamental para os assentamentos, sem repasse de verba ou infra-estrutura para o plantio, o que leva a uma situação de miséria e fome.

É interessante analisar a primeira linha do texto: “Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405”. O sujeito do enunciado é indefinido, o que deixa ambíguo se as pessoas que participaram do saque são sem-terra, ou apenas foram ‘organizadas pelo MST’ para participar da atividade. Essa estratégia pode levar à compreensão de que os saques são realizados como práticas criminosas, pois não define que os sujeitos que praticam a ação são integrantes de um movimento social e que essa é uma prática utilizada em casos de extrema necessidade de sobrevivência. Desconsiderar este aspecto, através de efeitos discursivos, por relações sintáticas e semânticas, é uma ação de criminalização do MST.

Também é importante ressaltar que não há discurso reportado nesses dois primeiros parágrafos, o que não explicita qual perspectiva o jornalista assume para elaborar a descrição do evento, já que não testemunhou por si mesmo o saque. A análise do discurso, entretanto, nos dá pistas sobre o discurso implícito no discurso do jornalista. O verbo “obrigar”, neste enunciado: “Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e **obrigaram** o motorista Edmildo Dias Dutra a entregar o carregamento de lingüiça e mortadela”, leva-nos a inferir que o narrador tomado como ‘fonte’ para descrever a ação não era um dos participantes do movimento, mas sim alguém que se sentiu vítima. Assim, ficou excluído o discurso do MST em um evento onde o movimento foi o protagonista.

Ao centrar nossa análise na relação dinâmica e contextualizada da caracterização dos atores e grupos sociais no *continuum* protótipo ↔ estereótipo pretendemos exemplificar os seguintes aspectos centrais da atividade de (des)legitimização desenvolvidos neste capítulo: *i)* trata-se de uma ação discursiva e sócio-cognitiva, que se

dá a partir de uma complexa articulação entre os mais distintos domínios discursivos; *ii)* a (des)legitimização é um *processo*, daí seu caráter dinâmico e instável, estando sempre atrelado a contextos sócio-históricos; *iii)* são sujeitos reflexivos, ou atores sociais, que atuam nesse processo, em ações intersubjetivas, daí seu caráter sócio-cognitivo; *iv)* como resultante dessas práticas, identificamos as distintas categorizações de atores e grupos sociais, a partir da atribuição coletiva de características prototípicas ou estereotipadas.

4. A Fabricação da Realidade I: das categorias de análise

A ‘fabricação da realidade’, nos termos de Blikstein (2003), é um trabalho coletivo, negociado, irremediavelmente social, sendo os discursos uma das práticas que se revelam como responsáveis pelo modo como concebemos o mundo e agimos sobre ele.

Esses são alguns dos pressupostos teóricos norteadores desta investigação, que agora passa para a sistematização de tais conceitos no processo de análise do *corpus*. Antes, entretanto, é preciso desenvolver algumas considerações sobre as categorias utilizadas para este estudo e, assim, justificar a formação do quadro teórico-analítico proposto. Os aspectos abordados na análise dão conta das características discursivo-textuais identificadas no *corpus*, constituindo o fenômeno investigado: o discurso (des)legitimador do massacre de Eldorado do Carajás. Assim, a análise investiga como as categorias operam nesse processo.

Tomamos como macrocategoria os ‘*frames* de cobertura’. Toda a análise é desenvolvida a partir das características particulares desses *frames*, que orientam o estudo dos elementos de natureza cognitiva, discursiva e lingüística. Entendemos como ‘*frames* de cobertura’ os distintos direcionamentos, ou enfoques, desenvolvidos no jornal Folha de S. Paulo (FSP), entre 18 de setembro de 1996 e 18 de setembro de 2006, período da primeira década do massacre de Eldorado do Carajás.

‘*Frames* de Cobertura’ é uma categoria de natureza discursivo-cognitiva e foi proposta a partir do estudo da prática jornalística. Defendemos que os *frames* operam na organização e no desenvolvimento dos demais aspectos tomados para a análise, daí sua característica macro. A partir do estudo dos ‘*frames* de cobertura’ sobre Eldorado do Carajás, é possível observar as mudanças discursivo-cognitivas no tratamento do caso, ao longo dos anos, e como essas mudanças foram se constituindo no processo de negociação social. Os *frames* tanto podem resultar de um amplo processo de negociação e articulação entre distintos atores e grupos sociais; como também de uma prática mais restrita, a partir de conversas e troca de informações entre os próprios jornalistas. Assim, essa macrocategoria é relevante por duas questões básicas:

- i) comprehende o jornalismo como uma prática socialmente construída e negociada, não como um mero registro linear e cronológico do desenrolar dos ‘fatos’;
- ii) dá conta de aspectos da prática jornalística tanto de ordem individual quanto de grupo.

É importante ressaltar, entretanto, que não é interesse desta pesquisa desenvolver uma teoria sobre *frames*, ou mesmo fazer um apanhado das distintas propostas para esse conceito. Isso pode ser encontrado nas obras de vários autores da Ciência Cognitiva

(Gardner [1985] 1987), na Lingüística de Texto (Beaugrande & Dressler, 1981; Koch, 2004), na Lingüística Cognitiva (Barsalou, 1992; Minsky, 1980; Lakoff, 2004) ou na Análise da Conversação (Tannen, 1993). Tomamos aqui a idéia de *frames* de forma genérica e ampla – como um enquadramento, um enfoque no desenvolvimento de temas – para denominar uma categoria analítica, o que significa dizer que o termo ‘*frames* de cobertura’ foi desenvolvido a partir da nossa investigação e análise empírica do *corpus*. Ou ainda: são elaborações deste estudo e não algo que *está* na cobertura do jornal, ou mesmo pretende-se uma nova abordagem teórica sobre *frames*. Reforçando o que já foi dito: não tomamos os *frames* como uma noção teórica, mas um termo utilizado para o desenvolvimento de uma análise. Assim, a idéia de *frame*, neste trabalho, não está atrelada a alguma linha teórica. Trata-se, portanto, de um uso específico de tal noção, com o objetivo de dar conta de uma proposta de análise.

No entanto, é importante esclarecer que tal categoria analítica não independe do próprio conceito de *frames*. De forma ampla, ela está atrelada aos estudos desenvolvidos sobre essa noção, nas linhas sociocognitiva e sócio-interacionista que embasam a idéia aqui proposta. Por isso, ao categorizar a cobertura jornalística a partir dessas abordagens, assumimos também um posicionamento sobre as práticas discursivas, de forma geral, assim como sobre a prática jornalística, especificamente. Ou seja: defendemos que os jornais não apenas contam histórias, mas ajudam a criar essas histórias. Ou ainda, como diferenciou Silva (2004), com base nos postulados de Marcuschi, o jornalismo não é um mero *retrato* da realidade, mas sim um *trato* dessa realidade (2005c). Assumir tal distinção é se distanciar de qualquer perspectiva teórica de natureza representacionalista, objetivista ou mentalista. É assumir a atividade discursiva como um trabalho cognitivo entre atores sociais, sendo essa atividade uma das forças mais poderosas de constituição de uma sociedade.

Após essas breves delimitações terminológicas/teóricas, passamos a tratar de forma sistemática o esquema elaborado para a análise discursiva, assim como das questões teórico-metodológicos que envolvem as delimitações das categorias analíticas, justificando-os e exemplificando-os.

4.1. O Esquema de Análise e suas Categorias

O esquema de análise dá conta da sistematização dos elementos constitutivos do *corpus* investigado, delimitados a partir da nossa observação, tendo como base as perspectivas teóricas defendidas sobre práticas social e discursiva, sendo a cognição o elemento de interface entre essas duas práticas. Esses aspectos, a partir de suas respectivas naturezas, articulam os estudos de elementos cognitivos, discursivos, textuais e semânticos. Também é relevante para esta pesquisa a complexa inter-relação entre esses aspectos e a dimensão sociopolítica do processo de (des)legitimização. Buscamos, assim, uma investigação que dê conta das relações dessas dimensões, partindo de aspectos textuais, sempre atrelados a contextos situados e sociais. Desse modo, o esquema/quadro para a análise foi elaborado levando em conta uma dupla movimentação de setas: textual↔cognitivo-discursivo↔sócio-político. É a partir dessa dupla movimentação que a prática lingüística constitui (e é constituída) pelo processo de (des)legitimização. Isso significa dizer que vários aspectos envolvem a constituição da (des)legitimização, sendo todos esses relevantes para a nossa compreensão epistemológica do fenômeno. Entretanto, é no âmbito discursivo-cognitivo que se centra esta investigação. Os aspectos macro-sociais do processo de (des)legitimização são discutido nos capítulos 1, 2 e 3.

Propomos o seguinte esquema de trabalho:

FRAMES DE COBERTURA

(Macrocategoria Analítica)



GÊNEROS TEXTUAIS

(Aspecto Cognitivo-pragmático)



TÓPICOS DISCURSIVOS

(Organização global do texto jornalístico; estrutura de relevância; desenfatização de agência; eufemismo – deseufemismo; dualidade Nós x Eles)



UNIDADES DE AÇÕES LEGITIMADORAS

(Rede lexical; referenciamento; atributos e valores; verbos introdutores de opinião)



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

(Acesso discursivo; protótipos - estereótipos; intertextualidade; interdiscursividade; delimitação Nós x Eles)



ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS

(Macrossocial)

As categorias sistematizadas nesse quadro são amplas e agregam outras mais restritas, com o objetivo de proporcionar uma investigação detalhada dos aspectos que operam na construção do discurso (des)legitimador. Tratamos, juntamente com as considerações teóricas de cada categoria, mais detalhadamente sobre essa interligação. É importante ressaltar, entretanto, que não iremos aprofundar essas considerações, pois cada aspecto analisado envolve complexas discussões já amplamente desenvolvidas tanto na Lingüística – Lingüística Cognitiva, Semântica, Análise do Discurso – como também na Psicologia, na Sociologia e nas Ciências Cognitivas. Sendo assim, mesmo um trabalho apenas de síntese dessas pesquisas seria exaustivo e fora do escopo desta investigação. Por isso, desenvolvemos considerações pontuais, no sentido de esclarecer os objetivos de análise e como eles se justificam para esta investigação.

4.2 Desenvolvendo as Categorias de Análise

Tomamos como categorias de análise elementos de naturezas cognitivo-discursivas e lingüísticas, observando suas relevâncias no processo de construção do fenômeno de legitimação. Percebemos que as categorias operam diferentemente na construção do discurso legitimador, a partir das características cognitivo-discursivas de cada *frame* investigado. Tal relação é importante para este estudo por dois aspectos: *i*) nos possibilita investigar as distintas estratégias de elaboração discursivo-textual, a partir de modelos contextuais situados. Assim, é possível analisar os discursos em sua constituição intrinsecamente social e cognitiva; *ii*) reforça a importância da categorização da cobertura jornalística a partir de *frames*, pois caracteriza como esse domínio opera discursivamente na articulação das distintas demandas sociais; ao mesmo tempo em que age na construção dessas demandas, a partir de suas próprias ideologias.

Frames de Cobertura

(A) *Frame I: A Circulação das Versões*

Este *frame* é constituído, prioritariamente, por textos relacionados aos primeiros meses de cobertura, após o massacre de Eldorado do Carajás. Esta característica pode estar relacionada a uma estratégia do jornal, em busca de uma caracterização democrática da sua cobertura, ampliando a circulação de versões e opiniões sobre o massacre, possibilitando o acesso a distintos atores/grupos sociais. Essa característica foi mais recorrente no início da cobertura, entretanto também identificamos textos dessa natureza ao longo de todo o período investigado. Nesta categoria, o jornal articula as distintas versões sobre o episódio: governos, polícia, MST, movimentos sociais, igreja etc. A investigação a partir desse *frame* é relevante para a identificação de possíveis discursos ‘privilegiados’ pela imprensa e, assim, como se foi construindo a versão tida como ‘verdadeira’ ou legítima sobre o massacre. A partir dos títulos abaixo, vejamos alguns exemplos desses aspectos. É importante ressaltar que todos esses títulos são de uma mesma edição da Folha de S. Paulo (19 de abril de 1996), dois dias após o massacre, quando a equipe do jornal pôde chegar a Eldorado de Carajás e fazer uma cobertura mais detalhada do que a do dia anterior.

Exemplos:

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)

MST diz que há "política de extermínio" (FSP, 19/04/1996)

Incra acusa "política" do MST (FSP, 19/04/1996)

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

(B) *Frame II – A Mobilização da Sociedade*

O enfoque está nas diversas manifestações e atos políticos reivindicando justiça em Eldorado dos Carajás. Identificamos uma forte participação da ala progressista da Igreja Católica, politizando o discurso sobre o massacre – criticando a falta de uma política de reforma agrária, pedindo o fim dos latifúndios etc. –, além de exigir punição para os culpados pelas mortes dos sem-terra. A mobilização de grupos internacionais também foi fundamental para a caracterização desse *frame*. Essas mobilizações geraram uma crise de legitimidade no Governo Federal, provocando a manifestação discursiva do

então presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), sobre o massacre, sendo esses discursos construídos a partir de algumas estratégias retóricas, com o objetivo de amenizar as críticas sofridas pelo Governo. Essas observações estão desenvolvidas nas análises, no quinto capítulo. Também há ocorrências de manifestações contrárias ao MST, por parte de segmentos conservadores da sociedade – principalmente da União Democrática Ruralista (UDR).

Exemplos:

Cardeal pede reforma agrária "urgente" (FSP, 19/02/1997)

Paris acende velas em ato (FSP, 18/04/1997)

Ato lembra morte de 19 sem-terra (FSP, 17/04/1999)

FHC critica resultado do julgamento (FSP, 20/11/1999)

Fazendeiros fazem reunião (FSP, 16/01/1997)

(C) *Frame III – A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos*

Esse *frame* está centrado na cobertura jornalística sobre os desdobramentos jurídicos do massacre. É de extrema relevância tal análise, pois o encaminhamento do caso sofreu várias críticas, com denúncias do Ministério Público e de organizações não-governamentais, apontando irregularidades, corrupção e abuso do Poder Judiciário. Investigar como o jornal tratou tal questão nos permite observar se há uma relação crítica entre os domínios jurídico e jornalístico, ou uma relação de sustentação de forças entre os dois poderes.

Exemplos:

Júri do massacre no PA causa polêmica (FSP, 23//10/1998)

Julgamento dos PMs deve ser reiniciado na próxima semana (FSP, 27/08/1999)

Testemunhas complicam acusados (FSP, 19/08/1999)

Promotor teme absolvição dos 147 PMs do massacre (FSP, 20/08/1999)

TJ anula 1º julgamento de Carajás (FSP, 31/10/2000)

(D) *Frame IV – A Criminalização do MST*

Esse *frame* é de natureza estereotipada, pois as topicalizações das notícias estão atreladas à ilegalidade, tais quais ‘invasões’, saques e protestos, mesmo quando essas questões eram secundárias, diante das reivindicações dos sem-terra. Isso foi utilizado pelos grupos contrários ao MST (ruralistas, latifundiários, governos) para a construção do discurso de que os sem-terra representam ‘perigo’ para a sociedade, discursos esses que operaram na construção de modelos mentais estereotipados sobre o movimento.

Exemplos:

Sem-terra bloqueiam BR-116 no Ceará (FSP, 24/01/1997)

MST já está em 23 Estados (FSP, 07/05/1998)

MST vai incentivar saques no Nordeste (FSP, 25/04/1998)

Exército cerca prédio em Recife (FSP, 18/04/1998)

Jungmann não negociará com invasores (FSP, 08/01/1997)

(E) *Frame V – A Partidarização do MST*

Trata-se da associação do MST a questões político-partidárias, desvinculando-o da sua natureza de movimento social, que se organiza a partir de práticas e reivindicações próprias. Essa associação é entendida como um aspecto de deslegitimização do movimento, já que o enfoque do tratamento também é estereotipado, pois, além de desvirtuar a discussão sobre a reforma agrária e o direito ao trabalho no campo, principais causas de luta dos sem-terra, constrói uma representação estereotipada do movimento, situando seus atores sociais como meros ‘figurantes’ na disputa política entre o Partido dos Trabalhadores (PT) – então oposição – e o Partido Social Democrata do Brasil (PSDB) – então governo.

Exemplos:

Alianças atrapalham FHC, afirma Rainha (FSP, 18/02/1997)

Prefeituras do PSDB e PTB dão apoio à marcha dos sem-terra (FSP, 20/02/1997)

Sem-terra lidera ato contra FHC (FSP, 18/04/1997)

Acusador é primo de prefeito petista (FSP, 26/08/1999)

Boné substituiu chapéu de palha (FSP, 06/07/2003)

(F) *Frame VI - o reframing*: a não-ocorrência

A justificativa para tomarmos como uma categoria de análise uma ação discursiva que não chegou a acontecer é o nosso entendimento sobre o ato do silenciar, ou do não-dito, como um gesto discursivo. Vários são os estudos sobre esta perspectiva, desenvolvidos nas distintas análises do discurso, na pragmática e na psicologia. Contudo, não temos como objetivo nos aprofundar nesses estudos. Tomamos essa perspectiva para tratar do aspecto que propomos: o *reframing*. Esta noção foi desenvolvida por Lakoff (2004) e dá conta da mudança social a partir da relação: cognição ↔ discurso ↔ mudança social.

A idéia de *reframing* foi tratada no segundo capítulo, mas como uma contribuição para a construção de um quadro teórico. Agora, trazemos essa discussão para desenvolver uma categoria analítica, a qual, obviamente, fundamenta-se na proposta teórica na qual foi elaborada. Para melhor entender a proposta dessa categoria, retomamos brevemente a noção apresentada por Lakoff (2004) e, assim, justificamos nossa proposta. Segundo o autor, operamos a partir de conceitos que integram o nosso sistema cognitivo, construídos a partir de processos discursivos e sócio-históricos. *Framing* é uma ação cognitiva conceitual que orienta nossa forma de ver o mundo. Por isso, para Lakoff (2004), só é possível ocorrer mudança social se houver uma reconceitualização desse enquadre, acionadas por palavras-discursos.

Partindo desses pressupostos, defendemos que, devido ao forte controle dos grupos do poder discurso da Folha de S. Paulo, não houve essa movimentação e, consequentemente, também não houve mudanças conceituais e ideológicas. Ou seja, não

identificamos um ‘*frame* de cobertura’ que tenha sido norteado pela perspectiva do MST. Assim, a FSP tratou o massacre dos sem-terra a partir de um único modelo conceitual, ainda que vários discursos tenham circulado no jornal durante os dez anos analisados no *corpus* desta investigação.

Isso porque a maior parte dos atores sociais que tiveram acesso aos vários desdobramentos da cobertura opera sob a mesma perspectiva conceitual, pois estas são elaborações mentais sociais, com forte característica de pertença de grupo e, consequentemente, com orientações ideológicas semelhantes. Apenas com um *reframing*, ou seja, a partir da construção e de uma ampla circulação de discursos elaborados a partir de distintas estruturas conceituais – de grupos diferenciados aos do poder – seria possível iniciar um processo de mudança dos modelos mentais sobre os sem-terra e, assim, promover uma mudança social. Por isso, Lakoff (2004) cita a quebra de estereótipos e de preconceitos como ações difíceis de serem atingidas, o que seriam processos de *reframing*.

Gêneros Textuais

Os gêneros não são tomados como uma categoria de análise, pois os entendemos como intrínsecos a qualquer prática comunicativa, agindo na constituição recíproca da produção textual e das práticas sociais. Trabalhamos com a noção de gênero como elementos pragmáticos, que operam na prática discursiva, e não como elementos formais ou estruturas rígidas. Gêneros são elementos pragmáticos e cognitivos, pois orientam e interferem na produção/compreensão de textos, como também são sensíveis e maleáveis aos processos de mudança sociocomunicativa. Daí sua força legitimadora e sua propriedade estruturante do discurso. Por isso, mostra-se relevante para o estudo do fenômeno da (des)legitimização pesquisar a ação dos gêneros textuais, a partir das especificidades dos *frames* de cobertura, e sua relação constitutiva com as práticas sociais.

Esse aspecto será levado em conta na macroanálise dos *frames*, levando em conta como ele opera na estruturação das especificidades dessas categorias, assim como as diferentes ações discursivas do jornal, ao longo de toda cobertura sobre o massacre de

Eldorado do Carajás. Para desenvolvermos essa análise sobre gêneros, precisamos de trabalhos que os investiguem a partir de perspectivas sócio-histórica, cognitiva e retórica. Assim, seguimos os postulados teóricos de Bazerman (2006, 2005, 1994), Marcuschi (2003b) e Miller (1994). Os dados apresentados a seguir exemplificam a reflexão que propomos nesta investigação, ao articular a ocorrência dos gêneros e as relações sócio-discursivas que constituem cada macrocategoria de análise.

Observemos que os discursos e os gêneros mudam significativamente, devido à natureza de cada enfoque de cobertura do jornal. No *frame* I, como já tratamos, o efeito de sentido principal é o da ‘pluralidade de discursos’, daí a ocorrência maior dos gêneros ditos ‘opinativos’: artigos de opinião (09); artigos de opinião de articulistas (04); enquanto no *frame* III, que trata da cobertura dos trâmites jurídicos, identificamos um maior controle discursivo e a pouca ocorrência do gênero artigos de opinião (03), que caracteriza esse controle. No próximo capítulo, essa questão é tratada mais detalhadamente. Apresentamos os exemplos desses dois *frames*, por agora, por serem significativos para a discussão que propomos. É importante ressaltar que a análise sistemática desta investigação é restrita aos gêneros notícia e notas jornalística e opinativa, conforme justificamos no primeiro capítulo. Entretanto, agregamos ao estudo considerações sobre as ocorrências dos gêneros identificadas no *corpus* por serem relevantes para este trabalho.

Abaixo, seguem os dados sistematizados sobre a ocorrência dos gêneros e seus respectivos *frames* de cobertura:

Frame I – A circulação das versões (ocorrências em 1996):

Notícias – 69

Artigos de Opinião – 09

Notas Jornalísticas – 09

Artigos de Opinião (Articulistas/FSP) – 04

Frame III – A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites judiciais (ocorrências em 1999):

Notícias – 60

Artigos de Opinião – 03

Notas de Opinião – 01

Entrevista *ping-pong* – 01

Observemos o destaque para a ocorrência de gêneros ‘opinativos’ (artigos de opinião e notas de opinião) em relação aos frames:

Frame I: 13

Frame III: 04

Partindo desses exemplos, gostaríamos de retomar um aspecto já discutido no segundo capítulo, a partir das considerações de Miller (1997) sobre a relação dos gêneros textuais e as instituições – que aqui exemplificamos com a instituição jornalística. Segundo a autora, os jornais forçam o enrijecimento dos gêneros – o que vai de encontro à natureza dos mesmos – com o objetivo de garantir o controle discursivo. Para Miller (2007), os gêneros jornalísticos tendem a ser institucionalizados, atrelados a uma forma fixa, o que opera no próprio controle discursivo. Ressaltamos essa discussão, pois nos parece relevante para uma melhor compreensão dos exemplos apresentados: os jornais não só controlam os gêneros que veiculam, como também atrelam sua circulação a um formato institucionalmente definido. Isso resulta, em parte, nos controles discursivos e cognitivos: sobre o que se lê nos jornais e como os gêneros orientam tal leitura.

Tópico Discursivo

O significado do discurso não pode ser limitado à significação das suas palavras e das suas sentenças. O discurso também tem significados globais, os quais van Dijk (2003) denomina de ‘tópicos’ ou ‘temas’. Eles representam a informação mais importante de um discurso e nos diz sobre o que ele trata, daí sua natureza ideológica de orientação de leitura. Essa noção de tópicos discursivos é de natureza semântico-cognitiva,

diferentemente de outras linhas de estudo, nas quais os tópicos estão atrelados apenas a relações sintáticas (Halliday, 1978).

Nesta investigação, os tópicos são entendidos como uma macro-ação discursivo-cognitiva e organizam os aspectos centrais tratados em um texto. Assim, eles dão conta da organização global discursiva: *como* e *quais* atores/grupos sociais estão representados; ou ainda *como* e *quais* os eventos sociais são narrados e descritos. A topicalização não pode ser atrelada a uma estrutura lingüística específica, pois resulta de um trabalho de inferência do leitor. No nosso estudo, investigamos o tópico a partir da análise da ‘estrutura de relevância’ do texto jornalístico, que é composta por: *título, lead, sublead*.

(A) *Estrutura de Relevância*

A estrutura de relevância articula aspectos de ordem cognitiva, discursiva e textual, constituindo o que nomeamos de topicalização discursiva. Também está atrelada aos modelos de contexto construídos pelos repórteres no processo de apuração/escrita do texto. Assim, é a partir dessa análise que investigamos, de forma global, a macroestrutura do texto jornalístico (van Dijk, 1988). Mesmo fazendo parte do modelo canônico dessa macroestrutura textual, a estrutura de relevância é elaborada, efetivamente, no momento da escrita, a partir da influência dos distintos modelos de contexto que constituem a perspectiva do jornalista sobre o que irá escrever. Por isso, sua natureza envolve elementos ideológicos, cognitivos, interacionais e da própria rotina da prática jornalística.

E assim retomamos uma discussão já iniciada no segundo capítulo sobre a escrita jornalística: ela é irremediavelmente social e individual, pois resulta das experiências vividas pelo repórter no processo de apuração da história; da convivência com as pessoas as quais teve acesso para essa apuração; da orientação ideológica do próprio repórter e como a orientação ideológica do jornal para o qual trabalha interfere em sua escrita; do tempo disponível para aprofundar a apuração do caso; e até mesmo do tempo disponível para escrita do texto. Na construção do tópico discursivo, todos esses aspectos são articulados e operam na decisão do jornalista de como iniciar sua escrita: quais os atores/grupos sociais que terão acesso discursivo, ou seja, irão orientar a perspectiva do assunto tratado, os dados privilegiados, as citações destacadas etc. Daí a força da

topicalização na construção do discurso do jornal e seu efeito cognitivo, já que opera na construção dos modelos mentais dos leitores sobre o evento social tratado.

A partir da estrutura de relevância do texto jornalístico, é possível investigar a estratégia semântica da polarização Nós x Eles: como se dá a apresentação negativa ou positiva dos distintos grupos sociais, ou seja, como o jornal os (des)legitima, e em que parte do texto. Isso está atrelado à análise da construção de atores e grupos sociais prototípicos ou estereotipados, a partir de modelos de contextos situados. Segundo van Dijk (2006a), poucas estratégias são tão recorrentes em ‘debates’ sobre Outros quanto as expressões polarizadas e a categorização de pessoas como Nós e Eles.

Essa relação também é construída a partir do processo de ‘desenfatização de agência’, pois se trata de uma estratégia que opera na construção dessas representações. Para melhor explicar a polarização Nós x Eles, remetemos aos estudos de van Dijk (2006a) sobre o tratamento da mídia européia em relação aos imigrantes. Esses discursos delimitam os grupos que detêm o poder (Nós), seja esse poder de ordem social, econômica, de gênero ou étnica, e os grupos desprivilegiados (Eles), ou como os estudos sociológicos brasileiros conceituam como ‘excluídos’: são os atores sociais que estão à margem da participação institucional e são desprovidos de qualquer poder, seja de natureza social, política ou discursiva.

De acordo com van Dijk (2006a), a auto-representação do Nós tende a ser atrelada a aspectos positivos – são grupos democráticos, tolerantes, éticos etc.; enquanto a representação do Eles é tratada a partir de aspectos estereotipados – são violentos, baderneiros, oportunistas, transgressores da lei etc. Como dentre os recursos que detêm o grupo do Nós é o poder ao acesso discursivo, essas representações tendem a influenciar na construção da memória social sobre os grupos excluídos. Conforme discutimos teoricamente no primeiro capítulo; e a partir da análise do discurso da Folha de S. Paulo, no quinto capítulo, situamos o jornalismo como um domínio atrelado às instituições do poder. Isso significa que a construção do seu discurso é constituída a partir da sua auto-representação no grupo Nós, o que pode variar em contextos sociais específicos, em resposta a uma demanda da sociedade. Esse aspecto é de extrema relevância para esta investigação, pois opera na construção do discurso deslegitimador do MST. Daí a importância do seu estudo no nosso quadro analítico.

(B) *Eufemismo – Deseufemismo*

O estudo do eufemismo e do deseufemismo a partir de uma escala gradativa – ou um *continnum* – é proposto por Johnstone (2002). Para a autora, a construção da desenfatização/enfatização dos sentidos em um texto se dá a partir dessa relação em escala e está relacionada a escolhas dos autores, ou seja, a assumir posições na elaboração de um texto. Essa perspectiva também é interessante para este estudo porque toma a elaboração dessas significações a partir das relações léxicas – ou rede lexical, como conceituou Marcuschi (2004b). Assim, enquanto o eufemismo opera na generalização semântica, o deseufemismo estaria no outro extremo dessa escala, enfatizando sentidos. A relação se estabelece, então, a partir da força significativa das palavras, dentro de uma elaboração discursiva. Neste caso em estudo, um exemplo de eufemismo para o caso de Eldorado do Carajás seria o item lexical ‘conflito’. Operando com outra carga semântica, o item lexical ‘massacre’ enfatiza a linha ideológica do discurso. Para Johnstone (2002), palavras como ‘genocídio’ e ‘extermínio’ também têm esse efeito, em outros contextos.

(C) *Título, Lead e Sub-lead*

A importância da investigação dessas categorias textuais está nas suas potencialidades de orientações de leituras. Os títulos funcionam como guias para a compreensão. Como ressaltou Marcuschi (1986), eles são a primeira entrada lingüística/cognitiva do texto e, por isso, é também o seu primeiro elemento de coesão. Por isso, eles operam como organizadores textuais, tanto do ponto de vista proposicional como cognitivo (Marcuschi, 1986). Van Dijk (1988) destaca que pelas suas localizações na estrutura da notícia, o título, sempre precedido do *lead*, tem a função clara de trazer o assunto principal tratado na notícia. Em uma relação associativa às organizações canônicas das narrativas, essas duas categorias operam como a categoria ‘sumário’. O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia e, geralmente, tem como principal característica responder às questões `quem?; quando?; onde?; como?; por que?’. De acordo com os manuais de redação jornalística, essas respostas teriam a função da ‘objetividade’, pois

trariam logo no início do texto as questões ‘mais relevantes’, o que tornaria a leitura da notícia mais ágil. O *sub-lead* é o segundo parágrafo da notícia e tanto pode ser composto por tais respostas, divididas entre o *lead* e o *sub-lead*, como pode trazer aspectos mais amplos da história.

Dentre os gêneros jornalísticos, a notícia é o mais controlado por essa organização canônica: título - *lead* - *sublead*. Retomando as considerações de Miller (2007), é a partir dessa formulação rígida que os jornais tentam institucionalizar o gênero e, assim, ter maior controle sobre o discurso. Esse formato foi desenvolvido a partir de textos de telégrafos enviados pelos jornalistas correspondentes da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Devido aos problemas técnicos e limite de tempo, os jornalistas optaram por enviar primeiramente as informações mais importantes, ou ainda, mais ‘objetivas’. Antes, as notícias tinham como abertura um comentário ou uma análise. De acordo com os cânones do jornalismo, o novo formato tornava mais rápido o envio das notícias, como também facilitava a leitura. Em uma perspectiva discursivo-cognitiva, entretanto, é importante discutir essa organização da notícia como uma estratégia de orientação para a compreensão do tópico tratado, daí seu forte caráter ideológico.

Unidades de Ações Legitimadoras

São basicamente de ordem semântico-cognitiva e dão conta dos movimentos discursivos, pois estão atreladas à construção de significação dos textos. Analisamos as ações legitimadoras a partir das categorias ‘redes lexicais’, ‘conceitos’, ‘atributos’, ‘valores’ e ‘nominalizações’. A delimitação da análise em alguns elementos semânticos – já que uma única análise nunca esgota as várias possibilidades de observação e significação de um texto – se dá a partir da relevância desses aspectos na construção do discurso (des)legitimador. Pois, se um texto-discurso se constitui a partir de uma teia de significações, a observação mais detalhada desses elementos traz à tona algumas especificidades de ação para a construção de fenômenos específicos. Assim, identificamos que algumas categorias semânticas operam mais sistematicamente na constituição do discurso (des)legitimador, agindo no processo de interface entre os aspectos macro (decisões governamentais, contextos sociais, posicionamento ideológico

dos jornais etc.), as significações textuais e a constituição dos discursos. Discorremos, agora, sobre as categorias investigadas nesse processo de elaboração discursiva.

(A) *Rede Lexical*

Este trabalho aborda o estudo do léxico seguindo a perspectiva defendida por Marcuschi (2004b), que comprehende a relação entre os itens lexicais em um texto a partir de uma relação em ‘rede’. Para o autor, observar o léxico sob tal perspectiva significa perceber as ações discursivas e cognitivas que se dão nos eventos lingüísticos. Isso significa investigar esse aspecto a partir de uma abordagem cognitiva, assumindo que o mesmo opera a partir de uma dinâmica articulação conceitual e semântica, e não como um sistema de listas, em uma delimitação estabelecida e fechada por campos semânticos. Seguindo Marcuschi (2004b), defendemos que as conexões léxicas em um texto se dão a partir de estratégias textuais e não são relações imanentes, estabelecidas por relações estruturais prévias, mas construções que se dão no ‘mundo textual’. Daí sua força na construção do discurso e dos seus efeitos de sentido.

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (van Dijk 1997; Fairclough 1989), a lexicalização é tratada como um aspecto importante para a investigação das relações ideológicas manifestas em um texto. A dimensão ideológica do léxico também é ressaltada por Toolan (1989). Segundo o autor, mesmo quando a imprensa se posiciona favorável às causas dos excluídos, os textos sobre esses temas são construídos a partir de redes lexicais fortemente marcadas por itens que remetem à violência e à agressão. Este aspecto pode estar atrelado a modelos mentais consolidados nas ideologias dos jornais, daí o aspecto cognitivo que propomos da conexão lexical articuladas em redes. No caso do discurso da Folha de S. Paulo sobre o MST, identificamos essa relação em várias ocorrências no *corpus* de pesquisa. Isso nos possibilita, inclusive, situar a lexicalização como uma ação discursiva que opera na construção do discurso da deslegitimização do movimento.

Observemos, no texto abaixo¹⁴, que toda a construção textual se dá a partir do item lexical *invasão*, ou por outros itens que estão em relação semântico-cognitiva com ele. Essa rede lexical opera na descrição do massacre de Eldorado do Carajás e está predominantemente marcado pelo discurso dos grupos do poder. É importante ressaltar que esse quadro-resumo foi publicado no segundo dia após o massacre. Os trechos em itálico foram marcados por nós para melhor exemplificar o fenômeno tratado.

Exemplo 7:

Cronologia da invasão (FSP, 19/04/1996)

- maio.94 _ Um grupo de trabalhadores ligados ao MST invade a fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Eles querem a *desapropriação* da Rio Branco e da Macaxeira, fazenda vizinha
- outubro.95 _ Depois de um ano e meio, o Incra compra a fazenda Rio Branco e começa a assentar 850 famílias. No mesmo mês, as lideranças do MST no Pará começam a cadastrar trabalhadores *para participar do movimento e das invasões*.
- 8.nov.95 _ Cerca de 3.500 sem-terra *invadem* o Centro Agropastoril da Prefeitura de Curionópolis
- 29.dez.95 _ Cerca de mil trabalhadores *ocupam* a pista da PA-275. Depois de oito horas de *interdição*, eles liberam a estrada
- 1.mar.96 _ Aproximadamente 500 integrantes do MST *ameaçam invadir* o complexo Macaxeira. A Polícia Militar informa que a situação está *cada vez mais tensa*
- 3.mar.96 _ O governo do Pará define um prazo até junho para resolver *o problema* da Macaxeira
- 5.mar.96 _ Às 5h, os sem-terra *iniciam a invasão da Macaxeira. Muitos se instalaram* no km 18 da rodovia PA-275
- 6.mar.96 _ É firmada *uma trégua* de 30 dias entre o governo do Estado e *os invasores*. O governo se compromete a *negociar* junto ao Incra o assentamento dos sem-terra
- 11.mar.96 _ O governo envia ao acampamento dos sem-terra na Macaxeira 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios
- 15.mar.96 _ A Human Rights Watch, uma das mais importantes organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos, solicita ao governo do Pará providências para evitar *o conflito armado* na Macaxeira
- 28.mar.96 _ Mais de 40 fazendeiros de Marabá e região vão a Belém para pedir ao governo *providências contra as invasões*
- 8.abr.96 _ Começa caminhada dos sem-terra de Curionópolis rumo a Belém.
- 11.abr.96 _ Cerca de 1.200 sem-terra *interditam a PA-275* ainda em Curionópolis e *saqueiam um caminhão* com 16 toneladas de alimentos
- 15.abr.96 _ Marcha dos sem-terra completa 40 km e chega a Eldorado de Carajás
- 16.abr.96 _ Os sem-terra caminham rumo a Marabá e *interditam a PA-150* (principal rodovia de ligação do sul do Estado a Belém). São enviados cerca de 200 PMs para o local
- 17.abr.96 _ *Governo do Estado ordena que a PM retire os sem-terra da estrada*. Os dois grupos *entram em confronto*. Pelo menos 23 pessoas morrem no tiroteio

¹⁴ Este gênero textual é bastante usado pelo jornal Folha de S. Paulo. Trata-se de um quadro-resumo da notícia que está sendo veiculada na mesma página. Não é o mesmo que *infográfico*, também recorrente na editoração da FSP, mas também é constituído por elementos multimodais.

(B) Expressões Nominais Referenciais (Nominalizações)

A referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação (Marcuschi, 2005a). Diante disso, a construção referencial deve ser tida como central a todas as ações lingüísticas. Tomando os postulados de Marcuschi (2005a) sobre a ação referencial, a partir da atividade de nominalização, juntamente com suas reflexões sobre construção de sentido e funcionamento do léxico, chegaremos aos objetivos desta investigação ao analisar como a referenciação opera na construção do discurso (des)legitimador. Fundamentando esses princípios, é preciso entender como o autor entende a relação entre língua, significado e interação. Para Marcuschi (2005a:14), “a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos”. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente, daí a relação referencial ser uma das operações que constroem o sentido em um texto, e que esse sentido está sempre atrelado a uma atividade cognitiva imanente, e não a algo determinado.

As nominalizações operam no processo de referenciação textual (Koch, 2004) e por terem a propriedade de sumarizar as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, têm uma natureza fortemente ideológica e a capacidade de transformar essas informações em ‘objetos do discurso’, como já formulou Mondada (1995). Segundo a autora, estamos sempre nos referindo a fenômenos sócio-culturalmente construídos, e não a fenômenos da natureza. Assim, as nominalizações atuam no processo de categorização de grupos e atores sociais, pois são essas expressões que nomeiam ‘as coisas’ em ‘alguma coisa’. Observemos essa construção no processo de referenciação no artigo de opinião abaixo:

Exemplo 8:

Sem Terra, com TV (FSP, 19/04/1997)

Nos dois momentos em que o presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ontem publicamente ao MST, não conseguiu entender-se com ele próprio. Ficou entre o conciliador e o acusador, entre menosprezar e valorizar a força do movimento.

Do encontro fechado com a liderança do grupo, não havia informações até o momento de escrever.

Enquanto o presidente não se decide, o que espanta é a mudança no tratamento dispensado ao MST pelos telejornais. Até faz pouco, o grupo era tratado como *um bando de radicais*.

Agora, viraram *queridinhos da pátria*. "Efeito Rei do Gado", palpita Gustavo Franco, o diretor da Área Externa do Banco Central, aludindo à novela da Rede Globo que introduziu os sem-terra no horário nobre.

(C) *Verbos Introdutores de Opinião*

Marcuschi (2007) defende a importância do estudo dos verbos selecionados pelos jornalistas para introduzir a opinião dos entrevistados por entender essa ação como de caráter essencialmente ideológico. Isso porque os verbos introdutores operam na construção do conteúdo ao que se atribui como sendo a declaração de alguém, daí a potencialidade desses verbos na orientação das interpretações de leitura, agindo, por fim, na categorização do discurso do *outro*. A investigação dessa relação semântico-discursiva trata de analisar como o jornalista age na construção de sentido, a partir do que não está dito no texto. Ou seja, a seleção de verbos introdutores é um instrumento lingüístico que nos propicia identificar qual a opinião – não explicitada – do jornalista sobre o discurso do entrevistado, assim como a representação social a ele atribuída. Segundo Marcuschi (2007:146), “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informações, também uma certa tomada de posição diante do exposto”.

Em seu estudo, Marcuschi (2007) identificou recorrências no uso de alguns verbos, quando se trata de introduzir a opinião dos discursos que ele definiu como ‘poderosos’ e ‘populares’. Segundo o autor, quando se trata do ‘discurso dos populares’, a opinião do entrevistado é introduzida no texto corrido e não vem acompanhada de qualquer comentário do jornalista. Assim, esses discursos são tratados de forma mais trivial, sem o uso de qualquer verbo que lhes atribua valores. Quando se trata do ‘discurso dos poderosos’, entretanto, eles sempre são acompanhados por comentários, o que além de ressaltar a ação de introduzir tal discurso, também exige o uso do verbo que vai categorizá-lo. Segundo Marcuschi (2007), quando há a ocorrência dos verbos

introdutores para os dois discursos há uma diferenciação de usos de verbos que levam a distintos efeitos de sentido. Segundo o autor, “tudo se resume no seguinte: qual a diferença entre se relatar que alguém ‘disse’ algo que alguém ‘declarou’, ‘enfatizou’, ‘confirmou’, ‘reiterou’, ‘revelou’, ‘advertiu’, ‘contou’, ‘condenou’, ‘elogiou’, ‘confessou’, ‘achou’ isso ou aquilo com seu discurso? (Marcuschi, 2007:158)”. A resposta dada pelo autor, e que assumimos em nossas análises, é que a ação desses verbos hierarquiza, reforça, discrimina e categoriza os autores das respectivas ações relatadas. São vários os exemplos apresentados nas análises dos textos jornalísticos que sustentam essas considerações: enquanto um ministro “culpa” os sem-terra pelo massacre de Eldorado de Carajás, o MST se “defende” das acusações do governo. Estes são trechos do *corpus* investigado que reforçam a discussão proposta por Marcuschi (2007).

(D) *Atributos e Valores*

Estas duas categorias são desenvolvidas com base no trabalho de Barsalou (1992) sobre o processo de categorização e construção de *frames*. Para o autor, os *frames* fornecem a representação fundamental do conhecimento na cognição humana. Em seu estudo, Barsalou (1992) identifica que os *frames* representam os atributos e os valores que compõem o conhecimento. O autor desenvolve um trabalho complexo sobre a constituição dos *frames*, com o enfoque nos aspectos semântico-cognitivos desses elementos, no processo de organização e elaboração do conhecimento. Entendemos que as noções de ‘atributo’, ‘valor’ e ‘conceito’ propostos pelo autor, mesmo que dentro de um quadro teórico diferenciado, são de extrema relevância para o processo de construção de sentido e, consequentemente, para analisar discursos. Por isso, operamos com esses conceitos nesta investigação com o objetivo de observar o funcionamento desses aspectos na construção discursiva.

Discutimos a teoria de Barsalou (1992) de forma bastante pontual, ressaltando as questões que podem contribuir para a análise discursiva. Para o autor, ‘atributo’ é um conceito que descreve pelo menos um aspecto de um membro de uma categoria. Em seu exemplo, *cor* pode descrever um aspecto de um *pássaro* e *lugar* pode descrever um aspecto de *férias*. Assim, um ‘conceito’ apenas se torna um ‘atributo’ quando descreve

pelo menos um membro de uma categoria. Por exemplo, quando uma *cor* descreve um aspecto de um *pássaro*. Quando as pessoas consideram *cor* de forma isolada (sua cor favorita, por exemplo) é apenas um conceito, não um atributo. Trazendo para o nosso trabalho, podemos exemplificar: trabalhador (conceito); trabalhador rural (atributo). Assim, um conceito se torna um aspecto e um atributo de uma categoria quando relacionado a um conjunto de outros aspectos, e não isoladamente. Por isso, como observou Marcuschi (2004c), o que em um caso é um atributo pode não ser em outro, e nesse caso seria apenas um conceito. Outra vez, exemplificando: se tomarmos como uma categoria ‘trabalhador rural sem-terra’ os aspectos ‘rural’ e ‘sem-terra’ estão operando como conceitos, não como atributos e valores, o que poderia acontecer em outra relação de categorização.

Para Barsalou (1992), o conceito é a informação descritiva que as pessoas representam cognitivamente uma categoria, incluindo informações definicionais, prototípicas e funcionais. Nesse caso, como ressaltou o autor, o seu uso da noção de conceito assemelha-se vagamente a sentido e intensão. Já a noção de ‘valor’ está atrelada à de atributo, ou ainda, “a definição de valor segue a definição de atributo (Barsalou 1992:31)”. Os valores são conceitos subordinados a um atributo, por isso eles herdam informações dos conceitos de seus respectivos atributos.

Uma questão levantada por Barsalou (1992:31) nos parece bastante interessante, no que diz respeito à discussão sobre categorização e suas relações atributivas. O autor pergunta: “Que aspectos de uma categoria podem ser atributos”? Pensar nessa questão é pensar a própria noção de categoria e como se dá o seu processo de constituição. A resposta de Barsalou (1992:31) é fluída, como pedem essas noções: “claramente, isso depende significativamente do domínio ontológico da categoria”. Em nossas análises, por exemplo, identificamos a fluidez do atributo ‘militante’, em relação às distintas categorizações dos sem-terra: para atores/grupos sociais atrelados ao poder, militante tem uma conotação valorativa. Já para representantes de movimentos sociais ou partidos de esquerda, militante é um atributo. É com base nessas reflexões que trouxemos de forma bastante modesta as complexas considerações de Barsalou (1992) para a análise do nosso *corpus*.

Representações Sociais

O conceito de representação social, atualmente, envolve uma variedade de ramificações, nas diferentes áreas do conhecimento. Tomamos como referência para a nossa discussão teórica, desenvolvida no segundo capítulo, as perspectivas de Billig (1991) Mondada (2000), Marcuschi (2005a) e Shanon (1993) e van Dijk (2005). Ainda que esses autores se distanciem em alguns momentos, no fundamento das suas reflexões, isso não os coloca em conflito epistemológico. Por isso, seguimos um pouco das considerações de cada um. O elemento coesivo é não mais aceitar a noção de representação como um sistema codificado e estruturado na mente. Ou ainda, uma ‘fotografia da realidade’. Mesmo que argumentando por bases teóricas diversas, os autores entendem as representações como atividades cognitivas, situadas socialmente, construídas a partir de interações. Entendemos essa noção como fundamental para a análise discursiva, por isso também embasa outras categorias a ela atreladas.

A categoria ‘acesso’ é uma das especificações para a investigação da construção das representações sociais. A partir dela, analisamos quais são os grupos/atores sociais legitimados/deslegitimados pelos jornalistas ao elaborar o texto jornalístico – e assim o discurso do jornal. Por exemplo, se identificamos mais citações positivas de A, menos citações positivas de B e se tais citações compõem a estrutura de relevância, essa passa a ser uma questão importante para a análise do fenômeno da (des)legitimização. É importante ressaltar que a categoria acesso envolve uma complexidade de fatores sobre a prática jornalística, desde a sua gênese, e não diz respeito apenas a citações (Falcone, 2005), ainda que aqui o estudo esteja mais centrado nessa manifestação.

As representações sociais também estão relacionadas ao aspecto da intertextualidade/interdiscursividade e como este opera na demarcação discursiva Nós x Eles. Podemos estudar esse caso a partir da observação de como o jornal mescla o seu discurso com o discurso de representantes do poder, enquanto se distancia do discurso dos sem-terra. Por outro lado, é importante investigar o processo de (des)legitimização não só sob os aspectos relacionados aos discursos de instituições, mas também como ações concretas de membros das instituições. Mesmo que identifiquemos, por exemplo, que os jornais tendem a dar mais suporte ao discurso da Secretaria de Segurança –

conseqüentemente da polícia – é possível que algumas notícias sejam críticas e tragam denúncias sobre a ação dos policiais em relação à morte dos sem-terra. Isso quer dizer que o processo de (des)legitimização está atrelado a várias instâncias sociais e não se dá independentemente da sociedade.

Aspectos Sociais e Políticos

Esses aspectos dizem respeito a questões macro-sociais, tais quais ações governamentais, decisões jurídicas, eleições e mobilizações de grupos sociais. Eles são discutidos nos capítulos 1, 2 e 3 deste trabalho, quando tratamos das teorias de Habermas (1996) sobre a legitimização social e o positivismo jurídico; de Giddens (2003), discutindo os elementos estruturantes da sociedade a partir da teoria da constituição da sociedade; como também sobre a natureza dos movimentos sociais e sua relação de conflito com o domínio jornalístico. Todas essas questões embasam a análise discursiva e fundamentam esta investigação na construção do discurso (des)legitimador.

5. A Fabricação da Realidade II : entre ‘atos’ e ‘fatos’, a (des)legitimização de Eldorado do Carajás

Este capítulo é destinado às análises do discurso (des)legitimador do massacre em Eldorado do Carajás, a partir da investigação de seis *frames* de cobertura, macro-categoría proposta para tal estudo. No início de cada *frame*, uma breve introdução situa do que trata cada enfoque, as ações discursivas principais dos domínios envolvidos, assim como as categorias que operam na construção dessas ações. Dessa forma, observamos as distintas estratégias de construção de sentido, a partir de modelos contextuais variados, assim como analisamos o funcionamento situado dos elementos lingüísticos, discursivos e cognitivos com os quais operamos nesta investigação.

5.1 A Análise dos Frames

Frame I – A Circulação das Versões

Esse *frame* está relacionado, predominantemente, aos primeiros meses de cobertura (Abril/Maio/Junho de 1996), quando a preocupação com o efeito de sentido de circulação de versões e opiniões sobre o massacre era mais recorrente nos jornais, característica que também é identificada em outros momentos da cobertura. Essa categoria articula as distintas versões sobre o episódio, ou seja, os mais diversos discursos: governos, polícia, MST, movimentos sociais, igreja etc. A investigação a partir desse *frame* é relevante, principalmente, para identificarmos os possíveis discursos ‘privilegiados’ pela imprensa, sendo este estudo desenvolvido predominantemente a partir da categoria acesso. Entretanto, no que diz respeito às demais categorias, é importante primeiro ressaltar algumas peculiaridades de forma geral, para depois passarmos à análise sistemática de como elas operam na construção discursiva.

Um ponto relevante é que ainda não é possível identificar marcadamente alguns dos aspectos semânticos que nos propomos a investigar neste trabalho, tais quais: ‘conceitos’, ‘atributos’ e ‘valores’. Entendemos que isso se deve à natureza do *frame*,

pois tais aspectos estão intrinsecamente atrelados a ações sistemáticas de categorização, o que tende a não se estabelecer neste momento. A ação básica no *frame* I é a construção do ‘fato’ Eldorado de Carajás, daí ser o acesso a principal categoria a ser investigada – especificamente no caso da intertextualidade/interdiscursividade (Bazerman, 2005).

Entendemos que esse processo de construção, entretanto, é contínuo e por isso se dá ao longo de toda a cobertura jornalística, não estando restrito a essa categoria. O que investigamos, nesse *frame*, é como se deu o início de tal construção, analisando o tratamento dado pelo jornal aos domínios discursivos envolvidos no assassinato dos sem-terra. Outra categoria relevante para esta análise é a topicalização – a partir das estratégias de desenfatização de agência, assim como de algumas questões semânticas específicas, como, por exemplo, a escala ‘eufemismo → deseufemismo’ (Johnstone, 2002) agindo no processo de (des)enfatizar tópicos.

Mesmo compreendendo que cada *frame* é construído a partir de estratégias cognitivo-discursivas, textuais e lingüísticas que mais o caracterizam, há um aspecto que precisa ser destacado desde o início, pois norteia o desenvolvimento de toda a análise. Identificamos que a topicalização é a macro-ação discursivo-cognitiva que opera de forma global na construção de sentido dos textos jornalísticos. Assim, defendemos que esse aspecto constitui – em alguns momentos de forma mais direta, em outros mais indireta – as demais categorias e estratégias identificadas, pois entendemos que a topicalização orienta o desenvolvimento de compreensão do texto. Resumidamente: é um gesto cognitivo-discursivo que transforma um *evento* em um *fato*.

Nesta investigação, focamos a análise da topicalização de forma diversificada, pois entendemos que essa categoria depende da natureza do *frame* e de como as especificidades das demais categorias são relevantes nos distintos contextos. O que é importante clarificar, desde o início das análises, é que a topicalização é uma categoria intrínseca a qualquer prática discursiva, pois o seu efeito cognitivo fundamenta os movimentos lingüístico-discursivos e, consequentemente, as escolhas de ordem pragmática, semântica e sintática, orientando a construção global do sentido textual. No que diz respeito à prática jornalística, de forma ampla, a topicalização parece ser norteadora da própria construção do discurso deste domínio.

Outros aspectos semânticos importantes neste *frame* que operam na construção dos sentidos são as redes lexicais e a nominalização. Isso nos leva a inferir que esses aspectos, aqui tomados como unidades de ações legitimadoras, estão na gênese da ação discursiva, e, consequentemente, no processo de categorização do (i)legítimo. Todos os elementos descritos têm como efeito de sentido macro o início da demarcação da relação Nós x Eles: como o jornal começa a construir seu próprio discurso sobre Eldorado de Carajás e quais os discursos que assume para tal elaboração.

Entretanto, é inegável que o processo de categorização se estabelece desde o início da cobertura, pois ações discursivas e ações de categorização são interligadas. O que acontece é que as categorias, neste *frame*, ainda estão em construção e são bem menos estáveis do que em outros – como no *frame* IV, por exemplo. Ressaltamos o *bem menos estável* para que fique claro que entendemos – conforme discutido no capítulo 3 – a categorização como um fenômeno de natureza essencialmente instável, sendo que isso se dá em um contínuo, no qual o grau de instabilidade varia de acordo com práticas situadas. Observemos essas questões nas análises desenvolvidas abaixo:

Exemplo 9:

Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega (FSP, 19/04/1996)

Os corpos dos 19 sem-terrás mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em Eldorado de Carajás, no Pará, apresentam indícios de assassinato. A afirmação foi feita à Folha pelo cirurgião Orlando de Medeiros, um dos primeiros médicos do hospital municipal de Curionópolis (Pará) a ver os corpos entregues pela PM envoltos em lona. "Vários deles tinham tiros pelas costas e um teve a frente da testa sacada por um tiro disparado à altura da nuca", disse o médico.

O médico Vinicius Tassis disse que os 19 corpos tinham uma média de três a quatro tiros. O comandante da PM que participou da operação, major José Maria Oliveira, 41, negou o assassinato e afirmou que "houve fogo cruzado e correria". Segundo ele, "os sem-terra receberam balas de seus próprios companheiros".

A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto. Uma menina, de idade não revelada, foi encontrada ontem morta em um riacho próximo ao local do confronto. A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha. Os sem-terra, porém, afirmam que ela estava no local do confronto e se afogou durante a fuga.

O título do texto já aponta para o que vai constituir o tópico da notícia: a especulação sobre como ocorreram as mortes em Eldorado dos Carajás. O efeito de sentido norteador é a ‘apuração de versões’, daí a contraposição entre as declarações do médico e as da polícia militar, por exemplo. No título, a relação sintática de tal contraposição, em uma análise primeira, poderia nos levar a entender que o foco do enunciado está no discurso do médico, já que é a primeira oração do título. Entretanto, se observarmos algumas questões de ordem semântica, é possível remeter a outras possibilidades de significação. Primeiro, observando a rede que se estabelece entre os verbos introdutores de opinião: enquanto o médico ‘diz’, ou seja, apenas conta uma versão da história, o ato de fala da PM tem valor de negação de tal versão (“PM nega”). É relevante também que a contraposição é realizada em dois níveis distintos de representação social: o individual e o institucional, pois é o discurso do médico-sujeito contra o da polícia militar-instituição. O que está implícito nessa relação reforça o efeito de sentido dos verbos, pois uma pessoa apenas pode contar versões de histórias, enquanto uma instituição tem o poder de definir a ‘verdade’ da história.

Outra estratégia para desenfatizar o discurso do médico é o uso do eufemismo (“indícios de assassinatos”), que opera como modalizador para o que vai ser introduzido no primeiro enunciado do *lead*: “Os corpos dos 19 sem-terrás mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em Eldorado de Carajás, no Pará, apresentam indícios de assassinato”. Percebendo essa relação, podemos pensar no próprio título como uma categoria desenfatizadora de agência. Essa estratégia de construção de sentido tem a ver com a força cognitiva dos títulos no processo de orientação da compreensão do texto (ver Cap. 4). O enunciado: “Os corpos dos 19 sem-terrás mortos”, em termos gramaticais estritos, poderia ser entendido como redundante, mas do ponto de vista cognitivo-discursivo aponta para uma questão relevante. Primeiro, pelo item lexical ‘corpos’, que, com o efeito de generalização, não apresenta sujeito sintático ou agente (ator social) para ação de matar: a palavra ‘corpos’ não identifica as pessoas mortas e, consequentemente, não há necessidade de identificar os responsáveis pelos crimes. Provavelmente, é essa ausência de sujeitos que leva à dupla marcação semântica observada nos itens lexicais ‘mortos’ e ‘corpos’. É possível inferir que, para o autor do texto, há uma necessidade de resolver cognitivamente a ausência de sujeito/agente estabelecida pela sintaxe.

A atividade de nominalização também opera neste processo de categorização. Isso porque, em linhas gerais, é com essa ação que damos nomes a eventos, grupos e atores sociais, a partir das relações de referênciação, sinonímia etc. Como a notícia que estamos analisando está em relação contextual com outras notícias – tanto as veiculadas na mesma página desta edição, como com os demais textos publicados anteriormente na cobertura sobre Eldorado de Carajás –, podemos afirmar que o item lexical ‘conflito’, mesmo ocorrendo no primeiro enunciado do *lead*, estabelece uma relação sinonímica que aponta para fora deste texto, pois está relacionado a textos anteriores. Essa relação se dá a partir de modelos cognitivos construídos a partir das leituras prévias, tendo as representações textuais como base para esse processo. Tal relação sinonímica extra-textual constrói uma rede lexical que reforça o discurso da instituição do poder: a ação da polícia foi necessária e foi uma reação à ação dos sem-terra (o protesto). O resultado dessa ação foi um ‘conflito’: e é nesse processo de referênciação que toda a história de Eldorado de Carajás é retomada nesta notícia, seguido de outro eufemismo usado do título “indícios de assassinatos”. Assim, o enunciado não só recupera o discurso da polícia como o reitera, ou seja, o legitima. É importante observar, ainda, que a contraposição de discursos – efeito norteador desse texto – não se dá, no início, entre os dois principais protagonistas da ação: MST x PM, mas sim entre a polícia e o médico, que tem seu discurso reportado direta e indiretamente. Tirando os sem-terra da cena discursiva, se estabelece, também, quais atores e grupos sociais têm autoridade para ‘falar’ sobre o assunto.

Essa questão é consolidada no terceiro parágrafo da notícia, no qual o discurso da PM predomina, agindo fortemente na construção de sua versão. Já nesta parte do texto, começamos a observar a delimitação das vozes discursivas que irão compor o Nós (as das instituições do poder), em contraposição ao discurso dos grupos excluídos: Eles. Nos enunciados “A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto” e “A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha”, temos duas ações discursivas assumidas pelo jornalista. Podemos apontar alguns elementos lingüístico-discursivos que remetem a isso: a seleção dos verbos introdutores de opinião (‘afirma’, ‘diz’); a nominalização (‘a batalha’, que tem o mesmo efeito de sentido de ‘conflito’); e o caso do acesso (o discurso do MST só aparece no

final do parágrafo, e ainda assim como uma ‘resposta’ à PM (“[...] Os sem-terra, porém, [...]”), o que diminui sua força persuasiva, pois os sem-terra não estão contando sua história, mas negando versão que é tomada como ‘oficial’. Na análise deste texto, as questões acima apontadas nos pareceram operar de forma mais enfática na constituição do discurso da (des)legitimização. Como dissemos anteriormente, algumas categorias de análise são mais recorrentes neste *frame* e irão permear também os demais textos. Entretanto, também observamos algumas peculiaridades, dependendo, principalmente, da topicalização discursiva.

A notícia seguinte, publicada no mesmo dia da analisada anteriormente, teria a função de trazer a versão dos sem-terra sobre o massacre em Eldorado dos Carajás. Sendo assim, o discurso do MST deveria ser o elemento constitutivo do texto. A leitura apenas no nível da superficialidade textual pode levar a essa compreensão. Entretanto, analisando algumas estratégias desenvolvidas a partir de aspectos discursivo-cognitivos, podemos sugerir outras possibilidades de sentidos.

Exemplo 10:

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito com a Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa.

A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá. José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos. "Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam", relatou o sem-terra ferido.

Segundo Moreira Santos, os policiais "pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada". Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11 tiros em suas pernas, "feitos numa rajada só", segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que "depois do massacre, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estábamos escondidos no mato".

A construção do título exemplifica nosso argumento: (“Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos”). Observando a construção sintática, percebemos que a topicalização se dá a partir do discurso da polícia, pois a voz dos sem-terra é discursivamente

subordinada. Para além da sintaxe, a seleção lexical é um aspecto que opera mais efetivamente na constituição discursiva. Analisemos a rede que se constitui no enunciado: enquanto um dos grupos que compõe o discurso da notícia é citado institucionalmente ‘polícia’, o outro – os sem-terra – é citado indiretamente e de forma generalizada, a partir da nominalização ‘os feridos’. Também, ao ressaltar a autoria da declaração (“*dizem* os feridos”), o jornal estabelece um distanciamento entre o seu próprio discurso e o discurso do MST, o que nos faz remeter, novamente, à delimitação da relação Nós x Eles. Nesse mesmo enunciado, ainda podemos ressaltar outro aspecto da seleção lexical, observando o verbo introdutor de opinião: ‘dizer’. Como já analisou Marcuschi (2007), esse verbo é preferencialmente utilizado nos jornais para introduzir o discurso de atores sociais que não fazem parte dos grupos do poder. Em contraposição, o autor observa que os discursos dos poderosos são introduzidos por verbos tais como ‘afirma’, ‘declara’, ‘atesta’ etc. A natureza de tais escolhas é ideológica, pois estabelece quais os grupos que têm força discursiva.

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito com a Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa.

Apenas no primeiro enunciado do *lead* há a referência aos sem-terra. Entretanto, a ação discursiva é a da defesa, pois cabe a eles, primeiramente, negar a “versão oficial”. Essa relação também aponta para um tipo de subordinação, só que não apenas de ordem sintática, como no título, mas de categorização de grupos e atores sociais. A PM é a instituição tida como legítima, por isso tem o poder de trazer a “versão oficial”. Na construção da ‘cena discursiva’, o jornal estabelece qual o grupo prototípico – o de melhor representação social – e o estereotipado, ou o deslegitimado, o que não tem poder de trazer o seu discurso como o principal na notícia, mas apenas responder, em relação de interdiscursividade, à versão da polícia.

A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá. José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos. "Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam", relatou o sem-terra ferido.

Segundo Moreira Santos, os policiais "pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada". Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11 tiros em suas pernas, "feitos numa rajada só", segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que "depois do massacre, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estábamos escondidos no mato".

Nestes dois parágrafos, a categoria acesso continua sendo a que mais fortemente opera na construção discursiva. A condição de subordinação continua sendo a marca da representação dos sem-terra. Se no *lead* o grupo social (e seus atores) prototípico é a Polícia Militar, no *sublead* o próprio jornal assume o comando discursivo. Podemos observar isso na sua auto-representação, no primeiro enunciado do *sublead*. A sua ação é descrita como uma espécie de ‘tomada de depoimento’ (“A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá”), indicando o poder da instituição, não só no tratamento discursivo para a construção do ‘fato’, mas se colocando, inclusive, como um órgão com poderes e atribuições para julgar culpados/inocentes.

A subordinação do discurso dos sem-terra em relação aos demais discursos que constituem esta notícia (Ministério da Justiça e FSP) opera de forma mais complexa na deslegitimização do MST do que a exclusão discursiva propriamente dita, o que tornaria mais explícita a discriminação. Pois, quando a dominação se dá a partir de estratégias discursivas implícitas, como a aparente contraposição igualitária entre atores e grupos sociais, exige-se mais criticidade do leitor para identificar tal discriminação. Por fim, o que se estabelece nesta composição discursiva é qual grupo social tem legitimidade para nortear o desenvolvimento do texto. Assim, esse grupo terá o poder de orientar a performance discursiva dos demais grupos que estão em relação de interdiscursividade na notícia.

Exemplo 11:

Ministério diz que sem-terra atacaram (FSP, 26/04/1996)

Os sem-terra teriam comprado armas com dinheiro dado pelo Incra para comprar comida. A informação está em um relatório do Ministério da Justiça sobre o massacre do dia 17.

O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PMs que, na linha de frente do confronto, não estariam armados.

O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola. "Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi", afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito. Disse ter ouvido do executor do Incra em Marabá (PA), José Líbio de Matos, e de outras duas pessoas _não revelou nomes_ que pagamentos de créditos de alimentação e fomento aos sem-terra foram desviados para a compra de armas.

A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas. O Incra distribuiu em fevereiro e março uma ajuda de R\$ 800 para cada família da região. Com 16 páginas, o relatório considera as reivindicações dos sem-terra legítimas, mas faz críticas à ação do grupo. Sobre a PM, condena a violência e os assassinatos citados por testemunhas. Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, "tem bom conceito na região". O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogênio.

Espínola cita, "em favor da PM", "a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima" da polícia. O relatório critica o MST por ter "indivíduos com atividades diversas da agrícola", como professores de dança, de canto e funcionários públicos. O coordenador-geral afirmou que considera mais grave o fato de os sem-terra estarem armados _foram apreendidas 37 armas_ e de terem colocado mulheres e crianças na barreira na estrada.

Francisco Dalchazon, da coordenação nacional do MST, disse que "o Ministério da Justiça não tem resposta para o que houve e que está partindo para a estratégia de que o ataque é a melhor defesa".

Segundo ele, os sem-terra de Eldorado do Carajás não foram assentados ainda e por isso não receberam dinheiro do Incra. "Todos têm o direito de mudar de profissão", disse sobre o fato de nem todos serem lavradores. Para a posse de armas, alegou defesa pessoal.

Analizando o uso dos tempos verbais nos dois primeiros enunciados do *lead*, observamos uma contradição nas modalizações, o que nos parece um aspecto importante no processo de construção do discurso do jornal para contar sua versão sobre Eldorado do Carajás, e quais as vozes selecionadas para constituir tal discurso. No primeiro enunciado, o verbo ‘ter’ é usado no futuro do pretérito, tempo que opera como um condicional para a ação, formando o sintagma “teria comprado”, indicando que o jornal não assume o discurso do Ministério da Justiça. Entretanto, no enunciado seguinte, o que seria *uma versão* da história passa a ser tratada como *a informação oficial* sobre a mesma, daí o uso do verbo ‘estar’ no presente e com efeito afirmativo: “A informação está em um relatório”, seguido do complemento “do Ministério da Justiça [...]. Assim, a dita “informação” é respaldada e legitimada pelo poder da instituição que a fornece. No

enunciado seguinte, observamos que a metáfora “o relatório diz” também opera na legitimação da versão governamental, atribuindo ao documento, inclusive, a força pragmática de atos locutórios. Na construção metafórica, a estratégia é respaldar o discurso do Ministério, sem que essa ação seja explicitada, pois a relação que se estabelece é com as informações contidas *no relatório*, como se esse gênero fosse uma elemento neutro e não algo produzido por uma instituição, resultante da prática de um grupo político. Podemos observar esse mesmo movimento no enunciado seguinte: “O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PM’s que, na linha de frente do confronto, não estariam armados”. Apenas no *sublead* o relatório passa a ser tratado como um gênero produzido por alguém, sendo que a ênfase na autoria do texto tende a dar mais legitimidade ao documento. Observemos: “O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola”. O poder da autoria (e do autor) do texto é sustentado pelo discurso reportado, que segue o primeiro enunciado: (“Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi”, afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito.). Neste trecho, dentre os elementos que operam na legitimação do discurso governamental, ressaltamos dois: *i*) o efeito de objetividade no discurso do representante do Ministério da Justiça; *ii*) e como o jornal demarca o seu discurso, a partir do discurso do Governo. Primeiro observemos o discurso direto: (“Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi”). A primeira declaração, “Não estou acusando ninguém...”, está em contradição com o próprio tópico discursivo, que culpa os sem-terra pelas mortes em Eldorado de Carajás. Para melhor observar essa questão, basta retomar o título e o *lead* do texto. Na declaração seguinte (“...apenas relatando o que vi”), pode-se remeter ao feito de objetividade que havíamos apontado. O sentido de imparcialidade que se pretende atribuir ao discurso do representante do governo é construído a partir da rede lexical: ‘apenas’ (opera como um deseufemismo da ação); o verbo ‘relatar’ (tem a conotação de neutralidade e objetividade, e não o efeito de acusação); e o verbo ‘ver’ (com toda a sua carga empírica, sustentado pela idéia comum de que o que se vê não se contesta).

O segundo aspecto que queremos discutir nesta análise é o posicionamento do jornal em relação às instituições do poder. Em alguns movimentos discursivos, percebe-

se como o texto vai sendo construído com elementos que legitimam a versão apresentada pelo Governo Federal, ou seja, que o próprio jornal assume tal versão. Observemos que o discurso do autor do relatório é sustentado por dois movimentos: *i*) a escolha do verbo ‘afirmar’, com sua carga enfática; *ii*) a oração subordinada, ressaltando que Humberto Espínola teria passado “quatro dias no local do conflito”, o que lhe atribuiria autoridade para tecer tais afirmações. O jornal também não questiona o fato de o relator ter construído sua acusação contra os sem-terra apenas com o depoimento de pessoas ligadas ao órgão governamental. Pelo contrário, segue a mesma prática quando traz a voz da Polícia Federal para compor o quadro já iniciado. Observemos no início do terceiro parágrafo da notícia: “A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas”. As teias que formam o discurso Nós (governos e jornal) x Eles (sem-terra) vão se firmando e as instituições do poder vão dando mais suporte umas às outras. Essa relação está mais explícita no fim deste parágrafo e no início do seguinte. Observemos nos seguintes enunciados: “[...] Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, “tem bom conceito na região”. O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. [...]”; “[...] “Espínola cita, “em favor da PM”, “a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima” da polícia [...].” A voz do MST só aparece no final da notícia, e, como já observamos em outros textos, apenas em atitude defensiva. A notícia que traz a ‘resposta’ dos sem-terra a essas acusações é publicada três dias depois, em espaço inferior ao dado para o texto sobre o relatório do Ministério da Justiça. A demora na publicação – se fosse para estabelecer um diálogo, a resposta do MST deveria vir na mesma edição ou, no mínimo, na edição seguinte –, assim como o destaque dado a essas publicações, são aspectos cognitivos importantes no que diz respeito à elaboração de modelos mentais, mais restritamente falando, como também na construção da versão dominante (legitimada) sobre Eldorado de Carajás. Vejamos a notícia a seguir:

Exemplo 12:

MST contesta o relatório do governo (FSP, 29/04/1996)

Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) questionaram ontem em Belém o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), do Ministério da Justiça.

Eles negaram a versão do relatório, que diz que os sem-terra atacaram primeiro no confronto com os PMs em Eldorado do Carajás. Jorge Neri, 30, e Gustavo Filho, 26, afirmaram que a PM chegou jogando bombas de efeito moral e abriu fogo contra os sem-terra, que bloqueavam a rodovia PA-150.

Nery e Filho também disseram que há mais trabalhadores desaparecidos, além dos cinco já apontados pelo MST. Segundo eles, nesta semana o MST divulgará os nomes dos desaparecidos. "Também há crianças mortas, cujos corpos a polícia escondeu. Os pais não apareceram para reclamar seus filhos porque foram mortos também", disse Filho.

Neri afirmou que o fato de um grande número de trabalhadores ter se juntado ao movimento nos dias anteriores ao massacre está dificultando o levantamento dos nomes de desaparecidos. O MST disse que suas lideranças na área estão sendo ameaçadas.

O primeiro aspecto a ser discutido é como os sem-terra são posicionados na cena discursiva pelo jornal nas duas notícias. Isso já foi tratado anteriormente, mas nos parece importante ser retomado, devido à recorrência da estratégia. Outra vez, o MST está no lugar da defesa – negando, contestando, questionando acusações do governo. Está pressuposto que aos sem-terra cabe a culpa, pois quem tem legitimidade para fazer acusações e afirmar são as instituições do poder. Assim, o pressuposto que norteia o discurso do jornal sobre o MST é o da culpa, o da acusação. E é para essa ação discursiva específica – a da defesa – que o jornal abre espaço para os sem-terra. A notícia acima é o exemplo mais característico desse aspecto. Trata-se da ‘resposta’ à notícia analisada anteriormente. A relação de interdiscursividade entre as duas notícias, mesmo existindo, não é igualitária. Questões relacionadas à macro-estrutura textual, à cena discursiva – sob que perspectiva o jornal trata as duas estórias – e às representações sociais, entre outras, estabelecem tal desigualdade. Sobre a cena discursiva já fizemos algumas considerações. As representações sociais e a macro-estrutura do texto nos parecem, entretanto, aspectos que merecem ser observados mais atentamente. Como é a interdiscursividade que norteia a notícia acima, a análise da mesma inevitavelmente remete a alguns elementos da notícia anterior.

Se compararmos a construção do *lead* e do *sublead* das duas notícias, percebemos que no Exemplo 11 há uma atribuição valorativa ao discurso do Ministério da Justiça (MJ), pois as acusações contra o MST são tomadas como o aspecto mais relevante do

texto – por isso inicia o *lead* –, e o MJ a instituição com autoridade para realizar tal ação. No Exemplo 12, o que é tomado como mais relevante pelo repórter é o questionamento dos sem-terra ao documento do Governo Federal, e não as acusações do movimento contra a Polícia Militar do Pará, que só aparecem no parágrafo seguinte. Sobre as representações sociais, percebemos duas ocorrências distintas. O representante do governo é citado pelo nome e pela função que ocupa – sendo um cargo de chefia, atribui mais autoridade ao seu discurso – como também foi destacado que é dele a autoria do documento apresentado pelo jornal. Na notícia sobre o MST, a referência aos entrevistados é feita de forma genérica (“Líderes do MST [...]”), sem especificar as suas funções no movimento, ou mesmo os seus nomes. Tal construção não atribui autoridade aos entrevistados, o que enfraquece o poder dos seus discursos. Essa relação também se estabelece com o próprio MST, já que não há um trato institucional. No *sublead*, por exemplo, o pronome pessoal (eles) – em referência anafórica a ‘líderes do MST’ – é usado antes mesmo do nome dos entrevistados. Um traço lingüístico-cognitivo que exemplifica como a representação dos sem-terra está sendo construída no texto: não são tratados como atores legítimos, com autoridade para atos de fala tais quais: ‘acusar’, ‘informar’ etc. A eles cabe ‘questionar’, ‘negar’, ‘contestar’, ou seja, não são sujeitos da própria ação discursiva.

Neste *frame*, centramos a investigação no acesso discursivo dos domínios e grupos sociais envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás e, também a partir de alguns elementos sintáticos e semânticos, procuramos identificar a ação do jornal, ao trazer para a cena discursiva esses grupos. A estratégia que adotamos para a conclusão de cada *frame* é a de traçar considerações em âmbitos gerais, pois entendemos que só a perspectiva global da ação de todas as macrocategorias nos possibilita elaborar considerações categóricas sobre o fenômeno da (des)legitimização.

Dentre os aspectos possíveis de serem considerados, enfatizamos a desigualdade no trato discursivo, por isso nos centramos na categoria acesso: possibilita investigar não apenas as vozes que circulam em um texto, mas o seu efeito discursivo-cognitivo. O que identificamos, neste momento da análise, é um quadro que desfavorece e enfraquece o MST discursivamente, o que pode construir modelos mentais sobre as mortes dos sem-terra que consolidem a categorização do ‘evento’ como *legítima defesa*. A análise dos

demais *frames*, entretanto, nos dá subsídios para uma conclusão mais elaborada, já que a investigação do discurso (des)legitimador deve estar atrelada a distintos fatores, de ordem social, discursivo-cognitiva, textual e lingüística. Daí a complexidade do seu estudo e a necessidade de tantos desdobramentos de análise.

Frame II – A Mobilização da Sociedade

Esta parte da cobertura tem como enfoque as manifestações – contrárias e favoráveis – ao MST, tendo como base principal a repercussão do massacre de Eldorado dos Carajás. Foram várias as mobilizações e os atos públicos reivindicando justiça para a morte dos sem-terra. Identificamos uma forte participação da ala progressista da Igreja Católica, assim como de movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONG's) do país e do exterior. Segmentos conservadores da sociedade – entre eles a União Democrática Ruralista (UDR) – também se articularam e promoveram atos, como respostas às ações favoráveis ao MST. A preocupação desses grupos conservadores – como seus próprios integrantes afirmaram – era a possibilidade de se iniciar um processo de legitimação do MST, já que instituições com representatividade histórica e força política passaram a questionar a inoperância das principais esferas do poder nacional (governos e polícias) em relação às mortes dos sem-terra, gerando uma movimentação de deslegitimação desses poderes. O que acontece nesse *frame* é que o grupo Eles passa a ter mais força discursiva e o grupo que tende a ser estereotipado é o do poder, ou seja, o Nós. A forte repercussão na mídia internacional sobre Eldorado dos Carajás é um dos aspectos que opera nessa inversão, levando até a própria FSP a desenvolver outra relação discursiva, se posicionando, em alguns casos, no grupo Eles.

O Governo Federal – inclusive com declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso – também passa a se posicionar mais sistematicamente sobre o caso, mesmo que de forma contraditória. Isso porque o governo precisou dar uma resposta à mobilização mundial sobre o massacre dos sem-terra, o que resultou em algumas declarações contra o poder judiciário, mas não necessariamente em uma prática política do governo sobre questões fundamentais, como violência no campo e reforma agrária. E

isso leva à contradição sobre a qual nos referíamos, identificada em alguns discursos do presidente sobre as ações do MST. A relação de inversão de poderes entre Nós x Eles repercute na deslegitimação do massacre e, consequentemente, questiona as principais instituições do poder brasileiro. Isso nos remete à investigação de um aspecto: a construção da representação social do governo. Por se tratar de um momento de crise, é importante ressaltar o que já discutimos sobre o processo de (des)legitimização: ele é de natureza essencialmente instável e categoriza atores e grupos sociais em contextos situados, em uma construção contínua. Neste *frame*, identificamos um embate discursivo entre os grupos (Nós x Eles) na tentativa de estabilização de um discurso. Por isso, a investigação das representações sociais é o foco principal de nossa análise.

A peculiaridade aqui é a ‘aparente’ democratização do espaço discursivo do jornal. Chamamos de ‘aparente’ porque essa abertura se dá a partir de algumas restrições ideológicas e continua atrelada a mecanismos de controle discursivo. Afirmamos isso com base em dois aspectos: *i*) uma das vozes predominantes na repercussão do massacre é a da mídia, só que, neste caso, da mídia internacional. Assim, o efeito de sentido é o de que outra instituição estaria tratando do caso, só que com mais sustentação do mito da imparcialidade – por serem instituições internacionais – do que a imprensa nacional. Sendo que a mídia continua sendo o domínio norteador dos discursos. Outro problema dessa ênfase na mídia internacional é que esta tende a assumir uma postura ‘humanista’, ao tratar dos problemas do ‘terceiro mundo’. Entretanto, estudos sobre o discurso da mídia européia sobre imigração (van Dijk, 1997), por exemplo, apontam posturas conservadoras, preconceituosas e discriminatórias dessa instituição. Ou seja, a perspectiva ‘humanitária’ está atrelada a problemas que não dizem respeito aos problemas políticos dos países ditos do ‘primeiro mundo’. A postura progressista desses veículos de comunicação se dá no trato dos problemas dos Outros. Assim, as ideologias que constituem o discurso desses jornais também é sob a perspectiva do Nós ; *ii*) mesmo considerando a abertura discursiva como característica deste *frame* – com espaço para as alas progressistas da Igreja Católica, organizações não-governamentais e topicalizações favoráveis às ações do MST –, não identificamos um acesso direto dos sem-terra ao espaço do jornal.

A representação do movimento se dá, em grande medida, por intermédios de instituições tidas como legítimas (Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra, Anistia Internacional etc.) e ao MST só é dada a possibilidade de ter seu discurso reverberando indiretamente no discurso desses grupos sociais. Este aspecto também é identificado em outros momentos de cobertura, mas neste *frame* é mais proeminente. Uma justificativa para tal ocorrência é que o jornal estaria buscando outros discursos sobre o massacre, para trazer perspectivas diferenciadas. Entretanto, a recorrência desse mesmo aspecto em outros *frames* nos faz pensar que essa seria uma análise ingênuasobre o fenômeno e nos remete a questões mais complexas, como o controle ideológico e, consequentemente, discursivo do acesso. Por fim, afirmamos que isso se trata de uma postura antidemocrática do jornal, que tem como efeito principal a construção da memória social, elaborada a partir do discurso das elites.

Exemplo 13:

Ato lembra morte de 19 sem-terra (FSP, 17/04/1999)

O MST começou ontem uma série de mobilizações em 23 Estados para lembrar os três anos do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996. Em pelo menos dez Estados, marchas de sem-terra chegaram ontem pela manhã às capitais. Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país, segundo estimativa do MST. Em Porto Alegre (RS), no final da tarde de ontem, cerca de 500 integrantes do movimento começaram uma "vigília" na frente do prédio do Incra, prevendo um jejum que duraria todo o dia de hoje. Em Eldorado do Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembrar o conflito.

Esta nota informativa exemplifica um aspecto discutido na introdução do *frame*: a topicalização não estereotipada de uma ação do MST, caso peculiar em relação à maioria das demais ocorrências dessa macro-ação discursiva. No título e no corpo do texto, a mobilização organizada pelos sem-terra é atrelada às mortes em Eldorados dos Carajás. Ou seja, o motivo propulsor da mobilização é trazido para a estrutura de relevância. Observemos no título: “Ato lembra morte de 19 sem-terra”. Em outras notícias, identificamos uma estrutura inversa de topicalização, ou seja, primeiramente são feitas referências a ‘invasões’, a ‘protestos’, a ‘saques’ e só depois essas ações são associadas, no texto, a protestos do MST pelas mortes em Eldorado dos Carajás. No primeiro enunciado, o ‘ato’ dos sem-terra é tratado como uma ação de um movimento social

legítimo, marcado pelo item lexical ‘mobilização’. Outra marca lingüística que reforça o efeito de sentido da não-estereotipização é o uso do verbo ‘lembrar’, remetendo a ação para um contexto político e social. Analisemos o trecho: [...]“para lembrar os três anos do *massacre* de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996”. Enfatizamos em itálico o uso do item lexical ‘massacre’, que está interligado à rede lexical tecida no texto e opera na construção do sentido que discutimos.

Também é relevante observar como a nominalização opera no processo de referenciamento aos sem-terra: a retomada é feita a partir do item lexical ‘trabalhadores’: “Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país [...].” Neste caso, identificamos uma categorização legítima dos atores sociais do MST, uma ocorrência também diferenciada em relação aos demais *frames*, nos quais essa categorização costuma se dar de forma estereotipada, a partir de nominalizações como: ‘manifestantes’; ‘invasores’, entre outras. Outro elemento que reforça a construção de sentido que estamos discutindo é a informação trazida no enunciado final do texto, enfocando uma ação ‘pacífica’ do MST (“Em Eldorado do Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembrar o conflito.”). Não identificamos, nessa nota, ações discursivas de estereotipização do movimento, sustentado pelo discurso da deslegitimação do massacre em Eldorado do Carajás.

Tal observação nos leva a considerar um aspecto que vem sendo pouco desenvolvido, até agora, em nossa análise: os gêneros textuais. A ausência de considerações sistemáticas sobre esse fenômeno pode ser justificada por dois aspectos: *i*) primeiro porque não estamos tomando os gêneros como uma categoria de análise – o que não faria sentido, pois os entendemos como elementos irremediáveis à prática discursiva, ou seja, como elementos cognitivo-pragmáticos que operam na organização global do discurso; *ii*) segundo porque nossa análise está centrada no gênero notícia, conforme justificamos na Introdução deste trabalho. As notas (opinativas e informativas) são os outros gêneros que buscamos dar conta, por serem elaborados a partir de ações retóricas mais simples. Conforme foi discutido, o vasto número de textos que fazem parte deste *corpus* exigiu tal delimitação. Como essas questões já foram tratadas anteriormente, o que queremos ressaltar neste momento é a relação entre o gênero que estamos analisando (nota informativa) e o controle discursivo.

Afirmamos que os gêneros textuais atuam constitutivamente na organização discursiva. Daí, o tratamento diferenciado dos elementos que operam na construção do sentido, nesta nota, em relação às notícias. Entendemos que o gênero nota informativa é menos controlado que os demais – inclusive em comparação à nota opinativa, conforme discutiremos no *frame* V – e há mais liberdade discursiva para a sua escrita. Isto pode estar relacionado ao efeito cognitivo do gênero, que não é tido – pelos leitores e pelo jornal – com o mesmo efeito legitimador de discursos como a notícia e, assim, não teriam a mesma força cognitiva na elaboração dos modelos mentais. Esta questão, entretanto, exige uma pesquisa específica, por isso a tratamos aqui de forma intuitiva, como uma possibilidade de investigação.

Exemplo 14:

Comissão estrangeira vê descaso do governo (FSP, 21/07/1996)

Representantes de igrejas e do Parlamento europeus, em visita a Eldorado dos Carajás (PA), declararam que há um descaso das autoridades brasileiras sobre os 19 sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar em abril. Um relatório será enviado ao presidente e ao governador do Pará.

Ressaltamos, nesse exemplo, a ocorrência de outra nota informativa. Continuando a discussão iniciada no exemplo anterior, destacamos a questão do acesso. O texto foi construído apenas a partir do discurso dos representantes de igrejas e parlamentos europeus. O jornal toma esses atores sociais como legítimos para tratar sobre as mortes em Eldorado dos Carajás e ainda os atribui autoridade para criticar os Governos Federal e Estadual pelo massacre (“[...] declararam que há um descaso das autoridades brasileiras sobre os 19 sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar em abril. [...]”). Além da autoridade, ainda há o efeito pragmático do discurso a partir do uso do verbo ‘declarar’. Observemos que as autoridades brasileiras citadas não foram procuradas pelo jornal para responder aos questionamentos, caracterizando como um não-acesso dos representantes do poder nacional. Como já foi dito, esse aspecto pode estar atrelado à natureza do gênero, que é discursivamente menos controlado. No caso de uma notícia, isso seria mais difícil de ocorrer.

Essa nota informativa é também o primeiro exemplo, dentre os demais que iremos analisar neste *frame*, no qual a preocupação do jornal é repercutir o discurso de órgãos internacionais sobre as mortes dos sem-terra. O macro-efeito dessa ação já foi discutido e, agora, pretendemos investigar esse aspecto de forma mais sistemática. Um elemento a ser analisado, já no início do texto, é a atividade de referenciação aos atores sociais representados no texto. Observemos no primeiro enunciado o caso da autoridade a eles atribuída: nenhum é citado pelo nome, ou mesmo as funções específicas que ocupam nas instituições citadas. Ao jornal basta o item lexical vago ‘representantes’. No final do texto, é ressaltada outra vez a autoridade desses atores, que, de acordo com o jornal, têm o poder de interagir diretamente com o presidente da república e o governador do Pará: (“Um relatório será enviado ao presidente e ao governador do Pará”). Analisemos, em outros exemplos, como o jornal constrói a representação social dos órgãos internacionais e como essa relação de interdiscursividade opera na (des)legitimização de Eldorado do Carajás.

Exemplo 15:

País só age sob pressão, afirmam ativistas (FSP, 20/05/2001)

Liliana Tojo, diretora do Cejil no Brasil, diz que, não fosse a pressão internacional, processos como o do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, estariam engavetados. O Cejil é uma instituição jurídica sem fins lucrativos que acompanha processos que tramitam em cortes internacionais. Por determinação da Comissão Interamericana, o governo informa o estágio de tramitação do processo de Eldorado do Carajás uma vez a cada 45 dias. O massacre ocorreu em abril de 96, quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), durante uma desocupação. O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), foi uma das testemunhas de defesa dos policiais, durante o primeiro julgamento, em 99, que absolveu os comandantes da operação. Houve pressão e o júri foi anulado.

Trazemos um trecho dessa notícia para analisar outros aspectos que tratam da representação das instituições do poder brasileiro, por parte de órgãos internacionais, e como essa ação irá interferir na prática discursiva do governo. Com a repercussão do massacre dos sem-terra, a hegemonia dos poderes nacionais passa por uma crise, o que Habermas (1999 [1973]) conceituou como ‘crise de legitimização’. A necessidade de

‘resposta’ a tais críticas atua na elaboração de estratégias retóricas de legitimação no discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o que iremos analisar adiante.

O título e o *lead* dessa notícia operam na construção do discurso, deslegitimando os poderes jurídico e executivo do Brasil. O título (“País só age sob pressão, afirmam ativistas”) tem o efeito menos enfático, pois não especifica quais ações são negligenciadas pelas instituições brasileiras. A apresentação dos atores sociais em uma construção subordinada também desenfatiza o discurso. O uso do verbo ‘afirmar’, para introduzir a voz dos ativistas, é mais um efeito modalizador, já que no enunciado a ação poderia ter sido tratada como uma ‘denúncia’ e não apenas uma ‘afirmação’. O *lead*, entretanto, é marcado desde o primeiro enunciado pelo discurso deslegitimador e o efeito de denúncia é construído a partir da declaração da entrevistada (“Liliana Tojo, diretora do Cejil no Brasil, diz que, não fosse a pressão internacional, processos como o do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, estariam engavetados. [...]”). É interessante ressaltar que o massacre dos sem-terra é tomado apenas como um exemplo para a construção de modelos mentais sobre o Brasil remetendo à inoperância, incompetência e descaso quando se trata dos menos favorecidos.

Outro aspecto importante para ser investigado, nessa notícia, é a construção da interdiscursividade, principalmente no que diz respeito aos modelos de contexto operando nessa relação. Na referência ao ‘caso’ Eldorado de Carajás, identificamos que o repórter assume o discurso da entrevistada e a descrição é feita a partir da versão dos sem-terra. Analisemos este trecho: “[...] O massacre ocorreu em abril de 96, quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), durante uma desocupação. [...]”. Trata-se de uma elaboração discursiva bastante diferenciada de todo o *corpus* analisado. Há a ocorrência, em outros textos, da categorização das mortes dos sem-terra como ‘massacre’. Entretanto, conforme analisamos, a elaboração dos enunciados, em sua grande maioria, não remete aos sujeitos da ação, construindo um efeito de desenfatizador de agência, ou, como já dissemos, há um ‘vazio semântico’: existe uma ação, mas não há sujeitos que realizem tal ação. No exemplo acima, entretanto, a oração subordinada traz para a cena discursiva os responsáveis pelas mortes dos sem-terra, sem qualquer recurso de modalização: “[...] quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra) [...]"'. Dessa construção, percebemos a ação do discurso da entrevistada na construção do discurso do próprio jornal, num caso de interdiscursividade.

Exemplo 16:

Anistia condena "complacência" (FSP, 20/08/1999)

A organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional divulgou nota na qual condena a absolvição, na madrugada de ontem, de três oficiais da Polícia Militar do Pará que participaram da operação que resultou no massacre de Eldorado do Carajás. "Parece que, no Brasil, quando há violações dos direitos humanos, ninguém é responsável por nada", afirma a entidade. "Se essa absolvição não for contestada, ela estará endossando um pacto de silêncio entre os policiais envolvidos no massacre."

Segundo a Anistia, "é inacreditável que nesse caso não tenha sido possível estabelecer uma cadeia de responsabilidades pela matança e subsequente acobertamento". Para a entidade, a absolvição "reforça a desconcertante complacência das autoridades com respeito a graves violações cometidas sob sua autoridade". A Anistia diz ainda ser um "princípio fundamental de proteção aos direitos humanos que aqueles que dão ordens e estão no comando sejam também os responsáveis".

A topicalização dessa notícia segue a mesma ação do texto anterior, ressaltando a mobilização de organizações internacionais contra os encaminhamentos jurídico e político sobre o massacre em Eldorado do Carajás. Entretanto, a construção discursiva segue outras estratégias, principalmente por se tratar de um gênero diferenciado. Observamos que há mais resistência, por parte do repórter, em mesclar o seu discurso com o do entrevistado, o que justifica uma maior ocorrência de citações – intertextualidade – demarcando as vozes que constituem o texto. Cognitivamente, essa demarcação discursiva tem o efeito de distanciar ideologicamente o discurso reportado do discurso do jornal. Ainda assim, entendemos que o espaço a um discurso diferenciado do que vem predominando na cobertura do jornal, e ainda sem qualquer voz contraposta argumentando, opera favoravelmente no processo de deslegitimização do massacre. Só ressaltamos, outra vez, a restrição ao discurso do próprio MST, o que vem caracterizando boa parte das notícias analisadas, e é uma questão que merece ser retomada e analisada em todos os *frames*, pois pode ser uma estratégia de deslegitimização do movimento.

Exemplo 17:

Exterior destaca veredito (FSP, 20/08/1999)

O canal de notícias 24 horas da emissora de TV britânica BBC destacou ontem, em seu noticiário internacional, a absolvição dos três oficiais que estavam no comando da operação em Eldorado do Carajás.

A rede disse que a decisão desagradou a grupos de defesa de direitos humanos em todo o mundo. A reportagem disse também que, durante o julgamento, foi exibido um vídeo mostrando a polícia atirando contra a multidão, mas que a defesa logrou argumentar que os policiais tentavam conter a manifestação que havia saído de seu controle. "As imagens foram veiculadas pela televisão brasileira e causaram um escândalo nacional", dizia a reportagem da BBC.

O "New York Times", em seu site na Internet, também relatou a absolvição dos três oficiais de maior patente envolvidos no "massacre de 19 agricultores que chocou o Brasil e chamou a atenção internacional para os direitos humanos no país". O jornal norte-americano, um dos mais importantes do mundo, em sua seção de últimas notícias, destacou que "na origem do massacre está a distribuição de terra no Brasil, onde os 40% mais pobres da população detêm apenas 1% da terra".

O líder do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile também aparece no relato do site do jornal, declarando que o julgamento dos oficiais foi "uma manobra para ficar bem com a elite do Estado".

Nessa notícia, observamos um caso interessante, a partir da análise da topicalização e da interdiscursividade. O tópico é o discurso da mídia internacional sobre a absolvição dos comandantes das tropas que assassinaram os sem-terra. Nos textos anteriores, a repercussão das mobilizações internacionais se dava a partir dos discursos de movimentos e entidades não-governamentais. Nesse exemplo, é dada à mídia internacional poderes para avaliar os contextos sócio-políticos de outro país, assim como criticar suas políticas e seus governantes. Observemos no trecho destacado: "[...] O jornal norte-americano, um dos mais importantes do mundo, em sua seção de últimas notícias, destacou que "na origem do massacre está a distribuição de terra no Brasil, onde os 40% mais pobres da população detêm apenas 1% da terra". [...]".

Um primeiro aspecto a ser discutido, pois é de natureza ideológica, é o da co-sustentação de forças. Ao atribuir poderes ao discurso da mídia internacional, a mídia brasileira – pois essa repercussão foi noticiada nos principais veículos de comunicação – implicitamente estabelece uma condição de legitimidade e de poder para si própria. Trazer o discurso da mídia internacional criticando os problemas do país tem o efeito de legitimar a imprensa nacional como uma instituição também capacitada para tais ações.

Outro aspecto relevante é a busca por um ‘discurso de autoridade’, nesse caso, o da imprensa internacional. Ou seja, quando uma ‘voz’ não basta para sustentar um discurso, a interdiscursividade opera no seu processo de legitimação.

Assim, antes de qualquer aspecto relacionado ao assassinato dos sem-terra – tópico da notícia –, identificamos o jornal atuando em seu próprio processo de legitimação. Como exemplo dessas considerações, tomamos o trecho “[...] A rede disse que a decisão desagradou a grupos de defesa de direitos humanos em todo o mundo [...]”, no qual a FSP trata a BBC com um tipo de ‘força pragmática’ de trazer legitimamente os discursos da imprensa mundial. Outra questão a ser tratada, ainda a partir do trecho analisado, é como a FSP atribui autoridade ao *New York Times* – marcada no aposto “um dos mais importantes do mundo” – para tratar de um problema que o MST e outras organizações não-governamentais do Brasil denunciam há décadas: a concentração de terra em latifúndios e a necessidade de reforma agrária. Inclusive, esses são os problemas propulsores que, historicamente, levaram à organização dos sem-terra em um movimento social, mas que, em geral, são tratados pela FSP como questões periféricas. Conforme temos analisado em outras notícias sobre o MST, os tópicos são construídos a partir de elementos estereotipados, enfatizando saques, ocupações e protestos. Ou seja, o jornal não atribui legitimidade aos sem-terra para tratar dos problemas “que originam” a própria existência do movimento. Para essa ação discursiva, a FSP dá o acesso a um outro jornal, caracterizando uma co-sustentação de poderes.

Exemplo 18:

FHC critica resultado do julgamento (FSP, 20/11/1999)

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a impunidade prejudica a democracia, ao comentar o julgamento dos oficiais da Polícia Militar do Pará acusados pelo Ministério Público de serem responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 1996. "Como cidadão, eu lamento que o Brasil não tenha ainda, o conjunto da sociedade, tomado consciência de que a impunidade, a sensação de impunidade é o que impede a consolidação da democracia", disse ele.

No julgamento, foram inocentados o comandante da operação, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra. De acordo com os jurados, as provas contra eles eram insuficientes.

FHC disse que "esperava algum grau de condenação, em vários níveis, uma reprimenda moral que seja". "Se há algo que revoltou o país e a mim, foi o massacre de Eldorado do Carajás." "Isso (o massacre) é inaceitável. O Brasil não pode mais conviver com esses fatos", afirmou FHC.

O presidente disse esperar que "nas próximas decisões o país se sinta mais seguro de que não haverá impunidade".

Questionado sobre a repercussão internacional da decisão, FHC declarou que "o Brasil, e lá fora a mesma coisa, espera que haja apuração de responsabilidades". "Eu não posso dizer "fulano foi responsável, beltrano não foi". Mas não pode ser que ninguém foi. Alguém foi (responsável)". O secretário de Estado de Direitos Humanos, José Gregori, defendeu ontem a anulação do julgamento que absolveu os oficiais.

"Decisão judicial que não faz justiça não é para ser lamentada, é para ser anulada por um novo julgamento", afirmou ele, segundo nota oficial distribuída por sua assessoria de imprensa.

"É difícil entender que os chefes de uma expedição policial que resulte em 19 mortes, com seis execuções a frio, não mereçam determinado tipo de punição", diz a nota do secretário.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse estar envergonhado com o resultado do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás.

"Respeito a Justiça de meu país e confio que esse resultado adiante possa ser revertido. Lamento profundamente a decisão e hoje me sinto envergonhado", afirmou Jungmann. Emocionado, chegou a interromper diversas vezes seu discurso.

"O Brasil não pode carregar na consciência os 19 mortos de Eldorado do Carajás sem a punição exemplar de quem cometeu isso. Senão, todos nós, brasileiros, somos culpados", disse o ministro.

Nessa notícia, o discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), assim como dos demais representantes das instâncias do poder, é uma ação que busca a re-estabilização da legitimidade do governo federal, pois este poder vem enfrentando pressões que ameaçam a sua hegemonia. Interessa, para a nossa análise, as estratégias discursivas e retóricas elaboradas por esses atores sociais para o re-estabelecimento do poder hegemônico do governo. O discurso do presidente tem como principal marca o efeito 'responsivo' às críticas vindas de vários segmentos da sociedade – do Brasil e do mundo – devido à impunidade nas mortes dos sem-terra. A estratégia norteadora do discurso de FHC é tratar do assunto como um espectador do episódio, e não como o governante do país, o que lhe atribuiria, no mínimo, uma co-responsabilidade pelo massacre e pelo encaminhamento jurídico do caso. Ao se colocar na cena discursiva como um espectador, o presidente pode construir o seu próprio discurso a partir do discurso dos Outros (MST, ONG's, Anistia Internacional, ONU etc.). Daí o 'tom' de indignação e de revolta assumido por Fernando Henrique, que analisaremos com mais detalhes adiante. Assim, o presidente forja uma auto-representação social – pois, pelo cargo que ocupa, necessariamente ele está entre os grupos da elite política –, e exime o seu governo da responsabilidade pelo massacre. Esse aspecto pode ser exemplificado a partir de um dos discursos reportado de FHC: "[...] "Como cidadão, eu lamento que o Brasil não tenha ainda, o conjunto da sociedade, tomado consciência de que a

impunidade, a sensação de impunidade é o que impede a consolidação da democracia” [...]”. Já no inicio do enunciado, Fernando Henrique estabelece sua auto-representação ‘como cidadão’. Essa marca discursiva o deixa livre para falar do Brasil criticamente, sem envolver a prática política do seu governo nas questões que ele mesmo formula.

Observemos, em outros trechos da notícia, os demais elementos lingüístico-discursivos que operam na construção desse quadro. Já no título da notícia (“FHC critica resultado do julgamento”) o efeito de sentido inicia a composição da estratégia que discutíamos: o presidente age como um ‘crítico’ sobre os problemas do país que governa. O argumento que poderia embasar tal postura é o de que os poderes executivo e jurídico são instâncias independentes. Entretanto, o embate entre esses dois poderes é recorrente, principalmente quando se trata de questões que interessam ao governo (aprovações de medidas provisórias etc.). Também é importante ressaltar que, no contexto político brasileiro, é o poder executivo – ou seja, o presidente da república – que indica os ministros das altas instâncias jurídicas. Assim, não é legítimo argumentar que os dois poderes não têm relação de dependência. Na análise da notícia, observamos que o jornal atua na construção retórica elaborada pelo presidente, colaborando, dessa forma, com a cena discursiva criada por FHC. O verbo introdutor de opinião utilizado no primeiro enunciado do *lead* (“O presidente Fernando Henrique Cardoso *afirmou que* a impunidade prejudica a democracia [...]”) é um elemento lingüístico-discursivo que reforça a estratégia de FHC. Sua força semântica atribui autoridade ao falante, sendo tal escolha ideologicamente orientada, pois tem efeito axiomático. Assim, identificamos o discurso do jornal sendo norteado pelo discurso do presidente.

Outra categoria a ser analisada é o acesso. Observemos que o texto é basicamente construído a partir do discurso direto e indireto do presidente, sendo sua voz a que predomina em toda a notícia. A inserção discursiva do repórter, ao longo do texto, restringe-se à articulação das falas do presidente. Isso não pode ser entendido, entretanto, como um não posicionamento discursivo do jornalista, pois a escolha das vozes que compõem o texto é também um gesto discursivo. Analisar todas as citações seria um trabalho exaustivo e traria elementos para a nossa investigação apenas sobre os aspectos de natureza micro-discursiva.

O que se mostra mais relevante, neste caso, é discutir a macro-estratégia das ações discursivas de FHC e do jornal: ele é tratado na notícia não pelo cargo político que ocupa, mas como um sociólogo – sua formação acadêmica –, daí a justificativa para uma postura analítica do país e o seu ‘questionamento’ sobre a impunidade nas mortes dos sem-terra. O ‘deslocamento de papéis sociais’ e, consequentemente, de discursos, pode ser melhor analisado se contrapormos a notícia acima (com um discurso crítico do ‘Fernando Henrique-sociólogo’ sobre o julgamento de Eldorado do Carajás) com o exemplo abaixo, na qual a representação assumida é a do ‘Fernando Henrique-presidente’. Observemos o funcionamento dessa dupla representação e como essa estratégia ‘protege’ FHC de críticas ao seu governo.

Exemplo 19:

FHC critica invasões a terras produtivas (FSP, 14/04/1999)

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores "não devem se acanhar" e, "havendo a ocupação de terra produtiva por provocação", devem "tirar" os invasores. "Eu nunca fui nem sou partidário desses atos de violência, mas eu percebo que existe hoje no Brasil uma disposição que não é a de fazer reforma agrária, mas uma atuação que é perigosa. (...) (Ela desafia) aquilo pelo qual nós lutamos sempre, que é o Estado de Direito, que é o respeito à lei. E isso não é aceitável", disse ontem, diante de uma platéia de 11 governadores, no Palácio do Planalto. "Diga-se de passagem, também, que os governadores não devem se acanhar. (...) E as instituições têm que utilizar os recursos legais de que dispõem para que a lei seja respeitada", continuou o presidente.

Em outro momento, FHC disse que é importante que os governadores tenham "meios para enfrentar as ocupações" para que possam usar recursos que não sejam "só o pior, que é o uso da polícia". Sem citar nomes de entidades que vêm promovendo invasões, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o presidente disse que se tratam de "movimentos que dizem que querem terra, mas querem é bagunça". "Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras produtivas e não produtivas. Isso é 'show off', para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social que não está havendo", afirmou.

Temos, nessa notícia, a auto-representação do FHC-presidente. O posicionamento na cena discursiva é diferenciado em relação ao exemplo anterior e, consequentemente, o discurso também segue outra linha ideológica. Enquanto na outra notícia quem falava era o FHC-sociólogo, a ação discursiva norteadora era a construção da representação de um ator social ‘isento’ e ‘habilitado’ para tratar das questões do país e responder às críticas das organizações internacionais. Nessa notícia, o ator social que aparece na cena

discursiva é o FHC-presidente e isso está marcado pela linha argumentativa do texto. No outro exemplo, as críticas eram conceituais, tratando de elementos vagos, tais como ‘sociedade’, ‘país’, ‘democracia’ etc. Nesta notícia que analisamos, as críticas são direcionadas a grupos sociais específicos – o movimento sem-terra, ainda que não haja uma referência direta. Outro elemento que marca a auto-representação de FHC como presidente é o direcionamento do seu discurso. Se no exemplo anterior seus interlocutores eram ‘a sociedade’, neste texto ele não só fala diretamente para um grupo específico – os governadores –, como ainda assume a condição de chefe de estado, determinando a postura que os governadores devem assumir em relação às ocupações de terras. Observemos no trecho “O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores “não devem se acanhar” e, “havendo a ocupação de terra produtiva por provocação”, devem “tirar” os “invasores” [...]”.

Analizando o trecho em questão, identificamos a co-relação entre as auto-representações do personagem sociólogo e do personagem presidente da república na constituição discursiva. Enquanto o sociólogo tratava a violência no campo como ‘uma vergonha nacional’, a ideologia que sustenta o discurso do presidente está explicitada no efeito retórico do enunciado – um comando aos governadores para o trato dos sem-terra – assim como na rede lexical estabelecida no texto: ‘ocupação’, ‘provocação’, ‘tirar’, ‘invasores’, analisando apenas o trecho destacado. A generalização das críticas do presidente é a estratégia argumentativa que queremos discutir detalhadamente, pois o seu efeito, por operar na implicitude textual, influencia na construção dos modelos mentais. Observemos que o presidente faz questão de enfatizar que a sua crítica é direcionada a ‘invasões de terras produtivas’, sendo este, inclusive, o enunciado que compõe o título. Entretanto, ele não deixa claro qual a política do seu governo em relação à reforma agrária e, ao tratar das causas que levariam a tais invasões, utiliza-se de imprecisão e vagueza, pois não especifica quais ‘invasões’ está criticando, nem tampouco os atores ou grupos sociais responsáveis por elas. Ao não definir suas críticas, FHC direciona, implicitamente, a interpretação do seu discurso. Isso porque o efeito cognitivo, entre os leitores, tende a ser a associação ao MST, movimento que tem mais destaque na mídia quando se trata de questões agrárias. Assim, o presidente acusa, nas entrelinhas do não-dito, o MST de ser um ‘grupo perigoso’ e de promover ‘ações ilícitas’. Exemplificamos

tais questões no trecho a seguir: “[...]“eu percebo que existe hoje no Brasil uma disposição que não é a de fazer reforma agrária, mas uma atuação que é perigosa. (...) (Ela desafia) aquilo pelo qual nós lutamos sempre, que é o Estado de Direito, que é o respeito à lei. E isso não é aceitável”[...].”

Exemplificando melhor as considerações feitas sobre a notícia anterior, analisamos um aspecto identificado no último parágrafo desta notícia: já havia a preocupação de Fernando Henrique com a repercussão da questão agrária do Brasil na mídia internacional, mas com outra característica. O outro texto, publicado em 20/11/1999, é totalmente responsável à repercussão da mídia estrangeira, inclusive concordando com as críticas trazidas por esses veículos de comunicação. Esta notícia, entretanto, foi publicada em 14/04/1999, ou seja, sete meses antes de o massacre e dos sem-terra assumirem um destaque incisivo na mídia internacional.

Nesse momento, a preocupação do presidente não era ‘aliar’ o seu discurso ao das organizações internacionais – como identificamos no exemplo anterior –, pois a mobilização das mesmas ainda não caracterizava uma ameaça à hegemonia do governo. Daí, as ações dos sem-terra serem tratadas pelo presidente como um espetáculo para conseguir espaço nos jornais internacionais. Isso é dito claramente: “[...] “Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras produtivas e não produtivas. Isso é 'show off', para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social que não está havendo”, afirmou [...].” As nominalizações utilizadas pelo presidente (‘movimento espetacular’; ‘show off’) para construir o processo de referenciação sobre as ocupações são ações de categorização ideologicamente estabelecidas e operam na construção da deslegitimização dos sem-terra. E todo esse processo se dá, fundamentalmente, nas entrelinhas discursivas, pois, ainda que as críticas sejam ideologicamente marcadas, elas não são explicitamente direcionadas, cabendo ao leitor atribuí-las aos atores sociais que mais recorrentemente são citados na mídia: os trabalhadores rurais sem-terra. Esse jogo argumentativo é prejudicial aos que estão atrelados implicitamente ao texto, pois, se a referência não é direta, o direito à resposta – que já raramente ocorre – é ainda mais difícil.

Exemplo 20:

Papa condena massacre dos sem-terra no Pará (FSP, 25/04/1996)

O papa João Paulo 2º, por meio do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, condenou o massacre de 19 trabalhadores sem terra ocorrido na semana passada no Pará.

A condenação foi transmitida ao Brasil por carta do cardeal francês Roger Etchegaray, presidente da comissão no Vaticano.

A carta chegou ontem à 34ª Assembléia-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acontece até o dia 26 em Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo).

O documento afirma que "o problema da distribuição da terra e suas graves consequências só poderá ser resolvido na perspectiva ética e política, garantida por uma reforma agrária corajosa e de longo alcance".

Na carta, o cardeal fala em "massacre de 20 camponeses sem terra" e transmite aos bispos brasileiros seus "sentimentos de profunda angústia por tanta violência e desprezo pelo homem".

Em seguida, o cardeal afirma que seu conselho pontifício se "une ao pedido feito pela CNBB para todo o país: que rezem pelos camponeses assassinados e façam um esforço excepcional pela instauração da justiça social".

Exemplo 21:

Igreja apóia invasão do MST, diz d. Paulo (FSP, 19/02/1997)

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, afirmou que a Igreja Católica apóia as invasões promovidas pelos sem-terra. Disse também que é preciso fazer reforma agrária "urgente" no Brasil.

"É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada", disse o cardeal.

D. Paulo criticou o ritmo da reforma agrária no país, mas defendeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. "FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar."

As declarações foram dadas ontem na reunião anual dos bispos da Arquidiocese de São Paulo, no Centro Santa Fé.

O local também foi ponto de parada da caminhada de 1.000 km dos sem-terra, que saíram anteontem de São Paulo rumo a Brasília, onde chegarão no dia 17 de abril.

A marcha é um protesto contra a política agrária do governo e pede a punição dos responsáveis pela morte de 19 sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

O cardeal afirmou que a igreja "está ao lado dos sem-terra". Disse que a reforma agrária está atrasada 500 anos. "O Brasil não pode esperar mais."

Exemplo 22:

Bispos defendem invasões do MST (FSP, 17/04/2002)

O bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, afirmou ontem que aprova as invasões que estão sendo realizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) pelo país.

D. Mauro, 66, fez a declaração em Indaiatuba (interior de SP), onde participa da 40ª Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Celebrações em homenagem aos 19 sem-terra mortos em Eldorado do Carajás (PA), em confronto com a Polícia Militar, em abril de 1996, devem acontecer hoje em vários pontos do país.

De acordo com d. Mauro, "a ocupação é uma forma extremada que o povo encontrou para a solução dos seus problemas, que, no caso da divisão de terras, não tem a atitude correspondente dos governos".

"A Igreja apóia a ocupação, pois ela cria uma tensão social que faz com que o governo negocie com os sem-terra. E, daí, podem surgir os assentamentos", declarou.

Como estamos centrando o estudo deste *frame* na construção das representações sociais, faremos uma macro-análise dos exemplos 20, 21 e 22, pois tratam de ações de uma mesma instituição, a Igreja Católica, e o seu posicionamento sobre o massacre de Eldorado do Carajás, assim como da prática política do MST. Nas três notícias analisadas, identificamos um discurso marcadamente ideológico dos representantes da Igreja contra a situação agrária brasileira. O caráter humanitário das questões criticadas – as mortes dos sem-terra, a fome dos agricultores etc. – não opera como o argumento propulsor, mas sim a prática política dos governantes e a ausência histórica de um planejamento de reforma agrária no país. Esse apoio, inclusive, está atrelado à própria constituição do MST, que teve sua origem a partir de uma ala da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Observemos, primeiramente, a notícia do exemplo 20, que trata do posicionamento do então Papa João Paulo II sobre o massacre de Eldorado do Carajás. Podemos analisar a severidade das críticas e a politização do massacre a partir de algumas marcas lingüístico-discursivas. A construção do título carrega não apenas a autoridade do ator social envolvido, mas também sofre interferência do próprio discurso desenvolvido no texto: "Papa condena massacre dos sem-terra no Pará". Dois aspectos relacionados aos itens lexicais exemplificam a análise que estamos propondo: 'condena'; 'massacre'. O primeiro está atrelado à autoridade do ator social representado discursivamente e o segundo está em relação constitutiva com os modelos de contexto que operam na construção do texto, ou seja: o teor do discurso do Papa, assim como as fontes entrevistadas para a elaboração da notícia. Trazendo algumas questões teóricas já discutidas anteriormente, a construção textual parte de vários aspectos, sendo que os modelos de contexto que estão operando mais especificamente no momento da escrita/fala são os elementos que irão constituir o discurso. Por isso, identificamos

categorizações diferenciadas sobre Eldorado do Carajás, devido às experiências pessoais dos repórteres com o caso, assim como a influência dos distintos atores sociais entrevistados.

Podemos também analisar a politização (ou ideologização) do discurso do Papa sobre o massacre dos sem-terra a partir de um trecho retirado da notícia: “[...] O documento afirma que “o problema da distribuição da terra e suas graves consequências só poderá ser resolvido na perspectiva ética e política, garantida por uma reforma agrária corajosa e de longo alcance.” [...]”. Na citação ao documento do Papa, observamos que o jornal estabelece a mesma estratégia de distanciamento discursivo com uso do duplo aspeamento, ou seja, já havia a referência ao texto do Outro (“O documento afirma que”), pois esta construção já opera como introdutor de discursos. Entretanto, há ainda a demarcação por aspas, que ocorre justamente na parte do texto que traz críticas à política agrária brasileira.

No exemplo 21, a ação discursiva do cardeal opera na legitimação do MST como movimento social e, consequentemente, das suas práticas políticas. O efeito principal dessa ação é a construção de uma representação social dos sem-terra, diferenciada da que vem predominando no discurso do jornal: um movimento estereotipado e criminoso. Observemos que, na declaração do cardeal, assim como a do Papa, há a associação das práticas de ocupação de terras à ausência de uma política de reforma agrária. No exemplo: “[...] “É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada”, disse o cardeal. D. Paulo criticou o ritmo da reforma agrária no país, mas defendeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. “FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar”. [...]”. Interessante analisar, nesse trecho, a ação discursiva do jornal ao tratar as críticas do cardeal D. Paulo sobre a reforma agrária. É contraditório o discurso do cardeal (“criticou o ritmo da reforma agrária no país”) com a construção adversativa introduzida pelo repórter (“mas defendeu o presidente Fernando Henrique Cardoso”), principalmente se analisarmos o discurso reportado do cardeal que vem na seqüência: (““FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar””). O efeito pragmático do discurso opera mais como um ‘alerta’ ao presidente – sobre o que ele deveria fazer e não está fazendo – do que uma ação de defesa. Nesse caso,

observamos a intervenção do jornal, ao desenfatizar o discurso reportado que legitima o MST, modalizando as críticas contra o presidente.

A notícia do Exemplo 22 foi publicada seis anos após a analisada no Exemplo 20, ano em que ocorreu o massacre em Eldorado do Carajás. Essa perspectiva cronológica é relevante, pois podemos refletir sobre dois aspectos: *i*) a linha discursiva da Igreja ao tratar sobre o MST é a mesma, enfatizando o apoio às ocupações e enfatizando que essa prática resulta da ausência de uma política de reforma agrária do governo. Observemos no trecho destacado: “[...] De acordo com d. Mauro, “a ocupação é uma forma extremada que o povo encontrou para a solução dos seus problemas, que, no caso da divisão de terras, não tem a atitude correspondente dos governos”. “A Igreja apóia a ocupação, pois ela cria uma tensão social que faz com que o governo negocie com os sem-terra. E, daí, podem surgir os assentamentos, declarou” [...]”.

No discurso do bispo, há a mesma marca de construção de representação legítima dos sem-terra. Essa continuidade na linha discursiva por um segmento da sociedade na luta pela legitimização do movimento nos leva a refletir sobre tais perspectivas: *i*) ainda há uma forte mobilização das elites contra o MST. O que nos leva ao segundo aspecto a ser discutido: *ii*) passados oito anos das mortes dos sem-terra, o movimento de deslegitimização do MST, por parte dos grupos conservadores, não sofre interferências das distintas vozes que passam a agir na tentativa de construir modelos mentais não estereotipados sobre o MST. Ou seja, os discursos dos movimentos sociais, ONG's, Igreja, Anistia Internacional, OAB etc., construídos a partir de outra linha ideológica sobre os sem-terra, não têm poder para subverter a delimitação Nós x Eles. Daí, identificarmos a recorrência da mesma linha argumentativa no discurso da ala progressista da Igreja Católica, detendo-nos especificamente nos exemplos que estamos analisando, que vem desde o início da repercussão do massacre até datas mais recentes.

Exemplo 23:

Fazendeiros fazem reunião (FSP, 16/01/1997)

Proprietários rurais de 14 municípios do sudeste do Pará promovem reunião neste sábado em Marabá (500 km ao sul de Belém) para montar uma estratégia contra invasões de terra. A reunião, patrocinada pela Faepa (Federação da Agricultura no Estado do Pará), tem o objetivo de definir uma estratégia contra a ameaça de mais 30 invasões de fazendas na região pelo MST

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O presidente da Faepa, Carlos Xavier, distribuiu nota convocando os fazendeiros com a informação de que cerca de 6.000 famílias estão sendo organizadas pelo MST para executar as invasões.

Xavier enviou fax ao ministro Raul Jungmann (Política Fundiária), para protestar contra Petrus Abi-Abib, superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Marabá. Segundo Xavier, Abi-Abib teria apontado os fazendeiros da região como responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra pela PM do Pará, em abril do ano passado, em Eldorado do Carajás. Abib negou a declaração.

Exemplo 24:

Fazendeiros 'terceirizam' segurança (FSP, 17/04/2002)

Os fazendeiros da região do Pontal do Paranapanema irão contratar empresas terceirizadas de segurança e reativaram, nesta semana, um pacto de solidariedade para impedir novas invasões de propriedades.

A atitude dos fazendeiros seria uma resposta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que anunciou, para até o final deste mês, três "grandes invasões" na região.

Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) em 17 de abril de 96.

Na última segunda-feira, reunidos em torno da UDR (União Democrática Ruralista), os fazendeiros decidiram contratar empresas de segurança para proteger suas propriedades.

"Estamos reunidos em cerca de cem proprietários, que não irão permitir novas invasões", afirmou Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente nacional da UDR.

Segundo Garcia, o "pacto de solidariedade" que funcionou no Pontal em 1995 foi reativado em razão das "ameaças de invasões e pelo fato de o governo parecer incentivar a desordem no Pontal".

Rainha

Garcia "desafiou" o líder do MST, José Rainha Jr., a comandar as anunciadas invasões na região. "Ele [Rainha] apostava no surgimento de um mártir. Ele vai ter o mártir que está querendo."

De acordo com ele, o líder do MST "nunca aparece na frente das invasões". José Rainha Jr. disse ontem que não iria comentar as declarações de Garcia.

Sobre as acusações do líder dos sem-terra de que fazendeiros estariam montando milícias paramilitares e pessoas deslocadas do narcotráfico para a segurança das propriedades, Nabhan afirmou que são "palavras absurdas".

"Quem tem vínculo com as Farc [Forças Revolucionárias da Colômbia] é o MST, não a UDR. José Rainha não tem moral para acusar ninguém", afirmou.

Partiremos dos exemplos 23 e 24 para dar continuidade à discussão que iniciamos nas análises anteriores e, também, desenvolver outras questões sobre as ações das elites brasileiras contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro aspecto que ressaltamos é a radicalização das práticas sociais e discursivas dessas instituições contra o movimento. As primeiras mobilizações sistemáticas dos fazendeiros se dão no

ano seguinte ao massacre de Eldorado dos Carajás, provavelmente em resposta à articulação de grupos favoráveis aos sem-terra. Essas movimentações dos fazendeiros – que passam a ter caráter institucional, e não mais por ações isoladas, que já ocorriam – se dão em torno de ‘definições de estratégias contra as ocupações do MST’, conforme observamos no Exemplo 23. Neste caso, a discussão ocorreu em uma reunião, o que inclusive foi o tópico da notícia, identificado na elaboração do título (“Fazendeiros fazem reunião”) e no desenvolvimento do *lead*. Poderíamos dizer que se trata do início da organização em grupo, por parte dos fazendeiros, sendo que esse caráter institucional está marcado pelo órgão articulador do encontro, a Feapa (Federação da Agricultura no Estado do Pará). Entendemos que essa organização institucionalizada é uma ação responsiva ao início da construção da representação social legítima do MST, assim como da própria inserção do movimento na sociedade, que passa a agir mais sistematicamente e com mais força política.

Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo se tratando das primeiras mobilizações dos fazendeiros, podemos identificar, com a análise da notícia, o poder que esse grupo se auto-atribui e que, provavelmente, deve ser legitimado pelo governo. Observemos no trecho destacado: “[...] Xavier enviou fax ao ministro Raul Jungmann (Política Fundiária), para protestar contra Petrus Abi-Abib, superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Marabá. Segundo Xavier, Abi-Abib teria apontado os fazendeiros da região como responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra pela PM do Pará, em abril do ano passado, em Eldorado dos Carajás. Abib negou a declaração”. O fato do presidente da Feapa (Xavier) enviar um *fax* ao ministro Raul Jungmann não necessariamente caracteriza como um ator social com poderes para interagir diretamente com o ministro. Mas é a resposta do representante do Incra ao ‘protesto’ do fazendeiro que nos possibilita inferir que o governo reconhece e atribui poderes a esse ator social.

Na notícia seguinte, publicada cinco anos após a do Exemplo 23, identificamos uma radicalização, por parte dos fazendeiros, no trato com o MST. As práticas sociais e discursivas passam a ter conotações mais agressivas, conforme analisaremos a partir das declarações dos fazendeiros. A polarização dos grupos Nós x Eles já está bem delimitada nesse período. Por parte dos fazendeiros, identificamos o engajamento mais sistemático

de instituições conservadoras e historicamente ligadas à elite brasileira. Ou seja, enquanto na notícia anterior a articulação do grupo era realizada pela Federação da Agricultura no Estado do Pará – uma instituição estadual –, no Exemplo 24 a principal responsável pela mobilização dos fazendeiros contra os sem-terra é a UDR (União Democrática Ruralista). Essa relação com instituições poderosas, além de caracterizar uma maior organização dos latifundiários, também está atrelada à questão da representação social dos dois grupos: por um lado, o MST conquistando mais espaço na sociedade – apesar da natureza estereotipada –; por outro, obriga os fazendeiros a agirem não só nas altas esferas do poder, como historicamente caracteriza a sua prática, mas também buscando o apoio da sociedade, daí a necessidade de ações discursivas.

A partir da topicalização, identificamos o efeito de sentido norteador da notícia: situar os fazendeiros como o grupo que está sob a ‘ameaça’ constante do MST, o que justificaria a necessidade de contratar seguranças. Essa relação pode ser exemplificada já no título (“Fazendeiros ‘terceirizam’ segurança”). O jornal também opera na construção dessa representação, legitimando a ação dos fazendeiros, ao atrelar os protestos dos sem-terra contra a impunidade do massacre em Eldorado do Carajás apenas a ocupações. Observemos no trecho destacado: “[...] A atitude dos fazendeiros seria uma resposta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que anunciou, para até o final deste mês, três “grandes invasões” na região. Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) em 17 de abril de 96”. Desmembrando esse período, identificamos que os discursos dos fazendeiros e do jornal estão em relação de interdiscursividade, desde o início do enunciado, mas que a partir do trecho “[...] Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) em 17 de abril de 96” a voz predominante é a do jornal, ainda que seja para reverberar o discurso dos fazendeiros.

Para concluir nossa análise sobre a construção das representações sociais neste *frame*, uma citação do representante da UDR é bastante significativa e caracteriza a prática discursiva dessa entidade em relação ao MST: a criminalização do movimento. Essa estratégia é analisada detalhadamente no próximo *frame*, mas a ocorrência neste texto merece ser discutida. É importante ressaltar que a notícia trata, sem qualquer

posicionamento crítico por parte do jornal, do armamento legalizado de um grupo social (os fazendeiros) para agir contra outro grupo (os sem-terra). Esta questão é naturalizada na notícia e ainda tida como “uma resposta” a possíveis ocupações do MST. Entretanto, só no fim do texto, e a partir do discurso de José Rainha, é que algum questionamento é feito ao armamento dos fazendeiros. O jornal traz a declaração de Rainha em apenas um enunciado, e em discurso indireto (“[...] Sobre as acusações do líder dos sem-terra de que fazendeiros estariam montando milícias paramilitares e pessoas deslocadas do narcotráfico para a segurança das propriedades [...]”). O discurso de Rainha é categorizado como ‘acusação’, quando a ação pragmática está mais relacionada a ‘denúncias’. Mas o jornal não atribui tal poder a sua fala. Já a resposta do presidente da UDR vem logo em seguida, no mesmo trecho. Ele tem o poder discursivo de categorizar as declarações de Rainha (“palavras absurdas”), tem acesso direto ao espaço do jornal, com citações entre aspas, e o seu discurso traz acusações graves sobre o MST: “[...] "Quem tem vínculo com as Farc [Forças Revolucionárias da Colômbia] é o MST, não a UDR. José Rainha não tem moral para acusar ninguém", afirmou. [...]”. No fim da notícia, o grupo que efetivamente está se armando mantém sua representação legitimada pelo jornal. Já o outro grupo, vítima desse armamento, é tratado como ilegítimo.

Esse *frame* tem uma peculiaridade que é a crise da legitimação nas altas esferas do poder brasileiro, o que também constitui mudanças no *continuum* protótipo/estereótipo dos atores/grupos sociais envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás. As críticas sofridas pelo governo federal levaram o presidente a atuar discursivamente, a partir de estratégias retóricas que o situavam como expectador do evento, não como responsável. A mobilização da sociedade, em ações favoráveis ao MST e em reivindicações de justiça pela morte dos sem-terra, também demandou uma postura discursiva diferenciada da própria Folha de S. Paulo, se compararmos com o *frame* anterior. A partir de simulações de representações, o jornal construiu seu discurso com o efeito de sentido o situando no grupo Eles. A intertextualidade e a interdiscursividade foram as categorias predominantes para a elaboração desse efeito. Pela complexidade de grupos de todo o mundo envolvidos em ações pró-MST, a elite teve que traçar estratégias diferenciadas de discurso, operando a partir de construções constituídas fortemente no âmbito implícito, o que torna a identificação das representações sociais uma leitura mais crítica e minuciosa. Em

uma primeira análise, a crise de legitimação do governo e a instabilidade entre os atores/grupos sociais prototípicos poderiam remeter a um processo de legitimação do movimento e uma deslegitimação do massacre. Entretanto, é importante retomar o que já foi observado nas análises: a reação das elites também é forte e teve amplo acesso no jornal – qualitativamente falando – o que pode ter um efeito neutralizador no processo de legitimação dos sem-terra. Outro aspecto importante a ser enfatizado, principalmente pela sua recorrência, é a ausência discursiva do MST na construção desse processo – já que a sua voz continua sob o controle do jornal. Assim, se por um lado identificamos ações sociais e discursivas importantes para a construção de uma memória social não estereotipada sobre os sem-terra, também é possível observar uma forte resistência das elites, a partir dos seus recursos discursivos, em permitir que essas outras vozes reverberem.

Frame III – A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Esse *frame* está centrado na cobertura jornalística sobre os vários desdobramentos jurídicos do massacre de Eldorado dos Carajás. É um dos momentos importantes da cobertura, pois trata das definições legais sobre o caso, como também de denúncias feitas pelo Ministério Público e por organizações não-governamentais contra o poder judiciário apontando irregularidades, corrupção e abuso de poder. Investigar como o jornal tratou tal questão nos permite observar se há uma relação crítica entre a prática jurídica e a prática jornalística, ou uma sustentação de forças entre esses dois poderes. O objetivo é estudar a relação entre tais domínios discursivos, a partir da construção da tessitura textual. Por isso, a análise desse *frame* prioriza o aspecto do interdiscurso, tanto em sua forma manifesta – no intertexto – quanto em sua forma mais intrínseca, já que a interdiscursividade opera na própria constituição do discurso (Bazerman, 2003; Koch 2004). Outras categorias, como as de natureza semântica, também compõem o quadro de análise, tendo em vista a necessidade de aprofundar as estratégias de movimentação discursiva e a corporificação dos seus significados.

Como já foi dito, a topicalização é a macro-ação discursiva que opera na organização global do texto e age fortemente nos aspectos cognitivos de compreensão textual, na elaboração de modelos mentais, na construção de estereótipos etc. Por isso, é uma categoria que norteia toda a análise, ainda quando não tratada sistematicamente. Como estamos estudando o discurso de dois domínios da elite sobre um movimento social, é relevante observar como foi estabelecida a distinção Nós x Eles. O estudo da interdiscursividade também dá conta desse aspecto, a partir da investigação do espaço dado a instituições contrárias ao *status quo* e suas possibilidades de inserção no discurso do jornal.

Na análise deste *frame*, identificamos algumas ações discursivas que podem ter operado no processo de (des)legitimização do MST. A primeira questão a ser ressaltada é como o jornal, a partir de 1998, passa a categorizar o ‘fato’ Eldorado dos Carajás: o uso do item lexical ‘massacre’ é mais marcado, diferentemente de outros *frames* (como o I e o III, principalmente), nos quais os itens lexicais usados reverberam tanto os discursos das instituições do poder (‘confronto’, ‘incidente’ e ‘legítima defesa’), quanto do MST e de outros movimentos sociais (‘massacre’, ‘chacina’), em uma relação instável, mas ainda assim com o predomínio do discurso do poder. Na cobertura jurídica, entretanto, identificamos a categorização ‘massacre’ mais estabilizada. Entretanto, não podemos afirmar que isso resulta em uma ação favorável aos sem-terra, pois existe uma ‘lacuna semântica’, como iremos observar na análise dos textos: há a categorização ‘massacre’, ou seja, uma ação; mas não há o *sujeito* – atores ou grupos sociais – que tenham praticando tal ação. Isso pode ser justificado pelo menos de duas formas: *i*) trata-se da cobertura do julgamento dos possíveis culpados, então é compreensível que o próprio jornal seja cuidadoso em definir tal *sujeito* (o que seria definir um culpado, algo que a própria Justiça ainda não definiu); *ii*) essa lacuna semântica pode resultar também de uma opção do jornal em assumir (e sustentar) o discurso da polícia e, como iremos observar, do próprio domínio jurídico, que resiste – até as suas últimas instâncias – em julgar os culpados pelas mortes em Eldorado dos Carajás.

Dessas análises, identificamos outro problema de estudo: a categorização de Eldorado dos Carajás como ‘massacre’ pode não resultar, necessariamente, na legitimização do MST como movimento social. Isso porque o caso é tratado como ‘uma

questão atípica', ou mesmo uma 'tragédia', e não como uma ação resultante de uma política governamental específica a favor dos latifundiários, que é contra a reforma agrária, e utilizando a violência institucional (polícias, exército etc.) contra os sem-terra. Iremos investigar esse problema relacionando a análise das notícias deste *frame* com os demais e, assim, ter subsídios para fundamentar as considerações que pretendemos discutir no final deste trabalho.

Exemplo 25:

Começa o julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás (FSP, 16/08/1999)

São poucas as chances de condenação em massa dos 150 policiais militares indiciados pela operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Pela fragilidade do inquérito, se o júri se detiver somente nos aspectos técnicos, poderá haver poucas condenações.

O julgamento, que será o mais longo do país, começa hoje na capital do Estado, Belém, e deve durar até dezembro. Saiba o que pode acontecer.

AS AUTORIDADES

Movimentos de direitos humanos pediram a inclusão do governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), do secretário da Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM do Pará à época, coronel Fabiano Diniz Lopes, na lista dos réus. Contra eles pesavam os seguintes fatos:

1. o comandante da operação, coronel Mário Colares Pantoja, de Marabá, disse que obedeceu ordens do governador, por intermédio do secretário e do comandante da PM, para desobstruir a rodovia PA-150 de qualquer modo;
2. a desobstrução da rodovia foi feita sem autorização judicial;
3. no dia do massacre, foram feitas 26 ligações entre o batalhão da PM em Marabá e a sede do governo do Estado, a Secretaria da Segurança e o comando da PM. Metade delas foi feita após as mortes;
4. as autoridades se defenderam afirmando que os comandantes da operação agiram com violência por conta própria. Disseram também que, nos telefonemas, apenas pediam informações sobre a ação. As autoridades não foram denunciadas.

OS COMANDANTES

As maiores chances de condenação recaem sobre os dois comandantes da operação: o coronel Pantoja, que liderou 85 PMs de Marabá, e o major José Maria Oliveira, que comandou 68 policiais de Parauapebas. Se forem condenados por homicídio doloso (intencional), podem pegar de 12 a 30 anos de prisão.

O coronel Pantoja foi quem planejou cercar os sem-terra na estrada. Cenas gravadas por uma TV mostram que seus homens foram os primeiros a atirar.

Pedro Alípio, o motorista do ônibus que transportou os PMs de Marabá para Eldorado do Carajás, afirmou ter ouvido o coronel dizer aos policiais: "Missão cumprida, ninguém viu nada", após o massacre, na volta.

Exames nos corpos indicam que os PMs agiram com intenção de matar e, em alguns casos, executaram suas vítimas.

Pantoja tinha um oficial (capitão Figueiredo) infiltrado no acampamento dos sem-terra, conforme descobriu a Polícia Federal. Relatório da PF diz que a Polícia Militar, com as informações do infiltrado, "tinha completo conhecimento da situação, inclusive da disposição de enfrentamento por parte dos integrantes do MST".

Isso dificulta a defesa do coronel, que alega que a PM foi surpreendida com a reação dos sem-terra. Várias testemunhas -inclusive independentes dos sem-terra- disseram que os PMs usavam fardas sem a biriba (identificação do nome e posto que é afixada no bolso da camisa). Isso pode indicar premeditação.

O major Oliveira distribuiu as armas para seus comandados sem respeitar a regra de identificar - por meio de um documento chamado cautela- quem as estava recebendo. A acusação vai alegar premeditação e a intenção de dificultar a identificação

Esta é a notícia do início do julgamento de Eldorado dos Carajás. Identificamos, já no título, um dos aspectos ressaltados anteriormente: as mortes dos sem-terra passam a ser categorizadas mais recorrentemente como ‘massacre’ (“Começa o julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás”). Entretanto, o atributo relacional à categoria ‘polícia’ se dá a partir do item lexical envolvidos, que opera na valoração dessa categoria. Assim, apesar de as mortes terem sido conceituadas como ‘massacre’, os policiais não são tratados como sujeitos responsáveis pela ação, pois o léxico ‘envolvido’ é semanticamente vago e não define quem provocou tais mortes. Dessa forma, reconhece-se que houve assassinato em massa, mas não os culpados.

Essa mesma relação de vagueza semântica pode ser observada no *lead*, no trecho destacado: “[...] pela operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) [...].” Há, neste enunciado, marcas do discurso das instituições do poder (do Governo Estadual e da polícia), identificadas no atributo dado à ação policial (“operação que resultou”), onde, novamente, não há a identificação dos sujeitos que agiram nas mortes dos sem-terra. O massacre continua sendo tratado como uma casualidade, ou uma tragédia. Também no *lead* é possível identificar um dos aspectos que apontamos como fundamental para a caracterização deste *frame*: a interdiscursividade. O discurso jurídico, neste exemplo, é assumido pelo jornal passivamente, sem qualquer relação de criticidade, como notamos neste período: “Pela fragilidade do inquérito, se o júri se detiver somente

nos aspectos técnicos, poderá haver poucas condenações”. Não há um questionamento, ou mesmo uma explicação, do que seria essa “fragilidade do inquérito”. É apenas a voz da Justiça assumida no discurso do jornal. Antes mesmo deste período citado, observamos que o início do *lead* é construído a partir da voz do poder judiciário, pois a notícia já começa com uma avaliação fundamentada em um argumento jurídico: “São poucas as chances de condenação em massa dos 150 policiais militares [...]”.

O segundo parágrafo do texto traz questões relevantes sobre as relações de poderes entre os domínios jornalístico e judiciário. Enquanto nas principais estruturas de relevância da notícia identificamos a subserviência do jornal em relação ao discurso judiciário, o desenvolvimento do texto segue outro caminho. O discurso assumido pelo jornal é o de um poder paralelo ao jurídico, com força para levantar questionamentos e análises críticas – incluindo também o poder executivo. Observemos o último enunciado do parágrafo, que serve como um introdutor aos textos-resumos que virão a partir de intertítulos: “O julgamento, que será o mais longo do país, começa hoje na capital do Estado, Belém, e deve durar até dezembro. *Saiba o que pode acontecer*”. O enunciado destacado por nós em itálico aciona a mudança discursiva do jornal.

Os textos-resumos operam como um ‘passo a passo’ sobre o julgamento. Apenas como estratégia de elaboração textual, poderia ser tido como uma ‘simplificação’ do desenvolvimento do caso para facilitar a compreensão do leitor. O efeito de sentido dessa estratégia, entretanto, opera em uma construção discursiva do jornal sobre o que é ‘o caso’, assim como em uma avaliação de como atores e grupos sociais específicos atuaram e estão atuando no mesmo. Entendemos que essa estratégia discursivo-cognitiva é de forte caráter ideológico e opera na elaboração dos modelos mentais, pois tem um efeito enciclopédico no tratamento do caso, que vai atuar mais especificamente na construção da memória episódica e na representação mental sobre Eldorado de Carajás.

Analisemos alguns dos elementos que exemplificam nossas considerações. Sob as formas de pressuposições e implicações, alguns elementos operam na construção do quadro que o jornal pretende montar. No primeiro intertítulo (“As Autoridades”), o pressuposto de todos os argumentos elencados é uma reivindicação dos “movimentos de direitos humanos”. Nessa teia discursiva, a voz de tais movimentos passa a ser assumida como a voz do próprio jornal, que se auto-atribui legitimidade para fazer tais críticas e

reivindicações. No item dois, por exemplo, “a desobstrução da rodovia foi feita sem autorização judicial”, apesar de o enunciado se fundamentar numa ação de outro domínio – o jurídico –, o efeito de sentido principal é que é o jornal que tem o poder de trazer esse discurso para a opinião pública, e assim respaldá-lo. No item três, identificamos outra vez a categorização do ‘episódio’ como massacre e a relação contextual dessa categorização parece-nos relevante, pois esse texto foi escrito sob a fundamentação do discurso de movimentos de direitos humanos. No final do item três, identificamos outra vez o jornal como a instituição ‘julgadora’ do caso. No enunciado “As autoridades não foram denunciadas.”, fica implícita a inoperância das demais instituições citadas no texto – o batalhão da PM em Marabá; a sede do governo do Estado; a Secretaria da Segurança e o comando da PM – e a autoridade do jornal em questionar tais instituições.

No segundo texto-resumo observamos uma hibridização do discurso do jornal com a dos movimentos sociais. Entretanto, é importante ressaltar duas questões sobre esse aspecto: *i)* a interface contextual, como já apontamos anteriormente, pois esse texto foi produzido a partir de textos-fontes dos movimentos sociais (como foi citado desde o inicio); *ii)* e o mais relevante para nossa investigação: ainda que mesclando o seu discurso ao discurso de grupos que não fazem parte das instituições do poder, ou seja, se posicionando contrário a tais instituições, não é exatamente o discurso do MST que é trazido para compor esse quadro. Então, retoma-se uma questão que discutíamos anteriormente: o jornal passa a agir discursivamente pela deslegitimação do massacre de Eldorado de Carajás. Entretanto, tal ação está relacionada a esse caso específico, e, pelo que temos analisado até aqui, não pode ser atrelada à legitimação do próprio MST como movimento social. O jornal utiliza diferentes estratégias para estabelecer esse ‘limite’. Nesta notícia específica, essa questão pode ser identificada a partir dos distintos discursos reportados para a reconstituição do massacre, sem que os sem-terra sejam citados sequer uma vez. Observemos nos exemplos retirados do texto, no subtítulo “As Autoridades”.

1- “Movimentos de direitos humanos pediram a inclusão do governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), do secretário da Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM do Pará à época, coronel Fabiano Diniz Lopes, na lista dos réus”.

- 2- “Cenas gravadas por uma TV mostram que seus homens foram os primeiros a atirar”.
- 3 – “Várias testemunhas -inclusive independentes dos sem-terra- disseram que os PMs usavam fardas sem a biriba (identificação do nome e posto que é afixada no bolso da camisa). Isso pode indicar premeditação [...]”
- 4 – “Pantoja tinha um oficial (capitão Figueiredo) infiltrado no acampamento dos sem-terra, conforme descobriu a Polícia Federal.”

Vários outros aspectos ainda poderiam ser destacados nessa notícia, que inicia a cobertura do jornal sobre o julgamento de Eldorado de Carajás. Entretanto, deixamos para explorar mais elementos em outros textos, relembrando que nosso objetivo principal, nesse *frame*, é investigar como a intertextualidade e a interdiscursividade foram utilizadas pelo jornal para a construção do seu próprio discurso; que efeito teve esse processo na construção da (des)legitimização do massacre de Eldorado de Carajás; e se isso tem relação com o processo de (des)legitimização do MST.

Exemplo 26:

**MP do Pará autoriza a retomada do processo
Julgamento dos PMs deve ser reiniciado na próxima semana (FSP, 27/08/1999)**

O Ministério Público do Pará voltou atrás e vai permitir que seja reiniciado o julgamento dos PMs que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 96. O TJ (Tribunal de Justiça) do Estado, que pressionou pela retomada do julgamento, tentará reinstalar ainda hoje o tribunal do júri.

Entretanto, os trabalhos só devem começar na próxima semana devido à impossibilidade de convocar todos os réus, testemunhas, advogados e funcionários públicos que participam do julgamento. Três réus julgados na semana passada foram absolvidos _o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira. Restam outros 147 acusados. Depois de abandonar o tribunal do júri em protesto contra a conduta do juiz Ronaldo Valle, o promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação, voltou atrás. "Estarei de volta ao tribunal do júri até por respeito à instituição", disse o promotor. Sua ausência impedia os trabalhos, já que o tribunal do júri não pode funcionar sem a presença do acusador. Ele reconheceu, no entanto, que o julgamento dos próximos réus pode ser "contaminado" pela sistemática do júri anterior.

O *lead* da notícia tem como aspecto predominante a interdiscursividade tecida entre duas instâncias do domínio jurídico – o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Justiça (TJ), sendo que a topicalização discursiva se dá a partir de uma ação do MP. Esses são os dois discursos manifestos. Entretanto, há outra interdiscursividade não manifesta constituindo o discurso do jornal que está operando na descrição – e consequentemente na categorização – do ‘caso’ Eldorado dos Carajás. Analisemos este trecho do primeiro enunciado do *lead*: [...] “o julgamento dos PMs que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 96.” É importante discutir como a ação ‘julgamento’ é ideologicamente marcada, pois só isso justificaria a necessidade de conceitos e atributos vagos para o grupo social que está sofrendo tal ação: polícia militar. Primeiro, os policiais são conceituados como ‘atuantes de uma operação’, o que não explica qual a acusação que os levou a julgamento. Os atributos ligados a esse conceito, por sua vez, têm o mesmo efeito de vagueza semântica, tomando como fundamento o verbo usado para a descrição do evento (‘resultar’), que tem um efeito de sentido ‘naturalizador’, ou seja, algo que acontece ‘naturalmente’ sob o qual não há agente responsável. Dessa teia de construção textual, inferimos que o discurso que permeia o discurso do jornal, mesmo que não explicitado, é o da própria polícia (em sua instância superior, a Secretaria de Segurança do Pará). Essa relação de interdiscursividade é bastante relevante para uma possível legitimação do massacre, pois o discurso que está sustentando o discurso do jornal é o do próprio grupo que está sendo acusado pelas mortes. É importante observar em outras notícias a recorrência desse caso.

Já o *sublead* da notícia é elaborado a partir de outra relação interdiscursiva. Identificamos o discurso jurídico como o propulsor dessa constituição, assumido irrestritamente pelo jornal. Para exemplificar tal análise, destaquemos o trecho sobre a absolvição dos comandantes dos policiais, principais réus do julgamento: [...] “Três réus julgados na semana passada foram absolvidos _o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira. Restam outros 147 acusados[...]”. Pelo cargo de comando das tropas, esses três réus são acusados pelos advogados do MST como os principais culpados pelas mortes em Eldorado de Carajás. Entretanto, em uma relação cognitivo-textual de paralelismo, eles são tratados como réus comuns. Observemos no enunciado “Restam outros 147 acusados”. Além de o jornal não

questionar a absolvição – ou ao menos repercutir o questionamento da promotoria pública –, também minimiza a responsabilidade dos três comandantes.

Exemplo 27:

Júri do massacre no PA causa polêmica (FSP, 23/10/1998)

A Justiça do Pará realizou anteontem o sorteio dos 21 jurados que poderão fazer parte da tribuna que decidirá o destino dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás. Dos 21 titulares sorteados, 6 são bancários; 2, empregados da Telepará; 7, funcionários públicos e 6, empresários.

Eles foram sorteados entre 340 pessoas selecionadas pela comarca de Marabá. Segundo o advogado da SPDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) e assistente de acusação, Hernandes Espinosa Margalho, os seis empresários são ligados a fazendeiros, o que comprometeria a imparcialidade do júri.

No dia do julgamento, marcado inicialmente para 23 de novembro, o juiz deverá sortear dez nomes para compor a banca de sete jurados. Tanto a defesa quanto a acusação poderão recusar até três nomes.

Recurso

O Ministério Público estuda ainda a possibilidade de recorrer à mudança do local do julgamento. A promotoria havia pedido a mudança para Belém, alegando "falta de segurança e imparcialidade do júri na região".

A Justiça, no entanto, decidiu transferir de Curionópolis para Marabá, embasada no Código Penal, que prioriza o desaforamento (mudança de local de julgamento) para a comarca mais próxima. O MST é contra o julgamento em Marabá e promete se mobilizar para um protesto de repúdio à decisão.

O juiz responsável pelo caso, Otávio Marcelino Maciel, foi procurado pela Agência Folha ontem, mas não foi encontrado.

O massacre dos sem-terra foi um dos mais graves incidentes fundiários da história do país. Sua repercussão internacional levou entidades como a Anistia Internacional a condenar a atuação do governo no caso.

Na campanha eleitoral deste ano, o governador-candidato Almir Gabriel (PSDB) foi bombardeado com críticas ao desempenho de sua polícia no incidente. Ele é candidato à reeleição.

Partindo da estrutura de relevância dessa notícia (título, *lead* e *sublead*), destacamos outros elementos para a análise da interdiscursividade, o que também poderíamos classificar como um tipo de ‘hibridização de discursos’, pois entendemos que distintos elementos contextuais estão interferindo na elaboração do texto e na própria

constituição do discurso do jornal. Entre esses elementos contextuais, poderíamos citar a cobertura *in loco* do julgamento, o que possibilita ao jornalista vivenciar as mobilizações favoráveis ao MST; a construção histórica sobre o ‘caso’ Eldorado de Carajás, pois o julgamento ocorre dois anos após o massacre, daí já haver uma memória de longo prazo construída, modelos mentais mais elaborados etc.; por outro lado, trata-se da cobertura de um julgamento, daí a força constitutiva do discurso jurídico no discurso jornalístico, entre outros. Assim, percebemos, por exemplo, a categorização como ‘massacre’, no título, além do questionamento sobre o encaminhamento do processo (“Júri do massacre no PA causa polêmica”), e, no entanto, no *lead* permanece a estratégia de neutralização de sujeitos, a partir da construção “[...] policiais militares *envolvidos* no massacre [...]”, com grifo nosso.

Outro aspecto relevante para a análise das relações interdiscursivas é a ausência do discurso do MST em toda a estrutura de relevância textual (caso já identificado em outras notícias). O poder discursivo de criticar a Justiça do Pará é dado a uma organização do domínio jurídico (Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos) e o ator social representado é um advogado. Isso nos remete a uma questão que aparece fortemente neste *frame*: as possibilidades de representações discursivas, e assim a construção do diálogo, ou do interdiscurso, são mais controladas e são prioritárias a instituições poderosas ou com legitimidade social. Parece-nos que, por se tratar de uma cobertura específica das ações jurídicas, o poder desse domínio passa a ter mais controle sobre o discurso do jornal. Assim, o acesso dos sem-terra (enquanto atores sociais e não através dos seus representantes legais) fica mais comprometido, o que reforça nossa observação inicial: a relação discursiva neste *frame* se dá, basicamente, entre o jornal e o domínio jurídico. Como não tomamos a (des)legitimização como um fenômeno restrito aos aspectos legais, não acreditamos que tal restrição discursiva aos sem-terra seja definidora no processo de construção da deslegitimização do movimento. Entendemos que só uma análise dos diversos aspectos identificados nos demais *frames* nos possibilita tal conclusão, o que ainda não temos elementos para realizar até aqui. Entretanto, é importante enfatizar, por agora, o estreitamento de forças e poderes discursivos, neste *frame*, e levar esse problema para uma reflexão futura.

A continuidade do texto, marcado pelo intertítulo “Recurso”, exemplifica nossa discussão, assim como traz outros elementos relevantes para a investigação. Observemos que os dois primeiros parágrafos, após o intertítulo, são construídos a partir de argumentos do domínio jurídico: Ministério Público (MP) e Justiça. O argumento do MP é introduzido com o verbo ‘estudar’, que tem uma função axiomática. O verbo que introduz a ação da Justiça tem um efeito perlocutório ainda mais forte: ‘decidir’, deixando claro à qual instituição cabe o poder definidor. O enunciado que traz a representação discursiva dos sem-terra vem logo em seguida e é construído com contrapontos marcantes aos que estamos analisando no discurso dos demais domínios. Observemos no exemplo: “[...] O MST é contra o julgamento em Marabá e promete se mobilizar para um protesto de repúdio à decisão. [...]”. Definir a avaliação do MST sobre tal questão como “contra” é estabelecer que o movimento não tem poderes discursivos para avaliar ou para decidir, mas apenas ‘tomar um lado’. No mesmo enunciado, é relevante também o verbo selecionado pelo jornal para descrever a ação dos sem-terra: ‘prometer’, o que reforça o efeito de sentido que discutimos.

Chamamos a atenção para o penúltimo parágrafo da notícia para melhor exemplificar as considerações sobre o ‘posicionamento híbrido’ do jornal e a falta de representatividade discursiva dos sem-terra. Outra vez, identificamos a categorização das mortes em Eldorado de Carajás como ‘massacre’, mas a valoração do massacre – incidente – carrega marcas do discurso desenfatizador, estratégia já discutida. Na construção da argumentação sobre o massacre, identificamos que o jornal recorre ao discurso da Anistia Internacional, em detrimento ao discurso do próprio MST.

O uso do item lexical ‘massacre’ é recorrente na construção dos textos jornalísticos neste *frame* e nos parece relevante refletir sobre esse aspecto. De acordo com Johnstone (2002), essa palavra poderia ser conceituada como um ‘deseufemismo’. Segundo a autora, a relação semântica entre o eufemismo e o deseufemismo se dá a partir de uma escala, ou um *continuum*. Enquanto o eufemismo opera na construção do sentido da generalização – ou como estamos tratando, de desenfatização –, na outra ponta da escala o deseufemismo opera na enfatização do sentido. Para Johnstone (2002), palavras como ‘genocídio’ e ‘extermínio’ têm esse efeito. Usamos essas considerações para analisar o sentido do uso de ‘massacre’ nos textos do jornal. Ainda que esse item lexical

possibilite manter a estrutura sintática de não revelar a agência da ação, ele opera na construção do sentido que reforça o discurso do MST.

Exemplo 28:

Testemunhas complicam acusados (FSP, 19/08/1999)

Testemunhas do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará) complicaram a situação dos principais oficiais da Polícia Militar que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em abril de 1996.

O júri daria seu veredito no final da noite de ontem ou na madrugada de hoje. Até dezembro, outros 147 policiais serão julgados. Todos respondem à acusação de homicídio doloso (intencional), que prevê penas de 12 a 30 anos de prisão, que podem ser multiplicadas pelo número de vítimas fatais.

Apesar de terem sido arroladas pela defesa, duas testemunhas acabaram prejudicando o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra, que lideraram os outros 152 policiais militares envolvidos na ação. Pantoja teria comandado a desocupação da rodovia PA-150, tomada pelos sem-terra, sem obedecer à ordem da cúpula da PM de negociar com os manifestantes.

A afirmação foi feita pelo comandante da PM à época do massacre, coronel Fabiano Lopes. Segundo ele, Pantoja recebeu ordem de negociar porque, na semana seguinte, os sem-terra teriam sua reivindicação atendida – a desapropriação da fazenda Macaxeira para reforma agrária. O ex-comandante da PM criticou Pantoja pela falta de planejamento da ação. A declaração também atinge o capitão Almendra, encarregado de operacionalizar as ordens do coronel. "O depoimento ajudou muito a acusação", disse o promotor Marco Aurélio Nascimento.

Falando aos jurados, Roberto Lauria, um dos advogados de assistência dos policiais, argumentou que a PM agiu em legítima defesa no confronto. "Aquilo foi uma batalha, foi uma guerra." Ele argumentou que a promotoria não conseguiu individualizar a participação dos oficiais nas mortes e acabou protegendo o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), que ordenou a desobstrução da PA-150. "Condenar esses homens será dar poder à desordem. Depois, nenhuma milícia poderá deter o MST."

A partir dessa notícia, o foco da nossa análise não será apenas no funcionamento da interdiscursividade, ao observar a ação discursiva dos domínios jurídico e jornalístico, mas também nas estratégias argumentativas que levaram à absolvição dos três principais réus do caso de Eldorado dos Carajás: os comandantes das tropas que atacaram os sem-terra. Esta decisão foi anulada no ano seguinte pelo TJ do Pará, que levou o julgamento a outras instâncias. Entretanto, é importante investigar o início do processo na primeira instância do julgamento, e o possível comprometimento dessa instituição com os

latifundiários do Estado. Observar o tratamento do jornal sobre tal aspecto também é importante para nosso trabalho, pois é nesse julgamento que inicia uma possível legalização do massacre. Para essa análise, acompanharemos a ordem cronológica do desenvolvimento do processo.

O título da notícia (“Testemunhas complicam acusados”) e o primeiro enunciado do *lead* são construídos a partir de alguns pressupostos: *i*) a absolvição dos comandantes da PM responsáveis pelo massacre era tida como inevitável; *ii*) e também era a esperada. A ação das testemunhas descrita com o uso do verbo ‘complicar’ traz esses pressupostos. Ressaltamos que o *lead*, além de reforçar esse movimento semântico, traz uma marca já identificada no discurso de outras notícias: o controle ideológico no trato do evento ‘julgamento’. Observemos no trecho [...] “oficiais da Polícia Militar que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra [...]” a necessidade de atributos (“oficiais”; “que atuaram”) para a categoria ‘polícia’ e de valorar a ação praticada por esses atores sociais “na operação que resultou na morte”. Tais categorias semânticas operam na construção de um efeito de sentido desenfatizador, em um enunciado onde a agência está omitida. Essa estratégia, já discutida anteriormente, é denominada por Fairclough (2001a) como ‘*overwording*’: quando uma referência está atrelada a uma questão com forte poder ideológico, tende-se a operar a partir de várias relações sinônimas, assim o sentido se dissemina e não fica explícita a postura do autor do texto sobre o assunto tratado.

Essas mesmas elaborações analisadas no título e no *lead* são retomadas no terceiro parágrafo, quando são apresentados os argumentos contra os réus. Observemos que há uma ênfase na estrutura de relevância para as possíveis consequências da participação das testemunhas para a absolvição dos oficiais. Entretanto, não é ressaltado que os testemunhos são dos comandantes superiores da PM, o que é relevante para se questionar a prática da própria instituição diante do protesto dos sem-terra. A estratégia retórica dos comandantes é responsabilizar os oficiais por uma ação na qual a instituição PM deveria ser também responsabilizada – já que os policiais estavam agindo institucionalmente. Mas, ao individualizar os culpados, não há como condenar instituições. Essa mesma estratégia foi utilizada em escala de instâncias de poderes: iniciando com o comandante da PM, passando para o Secretário de Segurança Pública e

chegando até o Governador do Estado do Pará – como iremos analisar no Exemplo 32. Cada um deles foi sendo inocentando institucionalmente, e o julgamento se deu entre as pessoas (não as instituições) que estavam presentes no dia do massacre.

Essa é uma questão importante para o estudo da (des)legitimação de Eldorado dos Carajás, pois mostra que as mortes dos sem-terra não foram tratadas como uma prática política, mas ações específicas. A estratégia de individualizar uma violência que é social – como também acontece na violência contra a mulher, por exemplo, que é tratada como violência doméstica – é uma das formas de despolitizar esse problema, o que significa tratá-lo sem a importância ideológica e a gravidade social intrínsecas a sua constituição.

Exemplo 29:

Promotor teme absolvição dos 147 PMs do massacre (FSP, 20/08/1999)

Os 147 policiais militares que participaram da operação que resultou na morte de 19 sem-terra em abril de 96 também podem ser absolvidos, como foram ontem de madrugada três oficiais da PM do Pará.

A avaliação é do promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação contra os PMs. A chance de que todos os réus sejam inocentados existe, na opinião de Nascimento, se o mesmo argumento que absolveu os comandantes da ação for usado nos julgamentos dos demais PMs. Os 150 acusados pelo massacre vão a júri em blocos de três a seis policiais, cada qual com um corpo de jurados diferente. Em todas as fases do julgamento, o corpo de jurados será questionado se há insuficiência de provas para condenar os réus. A promotoria pública se queixa da existência dessa pergunta porque a classifica de subjetiva. Um júri deve se manifestar sobre fatos concretos. Na madrugada de ontem, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira, respectivamente comandantes das tropas de Marabá e Parauapebas à época do massacre, e o capitão Raimundo Almendra Lameira foram absolvidos porque a maioria dos jurados entendeu que havia insuficiência de provas, respondendo à questão proposta pelo juiz Ronaldo Valle. Hoje começa a segunda fase do julgamento dos policiais que participaram da desobstrução da rodovia PA-150 em 17 de abril de 1996, em Eldorado de Carajás (sul do Pará).

O verbo usado no título ('temer') para categorizar a ação do promotor tem um efeito de sentido desenfatizador, pois não ressalta o poder desse ator social, como o representante de uma instituição jurídica, com capacidade para elaborar argumentos, teses etc. A escolha desse item lexical exatamente no título – uma das principais estruturas de orientação de sentido do texto – é importante de ser analisada, como também a rede lexical construída ao longo do texto operando na referenciação às ações do promotor. No *sublead*, a nominalização ‘a avaliação’ compõe o quadro semântico já iniciado no título,

pois não atribui força retórica ao argumento do promotor. Este aspecto fica mais nítido se contrapormos o item lexical ‘avaliação’ com a categorização deste ator social na oração subordinada (“[...] responsável pela acusação contra os PMs.”). A rede lexical construída nas relações de significação sobre o promotor é contraditória à sua autoridade institucional no caso. Esta seria, no nosso entendimento, mais uma estratégia de desenfatização. Neste caso, operando em relação à denúncia feita pela promotoria contra o encaminhamento jurídico do processo e as consequências que isso pode trazer: a absolvição de todos os policiais que participaram do massacre, não só os comandantes das tropas.

No *lead* e no parágrafo final da notícia, identificamos o fenômeno já discutido – *overwording* –, sendo importante ressaltar que o discurso assumido pelo jornal continua sendo o da polícia, o que podemos identificar a partir da análise de qual perspectiva é descrita a cena: os policiais participando de uma operação de desobstrução da rodovia onde o MST fazia um protesto, o que resultou na morte de 19 sem-terra. A versão do MST é outra e ainda não a identificamos na constituição discursiva do jornal.

Exemplo 30:

'Acabei com o julgamento', diz jurado (FSP, 21/08/1999)

O contador e empresário Sílvio Queiroz Mendonça acha que descobriu a pólvora. "Eu observei uma coisa que o mundo inteiro não viu durante três anos", diz. A pólvora estava na fumaça que saía da arma de um sem-terra no conflito que resultou em 19 mortes em Eldorado de Carajás (PA) em 17 de abril de 1996.

Mendonça, um dos jurados do julgamento, diz que sua descoberta derrubou a principal tese da promotoria, segundo a qual os sem-terra não estavam armados no início do confronto. "O lance de eu ver a bala foi cruel, não foi?", pergunta a um amigo delegado. "Detonou o promotor. A única certeza em todo esse julgamento foi o tiro que eu vi."

O promotor Marco Aurélio Nascimento não concorda, mas acha que a intervenção de Mendonça mudou os rumos do maior julgamento da história do país em número de réus _150 policiais.

A partir dessa notícia, queremos dar continuidade à análise da representação que o jornal está construindo do promotor público. Junto à discussão iniciada no exemplo anterior, acrescentaremos outros aspectos identificados neste texto para investigar uma questão: deslegitimar o ator social responsável pela defesa do MST pode ser uma estratégia para legitimar o próprio massacre? Um aspecto que se sobressai, em relação aos demais textos deste *frame*, é o acesso dado – com a ocorrência do discurso direto no

título – a uma pessoa que não está atrelada a uma instância jurídica ou mesmo a uma instituição. Como já discutimos antes, o controle discurso, restringindo o acesso a representantes das instituições do poder, é uma das características mais proeminentes desta parte da cobertura. Daí o inusitado de uma citação de um jurado no título. O fato de um jurado ter espaço em um julgamento para trazer um argumento também é inusitado, ou ainda irregular, como denunciou a promotoria. Entretanto, essa ação foi autorizada pelo juiz. Não é irrelevante, para o estudo da legitimação do massacre, que tantas concessões aconteceram para um argumento acusando o MST de ter iniciado os tiros, o que reforça a versão da polícia.

Ainda investigando o acesso discursivo e a representação do promotor público, temos outros elementos que exemplificam a análise que estamos desenvolvendo. Além do discurso direto reportado no título e no *lead*, o jurado também tem acesso pelo discurso indireto no *sublead*, com efeito retórico mais proeminente, pois tem a força para avaliar a sua própria *performance* no caso (positivamente), e a tese da promotoria (negativamente). Observemos no trecho destacado: “Mendonça, um dos jurados do julgamento, diz que sua descoberta derrubou a principal tese da promotoria, segundo a qual os sem-terra não estavam armados no início do confronto”.

Sobre o aspecto da representação do promotor público, outra ocorrência de acesso reforça o efeito deslegitimador desse ator social. Analisemos o discurso reportado do jurado (“O lance de eu ver a bala foi cruel, não foi?”, pergunta a um amigo delegado. “Detonou o promotor. A única certeza em todo esse julgamento foi o tiro que eu vi.”). Esta citação tem um duplo efeito de sentido: se por um lado a construção dos enunciados ressalta marcas coloquiais e traz itens lexicais (‘detonou’; ‘o lance’) inapropriados para um ator social que protagonizou um evento tão formal quanto um julgamento; por outro lado essas marcas discursivas operam tanto no questionamento da legitimidade do jurado, quanto na legitimidade do próprio promotor público, que teve sua tese derrubada por um adversário ‘desqualificado’. Entendemos que, a partir dessa estratégia argumentativa, o ator social que tem sua representação mais deslegitimada é o promotor, pois é dele que se espera maior preparo para defender uma tese diante dos jurados.

A partir dos aspectos abordados na análise, é importante tratar de uma questão básica para a Análise do Discurso Crítica: como práticas sociais constituem práticas

discursivas. Observemos que foi a possibilidade de o jurado intervir no encaminhamento do julgamento que proporcionou o acesso ao espaço discursivo do jornal. Assim, os domínios jurídico e jornalístico não estão apenas em relação de interdiscursividade, mas também de práticas sociais. A participação de forma não convencional de um ator social em um evento ritualizado como um julgamento interferiu na característica da cobertura do jornal sobre esse mesmo evento. O controle discursivo que leva a institucionalização do acesso, predominante neste *frame*, foi quebrado, fazendo com que um ‘personagem’ fosse notícia. Essa relação, obviamente, não é direta, ou mesmo uma questão de ‘causa e efeito’. Remetendo à discussão teórica do segundo capítulo, defendemos que esse processo se dá a partir de uma interface, que é o elemento cognitivo operando na constituição da sociedade e dos discursos. Neste caso específico, entendemos que, ao se tratar de uma prática enrijecida, como a jurídica, a quebra dos modelos contextuais, a partir da interferência de um ator social, modificou a linha que vinha sendo adotada pelo jornal para a cobertura do caso. Houve uma quebra dos modelos mentais sobre uma prática específica e essa ação não só modificou a relação de interdiscursividade entre os dois domínios, mas a própria prática jornalística, modificando a categoria de acesso, quebrando, em parte, o forte controle discursivo identificado nesta cobertura.

Exemplo 31:

TJ anula 1º julgamento de Carajás (FSP, 31/10/2000)

Desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJE (Tribunal de Justiça do Estado) decidiram ontem, por 6 votos a 1, manter a anulação da primeira sessão do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (PA), quando os três principais comandantes das tropas da Polícia Militar foram absolvidos. Mesmo que haja recurso, o julgamento agora não precisa mais ficar parado.

O julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás será feito em apenas um bloco e recomeçará em fevereiro de 2001, disse ontem o juiz José Maria Teixeira do Rosário, responsável pelo caso. "O bloco único visa dinamizar o processo", declarou. A decisão do juiz de julgar todos os réus num bloco único, no entanto, já está causando polêmica com os advogados de defesa.

"É um absurdo, porque vai cercear o nosso direito de defesa", disse Eloísa Segtowick Sovano, que defende 33 soldados e cabos.

Demora

Para o advogado dos oficiais, Roberto Lauria, o julgamento dessa forma pode demorar mais de 30 dias, o que "seria impraticável". O promotor Marco Aurélio do Nascimento, por sua vez, considera adequada a forma encontrada por Rosário.

"Nossa tese é única para todos. Pode-se aumentar o tempo da defesa para não haver reclamações", declarou Nascimento.

No julgamento anterior, em agosto de 1999, o então presidente do júri, Ronaldo Valle, dividiu o processo em 27 sessões. Apenas a primeira, que durou mais de três dias, foi realizada. Na ocasião, o Ministério Pùblico Estadual recorreu da decisão e pediu a anulação das outras sessões até o julgamento dos recursos.

Recurso

Os advogados de defesa disseram que irão recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão dos desembargadores.

"Isso é um desrespeito à posição dos jurados que, ao absolverem os policiais, expressaram a vontade de todo o povo paraense", disse Lauria.

Para Rosário, os recursos da defesa não têm efeito suspensivo e, por isso, o coronel Mário Colares Pantoja (ex-comandante das tropas de Marabá), o major José Maria Oliveira (ex-comandante das tropas de Parauapebas) e o capitão Raimundo Almendra Lameira voltarão ao banco dos réus em fevereiro.

Os oficiais e 146 PMs são acusados de envolvimento nas mortes de 19 sem-terra, ocorridas em 17 de abril de 1996, durante a desobstrução da rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (sul do Pará).

Os desembargadores votaram pela anulação baseados nos argumentos da relatora Raimunda Gomes do Carmo.

Ela considera que houve contradição na formulação dos quesitos, o que teria induzido os jurados a cometerem erros durante a votação secreta.

Para o promotor Nascimento, a decisão dos juízes já era esperada.

Esta notícia trata da anulação do primeiro julgamento do massacre em Eldorado dos Carajás, realizado no Tribunal de Justiça do Pará, quando os três principais comandantes das tropas da Polícia Militar foram absolvidos. Vários aspectos do texto seriam interessantes para o nosso estudo, mas queremos destacar apenas um: o argumento que levou à decisão dos desembargadores só aparece nos últimos parágrafos (apresentamos aqui um recorte da notícia) e é fortemente marcado pelo discurso jurídico, inclusive em sua forma mais técnica, denominada 'juridiquês'. Nem mesmo o discurso reportado da promotoria – instância responsável pelo pedido de anulação – foi trazido no sentido de esclarecer quais as questões que levaram à conclusão de que os jurados 'cometeram erros durante a votação'.

Está implícito que o argumento da relatora ("[...] que houve contradição na formulação dos quesitos [...]") pode ter tido como base a participação irregular de um jurado a favor da polícia militar, mas não é dito. O espaço discursivo dado ao promotor não acrescenta sentido ao texto ("Para o promotor Nascimento, a decisão dos juízes já era

esperada”). Dessa forma, concluímos que o discurso do jornal dá sustentação ao discurso jurídico, pois prioriza, na construção da notícia, os trâmites processuais. Uma abordagem crítica, por outro lado, desse mesmo assunto seria a topicalização a partir dos elementos que levaram à anulação do primeiro julgamento, assim inevitavelmente se chegaria às irregularidades do caso.

Exemplo 32:

STJ arquiva inquérito contra governador (FSP, 30/09/1997)

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) arquivou inquérito aberto para apurar a responsabilidade do governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), no massacre de Eldorado do Carajás (leste do Estado).

Em 17 de abril do ano passado, 19 sem-terra foram mortos por policiais militares durante operação de desocupação de uma estrada próxima ao complexo da fazenda Macaxeira, cuja desapropriação era pleiteada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O ministro José Dantas, relator do caso, acatou parecer da Procuradoria Geral da República segundo o qual o governador não pode ser responsabilizado pela "incompetência e desorganização" da Polícia Militar.

O parecer foi solicitado pelo STJ, que enviou junto com o pedido a defesa prévia do governador. Conforme o parecer, a PM não planejou a operação de desocupação, "como era seu dever". O governador, segundo a subprocuradora-geral, apenas determinou a desocupação da estrada, sem autorizar o uso da força.

Diz ainda o parecer que o governador não poderia prever nenhuma conduta criminosa, por ato ou omissão, por parte da PM.

Da notícia acima, recortamos alguns trechos para analisar uma questão já discutida no Exemplo 28: a personalização da responsabilidade pelo assassinato dos trabalhadores sem-terra. Na outra notícia, analisamos os argumentos que levaram a instituição Polícia Militar a se isentar de ser levada a julgamento. Os comandantes gerais das tropas não foram atrelados ao processo sob o argumento de não poderem ser responsabilizados pelas ações dos policiais no momento do confronto com os sem-terra. Como dissemos, esse mesmo argumento foi utilizado pelas distintas esferas do poder, chegando ao Governador do Estado: ele não poderia “ser responsabilizado pela incompetência e desorganização da polícia militar”. É uma inversão de valores: o Governador alega não ter responsabilidade por uma instituição que é subordinada ao Governo.

Nesta mesma linha argumentativa, a instituição PM – sob a representação dos comandantes superiores – alega que não pode ser responsabilizada por ações de policiais militares, que são subordinados a tais comandantes. Dessa forma, nenhuma esfera do poder foi ao menos acusada pelas mortes em Eldorado do Carajás e o massacre não foi tratado juridicamente como uma prática política específica em relação à questão agrária, tampouco como uma questão social. Apenas indivíduos foram acusados por crimes que, em sua natureza, são consequências de ideologias e sistemas de governo. Dessa forma, o poder judiciário, neste aspecto, atuou na despolitização e desideologização dos assassinatos dos sem-terra em Eldorado dos Carajás. Assim, ainda que as decisões legais sejam tomadas pela condenação das pessoas atreladas ao caso, defendemos que a justiça participou dessa forma no processo de legitimação do massacre.

Esta parte da cobertura sobre o massacre de Eldorado do Carajás é caracterizada, basicamente, pela relação de forças entre os domínios jornalístico e jurídico. Se esses poderes, em algumas situações, necessitam do apoio mútuo para dar suporte às suas ações, também ocorre uma disputa entre qual dos dois têm mais legitimidade social. Analisamos essas questões a partir da análise da interdiscursividade nos textos jornalísticos: em algumas situações, essa elaboração discursiva serve para dar sustentação ao discurso jurídico, em outros para questioná-lo, e, assim, o jornal constrói sua auto-representação como o domínio questionador de todos os demais. Tal ação discursiva é importante de ser discutida, pois pode ter como efeito a construção de um domínio com poder absoluto, já que, preservado pelo mito da imparcialidade e da neutralidade, se auto-atribui legitimidade para fazer questionamentos a todas as instituições, sendo que, apenas em casos raros, é publicamente (e amplamente) questionado pela sociedade. Assim, trata-se de um caso que vai além do poder de um domínio, mas do *abuso desse poder*, o que é grave e mereceria outras pesquisas para investigar esse aspecto.

Por se tratar de uma cobertura direcionada por duas instituições poderosas, observamos a predominância da institucionalização discursiva – os diálogos foram travados entre representantes das altas esferas do poder, o que não significa que as instituições estavam efetivamente envolvidas no caso. Conforme analisamos, o que ocorre é uma simulação do trato institucional na apuração das mortes dos sem-terra, pois em fato isso se deu de forma personalizada, já que nenhuma instituição foi atrelada ao

processo. Essa estratégia também tem um caráter discriminatório, pois exclui o próprio MST – principal grupo interessado no julgamento – da cena discursiva, pois a maior parte das notícias é constituída a partir dos discursos da elite. Esse tratamento também pode ser entendido como uma ação da FSP na deslegitimação dos sem-terra e, consequentemente, na legitimação do massacre.

Frame IV – A Criminalização do MST

Este *frame* é de natureza estereotipada, enfatizando ocupações, saques e protestos realizados pelo MST. Algumas das notícias analisadas estão relacionadas às reivindicações dos sem-terra, e de diversos segmentos da sociedade, por justiça pelas mortes em Eldorado dos Carajás. Outras, mesmo não estando diretamente relacionadas ao massacre, interessam ao nosso estudo, pois possibilitam investigar a (des)legitimação do MST como movimento social, mesmo que esse processo não tenha se dado em relação a Eldorado dos Carajás. Assim, desenvolvemos um estudo paralelo da (des)legitimação: como esse fenômeno é construído em um caso específico e, de forma geral, se esse caso reverbera na (des)legitimação do movimento.

Neste *frame*, observamos que o discurso de grupos tradicionalmente contrários ao MST (ruralistas, latifundiários e governos de partidos conservadores) sustenta e direciona boa parte do processo de deslegitimação dos sem-terra. A principal ação discursiva desses grupos é ‘alertar’ a sociedade sobre os ‘perigos’ que representa o MST. Entretanto, nesta cobertura, identificamos outros grupos atuando na estereotipização e deslegitimação do movimento. A própria FSP, no trato dado as notícias, operou nesse processo, ao dar sustentação e atrelar o discurso das instituições do poder ao seu próprio discurso. Outros domínios (jurídico, policial e militar) também se alinharam aos discursos dos demais grupos do poder, colaborando no quadro construído para categorizar o MST como um grupo de criminosos, e não como um movimento social.

Na análise deste *frame*, identificamos em alguns textos aspectos de natureza semântica – rede lexical, nominalização, conceitos, atributos e valores –, pois esses elementos são relevantes para o estudo dos movimentos discursivos que operam no

processo de categorização de atores e grupos sociais, já que esse processo está intrinsecamente ligado ao ato de nomear, atribuir valores e conceitos. A observação dessas ações deve ser desenvolvida dentro de um quadro textual, ou ainda nas palavras de Beaugrade (1997) ‘no mundo textual’. Isso quer dizer que categorias como topicalização e acesso, por exemplo, mesmo não sendo o enfoque da análise neste *frame*, de forma mais específica, como em outros, são definidoras nas demais operações semânticas e retóricas, por exemplo, como já discutimos anteriormente.

Para observar mais sistematicamente o discurso da criminalização, entretanto, entendemos que a análise dos movimentos semânticos possibilita especificar mais detalhadamente o processo de categorização. Assim, assumimos que a topicalização discursiva sustenta toda a nossa análise, sendo que a investigação de como se constitui discursivamente a criminalização do MST se dá, preferencialmente, a partir de aspectos semânticos. Por fim, é importante ressaltar que, neste *frame*, o gênero mais recorrente identificado no nosso *corpus* é a notícia, daí a sua predominância nestas análises. Este aspecto é relevante, pois nos dá pistas para refletir sobre a questão do controle discursivo do jornal: a tendência que percebemos é que quanto mais ideológica a cobertura, menos democrático o acesso. Não se trata, entretanto, de uma relação causa-efeito, mas de um conglomerado de forças sociais que operam nesse processo (governos, partidos políticos, mídia etc.)

Exemplo 33:

Exército cerca prédio em Recife (FSP, 18/04/1998)

Cerca de 50 homens do Exército cercaram ontem a Sudene em Recife (PE) para impedir uma eventual invasão do prédio por trabalhadores rurais sem terra, que acabou não acontecendo.

Os sem terra encerraram diante da Sudene a "Marcha do Nordeste", iniciada no último dia 4. Em discursos e faixas, lembraram o conflito ocorrido há dois anos em Eldorado do Carajás. Cerca de 2.000 pessoas participaram da manifestação, segundo o MST.

Antes de marchar em direção à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), os manifestantes se concentraram na praça do Carmo, centro de Recife. Na Sudene, uma comissão formada pelo MST entregou ao superintendente Nilton Rodrigues documento reivindicando reforma agrária e programas emergenciais contra a seca.

Entre os vários aspectos que poderiam ser tratados na análise dessa notícia, apontamos, por enquanto, apenas por um: a topicalização. Destacamos esse aspecto pela sua relevância na construção do sentido do texto, assim como na própria criminalização do MST, conforme discutimos anteriormente. O desenvolvimento desse *frame* se dá, em grande medida, a partir de uma cobertura jornalística estereotipada, na qual predominam tópicos discursivos elaborados a partir do enfoque da deslegitimidade, violência, desordem e contravenção. Ressaltamos que a topicalização é uma atividade discursivo-cognitiva, ou seja, é uma forma de contar uma história, pois a natureza de um evento não está atrelada ao evento em si, mas ao que é construído sobre ele.

Algumas questões podem ser trazidas para fundamentar nossa análise. Primeiro, é importante observar que, na notícia acima, o tópico discursivo é elaborado a partir de uma ação que sequer chegou a acontecer, mas que é trazida para as estruturas de relevância do texto como um ‘fato’. Analisemos o título e os primeiros enunciados do *lead*. No título (“Exército cerca prédio em Recife”), o sujeito sintático remete a modelos cognitivos associados a ações de distúrbio da ordem. Ou seja, sugere interpretações negativas, reforçadas com o uso do verbo ‘cercar’, tipicamente associado a práticas militares. Assim, o enunciado tem como efeito de sentido principal o alerta para o que estaria acontecendo no Recife, algo que se associe a uma ‘guerra’. O início do *lead* auxilia tal interpretação, pois dimensiona a participação do Exército, ao trazer como relevante o número de militares envolvidos (“Cerca de 50 homens do Exército cercaram ontem a Sudene em Recife [...]”).

Essas construções, entretanto, são contraditórias em relação ao propósito principal da ação militar. Observemos o trecho, com itálico nosso: “[...] para impedir uma *eventual invasão* do prédio por trabalhadores rurais sem terra, *que acabou não acontecendo*. [...].” Neste caso, *eventual invasão* funciona como um eufemismo para justificar toda uma operação militar em torno de algo que não se configurava como uma ameaça à sociedade. Não é irrelevante ressaltar que a instituição exército apenas é ação em situações de extrema gravidade – ao menos esse é o conceito predominante no senso comum. Então, atrelar um protesto dos sem-terra a uma ação militar, tendo o respaldo do jornal, pois isso foi tratado nas estruturas de relevância do texto, nos fazem classificar essa notícia como um exemplo prototípico para discutir a criminalização dos sem-terra. E, quanto mais

prototípico os textos trazidos como exemplo para esse *frame*, mais será a natureza estereotipada do seu discurso.

Nesta notícia específica, o jornal atribui ao MST uma ação que ele não realizou, associando – sem qualquer elemento factual – o movimento a práticas de violência e de distúrbio. Dessa forma, ocorre que um anti-fato (porque não chegou a se efetivar) passe a ser tomado como fato. Apenas no final do terceiro parágrafo o leitor fica sabendo qual o objetivo específico dos sem-terra irem à Sudene: “[...] Na Sudene, uma comissão formada pelo MST entregou ao superintendente Nilton Rodrigues documento reivindicando reforma agrária e programas emergenciais contra a seca. [...]”. Mais do que uma ação discursiva de construção de uma história, podemos afirmar que existe, neste exemplo, uma prática manipuladora, pois não se trata apenas de topicalizar possíveis aspectos em um evento, mas de modificar e, implicitamente, estabelecer como um fato algo que não ocorreu. Vejamos no próximo exemplo outras estratégias no que diz respeito ao processo de topicalização e seus efeitos discursivo-cognitivos. Mais adiante, trataremos dos aspectos semânticos, de forma mais específica.

Exemplo 34:

MST vai incentivar saques no Nordeste (FSP, 25/04/1998)

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra) vai incentivar os saques a depósitos de alimentos e a supermercados no Nordeste do país. Os dirigentes do movimento entregaram à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) uma pauta de reivindicações com propostas para o combate à seca e dizem que, se os pedidos não forem atendidos até o dia 30 deste mês, vão partir para saques generalizados na região.

Observamos na macro-estrutura desta notícia uma estratégia diferenciada de construção de um ‘fato’, a partir do processo de topicalização. Só que, no exemplo acima, não se trata de um caso de manipulação – como na notícia anterior –, mas de persuasão, no sentido de direcionar a compreensão de um texto, a partir dos elementos que são trazidos para a estrutura de relevância. Analisemos a construção do título e do *lead*, para em seguida relacionarmos com os parágrafos subseqüentes. Neste caso, a construção do tópico discursivo segue critérios de natureza essencialmente ideológicos. É uma escolha

topicalizar as ações que o MST *poderia* realizar, caso as suas reivindicações não sejam atendidas, e trazer tais ações para estrutura de relevância como práticas que já estariam encaminhadas, ou ainda de forma mais grave, como ‘ameaças’.

Outra possibilidade de construção discursiva seria, em princípio, ressaltar as necessidades e reivindicações do movimento, para apenas nos parágrafos seguintes – menos relevantes, porque menos lidos – reportar as possíveis ações do MST como forma de luta às suas reivindicações não contempladas pelas políticas governamentais. O que observamos de forma bastante clara é uma inversão de tópicos e, assim, um posicionamento – e uma ação – do jornal na construção do que será tomado como ‘fato’. É assim que a topicalização opera: um ator social constrói um fato, a partir do discurso de outro ator social.

O efeito cognitivo dessa inversão é de extrema relevância não só para a compreensão deste texto, mas para a construção de modelos mentais prejudiciais ao movimento. É dessa prática discursiva, entre outras práticas sociais, que se estabelece o preconceito, a estereotipização e a deslegitimização do MST. No exemplo seguinte, um breve trecho retirado de outra notícia, como mais uma ilustração da análise que estamos desenvolvendo, pois se trata exatamente da mesma estratégia descrita. Não iremos retomar as considerações anteriores, para evitar repetições argumentativas.

Exemplo 35:

Sem terra bloqueiam BR-116 no Ceará (FSP, 24/01/1997)

Um grupo de cerca de 300 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) bloqueou das 5h às 17h de ontem o trânsito na BR-116, perto da entrada de Chorozinho (64 km ao sul de Fortaleza).

Segundo a Polícia Militar, o bloqueio provocou um congestionamento de quatro quilômetros. Não houve registro de conflitos durante o ato. O trânsito era bloqueado alternadamente nas duas pistas.

Durante a manifestação, os sem terra pediam aos motoristas para assinarem um abaixo-assinado de apoio às suas reivindicações. Eles exigem uma definição do governo federal sobre o assentamento de 180 mil trabalhadores rurais no Ceará e uma solução sobre 57 áreas de conflitos no Estado.

Os manifestantes distribuíram um panfleto no qual pedem punição para os responsáveis pela morte de trabalhadores rurais em Corumbiara (RO), Eldorado dos Carajás (PA), Ourilândia (PA) e Rio Bonito (PR).

Para a análise desta notícia, gostaríamos de ressaltar aspectos de natureza semântico-cognitiva. Isso porque se a topicalização opera na macro-construção do discurso, os movimentos semânticos têm um forte efeito, em todo desenvolvimento textual, no processo de categorização (estereotipada) e, consequentemente, na construção de significados. Entretanto, não deixamos de ressaltar que um aspecto está intrinsecamente atrelado ao outro. Ou seja: topicalização e movimentos semânticos resultam de uma mesma prática discursiva e seguem a mesma linha ideológica.

No início do texto, já é possível identificar o processo de categorização dos sem-terra – e assim do próprio MST. Podemos analisar esse aspecto a partir das relações semânticas estabelecidas nas atividades de conceitualização e atribuição de valores. Primeiramente, os atores sociais tratados na notícia são categorizados no *lead* como ‘um grupo’. O artigo indefinido ‘um’, juntamente com o item lexical ‘grupo’, formam o sintagma nominal (SN) genérico, vazio de conotação ideológica. O efeito de sentido dessa construção pode ser a desenfatização da importância política do MST, que não é tratado como um movimento social, ou mesmo uma entidade de representação legítima dos sem-terra. As ações de referênciação, ao longo do texto, nos dão mais elementos para tal análise. Por exemplo, o SN é retomado no mesmo enunciado pela nominalização, a partir do item lexical *integrantes*. Neste processo de referênciação, ele opera como um atributo à categoria ‘grupo de pessoas’. O item lexical funciona como desenfatizador de agência na valoração dos sem-terra, que não são classificados como atores engajados em um movimento social. ‘*Integrantes*’ ressalta o efeito de sentido já construído a partir do SN que retoma, pois também tem significação genérica, podendo ser utilizado para pessoas que fazem parte de qualquer grupo (musical, teatral etc.). Sendo o MST um movimento organizado por atores sociais com objetivos políticos e ideológicos específicos (reforma agrária, por exemplo), tais atores também têm atributos prototípicos: eles são *agricultores*, ou *trabalhadores rurais*. O uso desse item lexical teria um efeito legitimador no processo discursivo de categorização dos sem-terra, pois ressaltaria a auto-representação do grupo e trataria como legítimas as ocupações e a reforma agrária.

Entretanto, como já foi analisado em alguns manuais de redação dos principais jornais do país (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo), o uso de alguns itens lexicais são bastante controlados, remetendo, outra vez, a estratégia denominada por

Fairclough (2001a) como ‘*overwording*’. No caso dos sem-terra, há um forte controle ideológico quando ao uso do léxico que irá nomear esses atores sociais. Ao os definir como *agricultores* ou *trabalhadores rurais*, por exemplo, a grande imprensa se posicionaria, discursivamente, pela legitimidade do MST, e, consequentemente, suas reivindicações e práticas políticas – tais quais reforma agrária e ocupações de latifúndios. As escolhas lexicais e as relações semântico-discursivas que elas constroem em um texto, conforme já discutimos no quarto capítulo, têm um forte efeito ideológico e operam no processo cognitivo de categorização. E isso é tão relevante que não passa despercebido entre os que têm poder para controlar o discurso jornalístico. No caso de alguns jornais – invariavelmente os de maior circulação, nos quais a necessidade de controle ideológico é ainda mais grave – o discurso está sob a vigilância dos manuais de redação (Falcone, 2004). No Manual de Redação de O Globo (2001), por exemplo, esta questão é tratada explicitamente nas orientações sobre a seleção do léxico. No trecho abaixo, o jornal demarca seu posicionamento ideológico sobre as ações dos sem-terra e determina que o item lexical *colono* “não pode” ser usados pelos repórteres:

Colono	“É o agricultor que cultiva terra alheia com permissão do dono. Não pode ser usada em relação a invasores de terra” (O Globo, 2001:139).
--------	--

Ainda sobre os movimentos semânticos para o processo de categorização, é importante ressaltar a nominalização no processo de referenciação ao retomar a ação do MST. No terceiro parágrafo, o que foi primeiramente categorizado como ‘bloqueio’ é retomado pelo substantivo ‘manifestação’. Ele opera como uma nominalização, pois está em relação anafórica ao item lexical utilizado no inicio do texto. Trata-se de um nome com uma carga ideologicamente estereotipada – pois está atrelado a protestos, transtornos etc., e, em uma análise mais aprofundada do texto, contrasta com a ação dos sem-terra descrita pelo próprio jornal: “pediam aos motoristas para assinarem um abaixo-assinado de apoio às suas reivindicações”. No parágrafo seguinte, a nominalização é realizada sob a mesma carga ideológica, com o uso do mesmo item lexical, em sua variação ‘os manifestantes’. Dentro desse quadro semântico, podemos afirmar que esse texto opera, em todo o seu desenvolvimento, no processo de categorização iniciado desde o início da notícia. É importante ressaltar, mais uma vez – pois se trata de uma estratégia que se

repete em vários textos, classificados nos distintos *frames* –, que os problemas enfrentados pelos sem-terra apenas são apresentadas no último parágrafo da notícia – lugar tido como o menos relevante nos cânones jornalísticos – e ainda assim trazido com uma dupla marca de discurso reportado (DR). Observemos: “[...] No panfleto, os manifestantes denunciam que o MST está sofrendo "uma ofensiva econômica, política, ideológica e assassina" e pedem apoio da população contra a inoperância e incompetência do governo frente à reforma agrária. [...]”. A construção (os manifestantes denunciam que) já traz a marca que um discurso indireto será introduzido. Ressaltar esse discurso com outra marca, no caso as aspas ("uma ofensiva econômica, política, ideológica e assassina") é propositadamente estabelecer uma nítida fronteira – e assim um distanciamento – entre o discurso do jornal e o discurso dos sem-terra.

Exemplo 36:

Diretora é indiciada por expor 'Terra' (FSP, 18/06/1998)

A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de fazer "lavagem cerebral e pregar a legalidade da ilegalidade". Isso porque ela expôs a mostra "Terra", de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem terra e do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP).

O delegado Marco Antônio Fogolin abriu o inquérito e disse que a mostra infringiu artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos tratam de restrições ao acesso a publicações que possam ferir os "valores éticos e sociais" da família. Ele se decidiu após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado "com medo" das fotos.

Segundo Elza, não houve queixa. "A mãe de Wesley foi chamada na delegacia porque seu filho estava lá e reclamou espontaneamente das fotos. Não foi reclamar".

"Tudo não passa de perseguição. O delegado sabe que sou ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), e ele é o maior inimigo do MST", disse Elza. Ela diz que foi autorizada pela delegacia de Ensino.

Nessa notícia, identificamos outra estratégia na criminalização dos sem-terra. Entretanto, trata-se de um processo mais sutil e requer uma leitura mais atenta no que diz respeito às operações cognitivas que embasam tanto a macroestrutura textual quanto os movimentos semânticos. Logo de início, identificamos um posicionamento crítico do jornal sobre a censura à obra do fotógrafo Sebastião Salgado – que fez um ensaio sobre Eldorado de Carajás. Entretanto, é importante perceber que essa crítica, necessariamente, não se caracteriza como um discurso favorável ao MST, mas a uma postura específica em relação à proibição da exposição fotográfica. O segundo aspecto que se mostra relevante

nesta notícia, para a nossa investigação, é a criminalização dos sem-terra por duas instituições agindo concomitantemente: escola e polícia.

Não fica claro na notícia quem realmente fez a denúncia contra a diretora de escola, e, ao longo do texto, também não há referência sobre qualquer reação a essa denúncia por parte de outros professores da escola, alunos ou pai de alunos. Ou seja, toda a ‘culpa’ recai sob a diretora, sustentada pela instituição polícia, com base no discurso jurídico. Tanto que a ‘acusação’ é embasada no argumento de que a diretora estaria “pregando a legalidade da ilegalidade”. Observemos que, primeiramente, é o discurso jurídico – em sua vertente mais positivista – que é usado para fundamentar a argumentação. Entretanto, em uma análise mais específica sobre a estratégia subjacente ao argumento, identificamos uma estratégia retórica categorizada como *pressuposição*. Ou seja, o que está implícito nesse argumento (o elemento dado, porém não explicitado) é que o MST é um movimento ilegal, já que levar qualquer trabalho – no caso as fotografias de Sebastião Salgado – para uma escola é tomado como um ato ilícito. Observemos no trecho retirado do *lead* da notícia: “A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de fazer "lavagem cerebral e pregar a legalidade da ilegalidade". Isso porque ela expôs a mostra "Terra", de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem terra e do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP)”.

No desenvolvimento do texto, o jornal se posiciona criticamente em relação à acusação contra a diretora da escola, o que podemos identificar a partir de algumas estratégias discursivo-cognitivas. Por exemplo, a dupla ênfase no discurso reportado no primeiro enunciado do *lead*: na construção do enunciado já há o sentido de que outro discurso será reportado (“A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de [...]”). Neste caso, a acusação que será trazida na complementação do enunciado é exatamente o discurso da polícia. Entretanto, esse discurso ainda é marcado com o uso das aspas. O efeito discursivo-cognitivo dessa dupla marcação, como já discutimos, é a necessidade de o jornal se distanciar (e assim se posicionar) das acusações, enfatizando que o discurso ali reportado é do delegado, não do jornal. A frase seguinte estabelece uma relação anafórica com a movimentação discursiva discutida, a partir do uso da locução explicativa “isso porque” (“Isso porque ela expôs a mostra "Terra", de Sebastião Salgado [...]”). O pronome demonstrativo “isso” retoma a acusação feita à diretora da

escola, sendo que o efeito de sentido é que o motivo para uma ação policial não é tomado como satisfatório pelo jornal. Outro elemento lingüístico possível de ser analisado como um questionamento do jornal é o fundamento apresentado pelo delegado para indicar a diretora (“Ele se decidiu após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado “com medo” das fotos.”). A responsabilidade é atribuída a um aluno da escola e esse aspecto está bem marcado pela relação causal estabelecida no complemento verbal: “após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado “com medo” das fotos”.

Entretanto, é importante ressaltar uma discussão que já foi iniciada: a crítica do jornal é pela censura à exposição fotográfica de “Terra”, de Sebastião Salgado, e não ao MST, especificamente. A topicalização é construída a partir da ação da censura, e não sobre o massacre de Eldorado de Carajás. Não se pode ignorar, no entanto, que mesmo não sendo uma postura diretamente favorável ao MST, algum aspecto de legitimidade resvala para o movimento, já que há uma mobilização de intelectuais e professores contrária ao massacre. Entretanto, esse aspecto está no implícito das entrelinhas do texto, e não em sua superfície. Um elemento que pode melhor exemplificar nossas considerações é a análise do último parágrafo da notícia. Apenas nessa parte do texto é feita, pelo repórter, a associação entre a punição da diretora da escola e a sua ligação com o MST, e ainda assim tratada de forma superficial e com o recurso do discurso reportado da diretora, ou seja, é ela quem traz à tona o fato de que é a perseguição não é contra Sebastião Salgado, mas contra ela e contra o MST. (“Tudo não passa de perseguição. O delegado sabe que sou ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), e ele é o maior inimigo do MST”, disse Elza.). É inegável que se trata de uma postura ideológica categorizar tais questões políticas como o aspecto menos relevante da notícia.

Exemplo 37:

Sem terra são recebidos à bala no Pontal (FSP, 28/01/1997)

O proprietário da fazenda Concórdia, em Tarabai (610 km a oeste de São Paulo), Guilherme Prata, recebeu à bala na madrugada de ontem 400 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que tentaram invadir sua propriedade. "A próxima tentativa de invasão vai ter morte. Eles querem cadáver, vão ter", afirmou Prata, vice-presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

A segurança na fazenda Concórdia, de 500 alqueires, estava sendo feita por Prata, seu pai, dois tios, três primos, uma irmã, o gerente, o capataz e o motorista. Prata disse que atirará para acertar se houver nova tentativa de invasão.

A Polícia Civil de Tarabai apreendeu quatro rifles calibres 44 e 38 e cinco revólveres calibre 38 em poder das pessoas que defendiam a fazenda. As armas foram devolvidas aos proprietários depois de apresentados os registros.

O fazendeiro, seus familiares e empregados fizeram cerca de 200 disparos na presença de dois policiais civis e cinco militares, segundo a PM. Os disparos duraram cerca de dez minutos.

Os sem terra se deitaram e recuaram. Havia crianças e mulheres. Ninguém se feriu. O presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, disse que os tiros são manifestação pessoal de Prata. "Quem está com o problema na pele age emocionalmente."

Foi a 11^a invasão e o segundo tiroteio envolvendo fazendeiros e sem terra no Pontal este ano. Há duas semanas, 350 sem terra foram recebidos a tiros ao tentar invadir a fazenda Santa Rita.

O líder dos sem terra José Rainha Jr. disse que, se não forem tomadas providências como desarmamento dos fazendeiros, a região vai se transformar em um Eldorado dos Carajás (PA). "Estamos caminhando para isso, e falta pouco." O MST disse que a fazenda é improdutiva. O Incra não confirma. Prata afirmou ter uma fábrica de ração, confinamento e 3.000 cabeças de boi.

A relevância de trazer essa notícia para a análise do processo de criminalização dos sem-terra se deve à macro-estratégia que rege sua organização discursiva: as vítimas passam a ser culpadas pela agressão que sofrem. Essa estratégia é recorrente quando se trata de violências com minorias (étnicas, econômicas, sexistas) e as narrativas tendem a ser organizadas de tal forma que o efeito cognitivo final – como a compreensão é orientada – é a de que as vítimas, de alguma forma, mereceram a agressão. Enfim, legitima-se o ‘direito’ do agressor – em geral de grupos poderosos – e, assim, legitima-se a violência. Observemos essa estratégia na construção do discurso da notícia.

Iniciemos a análise com a relação entre o título e o *lead* da notícia. A construção do título (“Sem terra são recebidos à bala no Pontal”) é bastante enfática quanto à violência contra os sem-terra. Entretanto, esse enunciado é dúbio sobre as possíveis inferências para tal violência. Ou seja, como o processo de compreensão se dá a partir de modelos mentais – que são distintos, por sua natureza intrinsecamente social e individual – alguns leitores podem entender, desde o título, que o fato de os sem-terra serem “recebidos à bala” é totalmente justificável, já que eles ‘praticam ações ilegais’. Como ação retórica, isso se trata de uma operação discursiva a partir de pressuposições. De forma mais clara: os sem-terra receberam o que realmente ‘mereceriam’. Outros leitores, por outro lado, podem se indignar com a violência e buscarem explicações, no decorrer do texto, para a ação descrita no título. O *lead*, entretanto, opera como um legitimador da agressão sofrida pelos sem-terra, e alguns aspectos cognitivo-discursivos e semânticos podem exemplificar nossa análise. Já no primeiro enunciado o sujeito-agente da violência é categorizado como “O proprietário da fazenda Concórdia [...]. O atributo *proprietário*,

nessa relação de sentido, dá respaldo legítimo para que o fazendeiro defenda as suas terras – mesmo que com o uso de armamentos – contra o grupo de ‘invasores’. Assim, pode-se justificar que os sem-terra sejam baleados. Eis a estratégia que discutíamos no início: de vítimas da violência, os sem-terra são tratados como culpados. Ainda no *lead*, o período subordinado age explicativamente para a ação do fazendeiro “[...]que tentaram invadir sua propriedade[...]”. A rede lexical que se forma nesse enunciado é mais um aspecto legitimador da violência. Os itens lexicais *invadir* e *propriedade* operam na construção do sentido de legalidade e posse do fazendeiro – e consequentemente seu direito de defesa –, situando os sem-terra, dentro dessa teia discursiva, em uma condição diametralmente oposta: invasores, ilegítimo e vândalos.

O desfecho do *lead* é o discurso reportado do fazendeiro, ameaçando os sem-terra de morte e, novamente, atribuindo ao movimento a responsabilidade por essas mortes ([...]) “A próxima tentativa de invasão vai ter morte. Eles querem cadáver, vão ter”, afirmou Prata, vice-presidente da UDR (União Democrática Ruralista) [...]). Sobre este aspecto, observemos o posicionamento favorável do jornal em relação ao fazendeiro, a partir de dois movimentos discursivos: *i*) o fazendeiro é citado não apenas como ‘proprietário’ das terras, mas também como “vice-presidente da UDR”, o que atribui mais força retórica e legitimidade institucional ao seu discurso; *ii*) o caso do acesso: no *lead* e no *sub-lead* (“Prata disse que atirará para acertar se houver nova tentativa de invasão.”), o jornal traz o discurso do vice-presidente da UDR. No penúltimo parágrafo, a voz é dada ao presidente da UDR (“Quem está com o problema na pele age emocionalmente”). Observemos no discurso do presidente da UDR como o uso do eufemismo tem o efeito legitimador para uma ação ilegal cometida pelo vice-presidente da instituição. Apenas no último parágrafo da notícia o jornal dá acesso discursivo ao MST, reportando o discurso direto e indireto do líder dos sem-terra José Rainha Jr. Entretanto, a voz que dá o desfecho da notícia continua sendo o do vice-presidente da UDR: “Prata afirmou ter uma fábrica de ração, confinamento e 3.000 cabeças de boi”. No processo de construção textual, tem-se o efeito cognitivo de que cabe à UDR a conclusão da história e, consequentemente, o discurso da instituição passa a ser tomado como o mais legítimo, com poderes de encerrar a narrativa. O texto, então, é construído dentro de um quadro

tendencioso e anti-democrático, no qual violências são legitimadas e vítimas são culpadas.

Exemplo 38:

Jungmann não negociará com invasores (FSP, 08/01/1997)

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) não irá negociar com invasores de fazendas em São Paulo e vai se empenhar pela aprovação de lei que veda desapropriação de imóveis invadidos.

Segundo a assessoria do ministro, o governo de São Paulo também não vai dialogar com os líderes das 1.200 famílias que invadiram, no último domingo, cinco fazendas no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado).

O presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Nestor Fetter, disse que não vai liberar o pagamento de indenizações de terras invadidas no Pontal.

Jungmann mandou seu gabinete devolver fax enviado por José Rainha Jr., 36, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), sobre novas invasões.

No fax, Rainha diz que as invasões visaram pressionar fazendeiros da região a aceitar o acordo de indenização proposto pelo Incra.

Segundo a assessoria de Jungmann, o projeto que veda desapropriação de áreas invadidas deverá ser votado na próxima semana.

Para tentar acertar a data da votação, o ministro ligou ontem para os deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), presidente da Câmara, e Benito Gama (PFL-BA), líder do governo.

Jungmann pediu ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que autorize a Polícia Federal a levantar informações sobre o assassinato, no sábado, de dois sem terra em Eldorado do Carajás, onde 19 foram mortos em abril passado.

Novas invasões

O líder dos sem terra José Rainha Jr. afirmou que cerca de 1.900 famílias ligadas MST estão "de prontidão", perto das fazendas Santa Rita e Taquaruçu, para novas invasões no Pontal. Ele disse que novas invasões de terra podem acontecer a qualquer momento, "se os fazendeiros radicalizarem". "Vamos cumprir a lei, mas não vamos aceitar a arrogância dos fazendeiros", afirmou.

Ele acusa a UDR (União Democrática Ruralista) de armar pistoleiros em áreas invadidas pelo movimento e de atrapalhar acordos de desapropriação de terras.

O presidente da entidade ruralista em Presidente Prudente, Roosevelt Roque dos Santos, 49, estava viajando ontem no interior do Mato Grosso.

A direção da entidade afirmou que quer aguardar seu retorno para se manifestar.

Esta notícia se mostra relevante por nos possibilitar analisar a criminalização dos sem-terra a partir de outro âmbito: o governamental. Em nosso contexto político – fundamentado na idéia de que as representações democráticas são as instituições dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – um órgão do Governo Federal se posicionar

enfaticamente no jornal contra o MST, inclusive categorizando ilegalmente o movimento, como no título (“Jungmann não negociará com invasores”), resulta em uma poderosa ação discursiva de criminalização do movimento. Também é relevante analisar o discurso do governo conjuntamente com ação do jornal, já que, conforme analisamos no texto, o discurso do Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, não é contestado por nenhuma outra voz, ou nenhuma outra versão sobre o caso. Observemos esse aspecto na composição textual. Toda a estrutura de relevância é composta por uma única voz, a do ministro, com variáveis movimentações semânticas. Observemos: 1- No título: “Jungmann não negociará com invasores”; 2- No *lead*: “O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) não irá negociar com invasores de fazendas [...]” e no *sublead*: “Segundo a assessoria do ministro [...].”

Dessa forma, o jornal assegura total legitimidade ao órgão governamental, dando sustentação ao seu discurso. O representante do MST é citado na notícia em dois momentos: no primeiro, sua participação é passiva, pois se restringe ao envio de um fax – que sequer foi lido pelo ministro – e, no último parágrafo, quando o discurso dos sem-terra é trazido para o texto (com o subtítulo “Novas Invasões”, que introduz a entrevista feita com José Rainha), não tem a função de trazer a versão dos sem-terra sobre as acusações do governo, pois as seleções feitas pelo repórter das citações de José Rainha trazidas para o texto operam como um argumento a mais em favor do posicionamento radical do governo contra o MST.

Observemos neste trecho: “O líder dos sem terra José Rainha Jr. afirmou que cerca de 1.900 famílias ligadas ao MST estão “de prontidão”, perto das fazendas Santa Rita e Taquaruçu, para novas invasões no Pontal”. Nessa citação, é importante destacar alguns aspectos para melhor analisar como o repórter age discursivamente no processo de reportagem. Primeiro podemos ressaltar o aspeamento – funcionando como uma enfatização – para a metáfora “de prontidão” e assim respaldando o discurso do ministro que sustenta todo texto: os sem-terra estão prontos para ‘atacar’. Outro aspecto relevante é de ordem semântico-discursiva. Observemos que no discurso indireto reportado está atrelado à fala de José Rainha o item lexical *invasão*, sendo que, politicamente, os sem-terra assumem a postura de não usar essa palavra, por terem consciência da conotação ideológica que ela carrega. O que acontece, nesse caso, é uma hibridização do discurso

do representante do MST com o discurso do próprio repórter, o que nos possibilita questionar a qualidade (crítica, ativa) do acesso discursivo.

Traçando algumas considerações conclusivas sobre essas análises, podemos afirmar que, entre todos os *frames*, este é o que tem uma caracterização mais rígida, pois o tratamento sobre o MST tem como base um só discurso: a estereotipização do movimento. Ainda que distintas estratégias tenham sido utilizadas para isso; assim como diferentes vozes foram trazidas para tal construção discursiva, a natureza da cobertura é fixa e tem propósitos bem definidos. Essa natureza é tão estabelecida que até limita as possibilidades analíticas desse *frame*, pois as considerações tornam-se redundantes. O que se mostra relevante, neste caso, é investigar, juntamente com o estudo dos demais *frames*, como isso operou no processo de legitimação do massacre, ou seja, se é possível desassociar a ação discursiva de criminalização do MST, do processo de (des)legitimação de Eldorado do Carajás. Deixaremos essas considerações para o capítulo seguinte, o qual tem por objetivo desenvolver tanto as considerações finais como as análises globais sobre a cobertura da Folha de S. Paulo.

Frame V – A Partidarização do MST

A partidarização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se dá a partir de um processo sutil e implícito que opera na deslegitimação do movimento. Diferentemente dos aspectos que identificamos no *frame* IV, por exemplo, no qual a estereotipização e a criminalização do movimento seguem uma linha estratégica definida, a partidarização do MST envolve elementos mais complexos, de natureza marcadamente ideológica, e está atrelado a forças político-partidárias. O efeito mais prejudicial para os sem-terra desse processo é que as reais necessidades políticas e sociais do movimento passam a ser tratadas perifericamente pelo jornal. O enfoque do discurso é restringir as práticas do MST às ações do Partido dos Trabalhadores (PT), principal força política de oposição ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Tal questão tende a ser naturalizada pelo jornal – como se o MST fosse um ‘braço’ político do PT. Assim, o MST não é tratado como um movimento social que se organiza a partir de ideologias e

reivindicações próprias, mas que apenas serve a um ‘jogo’ político entre governo e oposição. Entendemos que essa associação resulta de uma construção de grupos específicos e com propósitos definidos. Assim, não se trata de algo ‘natural’, mas que envolve questões ideológicas complexas, que precisam ser discutidas para se entender como a associação de um movimento social a um partido político pode ter um efeito deslegitimador, principalmente para esse movimento.

As investigações de problemas de natureza político-partidária não fazem parte deste estudo. Pretendemos tecer algumas considerações sobre a questão, para assim justificar a proposta de análise. Lembramos que, apesar desta pesquisa tratar de problemas de natureza social, ela não é sociológica ou política. Discutimos esses elementos porque entendemos que eles são indissociáveis do estudo da linguagem. Entretanto, ressaltamos, este trabalho se propõe a analisar discursos, buscando dar conta dessa tarefa com toda a complexidade que ela exige.

Um aspecto interessante a ser investigado é como se construiu, na história política do Brasil, a estereotipização do envolvimento com partidos políticos. Ou seja, por que, no Brasil, é tido como um elemento negativo que grupos e movimentos sociais tenham ligações político-partidárias? E por que tal associação apenas é ressaltada quando se trata de partidos historicamente de esquerda? Sem a menor pretensão de responder a essas perguntas, apenas tecemos algumas reflexões sobre o assunto. Primeiro, os partidos políticos são organizações legítimas e legais e são construídos a partir de um projeto político específico. Por isso, o fato de os partidos agregarem à sua prática grupos que compartilhem do mesmo projeto, em um trabalho em conjunto, parece uma característica constitutiva do sistema democrático. Segundo, é importante refletir porque essa associação estereotipada entre partidos políticos e movimentos/grupos sociais se dá, basicamente, entre partidos de esquerda e movimentos/grupos contrários ao *status quo*. Exemplificando: conforme apresentado neste *frame*, identificamos no *corpus* do trabalho várias notícias tratando o MST como um movimento ligado ao PT. Entretanto, não encontramos nenhuma referência, em todo *corpus*, à ligação historicamente estabelecida entre a União Democrata Ruralista (UDR) e o então Partido da Frente Liberal (PFL), fundado em janeiro de 1985, e desde março de 2007 reestruturado sob a legenda ‘Democratas’ (DEM). São organizações atreladas às forças políticas conservadoras.

Sobre o aspecto histórico dessas entidades, é importante ressaltar que o PFL foi formado por políticos dos extintos partidos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Partido Democrático Social (PDS), que deram sustentação ao golpe militar de 1964. Já a UDR é a principal organização dos latifundiários, inclusive com forte representação política no Congresso Nacional, em grande parte eleitos pela legenda do PFL.

Como dissemos, as relações político-ideológicas e históricas que envolvem essas questões são complexas e exigiriam outros estudos, não o que propomos. Entretanto, tais reflexões nos interessam quando identificamos que elas estão na constituição do discurso que analisamos, como também na própria construção do fenômeno investigado: o processo de (des)legitimização. Assim, trazendo o problema para este trabalho, observamos que alguns aspectos de natureza discursivo-cognitivo dão conta da análise de algumas questões levantadas, sendo nosso objetivo observá-las no funcionamento textual. O estudo das representações é o ponto central deste *frame*, pois é a ação discursiva que opera na categorização dos atores/grupos sociais. Tal análise dá conta de identificarmos a delimitação Nós x Eles, o que caracteriza o discurso do jornal ideologicamente. Também interessa, para esta investigação, o processo de topicalização das notícias, especificamente no tratamento dos atores/grupos sociais do PT e do MST, a partir da perspectiva da relação contínua entre protótipo e estereótipo. Sobre o aspecto pragmático-discursivo, destacamos a análise de outro gênero, além da notícia: o artigo de opinião. O artigo foi escrito por um colunista da FSP, daí a suposição de que esse gênero traz mais marcadamente o discurso do jornal sobre o massacre em Eldorado do Carajás e o MST. A constatação desse aspecto, entretanto, só pode se dar com a análise do texto, o que será feito mais adiante.

Exemplo 39:

Acusador é primo de prefeito petista (FSP, 26/08/1999)

O funcionário público Fernando Brito, que depôs no Ministério Público sobre a suposta tentativa de suborno do júri do caso de Eldorado do Carajás, é primo do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT). Brito foi levado a depor pela vice-prefeita Ana Júlia Carepa (PT). Colegas de trabalho de Brito disseram à Folha que ele costuma usar broche do PT em períodos de campanha eleitoral e alardeia o parentesco com o prefeito. A vice-prefeita foi a primeira a fazer a denúncia. Ela disse que um dos jurados teria afirmado a ela que outro membro do júri teria lhe oferecido R\$ 3.000 para absolver o coronel Mário Colares Pantoja, que comandou a operação da PM que resultou na morte de 19 sem-terra, em abril de 1996. Brito disse ontem que divulgaria uma nota,

mas depois desistiu. O prefeito afirmou, pela sua assessoria, que o fato de Brito ser seu primo é "irrelevante". No domingo passado, Ana Júlia disse à Folha que conhecia Brito, mas não sabia o nome dele. "Foi uma pessoa do povo que me contou a história (do suposto suborno) no último dia do julgamento", afirmou.

Essa notícia está atrelada à cobertura do primeiro julgamento do massacre dos sem-terra, no Tribunal de Justiça do Pará. Entretanto, o tópico discursivo orienta a categorização neste *frame*, não no jurídico. O título e os primeiros enunciados do *lead* são exemplos da estereotipização de atores/grupos sociais por terem relação com o PT, principal partido de oposição nesse contexto histórico. Observemos, a partir do título, dois aspectos: *i*) o elemento que é tomado como ‘mais relevante’ não é a natureza da acusação feita, mas a relação do ator social com o PT; *ii*) esta dita relação sequer é político-partidária, pois ao ‘acusador’ coube a atribuição ‘primo de prefeito petista’. A elaboração do enunciado se dá a partir do pressuposto: ter ‘relações’ com o PT – qualquer que seja – categoriza como ‘suspeito’ suas ações e seus agentes (“Acusador é primo de prefeito petista”). Entretanto, essa categorização está implícita e o não-dito exige um trabalho de inferências do leitor. Para atribuir sentido ao enunciado, o leitor terá que operar a partir de modelos mentais estereotipados e assim chegar à significação: PT = ilegítimo. Dessa estratégia discursivo-cognitiva, identificamos a orientação ideológica do jornal, assim como um nível de consciência, por parte do autor do texto, de que tal orientação ideológica já é reconhecida nas elaborações mentais dos leitores, pois o enunciado estabelece a construção de inferências a partir do pressuposto. Ou seja, já há um nível de certeza, por parte do jornal, da sua ação na construção da memória social.

No primeiro enunciado do *lead*, são dadas algumas informações sobre o ator social – sua profissão – e o teor da sua acusação: “O funcionário público Fernando Brito, que depôs no Ministério Público sobre a suposta tentativa de suborno do júri do caso de Eldorado do Carajás, é primo do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT). [...].” A construção sintática opera na desenfatização da denúncia, que é trazida em uma relação subordinada, sendo o parentesco do acusador tratado como o tópico principal. É mais uma ação do jornal no processo de deslegitimização do ator social e, consequentemente, do que ele denuncia. A construção da representação estereotipada continua, ainda analisando o mesmo parágrafo, a partir de algumas marcas discursivas. Observemos neste trecho:

(“[...] Colegas de trabalho de Brito disseram à Folha que ele costuma usar broche do PT em períodos de campanha eleitoral e alardeia o parentesco com o prefeito. [...]”). O discurso é construído a partir de um efeito de sentido ‘investigativo’. O sujeito sintático genérico ‘colegas de trabalho’ opera nessa estratégia, pois tem o tom de ‘proteção’ das pessoas entrevistadas. A continuação do enunciado sustenta tal efeito, pois o jornal se auto-representa como a instituição legítima para apurar a relação do ator social com o PT. O trecho “disseram à Folha” é um exemplo dessa auto-representação.

Na análise dessa notícia, identificamos algumas estratégias elaboradas a partir dos processos de pressuposição e de inferências. A construção de significação textual se dá a partir de elementos implícitos, o que é característico do gênero, e seu efeito de sentido principal é o da neutralidade discursiva. Já o próximo exemplo é um artigo de opinião, e se caracteriza por outras estratégias de construção de significados. O gênero possibilitaria a ‘liberdade’ opinativa, por isso tomamos esse exemplo como o que deveria carregar mais explicitamente o discurso do jornal e sua ação no processo de legitimação do massacre. Entretanto, observamos outros elementos que caracterizam esse gênero. Observemos no Exemplo 40.

Exemplo 40:

Bom mesmo de massacre é usineiro (FSP, 20/08/1999)

Colunista da Folha

Ninguém aqui pretende desrespeitar a dor das 19 famílias que perderam entes queridos no confronto entre sem-terra e policiais, em Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996. Mas, vem cá: não sei o que o pessoal da CUT, do PT e do próprio MST entendem por "massacre", mas o que vi na TV na época e revi com mais detalhe na última quarta, durante o julgamento dos três oficiais que comandaram a operação, não pode ser classificado de massacre. Uma tropa capenga de policiais sem treinamento para enfrentar uma situação daquela gravidade é chamada para conter um grupo de desesperados dispostos a matar e morrer e armados até os dentes com foices, pedaços de pau, facões e _como a fita apresentada no julgamento evidencia_ com armas de fogo, que foram disparadas antes que os policiais dessem o primeiro tiro. Quem autorizou os policiais a usar metralhadoras para enfrentar os invasores? O governador deu ou não ordem para conter a invasão a todo custo? A certa altura daquele vídeo que a gente já viu tantas vezes na TV, os sem-terra partem com tudo para cima dos policiais, que recuam. O primeiro tiro é dado naquele instante. Por alguém que está do lado dos sem-terra, como foi demonstrado ao longo do julgamento de quarta-feira. E, agora, vem o Stedile e o pessoal da CUT e do PT falar em impunidade. Será que a gente é obrigada a engolir, só porque a lamentável figura do coronel Pantoja, um dos líderes da operação, parece saída de alguma novela de Dias Gomes? Quando é que a America's Watch e a Anistia Internacional vão começar a tratar como vítimas pobres

coitados feito os policiais que foram enviados sem pregar para enfrentar os sem-terra em Eldorado do Carajás? E o governador do Pará, Almir Gabriel? Quando vai assumir publicamente o quinhão de responsabilidade que lhe cabe no suposto "massacre"? Se houve irregularidades no julgamento, que se faça uma nova audiência. Mas, em nome da justiça, que ninguém se esqueça de que existem vítimas de ambos os lados.* Usineiro, sim, entende de massacre. Pega dinheiro emprestado do governo para investir na terra e depois gasta tudo na ampliação do novo haras e levando a patroa para passear na Europa. E ainda pretende ter as dívidas anistiadas. Isso é que é massacrar a lei e a ordem de um país.

Dos vários aspectos que podem ser tratados neste texto, vamos focar a análise, primeiramente, no posicionamento assumido pelo colunista ao descrever o ‘episódio’ Eldorado do Carajás e, assim, investigar como tal descrição opera na categorização *massacre x legítima defesa*. Ao analisar a perspectiva assumida pelo jornal, – representado pela voz do colunista – identificamos o discurso deslegitimador dessa instituição sobre o massacre. Esta análise também tem como objetivo investigar a construção das representações sociais, no que diz respeito à partidarização do MST, e como essa relação opera no processo de deslegitimação do movimento. Como se trata de um gênero opinativo, também nos interessa observar a auto-representação do jornal na delimitação discursiva dos grupos Nós x Eles.

O uso do pronome na primeira pessoa do singular atua fortemente nos aspectos abordados e opera, desde o início do texto, na demarcação da perspectiva do jornal para a categorização do ‘episódio’, assim como no posicionamento contrário em relação ao grupo Eles (MST, CUT e PT). A auto-representação do jornal no grupo Nós, entretanto, é mais sutil e trataremos desse aspecto mais adiante. Iniciamos a discussão sobre a perspectiva do narrador ao descrever o ‘episódio’. O discurso que constitui o texto do colunista é marcadamente o da Polícia Militar. A versão assumida pelo autor é a que categorizamos como *legítima defesa*. A característica argumentativa do gênero explicita esse posicionamento. Observemos a partir dos seguintes trechos: “[...] mas o que vi na TV na época e revi com mais detalhe na última quarta, durante o julgamento dos três oficiais que comandaram a operação, *não pode ser classificado de massacre*. [...]”. Na parte grifada por nós, em itálico, a categorização é enfática e respaldada por argumentos que o autor traz da sua própria experiência – uma estratégia canônica da argumentação, pois torna mais difícil o contra-argumento.

No trecho que discutiremos a seguir, o discurso do colunista é construído fundamentalmente pelo discurso da polícia, o que aponta para uma relação que se dá tanto pela interdiscursividade, pois há no texto a voz do autor e da Polícia Militar. Entretanto, também observamos uma outra característica dessa constituição discursiva: trata-se de uma construção quase monológica, pois há uma sobreposição do discurso da PM. Essa observação pode parecer contraditória, pois estamos tratando de interdiscurso, mas, se analisarmos com mais profundidade a construção de sentido do texto, é possível perceber uma estratégia no posicionamento discursivo do colunista, a partir de um efeito de sentido analítico sobre o ‘episódio’. Enfatizamos que se trata de um efeito de sentido pois, se o autor estivesse se propondo a desenvolver uma ‘análise’ sobre Eldorado do Carajás, deveria haver uma polifonia constitutiva na formulação do texto. Entretanto, identificamos que há uma voz predominante e é a que opera na construção do discurso: voz da Polícia Militar. Então, percebemos, neste caso, que a interdiscursividade opera como uma estratégia de simulação de dialogismo – nos termos bakhtinianos –, mas o que ocorre é a predominância do discurso do poder.

Observemos o exemplo: “[...] Uma tropa capenga de policiais sem treinamento para enfrentar uma situação daquela gravidade é chamada para conter um grupo de desesperados dispostos a matar e morrer e armados até os dentes com foices, pedaços de pau, facões e _como a fita apresentada no julgamento evidencia_ com armas de fogo, que foram disparadas antes que os policiais dessem o primeiro tiro. [...].” No início do enunciado, o efeito do discurso é avaliativo, ou seja, o colunista estaria elaborando uma análise sobre a situação da PM. Entretanto, os argumentos de que havia um ‘despreparo da tropa’; assim como uma ‘falta de armamentos para enfrentar o grande número de manifestantes’; e de que ‘os sem-terra iniciaram o tiroteio e estavam mais bem armados’ são os mesmos que sustentam a defesa dos policiais, tanto no domínio jurídico quanto no jornalístico.

Um posicionamento discursivo contrário a essa versão seria o de questionar, por exemplo, como, diante de todo esse ‘quadro desfavorável à PM’, nenhum policial foi morto, enquanto pelo menos 19 sem-terra foram assassinados e muitos outros sofreram ferimentos que carregam até hoje. Trazemos esse contraponto, que não foi apresentado no artigo, para exemplificar como o colunista simula a ação analítica em seu discurso: toda

suposta análise tem como fundamento apenas uma voz discursiva e, consequentemente, uma linha ideológica demarcada – a das instituições do poder –, o que caracteriza o fenômeno do controle discursivo.

Essa estratégia de simulação dialógica também opera na identificação de como o jornal se posiciona na polarização Nós x Eles. Se o grupo que está sendo criticado pelo colunista está explicitamente marcado, a delimitação do outro grupo, por sua vez, é mais complexa. Isso porque há uma questão implícita que opera na demarcação ideológica das críticas do colunista: enquanto todos os grupos são questionados e analisados sob a perspectiva institucional – CUT, PT, MST, Polícia Militar –, a instituição Governo não é trazida para o texto, mas a sua individualização – a partir da figura do governador. Assim, a delimitação do Nós não é explícita e como o Governo não está atrelado institucionalmente à Polícia Militar – pois o colunista atribui a responsabilidade pela ação dos policiais a Almir Gabriel – também não fica explícito que, ao assumir o discurso da PM, o colunista está também assumindo o discurso do Governo. Dessa forma, a inserção da FSP no grupo Nós se dá no nível mais profundo da realização discursiva. Assim, o texto que é construído sob o efeito de uma ‘análise de conjuntura’, cabendo ao seu autor a ‘autoridade’ para fazer críticas, pois estas estariam sustentadas pela ‘autonomia de opinião’, pode ser tomado como um texto ideologicamente marcado. O efeito cognitivo dessa estratégia de simulação, por fim, é orientar ideologicamente a compreensão sobre o caso Eldorado de Carajás, sendo que essa orientação opera implicitamente na construção dos modelos mentais.

O título do artigo tem um efeito catafórico e seu sentido só é possível de ser construído na leitura do último parágrafo. Trata-se de uma estratégia narrativa que Eco (1994) chama de *flashforwards*. Ela opera no sentido oposto ao *flashback*, trazendo para a cena uma antecipação da história. Assim, deixaremos as considerações sobre esse enunciado para o final da análise. O texto é construído a partir de marcas da oralidade, tais quais: ‘ninguém aqui’; ‘vem cá’, com o uso de dêiticos que operam no efeito de aproximação entre autor-leitor, como se tratasse de uma conversação. Neste caso, funciona como uma estratégia argumentativa e sua força persuasiva é a simulação de uma relação de intimidade entre o autor e os seus leitores. Essa é uma das características do fenômeno da ‘tecnologização discursiva’ discutido por Fairclough (2001a). No que diz

respeito à construção da representação do Eles, identificamos o uso do item lexical ‘pessoal’, que tem um efeito pejorativo para o grupo ao qual se refere: os participantes desse grupo não são tratados como atores sociais, mas em uma generalização banalizada. Esse mesmo item lexical é usado em outro momento do texto, também no processo de referenciamento aos integrantes da CUT, do MST e do PT. O efeito dessa ação referencial, tratando três entidades diferentes como um ‘conjunto’, opera na construção da partidarização do MST e, ao tratar tais grupos pejorativamente, também constrói o efeito deslegitimador de seus discursos e das suas práticas.

Retomando as considerações sobre o título do artigo (“Bom mesmo de massacre é usineiro”), que está em relação catafórica com o último parágrafo. Nessas duas estruturas textuais é introduzido para a ‘cena discursiva’ um novo ator social – o usineiro. Como ele não tem relação direta com o tópico discursivo, ou mesmo com os atores/grupos sociais envolvidos no artigo, tomamos essa inserção como mais um exemplo da interdiscursividade enquanto estratégia de simulação de dialogismo. Observemos, no trecho destacado, como o autor articula a discussão sobre a prática dos usineiros com o tópico discursivo e, assim, estabelece o efeito analítico-crítico em seu discurso: “[...]*Usineiro, sim, entende de massacre. Pega dinheiro emprestado do governo para investir na terra e depois gasta tudo na ampliação do novo haras e levando a patroa para passear na Europa. E ainda pretende ter as dívidas anistiadas. Isso é que é massacrar a lei e a ordem de um país”. Neste parágrafo, além de reforçar o efeito de sentido construído no texto, o discurso do colunista também opera na deslegitimação do massacre de Eldorado do Carajás, pois, ao ser enfático na crítica aos usineiros – categorizando suas práticas como um tipo de ‘massacre’ – desenfatiza a importância do massacre dos sem-terra. Para o articulista da FSP, é mais grave o desvio de verbas dos usineiros – sem questionar a conivência do então governo com tal prática – do que as mortes dos sem-terra.

Exemplo 41:

Grupo entrega abaixo-assinado (FSP, 18/04/1997)

Um grupo denominado Friends of the MST (Amigos do MST) entregou ontem um abaixo-assinado na Embaixada do Brasil em Londres pedindo a agilização da reforma agrária no país. A organização é ligada à representação do Partido dos Trabalhadores em Londres.

No documento, com 110 assinaturas, o grupo também reclama da lentidão do julgamento dos policiais militares acusados pelo massacre de Eldorado do Carajás, onde 19 sem-terra morreram há um ano. O grupo foi recebido pelo embaixador do Brasil em Londres, Rubens Barbosa. À noite, o diplomata participou de um debate na abertura da exposição fotográfica "Terra", de Sebastião Salgado, em uma igreja no centro da capital britânica. A exposição é sobre trabalhadores rurais.

A chegada da passeata dos sem-terra a Brasília foi mencionada no noticiário da rede de TV a cabo Sky News, que transmite notícias 24 horas por dia.

Esta notícia traz um aspecto pontual para a nossa análise e apresenta mais um elemento que exemplifica a construção da representação do MST atrelada ao PT. Esse discurso não é o tópico, mas está presente na estrutura de relevância, observada no último enunciado do *lead*. O tópico discursivo trata da entrega do abaixo-assinado de um grupo, em Londres, com reivindicações pró-MST. Se essa macro-ação discursiva pode ser considerada favorável ao MST, a construção elaborada no *lead* opera, por sua vez, na estereotipização do grupo responsável pela ação ("Amigos do MST"), pois o qualifica a partir da sua afinidade político-partidária, não pelas suas práticas ou reivindicações. Observemos no trecho destacado: "[...] A organização é ligada à representação do Partido dos Trabalhadores em Londres. [...]" Não é irrelevante, para esta investigação, que dentre os vários aspectos que poderiam ser predados ao grupo, o jornal destacou a sua relação com o PT. Também é importante discutir a natureza dessa relação. O item lexical que opera em tal especificação ('ligação') é vago. Por isso, possibilita leituras que associa tal 'ligação' a aspectos negativos e até ilegais.

Exemplo 42:

Palestra é proibida por Justiça do MS (FSP, 22/08/1998)

O juiz de Mundo Novo (462 km ao sul de Campo Grande), Cléber Corsato Barboza, proibiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de realizar palestras em escolas públicas da rede estadual no município.

O juiz disse à Agência Folha que as palestras poderiam ter influência político-partidária, e a campanha eleitoral em prédios públicos é vedada por lei.

Barboza também levou em conta um "clima de adversidade" entre produtores rurais e MST no município, por causa do abate de 30 cabeças de gado na fazenda Savana, há duas semanas. As palestras acabaram sendo realizadas em locais públicos e nas escolas da rede municipal. A prefeita local, a ex-sem-terra Dorcelina Folador (PT), autorizou os eventos. As palestras fazem parte da marcha organizada pelo MST no Estado.

A partir da análise da estrutura de relevância dessa notícia, apresentamos outros exemplos para a questão tratada neste *frame*. O título não é formulado a partir do tópico que norteia o discurso desse texto. Apesar da importância dessa estrutura textual, identificamos que a topicalização é desenvolvida apenas no *lead*. Nesse caso, o título funciona como um introdutor do que vai ser tratado no primeiro parágrafo. Ou seja, sua potencialidade em orientar toda a interpretação do texto não é explorada. É no *lead* que identificamos sobre o que aborda a notícia, já que a proibição da palestra serve apenas como pano de fundo para as questões depois introduzidas. O que está topicalizado na notícia é o fato de que o grupo proibido – por um juiz – de realizar palestras em escolas é o MST e a ‘justificativa’ para tal proibição seria a possibilidade dessas palestras influenciarem partidariamente os alunos. O trecho destacado traz os argumentos jurídicos: “[...] O juiz disse à Agência Folha que as palestras poderiam ter influência político-partidária, e a campanha eleitoral em prédios públicos é vedada por lei. [...]”.

Essa ação, que poderia ser tratada pelo jornal como discriminação ou censura, é passivamente aceita e a ‘justificativa’ dada não é questionada. Inclusive, outros argumentos são apresentados, no sentido de legitimar a proibição do juiz. No trecho a seguir: “[...] Barboza também levou em conta um "clima de adversidade" entre produtores rurais e MST no município, por causa do abate de 30 cabeças de gado na fazenda Savana, há duas semanas. [...]”, só é possível traçar uma linha argumentativa entre a proibição da palestra – para a qual o juiz alega questões político-partidárias – e o argumento apresentado logo em seguida se entendermos a ação jurídica a partir da sua natureza ideológica.

O posicionamento passivo do jornal em relação à prática jurídica é possível de ser explicado se entendermos a sustentação de forças entre esses dois domínios e, principalmente, suas afinidades ideológicas. O domínio jurídico e o domínio jornalístico operam discursivamente sob os mesmos pressupostos: o MST é um movimento que serve aos interesses político-partidários do PT. Assim, qualquer ação do MST implicará em uma ação partidária pró-PT, o que não interessa à elite do município em questão. Essa redução do MST como uma ‘ala’ petista, conforme analisamos, é mais um elemento, entre outros identificados nos demais *frames*, de deslegitimação do movimento. No último exemplo destacado, identificamos como a associação é estabelecida de forma tão

direta, que é basicamente ‘naturalizada’: “[...] A prefeita local, a ex-sem-terra Dorcelina Folador (PT), autorizou os eventos. [...]”. Essa naturalização resulta em uma prática discursiva determinística, levando à elaboração de modelos mentais fortemente constituídos por essas ideologias.

Exemplo 43:

Boné substituiu chapéu de palha (FSP, 06/07/2003)

Até chegar à cabeça do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e virar motivo de polêmica nacional na semana passada, o boné do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) percorreu marchas pelo Brasil afora e disputou espaço com o tradicional chapéu de palha. No MST, as informações a respeito da origem do boné são desencontradas. Mas há uma unanimidade: ele substituiu como símbolo o chapéu de palha típico dos sem-terra na caminhada que o movimento fez até Brasília, em 1997, para marcar o primeiro ano das mortes de Eldorado do Carajás. Na época, o MST foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, também ele presenteado com o boné. FHC, porém, não o vestiu, pelo menos em público.

Trazemos como último exemplo, para a análise deste *frame*, uma notícia mais recente. O então candidato do PT, na época do massacre de Eldorado do Carajás, Luiz Inácio Lula da Silva, está em seu primeiro ano de mandato como Presidente da República do Brasil. O episódio que trata a notícia repercutiu em todos os veículos de comunicação do País e gerou uma ampla discussão. Trata-se de um gesto feito por Lula que, ao receber de presente um boné do MST, dado por representantes do movimento no gabinete presidencial, colocou o boné. A notícia que estamos analisando é um desdobramento da principal, pois tenta trazer a questão por outro ‘ângulo’, discutindo a ‘origem’ do boné. O gesto de Lula foi tratado na mídia como uma expressão ideológica em favor do MST – o que não caberia a um presidente da República.

Essa questão é relevante para a nossa pesquisa por revelar a consolidação da ideologia da relação partidária entre MST e PT, e como a mídia se coloca em ‘vigília’ para ‘denunciar’ essa relação, principalmente quando o PT passa a ser o partido do poder. Ou seja, qualquer gesto do Presidente – seja em práticas discursivas ou não – em relação aos sem-terra tem ampla repercussão e gera um ‘posicionamento crítico’ dos meios de comunicação sobre um suposto ‘privilégio’ dado ao movimento nas ações do governo. Na leitura que fazemos dessa questão, a demarcação discursiva de tal relação se

manifesta, nessa notícia, em um trecho que aparece no fim da notícia. Aparentemente deslocado, pois não está estabelecida uma relação explícita com o assunto tratado, o enunciado opera com forte conotação ideológica, pois seu efeito de sentido é contrapor o posicionamento político do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o do então presidente Lula. Observemos no trecho: “[...] Na época, o MST foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, também ele presenteado com o boné. FHC, porém, não o vestiu, pelo menos em público. [...]”. Ao estabelecer esse ‘contraponto’, o discurso do jornal opera na reafirmação do estereótipo construído sobre a relação entre o MST e o PT, demarcando que FHC e, consequentemente, o seu partido (PSDB), não têm vínculos ideológicos com movimentos contrários aos grupos do poder. Por sua ação se dar a partir de um discurso estereotipado, a FSP opera, nesta notícia, não apenas na deslegitimização do MST, mas, pela relação de associação, pretende deslegitimar também o governo petista.

Para as considerações finais sobre a análise desta macro-categoría é importante fazer o contra-ponto com o *frame* anterior, no qual a ação de deslegitimização do MST está tão definida, que chega a enrijecer as possibilidades discursivas. Neste *frame*, pelo contrário, o jornal opera a partir de estratégias menos aparentes, que não estão na superfície textual, e, mesmo que o identifiquemos como um gesto de deslegitimização do movimento, ele não é explícito. Isso, ao mesmo tempo em que nos fornece mais possibilidades de investigação, também opera de forma sutil na construção dos modelos mentais dos leitores e, assim, na memória social. Só que, neste caso, a construção dos estereótipos envolve não apenas os sem-terra, mas um partido político, o PT, principal força política de oposição ao PSDB, partido do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Assim, os objetivos políticos do jornal são mais complexos e marcadamente ideológicos: legitimar o sistema neoliberal que representa o PSDB. Para desenvolver tal análise é preciso articular processos inferenciais (implícitos, pressuposições) que operam na construção discursiva dessas notícias com os aspectos sócio-políticos que destacamos no nosso esquema de análise proposto. Ou seja, faz-se necessária uma ‘leitura global’ de vários elementos contextuais – relações de forças políticas; orientação ideológica do jornal; estereotipização histórica dos movimentos sociais, entre outros – para se chegar ao significado deste *frame*. Daí a relevância de

trazermos para o quadro de análise aspectos macrossocial, articulando-os com outros de natureza sócio-cognitiva, discursiva e lingüística.

Frame VI - o reframing: a não-ocorrência

A natureza desta categoria está em sua não-ocorrência. Para entender tal característica é preciso, primeiro, entender o não-dito (ou o silenciamento) como um gesto discursivo. Isso quer dizer que a não-ocorrência desta categoria é uma postura ideológica do jornal. São vários os estudos que situam o silenciamento como uma ação de dizer algo – aspecto principalmente estudado na Análise do Discurso francesa. Esses estudos têm sido desenvolvidos em áreas de conhecimento distintas, além da Lingüística: como na Psicologia e nas Ciências Sociais. Assumimos tal questão como base para as reflexões que buscamos sobre cognição ↔ discurso ↔ mudança social. Para isso, tomamos o estudo de Lakoff (2004) que propõe essa relação a partir do movimento que ele chama de *reframing*.

O *reframing*, nos termos de Lakoff (2004) parte de uma reformulação de como as pessoas vêem o mundo¹⁵. Para o autor, a mudança social só ocorre quando ocorrem mudanças nos nossos sistemas neuronais. Isso quer dizer que tudo o que sabemos está no nosso cérebro¹⁶, por isso ele tem que mudar. Para Lakoff (2004, vx), “os *frames* são estruturas mentais que encapsulam a forma como nós vemos o mundo”. Eles são constructos teóricos e fazem parte do que a ciência cognitiva define como nosso ‘inconsciente cognitivo’. Para o autor, cada palavra – articulada ou não em um discurso – aciona um sistema de *frames*. Por isso, usar palavras é trazer para o consciente do seu interlocutor conceitos que, a partir de uma construção sócio-histórica, estão atrelados a elas. Assim, *framing* é uma ação de enquadre de significados. Essa discussão é importante para esta investigação pela noção a qual ela se contrapõe: o *reframing*. Ou seja, possibilidades de reconceitualizar enquadres. Por isso, para Lakoff (2004),

¹⁵ Desenvolvemos esse conceito no segundo capítulo, mas retomamos alguns dos seus aspectos para fundamentar o uso desse termo também como uma categoria de análise.

¹⁶ O debate sobre a relação mente/cérebro que tanto inspira a Filosofia, a Psicologia e as Ciências Cognitivas resvala por vários caminhos, exigindo um estudo específico. Assim, nos atemos à terminologia de Lakoff (2004).

reframing é mudança social: é uma ação discursivo-cognitiva para mudar a forma como as pessoas vêem o mundo. Assim, é preciso articular mudanças discursivas com mudanças cognitivas para que conceitos estabelecidos (tais como os estereótipos e preconceitos) possam ser modificados. O autor argumenta que, para isso, faz-se necessário um complexo trabalho de elaboração de discursos. Ou seja, se um grupo pretende inserir uma nova perspectiva sobre alguma questão, é preciso estar atento para não usar as palavras-discursos que estejam estabilizadas em sistemas conceituais de outras ideologias.

Trazendo tal perspectiva para esta investigação, observamos que os *frames* de cobertura seguiram os discursos estabelecidos pelas instituições do poder, ou por outras organizações e movimentos sociais, que não o MST. Isso se deve, conforme analisamos, ao forte controle discursivo dos jornais, que exclui discursivamente grupos contrários ao *status quo*. Não houve, na cobertura do massacre de Eldorado do Carajás, um *frame* que tenha sido desenvolvido a partir da perspectiva dos sem-terra. Assim, todos os *frames* categorizados seguem os mesmos discursos, ou seja, a mesma forma de ver o mundo, ainda que desenvolvidos a partir de outras vozes. Isso quer dizer que a relação ‘cognição ↔ discurso ↔ mudança social’ não ocorreu e, provavelmente, o discurso do poder deve ser o que organiza as estruturas mentais dos leitores.

6. Considerações Finais

Este capítulo tem por objetivo sistematizar as questões levantadas sobre o processo de (des)legitimização de Eldorado de Carajás, apontar caminhos que indiquem *como* se deu a categorização desse fenômeno e *quais* aspectos podem ter operado nesse processo. Antes, é importante ressaltar duas questões: *i)* trata-se de *uma* leitura que fazemos e de possíveis respostas que apresentamos para os problemas teóricos levantados ao longo deste trabalho. Não trazemos resoluções, mas uma perspectiva heurística para esta investigação. E isso se deve a nossa própria concepção do ‘fazer científico’; *ii)* operamos com ações e fenômenos de natureza intrinsecamente instável: ‘legitimização’, ‘categorização’, ‘construção discursiva’ e ‘elaborações cognitivas’. Seria contraditório chegar a definições e respostas para ações que estão em constante processo de construção.

Entretanto, isso não nos leva a um relativismo absoluto, não se trata de assumir tal perspectiva. Mas de assumir que, assim como os demais domínios sociais, também no domínio acadêmico estamos construindo discursos *sobre algo*, e não *observando algo diretamente*. Não se trata de um subjetivismo ou de um relativismo porque entendemos que tal construção discursiva se dá a partir da intersubjetividade, o que pressupõe interações e ações sociais, coletivas. Na essência está o processo de construção de significações – ou de semiotização. Enfim, tudo são discursos e perspectivas de observação. Assim, o mito da objetividade não mais se sustenta no paradigma de ciência que assumimos, no qual o princípio básico é o de que a produção do conhecimento se dá entre sujeitos, não entre sujeitos e objetos (Santos, 2003).

Também, quando afirmamos que trabalhamos com uma perspectiva heurística, situamos esta pesquisa como um esforço investigativo, desenvolvido a partir de um amplo diálogo teórico, com o objetivo de estudar a constituição de um fenômeno, não apenas interpretá-lo, ou mesmo resolvê-lo. Para dar conta desse objetivo, faz-se necessário um aparato teórico que o sustente, assim como a identificação de categorias analíticas que operem nesse processo. E assim desenvolvemos nossas considerações e

análises sobre a (des)legitimização de Eldorado de Carajás: partindo de pressupostos, de posturas ideológicas, políticas e pelo desejo de descobrir *algo*. Ou seja, como qualquer ação humana.

Norteou o desenvolvimento deste trabalho uma hipótese central: as ações de legitimização servem para consolidar grupos e ideologias dominantes, categorizar atores/grupos sociais e controlar o poder. Para isso, grupos dissidentes, contrários ao *status quo*, precisam ser estereotipados e criminalizados. Os caminhos teóricos traçados, assim como a investigação discursiva, levam-nos à conclusão de que nossa hipótese está correta. A construção da legitimização está intrinsecamente relacionada ao controle discursivo dos grupos do poder, sendo o jornal uma das instituições que operam mais fortemente nessa construção. Entretanto, mesmo afirmando a comprovação da hipótese inicial, é importante ressaltar que não se trata de uma resposta estanque, mas em contínua elaboração. Por isso, assumimos a comprovação da hipótese *neste* momento histórico. Provavelmente, outra investigação, em outro momento sócio-político, chegue a reflexões diferenciadas.

O desejo de estudar o fenômeno da legitimização foi impulsionado por algumas questões, que tomamos como problemas de pesquisa. Retomando a apresentação deste trabalho, pontuamos esses problemas: 1) *Quais as ações lingüístico-cognitivas envolvidas no processo de elaboração do discurso (des)legitimador?* 2) *Como essas ações resultam em discursos distintos sobre um mesmo episódio?* E, por fim, a pergunta que está relacionada à ‘perspectiva heurística’ que mencionamos: *Como ‘versões’ se consolidam como um ‘fato’, algo dado, concreto, objetivo, quase que naturalmente constituído e legitimado?*

Essas perguntas nos fizeram desenvolver uma investigação a partir de três perspectivas: primeiro, de forma mais ampla, estudando o fenômeno da (des)legitimização como uma construção que se dá em relações constitutivas entre aspectos cognitivos, sociais e discursivos. Daí o definirmos também como uma ‘ação de categorização social’; segundo, observando como o jornalismo – enquanto prática discursiva – agiu especificamente na cobertura de Eldorado de Carajás; terceiro, analisando como a construção de sentido do discurso jornalístico operou na construção da ‘verdade’ sobre o massacre e, assim, na sua (des)legitimização.

Primeiro, é preciso ressaltar que para dar conta desta investigação foi necessário a construção de um quadro teórico multidisciplinar. Isso porque defendemos que a Lingüística (como qualquer outro campo de estudo) não é suficientemente autônoma para dar conta dos complexos fenômenos sociais. Assim, optamos pela multidisciplinariedade, trazendo para a Análise Crítica do Discurso – marco teórico deste trabalho – discussões desenvolvidas nas Ciências Jurídicas, nas Ciências Cognitivas, na Sociologia e na Filosofia. A inserção em outras áreas do conhecimento requer um grande esforço, devido à ampliação das leituras necessárias, mas nos ajuda a perceber as nossas próprias limitações no trato de algumas questões. Os estudos cognitivos, por exemplo, têm sido de grande importância para a Lingüística e têm ajudado a reformular noções estabilizadas nessas pesquisas, tais quais as de *contexto*, *metáfora* e *referenciação*. Entretanto, como já discutimos, a multidisciplinariedade também requer ações colaborativas entre os atores sociais do domínio acadêmico, já que um único pesquisador não pode dar conta de todos os campos do conhecimento.

De volta às considerações sobre as nossas perguntas iniciais, propomos algumas reflexões e conclusões desenvolvidas ao longo desta investigação. Entendemos que identificar os elementos lingüístico-discursivos que operam na construção do discurso (des)legitimador é justamente investigar como se dá a interface entre as práticas sociais e a elaboração textual. Ou seja, os elementos que operam na transição dos aspectos de ordem macro (sociedade, domínios discursivos, ideologias) e passam a constituir um texto.

Com base em nossas análises, identificamos a topicalização como uma macro-ação que opera nesse processo, assim como na construção de sentido dos textos jornalísticos. Ao topicalizar uma notícia, constrói-se a ação principal de desenvolvimento discursivo e suas delimitações, daí o desenvolvimento de distintos textos sobre um mesmo assunto. Também identificamos que as categorias semânticas analisadas são de extrema relevância para a construção diferenciada de sentidos. Sobre a última pergunta, atrelamos tal processo à categoria acesso discursivo: as instituições de poder controlam a prática jornalística, sendo essa prática *uma* das que operam na construção das ‘verdades’ ou das ‘crenças’ sociais. As demais questões relacionadas às conclusões das análises discursivas estão desenvolvidas no item 6.1.

O estudo da (des)legitimação nos trouxe necessidades de discutir de forma sistemática e aprofundada pontos que são tratados de forma ampla, ou mesmo vaga, na Análise Crítica do Discurso. Tomamos como exemplo a noção de ‘mudança social’. Não há uma preocupação em definir de forma elaborada essa noção e, consequentemente, em aprofundar *como* esse processo se constitui. Não nos parece suficiente atrelar a mudança social à mudança discursiva. Dito assim, parece-nos mais uma relação causal (causa-efeito), mecânica, do que uma construção social. Entendemos que faltam elementos teórico-analíticos que dêem conta desse complexo processo. Defendemos, ao longo do trabalho, que a ausência de uma inserção profunda nas Ciências Cognitivas, de forma geral, e mesmo na Lingüística Cognitiva, especificamente, é onde está o *gap* dos estudos críticos discursivos.

É importante enfatizar que, ao defender a necessidade da inserção nos estudos cognitivos, não significa propor uma outra Análise Crítica do Discurso, ou mesmo uma nova linha de pesquisa dentro desse marco teórico, mas sim de uma ampliação do seu escopo. Também é importante salientar que pesquisas com distintos caminhos investigativos já estão sendo desenvolvida na ACD, portanto não estamos lidando com um campo monolítico, muito pelo contrário. Está na essência da sua proposta os mais distintos diálogos teóricos. O único norte traçado na ACD é o político: os trabalhos acadêmicos devem assumir uma postura contrária às desigualdades sociais, colocando-se ao lado da luta dos excluídos. Por isso, a ACD é explicitamente ideológica, ao contrário de outras linhas de pesquisa, que ainda insistem em se esconder por trás do mito da imparcialidade ou objetividade.

A proposta que trazemos para o estudo da mudança social é a idéia de *reframing* desenvolvida por Lakoff (2004). Como já foi dito, trata-se de uma noção ainda pouco desenvolvida pelo autor, o que repercute neste trabalho, pois falta um aparato teórico para aprofundar esse conceito – o que também não faz parte dos nossos objetivos – e, assim, temos consciência das limitações do tratamento dessa questão, trazida de uma forma até certo ponto ‘abstrata’. Entretanto, resolvemos assumir esse risco. Primeiro porque percebemos, com a idéia de *reframing*, possibilidades de discutir a mudança social a partir da perspectiva cognitiva e, assim, articular com a análise discursiva. O segundo

ponto: é um caminho de estudo que se abre e, se ele não é satisfatoriamente trilhado aqui, pode ser realizado em trabalhos futuros.

Essas reflexões, como dissemos, vêm da própria investigação da (des)legitimização. Quanto mais o analisamos, mais percebemos quantas questões estão atreladas a ele: categorizações, mudança social, produção discursiva. E, assim, entendemos que ainda cabem desdobramentos no estudo desse fenômeno. Pois, mesmo que tenhamos articulado distintas e amplas referências teóricas, esse esforço não foi suficiente para esgotar a questão, ou mesmo chegar a conclusões categóricas. Não há relações sociais que não dependam da legitimidade, daí sua amplitude. E, como já foi dito, trata-se de um processo instável, situado em práticas e momentos históricos específicos. Assim: a (des)legitimização é um fenômeno aberto a distintas perspectivas teóricas e as mais diferenciadas pesquisas e análises .

6.1 A Realidade Fabricada: algumas conclusões sobre a (des)legitimização de Eldorado de Carajás

Neste ponto, fazemos um apanhado sistemático das análises sobre a ação do discurso jornalístico no processo de (des)legitimização de Eldorado de Carajás. A macrocategorização da cobertura da Folha de S. Paulo (FSP) em *frames* foi importante para a observação do fenômeno e serviu como um guia para estudar os aspectos macrosociais nessa cobertura, assim como na análise dos elementos lingüístico-discursivos no processo de categorização do massacre. Na nossa leitura do *corpus*, observamos que em alguns momentos o discurso do jornal foi constituído por um forte controle das principais esferas do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Isso se deu, principalmente, nos primeiros anos de cobertura e nas matérias que tratavam especificamente dos trâmites jurídicos: julgamentos, denúncias do Ministério Público, preparação do corpo de jurados etc. Nesses períodos, o jornal assume, em seu discurso, os discursos do poder e, assim, atua no processo de construção do ‘fato jornalístico’ sobre Eldorado de Carajás.

Entretanto, como foi discutido, o processo de (des)legitimização é instável, assim como a própria produção de discursos (dependem de uma série de modelos contextuais) e

a característica apontada acima sofreu modificações. Mesmo trabalhando com um *corpus* que dá conta de dez anos de cobertura sobre o massacre, temos consciência que não é o suficiente para falarmos em ‘modificações históricas’ do discurso da FSP. Nesse período, porém, é possível identificar algumas mobilidades nas ações discursivas, principalmente por se tratar do domínio jornalístico, que, mesmo operando sob um determinado controle, não se pode definir como um controle absoluto, sem a interferência mais ampla da sociedade. Assim, identificamos algumas mudanças em sua constituição, principalmente pelas mobilizações de alguns segmentos sociais (organizações não-governamentais, movimentos sociais, Igreja Católica, intelectuais e artistas), o que iniciou um processo de conscientização contra a violência policial em Eldorado de Carajás, durante o protesto dos sem-terra, e contra a impunidade pelo massacre. O jornal, como um domínio articulador de discursos, também sofre influência dessa mobilização e passa a construir um discurso mais polifônico (nos termos bakhtinianos). Assim, a perspectiva sobre as mortes dos sem-terra, que pelo menos durante os primeiros anos de cobertura era predominantemente a do poder, passou a ter um desdobramento discursivamente híbrido.

Também com as campanhas constantes do MST (por exemplo, a “Jornada de Luta”) o massacre de Eldorado de Carajás passa a ser questionado em vários âmbitos, principalmente no tratamento jurídico do caso. Assim, após uma detalhada investigação e análise do *corpus* do jornal, entendemos que, socialmente, ***as mortes dos sem-terra são deslegitimadas***. Ou seja: a sociedade não aceita o massacre, nem a impunidade jurídica, já que os acusados pela justiça (Coronel Mário Pantoja e o Major José Maria Oliveira) respondem ao crime em liberdade. Isso exemplifica, de forma bastante pontual, a distinção feita por Habermas (1999 [1973], 1996) entre as noções de legitimidade e ilegalidade. A primeira é uma construção discursiva e social; a segunda, uma ação atrelada ao domínio jurídico e fundamentada pelo Direito Positivista. Essa reação social é ‘acatada’ pela mídia, conforme discutimos anteriormente. Entretanto, uma análise detalhada das distintas estratégias de inserir esse discurso no jornal nos leva a uma consideração: a deslegitimização social do massacre foi assumida pela FSP como uma espécie de ‘concessão’. Várias estratégias de ordem discursivo-cognitiva e lingüística foram utilizadas para a construção do efeito de sentido no qual o jornal ‘reverbera’ as reivindicações da sociedade, em uma simulação de abertura para as reivindicações

sociais. Esses aspectos estão discutidos ao longo das análises, mais especificamente no *Frame II: A Mobilização da Sociedade*.

Algumas outras questões merecem ser retomadas neste capítulo. Primeiro, pela sua importância na constituição do fenômeno; segundo por se tratar de um dos objetivos desta investigação: a (des)legitimização de Eldorado de Carajás e a do MST estão atreladas? A conclusão que chegamos é que esses dois processos se deram em paralelo e são de naturezas distintas. Ou seja: ***as mortes dos sem-terra foram deslegitimadas, mas o MST não foi legitimado como movimento social***, ao menos na cobertura da FSP. E isso se deu a partir de uma cobertura estereotipada sobre as demais ações dos sem-terra, o que categorizamos como a *criminalização* e a *partidarização* do movimento. Entendemos esse processo como uma macro-estratégia do jornal para estabelecer uma linha divisória entre o massacre e o MST: o primeiro ‘pode’ ser criticado, pois é tratado a partir da perspectiva humanitária; o segundo é um movimento social que ‘ameaça’ as elites e suas ações não podem ser tomadas como legítimas, tampouco as suas reivindicações.

Dessa forma, ocorre um processo de ‘desideologização’ na cobertura do massacre de Eldorado de Carajás, já que ele é tratado como um caso isolado, como uma exceção, e não sob uma perspectiva política. E isso se dá, fundamentalmente, por dois aspectos: *i*) não há questionamentos, por parte do jornal, da falta de um projeto político para a reforma agrária no Brasil, ou mesmo sobre os freqüentes assassinatos de trabalhadores rurais nos campos brasileiros¹⁷. Esta seria uma discussão política sobre o MST e suas ações; *ii*) conforme discutimos em nossas análises, o massacre foi tratado fora de domínios institucionais, personalizando os culpados. E isso foi feito tanto pelo jornal quanto pela Justiça, que não atrelou ao processo os representantes das principais instâncias políticas naquele momento histórico: o então governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB) e o Secretário de Segurança, por exemplo. Assim, esses discursos e as outras práticas sociais não constituem uma mudança profunda de conceitos – ou *reframing* – sobre a questão agrária no Brasil e não legitimam a luta dos sem-terra. Portanto, apesar de a sociedade deslegitimar as mortes dos sem-terra, essa atitude não é ideológica, mas apenas uma visão pontual. A questão principal que moveu o protesto dos sem-terra, naquele 17 de abril de 1996, foi a luta pela reforma agrária e foi por isso que

¹⁷ Para esses dados, ver os relatórios anuais da Comissão da Pastoral da Terra (CPT)

os trabalhadores rurais morreram. Entretanto, essa questão é tratada subliminarmente e não constitui o discurso do jornal.

Assim, chegamos à questão do controle discursivo-cognitivo. As mobilizações contra o massacre tiveram ampla cobertura, a discussão se deu em vários âmbitos da sociedade e o envolvimento social foi (e continua) amplo. Dessa forma, há a possibilidade de construir conceitos, de categorizar o ‘evento’ como ‘massacre’ e deslegitimá-lo. Entretanto, a cobertura do jornal se desenvolveu por caminhos que o ‘massacre’ passou a ser tratado como um ‘evento’, pois, conforme analisamos, dificilmente havia a relação com os sujeitos responsáveis pelo ato das mortes. E isso chega à categoria que gostaríamos de discutir aqui: o acesso discursivo.

Em todos os *frames* de cobertura, os textos jornalísticos foram construídos a partir da exclusão do discurso dos sem-terra. Mesmo no *Frame II*, que tem uma característica mais polifônica e democrática, o discurso dos sem-terra não constitui os textos. O acesso discursivo é dado a organizações diversas, que não estão atreladas às instituições do poder. Por isso dizemos que se trata de uma ‘aparente democratização’. O efeito de sentido é que o jornal é democrático e está ampliando a discussão para toda a sociedade. Entretanto, os atores sociais protagonistas da história não têm o direito de contar a sua própria história. Por isso, enfatizamos nossas considerações e conclusões sobre o aspecto da ***desigualdade do trato discursivo***, ou seja, o acesso. Ele nos possibilita investigar não apenas as vozes que circulam em um texto, mas o seu efeito cognitivo. Assim, identificamos um quadro discursivo, ao longo dessa cobertura, que desfavorece e enfraquece o MST.

Nestas considerações gerais sobre as análises, outro aspecto importante a ser ressaltado é a forte estereotipização dos sem-terra e como isso opera na deslegitimização do movimento. As ações discursivas do jornal foram incisivas e se desenvolveram, basicamente, por dois enfoques de cobertura: um que categorizamos como *criminalização*, no *Frame IV*; e outro a partir da *partidarização*, no *Frame V*. Um é de natureza mais agressiva e as estratégias retóricas se dão de forma explícita, ou ainda na ‘superfície textual’. A outra se dá a partir de um processo sutil e implícito, envolvendo complexas questões sócio-políticas e históricas do país. Enquanto no *Frame IV* a linha argumentativa é definida e se constitui, basicamente, a partir da topicalização,

enfatizando as ações negativas do MST; no *Frame* V se ‘sugere’ uma subserviência do MST ao Partido dos Trabalhadores (PT), então oposição ao Governo Federal. Perceber esse processo requer um conhecimento da história política brasileira, das relações de força entre os partidos, e do preconceito histórico com partidos de ‘esquerda’. Por isso, provavelmente, a leitura de matérias dessa natureza constroem conceitualizações profundas no processo de deslegitimização do MST e devem se desenvolver em níveis mais complexos da memória dos leitores, que não apenas a memória de curto prazo. Daí a sua mudança (ou o seu *reframing*) ser mais difícil. No caso da categorização construída a partir de leitura de textos do *Frame* IV, provavelmente sua subversão seja mais possível e possa ser modificada a partir de práticas discursivas e de mobilizações de órgãos representativos da sociedade.

Um exemplo dessa possível mudança na categorização do *Frame* IV é a que identificamos, de certo modo, no *Frame* II. Mesmo que o controle ao discurso dos sem-terra tenha sido mantido, a repercussão negativa sobre as altas esferas do poder brasileiro (também no exterior) desestabilizou, de certo modo, o Governo Federal e o próprio discurso da FSP. No *Frame* II, há uma espécie de ‘crise de legitimização’ de poderes, o que também constitui mudanças no *continuum* protótipo/estereótipo dos atores/grupos sociais envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás, pois a mobilização da sociedade demandou uma postura discursiva diferenciada do jornal.

Esses aspectos já foram discutidos no capítulo anterior. O objetivo em retomá-los é reforçar a nossa idéia de que, enquanto os conceitos construídos a partir da cobertura estereotipada do *Frame* IV estão mais susceptíveis a mudanças, outros processos de construção discursivo-cognitiva são mais complexos e exigem um esforço social maior para a sua mudança. Entretanto, os dois casos são processos de categorização e, conforme defendemos, eles são de natureza intrinsecamente instável, flexível e situacional. Assim, ambos estão sujeitos a mudanças. Entretanto, mesmo que pareça redundante, é preciso reafirmar a falta de acesso dos sem-terra ao discurso do jornal e as fortes consequências desse processo. Trata-se de uma postura antidemocrática, que tem como efeito principal a construção de modelos cognitivos ‘predominantes’, elaborados a partir do discurso das elites. Quando dizemos que os modelos cognitivos são ‘predominantes’ estamos também insistindo no ponto de que não se trata de elementos rígidos e estanques.

No que diz respeito às categorias de ordem semântica, situamos os processos de construções de ‘redes lexicais’ e de ‘nominalização’ como inerentes às produções discursivas, o que nos leva a inferir que esses aspectos, tomados como unidades de ações legitimadoras, estão na gênese da ação discursiva. Ou seja, não há produção de discursos sem a ação de nomear. Outras categorias semânticas – tais como ‘atributos e valores’ e ‘verbos introdutores de opinião’ – foram mais proeminentes em alguns *frames* que em outros. Entendemos esse processo a partir da própria natureza desses elementos. Eles estão atrelados a processos mais ‘deliberados’ de categorização, como acontece no *Frame IV*. Diferentemente do que observamos na análise do *Frame I* (A Circulação das Versões), por exemplo, no qual o ‘cuidado’ com o efeito discursivo da imparcialidade é mais predominante que nos demais. Nesse *frame*, o jornal, mesmo já assumindo o discurso do poder, ainda está elaborando o seu próprio discurso sobre o massacre. Assim, a polarização Nós x Eles também não é tão fortemente marcada no *Frame I*.

Por fim, reafirmamos a importância de estudar o fenômeno da (des)legitimização nos estudos discursivos. A análise aprofundada desse fenômeno nos permite perceber *como* se constituem estereótipos e preconceitos sobre atores/grupos sociais e *quais* as estratégias que operam na construção dessa exclusão social a partir dos discursos. Assim, se há uma ‘conscientização’ relativa que existe a discriminação, é preciso discuti-la nos vários domínios que atuam na sua constituição, mostrar como isso ocorre, como operam em sociedade e quais as instituições que a sustenta. Nesta investigação, tratamos do domínio jornalístico especificamente. Entretanto, o domínio acadêmico precisa transformar a sua prática, cada vez mais, em ações socialmente engajadas, comprometidas com a igualdade e solidárias aos grupos excluídos. Só assim a produção científica não corre o risco de ser mais um discurso reverberando a desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, C.A. 1999. A Importância dos Clássicos. In: **Teoria Social Hoje**. Giddens, A. & Turner, J. São Paulo, Editora Unesp, p.p. 23-90.
- BAKHTIN, M. 2000 [1979]. **Estética da Criação Verbal**. 3 ed. São Paulo, Martins Fontes.
- BAKHTIN, M./ VOLOCHINOV, V.N. 2002 [1979]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 10 ed. São Paulo, Hucitec/Anna Blume.
- BAZERMAN, C. 2006. **Gênero, Agência e Escrita**. Orgs: Hoffnagel, J. Dionisio, A. São Paulo, Cortez Editora.
- _____. 2005. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. Orgs: Hoffnagel, J. Dionisio, A. São Paulo, Cortez Editora.
- _____. 1994. Genre as Social Action. In: A. Freedman & P. Medway (eds.). 1994. **Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions**. London, Taylor & Francis, pp. 79-101.
- BARSALOU, L.W. 1992. Frames, Concepts, and Conceptual Fields. In: Lehrer, A. & Kittay, E.F. (Eds). **Frames, Fields, and Contrasts. New Essays in Semantic and Lexical Organization**. Hillsdale, New Jersey: Laurence Erlbaum Ass. Publishers, pp. 21-74.
- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER. 1981. **Introdução à Lingüística de Texto**.
- BEAUGRANDE, R. 1997. **New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society**. New Jersey, Ablex Publishing Corporation.
- BERKENKOTTER, C. & HUKIN, T. 1995. **Genre Knowledge in Disciplinary Communication: cognition/culture/power**. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- BILLIG, M. 1991. **Ideology and Opinions: Studies in Rhetorical Psychology**. London, Sage.
- BLIKSTEIN, I. 2003. **Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade**. São Paulo, Editora Cultrix.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. 2004. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo, Contexto.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. 1999. **Discourse in Late Modernity. Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh, Edinburgh University Press.

- CONDOR, S. & ANTAKI, C. 2000. Cognición social y Discurso. In: Van Dijk, T.A. (org.). **El Discurso como Estructura y Proceso**. Barcelona, Gedisa Editorial, p.p 453-490.
- COHEN, J.I. 1999. Teoria da Estruturação e a Práxis Social. In: **Teoria Social Hoje**. Giddens, A. & Turner, J. São Paulo, Editora Unesp, p.p. 393-446.
- CHOMSKY, N. 1999. **Segredos, Mentiras e Democracia**. Brasília, Editora UnB.
- DELLA PORTA, D. & DIANI, M. 1999. **Social Movements. An Introduction**. Oxford, Blackwell Publishers.
- ECO, U. 1994. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo, Companhia das Letras.
- EDWARDS, D. 1997. **Discourse and Cognition**. London, SAGE.
- EGGINS, S. 1994. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London, Prentice-Hall International.
- EGGINS, S. & MARTIN, J.R. 2000. Cognición social y Discurso. In: Van Dijk, T.A. (org.). **Géneros y Registros del Discurso**. Barcelona, Gedisa Editorial, p.p.335-371.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. **Analysing Discourse. Textual Analysis for Social Research**. London, Routledge.
- _____. 2001a. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora da UnB.
- _____. 2001b. A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In: Magalhães, C. (org). **Estudos Lingüísticos 2**. Belo Horizonte, FALE, p.p 31-82.
- _____. 1995. **Media Discourse**. London, Edward Arnold, a division of Hodder Headline Group.
- FAIRCLOUGH, N. & GRAHAM, P. 2002. Marx as a Critical Discourse Analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. **Estudios de Sociolingüística** 3(1), pp. 185-229.
- FALCONE, K. 2005. **O Acesso dos Excluídos ao Espaço Discursivo do Jornal**. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.
- FLOWER, L. 1994. **The Construction of Negotiated Meaning. A Social Cognitive Theory of Writing**. Southern Illinois University.
- FOWLER, R., HODGE, B., KRESS, G. & TREW, T. 1979. **Language and Control**. London, Routledge.

- FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. (eds.) 1994. **Genre and the New Rhetoric**. London, Taylor & Francis.
- GARDNER, H. [1985] 1987. **The Mind's New Science. A History of the Cognitive Revolution**. New York, Basic Books.
- GIDDENS, A. 2003. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes.
- HABERMAS, J. 1999 [1973]. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.
- _____. 1996. **Between Facts and Norms**. Cambridge, Institute of Technology Press.
- _____. 1989. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. 2002. **A Inclusão do Outro – Estudos de Teoria Política**. São Paulo, Loyola.
- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. 1989. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. London, Oxford University Press.
- HALLIDAY, M.A.K. 1978. **Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning**. London, Edward Arnold.
- HALLIDAY, M.A.K & MARTIN, 1993. **Writing Science. Literacy and Discourse Power**. Martin Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- HALLORAN, J.D; ELLIOT, P; MURDOCK, G. 1970. **Demonstrations and Communication: a Case Study**. Baltimore, Penguin Books.
- HOMANS, G.C. 1999. Behaviorismo e pós-behaviorismo. In: Giddens, A. & Turner, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo, Editora Unesp, p.p 91-126.
- HONNET, A. 1999. Teoria Crítica. In: Giddens, A. & Turner, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo, Editora Unesp, p.p 503-552.
- JOHNSTONE, B. 2002. **Discourse Analysis**. Oxford, Blackewell Publishers.
- KOCH, I. 2004. **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo, Martins Fontes.
- KUHN, T. 1992. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- LAKOFF, G. 2004. **Don't Think of an Elephant!** Berkeley, Chelsea Green.
- _____. 1990. **Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind**. Chicago, The University of Chicago Press.

- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1999. **Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought.** New York, Basic Books.
- MARCUSCHI, E. 2004. **As Categorias de Avaliação da Produção Textual no Discurso do Professor.** Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE.
- MARCUSCHI, L. A. 2007a. A Ação dos Verbos Introdutores de Opinião. In: **Fenômenos da Linguagem. Reflexões Semânticas e Discursivas.** Rio de Janeiro, Lucerna. Série Dispersos, pp. 146-168.
- _____. 2007b. A Construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultura e Categorização. In: **Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais.** Rio de Janeiro, Lucerna. Série Dispersos, pp. 124-145.
- _____. 2005a. Do Código para a Cognição: o Processo Referencial como Atividade Criativa. **Revista Veredas, UFJF.**
- _____. 2005b. Heráclito e o Hipertexto: o Logos do Hipertexto e a Harmonia do Oculto. **Conferência apresentada no I Congresso de Hipertexto.** Recife, UFPE.
- _____. 2005c. **Curso de Lingüística Cognitiva.** Aula 7 – Noção de Categorias e Processos de Categorização, Tendo em Vista suas Relevâncias para os Processos de Referenciação. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).
- _____. 2004a. **Curso sobre Gêneros Textuais.** Aula 03 – Tendências II: Tradição Clássica versus Escola Norte-Americana. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).
- _____. 2004b. O Léxico: Lista, Rede ou Cognição Social? In: Negri, L.; Foltran, M.J.; Oliveira, R.P. (Orgs.). **Sentido e Significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari.** São Paulo, Contexto, pp.263-284.
- _____. 2004c. **Curso de Semântica.** Aula 7. Frames, categorias, Campos Léxicos e Campos Semânticos. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).
- _____. 2003a Atividades de Referenciação, Inferenciação e Categorização na Produção de Sentido. In: Feltes, H.P.M (org.). **Produção de Sentido – Estudos Transdisciplinares.** São Paulo, Annablume, pp. 239-262
- _____. 2003b. O Papel da Atividade Discursiva Exercício do Controle Social. **Conferência apresentada na 55ª Reunião Anual da SBPC-ABRALIN.** Recife, UFPE.

- _____. 2001. **Da Fala Para a Escrita. Atividades de Retextualização.** São Paulo, Cortez.
- _____. 2000. Aspectos da Progressão Referencial na Fala e na Escrita no Português Brasileiro. In: E. Gärtner / A. Schönberger (eds.). **Estudos da Lingüística Textual.** Frankfurt am Main, Editora TFM, pp.79-107.
- _____. 1995. Contextualização e Explicitude na Relação entre Fala e Escrita. Conferência apresentada no **I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino**, na UFAL, Maceió. Publicado nos Anais, pp. 27-48.
- MATURANA, H. 1995. La Ciencia e la Vida Cotidiana: la Ontología de las Explicaciones Científicas. In: Watzlawick, P. Y Krieg, P. (Comps.). **El Ojo del Observador. Contribuciones al Constructivismo.** Barcelona, Gedisa Editorial.
- MINSKY, M. 1979. A Frame Work for Representing Knowledge. In: Metzing, D. (Ed.). **Frame Conceptions and Tex Understanding.** New York, de Gruyter, p.p 1-25.
- MILLER, C. 2007. Orientação durante o curso “Where Do the Genres Comes From?” Ministrado no Programa de Pós-Graduação de Letras da UFPE.
- _____. 1994. Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: Freedman, A. & Medway, P. **Genre and the New Rhetoric.** London, Taylor & Francis, pp. 67-78.
- MIGUEL, M.F. 1998. **La Gramática de Halliday desde la Filosofía de la Ciencia.** Almeria, Universidad de Almeria, Servicio de Publicaciones.
- MEYER, M. 2003. Entre la Teoria, em Método y la Política: la Ubicación de los Enfoques Relacionados con el ACD. In **Métodos de Análisis Crítico del Discurso.** Wodak, Ruth y Meyer, Michel (compiladores). Barcelona, Gedisa Editorial.
- MONDADA, L. & DUBOIS, D. 1995. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. In: Berrendonner, A. e M-J Reichler-Beguelin. 1995. (Eds). **TRANEL**, 23:273-302.
- MONDADA, L. 1994. **Verbalisation de L'Espace et Fabrication du Savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours.** Lausanne, Université de Lausanne.
- _____. 1997. Processus de Catégorisations et Construction Discursive dés Catégories. In: Dubois, D. (Org.). **Catégorisation et Cognition: de la nova perception au discours.** Paris, Kimé, p.p 291-313.

- _____. 2000. Pour un Approche de Activités de Catégorisation. In: Gajo, L. **Interactions et Acquisition en Contexte**. Freiburg, Editions Universitaires, p.p 99-127.
- MORIN, E. 2005. Cultura n Conocimiento, In: Watzlawick, P. Y Krieg, P. (Comps.). **El Ojo del Observador. Contribuciones al Constructivismo**. Barcelona, Gedisa Editorial.
- MOSCOVICI, S. 1978. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar.
- MUSSALIN, F. e BENTES, A.C. (Orgs.) 2004. **Introdução à Lingüística 3. Fundamentos Epistemológicos**. São Paulo, Cortez.
- OBERSCHALL, A. 1993. **Social Movements. Ideologies, Interests, & Identities**. New Jersey, Transaction Publishers.
- OLIVEIRA, F.O & WERBA, G.C. 1998. Representações Sociais. In: Jacques, M.G. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, Vozes.
- POSSENTI, S. 2004. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: Mussalim, F. e Bentes, A.C. (Orgs.). **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo, Cortez, v. 3, pp. 353-392.
- POTTER, J. 1996. **Representing Reality. Discourse, Rhetoric and Social Construction**. Sage, London.
- POTTER, J. & WETHERELL, M. 1987. **Discourse and Social Psychology. Beyond Attitudes and Behaviour**. London, Sage.
- ROSCH, E. 1978. Principles of Categorization. In: Rosch, E. & Lloyd, B.B. (eds) **Cognition and Categorization**. Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum, pp. 27-48.
- ROJO, L. & VAN DIJK, T.A. 1997. Legitimating the Expulsion of “Illegal” Migrantes in Spanish Parliamentary Discourse. **Discourse & Society** 8(4), London, SAGE.
- SANDERS, R.E. 2005. Validating ‘Observations’ in Discourse Studies: a Methodological Reason for Attention to Cognition. In **Conversation and Cognition**. Ed: Molder, te H. & Potter, J. New York, Cambridge.
- SANTOS B.S. (org.) 2004. **Um Discurso Sobre a Ciência**. São Paulo, Cortez.
- _____. 2003. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. São Paulo, Editora Graal.
- SHANON, B. 1993. **The Representational and the Presentational (an Essay on Cognition and the Study of Mind)**. London, Harvester Wheatsheaf.
- SCHIFFRIN, D. 1987. **Discourse Markers**. Cambridge, Cambridge University Press.

- SILVA, M.O. 2004. **A Apresentação do Mundo pela Linguagem no Jornalismo.** Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE.
- TANNEN, D. 1985. Frames and Schemas in Interaction. In: **Quaderni di Semantica.** VI:326-335.
- TOMASELLO, M. 2003. **Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano.** São Paulo, Martins Fontes.
- TOOLAN, M.J. 1989. **Narrative. A Critical Linguistic Introduction.** London and New York, Routledge.
- VAN DIJK, T. A., & KINTSCH, W. 1983. **Strategies of Discourse Comprehension.** New York: Academic Press.
- VAN DIJK. T. A. No Prelo. **Context. A Multidisciplinary Theory.**
- _____. 2006a. Discourse, Context and Cognition. In **Discourse Studies.** Vol 8(1): 159-177. London, Sage.
- _____. 2006b. **Notas de Orientação.** Estágio de Doutorado/Capes: de Outubro de 2005 a Setembro de 2006. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.
- _____. 2005. Contextual knowledge management in discourse production. A CDA perspective. In Ruth Wodak & Christoph Bärenreuter (Eds.). **Interdisciplinary CDA.** Amsterdam: Benjamins.
- _____. 2000a. **Cognitive Discourse Analysis.** www.discourse.org
- _____. 2000b. El Discurso como Interacción en la Sociedad. In **El Discurso como Interacción Social.** van Dijk, T.A (Compilador). Barcelona, Gedisa Editorial, p.p 19-66.
- _____. 2000c. **Ideología. Una Aproximación Multidisciplinaria.** Barcelona, Gedisa Editorial.
- _____. 1997. **Racismo y Análisis Crítico de los Medios.** Barcelona, Editora Paidós.
- _____. 1994. **Discurso, Poder y Cognición Social.** Cali, Editorial Facultad de Humanidades.

- _____. 1991. Discourse, Power and Access. In Caldas-Coulthard, C.R & Coulthard, M. (Eds.) **Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis.** London and New York, Routledge, p.p 85 - 104.
- _____. 1988. **News as Discourse.** New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- _____. 1986. When Majorities Talk About Minorities. In Margarete L. Mc Laughlin (Ed.) **Communication Yearbook 9.** Beverly Hills, CA, Sage, p.p 57– 81.
- VAN LEEUWEN, T. 2007. Legitimation in Discourse and Communication. In: **Discourse & Communication.** London, SAGE Publications, vol.1(1): 91–112.
- WODAK, R. 2006. Mediation Between Discourse and Society: Assessing Cognitive Approaches in CDA. **Discourse & Society** 8(1): 179-190, London, SAGE.
- _____. 2003. De qué Trata el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In **Métodos de Análisis Crítico del Discurso.** Wodak, R. y Meyer, M. (compiladores). Barcelona, Gedisa Editorial.

ANEXO I

Corpus Restrito (Folha de S. Paulo)

Exemplo 1:

MST quer manter 'guerra permanente', diz governo (FSP, 30/12/1996)

Relatório interno do governo diz que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) definiu que vai "manter uma verdadeira guerra permanente" contra o Executivo. Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso consideram o MST o principal foco de "tensão social" do atual governo.

Chegam a avaliar que os líderes do movimento podem perder o controle sobre a organização, com consequências imprevisíveis.

Essa avaliação fez com que o Palácio do Planalto determinasse um acompanhamento sistemático das ações do grupo, principalmente depois do incidente de Eldorado do Carajás (PA).

Na época abril de 96, 19 sem-terra morreram durante conflito com a Polícia Militar. O governo avaliou que foi pego de surpresa por esse e outros episódios envolvendo sem-terra.

Atualmente, relatórios quase diários são produzidos sobre o MST. A Folha teve acesso a alguns desses documentos. Todos trazem a identificação de relatório confidencial. Suas folhas são carimbadas com códigos para tentar evitar vazamento de informações.

Um deles, do final deste ano, traz o seguinte título: "Avaliação da conjuntura agrária faz MST reorientar linhas de ação". O documento tem sete páginas e, em sua abertura, traz uma síntese das informações nele contidas.

O texto informa que, após "avaliação da conjuntura agrária, a Secretaria Nacional do MST enviou circular às suas direções estaduais para comunicar a adoção de novas linhas de ação, a manutenção de uma verdadeira guerra permanente contra o governo e a decisão de trabalhar melhor as alianças com trabalhadores urbanos".

Guerra popular

No tópico "linhas políticas gerais", o relatório menciona que os líderes do MST avaliam que a guerra permanente contra o governo será uma "verdadeira guerra popular prolongada".

No mesmo item, o documento traz a seguinte informação, atribuída aos líderes dos sem-terra: "Embora estejamos numa verdadeira guerra, devemos cuidar para não expormos nossos contingentes. Evitar confrontos desnecessários e buscar acúmulo orgânico".

O tópico "definições práticas/encaminhamentos" relata que o MST vai organizar no próximo ano uma marcha sobre Brasília, saindo de cinco regiões do país. A marcha deve ter "em torno de mil quilômetros", com chegada prevista na capital no dia 17 de abril.

O texto produzido pelo governo relata ainda que o MST considera que os latifundiários tiveram uma derrota política com a nova proposta de rito sumário que reduz o prazo

para o Incra tomar posse de terra desapropriada.

A proposta é classificada como um avanço, "embora na prática tenha pouca eficácia".
Reeleição

Até a emenda da reeleição está presente no documento. Ela aparece no item "as táticas do governo" para a reforma agrária.

Segundo o relatório confidencial, os sem-terra analisam que a estratégia oficial é "ganhar tempo" para elaborar uma "proposta mais consistente, pensando num período maior que compreenderia a reeleição de FHC".

Para ganhar tempo, a tática do governo seria confundir a opinião pública. "A cada semana, (o governo) anuncia uma nova medida de pouca eficácia".

O documento relata algumas dessas medidas, como a compra de terras dos bancos Econômico e Nacional, a mudança do ITR e o empréstimo de US\$ 150 milhões do Banco Mundial.

Guerrilheiros

Outro relatório ao qual a Folha teve acesso fala de um contato entre líderes do MST e guerrilheiros da Colômbia.

O movimento teria tentado obter informações sobre a situação dos engenheiros da empreiteira Andrade Gutierrez sequestrados pela Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

O documento do governo ressalta que o contato não teve nenhum objetivo de troca de táticas de atuação, mas destaca que é um sinal de que o MST pode estar se aproximando de movimentos de guerrilha da América Latina.

Exemplo 2:

Confronto mata pelo menos 19 no Pará (FSP, 18/04/1996)

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado de Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45.

A direção estadual do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60.

"Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente", disse o médico Faisal Saemem, do hospital.

O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, "o quadro é assustador".

Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.
Vítimas fatais

"Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual

do MST no Pará.

Câmara afirmou que os primeiros socorros foram prestados em Eldorado de Carajás. Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá _distante 80 quilômetros de onde ocorreu o conflito.

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o MST.

Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou.

Caminhada

Os sem-terra estavam em caminhada para Marabá. Eles saíram há dois dias do município de Curionópolis, onde reivindicam a desapropriação da fazenda Macaxeira.

Hoje, eles teriam em Marabá encontro com o superintendente estadual do Incra, Valter Cardoso, que daria uma posição sobre o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira.

A interdição da estrada começou anteontem. Os sem-terra pararam no km 100, a oito quilômetros de Eldorado do Carajás. Após negociação com a PM, eles acamparam no acostamento.

No início da tarde de ontem, voltaram a ocupar a rodovia e reivindicar 50 ônibus para transportá-los até Marabá. Pediam, segundo a polícia, dez toneladas de alimentos.

Câmara afirmou que o governo não podia tolerar o bloqueio da PA-150, que é a principal ligação do sul do Estado com Belém.

Câmara afirmou que o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira já dura um ano e quatro meses e que está em fase final de aprovação no Incra, em Brasília, para desapropriação da área.

Exemplo 3:

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará. Ele se disse "surpreso" com o incidente.

"Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do governo do Estado agiu para liberar a estrada", afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.

Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. "Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada."

Vieira disse que determinou ao presidente do Incra, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes.

"A questão de natureza policial é afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura."

Andrade Vieira afirmou que as pessoas que estavam na estrada eram um "aglomerado que

surgiu recentemente". Segundo ele, "nem era um acampamento".

O ministro disse que o Incra já deu solução para uma situação antiga que existia na região.

"Cada vez que o Incra resolve o problema de um acampamento, surge outro", acrescentou.

Segundo ele, existe um acordo do Incra com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido "na íntegra" pelo governo.

Exemplo 4:

MST quer a demissão de Jobim (FSP, 22/04/1996)

O presidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), João Pedro Stedile, vai pedir hoje, em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, intervenção federal no Pará e a demissão do ministro Nélson Jobim (Justiça). Para o MST, Jobim é "co-responsável" pelo confronto entre sem-terra e a polícia do Pará, ocorrido na quarta-feira passada, quando 19 sem-terra morreram.

Na opinião dos sem-terra, o ministro Jobim também é responsável porque, após o massacre de Corumbiara (RO), não encaminhou, conforme era de sua responsabilidade, diversos projetos de lei contra a violência no campo e os responsáveis estão impunes até hoje.

Conclusões

De volta, ontem, de uma visita de dois dias à região de Eldorado de Carajás, Stedile disse que o MST chegou a três conclusões:

1) O massacre foi planejado; 2) o governador Almir Gabriel é responsável direto, porque autorizou por telefone o coronel da PM, Mário Pantoja, a atacar os sem-terra, e 3) há necessidade imediata de que todos os oficiais e soldados sejam presos para garantir que o inquérito prossiga dentro da lei.

Denúncias

O advogado do MST, Luiz Eduardo Greenhalgh, disse que, do ponto de vista jurídico, o movimento adotará três providências internacionais.

Vai fazer denúncias do massacre junto ao alto comissariado das Nações Unidas e na Comissão das Nações Unidas que trata das execuções sumárias e na comissão de direitos humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Greenhalgh disse que o MST vai iniciar um trabalho jurídico no país com a entrada nos tribunais de uma ação de responsabilidade civil contra o governo do Pará.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que o massacre mostra que a reforma agrária é a prioridade absoluta.

Exemplo 5:

Igreja registra 33 mortes no campo (FSP, 18/07/1996)

A violência no campo fez 33 vítimas neste primeiro semestre. A maioria das mortes (28) ocorreu no Pará. Três foram registradas em Mato Grosso. Goiás e Maranhão tiveram uma morte cada.

Os dados divulgados, em Brasília, fazem parte de relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão da Igreja Católica.

Das 29 mortes ocorridas no Pará, 19 foram cometidas por policiais militares no massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril.

Segundo a CPT, desde a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, há 18 meses, já houve 74 mortes de sem-terra.

A violência contra trabalhadores rurais "está se tornando marca do governo de Fernando Henrique Cardoso", diz o relatório.

O ministro Raul Jungman (Política Fundiária) disse que não podia fazer nenhum comentário sobre o assunto porque não havia recebido o relatório.

Ontem, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também divulgou nota para, mais uma vez, questionar os números divulgados pelo governo federal sobre assentamentos.

O governo pretendia, segundo o MST, assentar 60 mil famílias em 96. Relatório do Incra afirma que apenas 18.037 famílias foram assentadas, o que caracteriza, para o MST, a impossibilidade de se atingir a meta até o final do ano.

Para o ministro Jungman, as críticas não procedem. Segundo sua assessoria, até 15 de julho foram assentadas 19,6 mil famílias. De acordo com Jungman, o ritmo só foi acelerado após abril porque a reforma agrária, como todos os projetos do governo, dependia da aprovação do Orçamento.

Exemplo 6:

Sem-terra saqueiam caminhão no RN (FSP, 22/08/1998)

Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405, no município de Apodi (RN), levando cerca de cinco toneladas de alimentos.

O saque ocorreu por volta das 9h. Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e obrigaram o motorista Edmildo Dias Dutra a entregar o carregamento de linguiça e mortadela. A carga era da empresa São Mateus, de Recife.

Foi o terceiro saque organizado pelo MST desde o início do ano na região de Mossoró e Apodi.

No mês de maio, ocorreram saques nos municípios de João Câmara e Bento Fernandes. A região é uma das mais atingidas pela seca no Rio Grande do Norte.

Os saqueadores fazem parte de um grupo de 105 famílias que está acampado há dois meses na fazenda Mororó, pertencente à família Rosado, de Mossoró.

Desapropriação

A fazenda tem uma área de cerca de 3.000 hectares e está em processo de desapropriação pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Dulcinéia Gomes, da coordenação estadual do MST, disse que os sem-terra da fazenda Mororó não recebem cestas básicas e não estão alistados no programa de frentes produtivas do governo federal. "Estamos passando fome", diz.

Gomes afirmou que os sem-terra estavam na beira da estrada desde a quarta-feira passada pedindo donativos a quem passava.

Anteontem, decidiram fazer o saque. Ficaram desde as 5h esperando passar algum caminhão com carga de alimentos. Às 9h, atacaram o caminhão da empresa São Mateus. Ninguém foi preso.

Os sem-terra reivindicam aceleração do processo de desapropriação da fazenda, distribuição de cestas básicas e abertura de 60 vagas nas frentes de serviço.

Gomes disse que os sem-terra voltarão à estrada caso o governo não atenda às suas reivindicações. Ontem, a prefeitura de Apodi doou 80 cestas básicas a eles.

Atropelamento

O trabalhador rural Miguel de Souza, 42, coordenador do assentamento 17 de abril, em Eldorado de Carajás (PA), foi atropelado e morreu anteontem durante uma marcha do MST. A marcha reuniu cerca de 800 trabalhadores.

Segundo Gilmer de Oliveira, da direção estadual do MST no Pará, o trabalhador foi atropelado por um carro por volta das 22h, quando a marcha estava na rodovia PA-275, próxima a Curionópolis.

Um carro em alta velocidade teria investido contra o trabalhador, que foi atingido pelas costas.

O motorista fugiu em seguida. Testemunhas disseram que tratava-se de uma camionete Saveiro. Um carro da Polícia Militar teria tentado seguir o carro.

Miguel de Souza morreu no local. A Agência Folha não conseguiu no final da tarde de ontem contatar a polícia de Curionópolis para saber se o suspeito havia sido identificado ou detido.

Miguel de Souza saiu anteontem de Parauapebas, por volta das 17h30, em um grupo de cerca de 800 trabalhadores rurais que formam uma coluna.

A coluna vai marchar até Belém. Os integrantes vão participar do "Grito dos Excluídos", que ocorre no dia 7 de setembro próximo.

O corpo do trabalhador estava sendo velado ontem no assentamento 17 de abril, antiga fazenda Macaxeira, em Eldorado do Carajás. No local ocorreu o massacre de 19 sem-terra em 1996.

Uma segunda coluna de trabalhadores rurais ligados ao MST, que saiu de São João do Araguaia, deve chegar a Belém no dia 30.

Exemplo 7:

Cronologia da invasão (FSP, 19/04/1996)

Cronologia da invasão

- maio.94 _ Um grupo de trabalhadores ligados ao MST invade a fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Eles querem a desapropriação da Rio Branco e da Macaxeira, fazenda vizinha
- outubro.95 _ Depois de um ano e meio, o Incra compra a fazenda Rio Branco e começa a assentar 850 famílias. No mesmo mês, as lideranças do MST no Pará começam a

cadastrar trabalhadores para participar do movimento e das invasões.

- 8.nov.95 _ Cerca de 3.500 sem-terra invadem o Centro Agropastoril da Prefeitura de Curionópolis
- 29.dez.95 _ Cerca de mil trabalhadores ocupam a pista da PA-275. Depois de oito horas de interdição, eles liberam a estrada
- 1.mar.96 _ Aproximadamente 500 integrantes do MST ameaçam invadir o complexo Macaxeira. A Polícia Militar informa que a situação está cada vez mais tensa
- 3.mar.96 _ O governo do Pará define um prazo até junho para resolver o problema da Macaxeira
- 5.mar.96 _ Às 5h, os sem-terra iniciam a invasão da Macaxeira. Muitos se instalaram no km 18 da rodovia PA-275
- 6.mar.96 _ É firmada uma trégua de 30 dias entre o governo do Estado e os invasores. O governo se compromete a negociar junto ao Incra o assentamento dos sem-terra
- 11.mar.96 _ O governo envia ao acampamento dos sem-terra na Macaxeira 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios
- 15.mar.96 _ A Human Rights Watch, uma das mais importantes organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos, solicita ao governo do Pará providências para evitar o conflito armado na Macaxeira
- 28.mar.96 _ Mais de 40 fazendeiros de Marabá e região vão a Belém para pedir ao governo providências contra as invasões
- 8.abr.96 _ Começa caminhada dos sem-terra de Curionópolis rumo a Belém.
- 11.abr.96 _ Cerca de 1.200 sem-terra interditam a PA-275 ainda em Curionópolis e saqueiam um caminhão com 16 toneladas de alimentos
- 15.abr.96 _ Marcha dos sem-terra completa 40 km e chega a Eldorado de Carajás
- 16.abr.96 _ Os sem-terra caminham rumo a Marabá e interditam a PA-150 (principal rodovia de ligação do sul do Estado a Belém). São enviados cerca de 200 PMs para o local
- 17.abr.96 _ Governo do Estado ordena que a PM retire os sem-terra da estrada. Os dois grupos entram em confronto. Pelo menos 23 pessoas morrem no tiroteio

Exemplo 8:

Sem Terra, com TV (FSP, 19/04/1997)

Nos dois momentos em que o presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ontem publicamente ao MST, não conseguiu entender-se com ele próprio. Ficou entre o conciliador e o acusador, entre menosprezar e valorizar a força do movimento. Do encontro fechado com a liderança do grupo, não havia informações até o momento de escrever.

Enquanto o presidente não se decide, o que espanta é a mudança no tratamento dispensado ao MST pelos telejornais. Até faz pouco, o grupo era tratado como um bando de radicais.

Agora, viraram queridinhos da pátria. "Efeito Rei do Gado", palpita Gustavo Franco, o diretor da Área Externa do Banco Central, aludindo à novela da Rede Globo que introduziu os sem-terra no horário nobre.

Do ponto de vista dos desdobramentos políticos, é importante saber quanto tempo dura tal efeito, se é que ele de fato existe. O MST parece disposto a manter por mais algum tempo o acampamento armado na Esplanada dos Ministérios.

Será politicamente relevante enquanto permanecer sob o foco das câmeras de TV.

Quando voltarem para os "eldorados do carajás" espalhados pelo país, no entanto, só retornarão às telas se houver alguma outra matança coletiva.

Afinal, foram 57 os mortos de 1996, mas só os 19 de Eldorado do Carajás subiram ao horário nobre.

E a marcha durou dois meses, mas apenas a sua aproximação do coração do poder mereceu o destaque (e a simpatia) que agora se vêem.

Nada impede que, em pouco tempo, os sem-terra sejam devolvidos ao anonimato. Ou por motivos extrajornalísticos ou, pura e simplesmente, pela velocidade com que, hoje, um fato novo atropela o imediatamente anterior.

Parte do impacto político do movimento se diluirá, então, ao se apagarem os holofotes da TV sobre ele. A menos que o MST tenha uma estratégia para mantê-los acesos sem que seja preciso iluminar também o sangue.

Exemplo 9:

Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega (FSP, 19/04/1996)

Os corpos dos 19 sem-terrás mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em Eldorado de Carajás, no Pará, apresentam indícios de assassinato.

A afirmação foi feita à Folha pelo cirurgião Orlando de Medeiros, um dos primeiros médicos do hospital municipal de Curionópolis (Pará) a ver os corpos entregues pela PM envoltos em lona.

"Vários deles tinham tiros pelas costas e um teve a frente da testa sacada por um tiro disparado à altura da nuca", disse o médico.

O médico Vinicius Tassis disse que os 19 corpos tinham uma média de três a quatro tiros. O comandante da PM que participou da operação, major José Maria Oliveira, 41, negou o assassinato e afirmou que "houve fogo cruzado e correria". Segundo ele, "os sem-terra receberam balas de seus próprios companheiros".

A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto. Uma menina, de idade não revelada, foi encontrada ontem morta em um riacho próximo ao local do confronto. A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha.

Os sem-terra, porém, afirmam que ela estava no local do confronto e se afogou durante a fuga.

Mortos

O número oficial das vítimas entre os sem-terra é de 19 mortos e 45 feridos (41 sem-terra e 4 policiais). Onze feridos foram transportados para Belém para retirada de balas, três deles em estado grave. Entre eles, Rubenita Silva, que levou três balas no corpo.

Um dos policiais feridos seria um sargento que está em estado grave, segundo o major Oliveira.

Na terça-feira, os sem-terra interditaram a rodovia PA-150, que liga Eldorado de Carajás a Belém. Segundo o MST, havia 2.500 pessoas. A PM aponta 800 sem-terra.

Eles queriam uma negociação direta com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para desapropriação da Fazenda Macaxeira, que fica a 12 km de Eldorado de Carajás, onde parte do grupo estava acampada.

Na negociação, os sem-terra aceitaram retirar a barreira, dando prazo até 11h de anteontem.

Eles exigiam dez toneladas de alimentos, 50 ônibus para levá-los até Marabá e outros cinco ônibus que seguiriam até Belém, onde tentariam falar com representantes do Incra e do governo estadual.

Às 12h, o grupo voltou a interditar a rodovia, depois de receber recado de que as exigências não seriam cumpridas. Por volta das 16h, um grupo de cerca de 160 policiais militares chegou ao local.

Pela primeira apuração da Polícia Federal, a PM foi enviada ao local sem qualquer plano prévio.

Direitos humanos

Dois membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Humberto Espínola e Percílio Neto, encontraram os corpos dos mortos jogados em três salas no porão do prédio do Instituto Médico Legal de Marabá.

O massacre mudou a agenda de Alison Sutton, da Anistia Internacional, que chegou ao Brasil ontem. Alison cancelou todos os seus compromissos e embarcou à noite para Marabá.

Exemplo 10:

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa.

A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá.

José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos.

"Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam", relatou o sem-terra ferido.

Segundo Moreira Santos, os policiais "pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada".

Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11 tiros em suas pernas, "feitos numa rajada só", segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que "depois do massacre, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estábamos escondidos no mato".

Sete dos dez feridos da Unidade Mista de Saúde de Marabá aguardavam transferência para hospitais de Belém.

Outros seis sem-terra feridos foram levados para o Hospital Celina Gonçalves, que tinha também dois policiais internados.

Exemplo 11:

Ministério diz que sem-terra atacaram (FSP, 26/04/1996)

Os sem-terra teriam comprado armas com dinheiro dado pelo Incra para comprar comida. A informação está em um relatório do Ministério da Justiça sobre o massacre do dia 17. O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PMs que, na linha de frente do confronto, não estariam armados. O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola.

"Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi", afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito.

Disse ter ouvido do executor do Incra em Marabá (PA), José Líbio de Matos, e de outras duas pessoas _não revelou nomes_ que pagamentos de créditos de alimentação e fomento aos sem-terra foram desviados para a compra de armas.

A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas.

O Incra distribuiu em fevereiro e março uma ajuda de R\$ 800 para cada família da região. Com 16 páginas, o relatório considera as reivindicações dos sem-terra legítimas, mas faz críticas à ação do grupo. Sobre a PM, condena a violência e os assassinatos citados por testemunhas.

Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, "tem bom conceito na região". O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogênio.

Espínola cita, "em favor da PM", "a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima" da polícia. O relatório critica o MST por ter "indivíduos com atividades diversas da agrícola", como professores de dança, de de canto e funcionários públicos.

O coordenador-geral afirmou que considera mais grave o fato de os sem-terra estarem armados _foram apreendidas 37 armas_ e de terem colocado mulheres e crianças na barreira na estrada.

Francisco Dalchazon, da coordenação nacional do MST, disse que "o Ministério da Justiça não tem resposta para o que houve e que está partindo para a estratégia de que o ataque é a melhor defesa".

Segundo ele, os sem-terra de Eldorado do Carajás não foram assentados ainda e por isso não receberam dinheiro do Incra. "Todos têm o direito de mudar de profissão", disse sobre o fato de nem todos serem lavradores. Para a posse de armas, alegou defesa pessoal.

Exemplo 12:

MST contesta o relatório do governo (FSP, 29/04/1996)

Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) questionaram ontem em Belém o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), do Ministério da Justiça.

Eles negaram a versão do relatório, que diz que os sem-terra atacaram primeiro no confronto com os PMs em Eldorado do Carajás.

Jorge Neri, 30, e Gustavo Filho, 26, afirmaram que a PM chegou jogando bombas de efeito moral e abriu fogo contra os sem-terra, que bloqueavam a rodovia PA-150.

Nery e Filho também disseram que há mais trabalhadores desaparecidos, além dos cinco já apontados pelo MST. Segundo eles, nesta semana o MST divulgará os nomes dos desaparecidos.

"Também há crianças mortas, cujos corpos a polícia escondeu. Os pais não apareceram para reclamar seus filhos porque foram mortos também", disse Filho.

Neri afirmou que o fato de um grande número de trabalhadores ter se juntado ao movimento nos dias anteriores ao massacre está dificultando o levantamento dos nomes de desaparecidos. O MST disse que suas lideranças na área estão sendo ameaçadas.

Exemplo 13:

Ato lembra morte de 19 sem-terra (FSP, 17/04/1999)

O MST começou ontem uma série de mobilizações em 23 Estados para lembrar os três anos do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996.

Em pelo menos dez Estados, marchas de sem-terra chegaram ontem pela manhã às capitais. Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país, segundo estimativa do MST.

Em Porto Alegre (RS), no final da tarde de ontem, cerca de 500 integrantes do movimento começaram uma "vigília" na frente do prédio do Incra, prevendo um jejum que duraria todo o dia de hoje.

Em Eldorado do Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembrar o conflito,

Exemplo 14:

Comissão estrangeira vê descaso do governo (FSP, 21/07/1996)

Representantes de igrejas e do Parlamento europeus, em visita a Eldorado dos Carajás (PA), declararam que há um descaso das autoridades brasileiras sobre os 19 sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar em abril. Um relatório será enviado ao presidente e ao governador do Pará.

Exemplo 15:

País só age sob pressão, afirmam ativistas (FSP, 20/05/2001)

Há uma espécie de consenso entre os ativistas de direitos humanos no país: o Brasil só investiga denúncias de tortura se pressionado pela comunidade internacional. Semana passada, a Comissão contra Tortura da ONU (Organização das Nações Unidas) recomendou ao Brasil que puna "com severidade" os responsáveis por crimes de tortura. Solicitou ainda ao governo que garanta assistência jurídica aos presos e que acabe com a superlotação das cadeias. As solicitações das Nações Unidas -as mesmas feitas por movimentos de direitos humanos brasileiros- têm prazo para serem cumpridas: um ano. O presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), Hélio Bicudo -que também é o vice-prefeito de São Paulo- diz que o poder público só atua "sob pressão" na área do combate à tortura.

Ele cita como exemplo um fato, ocorrido em 2000, em Sorocaba, interior paulista. Um grupo de presos denunciou ao Ministério Público que policiais responsáveis pela segurança externa da cadeia usavam métodos de tortura.

Os promotores que fizeram a denúncia foram ameaçados de morte. O mesmo ocorreu com os familiares dos presos. A situação só foi resolvida quando um advogado apelou para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington.

Pressionado, o governo transferiu os policiais e garantiu a segurança dos promotores. Liliana Tojo, diretora do Cejil no Brasil, diz que, não fosse a pressão internacional, processos como o do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, estariam engavetados. O Cejil é uma instituição jurídica sem fins lucrativos que acompanha processos que tramitam em cortes internacionais.

Por determinação da Comissão Interamericana, o governo informa o estágio de tramitação do processo de Eldorado do Carajás uma vez a cada 45 dias.

O massacre ocorreu em abril de 96, quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), durante uma desocupação. O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), foi testemunha de defesa dos policiais, durante o primeiro julgamento, em 99, que absolveu os comandantes da operação. Houve pressão e o júri foi anulado.

Oscar Vilhena, do Ilanud (órgão das Nações Unidas que estuda violência) admite que o governo vive uma situação difícil nessa área pelo fato de a maioria dos crimes ocorrer e ser julgada sob a jurisdição dos Estados.

O governo federal assina os acordos internacionais e responde pela sua eventual violação apenas no exterior. Para Vilhena, desfavorece ainda o país a constante troca de ministro da Justiça -só nessa gestão, foram três. É o titular da pasta, e sua equipe, que responde às interpelações internacionais na fase de tramitação.

Em outubro de 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos enviou ao Ministério das Relações Exteriores um pedido oficial de informação para saber porque o economista Marco Antônio Heredia Viveiros, condenado por dois Tribunais do Júri, em Fortaleza, continuava livre.

Em 1983, Heredia teria tentado assassinar a ex-mulher, Maria da Penha Maia Fernandes. Ela ficou paraplégica e ele vem recorrendo das condenações em liberdade.

A comissão aguardou durante 250 dias uma resposta do governo brasileiro e acabou condenando o país, no dia 30 passado, por omissão no caso de violência contra mulher,

baseado nesse caso.

Exemplo 16:

Anistia condena "complacência" (FSP, 20/08/1999)

A organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional divulgou nota na qual condena a absolvição, na madrugada de ontem, de três oficiais da Polícia Militar do Pará que participaram da operação que resultou no massacre de Eldorado do Carajás. "Parece que, no Brasil, quando há violações dos direitos humanos, ninguém é responsável por nada", afirma a entidade. "Se essa absolvição não for contestada, ela estará endossando um pacto de silêncio entre os policiais envolvidos no massacre." Segundo a Anistia, "é inacreditável que nesse caso não tenha sido possível estabelecer uma cadeia de responsabilidades pela matança e subsequente acobertamento". Para a entidade, a absolvição "reforça a desconcertante complacência das autoridades com respeito a graves violações cometidas sob sua autoridade". A Anistia diz ainda ser um "princípio fundamental de proteção aos direitos humanos que aqueles que dão ordens e estão no comando sejam também os responsáveis".

Exemplo 17:

Exterior destaca veredito (FSP, 20/08/1999)

O canal de notícias 24 horas da emissora de TV britânica BBC destacou ontem, em seu noticiário internacional, a absolvição dos três oficiais que estavam no comando da operação em Eldorado do Carajás.

A rede disse que a decisão desagradou a grupos de defesa de direitos humanos em todo o mundo.

A reportagem disse também que, durante o julgamento, foi exibido um vídeo mostrando a polícia atirando contra a multidão, mas que a defesa logrou argumentar que os policiais tentavam conter a manifestação que havia saído de seu controle. "As imagens foram veiculadas pela televisão brasileira e causaram um escândalo nacional", dizia a reportagem da BBC.

O "New York Times", em seu site na Internet, também relatou a absolvição dos três oficiais de maior patente envolvidos no "massacre de 19 agricultores que chocou o Brasil e chamou a atenção internacional para os direitos humanos no país".

O jornal norte-americano, um dos mais importantes do mundo, em sua seção de últimas notícias, destacou que "na origem do massacre está a distribuição de terra no Brasil, onde os 40% mais pobres da população detêm apenas 1% da terra".

O líder do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile também aparece no relato do site do jornal, declarando que o julgamento dos oficiais foi "uma manobra para ficar bem com a elite do Estado".

Exemplo 18:

FHC critica resultado do julgamento (FSP, 20/08/1999)

presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a impunidade prejudica a democracia, ao comentar o julgamento dos oficiais da Polícia Militar do Pará acusados pelo Ministério Público de serem responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 1996.

"Como cidadão, eu lamento que o Brasil não tenha ainda, o conjunto da sociedade, tomado consciência de que a impunidade, a sensação de impunidade é o que impede a consolidação da democracia", disse ele.

No julgamento, foram inocentados o comandante da operação, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra. De acordo com os jurados, as provas contra eles eram insuficientes.

FHC disse que "esperava algum grau de condenação, em vários níveis, uma reprimenda moral que seja". "Se há algo que revoltou o país e a mim, foi o massacre de Eldorado do Carajás."

"Isso (o massacre) é inaceitável. O Brasil não pode mais conviver com esses fatos", afirmou FHC. O presidente disse esperar que "nas próximas decisões o país se sinta mais seguro de que não haverá impunidade".

Questionado sobre a repercussão internacional da decisão, FHC declarou que "o Brasil, e lá fora a mesma coisa, espera que haja apuração de responsabilidades". "Eu não posso dizer "fulano foi responsável, beltrano não foi". Mas não pode ser que ninguém foi. Alguém foi (responsável)".

O secretário de Estado de Direitos Humanos, José Gregori, defendeu ontem a anulação do julgamento que absolveu os oficiais.

"Decisão judicial que não faz justiça não é para ser lamentada, é para ser anulada por um novo julgamento", afirmou ele, segundo nota oficial distribuída por sua assessoria de imprensa.

"É difícil entender que os chefes de uma expedição policial que resulte em 19 mortes, com seis execuções a frio, não mereçam determinado tipo de punição", diz a nota do secretário.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse estar envergonhado com o resultado do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás.

"Respeito a Justiça de meu país e confio que esse resultado adiante possa ser revertido. Lamento profundamente a decisão e hoje me sinto envergonhado", afirmou Jungmann. Emocionado, chegou a interromper diversas vezes seu discurso.

"O Brasil não pode carregar na consciência os 19 mortos de Eldorado do Carajás sem a punição exemplar de quem cometeu isso. Senão, todos nós, brasileiros, somos culpados", disse o ministro.

"A decisão do júri foi um fracasso, uma decepção, um escândalo e reforça a impunidade", declarou d. Tomás Balduíno, presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), entidade ligada à Igreja Católica que monitora a violência no campo e assessora movimentos de sem-terra.

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Jayme Chemello, disse que não conhece o processo sobre a chacina, mas achou estranho que os policiais militares acusados tenham alegado que agiram em legítima defesa.

"É muito estranho o uso de metralhadoras em ações de legítima defesa", afirmou Chemello. "É um caso muito complicado porque não houve mortes entre os militares para sustentar a alegação de legítima defesa", afirmou ele.

O ministro José Carlos Dias (Justiça) evitou comentar a absolvição dos oficiais da Polícia Militar do Pará. Disse que adotou essa posição para não cometer "uma ingerência absurda" nas atividades do Poder Judiciário.

"Como ministro que representa o Poder Executivo, eu não posso dizer se foi justo ou injusto o resultado do julgamento", afirmou ele. "Não há reparos a fazer quanto aos aspectos formais do julgamento", acrescentou.

Exemplo 19:

FHC critica invasões a terras produtivas (FSP, 14/04/1999)

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores "não devem se acanhar" e, "havendo a ocupação de terra produtiva por provocação", devem "tirar" os invasores.

"Eu nunca fui nem sou partidário desses atos de violência, mas eu percebo que existe hoje no Brasil uma disposição que não é a de fazer reforma agrária, mas uma atuação que é perigosa. (...) (Ela desafia) aquilo pelo qual nós lutamos sempre, que é o Estado de Direito, que é o respeito à lei. E isso não é aceitável", disse ontem, diante de uma platéia de 11 governadores, no Palácio do Planalto.

"Diga-se de passagem, também, que os governadores não devem se acanhar. (...) E as instituições têm que utilizar os recursos legais de que dispõem para que a lei seja respeitada", continuou o presidente.

Em outro momento, FHC disse que é importante que os governadores tenham "meios para enfrentar as ocupações" para que possam usar recursos que não sejam "só o pior, que é o uso da polícia".

Sem citar nomes de entidades que vêm promovendo invasões, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o presidente disse que se tratam de "movimentos que dizem que querem terra, mas querem é bagunça".

"Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras produtivas e não produtivas. Isso é "show off", para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social que não está havendo", afirmou.

Eldorado dos Carajás

Ontem, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou a transferência de Marabá para Belém, ambas cidades do Pará, do julgamento dos 154 policiais militares e dos 3 policiais civis acusados de terem participado do assassinato de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, em 19 de abril de 1996.

A decisão era o último entrave para a realização do julgamento, que pode ocorrer em maio.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que vai assistir pessoalmente ao julgamento.

Ele elogiou a decisão do STJ. "Louvo a decisão do STJ, que decidiu no sentido da

Justiça. Espero que a impunidade de Eldorado de Carajás seja enfim erradicada e que sejam presos os responsáveis por essa barbárie."

Exemplo 20:

Papa condena massacre dos sem-terra no Pará (FSP, 25/04/1996)

O papa João Paulo 2º, por meio do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, condenou o massacre de 19 trabalhadores sem terra ocorrido na semana passada no Pará.

A condenação foi transmitida ao Brasil por carta do cardeal francês Roger Etchegaray, presidente da comissão no Vaticano.

A carta chegou ontem à 34ª Assembléia-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acontece até o dia 26 em Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo).

O documento afirma que "o problema da distribuição da terra e suas graves consequências só poderá ser resolvido na perspectiva ética e política, garantida por uma reforma agrária corajosa e de longo alcance".

Na carta, o cardeal fala em "massacre de 20 camponeses sem terra" e transmite aos bispos brasileiros seus "sentimentos de profunda angústia por tanta violência e desprezo pelo homem".

Em seguida, o cardeal afirma que seu conselho pontifício se "une ao pedido feito pela CNBB para todo o país: que rezem pelos camponeses assassinados e façam um empenho excepcional pela instauração da justiça social".

A carta lembra ainda que o Vaticano conhece os problemas do campo brasileiro, que foi levado pelos bispos em suas visitas "ad limina" – visitas que os bispos de cada região do país fazem ao papa para relatar sua atuação.

"O cardeal Etchegaray fala em nome do papa e ocupa um dos postos mais importantes do Vaticano", disse ontem o bispo de Paulo Afonso (BA), d. Mario Zanetta, que falou pela CNBB sobre a carta.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, se disse "impressionado" com a carta do Vaticano. "Ele soube interpretar muito bem o que estamos sentindo no Brasil em razão do massacre. E ainda lembrou a importância da reforma agrária para o país", disse.

Para Arns, a carta demonstra como um "ato de violência no Brasil toca o mundo inteiro".

Para o cardeal-arcebispo da Paraíba, d. Marcelo Carvalheira, a carta representa "uma pressão justa pela reforma agrária no país".

Os bispos usaram ontem uma tarja preta durante a missa de sétimo dia pela morte dos sem-terra. Eles pediram durante a missa o assentamento imediato de todas as famílias de sem-terra.

Corumbiara

O presidente do PT, José Dirceu, voltou a responsabilizar ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo massacre, "porque não puniu os responsáveis por Corumbiara e reduziu a verba do Incra" (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Dirceu falou durante manifestação na praça da Sé (região central de São Paulo) em repúdio à chacina. Organizada pelo MST, com o apoio de 40 sindicatos ligados à CUT, a

manifestação teve a presença de cerca de cem pessoas.

Exemplo 21:

Igreja apóia invasão do MST, diz d. Paulo (FSP, 19/02/1997)

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, afirmou que a Igreja Católica apóia as invasões promovidas pelos sem-terra. Disse também que é preciso fazer reforma agrária "urgente" no Brasil.

"É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada", disse o cardeal. D. Paulo criticou o ritmo da reforma agrária no país, mas defendeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. "FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar."

As declarações foram dadas ontem na reunião anual dos bispos da Arquidiocese de São Paulo, no Centro Santa Fé.

O local também foi ponto de parada da caminhada de 1.000 km dos sem-terra, que saíram anteontem de São Paulo rumo a Brasília, onde chegarão no dia 17 de abril.

A marcha é um protesto contra a política agrária do governo e pede a punição dos responsáveis pela morte de 19 sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

O cardeal afirmou que a igreja "está ao lado dos sem-terra". Disse que a reforma agrária está atrasada 500 anos. "O Brasil não pode esperar mais."

Para ele, a marcha é "histórica". "Coragem, estamos como o papa, dizendo à FHC que está na hora da reforma agrária", disse. D. Paulo que recebeu do sem-terra Luís Castro, 89, uma camiseta do MST. Os seis bispos que participaram da reunião assinaram uma carta em apoio aos trabalhadores rurais.

Exemplo 22:

Igreja: Bispos defendem invasões do MST (FSP, 17/04/2002)

O bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, afirmou ontem que aprova as invasões que estão sendo realizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) pelo país.

D. Mauro, 66, fez a declaração em Indaiatuba (interior de SP), onde participa da 40^a Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Celebrações em homenagem aos 19 sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás (PA), em confronto com a Polícia Militar, em abril de 1996, devem acontecer hoje em vários pontos do país.

De acordo com d. Mauro, "a ocupação é uma forma extremada que o povo encontrou para a solução dos seus problemas, que, no caso da divisão de terras, não tem a atitude correspondente dos governos".

O bispo de Duque de Caxias é ligado a movimentos populares. Ele foi fundador do Movimento pela Ética na Política (1992) e da Campanha contra a Fome (1993). Além disso, foi membro do Movimento Nacional Constituinte (1985). Também foi presidente do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) e hoje preside o Consea de

Minas Gerais.

"A Igreja apóia a ocupação, pois ela cria uma tensão social que faz com que o governo negocie com os sem-terra. E, daí, podem surgir os assentamentos", declarou.

A Igreja Católica e o MST desenvolvem um trabalho em conjunto desde a formação do CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975, de conscientização para as ocupações de terra.

"A Igreja apóia a ocupação, mas não determina que as famílias devam ocupar. O trabalho que é feito em conjunto com o MST é de conscientização para a formação de pessoas que descubram um caminho de acesso à terra", declarou d. Tomás Balduíno, bispo emérito do Estado de Goiás.

D. Erwin Kräutler, bispo prelado de Xingu (PA), também disse apoiar as ocupações.

"Mas não podem acontecer com violência, e as atitudes devem estar dentro da legalidade", disse em Indaiatuba.

Fome

A Campanha da Fraternidade de 2004 da CNBB deverá ter como assunto a fome, divulgou d. Tomás Balduíno. "Nas discussões de hoje [ontem] a respeito do tema, houve uma manifestação unânime favorável a isso."

Segundo d. Tomás, a expectativa da CNBB é que o tema cause profundas alterações na realidade brasileira.

Segundo estimativas da entidade, pelo menos 55 milhões de pessoas estão excluídas no país.

A campanha de 2004 deve ser confirmada em julho deste ano. Os bispos escolhem os temas dois anos antes do período de realização da campanha.

O tema escolhido em julho do ano passado foi a terceira idade: "A fraternidade e as pessoas idosas". O lema será "Dignidade, Vida e Esperança".

O texto-base para essa campanha está sendo discutido. Segundo d. Tomás, serão abordadas as questões da qualidade de vida, inclusão social, ética e espiritualidade. "No novo regimento da CNBB, que foi aprovado hoje [ontem], foi falado também na inclusão do bispo idoso", disse.

Um dos assuntos sob discussão para futuramente se tornar tema da campanha da CNBB é o uso da água.

Exemplo 23:

Fazendeiros fazem reunião (FSP, 16/01/1997)

Proprietários rurais de 14 municípios do sudeste do Pará promovem reunião neste sábado em Marabá (500 km ao sul de Belém) para montar uma estratégia contra invasões de terra.

A reunião, patrocinada pela Faepa (Federação da Agricultura no Estado do Pará), tem o objetivo de definir uma estratégia contra a ameaça de mais 30 invasões de fazendas na região pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O presidente da Faepa, Carlos Xavier, distribuiu nota convocando os fazendeiros com a informação de que cerca de 6.000 famílias estão sendo organizadas pelo MST para

executar as invasões.

Xavier enviou fax ao ministro Raul Jungmann (Política Fundiária), para protestar contra Petrus Abi-Abib, superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Marabá. Segundo Xavier, Abi-Abib teria apontado os fazendeiros da região como responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra pela PM do Pará, em abril do ano passado, em Eldorado do Carajás. Abib negou a declaração.

Exemplo 24:

Fazendeiros 'terceirizam' segurança (FSP, 17/04/2002)

Os fazendeiros da região do Pontal do Paranapanema irão contratar empresas terceirizadas de segurança e reativaram, nesta semana, um pacto de solidariedade para impedir novas invasões de propriedades.

A atitude dos fazendeiros seria uma resposta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que anunciou, para até o final deste mês, três "grandes invasões" na região.

Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) em 17 de abril de 96.

Na última segunda-feira, reunidos em torno da UDR (União Democrática Ruralista), os fazendeiros decidiram contratar empresas de segurança para proteger suas propriedades. "Estamos reunidos em cerca de cem proprietários, que não irão permitir novas invasões", afirmou Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente nacional da UDR.

Segundo Garcia, o "pacto de solidariedade" que funcionou no Pontal em 1995 foi reativado em razão das "ameaças de invasões e pelo fato de o governo parecer incentivar a desordem no Pontal".

O presidente da UDR afirmou que a entidade tem orientado os proprietários a contratar segurança "legalizada". Segundo ele, vários proprietários estão se unindo para, em conjunto, contratar empresas de segurança.

"O custo de um segurança hoje é de pelo menos R\$ 1 mil por mês, por isso estamos nos unindo para baratear os custos e ter uma ação integrada de proteção à propriedade", declarou.

O presidente da UDR responsabilizou "as autoridades constituídas" por possíveis confrontos na região. "O Pontal hoje é uma terra sem lei, uma terra de ninguém, onde falta vontade política para acabar com as incertezas dos produtores", disse.

Rainha

Garcia "desafiou" o líder do MST José Rainha Jr. a comandar as anunciadas invasões na região. "Ele [Rainha] apostava no surgimento de um mártir. Ele vai ter o mártir que está querendo."

De acordo com ele, o líder do MST "nunca aparece na frente das invasões". José Rainha Jr. disse ontem que não iria comentar as declarações de Garcia.

Sobre as acusações do líder dos sem-terra de que fazendeiros estariam montando milícias paramilitares e pessoas deslocadas do narcotráfico para a segurança das propriedades, Nabhan afirmou que são "palavras absurdas".

"Quem tem vínculo com as Farc [Forças Revolucionárias da Colômbia" é o MST, não a UDR. José Rainha não tem moral para acusar ninguém", afirmou.

Exemplo 25:

Começa o julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás (FSP, 16/08/1999)

São poucas as chances de condenação em massa dos 150 policiais militares indiciados pela operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Pela fragilidade do inquérito, se o júri se detiver somente nos aspectos técnicos, poderá haver poucas condenações.

O julgamento, que será o mais longo do país, começa hoje na capital do Estado, Belém, e deve durar até dezembro. Saiba o que pode acontecer:

AS AUTORIDADES -

Movimentos de direitos humanos pediram a inclusão do governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), do secretário da Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM do Pará à época, coronel Fabiano Diniz Lopes, na lista dos réus. Contra eles pesavam os seguintes fatos:

1. o comandante da operação, coronel Mário Colares Pantoja, de Marabá, disse que obedeceu ordens do governador, por intermédio do secretário e do comandante da PM, para desobstruir a rodovia PA-150 de qualquer modo;
2. a desobstrução da rodovia foi feita sem autorização judicial;
3. no dia do massacre, foram feitas 26 ligações entre o batalhão da PM em Marabá e a sede do governo do Estado, a Secretaria da Segurança e o comando da PM. Metade delas foi feita após as mortes;
4. as autoridades se defenderam afirmando que os comandantes da operação agiram com violência por conta própria. Disseram também que, nos telefonemas, apenas pediam informações sobre a ação. As autoridades não foram denunciadas.

OS COMANDANTES -

As maiores chances de condenação recaem sobre os dois comandantes da operação: o coronel Pantoja, que liderou 85 PMs de Marabá, e o major José Maria Oliveira, que comandou 68 policiais de Parauapebas. Se forem condenados por homicídio doloso (intencional), podem pegar de 12 a 30 anos de prisão.

O coronel Pantoja foi quem planejou cercar os sem-terra na estrada. Cenas gravadas por uma TV mostram que seus homens foram os primeiros a atirar.

Pedro Alípio, o motorista do ônibus que transportou os PMs de Marabá para Eldorado do Carajás, afirmou ter ouvido o coronel dizer aos policiais: "Missão cumprida, ninguém viu nada", após o massacre, na volta.

Exames nos corpos indicam que os PMs agiram com intenção de matar e, em alguns casos, executaram suas vítimas.

Pantoja tinha um oficial (capitão Figueiredo) infiltrado no acampamento dos sem-terra,

conforme descobriu a Polícia Federal. Relatório da PF diz que a Polícia Militar, com as informações do infiltrado, "tinha completo conhecimento da situação, inclusive da disposição de enfrentamento por parte dos integrantes do MST".

Isso dificulta a defesa do coronel, que alega que a PM foi surpreendida com a reação dos sem-terra. Várias testemunhas -inclusive independentes dos sem-terra- disseram que os PMs usavam fardas sem a biriba (identificação do nome e posto que é afixada no bolso da camisa). Isso pode indicar premeditação.

O major Oliveira distribuiu as armas para seus comandados sem respeitar a regra de identificar -por meio de um documento chamado cautela- quem as estava recebendo. A acusação vai alegar premeditação e a intenção de dificultar a identificação.

SARGENTO GETÚLIO -

Uma menina sem-terra que tinha 13 anos à época acusou o sargento Getúlio Marques, de Marabá, de ter executado o líder do MST Oziel Alves Pereira. Ela contou em depoimento que o sargento teria deixado cair o boné que usava, após atirar em Oziel.

Embaixo do boné, guardado pela menina, estava escrita a sigla AL.CAS.95 e o nome Getúlio. O sargento reconheceu que o boné era dele, mas argumentou que foi ferido com uma pedrada no olho e não participou da operação no momento do massacre.

SOLDADOS E CABOS -

Uma série de problemas no inquérito tornam frágeis as provas contra os 147 soldados e cabos que participaram da operação:

1. as cautelas das armas entregues aos policiais de Parauapebas não foram feitas. As de Marabá foram extraviadas e depois reapareceram, mas podem ter sido violadas ou serem consideradas nulas como prova no processo. Assim, só é possível identificar que arma foi usada para matar cada sem-terra, mas não o policial que a portava;
2. o Ministério Públco não pediu exames para identificar pólvora nas mãos dos policiais;
3. o Ministério Públco e a Polícia Civil não fizeram acareações entre testemunhas do massacre e os PMs envolvidos na operação. As testemunhas também não tiveram acesso a prontuário com fotos dos policiais para identificar possíveis agressores. Com isso, a defesa pode alegar que as testemunhas podem ter se enganado ao acusar os soldados e cabos;
4. os soldados Carlos César Pinho e Raimundo Pargas dos Santos foram identificados pela sem-terra Maria Áurea Rocha como os policiais que teriam detido Oziel Alves Pereira antes de ele ser morto.

Exemplo 26:

MP do Pará autoriza a retomada do processo Julgamento dos PMs deve ser reiniciado na próxima semana (FSP, 27/08/1999)

O Ministério Públco do Pará voltou atrás e vai permitir que seja reiniciado o julgamento dos PMs que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 96.

O TJ (Tribunal de Justiça) do Estado, que pressionou pela retomada do julgamento, tentará reinstalar ainda hoje o tribunal do júri. Entretanto, os trabalhos só devem começar na próxima semana devido à impossibilidade de convocar todos os réus, testemunhas, advogados e funcionários públicos que participam do julgamento.

Três réus julgados na semana passada foram absolvidos -o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira. Restam outros 147 acusados.

Depois de abandonar o tribunal do júri em protesto contra a conduta do juiz Ronaldo Valle, o promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação, voltou atrás. "Estarei de volta ao tribunal do júri até por respeito à instituição", disse o promotor. Sua ausência impedia os trabalhos, já que o tribunal do júri não pode funcionar sem a presença do acusador.

Ele reconheceu, no entanto, que o julgamento dos próximos réus pode ser "contaminado" pela sistemática do júri anterior.

O promotor ainda faz uma última tentativa de manter o julgamento paralisado. Ontem, às 16h20, ele protocolou no TJ um pedido de suspensão do tribunal do júri até que se decida pelo pedido de anulação da primeira sessão do julgamento. Mas é difícil que o TJ decida a questão ainda hoje.

Para Nascimento, a primeira sessão do julgamento deve ser anulada por uma série de problemas que teriam acontecido. Entre eles, o fato de um dos jurados ter emitido opinião durante o julgamento. O promotor também questiona a legalidade de um dos quesitos (perguntas feitas aos jurados que definem o veredito) do julgamento, que acabou decidindo a absolvição dos réus.

Os jurados foram questionados se haveria "insuficiência de provas" para condenar os réus. Para Nascimento, esse quesito é irregular porque trata de juízo de valor e não de fato concreto.

Durante a última semana, o TJ pressionou o Ministério Público a obrigar o promotor a voltar ao tribunal do júri, o que permitiria a retomada do julgamento.

Chegou a pedir que fosse designado um promotor substituto e ameaçou, caso não fosse atendido, indicar um promotor à revelia do Ministério Público.

Ainda não está certo quais serão os próximos PMs a serem julgados. Para o promotor, o próximo bloco do julgamento deve apreciar os casos dos sargentos Roberto Nazareno Moraes, Everaldo Lins, Ruy Rodrigues dos Santos, Antonio Wilson Reis dos Santos, Antonio Carlos Gomes dos Santos e Carlos Alberto Alves dos Santos.

Exemplo 27:

Júri do massacre no PA causa polêmica (FSP, 23/10/1998)

A Justiça do Pará realizou anteontem o sorteio dos 21 jurados que poderão fazer parte da tribuna que decidirá o destino dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás.

Dos 21 titulares sorteados, 6 são bancários; 2, empregados da Telepará; 7, funcionários públicos e 6, empresários.

Eles foram sorteados entre 340 pessoas selecionadas pela comarca de Marabá. Segundo o advogado da SPDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) e assistente

de acusação, Hernandes Espinosa Margalho, os seis empresários são ligados a fazendeiros, o que comprometeria a imparcialidade do júri.

No dia do julgamento, marcado inicialmente para 23 de novembro, o juiz deverá sortear dez nomes para compor a banca de sete jurados. Tanto a defesa quanto a acusação poderão recusar até três nomes.

Os jurados deverão julgar 143 dos 155 policiais militares acusados de envolvimento na morte de 19 sem-terra no dia 17 de abril de 1996, no sul do Pará.

Além de 19 sem-terra, cerca de 60 pessoas, incluindo militares, ficaram feridas durante o confronto entre integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a PM, na "Curva do S", em Eldorado do Carajás.

Seis oficiais recorreram ao STF (Supremo Tribunal Federal) e aguardam decisão. Três sem-terra envolvidos também esperam decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e não deverão ser julgados na mesma data.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá, André Barbosa de Souza, foi um dos sorteados. Souza é filho de fazendeiro e dono de uma rede de supermercados na região.

O empresário contou à Agência Folha que dias antes do massacre o governo estadual, por meio do coronel Mário Colares Pantoja, comprou mantimentos para os sem-terra em uma de suas lojas.

Souza disse não ter opinião formada sobre o assunto e lamentou ser um dos escolhidos. "Estou numa situação difícil."

Segundo a advogada Simone Oliveira, um posicionamento antecipado do jurado pode provocar a impugnação do seu nome.

Recurso

O Ministério Público estuda ainda a possibilidade de recorrer à mudança do local do julgamento. A promotoria havia pedido a mudança para Belém, alegando "falta de segurança e imparcialidade do júri na região".

A Justiça, no entanto, decidiu transferir de Curionópolis para Marabá, embasada no Código Penal, que prioriza o desaforamento (mudança de local de julgamento) para a comarca mais próxima.

O MST é contra o julgamento em Marabá e promete se mobilizar para um protesto de repúdio à decisão.

O juiz responsável pelo caso, Otávio Marcelino Maciel, foi procurado pela Agência Folha ontem, mas não foi encontrado.

O massacre dos sem-terra foi um dos mais graves incidentes fundiários da história do país.

Sua repercussão internacional levou entidades como a Anistia Internacional a condenar a atuação do governo no caso.

Na campanha eleitoral deste ano, o governador-candidato Almir Gabriel (PSDB) foi bombardeado com críticas ao desempenho de sua polícia no incidente. Ele é candidato à reeleição.

Exemplo 28:

Testemunhas complicam acusados (FSP, 19/08/1999)

Testemunhas do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará) complicaram a situação dos principais oficiais da Polícia Militar que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em abril de 1996. O júri daria seu veredicto no final da noite de ontem ou na madrugada de hoje. Até dezembro, outros 147 policiais serão julgados. Todos respondem à acusação de homicídio doloso (intencional), que prevê penas de 12 a 30 anos de prisão, que podem ser multiplicadas pelo número de vítimas fatais. Apesar de terem sido arroladas pela defesa, duas testemunhas acabaram prejudicando o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra, que lideraram os outros 152 policiais militares envolvidos na ação.

Pantoja teria comandado a desocupação da rodovia PA-150, tomada pelos sem-terra, sem obedecer à ordem da cúpula da PM de negociar com os manifestantes. A afirmação foi feita pelo comandante da PM à época do massacre, coronel Fabiano Lopes. Segundo ele, Pantoja recebeu ordem de negociar porque, na semana seguinte, os sem-terra teriam sua reivindicação atendida _a desapropriação da fazenda Macaxeira para reforma agrária. O ex-comandante da PM criticou Pantoja pela falta de planejamento da ação. A declaração também atinge o capitão Almendra, encarregado de operacionalizar as ordens do coronel. "O depoimento ajudou muito a acusação", disse o promotor Marco Aurélio Nascimento. O jornalista Edvaldo Mendes, que acompanhou diversas negociações de PMs e sem-terra na região do massacre, declarou que o major Oliveira e policiais comandados por ele mantinham um relacionamento hostil com Oziel Alves Pereira, um dos manifestantes mortos.

Mendes, que foi arrolado pelo advogado de defesa do próprio Oliveira, disse que assistiu Oziel xingar o major de "safado" e "corno" durante tentativas de negociação ocorridas anteriormente. A acusação tentou mostrar aos sete jurados que o fato comprova que Oliveira e seus 68 subordinados tinham motivos para matar o sem-terra, morto com quatro tiros no peito, na nuca, na testa e no pescoço, de acordo com a perícia. No terceiro dia de julgamento, o promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável dos cadáveres e exibiu cenas gravadas por uma TV no momento do conflito. O ex-governador do Rio Nilo Batista, assistente da acusação, rogou aos jurados que não tivessem preconceito contra os sem-terra, "prejudicados pelas sucessivas políticas econômicas do governo federal". A acusação apelou ainda para que se pensasse nos pais de uma das vítimas, tentando sensibilizar os sete jurados _todos homens, seis deles pais.

Falando aos jurados, Roberto Lauria, um dos advogados de assistência dos policiais, argumentou que a PM agiu em legítima defesa no confronto. "Aquilo foi uma batalha, foi uma guerra." Ele argumentou que a promotoria não conseguiu individualizar a participação dos oficiais nas mortes e acabou protegendo o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), que ordenou a desobstrução da PA-150. "Condenar esses homens será dar poder à desordem. Depois, nenhuma milícia poderá deter o MST."

Exemplo 29:

Promotor teme absolvição dos 147 PMs do massacre (FSP, 20/08/1999)

Os 147 policiais militares que participaram da operação que resultou na morte de 19 sem-terra em abril de 96 também podem ser absolvidos, como foram ontem de madrugada três oficiais da PM do Pará.

A avaliação é do promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação contra os PMs. A chance de que todos os réus sejam inocentados existe, na opinião de Nascimento, se o mesmo argumento que absolveu os comandantes da ação for usado nos julgamentos dos demais PMs.

Os 150 acusados pelo massacre vão a júri em blocos de três a seis policiais, cada qual com um corpo de jurados diferente.

Em todas as fases do julgamento, o corpo de jurados será questionado se há insuficiência de provas para condenar os réus.

A promotoria pública se queixa da existência dessa pergunta porque a classifica de subjetiva. Um júri deve se manifestar sobre fatos concretos.

Na madrugada de ontem, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira, respectivamente comandantes das tropas de Marabá e Parauapebas à época do massacre, e o capitão Raimundo Almendra Lameira foram absolvidos porque a maioria dos jurados entendeu que havia insuficiência de provas, respondendo à questão proposta pelo juiz Ronaldo Valle.

Hoje começa a segunda fase do julgamento dos policiais que participaram da desobstrução da rodovia PA-150 em 17 de abril de 1996, em Eldorado de Carajás (sul do Pará). Nessa fase, serão julgados o capitão Raimundo de Souza Oliveira e os tenentes Jorge Nazaré Araújo dos Santos, Natanael Guerreiro Rodrigues e Mauro Sérgio Marques da Silva.

Até dezembro, outros 143 PMs (sargentos, soldados e cabos) serão levados ao banco de réus.

O advogado dos quatro oficiais, Luiz Abdoral Lopes, adiantou que seu principal argumento perante o júri será o mesmo que acabou inocentando os comandantes da operação, ou seja, a insuficiência de provas para culpar individualmente cada um dos acusados.

Carlos Guedes, que representa o MST no julgamento, como assistente de acusação, disse que ele e os outros advogados dos sem-terra (entre eles, Nilo Batista, ex-governador do Rio) irão abandonar o caso como protesto pela decisão do juiz de perguntar se existem provas suficientes.

"Não podemos compactuar com esse absurdo. O quesito imposto pelo juiz é subjetivo, enquanto que os jurados só podem decidir em cima de perguntas sobre questões concretas", declarou Guedes. Daqui em diante, somente o Ministério Público ficará encarregado da acusação.

"O MST tem todo o direito de considerar indigno o resultado e sair do processo. Eu não represento somente os sem-terra, represento sim a sociedade", afirmou o promotor. Marco Aurélio Nascimento não concorda com a pergunta e irá pedir a anulação do julgamento dos comandantes absolvidos (leia texto na pág. 1-5).

Na última fase do julgamento, o juiz elabora para os jurados uma série de questões a partir das teses da defesa e da acusação. Anteontem, quando o juiz informou aos

advogados as perguntas que seriam feitas aos jurados, a acusação registrou seu protesto contra a questão sobre a insuficiência de provas. Para o advogado Américo Leal, que representou os oficiais absolvidos, a questão não influenciou os jurados e não provocará um novo julgamento.

Exemplo 30:

'Acabei com o julgamento', diz jurado (FSP, 21/08/1999)

O contador e empresário Sílvio Queiroz Mendonça acha que descobriu a pólvora. "Eu observei uma coisa que o mundo inteiro não viu durante três anos", diz. A pólvora estava na fumaça que saía da arma de um sem-terra no conflito que resultou em 19 mortes em Eldorado de Carajás (PA) em 17 de abril de 1996. Mendonça, um dos jurados do julgamento, diz que sua descoberta derrubou a principal tese da promotoria, segundo a qual os sem-terra não estavam armados no início do confronto. "O lance de eu ver a bala foi cruel, não foi?", pergunta a um amigo delegado. "Detonou o promotor. A única certeza em todo esse julgamento foi o tiro que eu vi."

O promotor Marco Aurélio Nascimento não concorda, mas acha que a intervenção de Mendonça mudou os rumos do maior julgamento da história do país em número de réus - 150 policiais. Os três primeiros, os oficiais da Polícia Militar que comandavam a operação, foram absolvidos na última quarta-feira. Com uma caneta luminosa, Mendonça apontou para o vídeo que registrou o incidente e falou: "Agora fica comprovado que havia sem-terra armado no começo do conflito".

O promotor entende que Mendonça fez um prejulgamento, o que teria influenciado o corpo de jurados, e está pedindo a anulação do resultado. Mendonça discorda. Diz que não há juízo de valor na fala, mas deixa escapar uma nesga de vaidade: "Acabei com o julgamento no momento em que vi um sem-terra com arma de fogo".

"Tu foi macho!"

A descoberta transformou Mendonça em celebridade em Belém (PA). Aos 31 anos, o pai solteiro (tem um filho de 6 anos) é contador do Tribunal de Contas do Estado há 13 anos, tem uma academia de ginástica, um salão de beleza chamado Batom Lilás e uma agência de modelos, que organiza o concurso Miss Belém.

Na última sexta-feira, enquanto almoçava no Iate Clube do Pará, frequentado pela elite local, mal conseguia dar uma garfada no frango com bacon e queijo sem ser interrompido.

"Tu foi muito macho!", diz um advogado. "Até que enfim alguém peitou essa gente", elogia outro conhecido. "Essa gente" são os sem-terra que atuam no sul do Pará, a região de conflitos rurais mais violenta do país.

Mendonça diz não ter nada contra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), mas discorda do que classifica de "métodos violentos".

"Quanto tu levou na parada?", pergunta um investigador conhecido do jurado, repetindo a pergunta que circula pelo MST em tom conspiratório.

Mendonça diz que não levou nada e que nem foi teleguiado. Credita a descoberta a sua convivência com armas. Mas como só ele viu o tiro, quando mais de uma dezena de peritos e policiais dissecaram o vídeo? "É fácil explicar. Comprei minha primeira arma

com 13 anos, uma pistola 635. Hoje, tenho pistola (380), revólver (calibre 38, cano curto), rifle (calibre 38), tudo com porte. Atiro todo final de semana em estande. Sempre adorei arma. Por isso vi o a fumaça, o que é quase impossível quando se atira com a luz do sol, como aconteceu nesse caso. Tenho olho treinado."

O detalhista

Olho treinado e tino para detalhes. Mendonça diz, orgulhoso, que foi o único jurado a anotar todos os pronunciamentos da defesa e da acusação durante o julgamento. Tanto que foi o jurado que mais perguntas fez nos três primeiros dias de trabalho.

Sua obsessão por detalhes levou-o a notar que o major José Maria Oliveira caíra em contradição ao afirmar que havia feito em menos de uma hora o trajeto de ida e volta entre Marabá e Eldorado de Carajás. "É uma estrada cheia de buracos. Demora de 40 minutos a uma hora só para ir", corrigiu, apontando um detalhe que passara despercebido ao promotor.

O advogado e ex-governador do Rio Nilo Batista, que auxiliava o promotor, até elogiou suas perguntas e de outros jurados, três deles com curso superior, como Mendonça, dois com 2º grau e um com 1º grau. "Esse corpo de jurados faz a diferença", afirmou então Batista.

Logo em seguida, foi a vez de Mendonça pegar Batista em uma contradição. Batista argumentava que os sem-terra mortos estavam com pólvora nas mãos não porque portassem revólveres, mas porque colocaram a mão na frente do rosto para se defender dos tiros dos policiais.

Se os sem-terra colocaram as mãos para proteger o rosto, deveria haver balas nas mãos deles, raciocinou Mendonça. Foi consultar os laudos e notou que só um sem-terra fora ferido na mão -e não era por bala. Derrubou o argumento de Nilo Batista.

Sonho político

Católico, frequentador de uma novena toda terça-feira na igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Mendonça tem dois sonhos: ser delegado e eleger-se vereador. Diz querer ser delegado para tentar fazer inquéritos melhores do que os dois que foram feitos sobre as 19 mortes em Eldorado de Carajás, cheio de falhas, segundo ele.

No ano que vem, ele já diz ter decidido, será candidato a vereador. Eleitor de Fernando Henrique Cardoso nas duas últimas eleições, anulou o voto na disputa em que o PT ganhou a disputa para a Prefeitura de Belém. Diz não saber se é de direita, de centro ou de esquerda.

Nem sabe direito o que vai defender na campanha ("vou me inteirar no ano que vem"). Nega que esteja aproveitando a súbita fama de jurado do maior julgamento do país. Diz que tomou a decisão antes, convidado por André Lobato, o Caveira, um vereador folclórico de Belém cuja campanha foi animada por meninas vestidas em trajes sadomasoquistas. "Ele parece louco, mas é sério. Gosto de gente assim", define.

Exemplo 31:

TJ anula 1º julgamento de Carajás (FSP, 31/10/2000)

Desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJE (Tribunal de Justiça do Estado) decidiram ontem, por 6 votos a 1, manter a anulação da primeira sessão do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (PA), quando os três principais comandantes das tropas da Polícia Militar foram absolvidos. Mesmo que haja recurso, o julgamento agora não precisa mais ficar parado.

O julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás será feito em apenas um bloco e recomeçará em fevereiro de 2001, disse ontem o juiz José Maria Teixeira do Rosário, responsável pelo caso. "O bloco único visa dinamizar o processo", declarou.

A decisão do juiz de julgar todos os réus num bloco único, no entanto, já está causando polêmica com os advogados de defesa.

"É um absurdo, porque vai cercear o nosso direito de defesa", disse Eloísa Segtowick Sovano, que defende 33 soldados e cabos.

Demora

Para o advogado dos oficiais, Roberto Lauria, o julgamento dessa forma pode demorar mais de 30 dias, o que "seria impraticável". O promotor Marco Aurélio do Nascimento, por sua vez, considera adequada a forma encontrada por Rosário.

"Nossa tese é única para todos. Pode-se aumentar o tempo da defesa para não haver reclamações", declarou Nascimento.

No julgamento anterior, em agosto de 1999, o então presidente do júri, Ronaldo Valle, dividiu o processo em 27 sessões. Apenas a primeira, que durou mais de três dias, foi realizada. Na ocasião, o Ministério Público Estadual recorreu da decisão e pediu a anulação das outras sessões até o julgamento dos recursos.

Recurso

Os advogados de defesa disseram que irão recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão dos desembargadores.

"Isso é um desrespeito à posição dos jurados que, ao absolverem os policiais, expressaram a vontade de todo o povo paraense", disse Lauria.

Para Rosário, os recursos da defesa não têm efeito suspensivo e, por isso, o coronel Mário Colares Pantoja (ex-comandante das tropas de Marabá), o major José Maria Oliveira (ex-comandante das tropas de Parauapebas) e o capitão Raimundo Almendra Lameira voltarão ao banco dos réus em fevereiro.

Os oficiais e 146 PMs são acusados de envolvimento nas mortes de 19 sem-terra, ocorridas em 17 de abril de 1996, durante a desobstrução da rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (sul do Pará).

Os desembargadores votaram pela anulação baseados nos argumentos da relatora Raimunda Gomes do Carmo.

Ela considera que houve contradição na formulação dos quesitos, o que teria induzido os jurados a cometerem erros durante a votação secreta.

Para o promotor Nascimento, a decisão dos juízes já era esperada.

"Juiz parcial"

Além da polêmica sobre o bloco único, Rosário deve enfrentar a oposição do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O advogado Carlos Guedes anunciou

que irá pedir a suspeição do juiz por considerá-lo parcial. Guedes afirmou que Rosário foi autor do pedido de uso da Polícia Militar para a retirada de 180 famílias que invadiram a fazenda Taba, em Belém. "Ele fez o pedido quando a Prefeitura de Belém já havia iniciado um processo de desapropriação de parte da área", disse. O juiz não comentou a decisão do MST. "Só o Tribunal de Justiça pode decidir se sou apto a julgar."

Exemplo 32:

STJ arquiva inquérito contra governador (FSP, 30/09/1997)

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) arquivou inquérito aberto para apurar a responsabilidade do governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), no massacre de Eldorado do Carajás (leste do Estado). Em 17 de abril do ano passado, 19 sem-terra foram mortos por policiais militares durante operação de desocupação de uma estrada próxima ao complexo da fazenda Macaxeira, cuja desapropriação era pleiteada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O ministro José Dantas, relator do caso, acatou parecer da Procuradoria Geral da República segundo o qual o governador não pode ser responsabilizado pela "incompetência e desorganização" da Polícia Militar. Não há possibilidade de recurso, já que o inquérito foi solicitado pelo Ministério Público Federal, que, agora, concluiu pela inocência do governador. Se tivesse prosseguimento, o inquérito daria origem a uma ação penal contra o governador do Pará. A abertura do inquérito foi solicitada ao STJ em maio do ano passado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Ele apontou indícios de omissão do governador no episódio. O Ministério Público do Pará havia isentado o governador de responsabilidade sobre as mortes. O órgão apresentou denúncia contra 155 policiais militares, entre soldados e oficiais, e líderes dos sem-terra, acusados de ferir policiais. O atual parecer da Procuradoria Geral da República é assinado pela subprocuradora-geral Delza Curvello Rocha. O parecer foi solicitado pelo STJ, que enviou junto com o pedido a defesa prévia do governador. Conforme o parecer, a PM não planejou a operação de desocupação, "como era seu dever". O governador, segundo a subprocuradora-geral, apenas determinou a desocupação da estrada, sem autorizar o uso da força. Diz ainda o parecer que o governador não poderia prever nenhuma conduta criminosa, por ato ou omissão, por parte da PM. Exames realizados por médicos legistas indicaram que os sem-terra foram mortos de forma cruel. Alguns foram retalhados com golpes de faca, outros tiveram o crânio destruído por objeto contundente. Um dos líderes, Oziel Pereira, foi encontrado morto depois de ter sido

preso.

Parte do complexo Macaxeira foi desapropriado este ano pelo governo, e parte dos sem-terra já foi assentada.

Exemplo 33:

Exército cerca prédio em Recife (FSP, 18/04/1998)

Cerca de 50 homens do Exército cercaram ontem a Sudene em Recife (PE) para impedir uma eventual invasão do prédio por trabalhadores rurais sem terra, que acabou não acontecendo.

Os sem-terra encerraram diante da Sudene a "Marcha do Nordeste", iniciada no último dia 4.

Em discursos e faixas, lembraram o conflito ocorrido há dois anos em Eldorado do Carajás. Cerca de 2.000 pessoas participaram da manifestação, segundo o MST. Antes de marchar em direção à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), os manifestantes se concentraram na praça do Carmo, centro de Recife. Na Sudene, uma comissão formada pelo MST entregou ao superintendente Nílton Rodrigues documento reivindicando reforma agrária e programas emergenciais contra a seca.

Caminhada

No Rio, o protesto foi uma caminhada pelas ruas do centro do Rio, que se estendeu por toda a tarde.

De acordo com os organizadores da manifestação, vinculados ao MST, cerca de mil pessoas participaram da caminhada. Para a Polícia Militar, havia 600 pessoas.

Os manifestantes concentraram-se na escadaria do prédio da Assembléia Legislativa do Rio. De lá saíram para a Bolsa de Valores, a cerca de 200 m. À frente da caminhada, representantes do MST carregavam caixões representando as 19 vítimas da chacina.

Exemplo 34:

MST vai incentivar saques no Nordeste (FSP, 25/04/1998)

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai incentivar os saques a depósitos de alimentos e a supermercados no Nordeste do país.

Os dirigentes do movimento entregaram à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) uma pauta de reivindicações com propostas para o combate à seca e dizem que, se os pedidos não forem atendidos até o dia 30 deste mês, vão partir para saques generalizados na região.

A participação em saques foi decidida em uma reunião da direção nacional do MST em São Paulo, no dia 17 de abril, data do aniversário de dois anos do massacre de Eldorado de Carajás.

"Saquear para matar a fome não é pecado. No Nordeste, onde a situação está crítica, o

MST tem apoiado a luta dos agricultores", disse José Rainha Júnior, líder do movimento na região do Pontal do Paranapanema (oeste de SP).

²"A situação está insustentável, é a miséria que está em jogo. As pessoas que estão saqueando querem trabalho. Nós defendemos que os trabalhadores façam vigília em frente aos supermercados do país", afirma Diolinda Alves de Souza, mulher de Rainha. Segundo Jaime Amorim, representante da direção nacional do MST em Pernambuco, entre as reivindicações apresentadas à Sudene está a abertura de crédito especial para pequenos agricultores prejudicados pela seca.

²A lista tem outros dois itens: o fornecimento de alimentação e água para as comunidades do sertão nordestino e a desapropriação de áreas férteis como as do cacau, na Bahia, de cana-de-açúcar, em Alagoas e Pernambuco, e as das margens do rio São Francisco.

Desde março, o MST tem dado suporte aos agricultores do sertão do Ceará nas ações de saque aos depósitos de merenda escolar e de cestas básicas. "Por enquanto, os saques estão localizados, mas, se o governo não fizer nada, vamos partir com tudo. É um absurdo as pessoas estarem morrendo de fome em pleno final do século 20", afirma Jaime Amorim.

Preocupado com a repercussão negativa dessas investidas, o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), tem orientado os prefeitos das cidades castigadas pela seca a não entrar em confronto com os agricultores e com os integrantes do MST. Em alguns casos, a Polícia Federal é acionada para monitorar a movimentação.

Nesses dois últimos meses, ocorreram saques em 13 cidades do sertão do Ceará. Os agricultores, em algumas áreas do Estado, perderam até 90% da produção de grãos. No município de Aurora, localizado na região do Cariri (sul do Ceará), 500 trabalhadores rurais saquearam o depósito de merenda escolar no final de março.

Segundo a prefeita Maria Leonor Macedo (PSDB), quase todo o estoque se perdeu e o prejuízo foi de R\$ 8 mil. "Não reagimos porque sabemos que o problema é grave. Mas acho que, antes, eles poderiam ter negociado com a gente. Saque é caso de polícia."

Para evitar o acirramento dos ânimos, Tasso se reuniu há duas semanas em Brasília com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e expôs o problema. Disse a Jungmann temer que o MST use a seca e a fome dos agricultores eleitoralmente.

O governo do Estado pediu a liberação de R\$ 13 milhões pelo Incra para obras de infraestrutura em 200 assentamentos do MST no Ceará. Com essa medida, o governador espera que haja uma trégua. A construção de casas, poços e armazéns nos assentamentos vai ser feita em mutirão.

"Há uma tensão política que precisa ser desfeita. Sabemos que existe a crise, que houve perda de grãos. Mas o MST está se aproveitando disso para faturar", afirma o secretário de desenvolvimento rural do Estado, Pedro Sisnando.

Exemplo 35:

Sem terra bloqueiam BR-116 no Ceará (FSP, 24/01/1997)

Um grupo de cerca de 300 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) bloqueou das 5h às 17h de ontem o trânsito na BR-116, perto da entrada de Chorozinho (64 km ao sul de Fortaleza).

Segundo a Polícia Militar, o bloqueio provocou um congestionamento de quatro

quilômetros. Não houve registro de conflitos durante o ato. O trânsito era bloqueado alternadamente nas duas pistas.

Durante a manifestação, os sem-terra pediam aos motoristas para assinarem um abaixo-assinado de apoio às suas reivindicações.

Eles exigem uma definição do governo federal sobre o assentamento de 180 mil trabalhadores rurais no Ceará e uma solução sobre 57 áreas de conflitos no Estado. Os manifestantes distribuíram um panfleto no qual pedem punição para os responsáveis pela morte de trabalhadores rurais em Corumbiara (RO), Eldorado dos Carajás (PA), Ourilândia (PA) e Rio Bonito (PR).

No panfleto, os manifestantes denunciam que o MST está sofrendo "uma ofensiva econômica, política, ideológica e assassina" e pedem apoio da população contra a inoperância e incompetência do governo frente à reforma agrária.

Curitiba

Cerca de quatrocentos sem-terra, de 70 assentamentos irregulares do Paraná, ocuparam ontem a sede da superintendência regional do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio do Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) em Curitiba.

Eles pretendiam invadir o prédio do Incra, mas como o órgão havia solicitado reforço à PM, os sem-terra decidiram ir ao Ibama.

No início da tarde, líderes do movimento reuniram-se com representantes do Ibama, Incra e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e exigiram a desapropriação imediata dos 83 mil hectares da fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu (PR).

Por volta das 15 horas, os sem-terra deixaram a sede do Ibama e fizeram um ato de protesto pela morte dos agricultores Vanderlei da Neves e José Alves dos Santos, semana passada, em Rio Bonito do Iguaçu. Eles acusam três seguranças da fazenda Pinhal Ralo de terem feito uma emboscada.

Outra reivindicação do movimento é o assentamento imediato das 8 mil famílias que estão em ocupações irregulares no Paraná.

Exemplo 36:

Diretora é indiciada por expor 'Terra' (FSP, 18/06/1998)

A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de fazer "lavagem cerebral e pregar a legalidade da ilegalidade". Isso porque ela expôs a mostra "Terra", de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem-terra e do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP).

O delegado Marco Antônio Fogolin abriu o inquérito e disse que a mostra infringiu artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos tratam de restrições ao acesso a publicações que possam ferir os "valores éticos e sociais" da família. Ele se decidiu após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado "com medo" das fotos.

Segundo Elza, não houve queixa. "A mãe de Wesley foi chamada na delegacia porque seu filho estava lá e reclamou espontaneamente das fotos. Não foi reclamar."

"Tudo não passa de perseguição. O delegado sabe que sou ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e ele é o maior inimigo do MST", disse Elza. Ela diz que foi autorizada pela delegacia de ensino.

Exemplo 37:

Sem terra são recebidos à bala no Pontal (FSP, 28/01/1997)

O proprietário da fazenda Concórdia, em Tabarai (610 km a oeste de São Paulo), Guilherme Prata, recebeu à bala na madrugada de ontem 400 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que tentaram invadir sua propriedade. ``A próxima tentativa de invasão vai ter morte. Eles querem cadáver, vão ter'', afirmou Prata, vice-presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

A segurança na fazenda Concórdia, de 12 mil hectares, estava sendo feita por Prata, seu pai, dois tios, três primos, uma irmã, o gerente, o capataz e o motorista. Prata disse que atirará para acertar se houver nova tentativa de invasão.

A Polícia Civil de Tabarai apreendeu quatro rifles calibres 44 e 38 e cinco revólveres calibre 38 em poder das pessoas que defendiam a fazenda. As armas foram devolvidas aos proprietários depois de apresentados os registros.

O fazendeiro, seus familiares e empregados fizeram cerca de 200 disparos na presença de dois policiais civis e cinco militares, segundo a PM. Os disparos duraram cerca de dez minutos. Os sem-terra se deitaram e recuaram. Havia crianças e mulheres. Ninguém se feriu.

O presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, disse que os tiros são manifestação pessoal de Prata. ``Quem está com o problema na pele age emocionalmente.''

Segundo o MST, a área é improdutiva. O Incra não confirma. Prata disse ter fábrica de ração, confinamento e 3.000 cabeças de boi.

Foi a 11ª invasão e o segundo tiroteio envolvendo fazendeiros e sem-terra no Pontal este ano. Há duas semanas, 350 sem-terra foram recebidos a tiros ao tentar invadir a fazenda Santa Rita.

O líder dos sem-terra José Rainha Jr. disse que, se os fazendeiros não forem desarmados, a região se transformará em um novo Eldorado dos Carajás (PA). ``Estamos caminhando para isso, e falta pouco'', afirmou.

Em Itapetininga (170 km a oeste de São Paulo), cerca de 500 famílias ocupam desde sábado a escola técnica estadual agrícola Edson Galvão, após terem sido despejadas da fazenda Santa Cecília.

No Pará, um grupo sem ligação com o MST invadiu, na noite de sexta-feira, a fazenda Volta do Rio, em Curionópolis (630 km ao sul de Belém). Não houve confronto.

Exemplo 38:

Jungmann não negociará com invasores (FSP, 08/01/1997)

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) não irá negociar com invasores de fazendas em São Paulo e vai se empenhar pela aprovação de lei que veda desapropriação de imóveis invadidos.

Segundo a assessoria do ministro, o governo de São Paulo também não vai dialogar com os líderes das 1.200 famílias que invadiram, no último domingo, cinco fazendas no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado).

O presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Nestor

Fetter, disse que não vai liberar o pagamento de indenizações de terras invadidas no Pontal.

Jungmann mandou seu gabinete devolver fax enviado por José Rainha Jr., 36, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sobre novas invasões.

No fax, Rainha diz que as invasões visaram pressionar fazendeiros da região a aceitar o acordo de indenização proposto pelo Incra.

Segundo a assessoria de Jungmann, o projeto que veda desapropriação de áreas invadidas deverá ser votado na próxima semana.

Para tentar acertar a data da votação, o ministro ligou ontem para os deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), presidente da Câmara, e Benito Gama (PFL-BA), líder do governo.

Jungmann pediu ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que autorize a Polícia Federal a levantar informações sobre o assassinato, no sábado, de dois sem-terra em Eldorado do Carajás, onde 19 foram mortos em abril passado.

Novas invasões

O líder dos sem-terra José Rainha Jr. afirmou que cerca de 1.900 famílias ligadas MST estão "de prontidão", perto das fazendas Santa Rita e Taquaruçu, para novas invasões no Pontal.

Ele disse que novas invasões de terra podem acontecer a qualquer momento, "se os fazendeiros radicalizarem". "Vamos cumprir a lei, mas não vamos aceitar a arrogância dos fazendeiros", afirmou.

Ele acusa a UDR (União Democrática Ruralista) de armar pistoleiros em áreas invadidas pelo movimento e de atrapalhar acordos de desapropriação de terras.

O presidente da entidade ruralista em Presidente Prudente, Roosevelt Roque dos Santos, 49, estava viajando ontem no interior do Mato Grosso.

A direção da entidade afirmou que quer aguardar seu retorno para se manifestar.

Exemplo 39:

Acusador é primo de prefeito petista (FSP, 26/08/1999)

O funcionário público Fernando Brito, que depôs no Ministério Público sobre a suposta tentativa de suborno do júri do caso de Eldorado do Carajás, é primo do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT). Brito foi levado a depor pela vice-prefeita Ana Júlia Carepa (PT).

Colegas de trabalho de Brito disseram à Folha que ele costuma usar broche do PT em períodos de campanha eleitoral e alardeia o parentesco com o prefeito.

A vice-prefeita foi a primeira a fazer a denúncia. Ela disse que um dos jurados teria afirmado a ela que outro membro do júri teria lhe oferecido R\$ 3.000 para absolver o coronel Mário Colares Pantoja, que comandou a operação da PM que resultou na morte de 19 sem-terra, em abril de 1996.

Brito disse ontem que divulgaria uma nota, mas depois desistiu. O prefeito afirmou, pela sua assessoria, que o fato de Brito ser seu primo é "irrelevante".

No domingo passado, Ana Júlia disse à Folha que conhecia Brito, mas não sabia o nome dele. "Foi uma pessoa do povo que me contou a história (do suposto suborno) no último dia do julgamento", afirmou. No dia seguinte, apresentou Brito -que é funcionário da

Defesa Civil Municipal- ao Ministério Público.

No depoimento, constatou-se que a versão da vice-prefeita tinha contradições. Brito fez parte dos 31 pré-selecionados para o júri, mas não foi sorteado, ficando fora do grupo de sete jurados.

Ele disse que não podia afirmar que recebeu uma proposta de suborno. Contou que, cinco dias antes do julgamento, o jurado Sílvio Queiroz Mendonça perguntou a ele, em "tom de brincadeira": "R\$ 3.000 "morre" (é o bastante) para salvar o coronel (Pantoja)?".

Mendonça nega.

O jurado Cláudio Ozela confirmou que ouviu Mendonça fazer a "brincadeira". Pedro Muniz, outro jurado, disse não ter escutado.

Está praticamente parada a apuração do caso. O delegado Vicente Costa, responsável pelo inquérito, não conseguiu pegar cópias dos depoimentos e intimou Ana Júlia.

Promotores que colheram os depoimentos se recusaram a entregar as cópias porque o delegado não tinha registrado o inquérito com um número de protocolo.

O promotor que acompanhará o inquérito, Armando Brasil, não tinha sido comunicado oficialmente até ontem. Também não tinha tido acesso aos depoimentos.

O promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação dos 150 réus, disse ontem que "existe a possibilidade" de o julgamento ser retomado amanhã. "Comigo ou com outro promotor", afirmou.

Por discordar da conduta do juiz Ronaldo Valle, Nascimento abandonou o tribunal do júri após a absolvição de Pantoja, do major José Maria Oliveira e do capitão Raimundo Almendra.

A atitude do promotor provocou a suspensão do julgamento, já que o tribunal não pode funcionar sem o acusador.

Almir Gabriel

O governador Almir Gabriel (PSDB) criticou o projeto do governo federal que transferiria os crimes contra os direitos humanos para a esfera federal. "O fato de concentrar exageradamente em Brasília imobiliza o país."

Gabriel evitou falar sobre o resultado da primeira sessão do julgamento. "Eu não vou responder pelo simples fato de que, como testemunha, eu não posso emitir opinião."

Exemplo 40:

Bom mesmo de massacre é usineiro (FSP, 20/08/1999)

Ninguém aqui pretende desrespeitar a dor das 19 famílias que perderam entes queridos no confronto entre sem-terra e policiais, em Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996.

Mas, vem cá: não sei o que o pessoal da CUT, do PT e do próprio MST entendem por "massacre", mas o que vi na TV na época e revi com mais detalhe na última quarta, durante o julgamento dos três oficiais que comandaram a operação, não pode ser classificado de massacre.

Uma tropa capenga de policiais sem treinamento para enfrentar uma situação daquela gravidade é chamada para conter um grupo de desesperados dispostos a matar e morrer e armados até os dentes com foices, pedaços de pau, facões e -como a fita apresentada no

julgamento evidencia- com armas de fogo, que foram disparadas antes que os policiais dessem o primeiro tiro.

Quem autorizou os policiais a usar metralhadoras para enfrentar os invasores? O governador deu ou não ordem para conter a invasão a todo custo?

A certa altura daquele vídeo que a gente já viu tantas vezes na TV, os sem-terra partem com tudo para cima dos policiais, que recuam. O primeiro tiro é dado naquele instante. Por alguém que está do lado dos sem-terra, como foi demonstrado ao longo do julgamento de quarta-feira.

E, agora, vem o Stedile e o pessoal da CUT e do PT falar em impunidade. Será que a gente é obrigada a engolir, só porque a lamentável figura do coronel Pantoja, um dos líderes da operação, parece saída de alguma novela de Dias Gomes?

Quando é que a America's Watch e a Anistia Internacional vão começar a tratar como vítimas pobres coitados feito os policiais que foram enviados sem preparo para enfrentar os sem-terra em Eldorado do Carajás?

E o governador do Pará, Almir Gabriel? Quando vai assumir publicamente o quinhão de responsabilidade que lhe cabe no suposto "massacre"?

Se houve irregularidades no julgamento, que se faça uma nova audiência. Mas, em nome da justiça, que ninguém se esqueça de que existem vítimas de ambos os lados.

Usineiro, sim, entende de massacre. Pega dinheiro emprestado do governo para investir na terra e depois gasta tudo na ampliação do novo haras e levando a patroa para passear na Europa. E ainda pretende ter as dívidas anistiadas. Isso é que é massacrar a lei e a ordem de um país.

Exemplo 41:

Grupo entrega abaixo-assinado (FSP, 18/04/1997)

Um grupo denominado Friends of the MST (Amigos do MST) entregou ontem um abaixo-assinado na Embaixada do Brasil em Londres pedindo a agilização da reforma agrária no país.

A organização é ligada à representação do Partido dos Trabalhadores em Londres. No documento, com 110 assinaturas, o grupo também reclama da lentidão do julgamento dos policiais militares acusados pelo massacre de Eldorado do Carajás, onde 19 sem-terra morreram há um ano. O grupo foi recebido pelo embaixador do Brasil em Londres, Rubens Barbosa.

À noite, o diplomata participou de um debate na abertura da exposição fotográfica "Terra", de Sebastião Salgado, em uma igreja no centro da capital britânica. A exposição é sobre trabalhadores rurais.

A chegada da passeata dos sem-terra a Brasília foi mencionada no noticiário da rede de TV a cabo Sky News, que transmite notícias 24 horas por dia.

Exemplo 42:

Palestra é proibida por Justiça do MS (FSP, 22/08/1998)

O juiz de Mundo Novo (462 km ao sul de Campo Grande), Cléber Corsato Barboza, proibiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de realizar palestras em escolas públicas da rede estadual no município.

O juiz disse à Agência Folha que as palestras poderiam ter influência político-partidária, e a campanha eleitoral em prédios públicos é vedada por lei.

Barboza também levou em conta um "clima de adversidade" entre produtores rurais e MST no município, por causa do abate de 30 cabeças de gado na fazenda Savana, há duas semanas.

As palestras acabaram sendo realizadas em locais públicos e nas escolas da rede municipal. A prefeita local, a ex-sem-terra Dorcelina Folador (PT), autorizou os eventos.

As palestras fazem parte da marcha organizada pelo MST no Estado.

Três colunas, com 50 integrantes cada, deverão se encontrar no dia 7 de setembro em Campo Grande, onde haverá a manifestação "Grito dos Excluídos".

Nas cidades por onde passam, as colunas promovem debates em escolas e encontros com dirigentes sindicais.

Egídio Brunetto, da coordenação nacional do MST, disse que "de modo algum seria permitida a participação de políticos nas palestras e eventos organizados durante a marcha".

O próprio candidato do MST a deputado estadual, Toninho Borborema, não participa da marcha.

Segundo Brunetto, também não são pedidos votos ao candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em junho último, a diretora de escola Elza Maria da Silva, de Presidente Prudente (SP), foi indiciada em inquérito policial por ter exposto a mostra "Terra", de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem-terra e do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP).

O delegado Marco Antônio Fogolin disse que a mostra infringiu artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos tratam de restrições ao acesso a publicações que possam ferir os "valores éticos e sociais" da família.

Exemplo 43:

Boné substituiu chapéu de palha (FSP, 06/07/2003)

Até chegar à cabeça do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e virar motivo de polêmica nacional na semana passada, o boné do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) percorreu marchas pelo Brasil afora e disputou espaço com o tradicional chapéu de palha.

No MST, as informações a respeito da origem do boné são desencontradas. Mas há uma unanimidade: ele substituiu como símbolo o chapéu de palha típico dos sem-terra na caminhada que o movimento fez até Brasília, em 1997, para marcar o primeiro ano das mortes de Eldorado do Carajás. Na época, o MST foi recebido pelo presidente Fernando

Henrique Cardoso, também ele presenteado com o boné. FHC, porém, não o vestiu, pelo menos em público.

O boné é feito em mais de uma fábrica. Nos últimos dois anos, o MST gaúcho tem encomendado a peça à fábrica Bonelli, de Apucarana (PR), a "capital nacional do boné".

Quantias: dois lotes de 500 bonés/ano. Valores? Há os serigrafados e os bordados.

O varejo informa que compra da fábrica por R\$ 1,84 o serigrafado e R\$ 3,24 o bordado.

"Vendemos uns dez por dia. Nossos clientes são estudantes e camponeses", diz Lademir Debona, que vende os bonés no Mercado Público de Porto Alegre por um preço entre R\$ 3 e R\$ 5. Na cidade, há outra loja e duas feiras que vendem o produto.

Pelo site do MST, é possível comprá-los. O de serigrafia custa R\$ 5, o bordado, R\$ 7.

São vendidos ainda nas secretarias do MST, sindicatos, assentamentos e universidades.

O coordenador do MST gaúcho Mário Lill estima em mais de 1 milhão os bonés vendidos -uma arrecadação, até hoje, de R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões.

Se a popularização do boné tem como marco a marcha a Brasília em 97, há controvérsias quanto à sua origem. O frei Sérgio Görgen, hoje um deputado estadual que mantém ligações com o MST, afirma que a primeira aparição ocorreu na caminhada até a fazenda Anonni, no Rio Grande do Sul, em 86 -para muitos, essa foi a marca de nascença do próprio MST.

Mário Lill diz que foi depois, entre 87 e 88. O certo é que, até então, o chapéu de palha predominava. Até hoje é o preferido do líder João Pedro Stedile.

No site do MST, há os significados das cores da bandeira -a mesma simbologia do boné. Diz o MST: a cor vermelha representa "o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade". O branco, "a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos".

A cor verde representa "a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos".

O preto representa "o nosso luto e homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade". O mapa do Brasil é a representação de "que a luta deve chegar a todo o país".

O trabalhador e trabalhadora são "a necessidade de a luta ser feita por mulheres e homens, por famílias inteiras", e o facão, "nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência".

ANEXO II

Corpus Ampliado (Folha de S. Paulo)

Governo do PA paga pensão a familiares

26/12/96

Origem do texto: Da Agência Folha, em São Luís

Editoria: BRASIL Página: 1-7

Edição: Nacional Dec 26, 1996

Vinheta/Chapéu: ►MASSACRE◄ NO CAMPO

Governo do PA paga pensão a familiares
da Agência Folha, em São Luís

O governo do Pará vai começar a pagar em janeiro pensão a parentes de dez sem-terra mortos no ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄, em abril. Cada família receberá R\$ 300,00 mensais, retroativos a abril.

Mas Gilmar de Oliveira, ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra) em Marabá (PA), insiste que o governo puna os culpados pelo ►massacre◄.

►MST◄ anuncia recorde em invasões

17/12/96

Autor: WILSON TOSTA

Origem do texto: Da Sucursal do Rio

Editoria: BRASIL Página: 1-12

Edição: Nacional Dec 17, 1996

Primeira: Chamada

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: REFORMA AGRÁRIA

Assuntos Principais: ►MST◄; TERRA; INVASÃO; RECORDE

Foram 167 neste ano, contra a média anterior de 50 ocupações

►MST◄ anuncia recorde em invasões

WILSON TOSTA

da Sucursal do Rio

O ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bateu neste ano seu recorde, com 167 invasões de terra. A média anterior era de 50 invasões por ano, segundo o coordenador nacional da entidade, João Pedro Stédile.

No ano que vem, anunciou Stédile, a estratégia será mantida.

"Atenção, latifundiários: nos aguardem, 1997 será também um ano de muitas ocupações", disse.

Caminhada

Uma das ações previstas pelo ►MST◄ será uma marcha de 1.500 militantes que sairão de cinco pontos do país, em 17 de fevereiro próximo, em direção a Brasília.

As caminhadas, de mil quilômetros, têm chegada prevista para 17 de abril, quando o ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA) completará um ano.

"Vamos caminhar para dizer ao presidente Fernando Henrique Cardoso que faça a reforma agrária e outras coisas", disse ele, esclarecendo que os participantes da marcha não farão ocupações de terra durante o trajeto.

Stédile contestou os números de assentamentos anunciados pelo governo federal.

Para o ►MST◄, apenas 25 mil famílias foram assentadas.

"De acordo com dados tirados no último dia 5 do computador do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), até então tinham sido assentadas 51.136 famílias", disse Stédile.

Segundo os mesmos dados, afirmou, 18.187 famílias foram fixadas em assentamentos criados até 1995 e pelo menos 7.000 em projetos de colonização e não em áreas de reforma agrária.

"Cada família assentada recebe do governo R\$ 12 mil para começar a morar e a produzir, mas o Incra gastou nisso apenas R\$ 161 milhões", afirmou. "Se fossem 60 mil famílias assentadas, teriam sido gastos R\$ 720 milhões."

Stédile disse que o governo não cumpriu as promessas feitas por Fernando Henrique em audiência com dirigentes do ►MST◄, em 2 de maio: priorizar o assentamento de acampados, entre as 60 mil famílias então previstas; verbas para a reforma agrária; apoio parlamentar a quatro projetos de interesse do movimento; e punição aos responsáveis pelo ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄.

Dos cerca de 2 milhões de hectares desapropriados pelo governo em 1996, houve imissão de posse em apenas 500 mil _o resto ainda está preso por problemas burocráticos e de pagamento.

Do orçamento do Incra, de R\$ 1,5 bilhão, parte (cerca de R\$ 250 milhões) foi contingenciada (não repassada).

PM admite ter errado

30/09/96

Autor: ANDRÉ MUGGIATI

Origem do texto: Da Agência Folha

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Sep 30, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: OUTRO LADO

Assuntos Principais: ►MASSACRE◄; EM-TERRA; ►ELDORADO◄ DO ►CARAJÁS◄ /PA/

PM admite ter errado
da Agência Folha

"As características do crime mostram abusos e erros da PM na operação", disse ontem o chefe do departamento de Comunicação Social da Polícia Militar de Rondônia, major Márcio José da Silva.

Ele disse que a PM vai esperar a divulgação do inquérito civil para manifestar sua opinião contra as acusações de 20 PMs.

Silva declarou também que, "por parte dos sem-terra, a coisa não foi tão angelical, apesar de não justificar a nossa ação". Segundo ele, "houve um ataque inicial dos sem-terra", que foi então seguido da investida da PM.

Para Jaime Amorim, 36, da direção nacional do ►MST◀, a decisão de incriminar líderes sem-terra é "política".

"A Justiça não tem coragem de enfrentar a PM e, por isso, joga a culpa em alguns trabalhadores para fazer uma compensação."

Já o líder do ►MST◀ em Rondônia, Juvenil Augusto, afirmou que os quatro líderes sem-terra acusados são "dissidentes" do ►MST◀. Por isso, segundo ele, o ►MST◀ não vai defendê-los.

(AM)

Monumento é destruído

24/09/96

Autor: ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: da Agência Folha, em Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Sep 24, 1996

Vinheta/Chapéu: QUESTÃO AGRÁRIA

Assuntos Principais: SEM-TERRA; ►MASSACRE◀; ►ELDORADO◀ DO ►CARAJÁS◀ /PA/

Monumento é destruído
da Agência Folha, em Belém

O monumento em homenagem aos mortos no ►massacre◀ de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ (PA), feito e doado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi parcialmente destruído na madrugada de anteontem em Marabá (500 km ao sul de Belém).

O monumento foi inaugurado no último dia 7. Segundo o coordenador do ►MST◀ em Marabá, Gilmar de Oliveira, testemunhas disseram que um grupo de oito pessoas depredaram o monumento, que fica no entroncamento das rodovias Transamazônica e PA-150 (onde aconteceu o ►massacre◀).

Desocupação Os cerca de 900 integrantes do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que ocuparam na última terça-feira a sede do Incra em Marabá deixaram o prédio anteontem à tarde.

Após negociar com o administrador de Marabá, Ronaldo Giusti, os sem-terra acamparam em frente à sede do Incra.

A desocupação do prédio invadido era a condição do Ministério da Reforma Agrária para

negociar a pauta de reivindicação do movimento dos sem-terra.
(ESTANISLAU MARIA)

'É uma provocação', acusa ►MST◀

19/09/96

Autor: GEORGE ALONSO

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: 1-11

Edição: Nacional Sep 19, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: TERRA; INVASÃO; ►MST◀; PONTAL DO PARANAPANEMA /SP/

'É uma provocação', acusa ►MST◀

da Reportagem Local

A direção nacional do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) considera "uma provocação" do ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, a demissão de Miguel Abeche, superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo.

Para o ►MST◀, o ministro quis "dar uma demonstração de força" em uma espécie de "braço-de-ferro" que trava com a entidade com o objetivo de desmoralizá-la diante da opinião pública, ao tentar passar imagem de intransigência por parte dos sem-terra.

O comando do ►MST◀ alega que só uma das sedes do Incra no país permanece ocupada por sem-terra (a de Marabá, em função da impunidade para os responsáveis pelo ►massacre◀ de ►Eldorado◀ dos ►Carajás◀) e que a entidade sempre negociou com dirigentes do Incra, "cobrando compromissos assumidos".

A demissão de Abeche, segundo os sem-terra, é uma tentativa de culpar o ►MST◀ pelo fracasso da meta do governo, de assentar 60 mil famílias neste ano.

Em nota oficial, a direção estadual da entidade diz que Jungmann demonstra "não querer a reforma agrária".

Segundo o ►MST◀, que invadiu fazendas na região, a tensão no Pontal resulta do armamento dos fazendeiros, "com conivência da polícia", e que o ►MST◀ procurou Abeche com a intenção de "buscar uma solução pacífica".

A nota diz ainda que a demissão de Abeche revela "a truculência e o despreparo do ministro para o cargo". Para o ►MST◀, "o ministro precisa parar de tagarelar e começar a trabalhar."

(GEORGE ALONSO)

FHC reedita medida provisória para liberar verba para o Incra

31/08/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília; Da Agência Folha, em Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-12

Edição: Nacional Aug 31, 1996

Vinheta/Chapéu: REFORMA AGRÁRIA

Assuntos Principais: REFORMA AGRÁRIA; VERBA PÚBLICA; INCRA; MEDIDA PROVISÓRIA

Presidente atende reivindicação dos sem-terra

FHC reedita medida provisória para liberar verba para o Incra da Sucursal de Brasília e da Agência Folha, em Belém

O governo reeditou, com modificações, a MP (medida provisória) que autoriza crédito extraordinário de R\$ 800 milhões ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

As alterações no texto da MP referem-se à discriminação da destinação das verbas.

Os valores foram assim distribuídos: R\$ 400 milhões para indenizações de terra "nua", R\$ 254 milhões para créditos para a reforma agrária, R\$ 90 milhões para projetos de reforma agrária, R\$ 40 milhões para indenizar benfeitorias e R\$ 16 milhões para cooperações entre instituições.

A modificação remaneja recursos de R\$ 1 milhão da cooperação entre instituições para projetos de reforma agrária e colonização. Segundo a MP, eles serão aplicados no Rio Grande do Sul.

Os R\$ 254 milhões referentes ao crédito para reforma agrária fazem parte de uma antiga reivindicação do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ainda a desapropriação de quatro fazendas localizadas em Santa Cruz Cabrália (BA) _8.329 hectares_, onde devem ser assentadas 350 famílias.

Pará

O juiz de Curionópolis (PA), Laércio Larêdo, só vai poder analisar os processos do conflito da fazenda São Francisco e do ►massacre◄ dos 19 sem-terra em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ depois de 10 de setembro.

"Estou me dedicando ao processo eleitoral. Antes do dia 10 será quase impossível fazer qualquer outra coisa", disse Larêdo, por telefone, à Agência Folha.

►MST◄ culpa o Incra pela venda de lotes; Colonos bloqueiam agência do BB em SP; Promotores fazem balanço do ►massacre◄; Comissão investiga denúncias em Goiás

22/08/96

Editoria: BRASIL Página: 1-7

Edição: Nacional Aug 22, 1996

Seção: COLUNÃO

►MST◄ culpa o Incra pela venda de lotes

O ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) responsabiliza o Incra

(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pela venda de lotes pelos colonos assentados em projetos de reforma agrária. A venda dos lotes é um dos principais problemas dos assentamentos em pesquisa do Instituto Vox Populi para a Confederação Nacional da Agricultura.

Colonos bloqueiam agência do BB em SP

A agência do Banco do Brasil em Teodoro Sampaio (SP) foi bloqueada ontem por colonos assentados em projetos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema. Eles exigem a liberação de recursos financeiros do Pronaf, programa que financia a produção de assentados. O bloqueio é coordenado pelo ►MST◄ e pela Coocamp, cooperativa criada pelo ►MST◄.

Promotores fazem balanço do ►massacre◄

Os promotores públicos do Pará que atuam no processo do ►massacre◄ dos sem-terra em ►Eldorado◄ dos ►Carajás◄ reuniram-se ontem em Brasília com integrantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça. Eles foram apresentar um balanço e discutir as investigações sobre o conflito de 17 de abril.

Comissão investiga denúncias em Goiás

Uma comissão criada na terça-feira pelo Incra começou a investigar, em Goiás, denúncias de irregularidades em vistoria realizada pela Superintendência Regional do instituto na fazenda Santa Rosa, em Itaberaí (GO). A investigação foi solicitada pelo procurador da República em Goiás, Marco Túlio de Oliveira e Silva.

Eleições atrasam processos no Pará

19/08/96

Autor: ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Aug 19, 1996

Vinheta/Chapéu: CURIONÓPOLIS

Assuntos Principais: CONFLITO; GARIMPO; COMPANHIA VALE DO RIO DOCE; SERRA PELADA /PA/

Decisão sobre a Vale está parada

Eleições atrasam processos no Pará

ESTANISLAU MARIA

da Agência Folha, em Belém

Com apenas um juiz e obrigada a cuidar da preparação das eleições, a comarca de Curionópolis (630 km ao sul de Belém) está atrasando a análise de processos, como o da disputa entre garimpeiros e Companhia Vale do Rio Doce em Serra Pelada, e de pedidos de reintegração de posse, como o da fazenda São Francisco.

Sem um quadro próprio de magistrados, a Justiça Eleitoral "toma emprestado" da Justiça

comum seus juízes.

Segundo a lei, o processo eleitoral tem prioridade. No Fórum de Curionópolis estão 174 pedidos de candidaturas e duas impugnações.

"Estou me desdobrando para acompanhar os casos do ►massacre◀ e do garimpo mas, dedicação exclusiva, só mesmo depois de 3 de outubro", disse o juiz local, Laércio de Almeida Larêdo.

Na última quinta-feira, ele aceitou a denúncia do Inquérito Policial Civil do ►massacre◀ que resultou na morte de 19 sem-terra em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀, em abril.

Serão processados 155 policiais militares acusados de abuso de autoridade; um civil, acusado de co-autoria de homicídio e lesões corporais; e três sem-terra, acusados de porte ilegal de arma, lesões corporais e resistência a ordem judicial.

A reintegração de posse da fazenda São Francisco, em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀, aguarda uma decisão desde o dia 9 de julho.

Segundo os proprietários, que moram em Bebedouro (SP), a fazenda foi invadida por homens armados em 19 de junho.

A direção do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) informou não ter ligações com o grupo.

Larêdo disse que pediu ao Tribunal de Justiça a indicação de um juiz auxiliar entre os 23 aprovados em concurso, ainda não nomeados, mas não foi atendido.

"Falta verba para nomearmos os aprovados nos concursos", disse o presidente do Tribunal de Justiça, Manoel de Christo Alves.

"Espero um repasse da arrecadação do Estado para poder empossar os novos juízes."

►MST◀ invade três fazendas no sul do PA

16/08/96

Origem do texto: da Agência Folha, em Belém (PA)

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Aug 16, 1996

Vinheta/Chapéu: TERRA

Assuntos Principais: ►MST◀; SEM-TERRA; INVASÃO; ►ELDORADO◀ DO ►CARAJÁS◀ /PA/

►MST◀ invade três fazendas no sul do PA

da Agência Folha, em Belém (PA)

O ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu mais três fazendas no final da tarde de anteontem na região de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀, sul do Pará.

Foi em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ que aconteceu a morte de 19 sem-terra em conflito com a Polícia Militar. Amanhã, o ►massacre◀ completa quatro meses.

Os sem-terra anunciam ontem a ocupação das fazendas Mucuripe e Ponta Grossa, no complexo Macaxeira, que reúne 13 fazendas em Curionópolis (630 km ao sul de Belém), e da fazenda Três Voltas, em Parauapebas (630 km ao sul de Belém). Não houve confrontos.

As fazendas Mucuripe e Ponta Grossa foram ocupadas por sem-terra que viviam na

fazenda Macaxeira.

O coordenador estadual do ►MST◄ Gilmar de Oliveira disse que cerca de 1.400 famílias devem ser divididas nas três áreas.

Bloqueio

Integrantes do ►MST◄ que moram no assentamento Palmares, em Parauapebas (630 km ao sul de Belém), estão obstruindo estrada de acesso à área do projeto Serra Leste da Companhia Vale do Rio Doce. O ►MST◄ quer que a Vale pague em benfeitorias a área ocupada dentro do Palmares.

Sem-terra "ocupam" DF para agilizar assentamento

13/08/96

Autor: DANIELA FALCÃO

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-4

Edição: Nacional Aug 13, 1996

Legenda Foto: Manifestantes ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (►MST◄) montam barracas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

Crédito Foto: Lula Marques/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: REFORMA AGRÁRIA

Selo: CAMPO MINADO

Assuntos Principais: SEM-TERRA; INVASÃO; ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS;
BRASÍLIA /DF/

Para STJ, falta prova para indicar responsáveis por massacres

Sem-terra "ocupam" DF para agilizar assentamento

DANIELA FALCÃO

da Sucursal de Brasília

O ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) decidiu "ocupar" com suas barracas a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para pressionar pela reforma agrária. Desde ontem, cerca de 350 sem-terra vindos de 157 acampamentos coordenados pelo ►MST◄ em todo o país estão instalados no gramado do Gran Circular _área da Esplanada dos Ministérios.

Segundo a entidade, os manifestantes ficarão acampados até que todas as 44 mil famílias que estão em propriedades invadidas pelo país sejam assentadas.

Cada acampamento enviou dois ou três representantes. Foram montadas barracas de lona que servirão de dormitório, reproduzindo a estrutura dos acampamentos em terras invadidas.

Os alimentos foram enviados pelos acampados no país. Uma cozinha coletiva foi montada no local.

Segundo Valmir de Oliveira, do ►MST◄, o governo do Distrito Federal autorizou a instalação dos sem-terra na Esplanada dos Ministérios. Também permitiu a utilização de banheiros de área do governo vizinha ao acampamento.

Violência no campo

Ontem, 200 mulheres sem-terra participaram em Brasília de manifestação pelo Dia Nacional de Luta Contra a Violência no Campo.

Pela manhã, elas entregaram manifesto reivindicando a punição dos responsáveis pelos massacres de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ (PA) e Corumbiara (RO) ao secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Humberto Spínola.

Spínola representou o ministro Nelson Jobim (Justiça), que estava em Belo Horizonte (MG).

O manifesto também exige o assentamento "urgente" de 44 mil famílias acampadas e a aprovação pelo Congresso dos projetos ligados à reforma agrária.

Documento semelhante foi entregue à representação da ONU (Organização das Nações Unidas) no Brasil e ao ministro interino de Política Fundiária, Marcos Lins.

Ele disse concordar com o argumento das sem-terra de que a violência no campo só diminuirá com a aceleração da reforma agrária.

À tarde, as trabalhadoras rurais se encontraram com o presidente do STJ (Supremo Tribunal de Justiça), Romildo Bueno de Souza.

Segundo ele, ainda faltam provas para indicar os responsáveis pela morte dos 30 sem-terra em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ e Corumbiara.

Em seguida, elas foram recebidas por Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), presidente da Câmara. O pefelista prometeu abrir as galerias da Casa para que as sem-terra acompanhem a votação do projeto do rito sumário de desapropriação de terras, marcada para hoje.

Mulheres mártires

Entre as manifestantes, estavam presentes as chamadas "mulheres mártires", como Hebe de Bonafini e Marta Badillo, principais líderes da Associação das Mães da Praça de Maio, da Argentina.

Outras mulheres que participaram dos protestos de ontem foram Olinda Tavares, 55, mãe do padre Josimo (assassinado há dez anos no Maranhão), Maria Gorete Abreu e Maria Elizabete Santos _sobreviventes do ►massacre◀ de trabalhadores rurais em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ (PA).

**Devassa à vista; Mensagem cifrada; Garantia prévia; Juiz nacional;
Ataque sulista; Fora de foco; Ato falho; Ajuda externa; Temor no campo;
Para a platéia; Só para lembrar; Dança dos números; Sem esperanças;
Sem muito esforço; Justiça tardia; Visita à Folha**

10/08/96

Editoria: BRASIL Página: 1-4

Edição: Nacional Aug 10, 1996

Seção: PAINEL TIROTEIO

Arte: ILUSTRAÇÃO: ADOLAR

Devassa à vista

Fernando Gonçalves (TCU) informou Sérgio Motta (Comunicações) que a partir de segunda o tribunal faz ampla auditoria no sistema Telebrás. A começar pelos editais de

licitação da banda B da telefonia celular.

Mensagem cifrada

Na reunião ministerial, ontem, Luiz Carlos Santos (Assuntos Políticos) mandou um recado a seus colegas de governo: os investimentos externos se devem também à estabilidade política. Tradução: atendam o telefone.

Garantia prévia

Informada de que Nelson Jobim (Justiça) iria a Santiago, a chancelaria chilena se ofereceu para reservar o hotel. Pediu a data da chegada, o vôo e o número do cartão de crédito do ministro. Ele preferiu dispensar a ajuda.

Juiz nacional

O Diretório Nacional do PT discute neste fim-de-semana a reforma administrativa de Vitor Buaiz (ES). Ele enfrenta oposição de setores do PT ao pacote que tenta equilibrar o Estado.

Ataque sulista

O governador Paulo Afonso (PMDB-SC) encontra FHC na terça para protestar contra a MP que prevê um regime automotivo especial para o Nordeste.

Fora de foco

A redução nos prazos de pagamento das importações de leite, determinada sem consulta prévia pela Indústria e Comércio, foi uma das decisões que mais irritaram a Fazenda. Hora errada: é de entressafra do produto.

Ato falho

O Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente condenou o veto de Maluf ao projeto que proibia empresas que utilizam mão-de-obra infantil de participar de concorrências da prefeitura paulistana.

Ajuda externa

Duas sobreviventes do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ dos ►Carajás◄ entregam segunda ao representante da ONU no Brasil, Cesar Mikuel, um pedido para que a entidade pressione o governo a apressar a reforma agrária.

Temor no campo

O ►MST◄ acha que passa fácil o rito sumário para a reforma agrária semana que vem no Congresso. Mas teme pelo projeto que proíbe os juízes de concederem liminares de reintegração de posse sem antes ouvir as partes.

Para a platéia

A campanha de Rossi (PDT) avalia que a proposta de tirar as crianças abandonadas da rua em 180 dias já cumpriu o resultado esperado. Causou polêmica.

Só para lembrar

O programa de TV de Erundina (PT) rebaterá a proposta de "bilhete único para o transporte coletivo" de Pitta (PPB). Dirá que Maluf vetou projeto de lei do PT, aprovado na Câmara Municipal de São Paulo em 95.

Dança dos números

Pesquisa Ibope divulgada ontem sobre a eleição paulistana: Pitta lidera (26%), seguido de Erundina (23%), Rossi (16%), Serra (12%) e Pinotti (2%). Pelo instituto, os votos indecisos, brancos e nulos somam 21%.

Sem esperanças

A campanha de Leiva (PMDB) avalia que a candidatura em São Paulo morreu com a decisão de primeira instância da Justiça que favoreceu Pinotti. "É muito difícil que o TRE reforme a decisão do juiz", diz um cacique.

Sem muito esforço

Quêrcia não consegue reverter o mal-estar que causou entre seus aliados no PMDB a forma como tratou a campanha de Leiva. Dizem que até Itamar Franco se empenhou mais por seu candidato em Juiz de Fora (MG).

Justiça tardia

Os acusados pela morte de Nativo da Natividade, que presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO), serão julgados no dia 19. Entre eles, o então prefeito, Roberto Pascoal. A morte foi em 85.

Visita à Folha

O embaixador da Argentina no Brasil, Diego Ramiro Guelar, visitou ontem a Folha. Estava acompanhado do cônsul-geral da Argentina em São Paulo, Carlos Onis Vigil, e do cônsul-adjunto, Eduardo Gómez.

TIROTEIO

De Wagner Salustiano (PPB), coordenador político em São Paulo da Igreja Universal do Reino de Deus, sobre Rossi (PDT):

_ O Rossi é um mentiroso. Um falso convertido. Um falso cristão. Ele odeia a Universal porque nós apoiamos o Covas em 94 e o derrotamos.

Eixo de mudança; Primeiro passo; Ver para crer; O que o PFL quer; Seara inimiga; A vida como ela é; Pólos em 98; Bolsa de apostas; PMDB apaziguado; Beiço remunerado; Pele de cordeiro; Desgaste externo; Data nacional; Ocupação em Brasília; Anti-homenagem; Amigo urso

21/07/96

Editoria: BRASIL Página: 1-4
Edição: Nacional Jul 21, 1996

Seção: PAINEL; TIROTEIO
Arte: ILUSTRAÇÃO: OSVALDO

Eixo de mudança

No xadrez de FHC, montado para definir um pacotaço político para os dois últimos anos do que o tucano ambiciona ser seu primeiro mandato, elegeu-se um "vice-rei": Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara.

Primeiro passo

Ao futuro de Luís Eduardo Magalhães estão atadas reeleição, reforma ministerial e sucessão na Câmara e no Senado. Ele pode ir para o Ministério das Minas e Energia, com poder no processo de privatizações.

Ver para crer

Malan (Fazenda) tem enfatizado, em conversas reservadas, que a agroindústria e a exportação serão as bases do que julga ser uma fase de "desenvolvimento sustentado" em 1997.

O que o PFL quer

Um cacique pefelista avalia que o Ministério da Justiça tem "pepinos demais e dividendos de menos". A pasta das Minas e Energia, com poder ampliado, daria facilmente a Luís Eduardo Magalhães o governo baiano.

Seara inimiga

A reeleição para a presidência da Câmara, além de ser manobra complicada, seria arriscada. O baixo clero da Casa, que ungiu Luís Eduardo Magalhães presidente, hoje julga sua gestão autoritária e amarrada ao Planalto.

A vida como ela é

Serjão (Comunicações) está bem dentro do pacotaço político. Mas o PSDB bem na beirada. À própria sorte O Planalto já não dá à eleição de Serra em São Paulo a importância que lhe foi conferida em um primeiro momento. Se ganhar, ganham todos. Se perder, perde o ex-ministro.

Pólos em 98

No Planalto, faz-se uma pergunta sobre reeleição, caso ocorra uma vitória malufista em São Paulo: "Quem é melhor do que FHC para enfrentar o Maluf?". O PT não é mais líder da oposição.

Bolsa de apostas

Michel Temer (PMDB-SP) é o nome mais citado por caciques governistas para presidir a Câmara. Luiz Carlos Santos ficaria onde está, com menos destaque, ou ganharia outro ministério.

PMDB apaziguado

José Sarney entraria no pacotaço facilitando a eleição de ACM para a presidência do

Senado. Desde que fosse garantida a reeleição para Roseana e os meios para que sua filha faça um "bom" governo no Maranhão.

Beiço remunerado

Convocados e bem pagos (R\$ 24 mil) por um mês, os deputados só trabalham até o dia 24. Ganharam uma semana de descanso da presidência da Câmara.

Pele de cordeiro

Candidato à presidência do Senado, ACM (PFL) mudou da água para o vinho. "Está que é uma seda", atesta o paraibano Ney Suassuna (PMDB), um dos sete senadores que já sentiram a garra do "Leão da Bahia".

Desgaste externo

Discretamente, as embaixadas da Grã-Bretanha, EUA e França têm questionado o governo sobre a demora em aprovar o rito sumário na reforma agrária e sobre o projeto que pune trabalho escravo (em especial, o infantil).

Data nacional

Uma caravana dos sem-terra atravessará o país levando o monumento em homenagem aos 19 trabalhadores mortos pela PM do Pará. A obra, de Nyemeyer, sai do Rio e chega a ►Eldorado◄ dos ►Carajás◄ em 7 de setembro.

Ocupação em Brasília

Em sua viagem, o memorial aos 19 sem-terra mortos passa por Brasília em 12 de agosto, o Dia Nacional da Mulher Trabalhadora Rural. ►MST◄ e Pastoral da Terra preparam manifestações.

Anti-homenagem

No memorial para os 19 sem-terra mortos, há uma inscrição lembrando que, no dia do ►massacre◄, 17 de abril, FHC era presidente. E Almir Gabriel, governador do Pará.

Amigo urso

A aprovação do estatuto da microempresa no Senado tirou Malan (Fazenda) do sério. Queixa-se de Sarney, que acompanhou sua articulação contra o projeto, mas não o avisou de que o jogo já estava decidido.

TIROTEIO

De Miro Teixeira, candidato a prefeito do Rio pelo PDT, sobre Sérgio Cabral Filho, do PSDB:

_ O Sérgio é robotizado pelo governador Marcello Alencar. Do jeito que o Pitta é manipulado pelo Maluf em São Paulo.

Igreja registra 33 mortes no campo

18/07/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília; Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: 1-11

Edição: Nacional Jul 18, 1996

Vinheta/Chapéu: REFORMA AGRÁRIA

Assuntos Principais: CONFLITO DE TERRA; VIOLÊNCIA; VÍTIMA; RELATÓRIO;
CPT /COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/

CPT divulga relatório

Igreja registra 33 mortes no campo
da Sucursal de Brasília
da Reportagem Local

A violência no campo fez 33 vítimas neste primeiro semestre. A maioria das mortes (28) ocorreu no Pará. Três foram registradas em Mato Grosso. Goiás e Maranhão tiveram uma morte cada.

Os dados divulgados, em Brasília, fazem parte de relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão da Igreja Católica.

Das 29 mortes ocorridas no Pará, 19 foram cometidas por policiais militares no ► massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄, em 17 de abril.

Segundo a CPT, desde a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, há 18 meses, já houve 74 mortes de sem-terra.

A violência contra trabalhadores rurais "está se tornando marca do governo de Fernando Henrique Cardoso", diz o relatório.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que não podia fazer nenhum comentário sobre o assunto porque não havia recebido o relatório.

Ontem, o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (►MST◄) também divulgou nota para, mais uma vez, questionar os números divulgados pelo governo federal sobre assentamentos.

O governo pretendia, segundo o ►MST◄, assentar 60 mil famílias em 96. Relatório do Incra afirma que apenas 18.037 famílias foram assentadas, o que caracteriza, para o ► MST◄, a impossibilidade de se atingir a meta até o final do ano.

Para o ministro Jungmann, as críticas não procedem. Segundo sua assessoria, até 15 de julho foram assentadas 19,6 mil famílias. De acordo com Jungmann, o ritmo só foi acelerado após abril porque a reforma agrária, como todos os projetos do governo, dependia da aprovação do Orçamento.

Governo se diz preocupado com ações violentas

30/06/96

Autor: JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial -8

Edição: Nacional Jun 30, 1996

Observações: SEM-TERRA

Vinheta/Chapéu: O QUE PLANEJAM
Assuntos Principais: SEM-TERRA; VIOLÊNCIA

Governo se diz preocupado com ações violentas da Reportagem Local

Para o governo federal, as tragédias de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA) e de Buriticupu (MA) são um marco na questão agrária. Juntas, somaram 23 mortes. Na primeira, 19 sem-terra foram trucidados. Na outra, eles são acusados de três assassinatos.

"Os episódios do Pará e do Maranhão deixaram terríveis lições. Mas sou otimista em achar que as pessoas (governo, sem-terra, clero e fazendeiros) não serão insensíveis", diz o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori.

Incumbido pelo presidente de manter abertos os canais de negociação com as lideranças sem-terra, a igreja e os partidos, Gregori complementa, nos bastidores, a missão pública de negociação do ministro Raul Jungmann (Política Fundiária).

Segundo ele, o governo está especialmente preocupado com os rumos dos movimentos de sem-terra depois da morte de três funcionários da fazenda Cikel, no Maranhão.

Violência

Até agora, os movimentos de invasão de terra criavam situações de embaraço para o governo, mas nunca tinham tido a iniciativa da violência.

"O assassinato dos funcionários aumentou muito a preocupação do governo", afirma Gregori. "Porque de duas, uma: ou as lideranças mudaram de procedimento e passaram a adotar táticas violentas, ou foram superadas por novas lideranças, ainda não identificadas", diz.

Para o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, ainda não é possível chegar a uma conclusão sobre qual das duas hipóteses é a correta.

"Por ora é cedo. O próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (►MST◄) não é uma unidade. É um arquipélago de tendências. Aquela que tinha mais nitidez é a que tinha raiz na Igreja Católica e que, portanto, era adepta da não-violência."

Segundo o Datafolha, o maior índice de sem-terra que defendem a luta armada pela posse da terra está no acampamento do sul do Pará, no acampamento Macaxeira. Próximo ao local onde ocorreu o ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄, o acampamento tem o maior percentual de sem-terra que já enfrentaram a polícia.

Na opinião de Gregori, isso é localizado. "Lá, a coisa foi vivida em cores de tragédia, e é natural que as pessoas tenham uma visão mais quente do problema", avalia.

Toda a argumentação do auxiliar de FHC visa acalmar os ânimos. "O slogan 'na lei ou na marra' é o melhor jeito de inviabilizar tudo. O caso do Maranhão é um prenúncio de ressurgimento da 'marra', da violência", diz.

Ele têm dito às lideranças sem-terra que as categorias que mais conseguiram avanços foram as que não apelaram à "marra".

"No Brasil, se consegue muito mais por negociação do que por violência. Sempre quem recorreu à 'marra' inviabilizou sua reivindicação", afirma Gregori.

(JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO)

Grupo invade 2 fazendas

25/06/96

Origem do texto: Da Agência Folha; Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: São Paulo Jun 25, 1996

Assuntos Principais: SEM-TERRA; INVASÃO DE TERRAS; ASSENTAMENTO RURAL; REFORMA AGRÁRIA; ►MASSACRE◀; PARÁ

Grupo invade 2 fazendas

da Agência Folha e da Sucursal de Brasília

Duas fazendas foram invadidas no final da última semana por cerca de 270 pessoas em João Lisboa (637 km a sudoeste de São Luís-MA).

Segundo a Polícia Federal, pelo menos 80 invasores estariam "fortemente armados".

Não houve confronto com funcionários das fazendas. O ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) disse desconhecer as invasões.

Segundo o superintendente da PF do Maranhão, Sidney Lemos, a situação na área é tensa, e fazendeiros estariam se armando com medo de novas invasões. "Se não houver uma providência do governo, a situação pode se complicar", afirmou Lemos.

A PF suspeita que homicidas foragidos da polícia estejam liderando os invasores. A polícia não esteve no local até ontem.

As fazendas invadidas, Pingo de Ouro e Cavalcante, ficam a cerca de 50 km da cidade. A área é considerada produtiva.

►Massacre◀

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) recebeu ontem cópia da denúncia em que o Ministério Público do Pará responsabiliza o coronel da PM Mário Pantoja e 144 policiais pelo ►massacre◀ de 19 sem-terra em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ (PA).

O documento foi apresentado inicialmente à Justiça Militar do Estado. O Ministério Público isentou o governador Almir Gabriel de responsabilidade sobre as mortes.

Desapropriações

O presidente interino, Marco Maciel, assinou ontem cinco decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. As áreas, no total de 9.359 hectares, ficam em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Segundo dados do Incra, as terras servirão para assentar 280 famílias.

Itamaraty

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) criou ontem duas comissões técnicas para avaliar a fazenda Itamaraty (MT), do empresário Olacyr de Moraes.

A venda da fazenda foi oferecida pelo empresário para o assentamento de 10 mil famílias.

Julgamento pode ser adiado para 2003

23/06/96

Origem do texto: Do enviado especial a Marabá e Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional Jun 23, 1996

Legenda Foto: O juiz Flávio Roberto Soares de Oliveira, no plenário da Justiça Militar do Pará, com materiais recolhidos após o conflito em ▶Eldorado◀ de ▶Carajás◀; Perito do Instituto de Criminalística de Belém pega fuzil usado por policial militar no ▶massacre◀ de ▶Eldorado◀ de ▶Carajás◀, ocorrido em abril

Crédito Foto: Juca Varella/Folha Imagem

Primeira: Chamada

Vinheta/Chapéu: ▶MASSACRE◀

Selo: TEMPO REAL IMPUNIDADE

Assuntos Principais: JUSTIÇA; IRREGULARIDADE; INVESTIGAÇÃO; ▶MASSACRE◀; SEM-TERRA; ▶ELDORADO◀ DE ▶CARAJÁS◀ /PA/

Inquéritos sobre responsáveis pelas mortes de sem-terra no Pará têm falhas que comprometem apuração

Julgamento pode ser adiado para 2003

LUCAS FIGUEIREDO

enviado especial a Marabá e Belém

Apuração realizada pela Folha detectou vários tropeços nos inquéritos _militar e civil_ abertos para apurar o ▶massacre◀ de ▶Eldorado◀ do ▶Carajás◀ (leste do Pará). As falhas comprometem a apuração das mortes de 19 sem-terra.

O ▶massacre◀ ocorreu em 17 de abril, há dois meses e cinco dias, durante confronto entre os sem-terra e 155 policiais militares do Pará.

Autoridades das esferas federal e estadual prometeram empenho nas apurações. O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a dizer, enfático: "Que ponham na cadeia, e já, o responsável, ou ninguém mais vai acreditar neste país."

São cada vez menores as perspectivas de punição. Responsável pelo caso, o juiz Flávio Roberto Soares de Oliveira disse considerar "razoável" a hipótese de que o julgamento só ocorra no ano 2003.

Samir Tadeu Dahás, um dos promotores, reconhece a dificuldade de punição: "A situação não é fácil. Crimes coletivos são de difícil solução".

Para elaborar esta reportagem, a Folha teve acesso a documentos dos inquéritos civil e militar, além de relatório confidencial com os resultados de investigação feita pela Polícia Federal.

Veja a seguir relação de 12 tropeços e manobras que prejudicam a elucidação do caso:

1 - A pressa da PM

O IPM (inquérito policial militar) dispôs de estrutura precária. Apenas um computador, um escrivão e um coordenador. A investigação deveria durar pelo menos um mês, prazo prorrogável por lei. Mas só durou 20 dias. Apenas 51 dos 155 PMs envolvidos na operação foram ouvidos no IPM. Nenhum dos policiais que prestaram depoimento foi chamado a depor novamente, embora fatos novos tenham sido descobertos durante as investigações.

2 - Fora da cartilha

Não foram feitos exames para detectar resíduos de pólvora nas mãos dos PMs. Os resultados poderiam indicar quais policiais atiraram, eliminando-se a necessidade de aprofundar as investigações em relação àqueles que não o fizeram. Também não foram realizados exames nas roupas dos PMs, para identificar possíveis resíduos de sangue. O

tipo de sangue poderia ser comparado com o dos sem-terra mortos. Tais procedimentos compõem o bê-a-bá de uma investigação policial.

3 - Balas perdidas

É rudimentar a infra-estrutura à disposição dos peritos da Polícia Civil encarregados de fazer exames nas armas utilizadas na operação. O exame consiste em disparar as armas novamente e comparar os projéteis com as balas encontradas nos corpos dos sem-terra mortos. A perícia iniciou os testes atirando em uma piscina pouco profunda. As balas acabaram batendo no fundo da piscina, comprometendo o resultado. O trabalho só foi concluído quando foram utilizadas caixas apropriadas para receber os tiros sem danificar as balas. Agora, as balas estão sendo examinadas em um único microcomparador, fabricado em 1963, na Alemanha. O microcomparador é um aparelho usado nos exames de balística. Trata-se de uma espécie de microscópio, utilizado para comparar duas balas, definindo se saíram de uma mesma arma. Há aparelhos muito mais modernos, entre eles o microcomparador da marca Wild Litz, fabricado no início da década de 90 e usado pelo Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília. Por tudo isso, os advogados de defesa podem arguir a fragilidade dos exames. Há, de resto, um problema adicional. Antes da operação, a PM de Parauapebas não preencheu os documentos utilizados para identificar os usuários das armas. Portanto, mesmo que se descubra que uma determinada arma da PM foi utilizada para matar algum sem-terra, será impossível dizer quem puxou o gatilho.

4 - Informação ignorada

A Polícia Federal recebeu denúncia, em carta manuscrita, sobre suposta participação no episódio de um soldado chamado França. A carta não trazia o nome completo do soldado, mas anotava o seu endereço. Não se tratava de denúncia anônima. O documento estava assinado e seu autor devidamente identificado. A Folha deixa de mencionar seu nome para não expô-lo a riscos. De acordo com a denúncia, o soldado França teria "transportado cadáveres de crianças, mulheres e homens e escondido em local determinado pelo comandante da PM de Parauapebas", coronel José Maria Oliveira. A denúncia diz mais: "Algumas pessoas estavam ainda agonizando e foram mortas". A carta anotava que França mandou lavar a camionete que transportou os corpos em "lavatório do bairro Rio Verde" e que o veículo tinha resíduos de "sangue e miolos humanos". Ouvido pela PF, funcionário do posto confirmou que havia lavado camionete da PM suja de sangue. Contactado, França negou ter presenciado execuções, mas confirmou ter transportado mortos. As informações foram ignoradas nas investigações, conduzidas pelo Ministério Público e pelas polícias Civil e Militar. A apuração feita pela PF não serve de subsídio para o processo. Trata-se de apuração paralela, chamada oficialmente de IPP (Investigação Policial Preliminar).

5 - De braços cruzados

Em suas investigações preliminares, a PF chegou a avançar mais do que o Ministério Público e a Polícia Civil em alguns pontos. No entanto, seu envolvimento definitivo no caso só faria sentido se fosse para apurar o grau de participação na operação do governador do Pará, Almir Gabriel, do secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM, Fabiano Diniz Lopes. Se acionada, a PF abriria inquérito formal. O Superior Tribunal de Justiça, porém, até hoje não se pronunciou sobre pedido feito há um mês pela Procuradoria Geral da República para abertura de inquérito na PF.

6 - Vistas grossas

A sem-terra Maria Áurea Rocha, 29, afirmou em depoimento ter visto quatro soldados prenderem durante o conflito o sem-terra Oziel Alves Pereira, que depois apareceu morto. Ela identifica dois dos quatro PMs: Carlos Cesar Pinho e Raimundo Pargas dos Santos. E afirma que, tendo trabalhado em uma pensão utilizada por PMs da região, tem condições de reconhecer outro policial "baixinho e gordinho", que também teria participado da prisão de Oziel. Não houve acareações nem reconhecimento por meio de fotos. Os PMs também não foram questionados sobre o fato no IPM.

7 - Espionagem inútil

Relatório confidencial da Polícia Federal, ao qual a Folha teve acesso, informa que a PM infiltrou dois militares entre os sem-terra. Diz ainda que um dos oficiais, identificado apenas como capitão Figueiredo, estava responsável pelo serviço de inteligência na área desde setembro do ano passado. Os militares não foram chamados a depor sobre os objetivos e as consequências dos trabalhos de informação.

8 - Corpos removidos

Tecnicamente, só é possível apontar as armas que foram usadas para atirar contra 7 dos 19 sem-terra mortos. Isso porque outros 12 sem-terra, embora mortos por armas de fogo, não traziam balas alojadas no corpo. Ou seja, as balas atingiram seus corpos e saíram. Para saber quais as armas que os atingiram, seria preciso fazer exame de balística, o que só teria sido possível tendo como base a posição dos corpos em relação às balas encontradas no local do ►massacre◀. Como os corpos foram removidos antes da chegada da perícia, desrespeitando a conduta legal, não se pode determinar que armas atingiram 12 dos 19 sem-terra. Além disso, torna-se impossível a reconstituição fiel da cena da chacina.

9 - Ajudando a defesa

As testemunhas ouvidas não puderam fazer reconhecimento fotográfico dos PMs que participaram da operação. Também não houve acareações entre sem-terra e policiais. O fato abre brecha para, no julgamento, a defesa alegar que, com o passar do tempo, as testemunhas podem não ter certeza sobre quais policiais atiraram.

10 - Testemunhas do medo

A Polícia Federal deixou de providenciar segurança para duas testemunhas importantes. Uma delas é Pedro Alípio, 44, motorista do ônibus que transportou os militares após o ►massacre◀ e que disse ter ouvido o comandante da operação, coronel Mário Pantoja, dizer "missão cumprida, ninguém viu nada". Alípio também afirmou que, após o ►massacre◀, caminhão com os mortos seguiu em direção a Marabá, contrapondo versão da PM de que os mortos foram levados diretamente para o hospital de Curionópolis, que fica no sentido oposto. A Polícia Civil pediu à PF que fizesse a segurança de Alípio, dizendo que ele havia feito "graves denúncias". Com medo, Alípio desapareceu. Outra testemunha importante que não teve segurança foi a sem-terra Maria Áurea Rocha, 29. Ela diz reconhecer PMs que prenderam o sem-terra Oziel Alves Pereira, que depois apareceu morto. Maria Áurea foi tirada da região pelo ►MST◀, temendo represálias. A PF deu segurança a uma única testemunha: Ricardo Marcondes de Oliveira, que denunciou suposta "caixinha" de R\$ 100 mil, feita por fazendeiros da região, para que a PM matasse os sem-terra. No entanto, a própria PF acredita que a testemunha possa estar mentindo.

11 - Bola dividida

O Ministério Público entrou "rachado" nas apurações. Por divergências internas, o promotor Gilberto Valente se afastou do caso. Sua substituição, no meio das

investigações, acabou prejudicando os trabalhos, hoje entregues a duas pessoas: Samir Tadeu Dahás e Sávio Rui Brabo.

12 -Denúncia vazia

O Ministério Público ofereceu denúncia genérica contra os 155 PMs que participaram da operação, dizendo-se impossibilitado até agora de "individualizar a conduta de cada um". O fato foi comemorado pelos advogados dos militares, já que a lei determina que o réu seja inocentado quando há dúvidas sobre a autoria do crime.

'Inteligência' da PM agia desde setembro

23/06/96

Autor: LUCAS FIGUEIREDO

Origem do texto: Do Enviado Especial

Editoria: BRASIL Página: 1-9

Edição: Nacional Jun 23, 1996

Legenda Foto: Sem-terra participam do enterro dos mortos em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ durante conflito com a Polícia Militar

Crédito Foto: Jorge Araújo - 26.abr.96/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; IRREGULARIDADE; INVESTIGAÇÃO; VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

'Inteligência' da PM agia desde setembro

do enviado especial

A Polícia Militar do Pará tinha total conhecimento dos planos dos sem-terra antes do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ de ►Carajás◄. Havia agentes da polícia infiltrados entre os sem-terra acampados na fazenda Macaxeira, localizada a 11 km de Curionópolis, leste do Estado.

Com a ajuda da prefeitura local, um oficial comandava o "serviço de inteligência" da PM na região desde setembro do ano passado.

As informações constam de um relatório reservado da PF (Polícia Federal), de 136 páginas, sobre o ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄. A Folha teve acesso a esse documento.

O relatório anota que, com a função de acompanhar o movimento dos sem-terra, "o capitão Figueiredo estava em Curionópolis em operação de informações desde setembro de 95". O oficial é identificado apenas pelo sobrenome.

Secretário

Ainda de acordo com o relatório, o militar tinha "auxílio da prefeitura da cidade, na pessoa do secretário da Administração, sr. Aquino" – o nome correto do secretário, segundo apurou a Folha é Aquilino Sanches.

Aquilino diz: "De fato aqui esteve um capitão Figueiredo. Ele procurava a prefeitura como qualquer outro cidadão, para usar o telefone". O secretário nega que tenha dado assistência ao militar, cujo nome completo diz desconhecer.

"Consta que o capitão usava (sic) dos militares infiltrados no acampamento do ►MST◄", descreve a PF. De acordo com o relatório, o capitão Figueiredo teria "saído de

Curionópolis após o conflito".

O documento conclui que o comando da PM tinha "completo conhecimento da situação, inclusive da disposição de enfrentamento por parte de integrantes do ►MST◄".

(LF)

Desapropriada área de conflito no PA

22/06/96

Autor: ABNOR GONDIM

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-4

Edição: São Paulo Jun 22, 1996

Primeira: Chamada

Vinheta/Chapéu: REFORMA AGRÁRIA

Assuntos Principais: REFORMA AGRÁRIA; DESAPROPRIAÇÃO;

ASSENTAMENTO RURAL; SEM-TERRA; DECRETO; PRESIDENTE

Fazenda incluída em decretos de FHC originou ►massacre◄ de sem-terra

Desapropriada área de conflito no PA

ABNOR GONDIM

da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto de desapropriação da fazenda Macaxeira (PA). A área foi reivindicada pelos sem-terra mortos em abril pela PM em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄.

Com 5.921 hectares, a fazenda Macaxeira foi considerada improdutiva por um novo laudo técnico.

Os funcionários responsáveis pelo laudo anterior poderão ser demitidos. Eles são acusados de aumentar a pastagem da fazenda e omitir informações sobre reservas florestais.

Outras seis fazendas foram também desapropriadas ontem pelo presidente. Elas integram a lista de 21 decretos enviados anteontem pelo ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) ao presidente.

Ao todo, o pacote de desapropriações enviado por Jungmann envolve 21 áreas, com 31.680 hectares. Nelas é previsto o assentamento de 1.293 famílias.

►MST◄ e Contag

O novo pacote de desapropriações inclui áreas reivindicadas na Bahia e em Minas Gerais pelo ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

As desapropriações na Bahia foram negociadas com o ►MST◄ depois da ocupação do Incra em Salvador, onde servidores viraram reféns.

Na Bahia, serão consideradas como áreas de interesse social para fins de reforma agrária seis fazendas _Congresso, Arco-Íris e Horizonte 1, 2, 3 e 4.

No caso de Minas Gerais, três áreas beneficiam agricultores organizados por sindicatos ligados à Contag na fazenda Frei Leopoldo.

Outra área de conflito encaminhada por Jungmann foi a fazenda Cigano, no município de Água Fria (GO), a 40 km de Brasília.

Nessa área, a disputa do controle do acampamento por sindicalistas e militantes do ► MST◄ redundou na morte de um agricultor na semana passada.

Meta

O presidente da Contag, Francisco Urbano, afirmou que o governo já atendeu a 43 das 84 áreas apresentadas ao governo como prioritárias para desapropriação.

Mas ele prevê que o novo ministério não terá condições de atingir a meta prevista para este ano, com o assentamento de 60 mil famílias.

"O governo poderá, no máximo, atingir essa meta em termos de áreas desapropriadas, mas sem o assentamento concluído", disse.

Desde a posse de Raul Jungmann, no dia 30 de junho, o governo já desapropriou 427.937 hectares para assentar 11.340 famílias.

►MST◄ faz ato contra ►massacre◄ em Belém; Ex-presidente do BB pode ser denunciado; Cresce a participação do governo no banco; Ministro promete rigor nas novas concessões; Banco de Brasília quer comprar Bemat; Índios invadem posto da Funai em Rondônia

18/06/96

Editoria: BRASIL Página: 1-11

Edição: São Paulo Jun 18, 1996

Seção: COLUNÃO

►MST◄ faz ato contra ►massacre◄ em Belém

O ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) realizou às 20h de ontem uma passeata em Belém em protesto pelos dois meses do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄. Cerca de 500 manifestantes, segundo os organizadores, caminharam da Basílica de Nazaré até a praça da República, onde foi feito um ato ecumônico.

Ex-presidente do BB pode ser denunciado

A assembléia de acionistas do Banco do Brasil aprovou ontem proposta de envio ao Ministério Público de denúncia contra Lafaiete Coutinho, que presidiu o BB no governo Collor. Coutinho teria autorizado empréstimo de R\$ 16,7 milhões, com garantias insuficientes. Procurado na casa e no escritório, Coutinho não foi localizado.

Cresce a participação do governo no banco

A participação do governo federal no capital do Banco do Brasil passou de 29,7% para 76,1%, segundo números divulgados ontem pelo BB. O capital do banco é de R\$ 16,3 bilhões. O Tesouro Nacional passou a controlar 72,7% das ações _o percentual anterior era 29%. Já o BNDES aumentou sua participação de 0,7% para 3,4%.

Ministro promete rigor nas novas concessões

O ministro Raimundo Brito (Minas e Energia) disse que será rigoroso com as 61

concessionárias de energia elétrica, caso queiram renovar as concessões por um novo período de 20 anos. Será exigido o redesenho de toda área de concessões onde atuam. O prazo termina em 8 de julho.

Banco de Brasília quer comprar Bemat

O BRB (Banco de Brasília S/A) pretende comprar o Bemat (Banco do Estado do Mato Grosso) e criar uma instituição financeira para gerenciar os recursos da região Centro-Oeste. O presidente do BRB, Luiz Fernando Victor, disse que vai solicitar recursos do Proer para comprar o Bemat.

Índios invadem posto da Funai em Rondônia

Cerca de 150 índios invadiram a sede da Funai em Vilhena (RO), na quinta-feira. Os índios, que protestavam contra o descaso da Funai em relação a suas aldeias, deixaram a fundação sábado à tarde.

Governo do PA e Incra acusam ►MST◀ por ►massacre◀

22/05/96

Autor: ARI CIPOLA

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-9

Edição: Nacional May 22, 1996

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ►ELDORADO◀ DO ►CARAJÁS◀

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; ASSASSINATO; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀ DO ►CARAJÁS◀ /PA/; INCRA; GOVERNO ESTADUAL; PARÁ /ESTADO/; ►MST◀

Governo do PA e Incra acusam ►MST◀ por ►massacre◀

ARI CIPOLA

da Agência Folha, em Belém

Depois de 34 dias sendo responsabilizados pelo ►massacre◀ de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ (PA), o Incra e o governo do Pará partiram para o contra-ataque e acusam o ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) pelas 19 mortes.

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o governo paraense defendem a tese de que o ►massacre◀ poderia ter sido evitado caso o ►MST◀ não fosse "intransigente" e tivesse aceito, três meses antes do conflito, seus programas conjuntos de assentamento de 1.780 famílias, no leste do Pará, até o final do ano.

Pelo programa oficial, obtido pela Agência Folha, o governo prometia assentar 1.030 famílias até julho deste ano.

Parte dessas famílias seria assentada na Tuerê, em Novo Repartimento (280 km de Parauapebas), uma fazenda de 200 mil hectares do governo federal com terras agricultáveis, segundo o Incra.

Foram quatro rodadas de negociações do governo com o ►MST◀, sempre lideradas pelo ex-presidente do Incra Francisco Graziano. Em todas elas, as lideranças do ►MST◀ alegavam que não iriam para a fazenda Tuerê porque lá havia foco de malária e só se

chega na fazenda a pé ou de avião.

O documento previa a reconstrução de 80 quilômetros de estradas para viabilizar o acesso das famílias e o escoamento da produção. As famílias estão acampadas em Curionópolis, município que de janeiro a março deste ano registrou 586 casos de malária, contra 374 casos em Novo Repartimento, onde fica a fazenda Tuerê, segundo a Secretaria de Saúde do Pará.

"Nós não podemos mais ficar calados. O ►MST◀ queria o confronto e necessitava ter uma vítima. Teve 19 vítimas por sua intransigência e objetivos ideológicos", disse Ronaldo Barata, presidente do Iterpa (Instituto de Terras do Pará).

Outro lado

O principal líder dos sem-terra da região, Onacílio Barros, disse que o governo federal queria "acabar" com a organização do ►MST◀ ao propor a transferência das famílias. Segundo ele, a intenção era "esconder os sem-terra organizados da sociedade" em uma fazenda distante -a Tuerê.

Eldorado◀ da impunidade

21/05/96

Autor: LUIZ EDUARDO GREENHALGH; ATON FON FILHO

Editoria: OPINIÃO Página: 1-3

Edição: Nacional May 21, 1996

Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES

Arte: ILUSTRAÇÃO: ORLANDO

Observações: PÉ BIOGRÁFICO

►Eldorado◀ da impunidade

Autoridades policiais e promotores deixaram de realizar diligências essenciais para a apuração da verdade

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

e ATON FON FILHO

O desempenho das autoridades na investigação do ►massacre◀ de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ mostra que o caso tende a se somar à lista de impunidades que acoberta os crimes contra os sem-terra.

Mais uma vez a investigação ficou a cargo de colegas de corporação dos policiais militares criminosos _resultado da lei que determina que crimes cometidos por policiais militares sejam investigados e julgados pela Justiça Militar.

A Justiça Militar do Pará negou a prisão preventiva do coronel Mário Pantoja, comandante do destacamento de Marabá, requerida por um promotor. Após ser desautorizado pelo procurador-geral da Justiça do Pará, que ainda pediu à Justiça que negasse a preventiva, o promotor foi afastado.

O governador do Pará, Almir Gabriel, ordenou a prisão domiciliar de Pantoja. Explorado como indicativo da disposição de punir, esse fato, na verdade, fez com que o IPM tivesse prazo de 20 dias para ser concluído, como manda a lei penal militar, "se o indiciado estiver preso".

Não fosse a intervenção do legista Nelson Massini, enviado pela Comissão de Direitos

Humanos da Câmara, até os autos de exames periciais teriam sido distorcidos, dando os sem-terra como mortos em situação de conflito. O laudo de Massini indicou com exatidão os ferimentos sofridos pelos lavradores, caracterizando o fato como execução de pessoas já subjugadas e submetidas à autoridade policial.

Antes do ►massacre◄, o major José Maria Oliveira, comandante de Parauapebas, tomou o cuidado de determinar que as armas fossem fornecidas sem qualquer registro. Embora o armamento saído de Marabá tenha sido relacionado (feitas as cautelas, na linguagem militar), esse registro não foi enviado, junto com as armas, a Parauapebas. O advogado do ►MST◄, Carlos Amaral Júnior, localizou as cautelas "desaparecidas" entre papéis do coronel Vieira, que presidiu o IPM. As cautelas permitiriam relacionar as armas com os policiais criminosos.

As autoridades policiais e os promotores deixaram de realizar diligências essenciais para a apuração da verdade e a identificação dos autores. Não se fez colheita de material para o necessário exame de verificação de resíduos de pólvora nas mãos dos policiais.

Isso, somado à inexistência das cautelas de Parauapebas, impede, pela prova técnica, determinar quem atirou, fato que se agrava quando o próprio IML do Pará afirma que cerca de 4% das armas apresentadas para exame não teriam sido utilizadas.

Os laudos permitem avaliar que muitos lavradores foram mortos com golpes de foice, enxada e facão, mas não foram recolhidos os fardamentos dos policiais para que se apurasse a existência de vestígios de sangue, indicando os possíveis autores dos crimes pelo exame do tipo sanguíneo.

Se a perícia do local do crime foi recusada, sob pretexto de que já teria sido descaracterizado pelo socorro prestado aos feridos e pela remoção dos mortos _providenciada, aliás, pelos próprios policiais_, a reconstituição do crime foi negada pelo presidente do IPM porque "redundaria em gastos excessivos".

Os peritos judiciais, que não fizeram exames de comprovação de resíduos de pólvora nas mãos dos assassinos, produziram laudos de que as vítimas realizaram disparos de arma de fogo. Embora seja evidente a possibilidade de que os resíduos de pólvora tenham aparecido nas mãos das vítimas posteriormente. Daqui a pouco, é capaz que a culpa da chacina recaia sobre os próprios mortos.

Mais: embora os policiais militares não portassem identificação nas fardas, poderiam ser facilmente reconhecidos. Os advogados do ►MST◄ lutaram pela requisição dos prontuários dos policiais para a elaboração de álbum fotográfico que possibilitasse o reconhecimento. Em vão. Nem acareações, nem reconhecimento.

Fica claro que, permanecendo em mãos da PM a condução das investigações e da Justiça Militar paraense a competência para julgamento dos envolvidos no ►massacre◄ de ►Eldorado◄, fatalmente permanecerão impunes os criminosos e se aprofundará a descrença na Justiça e na possibilidade de solução democrática dos conflitos.

Luiz Eduardo Greenhalgh, 48, é coordenador jurídico do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e membro do diretório nacional do PT. Foi vice-prefeito de São Paulo (administração Luiza Erundina).

Aton Fon Filho, 48, é advogado do ►MST◄.

Sem-terra invadem fazendas no Pará, Mato Grosso e Bahia

14/05/96

Origem do texto: da Agência Folha, em Parauapebas e Salvador

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional May 14, 1996

Vinheta/Chapéu: QUESTÃO AGRÁRIA

Assuntos Principais: SEM-TERRA; INVASÃO; PARÁ; MATO GROSSO; BAHIA

Trabalhadores ocupam terras em Parauapebas

Sem-terra invadem fazendas no Pará, Mato Grosso e Bahia
da Agência Folha, em Parauapebas e Salvador

Cinquenta sem-terra iniciaram ontem invasão da fazenda Três Voltas (a 50 km de Parauapebas, PA). O objetivo do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) era reunir, até a noite de ontem, 400 famílias.

As famílias seriam transportadas em caminhões, por estradas vicinais, para evitar o confronto com a Polícia Militar.

As famílias que invadiriam a Três Voltas estão acampadas na fazenda Palmares, ocupada por 850 famílias desde o dia 15 de maio de 95. Até o final da tarde, as PMs de Parauapebas e Marabá ainda não sabiam da invasão.

A invasão faz parte de um conjunto de ações que os sem-terra programaram para esta semana na região. O ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ fará 30 dias na sexta-feira.

Mato Grosso e Bahia

Cerca de 200 sem-terra invadiram ontem a fazenda Carimã, em Rondonópolis (MT). Os invasores são integrantes do Movimento dos Sem-terra da Região Sul do Mato Grosso, grupo dissidente do ►MST◄.

O diretor-adjunto do Incra-MT, Orimar Ferreira de Souza, afirmou que a fazenda Carimã, de 6.000 hectares, está em processo de desapropriação.

Na Bahia, cerca de 300 famílias ocuparam a fazenda Capianga, em Entre Rios (134 km de Salvador).

Essa foi a segunda ocupação em menos de um mês da fazenda Capianga pelos sem-terra.

Sem-terra invadem fazendas no Pará, Mato Grosso e Bahia

14/05/96

Origem do texto: da Agência Folha, em Parauapebas e Salvador

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: São Paulo May 14, 1996

Vinheta/Chapéu: QUESTÃO AGRÁRIA

Selo: ►MASSACRE◄ NO CAMPO

Assuntos Principais: SEM-TERRA; INVASÃO; PARÁ; MATO GORSSO; BAHIA

Trabalhadores ocupam terras em Parauapebas

Sem-terra invadem fazendas no Pará, Mato Grosso e Bahia
da Agência Folha, em Parauapebas e Salvador

Cinquenta sem-terra iniciaram ontem invasão da fazenda Três Voltas (a 50 km de Parauapebas, PA). O objetivo do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) era reunir, até a noite de ontem, 400 famílias.

As famílias seriam transportadas em caminhões, por estradas vicinais, para evitar o confronto com a Polícia Militar.

As famílias que invadiriam a Três Voltas estão acampadas na fazenda Palmares, ocupada por 850 famílias desde o dia 15 de maio de 95. Até o final da tarde, as PMs de Parauapebas e Marabá ainda não sabiam da invasão.

A invasão faz parte de um conjunto de ações que os sem-terra programaram para esta semana na região. O ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ fará 30 dias na sexta-feira.

Mato Grosso e Bahia

Cerca de 200 sem-terra invadiram ontem a fazenda Carimã, em Rondonópolis (MT). Os invasores são integrantes do Movimento dos Sem-terra da Região Sul do Mato Grosso, grupo dissidente do ►MST◄.

Na Bahia, cerca de 300 famílias ocuparam a fazenda Capianga, em Entre Rios (134 km de Salvador).

Garimpeiros

Agentes da Polícia Federal do Pará vão hoje para Serra Pelada, em Curionópolis, com a missão de fazer com que 15 sondas da Companhia Vale do Rio Doce voltem a funcionar. Garimpeiros estão obstruindo o trabalho da empresa.

Laudo aponta uso de arma por sem-terra

10/05/96

Autor: ESTANISLAU MARIA; IRINEU MACHADO

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém; Da Agência Folha, em Marabá

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: São Paulo May 10, 1996

Primeira: Chamada

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: CHACINA

Selo: ►MASSACRE◄ NO CAMPO

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; CONFLITO; SEM-TERRA; ASSASSINATO; ►ELDORADO◄ DO ►CARAJÁS◄ /PA/; LAUDO; NECROPSIA; ARMA

Exames revelam resíduos de pólvora em 5 dos 19 trabalhadores assassinados em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ em abril

Laudo aponta uso de arma por sem-terra
ESTANISLAU MARIA

da Agência Folha, em Belém

Os laudos das necropsias nos 19 sem-terra mortos no ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA) apontam que cinco dos mortos dispararam armas de fogo.

O teste de resíduo de pólvora por disparo de revólver na mão deu positivo inclusive para Oziel Alves Pereira, 18, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra morto com quatro tiros.

"Não contestamos os laudos, mas as condições do ►massacre◄", disse à Agência Folha Gustavo Filho, líder do ►MST◄.

"Há testemunhas que viram o Oziel ser arrastado do barraco e morto pelos policiais. Eles (os policiais) podem ter disparado uma arma na mão dele depois de morto", disse Gustavo Filho.

Pescoço e cabeça, com 12 tiros, foram os alvos principais dos PMs. Com 11 tiros, tórax e abdômen vêm em seguida. Dos 37 tiros que os 19 mortos receberam, apenas 3 foram nas pernas.

"É claro. Legítima defesa não tem mira. Você vai se defender como der, e foi o que os policiais fizeram depois de atacados por aqueles desordeiros", disse Abdoral Lopes, advogado dos PMs.

O advogado e o líder dos sem-terra preferiram não comentar mais detalhadamente os laudos, que ainda não tinham visto.

As necropsias seriam divulgadas ontem às 10h, mas, às 23h de anteontem, o coronel João Paulo Vieira, presidente do IPM (Inquérito Policial Militar), mandou buscar os laudos na Polícia Técnica.

Havia cópias para o secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, e para o Ministério Público, mas até as 19h de ontem, segundo suas assessorias, as cópias não tinham sido enviadas.

Os laudos, aos quais a Agência Folha teve acesso, mostraram que houve três tiros à queima-roupa. Um deles atravessou a cabeça de José Ribamar Alves de Souza, 22.

"Os sem-terra atacaram, e os policiais apenas reagiram. Alguns sem-terra talvez tomaram tiros pelas costas quando fugiram da reação", disse o advogado Lopes.

Róbson Vítor Sobrinho, 25, tomou outros dois tiros à queima-roupa e pelas costas.

Quatro mortes foram causadas por armas brancas. Dois sem-terra morreram com cortes profundos no pulmão e coração, um teve esmagamento de crânio, e outro teve a artéria femural cortada.

Dois sem-terra levaram quatro tiros _o máximo encontrado_, e três morreram com um tiro, sendo dois no coração e um de fuzil à longa distância na testa.

Vieira disse que entregaria ontem às 23h30 o relatório final do inquérito ao comandante-geral da PM, coronel Fabiano Lopes.

Criança

Uma fita cassete com o depoimento de uma mulher que diz ter visto uma criança de três anos morta no conflito foi entregue anteontem pelo padre Luiz Muraro, 57, ao promotor público José Luiz Furtado, 40.

Colaborou IRINEU MACHADO, da Agência Folha, em Marabá

Polícia retira 1.800 famílias de sem-teto

08/05/96

Autor: CLAUDIA VARELLA

Origem do texto: Da Agência Folha, no ABCD

Editoria: COTIDIANO Página: 3-5

Edição: São Paulo May 8, 1996

Legenda Foto: A moradora Bernardina da Silva ateia fogo em barraco que, segundo ela, havia acabado de construir, em área na região do ABCD (Grande SP)

Crédito Foto: Rogério Assis/Folha Imagem

Primeira: Chamada

Vinheta/Chapéu: HABITAÇÃO

Assuntos Principais: JUSTIÇA; TERRENO; DESOCUPAÇÃO; SANTO ANDRÉ /SP/; PROTESTO

Capitão diz que PMs só usavam cassetetes para não repetir ►massacre◄ no Pará; morador põe fogo em barraco

Polícia retira 1.800 famílias de sem-teto

CLAUDIA VARELLA

da Agência Folha, no ABCD

Cerca de 250 PMs, acompanhados de dez oficiais de Justiça, iniciaram ontem a maior operação deste ano de desocupação de uma área na região do ABCD (Grande SP).

Estavam no local, antes do início da desocupação, 1.800 famílias (cerca de 7.200 pessoas). Foram retiradas ontem 22 famílias.

O comandante da operação, capitão José Farina Quessada, disse que os PMs só estavam armados com cassetetes "para não acontecer em Santo André o mesmo que aconteceu no Pará", referindo-se ao ►massacre◄ de 19 sem-terra em conflito com a PM em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄. Segundo ele, só 46 sargentos e oficiais tinham revólver.

A área fica num terreno na avenida do Estado, no Jardim Alzira Franco. O Núcleo Residencial Guaratinguetá é uma área particular com 209 mil metros quadrados. A área foi ocupada há oito meses.

Na retirada, não houve confrontos com a PM. Alguns moradores chegaram a pôr fogo nos próprios barracos como forma de protesto. Além da PM, estavam presentes duas equipes médicas, dez carros do Corpo de Bombeiros, 120 funcionários da prefeitura e 30 caminhões da prefeitura, para remoção dos móveis. Tratores foram usados para derrubar os barracos.

A reintegração de posse foi concedida pelo juiz da 5ª Vara Cível de Santo André, João Antunes dos Santos Neto. A operação de retirada das famílias começou antes das 7h e foi interrompida às 18h. O reinício da operação está previsto para hoje, às 6h. A desocupação da área deve demorar cinco dias.

Passeata

Uma comissão dos moradores, acompanhada de 200 pessoas, saiu em passeata às 14h de ontem até o Paço Municipal de Santo André.

A caminhada _um percurso de 6 km_ causou um congestionamento de 8 km na avenida do Estado. Carlinhos Barbosa, 32, um dos líderes da comunidade, disse que pretendia renegociar com o prefeito a suspensão do despejo e a renegociação com os proprietários.

No final da tarde de ontem, o prefeito Newton da Costa Brandão (PTB) se reuniu com uma comissão dos moradores, mas se recusou a receber a imprensa.

Ademar Luís Machado, 38, do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) de Santo André, que esteve com o prefeito, disse que Brandão ofereceu 600 lotes em uma outra área da cidade.

A área particular foi desapropriada pelo ex-prefeito Celso Daniel (PT). Alegando não ter dinheiro para a desapropriação, Brandão decidiu devolver a área aos proprietários.

Hoje, às 16h, o prefeito deverá se reunir com os proprietários da área e uma comissão de moradores para discutir a reintegração de posse.

Deixemos de retórica e passemos à ação

07/05/96

Autor: MARIO SIMAS

Editoria: OPINIÃO Página: 1-3

Edição: Nacional May 7, 1996

Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES

Observações: PÉ BIOGRÁFICO

Deixemos de retórica e passemos à ação

Bons brasileiros têm sido brutalizados e seviciados até a morte porque ousaram fazer produzir um pedaço de chão

MARIO SIMAS

O exmo. presidente da República reiteradamente afirma que é necessário deixar a retórica e passar à ação. Após o ►massacre◄ de camponeses no sul do Pará, reuniu-se com os representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário para uma tomada de posição, apregoando que, a persistir a violência no campo, "este país" ficaria estigmatizado perante a opinião pública mundial.

Melhor seria que, ao referir-se ao Brasil, por ser presidente de todos os brasileiros, sua excelência se valesse do possessivo "nossa" e não do demonstrativo "este", porque a pátria são todos.

Estamos envergonhados como homem, como cidadão, como cristão e como defensor dos direitos humanos. E mais aviltados nos sentimos porque o condenável episódio de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄, assim como outros, não teria acontecido se a tão decantada reforma agrária, que a sociedade civil como um todo exige, já tivesse sido levada a cabo. O tema é antiquíssimo: Licurgo procedeu a uma divisão de terra em Esparta; Tibério Graco, em Roma, e Henrique 7º, na Inglaterra. Joaquim Nabuco, o estadista do Império, para que os brasileiros pudessem ser proprietários da terra, preconizava a reforma agrária. No início da década de 60, as ligas camponesas, no Nordeste, ganharam expressão, e o espírito messiânico se fazia presente naquele movimento popular. O governo Goulart tentou dar um começo de solução ao problema fundiário, determinando a desapropriação de faixas de terra às margens das hidrovias, ferrovias e rodovias. Veio o golpe de 1º de abril de 1964, e nada foi feito. A questão passou a compor a segurança nacional.

Os tempos agora são outros. Nada existe de subversivo. Levar-se à prática a tão decantada reforma agrária é uma exigência da política liberal: cada trabalhador rural há

que ser transformado em consumidor.

Os camponeses estão organizados. Sabem o que querem e, como se vê, depois de ocupar terra improdutiva, passam a produzir. Paralelamente, o "dono da terra", que muitas vezes não possui qualquer título aquisitivo, contrata jagunços a pretexto de defender a propriedade que não lhe pertence, contando com a colaboração, não raro, de policiais militares.

Bons brasileiros, pobres e humildes, esses sim lavradores, têm sido brutalizados e seviçados até a morte porque ousaram arar e fazer produzir um pedaço de chão.

Estamos convictos que as Forças Armadas, sensíveis à realidade do que vai pelo campo, estejam sumamente preocupadas, cientes de que é preciso evitar que a tragédia do sul do Pará se estenda pelo território nacional.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não se apresenta como um grupo armado, mas sim como entidade destinada a pressionar as autoridades a considerar a relevância de uma reforma agrária. Esse há de ser também o pensamento do Exército, pois é inadmissível, no limiar do século 21, que a maior parte das terras pertença a uma privilegiada minoria.

O cerne do problema não é exatamente o ►MST◀, mas sim a sangrenta revolta que poderá ocorrer pela falta de solução ao problema agrário. A nação disso tem consciência. Sabidamente, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, exmo. presidente da República, não ignora o que se vem de declarar. Conta com o apoio da sociedade civil, da igreja dos mais variados credos, da intelectualidade, do operariado e, sobretudo, tem o consenso e o respaldo das nossas Forças Armadas.

Se pretende ser reconhecido historicamente como um estadista, deverá abertamente, sem tergiversar, enfrentar o problema, pensando nas próximas gerações e não na próxima eleição. Deixemos a retórica e passemos à ação.

Mario Simas, 61, advogado, é membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e autor do livro "Gritos de Justiça". Foi presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

Agricultores levam denúncia a Jobim

06/05/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília; Da Agência Folha, em Belo Horizonte; Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: São Paulo May 6, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; ASSASSINATO; ►ELDORADO◀ DO ►CARAJÁS◀ /PA/; INVESTIGAÇÃO; DENÚNCIA; ALMIR GABRIEL

Agricultores levam denúncia a Jobim

da Sucursal de Brasília

Representantes da Contag vão entregar hoje ao ministro da Justiça, Nélson Jobim, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, cópia de uma fita de vídeo que

registra uma reunião entre o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB) e fazendeiros da região de ▶Eldorado◀ do ▶Carajás◀.

Segundo a direção da Confederação Geral dos Trabalhadores na Agricultura, a fita demonstra que Gabriel tinha consciência da tensão na região, onde a polícia matou 19 sem-terra no último dia 17.

Para a Contag, a fita reforça suspeita de que havia uma lista de trabalhadores a serem exterminados.

A reunião, pública, ocorreu no início de abril, duas semanas antes do ▶massacre◀. A Folha teve acesso a 45 minutos de gravação que será entregue ao ministro. Alguns trechos estão editados.

No vídeo, parece o presidente da Federação da Agricultura do Pará, Carlos Xavier, entregando um papel ao secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara.

"Tem um pessoal que anda excitando. Se tirassem essas pessoas, com certeza iria melhorar", diz Xavier para Câmara. Xavier afirma ainda que "as ações desse movimento são depredatórias".

Durante a reunião, os representantes dos produtores rurais cobram uma solução para as "invasões" promovidas pelo ▶MST◀.

Estavam no encontro, além de 30 fazendeiros, os secretários Aldir Viana e Hildealdo Nunes, o prefeito de Redenção, Wagner Fontes, e o presidente do Sindicato Rural de Marabá, Geraldo Capota.

Em Belo Horizonte, anteontem, Câmara afirmou que o único papel que recebeu "foi a cópia do mandado de reintegração de posse de um dos fazendeiros, que queria o cumprimento do mandado".

Ontem, o PT defendeu a intervenção do governo federal no Pará. Para José Dirceu, presidente do partido, Gabriel "não governa nada". "É só ver na fita o jeito com que os fazendeiros falam com ele."

O PT vai pedir que Gabriel seja ouvido de novo pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça.

Colaboraram Agência Folha em Belo Horizonte e Reportagem Local

Testemunha apontou trama no ▶massacre◀

05/05/96

Autor: RUI NOGUEIRA

Origem do texto: Secretário de Redação; da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional May 5, 1996

Seção: RESUMO

Legenda Foto: Na quarta-feira, o ministro Raul Jungmann deixa reunião pela porta de emergência para evitar jornalistas

Crédito Foto: Jefferson Rudy - 1º.mai.96/Folha Imagem

Assuntos Principais: ▶MASSACRE◀; SEM-TERRA; ▶ELDORADO◀ DE ▶CARAJÁS◀ /PA/

RESUMO

Testemunha apontou trama no ►massacre◀

RUI NOGUEIRA

Secretário de Redação

da Sucursal de Brasília

O ministro do recém-criado Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungamnn, viu a sua posse definhar ante o depoimento de uma nova testemunha do ►massacre◀ dos sem-terra em ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ (PA).

Em depoimento prestado na sexta-feira, na Polícia Federal, em Brasília, o gerente de uma fazenda da região do conflito disse que o ►massacre◀ foi tramado por cerca de 20 fazendeiros.

Eles teriam arrecadado R\$ 85 mil com o objetivo de financiar a operação da PM e a morte de pelo menos dez lideranças dos sem-terra.

"É evidente que dá outras luzes e amplia o leque das investigações", disse o ministro da Justiça, Nelson Jobim, sobre o depoimento que a direção da Polícia Federal considerou consistente.

As revelações da testemunha, que tem o nome mantido sob sigilo e está sob proteção da PF, obrigaram Jungmann a suspender a compra da fazenda Macaxeira.

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) negociava a área com o fazendeiro Plínio Pinheiro Neto.

Neto é um dos donos da Macaxeira e procurador dos demais fazendeiros. Foi a disputa pela fazenda que levou os sem-terra a enfrentar a PM no dia 17 de abril _19 deles morreram.

O gerente que depôs na PF acusa Neto de ser um dos fazendeiros que articularam a reunião para juntar o dinheiro e tramar a morte dos líderes de sem-terra. O fazendeiro nega a acusação.

O ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) apoiou a suspensão da compra da Macaxeira e propôs que o governo confisque as terra do complexo Macaxeira, que somam 42 mil hectares.

Sem a definição da compra da fazenda, a primeira semana de Jungmann como homem forte da reforma agrária é um conjunto de promessas.

Prometeu avaliar todo mês os 27 superintendentes do Incra, prometeu que não faltará dinheiro para a reforma agrária, prometeu combater a corrupção, prometeu assentar 37 mil famílias do ►MST◀ acampadas, prometeu estudar a situação dos funcionários do instituto, em greve desde o dia 16 de abril.

Suspensa compra de fazenda no Pará

04/05/96

Editoria: PRIMEIRA PÁGINA Página: 1-1

Edição: Nacional May 4, 1996

Suspensa compra de fazenda no Pará

O Incra suspendeu a compra da fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), devido às

acusações contra um dos donos pela morte de 19 sem-terra.

Plínio Neto é suspeito de ter liderado coleta de dinheiro para que a PM matasse líderes sem-terra, no ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA), dia 17.

A Polícia Federal tem nomes de cerca de 20 fazendeiros acusados de participar da coleta, com base em depoimento de gerente de fazenda da região.

"Essa denúncia de propina é armação do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)", disse o advogado dos policiais.

Págs. 1-10 e 1-11

O Riocentro de FHC

04/05/96

Autor: CLÓVIS ROSSI

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional May 4, 1996

Seção: SÃO PAULO

O Riocentro de FHC

CLÓVIS ROSSI

São Paulo _ O governo está diante de um desses momentos agudos de definição, uma espécie de Riocentro da democracia.

Refiro-me às denúncias de que fazendeiros financiaram a Polícia Militar do Pará para eliminar lideranças do ►MST◄ (Movimento dos Sem Terra) e até forneceram pistoleiros para integrar o contingente responsável pelo ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄. É claro que compete, antes de mais nada, apurar se a denúncia é ou não verdadeira. Mas não pode ser uma daquelas "apurações rigorosas" sempre prometidas pelas autoridades de turno, em momentos como esse, e que acabam dando em nada.

Se houver indícios que corroborem a denúncia, ou o governo age com todo o peso da lei sobre os quadrilheiros responsáveis pela infame operação ou sairá tão desmoralizado quanto o governo Figueiredo da farsa da apuração do Riocentro.

Em qualquer administração, seria uma situação definitória. Neste governo, muito mais ainda.

Afinal, o presidente da República enche a boca, a todo momento, para dizer-se o representante da modernidade ante um Brasil supostamente arcaico que resiste às mudanças que ele quer promover.

Pois bem. Nada pode haver de mais primitivo do que a aceitação da lei da selva, imposta no Pará, se verdadeiras as denúncias.

Por algo infinitamente menos grave (invasão de terras em São Paulo), prenderam-se líderes do ►MST◄, acusados de formação de quadrilha. Agora, se está diante da hipótese não só de formação de quadrilha, mas de ocupação por ela de uma fatia do poder do Estado.

Já basta a incapacidade da máquina pública de recuperar pleno controle do Rio de Janeiro, sitiado pelo crime organizado. O governo não pode render-se à essa nova versão de crime organizado.

Advogado diz haver "armação"

04/05/96

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional May 4, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Advogado diz haver "armação"

da Agência Folha, em Belém

"Essa denúncia de propina paga ao coronel Pantoja pelos fazendeiros é armação do ► MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)", disse ontem o advogado Abdoral Lopes.

Lopes, junto com Américo Leal, é responsável pela defesa do coronel Pantoja e dos PMs envolvidos no ►massacre◄ dos 19 sem-terra em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄.

"Isso é tática velha desses criminosos desclassificados para criar um fato novo", afirmou Lopes, referindo-se aos sem-terra.

Pantoja está afastado do cargo.

Promotor estuda pedir quebra de sigilo de Pantoja

04/05/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: São Paulo May 4, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Promotor estuda pedir quebra de sigilo de Pantoja
da Sucursal de Brasília

O Ministério Público do Pará estuda pedir a quebra do sigilo bancário do coronel Mário Pantoja, comandante da operação que resultou no ►massacre◄ de 19 sem-terra em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA).

O objetivo é checar se o militar movimentou recursos acima do normal, tendo em vista seu salário.

O coronel foi acusado anteontem por um gerente de uma fazenda da região de ter exigido R\$ 100 mil de fazendeiros para retirar os sem-terra da rodovia PA-150.

O promotor de Curionópolis, Marco Aurélio Nascimento, disse ontem que um dos donos da fazenda Macaxeira, Plínio Pinheiro Neto _acusado de ser o responsável pela coleta do dinheiro para Pantoja_, será chamado a depor. O fazendeiro nega a acusação.

O advogado de Pantoja, Luiz Alberto Abdoral, disse que é "absurda" a intenção de pedir a quebra de sigilo do militar. "O ônus da prova cabe a quem alega", afirmou.

Sobre a acusação de que Pantoja teria recebido propina, o advogado disse: "Essa

denúncia de propina paga ao coronel Pantoja pelos fazendeiros é armação do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)".

Assentados não querem o ►MST◄

30/04/96

Autor: ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém (PA)

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 30, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SEM-TERRA; PARÁ; ASSENTAMENTO RURAL

Assentados não querem o ►MST◄

da Agência Folha, em Belém (PA)

Os agricultores de Novo Repartimento, onde ficam as glebas Tuerê e Rio Gelado, para onde o governo pretende levar parte dos sem-terra da fazenda Macaxeira, em Curionópolis, não querem receber os "primos pobres".

"As culturas de ocupação da terra são diferentes. O pessoal que está lá (em Novo Repartimento) vem fazendo um manejo florestal comunitário, um trabalho de preservação de longo prazo", disse o pastor luterano André Nufer, que trabalha com os colonos em Novo Repartimento.

"Mil famílias do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), cuja ocupação é diferente, chegando de uma só vez, vão causar um impacto muito grande", completou.

Segundo ele, já existem em Tuerê e Rio Gelado 850 famílias esperando assentamento. "O acesso é bastante difícil. Há pelo menos 150 pistoleiros na região, e parte da área _60 mil hectares_ está em disputa com uma madeireira. Em Rio Gelado, lideranças já foram emboscadas. Tiroteios são constantes", disse.

Logo após o ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄, essas áreas foram indicadas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelo Iterpa (Instituto de Terras do Pará) como alternativa para assentar as famílias que sobrarem na fazenda Macaxeira.

(ESTANISLAU MARIA)

►MST◄ contesta o relatório do governo

29/04/96

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém (PA)

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 29, 1996

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ►MASSACRE◄

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; ASSASSINATO; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; ►MST◄; RELATÓRIO

►MST◄ contesta o relatório do governo da Agência Folha, em Belém (PA)

Líderes do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) questionaram ontem em Belém o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), do Ministério da Justiça.

Eles negaram a versão do relatório, que diz que os sem-terra atacaram primeiro no confronto com os PMs em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄.

Jorge Neri, 30, e Gustavo Filho, 26, afirmaram que a PM chegou jogando bombas de efeito moral e abriu fogo contra os sem-terra, que bloqueavam a rodovia PA-150.

Nery e Filho também disseram que há mais trabalhadores desaparecidos, além dos cinco já apontados pelo ►MST◄. Segundo eles, nesta semana o ►MST◄ divulgará os nomes dos desaparecidos.

"Também há crianças mortas, cujos corpos a polícia escondeu. Os pais não apareceram para reclamar seus filhos porque foram mortos também", disse Filho.

Neri afirmou que o fato de um grande número de trabalhadores ter se juntado ao movimento nos dias anteriores ao ►massacre◄ está dificultando o levantamento dos nomes de desaparecidos. O ►MST◄ disse que suas lideranças na área estão sendo ameaçadas.

Comandante da PM é afastado

29/04/96

Origem do texto: Do enviado especial a Curionópolis

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 29, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; ASSASSINATO; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; POLÍCIA MILITAR

Comandante da PM é afastado
do enviado especial a Curionópolis

O major José Maria Oliveira foi afastado do cargo de comandante da Polícia Militar em Parauapebas. Oliveira, um dos oficiais que comandaram a PM durante o ►massacre◄ em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄, será transferido hoje para Belém.

Os sem-terra envolvidos no conflito no dia 17 em ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA) podem ser indiciados por tentativa de homicídio. A vítima seria o motorista do caminhão usado para interditar a rodovia PA-150. O motorista disse que um sem-terra atirou contra ele. O ►MST◄ acusa um empregado da fazenda Macaxeira, Ailton Bispo dos Santos, de ter participado do ►massacre◄. Ele negou a acusação.

Coronel atirou em preso, diz sem-terra

29/04/96

Autor: IRINEU MACHADO; LUCAS FIGUEIREDO
Origem do texto: Da Agência Folha, em Marabá; Enviado especial a Curionópolis
Editoria: BRASIL Página: 1-6
Edição: São Paulo Apr 29, 1996
Observações: COM SUB-RETRANCA
Vinheta/Chapéu: ►MASSACRE◀
Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; ASSASSINATO; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀
DE ►CARAJÁS◀ /PA/; INQUÉRITO

Coronel atirou em preso, diz sem-terra
IRINEU MACHADO
da Agência Folha, em Marabá
Um sem-terra disse ontem, em depoimento no inquérito policial militar sobre o ►massacre◀ no Pará, que viu o major José Maria Oliveira disparar dois tiros contra um sem-terra algemado, diante do hospital de Curionópolis (PA).
O fato teria ocorrido depois que os policiais voltaram de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀. O nome do sem-terra não foi revelado.
O major José Maria Oliveira, que comandou o destacamento da PM de Parauapebas que participou do confronto, foi afastado do cargo de comandante. Ele será transferido hoje para Belém. O governo não divulgou a razão da medida.
Os relatos do trabalhador sem terra preencheram mais de 10 páginas. Foi o mais longo do inquérito até agora. Segundo promotores que acompanharam o depoimento, ele disse que o major Oliveira, antes de atirar, pediu ao sem-terra algemado que gritasse seu lema _►MST◀, a luta é pra valer".
O ministro da Justiça, Nelson Jobim, chega hoje a Marabá para acompanhar o andamento dos inquéritos civil e militar.

Colaborou LUCAS FIGUEIREDO, enviado especial a Curionópolis

Uma MP para se fazer justiça no campo

28/04/96

Autor: DIOLINDA ALVES DE SOUZA
Editoria: OPINIÃO Página: 1-3
Edição: Nacional Apr 28, 1996
Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES
Observações: PÉ BIOGRÁFICO

Uma MP para se fazer justiça no campo
Nós do ►MST◀ estamos lutando para trabalhar nas terras improdutivas deste país, que totalizam 140 milhões de hectares
DIOLINDA ALVES DE SOUZA
A reforma agrária é uma necessidade para o trabalhador. Tanto para o do campo como

para o da cidade. Queiram ou não admitir os latifundiários, gerará empregos para quem sonha poder trabalhar na terra e aquecerá o comércio nas cidades.

Os prefeitos costumam apoiar as nossas ocupações por causa disso. Lá no Pontal o assentamento feito na fazenda Santa Clara foi sentido na cidade de Mirante do Paranapanema: arrecadou mais ICMS para a prefeitura e levou mais gente a ter condições de consumir no comércio local.

Acusam o ►MST◄ de colocar as mulheres e crianças na frente nos conflitos. Mas na maior parte das vezes, como aconteceu na minha família, são as mães que decidem ir para um acampamento do ►MST◄ porque enxergam nessa luta um futuro melhor para seus filhos.

Nós do ►MST◄ estamos lutando para trabalhar nas terras improdutivas deste país, que totalizam 140 milhões de hectares. Por isso nos acusam de bandidos, mandam nos prender e nos matam.

Agora estão nos acusando de ter provocado o ►massacre◄ em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄. Isso não é verdade. Várias reportagens publicadas, neste e em outros jornais, mostraram testemunhas, como a jornalista Marisa Romão, falando que quem chegou atirando e para matar foram os policiais.

O que eles querem, nos acusando dessa forma, é deixar mais esse ►massacre◄ impune. Desde 1981 foram cometidas 32 chacinas no campo, sem contar com a do Pará. Até hoje nenhum culpado está na cadeia. Ao todo, 1.634 trabalhadores rurais foram mortos na luta pela terra nos últimos 15 anos. Somente 25 suspeitos foram julgados, quatro foram condenados e só os envolvidos em dois episódios continuam presos. Até os assassinos de Chico Mendes estão soltos.

Seria fácil o presidente evitar que mais essa chacina viesse a manchar sua reputação no Primeiro Mundo, para onde ele declara querer levar o Brasil com seu governo.

Basta ele editar uma medida provisória em favor dos pobres. Ele já editou essas tais MPs para ajudar os banqueiros, que estão a léguas de distância de passar fome.

Nós não. A gente batalha duro para poder ter trabalho e não passar fome. Se a gente for para a cidade, passa mais fome e fica mais miserável ainda, porque lá o sem-terra perde a raiz.

Uma MP para os pobres significa o presidente Fernando Henrique decretar as leis do rito sumário e a que impede o juiz de dar liminar de despejo sem escutar a nossa parte, sem saber por que a gente ocupou aquela área. E os sem-terra só ocupam uma área para pressionar o governo a cumprir suas promessas. Ter trabalho e ter futuro em algum lugar é urgente para nós.

Os fazendeiros não querem que o rito sumário, que dá posse da terra ao Incra em 48 horas, seja aprovado. Dizem que não vão ter como se defender.

Isso é uma mentira. Eles vão poder discutir na Justiça o valor da área, mas não a desapropriação. Quando uma área chega a ser desapropriada é porque o Incra já vistoriou e constatou que ela é um latifúndio.

Ou seja, é muita terra sem produção alguma. Além disso, esses latifundiários são muito poucos. Segundo a ONU, o Brasil é o segundo país com maior concentração da propriedade de terra no mundo: 1% dos proprietários detêm 46% das terras. Não é à toa que nós somos o primeiro país em desigualdade social.

A gente quer justiça social, que é garantir trabalho e cidadania para os trabalhadores do campo. Para isso basta o governo ter vontade de verdade. Criar um Ministério da

Reforma Agrária não significa nada se o Incra continuar do jeito que está. O governo Collor o desmantelou. De 10 mil passou para 6.000 funcionários e muitos dos que são experientes estão se aposentando. Outros, em vez de trabalhar para a reforma agrária, orientam os proprietários a evitar a desapropriação de suas terras. Por que vocês acham que o laudo da Macaxeira, fazenda com mais de 40 mil hectares, deu que é uma área produtiva?

Isso quando eles não se metem em maracutaias para garantir indenizações altíssimas por terras que os fazendeiros não pagaram um centavo para adquirir. E o Incra não pode continuar a ter suas superintendências transformadas em cabide de emprego para apadrinhados políticos do governo.

Diolinda Alves de Souza, 26, agricultora, é integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (►MST◄).

Governo quer terras de devedores do BB

28/04/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-11

Edição: Paulistana Apr 28, 1996

Vinheta/Chapéu: REFORMA AGRÁRIA

Assuntos Principais: REFORMA AGRÁRIA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Novo ministro disse que área do Pará onde houve ►massacre◄ de sem-terra terá "atendimento imediato"

Governo quer terras de devedores do BB

Da Sucursal de Brasília

O ministro extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann, disse ontem que o governo vai apertar o cerco em torno dos devedores do Banco do Brasil que possuem terras para apressar a reforma agrária.

Jungmann deve reunir-se no início desta semana com o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e a diretoria do Banco do Brasil para encontrar uma fórmula jurídica que permita a liberação das terras de devedores para o assentamento de sem-terra.

O ministro afirmou que vai fazer "mudanças radicais" no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para o torná-lo mais eficiente.

Jungmann não confirmou a permanência do atual presidente do Incra, Raul do Valle. "Ainda vou discutir isso com o presidente Fernando Henrique Cardoso", disse.

Ele se reuniu ontem de manhã com FHC, o ministro Nelson Jobim (Justiça), general Alberto Cardoso (Gabinete Militar) e Eduardo Jorge (Secretaria Geral da Presidência), no Palácio da Alvorada.

O ministro disse que a região leste do Pará, onde houve o ►massacre◄ de 19 sem-terra no último dia 17, é considerada prioridade do governo. A idéia é dar "atendimento imediato"

à região.

Ele disse que o presidente está de acordo com a criação da "agenda terra e paz", que tem como objetivo reduzir os conflitos no campo e acelerar a reforma agrária.

Após a reunião no Alvorada, Jungmann foi para Salvador, onde iria discutir a "agenda terra e paz" com o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D. Lucas Moreira Neves.

Ele se encontra amanhã com o presidente do STF, Sepúlveda Pertence. Na quinta-feira, líderes do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) estarão discutindo com Jungmann.

PT pretende denunciar o ►massacre◄ à ONU; Sem-terra em greve de fome são internados; Saída de promotor atrasa investigações

27/04/96

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional Apr 27, 1996

Seção: COLUNÃO

PT pretende denunciar o ►massacre◄ à ONU

O presidente do PT, José Dirceu, disse ontem em Fortaleza (CE) que o partido vai denunciar à ONU (Organização das Nações Unidas) a "farsa que está sendo montada" na apuração do ►massacre◄ dos sem-terra no Pará. Segundo Dirceu, o IPM visa encobrir os responsáveis pelas mortes.

Sem-terra em greve de fome são internados

Quatro dos 14 trabalhadores rurais sem terra em greve de fome há dez dias em Recife (PE) foram hospitalizados ontem, depois de apresentar sintomas de problemas cardíacos. "Se acontecer alguma coisa com eles, vai ter revolta", ameaçou José Aglailson da Silva, 22, da direção estadual do ►MST◄.

Saída de promotor atrasa investigações

A saída do promotor militar Gilberto Martins do caso do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ (PA) atrasou as investigações. O promotor Samir Jorge, que substituiu Martins, teve de refazer anteontem à Justiça Militar do Pará pedido de produção antecipada de provas para ouvir oito sem-terra.

Ministério diz que sem-terra atacaram

26/04/96

Autor: PAULO SILVA PINTO; RUI NOGUEIRA

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 26, 1996

Legenda Foto: O ministro da Justiça, Nelson Jobim, durante reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, realizada ontem em Brasília

Crédito Foto: Jefferson Rudy/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: NOVA VERSÃO

Selo: MASSACR NO CAMPO

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◄; EM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Relatório afirma que trabalhadores rurais teriam comprado arma com verba do Incra e iniciado agressão

Ministério diz que sem-terra atacaram

PAULO SILVA PINTO

da Sucursal de Brasília

Os sem-terra teriam comprado armas com dinheiro dado pelo Incra para comprar comida.

A informação está em um relatório do Ministério da Justiça sobre o ►massacre◄ do dia 17.

O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PMs que, na linha de frente do confronto, não estariam armados.

O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola.

"Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi", afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito.

Disse ter ouvido do executor do Incra em Marabá (PA), José Líbio de Matos, e de outras duas pessoas _não revelou nomes_ que pagamentos de créditos de alimentação e fomento aos sem-terra foram desviados para a compra de armas.

A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas.

O Incra distribuiu em fevereiro e março uma ajuda de R\$ 800 para cada família da região. Com 16 páginas, o relatório considera as reivindicações dos sem-terra legítimas, mas faz críticas à ação do grupo. Sobre a PM, condena a violência e os assassinatos citados por testemunhas.

Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, "tem bom conceito na região". O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogênio.

Espínola cita, "em favor da PM", "a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima" da polícia. O relatório critica o ►MST◄ por ter "indivíduos com atividades diversas da agrícola", como professores de dança, de de canto e funcionários públicos.

O coordenador-geral afirmou que considera mais grave o fato de os sem-terra estarem armados _foram apreendidas 37 armas_ e de terem colocado mulheres e crianças na barreira na estrada.

Francisco Dalchazan, da coordenação nacional do ►MST◄, disse que "o Ministério da Justiça não tem resposta para o que houve e que está partindo para a estratégia de que o ataque é a melhor defesa".

Segundo ele, os sem-terra de ►Eldorado◄ do ►Carajás◄ não foram assentados ainda e

por isso não receberam dinheiro do Incra. "Todos têm o direito de mudar de profissão", disse sobre o fato de nem todos serem lavradores. Para a posse de armas, alegou defesa pessoal.

Colaborou Rui Nogueira, da Sucursal de Brasília

Sem-terra têm lista com 7 desaparecidos

26/04/96

Autor: LUCAS FIGUEIREDO ABNOR GONDIM

Origem do texto: enviados especiais a Curionópolis

Editoria: BRASIL Página: 1-11

Edição: Nacional Apr 26, 1996

Legenda Foto: Policial civil toma depoimentos dos sem-terra dentro do acampamento da fazenda Macaxeira, no Pará

Crédito Foto: Jorge Araújo/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: INVESTIGAÇÕES

Selo: ►MASSACRE◀ NO CAMPO

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; ►

ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/; INVESTIGAÇÃO

Cerca de 30 testemunhas já foram ouvidas no inquérito da polícia civil para apurar mortes no Pará

Sem-terra têm lista com 7 desaparecidos

LUCAS FIGUEIREDO

ABNOR GONDIM

enviados especiais a Curionópolis

Os sem-terra sobreviventes do ►massacre◀ de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀ apresentaram ontem uma relação com nomes de sete homens adultos que participaram do confronto no último dia 17 e ainda estão desaparecidos.

Parentes dos sete acusaram o desaparecimento a promotores envolvidos na apuração do caso e a líderes do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

São eles Raimundo Nonato da Rosa, Genivaldo dos Santos, Edvaldo Moura Souza, Aldenor da Costa, José da Silva Gomes, Laílson Barbosa da Silva e Pedro Veracildo Matias.

Também começa a ficar claro para os investigadores as circunstâncias da morte do líder sem-terra Oziel Alves Pereira, morto com tiro na cabeça.

"Não se tem dúvida de que o Oziel estava dentro do barracão e foi tirado de lá por um policial militar e puxado pelos cabelos", afirmou a promotora Regina Taveira.

PM não negocia

Apesar dos investigadores estarem colhendo pistas para revelar as circunstâncias do ►massacre◀, o resultado do inquérito civil e os depoimentos dados aos promotores poderão ser desconsiderados pela Justiça Militar, na qual são julgados os PMs que praticam

crimes em serviço.

Cerca de 30 testemunhas tinham sido ouvidas até ontem pelos promotores do MP e pelo delegado responsável pelo inquérito civil, Vicente Costa.

"O inquérito civil serve como informação para o IPM (Inquérito Policial Militar), mas não como prova", afirmou a promotora Regine Taveira, do MP (Ministério Público) do Pará.

O advogado dos PMs, Luís Abdoral Lopes, pediu a anulação do inquérito civil por considerá-lo inócuo, pois o IPM já contempla todas as investigações necessárias.

Abdoral Lopes afirma que os PMs apenas reagiram à ação supostamente armada dos sem-terra. "Foram aprendidas armas com os sem-terra e 16 PMs saíram feridos", declarou.

Os sem-terra que participaram do confronto com a PM dizem estar sofrendo ameaças para que não prestem depoimento.

"Alguns chegaram a receber cartas com ameaças, mas não podemos mostrar para preservar as pessoas", afirmou Fabiano da Silva, da direção estadual do ►MST◄.

O procurador-geral de Justiça do Pará, Manoel Santino, disse ontem que as testemunhas do ►massacre◄ dos sem-terra que pedirem proteção policial serão protegidas pela Polícia Federal.

►MST◄ e o "►massacre◄" de ►Eldorado◄

25/04/96

Autor: LAMARTINE NAVARRO JR.

Editoria: OPINIÃO Página: 1-3

Edição: Nacional Apr 25, 1996

Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES

Observações: PÉ BIOGRÁFICO

►MST◄ e o "►massacre◄" de ►Eldorado◄

O cheiro da morte persiste há sete meses no Vale do Cantú e os assassinos, infiltrados no ►MST◄, estão impunes

LAMARTINE NAVARRO JR.

Toda perda de vidas humanas é lamentável, e muito especialmente quando ocorre de forma violenta e desnecessária, como aconteceu no Pará.

É importante, porém, que a emoção consequente da violência das cenas levadas ao ar pela televisão não perturbe o julgamento correto do que vem realmente acontecendo na área rural.

Não se pode deixar que o "►massacre◄" de ►Eldorado◄, incidente provocado pela atuação da PM ao tentar reestabelecer o trânsito em uma importante estrada do Pará, se transforme em uma espécie de salvo-conduto para as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (►MST◄) que se configurem como ilegais.

É preciso ter em mente que a nossa Constituição garante o direito de propriedade e assim, no caso de invasões, os mandados de reintegração de posse devem ser cumpridos em tempo hábil, de forma a resguardar os direitos dos proprietários.

É mister que as ações policiais devam ser planejadas de forma a evitar violência, mas

postergar indefinidamente as reintegrações porque os invasores estão armados e resistirão à lei e à ordem significa ignorar o Estado de Direito e provocar o recrudescimento dos conflitos no campo.

Vejamos o reverso da medalha no caso da fazenda Vale do Cantú, de nossa propriedade, situada nos municípios de Laranjal e Altamira (PR).

A propriedade foi invadida por 150 famílias do ►MST◄ em 1º/10/95. No dia 5/10 a juíza da comarca de Campina da Lagôa expediu o mandado de reintegração de posse. O Incra-PR solicitou à Secretaria da Segurança postergar a reintegração de posse, pois estaria em andamento o processo de desapropriação da propriedade.

O secretário da Segurança atendeu a solicitação do Incra, a desapropriação não se concretizou e, em 20/12, a juíza expediu novo mandado que, até hoje, também não foi cumprido.

No entretanto, ocorreram na propriedade os seguintes delitos:

- _ Os invasores ocuparam 2/3 da fazenda, cortaram as cercas, misturaram o gado que estava em regime de seleção, queimaram e saquearam as casas dos funcionários e roubaram um trator Massey Ferguson com implemento.
- _ Provocaram vários tiroteios com os empregados da fazenda e não permitem trânsito na área ocupada.
- _ Roubaram 60 cabeças de gado e, ao distribuir o resultado da venda, se desentenderam e três sem-terra foram assassinados pelos seus pares.
- _ Semanalmente matam três cabeças de gado.
- _ Na sexta-feira, 5/4, ao realizar avaliação após entendimentos do Incra, que propôs a compra da propriedade, o signatário e os avaliadores foram atacados a tiros e obrigados a fugir usando os cavalos como escudo.

Todas as ocorrências foram objeto de queixa policial e reportadas à juíza de direito e ao secretário da Segurança.

A PM de Guarapuava mantém policiais na sede da fazenda exclusivamente para garantia das famílias dos funcionários que, expulsos das suas casas, lá se encontram abrigados.

Todas as atividades da propriedade estão paralisadas, o gado se encontra confinado em um terço da fazenda e as pastagens existentes não podem ser utilizadas.

Verifica-se assim que o cheiro da morte não exala somente de ►Carajás◄.

Ele persiste há sete meses no Vale do Cantú e os assassinos, por estarem infiltrados no ►MST◄, apesar de conhecidos, estão impunes.

Não é só o deputado José Dirceu que está com a alma vazia e amargurada.

Trago na boca o travo amargo da decepção, da frustração, do desencanto com este pobre país, onde hoje a lei tem dois pesos e duas medidas e onde a demagogia política chega ao ponto de transformar um movimento social legítimo, como o ►MST◄, em alavanca de desestruturação social e econômica.

Lamartine Navarro Jr., 63, pecuarista, é proprietário da Fazenda Vale do Cantú (PR) e vice-presidente da Sopral (Sociedade Produtora de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

Peritos põem armas em dúvida

25/04/96

Autor: ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: da Agência Folha, em Belém (PA)

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional Apr 25, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: INVESTIGAÇÕES

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; INVESTIGAÇÃO

Peritos põem armas em dúvida

ESTANISLAU MARIA

da Agência Folha, em Belém (PA)

Peritos da Polícia Técnica de Belém põem em dúvida se todas as armas usadas pela Polícia Militar durante ►massacre◄ dos sem-terra foram enviadas para perícia.

Segundo os peritos, há balas retiradas dos corpos dos mortos cujo calibre não equivale a nenhuma das armas analisadas.

A informação reforça a hipótese de que PMs usaram armas particulares e não as enviaram à perícia.

Também há dificuldade em identificar qual policial usava as armas trazidas de Parauapebas, por falta de registros.

As armas começaram a ser analisadas ontem, mas só três fuzis foram testados.

As roupas dos sem-terra chegaram a Belém na tarde de anteontem. Ontem começou a perícia.

Desaparecidos

O depoimento de uma "testemunha-chave" feito ontem ao promotor público titular de Marabá, José Luiz Furtado, 40, pode mudar os rumos do inquérito.

Pela primeira vez os promotores passaram a acreditar na hipótese de que houve prisão de manifestantes pela PM e que pode haver corpos desaparecidos.

O ►MST◄ informou que há 32 pessoas desaparecidas após o confronto com a PM, no dia 17.

Até ontem, essas pessoas não haviam retornado à fazenda Macaxeira. "Ainda é cedo para dizer se foram mortas ou se não puderam voltar", disse Elias Araújo, membro da coordenação do ►MST◄.

Outras cinco testemunhas reforçaram a hipótese de que haja mais corpos desaparecidos.

A Polícia Militar teria transportado pelo menos dois trabalhadores sem-terra algemados no ônibus que levou a tropa de volta a Marabá, depois do conflito.

Furtado ouviu um motorista de ônibus da empresa Transbrasiliiana, que levou policiais de Marabá.

O motorista, que está sob a custódia da Justiça e cujo nome está sob sigilo, disse que dois trabalhadores sem-terra, algemados, foram colocados no ônibus por policiais militares e levados para o Batalhão da PM em Marabá.

O promotor revelou ainda que estudos da posição em que os corpos foram encontrados indicam que a maioria dos mortos foi atingida por balas vindas do grupo de policiais de Parauapebas, que estava ao sul da rodovia.

Colaborou Irineu Machado, da Agência Folha, em Marabá

Papa condena ►massacre◀ dos sem-terra no Pará

25/04/96

Autor: LUIS HENRIQUE AMARAL

Origem do texto: enviado especial a Indaiatuba (SP); da Folha Sudeste e a Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional Apr 25, 1996

Primeira: Chamada

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: PAPA JOÃO PAULO 2º; POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/; PROTESTO

Papa condena ►massacre◀ dos sem-terra no Pará

LUIS HENRIQUE AMARAL

enviado especial a Indaiatuba (SP)

O papa João Paulo 2º, por meio do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, condenou o ►massacre◀ de 19 trabalhadores sem terra ocorrido na semana passada no Pará.

A condenação foi transmitida ao Brasil por carta do cardeal francês Roger Etchegaray, presidente da comissão no Vaticano.

A carta chegou ontem à 34ª Assembléia-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acontece até o dia 26 em Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo).

O documento afirma que "o problema da distribuição da terra e suas graves consequências só poderá ser resolvido na perspectiva ética e política, garantida por uma reforma agrária corajosa e de longo alcance".

Na carta, o cardeal fala em "►massacre◀ de 20 camponeses sem terra" e transmite aos bispos brasileiros seus "sentimentos de profunda angústia por tanta violência e desprezo pelo homem".

Em seguida, o cardeal afirma que seu conselho pontifício se "une ao pedido feito pela CNBB para todo o país: que rezem pelos camponeses assassinados e façam um empenho excepcional pela instauração da justiça social".

A carta lembra ainda que o Vaticano conhece os problemas do campo brasileiro, que foi levado pelos bispos em suas visitas "ad limina" _visitas que os bispos de cada região do país fazem ao papa para relatar sua atuação.

"O cardeal Etchegaray fala em nome do papa e ocupa um dos postos mais importantes do Vaticano", disse ontem o bispo de Paulo Afonso (BA), d. Mario Zanetta, que falou pela CNBB sobre a carta.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, se disse "impressionado" com a carta do Vaticano. "Ele soube interpretar muito bem o que estamos sentindo no Brasil em razão do ►massacre◀. E ainda lembrou a importância da reforma agrária para o país", disse.

Para Arns, a carta demonstra como um "ato de violência no Brasil toca o mundo inteiro".

Para o cardeal-arcebispo da Paraíba, d. Marcelo Carvalheira, a carta representa "uma pressão justa pela reforma agrária no país".

Os bispos usaram ontem uma tarja preta durante a missa de sétimo dia pela morte dos sem-terra. Eles pediram durante a missa o assentamento imediato de todas as famílias de sem-terra.

Corumbiara

O presidente do PT, José Dirceu, voltou a responsabilizar ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo ►massacre◄, "porque não puniu os responsáveis por Corumbiara e reduziu a verba do Incra" (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Dirceu falou durante manifestação na praça da Sé (região central de São Paulo) em repúdio à chacina. Organizada pelo ►MST◄, com o apoio de 40 sindicatos ligados à CUT, a manifestação teve a presença de cerca de cem pessoas.

Colaboraram a Folha Sudeste e a Reportagem Local

Um obscuro teatro baiano

24/04/96

Autor: CLÓVIS ROSSI

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2

Edição: Nacional Apr 24, 1996

Seção: SÃO PAULO

Assuntos Principais: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA; PORTO SEGURO /BA/; GOVERNO FHC

Um obscuro teatro baiano

CLÓVIS ROSSI

São Paulo _ De duas, uma: ou o presidente Fernando Henrique Cardoso entrou em um processo perigoso de total alheamento da realidade ou está fazendo algum obscuro tipo de teatro.

Refiro-me aos episódios de anteontem em Porto Seguro (BA). Fatos:

1 - O governador da Bahia, Paulo Souto, admitiu ontem, em entrevista divulgada no "Jornal da CBN", a emissora especializada em notícias, que, a prevalecer a sua orientação, os manifestantes (do Movimento dos Sem Terra) que vaiaram o presidente não teriam se aproximado do palanque.

Souto diz que preferia "ante a situação emocional do momento" uma atitude mais "prudente". Especificamente: que uma comissão pequena do ►MST◄ se reunisse posteriormente com as autoridades presentes.

"Não foi essa a orientação que prevaleceu", diz o governador, deixando claro que "nas tratativas para a visita presidencial, ficou mais ou menos acertado que não haveria restrições" (para a aproximação dos manifestantes).

2 - Ora, tais "tratativas" são feitas por delegados da Presidência. Logo, só se pode concluir que alguém poderoso quis, deliberadamente, que as bandeiras vermelhas do movimento fossem vistas em torno do presidente da República e que as vaias fossem ouvidas e registradas pelas câmeras de TV de todas as redes.

3 - O próprio governador admitiu à CBN que era "previsível" que houvesse vaias. Claro. Depois do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ de ►Carajás◄, só um lunático poderia imaginar

que militantes do ►MST◄ se aproximariam de um palanque ocupado por autoridades (fossem quais fossem) para aplaudi-las.

A menos que o poder tenha embriagado tanto o presidente que ele supôs que o aplaudiriam, só se pode deduzir que FHC quis aparecer na situação em que foi retratado em Porto Seguro. Por quê?

►Eldorado◄, terra sem justiça

24/04/96

Autor: JOSÉ DIRCEU

Editoria: OPINIÃO Página: 1-3

Edição: Nacional Apr 24, 1996

Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES

Arte: ILUSTRAÇÃO: ORLANDO

Observações: PÉ BIOGRÁFICO

►Eldorado◄, terra sem justiça

A luta pela reforma agrária revela que nossa polícia e nossa Justiça estão subordinadas o latifúndio

JOSÉ DIRCEU

Venho de ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ com o cheiro da morte. Com a alma vazia e amargurada. Nunca vi tanto terror, desespero e angústia. Mas, para meu espanto, não encontrei ódio. Apenas a revolta de trabalhadores querendo o atendimento de seu direito à terra.

A impunidade é onipresente e onipotente. Revela-se por meio do poder de vida e morte da Polícia Militar do Pará e do latifúndio.

Não existe Justiça, governo ou Parlamento. Muito menos presidente da República.

Apenas a pistolagem bandida e a oficial. O latifúndio manda na polícia, na Justiça e no governo.

O pior é que o Brasil é apenas uma versão ampliada de ►Eldorado◄. Com Vigário Geral, Carandiru e Candelária. Todos massacres igualmente impunes, como Corumbiara, que não resultaram em reforma agrária ou punição dos assassinos fardados e do latifúndio.

Pelo contrário, serviu para que se tentasse a incriminação do ►MST◄, sua deslegitimação e para que o governo FHC fizesse propaganda de que estava fazendo reforma agrária.

A responsabilidade política e social, ética e humana dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo é incontestável. E o primeiro responsável é o presidente da República, que se elegeu prometendo colocar a justiça social e a questão da reforma agrária como prioridades em seu governo.

A reforma agrária depende do governo federal e de sua maioria no Congresso Nacional, pau para toda obra, menos para fazer justiça social.

Desde setembro do ano passado, após o ►massacre◄ de Corumbiara, o Fórum da Reforma Agrária vem exigindo do governo FHC medidas simples e objetivas para realizar a reforma agrária: recursos, desapropriações, assentamentos e apoio técnico e financeiro.

Os meios legais já estão no Congresso. São os projetos de lei sobre "rito sumário" e

despejo, além das leis visando acabar com a impunidade das PMs.

Os recursos para a reforma agrária também foram previstos para o orçamento de 96. Mas o governo FHC não apoiou a tramitação desses projetos de lei, seu ministro da Justiça não priorizou a punição dos responsáveis pelo ►massacre◄ de Corumbiara e, pior, os recursos orçamentários para a reforma agrária foram cortados de R\$ 6 bilhões para R\$ 1,2 bilhão.

O descaso do governo FHC não parou aí. Após a demissão de Francisco Graziano, no também impune episódio da escuta telefônica do chefe do ceremonial do presidente FHC, o Incra ficou seis meses sem presidente. Com todo esse desleixo, FHC não pode deixar de ser responsabilizado.

A luta pela reforma agrária revela que nossa polícia e nossa Justiça representam classes, estão subordinadas ao latifúndio. Que a bancada parlamentar ruralista-latifundiária domina e chantageia não só o governo e o Congresso, mas o país.

Revela que as Polícias Militares não podem continuar existindo com seu poder ilimitado, unconstitutional, sua violência desmedida, sua impunidade, agindo como polícia política, fazendo espionagem, infiltrando-se nos movimentos políticos e sociais, como fez o Serviço Reservado da PM do Pará. Espionou, identificou e ordenou a execução dos líderes dos sem-terra.

Além de acabar com os serviços reservados da PM é preciso iniciar uma mudança constitucional para estadualizar, desmilitarizar e unificar as polícias no Brasil, pondo fim ao fórum privilegiado de que gozam e acabando com essa herança maldita da época ditatorial.

Não há meio-termo. Ou se faz a reforma agrária ou não se faz. Ela é um processo social, cultural e político.

Não é uma operação econômica, não cabe nas análises dos nossos tecnoburocratas, dos nossos cientistas políticos e economistas. Milhões de homens e mulheres querem a terra para produzir alimentos, vida. Querem emprego para produzir riquezas sociais. Têm a esperança e o sonho de justiça e de dignidade que constroem as grandes nações.

Ela, e tão-somente a reforma agrária, pode começar a mudar nosso Brasil, autoritário, elitista e injusto.

Na viagem de volta de ►Eldorado◄ para São Paulo pensei com dor e angústia que a reforma agrária é nossa única oportunidade de evitar no Brasil conflitos como os da Bósnia, do Líbano e da Tchetchênia.

Nossa única saída, portanto, é organizar fóruns de apoio à reforma agrária, promover atos e manifestações em todo o país. Cabe à sociedade exigir do Congresso e do governo a formulação e desencadeamento imediato de um amplo plano de ação e assentamentos visando a reforma agrária em nosso país.

A palavra de ordem é uma só: todo apoio ao ►MST◄ e terra para quem quer trabalhar e produzir vida.

José Dirceu, 49, advogado, é presidente nacional do PT. Foi deputado federal pelo PT de São Paulo (1990-94).

Crianças foram vistas na pista

24/04/96

Autor: ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: Da Agência Folha, em Belém (PA)

Editoria: BRASIL Página: 1-4

Edição: Nacional Apr 24, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: INVESTIGAÇÃO; VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◄;
SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Crianças foram vistas na pista
da Agência Folha, em Belém (PA)

Duas professoras que viram o ►massacre◄ dos sem-terra em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ dizem que os policiais atiraram também contra mulheres e crianças que, depois de baleadas, ficaram caídas na pista, inertes e ensanguentadas.

As professoras Ana Azevedo e Conceição Holanda afirmam ter visto depois do tiroteio pelo menos sete crianças, um adolescente e uma senhora caídos na estrada como se estivessem mortos.

As professoras, que não têm ligação com o ►MST◄, viajavam de Belém para Xinguara em um ônibus que ficou parado na barreira feita pelos sem-terra. Elas iriam participar de encontro sobre educação.

As professoras disseram que assim que o ônibus foi parado, elas desceram e foram ao bloqueio dos sem-terra. Com a aproximação da PM, elas foram aconselhadas pelos sem-terra a voltar para o ônibus. O tiroteio teria começado assim que chegaram ao ônibus.

Ana e Conceição disseram que havia homens, mulheres e crianças na frente da polícia e que a PM atirou contra todos.

Segundo as professoras, o ônibus ficou parado em um local de onde puderam ver todo o tiroteio, que durou cerca de 20 minutos.

Conceição disse que a polícia de Marabá chegou em dois ônibus e uma camionete. Mal desceu, começou a atirar. Com a reação dos sem-terra, a polícia de Parauapebas também abriu fogo.

Ana afirma ter visto mulheres e crianças caindo baleadas. "Mesmo depois de ter dispersado o pessoal, a polícia continuou atirando." No tiroteio, os sem-terra que não reagiram fugiram para o mato. Alguns teriam sido perseguidos pela polícia, segundo elas. Depois do tumulto, a polícia teria aberto a pista, e os carros começaram a passar lentamente.

Ana diz ter visto seis crianças que avalia terem de 4 a 8 anos caídas, ensanguentadas e inertes. Conceição diz que viu uma mulher, um adolescente de uns 14 anos e uma criança de cerca de 7 anos. "Pareciam mortos."

Elas disseram que a polícia não socorreu nenhum dos sem-terra.

O ônibus, com mais de 40 passageiros, seguiu viagem. Até as 18h de ontem, elas foram as únicas a relatar o ►massacre◄. Nenhum outro passageiro foi localizado.

Ana e Conceição são as primeiras testemunhas fora do ►MST◄. Elas moram em Belém e estão recebendo proteção de petistas e membros do sindicato dos servidores na educação.
(ESTANISLAU MARIA)

A TFP apresenta reflexões serenas e ponderadas

24/04/96

Editoria: BRASIL Página: 1-7

Edição: Nacional Apr 24, 1996

Observações: INFORME PUBLICITÁRIO

Assuntos Principais: ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Em face da tragédia de ►Eldorado◄ de ►Carajás◄

A TFP apresenta reflexões serenas e ponderadas

No texto, a TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) manifesta sua posição sobre o ►massacre◄ de trabalhadores sem-terra ocorrido em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ (PA).

Destaca o "caráter guerrilheiro" do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), condena as invasões de terras e alerta que "uma Reforma Agrária feita às cegas e com prejuízo do direito de propriedade poderá ter como desfecho o agravamento da atual situação do trabalhador rural e a intensificação da violência."

Maior parte saiu de outros Estados

23/04/96

Origem do texto: Do enviado especial a Curionópolis

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 23, 1996

Legenda Foto: Valdir Ferreira e a irmã Francisca brincam no acampamento de sem-terra em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄; ao fundo, líderes do ►MST◄ fazem reunião

Crédito Foto: Juca Varella/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: OS SOBREVIVENTES

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEM-TERRA; ÓBITO; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; DEPOIMENTO

Maior parte saiu de outros Estados

Trabalhadores sem terra buscam a sorte no Pará; sobreviventes relatam ►massacre◄ do enviado especial a Curionópolis

Os sem-terra do Pará são na verdade sem-terra de todo o Brasil. A Folha ouviu quatro relatos de sobreviventes do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ que deixaram seus Estados para tentar a sorte no sul sul e leste do Pará.

Cláudia Regina Rodrigues, 26, nasceu no Maranhão.

"Saí de São Luis em 1982. Meu pai e minha mãe trabalhavam em um restaurante, mas a situação lá estava muito precária para cuidar de cinco filhos. Viemos para o Pará porque a

gente tem que cair em um lugar que dê ao menos para a gente viver", conta.

"Ficamos perambulando por aí, até que seis meses atrás fui para a fazenda Macaxeiras (em Curionópolis), com meus marido e sete filhos."

Sobre o confronto com a polícia, ela diz: "Deus é bom porque, pelo tanto de tiro que eles deram, até que escapou muita gente".

"Quando eu tinha 13 anos, saí do Ceará para morar na casa de um tio, que estava em Marabá", conta João Arruda Faria, 45.

"Eu só tinha trabalhado na roça, porque eu não tenho leitura e tenho que pegar no pesado. No dia 8 de janeiro de 1966, vim para ►Eldorado◀ de ►Carajás◀. Eu não tinha nada, vivia jogado." Ele não lembra quando entrou no ►MST◀.

"Na hora da batalha, a gente foi cercado. Eles atiravam dos dois lados e a gente começou a correr para o mato para escapar. Os que não correram foram tombando. Eu pensei que não ia conseguir a minha vida, mas Deus é grande e eu consegui", afirma.

"Tem três anos que estou em ►Eldorado◀ de ►Carajás◀", relata João Pereira de Souza, 25, natural de Goiás.

Guerra

"O que aconteceu aqui parecia uma guerra. Ninguém esperava que eles atirassem de verdade. Por pouco, quase que a gente se lascava. Mas muitos não tiveram a mesma sorte e acabaram morrendo cheios de bala. É muito triste ver morrer um companheiro que estava com você agorinha. Não desejo isso para ninguém."

Luis Gonzaga Rocha de Souza, 32, do Piauí, diz que viu "uma guerra" em ►Eldorado◀ de ►Carajás◀. "O que eu assisti aqui parecia uma guerra. Vi os soldados lutando que parecia uma guerra com outro país."

"Uma bala passou raspando na minha cabeça. Olhe o rasgado que deu. Se eu fosse um pouquinho mais alto, tinha morrido. E mesmo assim, eles dizem que atiraram só na perna da gente. Até agora está doendo. Mas, tem nada não. Ainda estou vivo, graças a Deus."

Polícia divulga lista oficial dos mortos

23/04/96

Autor: GEORGE ALONSO

Origem do texto: Do enviado especial a Marabá (PA)

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 23, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEM-TERRA; ÓBITO; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/; POLÍCIA CIVIL; LISTA OFICIAL

Polícia divulga lista oficial dos mortos
do enviado especial a Marabá (PA)

Cinco dias depois do ►massacre◀ de ►Eldorado◀ de ►Carajás◀ (PA), a Polícia Civil do Pará divulgou a lista oficial dos mortos _ao todo 19_ no conflito
Até ontem, eles eram apenas corpos sem identificação.

Os laudos oficiais sobre a causa das mortes ainda estão sendo elaborados.

Depois de prontos, os documentos deverão ser encaminhados a Belém, capital do Estado,

para conhecimento do governador Almir Gabriel (PSDB).

Precariedade

As fichas de identificação divulgadas são precárias. Faltam dados precisos sobre cada um dos sem-terra mortos.

Em três casos, as informações são bastante sumárias (em um deles, só se sabe o primeiro nome, "Antonio", e apelido, "Irmão").

Segundo o levantamento feito pela polícia, a maioria das vítimas (sete) nasceu no Maranhão.

Entre os mortos, 15 eram trabalhadores rurais. Há um "borracheiro" e um "fotógrafo" (veja o quadro ao lado).

Além disso, a maior parte tinha residência conhecida em municípios da região, como Paraopebas e Curionópolis. Um deles, Antonio Costa Dias (antes identificado apenas por "corpo 2"), era o único que morava em uma fazenda, denominada Chega com Jeito.

Líder único

Oziel Alves Pereira, 18, foi o único militante do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que morreu no episódio.

Todos líderes realmente escaparam, entre eles, Onalício Araújo ("Fusquinha"), Eurival Carvalho ("Totó") e Clenor Ferraz.

Nos dias que antecederam o conflito, eles foram os principais negociadores do ►MST◄ com a Polícia Militar de Paraopebas, especificamente o major José Maria Oliveira, que comandou um dos grupos de policiais que entraram em confronto com os sem-terra.

Às vésperas do conflito, o governo não enviou qualquer representante na área para negociar uma saída, embora mantivesse contatos telefônicos com "Fusquinha", principalmente. A polícia queria pegar especialmente esses líderes.

A direção estadual do ►MST◄ tem nove integrantes. A coordenação estadual é um colegiado mais amplo: tem 21 membros. O acampamento da fazenda Macaxeira era coordenado por 27 pessoas.

Mosaico

O sul do Pará, um das regiões mais conflagradas do país, é um mosaico de grandes latifúndios e terras cuja posse sofrem contestações.

O fim dos castanhais, do garimpo de Serra Pelada e o surgimento de grandes fazendas gerou aumento do desemprego na região.

Esse quadro facilitou o trabalho do ►MST◄ de arregimentar grande número de famílias em cidades e vilarejos da região.

Segundo o ►MST◄, havia no acampamento de Macaxeira cerca de 4.900 pessoas, das quais 1.800 participaram do bloqueio da rodovia PA-150, que deu origem ao conflito.
(GERGE ALONSO)

Sem-terra recrutaram favelados

23/04/96

Autor: ABNOR GONDIM

Origem do texto: Enviado especial a Curionopólis

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 23, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEM-TERRA; ÓBITO; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; ►MST◄; RECRUTAMENTO; PARÁ /ESTADO/

Sem-terra recrutarão favelados
enviado especial a Curionópolis

O ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) pretende recrutar favelados, principalmente de Marabá, para engrossar a ocupação na fazenda Macaxeira (600 km ao sul de Belém).

A informação é de Izabel Rodrigues, da coordenação estadual do ►MST◄. A tarefa, depois, diz ela, é "ocupar a sede da fazenda e tornar a desapropriação irreversível".

O recrutamento de novos sem-terra vai marcar hoje as manifestações religiosas do sétimo dia do ►massacre◄ de 19 sem-terra na rodovia PA-150 pela Polícia Militar do Pará. A meta é colocar no acampamento 2.000 famílias.

Estão programadas missas no local do ►massacre◄, em Curionópolis, Marabá, Imperatriz (MA) e São Luís (MA). A maioria dos assassinados é imigrante do Maranhão.

Em Belém, foi organizada uma vigília em repúdio ao ►massacre◄.

Desapropriação

A Folha apurou que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) está negociando a desapropriação de 5.000 hectares remanescentes da fazenda Macaxeira. A fazendeira Otília Pinheiro quer R\$ 1,8 milhão. O preço é considerado alto pelo Incra.

A negociação estaria esbarrando em questões jurídicas, já que a fazendeira não seria proprietária da área _ela é detentora de título provisório para explorar castanha.

O ►MST◄ reivindica a desapropriação integral da Macaxeira, estimada originalmente em cerca de 40 mil hectares.

(ABNOR GONDIM)

Igreja faz missas de 7º dia por sem-terra

23/04/96

Autor: JOSÉ ALBERTO BOMBIG; LUIS HENRIQUE AMARAL

Origem do texto: Da Folha Sudeste; Enviado especial a Indaiatuba (SP)

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 23, 1996

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: CNBB

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEM-TERRA; ÓBITO; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; IGREJA CATÓLICA; CNBB; MISSA

Bispo chora ao falar sobre sua viagem à região do conflito e diz que PM fez '►massacre◄ seletivo' dos trabalhadores

Igreja faz missas de 7º dia por sem-terra

JOSÉ ALBERTO BOMBIG

da Folha Sudeste

LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Indaiatuba (SP)

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) decidiu solicitar a todas as igrejas do país a realização, amanhã, de missas de sétimo dia pela morte dos sem-terra em ► Eldorado◄ dos ►Carajás◄ (PA).

Ontem, a Arquidiocese de São Paulo anunciou que realizará sua missa, na catedral da Sé, às 18h desta quarta-feira.

Na manhã de ontem, um dos líderes do ►MST◄ (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), João Pedro Stedile, esteve em Itaici, distrito de Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo), onde a CNBB realiza sua 34ª Assembléia Geral. Stedile foi discutir estratégias de ação conjunta entre sua entidade e a CNBB.

O arcebispo de Campinas, d. Gilberto Pereira Lopes, colocou ontem a catedral da cidade à disposição da CNBB para a celebração de uma missa com a presença dos cerca de 280 bispos que participam da assembléia.

Campinas (99 km a noroeste de São Paulo) fica a apenas 27 quilômetros de Indaiatuba. Segundo d. Gilberto, a diocese campineira deverá realizar atos de protesto contra o ►massacre◄.

O arcebispo de Campinas deverá oficializar hoje no plenário da assembléia a proposta. '►Massacre◄ seletivo'

O bispo Luiz Demétrio Valentini, responsável pelo setor de ação social da CNBB, chorou ontem ao falar sobre sua viagem ao local do ►massacre◄ dos sem-terra.

Valentini voltou anteontem para Indaiatuba. Ele foi ao Pará para representar a entidade. Segundo o bispo, a PM do Pará realizou um "►massacre◄ seletivo" dos sem-terra. "Os policiais mandavam as mulheres e crianças se abaixarem e escolhiam os homens para atirar. Os líderes foram os mais visados", diz.

Para o bispo, se a polícia pôde evitar a morte das mulheres e crianças, poderia também evitar o assassinato dos homens.

Ele começou a chorar quando ia descrever sua chegada ao local do ►massacre◄. Após alguns segundos em silêncio, com os olhos cheios de lágrimas, disse: "Os sem-terra estavam famintos, são um povo simples, pobre e ingênuo, não dá para entender como a polícia agiu com tanta violência".

►MST◄ protesta no Pontal

23/04/96

Autor: LUIZ MALAVOLTA; ROBERTO SAMORA

Origem do texto: Da Agência Folha, em Bauru

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 23, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA; SEM-TERRA; ÓBITO; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; ►MST◄; MANIFESTAÇÃO; PROTESTO

►MST◄ protesta no Pontal
LUIZ MALAVOLTA

da Agência Folha, em Bauru

O ►MST◄ fez ontem, em Andradina (680 km a noroeste de São Paulo), um ato público contra o ►massacre◄ de sem-terra no Pará.

A manifestação reuniu, segundo o ►MST◄, 650 sem-terra. Conforme a PM, 450. Segundo a PM, não houve incidentes no protesto, realizado entre 11h30 e 13h30. Os sem-terra saíram em passeata pelas ruas de Andradina e se concentraram na praça Moura Andrade, no centro da cidade.

A manifestação teve também o objetivo de protestar contra a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que suspendeu o processo de assentamento dos sem-terra na fazenda Timboré, de 3.000 hectares, entre Andradina e Castilho.

A fazenda havia sido desapropriada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em agosto do ano passado para assentamentos.

Bahia e Santa Catarina

O ►MST◄ da Bahia deve realizar hoje uma manifestação no centro de Itabuna (429 km ao sul de Salvador) para protestar contra o ►massacre◄ e reivindicar que o governo regularize a situação das famílias acampadas por todo o Estado.

Em Santa Catarina, os sem-terra devem bloquear por uma hora hoje, às 14h30, a rodovia SC 467, que liga Abelardo Luz a Xanxerê.

O ►MST◄ quer reunir cerca de 500 manifestantes. Os sem-terra devem caminhar da Prefeitura de Abelardo Luz (a 700 km de Florianópolis) até entrada da cidade, onde deve acontecer o bloqueio.

Colaborou Roberto Samora, da Agência Folha

O Brasil arcaico contra o Brasil moderno

22/04/96

Autor: JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Editoria: OPINIÃO Página: 1-3

Edição: Nacional Apr 22, 1996

Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES

Arte: ILUSTRAÇÃO: ORLANDO

Observações: PÉ BIOGRÁFICO

O Brasil arcaico contra o Brasil moderno

Os sem-terra são os principais agentes de modernização do direito de propriedade e do sistema político

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

O ►massacre◄ de trabalhadores rurais sem-terra no sul do Pará, pela PM daquele Estado, apenas confirma que a questão fundiária é mais do que uma questão social. É sobretudo uma questão política. Muito provavelmente ela é o cadinho de síntese da questão política do governo Fernando Henrique.

Enquanto altos funcionários da República punham a culpa nas vítimas, o presidente da República foi o único que fez um sumário e preciso diagnóstico: esse tipo de conflito não é próprio de um Brasil moderno, mas de um Brasil arcaico. O buraco, porém, é um pouco

mais embaixo: esse é o conflito do Brasil arcaico contra o Brasil moderno. E é também o conflito que mostra, de modo sangrento, ações dentro do próprio Estado no sentido de frear os propósitos modernizadores do atual governo: o que está em jogo é a viabilidade e continuidade de sua política e, no limite, a durabilidade do seu projeto. Com o fim da ditadura militar e a desmilitarização da questão agrária, a reforma agrária foi, num certo sentido, excluída da agenda política do Estado, ali presente, antes, equivocadamente, como questão de segurança nacional.

A restauração da Federação e o revigoramento político dos Estados e do poder local devolveram às oligarquias _modernizadas e enriquecidas pelo regime de exceção_ o poder que haviam perdido parcialmente com a ditadura. As oligarquias locais, no Brasil, estão intimamente ligadas à propriedade da terra. É também da tradição oligárquica o uso das PMs na defesa de seus interesses privados.

É significativo que nos conflitos dos últimos anos, com trabalhadores rurais mortos e/ou feridos, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Rondônia (Corumbiara) e no próprio Pará (não só neste caso de ►Eldorado◀ de ►Carajás◀), os confrontos tenham tido nas PMs os agentes principais da violência e das mortes.

O Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (►MST◀), que se organizou em 1984, nasce da consciência do lugar secundário da reforma agrária nos governos civis da chamada Nova República.

Nos primeiros momentos, as ações dos sem-terra tinham nítidas características de movimento social, inspirado por princípios da não-violência que lhes chegavam por membros da Igreja ligados à Comissão Pastoral da Terra.

Com o fim da ditadura, em 84, o movimento se tornou uma organização. Pode-se dizer que hoje tem características de organização partidária, embora não se reconheça como tal. As ações dos sem-terra foram profundamente marcadas pelo desencontro entre a retórica reformista do governo Sarney e o óbvio boicote do mesmo governo, do seu próprio gabinete civil, à reforma agrária: não só decretos de desapropriação já assinados não chegavam ao Diário Oficial, como outros tantos eram engavetados antes da sanção presidencial.

A reação dos grandes proprietários de terra com a fundação da UDR (União Democrática Ruralista), paramilitar e de nítida orientação antidemocrática, transferiu claramente o conflito fundiário do Estado para os particulares e desmoralizou e desestabilizou a ainda que modesta ação do governo no sentido da reforma agrária.

Nesse esquema de debilitamento do Estado e de transferência da questão agrária para o âmbito privado, do confronto direto entre grupos sociais opostos, a questão deixou de ser social para se tornar uma questão policial. E assim vem sendo tratada.

Os incidentes envolvendo PMs e sem-terra nos últimos anos indicam que os trabalhadores rurais vitimados pelas políticas de modernização econômica foram deixados não só sem alternativas econômicas, como também sem alternativas sociais e políticas.

A radicalização é produto desse quadro. Indicam também que há um desencontro entre o governo e o Estado. As lealdades clientelistas ao poder local e às oligarquias transformam-se em deslealdades a diretrizes de governo.

É evidente que o coronel que comandou o ►massacre◀ agiu por conta própria, depois, aliás, de ter ido almoçar com os proprietários da fazenda cuja ocupação os sem-terra pedem.

O próprio ministro da Agricultura resignatário denunciou, no ano passado, sabotagem no Incra, concretamente a destruição de arquivos com listagens de candidatos a assentamentos.

O presidente do Supremo Tribunal Federal fala em favor da reforma agrária, mas os magistrados de província, muitas vezes capturados por lealdades ao poder local, dão liminares contra desapropriações baseadas na lei. E até determinam a ação da PM para fazer violenta reintegração de posse, como ocorreu no ►massacre◀ de Corumbiara.

Todos nos esquecemos da enorme margem de decisão pessoal de que dispõem, em nosso sistema político, juízes e policiais. Portanto, de certo modo, o governo tenta governar um Estado que está ocupado por agentes de interesses opostos aos seus propósitos.

Os sem-terra são, sem dúvida, os principais agentes de modernização do direito de propriedade e, por suas implicações, do nosso sistema político.

Eles retornam às grandes tradições políticas que criaram o mundo moderno, a partir do século 18, opondo a legitimidade de seus direitos sociais à legalidade iníqua que sustentam os interesses econômicos especulativos das oligarquias políticas.

E aí se constata que o governo modernizador não tem como aliados os próprios agentes da modernização do país.

José de Souza Martins, é professor associado de sociologia na USP, Fellow de Trinity Hall e professor titular da cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge, Inglaterra (1993-94). É autor de vários livros sobre a questão agrária no Brasil. O mais recente é "O Poder do Atraso", editora Hucitec, São Paulo, 1994.

►MST◀ quer a demissão de Jobim

22/04/96

Autor: ANTONIO CARLOS SEIDL

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: 1-5

Edição: Nacional Apr 22, 1996

Assuntos Principais: ►MST◀ /MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; INTERVENÇÃO FEDERAL; ►MASSACRE◀; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/

►MST◀ quer a demissão de Jobim

ANTONIO CARLOS SEIDL

da Reportagem Local

O presidente do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), João Pedro Stedile, vai pedir hoje, em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, intervenção federal no Pará e a demissão do ministro Nélson Jobim (Justiça).

Para o ►MST◀, Jobim é "co-responsável" pelo confronto entre sem-terra e a polícia do Pará, ocorrido na quarta-feira passada, quando 19 sem-terra morreram.

Na opinião dos sem-terra, o ministro Jobim também é responsável porque, após o ►massacre◀ de Corumbiara (RO), não encaminhou, conforme era de sua responsabilidade, diversos projetos de lei contra a violência no campo e os responsáveis estão impunes até

hoje.

Conclusões

De volta, ontem, de uma visita de dois dias à região de ▶Eldorado◀ de ▶Carajás◀, Stedile disse que o ▶MST◀ chegou a três conclusões:

1) O ▶massacre◀ foi planejado; 2) o governador Almir Gabriel é responsável direto, porque autorizou por telefone o coronel da PM, Mário Pantoja, a atacar os sem-terra, e 3) há necessidade imediata de que todos os oficiais e soldados sejam presos para garantir que o inquérito prossiga dentro da lei.

Denúncias

O advogado do ▶MST◀, Luiz Eduardo Greenhalgh, disse que, do ponto de vista jurídico, o movimento adotará três providências internacionais.

Vai fazer denúncias do ▶massacre◀ junto ao alto comissariado das Nações Unidas e na Comissão das Nações Unidas que trata das execuções sumárias e na comissão de direitos humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Greenhalgh disse que o ▶MST◀ vai iniciar um trabalho jurídico no país com a entrada nos tribunais de uma ação de responsabilidade civil contra o governo do Pará.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que o ▶massacre◀ mostra que a reforma agrária é a prioridade absoluta.

Exército retira 280 soldados

22/04/96

Autor: IRINEU MACHADO; ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: da Agência Folha, em ▶Eldorado◀ de ▶Carajás◀ e Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 22, 1996

Primeira: Chamada

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ▶MASSACRE◀; SEM-TERRA; ▶ELDORADO◀ DE ▶CARAJÁS◀ /PA/

Exército retira 280 soldados

da Agência Folha, em ▶Eldorado◀ de ▶Carajás◀ e Belém

O 52º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército de Marabá retirou na manhã de ontem 280 dos 360 soldados que haviam sido mandados para buscas e garantia de segurança na região do conflito com os sem-terra.

Os soldados voltaram a Marabá às 9h. Apenas um grupo permaneceu, com 80 homens. Segundo o tenente Simão (não quis dar o nome completo), um dos responsáveis, os outros soldados voltaram depois que as buscas concluíram que não havia mais corpos na região. Os soldados teriam vasculhado um raio de 20 km, entre as 8h e as 17h de sábado. O tenente disse que seu grupo permaneceria em ▶Eldorado◀ de ▶Carajás◀ "por tempo indeterminado", para fazer novas buscas conforme novas informações chegassem da Polícia Civil ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (▶MST◀).

Visita

Os oito sem-terra feridos se queixaram ontem ao governador Almir Gabriel (PSDB) que

estão sem contato com seus parentes.

Gabriel visitou os sem-terra pela manhã e determinou à área social do governo que localize as famílias.

A visita durou uma hora. Alguns relataram o conflito, outros pediram agilidade no processo de reforma agrária. Apesar de não ter havido hostilidades nem discussões, os sem-terra não gostaram da visita.

(IM e EM)

Líder morto aos 17 estudou e foi ator

22/04/96

Autor: FÁBIO ZANINI; IRINEU MACHADO

Origem do texto: Da Agência Folha; da Agência Folha, em Marabá

Editoria: BRASIL Página: 1-7

Edição: Nacional Apr 22, 1996

Legenda Foto: Cortejo de trabalhadores sem terra em Curionópolis carrega os caixões dos mortos no conflito com a PM

Crédito Foto: Juca Varella - 20.abr.96/Folha Imagem

Arte: QUADRO: QUEM É SEM-TERRA, SEGUNDO O ►MST◀

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: HISTÓRIAS DO PARÁ

Selo: ►MASSACRE◀ NO CAMPO

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/

Trajetórias dos envolvidos são parecidas

Líder morto aos 17 estudou e foi ator
da Agência Folha

Oziel Alves Pereira, 17, um dos 19 mortos no conflito com a Polícia Militar na última quarta-feira em ►Eldorado◀ dos ►Carajás◀ (PA), chegou à coordenação estadual do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em menos de dois anos.

"Perdemos uma das nossas mais promissoras lideranças", disse à Folha José Orlando Galvino, 30, outro líder do acampamento.

O ►MST◀ acusa a polícia, com base em depoimento de sem-terra envolvidos no confronto, de ter matado Pereira depois de ele já estar algemado.

Pereira tinha 15 anos quando se integrou ao movimento. A primeira invasão em que tomou parte ocorreu em junho de 1994, quando um grupo de trabalhadores sem-terra entrou numa área conhecida como Cinturão Verde, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, em Paraopebas (PA).

Pereira foi um dos organizadores da marcha que os sem-terra faziam a Marabá e era um dos líderes do acampamento na rodovia PA-150.

Posições firmes

"Ele era uma pessoa ponderada, mas de posições firmes. Juntou-se ao movimento por idealismo e conhecia bem os problemas da região", afirma Galvino.

Pereira nasceu no Mato Grosso e tinha três irmãs e dois irmãos. Chegou a Paraopebas em 1983, quando seus pais compraram uma casa na cidade.

Cursou até a quarta série do primeiro grau num colégio estadual da cidade, mas teve de largar os estudos para trabalhar na lavoura.

Em agosto do ano passado, Pereira foi enviado pelo ►MST◄ ao assentamento de Vila Diamante, em Vitória do Mearim (MA).

Com material escolar doado pelo governo do Estado e professores pagos pelos próprios assentados, fez um curso supletivo de seis meses, conseguindo certificado de conclusão do primeiro grau.

Ao retornar ao Pará, em dezembro, ganhou posição de destaque na direção do ►MST◄.

Passou a participar de reuniões onde era definida a estratégia do movimento e o calendário de ocupações.

No final de 95, Pereira participou de uma montagem teatral feita no acampamento dos sem-terra em homenagem aos 300 anos da morte do líder negro Zumbi.

Protagonizou o personagem-título e passou a ser chamado de Zumbi pelos companheiros. Sonho

Além de Oziel Pereira, identificado por um irmão, mais cinco sem-terra mortos foram reconhecidos por parentes. A maioria veio de Estados do Nordeste e migrou para o leste do Pará no final do ano passado, atraída pela possibilidade de receber um lote de terras. Raimundo Lopes, 20, conhecido por "Raimundo Parazinho", militava no ►MST◄ desde novembro.

Ele nasceu em Imperatriz (MA) e foi para a região do conflito quando houve a invasão da fazenda Macaxeira, em novembro. Era solteiro e trabalhava como borracheiro antes de se mudar para o acampamento sem-terra.

Também militante desde novembro de 95, José Alves da Silva, 25, de Açailândia (MA), era solteiro e trabalhava como lavrador.

Três dos identificados eram casados: Abílio Alves Rabelo, 45, Graciano de Souza, 46, e Joaquim Pereira Zera, 31.

Zera, casado havia nove anos, tinha três filhos. Nasceu em Alto João de Paiva (PI) e chegou a Curionópolis em 1969. Militava no ►MST◄ havia cinco meses.

Graciano Olímpio de Souza, 46, era garimpeiro e, segundo sua família, juntou-se aos trabalhadores sem-terra há cinco meses, deixando a mulher e sete filhos.

Sua mãe, Bernarda Simplício da Silva, 81, diz que ele era de Marabá e trabalhou durante dois anos com garimpo de ouro em Altamira.

(FÁBIO ZANINI)

Colaborou IRINEU MACHADO, da Agência Folha, em Marabá

FHC faz "intervenção branca" no Pará

21/04/96

Autor: RUI NOGUEIRA; REINALDO AZEVEDO

Origem do texto: Secretário de Redação da Sucursal de Brasília; Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 21, 1996

Legenda Foto: Caixões com corpos dos lavradores mortos no Pará, cobertos com a bandeira do Movimento dos Sem-Terra

Crédito Foto: Jorge Araujo/Folha Imagem

Arte: MAPA: CONHEÇA AS CIDADES COM ACAMPAMENTOS DO ►MST◄;

QUADRO: CHACINAS OCORRIDAS NO PARÁ; CONFLITOS SOB FHC

Primeira: Chamada

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: INVESTIGAÇÃO

Selo: TEMPO REAL ►MASSACRE◄ NO CAMPO

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►

ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Governo federal assume controle sobre as autópsias e envia tropas do Exército para procurar corpos

FHC faz "intervenção branca" no Pará

RUI NOGUEIRA

Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

REINALDO AZEVEDO

Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

O governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e do Exército, está promovendo uma "intervenção branca" na investigação do ►massacre◄ dos trabalhadores sem terra em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ (PA).

A intervenção federal é consentida _o próprio governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), está pedindo a ajuda da União.

A ausência do poder público estadual e municipal no traslado dos corpos de ►Eldorado◄ para Marabá e a forma como eles foram amontoados no porão do IML (Instituto Médico Legal) levaram o Ministério da Justiça a assumir os trabalhos de autópsia dos corpos.

Para apressar os trabalhos, José Gregori, chefe de Gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim, "arrebanhou" em Belém um perito e dois auxiliares que foram se juntar aos outros nove _três titulares e seis auxiliares_ que já trabalhavam em Marabá.

Os três foram colocados em um avião do governo federal e levados para Marabá. Eles tiveram de enfrentar a resistência dos legistas do Estado.

Autópsia

Para evitar que laudos da autópsia contenham erros de descrição e de análise, o Ministério da Justiça impôs a supervisão do perito Nelson Massini, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

O Palácio do Planalto teme que os erros nos laudos médicos possam ser posteriormente usados na defesa dos policiais responsabilizados pelo ►massacre◄.

O envio das tropas do Exército é outro ponto de intervenção federal. O governo estadual não consegue controlar a Polícia Militar, que, em sua maioria, trabalha nas horas de folga prestando serviços de segurança para os fazendeiros e madeireiros da região.

Os policiais agem nas operações a serviço do Estado como se estivessem apenas fazendo um "bico": eles não têm responsabilidade pública.

Militares

Foi esse perfil da Polícia Militar que levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a mobilizar os militares para fazer a varredura na região à procura de novos corpos, que as lideranças dos trabalhadores sem terra afirmam estar espalhados pela mata. Os sem-terra acusam ainda a PM de ter ocultado os corpos de crianças mortas.

Extra-oficialmente, os membros do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) afirmam que a maioria dos sem-terra foi morta com tiros de armas calibre 38.

Já há dois casos confirmados de mortos atingidos pelas costas. Pelo menos um trabalhador foi morto a golpes de foice.

A iniciativa de Fernando Henrique de se reunir com os chefes dos dois outros Poderes da República, na segunda-feira, às 17h, é outra demonstração de que o governo busca centralizar na esfera federal a resolução dos conflitos de terra.

O Ministério da Justiça convocará as lideranças dos trabalhadores sem terra para dizer que o ritmo da reforma agrária e da investigação dos conflitos têm de seguir o que Gregori chama de "farmacopéia democrática". Isso significa que o processo não depende só da vontade do Executivo.

José Gregori afirma ainda que, em conflitos como o que explodiu no Pará, na quarta-feira, "ninguém é anjo".

3.000 participam do enterro no Pará

21/04/96

Autor: IRINEU MACHADO

Origem do texto: Da Agência Folha, em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Paulistana Apr 21, 1996

Legenda Foto: Vicentinho ajuda a baixar um dos caixões dos sem-terra no cemitério de Curionópolis, onde participantes cantaram o Hino Nacional

Crédito Foto: Jorge Araújo/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: O SEPULTAMENTO

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

3.000 participam do enterro no Pará

Vicentinho ajuda na cerimônia

Da Agência Folha, em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄

Os corpos de 14 dos 19 sem-terra mortos foram enterrados ontem às 10h no cemitério Recanto da Paz, em Curionópolis (PA). Cerca de 3.000 pessoas acompanharam o transporte dos caixões do centro da cidade até o cemitério.

Os caixões foram levados em caminhada por parentes dos sem-terra, integrantes do ►MST◄ e políticos.

Um dos diretores do ►MST◄ anunciou o nome de cada uma das vítimas e a cada nome anunciado as pessoas no local gritavam "presente".

Entre os que acompanharam o enterro estavam o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e o presidente nacional do PT, José Dirceu.

Manifestantes levaram faixas ao local, acusando o Estado e a Polícia Militar de "assassinos". Várias pessoas pediam justiça. Parentes das vítimas evitaram dar declarações.

Minutos antes do enterro foi cantando o Hino Nacional. Dirceu disse que o PT vai exigir que os responsáveis pelo ►massacre◄ "sejam colocados imediatamente na cadeia". Ele disse que o partido vai formalizar um pedido de desarmamento da PM do Pará.

"Eles misturaram política à pistologia. Tem que desarmar essa PM daqui. A polícia local tem uma política assassina. Se não houver mudanças na legislação isso vai continuar acontecendo", afirmou.

Dirceu disse que ouviu vários comerciantes locais dando exemplos de corrupção na PM. Disse ainda que ouviu várias pessoas dizerem ter testemunhado o assassinato de Oziel Alves Pereira, 17, mas que têm medo de falar. Oziel foi enterrado em Paraopebas.

(IM)

►MST◄ faz lista de desaparecidos

21/04/96

Autor: GEORGE ALONSO; ESTANISLAU MARIA

Origem do texto: Do enviado especial a Belém (PA); da Agência Folha em Belém

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Paulistana Apr 21, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►

ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

►MST◄ faz lista de desaparecidos

GEORGE ALONSO

enviado especial a Belém (PA)

Apesar da "varredura" que o Exército deve fazer na área do conflito, os sem-terra decidiram fazer, a partir de amanhã, um levantamento dos desaparecidos. Há absoluta desconfiança em relação às apurações do ►massacre◄.

O ►MST◄ tem, segundo o dirigente Orlando Galvino, um cadastro com 2.996 pessoas que estavam no acampamento de Curionópolis.

Desse total, cerca de 1.800 estavam na "encruzilhada da morte" na rodovia. "Esse trabalho será rápido. Deve demorar três dias. Só não começamos hoje (ontem) porque o pessoal está envolvido com o ato de sepultamento", disse.

Armas usadas pela PM no confronto estão no Instituto de Criminalística de Belém para serem periciadas. Repete-se o procedimento tomado no ►massacre◄ de Corumbiara (RO), em 9 de agosto de 95, e que resultou em nada.

Vieram 28 fuzis, quatro metralhadoras, quatro submetralhadoras, quatro revólveres calibre 38 e um 32, além de dezenas de cartuchos deflagrados.

Pantoja

O advogado do coronel Mário Pantoja, Luciel Caxiado, disse ontem que o governo do Pará sabia do risco da operação. "Momentos antes da operação, Pantoja comunicou ao comando que aquilo era um barril de pólvora", disse. "Mesmo assim o comandante Lopes

insistiu na operação."

Colaborou ESTANISLAU MARIA, da Agência Folha, em Belém

FHC diz que governo não pode fazer tudo

20/04/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-4

Edição: São Paulo Apr 20, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: GOVERNO FHC; REFORMA AGRÁRIA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/; CONFLITO DE TERRA; SEM-TERRA; ►MASSACRE◄

FHC diz que governo não pode fazer tudo
da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse a um grupo de parlamentares que "é preciso repartir as tarefas, não só da reforma agrária quanto da apuração dos delitos." A afirmação foi feita pelo porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, depois do encontro, realizado no Palácio do Planalto.

Durante a reunião, o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), defendeu a formação de uma comissão suprapartidária para defender o assunto. Os parlamentares se dispuseram a criar uma "força tarefa" para acelerar a votação de projetos.

FHC disse ainda que "o Executivo não pode resolver tudo sozinho e que é preciso que haja um entendimento sincero entre os partidos" para resolver a questão.

Segundo Sergio Amaral, o presidente afirmou que "está disposto a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para pôr fim a essa situação de violência e impunidade".

Ele disse ainda que, se preciso, o governo vai repassar mais verbas, além da dotação orçamentária de R\$ 1,7 bilhão do Incra, para garantir o processo de reforma agrária e o assentamento de 60 mil famílias neste ano.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), porta-voz da comissão, disse que "está para ver que ele (FHC) faça isso com o mesmo vigor e rapidez com que tratou a questão do socorro aos bancos".

A comissão levou ao presidente seis fotos tiradas por um fotógrafo que teve acesso ao IML (Instituto Médico Legal) de Marabá, mostrando cadáveres de sem-terra.

FHC espalhou as fotos em sua mesa e ficou alguns instantes parado, observando-as. Ao final, exclamou: "Inaceitável!".

Ministro

O presidente afirmou aos parlamentares que "não tem compromisso com nome ou partido" para suceder Andrade Vieira no Ministério da Agricultura.

Suplicy sugeriu que o presidente acolhesse sugestões do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para o ministério, pois, segundo ele, tem de ser um nome "com sensibilidade para a reforma agrária".

O senador elogiou o nome do ex-presidente do Incra, Francisco Graziano, para ocupar o cargo.

Exército vai apurar assassinatos no Pará

20/04/96

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília; Do enviado especial a Curionópolis e ► Eldorado◀ de ►Carajás◀

Editoria: BRASIL Página: 1-5

Edição: Nacional Apr 20, 1996

Primeira: Chamada

Vinheta/Chapéu: INVESTIGAÇÃO

Selo: ►MASSACRE◀ NO CAMPO

Assuntos Principais: CONFLITO DE TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/;
►MASSACRE◀, SEM -TERRA; INVESTIGAÇÃO

Sem-terra dizem que mais três mortos foram achados e que PM teria desaparecido com corpos de crianças

Exército vai apurar assassinatos no Pará

da Sucursal de Brasília e

do enviado especial a Curionópolis e ►Eldorado◀ de ►Carajás◀

O Exército vai controlar todo o leste do Pará e investigar o confronto dos entre sem-terra e policiais militares. A decisão foi tomada ontem em uma reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com os ministros Zenildo de Lucena (Exército) e Nelson Jobim (Justiça).

Cerca de 700 soldados, da 23^a Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Marabá, vão patrulhar a área com a missão imediata de não permitir qualquer novo tipo de confronto. "A ordem é pacificar", disse a assessoria do Ccomsex (Centro de Comunicação Social do Exército).

O porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, afirmou que o Exército também vai fazer uma "varredura" na região do ►massacre◀ em Marabá (PA).

Segundo ele, a tropa vai auxiliar no levantamento de informações, na procura e localização de possíveis novas vítimas e no "esclarecimento do episódio".

A Folha apurou que o CIE (Centro de Informação do Exército) vai investigar o ►massacre◀ e fazer um relatório apontando quem exatamente começou o confronto.

Segundo o porta-voz, o trabalho do Exército foi acertado com o governador Almir Gabriel (PA). "Cabe ao governo federal tomar medidas que possam auxiliar na identificação dos fatos e das vítimas", disse Amaral.

PM sem autoridade

O governo decidiu usar as Forças Armadas por dois motivos. Primeiro: na avaliação do Ministério da Justiça, a PM paraense perdeu a autoridade junto à população, e não apenas aos sem-terra, e reforçou com o confronto e as mortes a fama de que só defende os fazendeiros.

Segundo motivo: o CIE acompanha há vários anos o conflito agrário no área do Bico do Papagaio e é quem vem abastecendo a Presidência com informações.

Na manhã de anteontem, quando o governo se deu conta da gravidade do confronto entre a PM e os sem-terra, a primeira providência do Planalto foi enviar o chefe da Casa Militar, o general Alberto Cardoso, para a área.

Os comandos militares do Sudeste (sede em São Paulo) e do Sul (sede em Porto Alegre) também estão em alerta para uma mobilização eventual para conter os movimentos dos sem-terra nos Estados de São Paulo e Paraná.

Sobreviventes

Ontem, sobreviventes do ►massacre◄ de ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ afirmaram ter encontrado mais três corpos de homens perto da rodovia PA-150, que liga ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ a Marabá, no leste do Pará.

Na conta do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), os corpos encontrados chegam a 26.

A PM (Polícia Militar) e o hospital de Curionópolis não confirmaram a informação. Continuam a divulgar o número oficial, que é 19.

Em assembleia realizada pela manhã, os sem-terra decidiram montar grupos de busca para tentar encontrar outros supostos feridos e mortos que estariam na mata próxima à rodovia. Foram criados dez grupos de cinco pessoas.

Mulheres e crianças

"Tem muita gente morta que ainda não foi encontrada, inclusive mulheres e crianças. É impossível que tiros de metralhadoras só tenha atingido os homens", afirma Maurílio da Silva Soares, 24, uma das lideranças do movimento.

A sem-terra Rita de Cássia afirma que viu policiais militares levar corpos de cinco crianças em uma camionete roxa, logo após o confronto, na última quarta-feira.

"Os PMs invadiram meu barraco, tiraram a lona preta e usaram para enrolar os corpos", disse.

A Folha não conseguiu localizar ontem o major José Maria Pereira de Oliveira, o único autorizado a falar sobre a operação.

Até o fechamento desta edição, um grupo de cerca de mil sem-terra aguardavam em Curionópolis a chegada dos 19 corpos, vindos de Marabá, a 150 km de distância, onde foi feita a necropsia.

O clima no local do ►massacre◄ ainda era tenso ontem. Vários feridos que haviam fugido correndo pelo mato voltaram ao local do confronto.

O sem-terra José Francisco de Souza encontrou ontem de manhã sua filha Tieles de Souza, 10, a uma distância de 10 km do local.

Ele disse, chorando, que pensou que a filha estivesse morta. A menina estava exausta e assustada.

Perfil dos mortos

20/04/96

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 20, 1996

Arte: QUADRO: PERFIL DOS MORTOS

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CONFLITO DE TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/; VIOLÊNCIA; ►MASSACRE◀; SEM -TERRA

Perfil dos mortos*

- Oziel Alves Pereira, 17, o "Zumbi", solteiro, mato-grossense. Era um dos líderes da marcha e integrava a coordenação estadual do ►MST◀. Militava no movimento desde junho de 1994. Os pais, três irmãos e dois irmãos moram em Paraopebas (PA)

- Raimundo Lopes, 20, o "Raimundo Parazinho", solteiro, natural de Imperatriz (MA). Borracheiro. Integrou-se ao ►MST◀ no acampamento da fazenda Macaxeira, em novembro

- José Alves da Silva, 25, casado, natural de Açailândia (MA). Lavrador. Integrou-se ao ►MST◀ no acampamento da fazenda Macaxeira, em novembro

- Graciliano de Souza, 46, casado, seis filhos, natural de Marabá (PA). Lavrador. Militava no ►MST◀ havia cinco meses.

- Abílio Alves Rabelo, 45, casado, lavrador.

- Joaquim Pereira Zera, 31, casado há nove anos, três filhos. Natural de Alto João de Paiva (PI). Lavrador. Chegou a Curionópolis em 1969 e militava no ►MST◀ havia cinco meses.

Advogado responsabiliza União

20/04/96

Origem do texto: Do enviado especial a Curionópolis

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 20, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/; CONFLITO DE TERRA; SEM-TERRA; ►MASSACRE◀; ►MST◀

ERRAMOS: 22/04/96

O nome do advogado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Luiz Eduardo Greenhalgh, foi grafado incorretamente à pág. 1-10 (Brasil) de 20/4. ERRAMOS

Advogado responsabiliza União

do enviado especial a Curionópolis

O advogado do ►MST◀ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), José Eduardo Greenhalgh, disse ontem que irá entrar com uma ação de responsabilidade civil contra a União e governo do Pará.

"A responsabilidade é partilhada entre os governos federal e estadual", afirmou o advogado, após visita ao local do ►massacre◀. Emocionado, Greenhalgh ouviu relatos das mortes feitos pelos sem-terra.

O presidente nacional do PT, José Dirceu, que também esteve ontem em ►Eldorado◀ de ►Carajás◀, acusou o governo FHC pelo ►massacre◀. "Isso é pistolagem oficial do governo federal", disse.

Acompanhado de uma comitiva de cinco senadores e oito deputados federais e estaduais, Dirceu discursou pela manhã para um grupo de sem-terra que permanecia junto à rodovia PA-150, onde aconteceu o confronto com a PM.

"Vocês queriam terra, olhe o que o governo deu a vocês", disse ele, mostrando cartuchos recolhidos junto às margens da estrada.

Dirceu disse que o PT não está usando o conflito para se promover. "Não tem exploração política, tem solidariedade." Segundo ele, "onde tiver uma bandeira do ►MST◀, vai ter um petista".

Dirceu afirmou que "é uma ilusão pensar que o movimento pela terra vai se abalar pelo ►massacre◀".

Ele desafiou o governo a apoiar mudança na legislação. "Já que o governo tem maioria no Congresso, por que não trabalha para mudar as leis e favorecer quem quer de fato trabalhar na terra?"

Sem terra do RS param via

20/04/96

Origem do texto: Da Agência Folha em Porto Alegre

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Apr 20, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CONFLITO DE TERRA; SEM-TERRA; ►MASSACRE◀; PROTESTO; RIO GRANDE DO SUL; MANIFESTAÇÃO PÚBLICA

Sem-terra do RS param via

da Agência Folha, em Porto Alegre Agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul bloquearam ontem duas rodovias no Estado. Os bloqueios foram em protesto ao ►massacre◀ dos sem-terra em ►Eldorado◀ de ►Carajás◀ (PA).

Cerca de mil sem-terra, segundo o ►MST◀, bloquearam a BR-158, das 16h às 17h30, em Júlio de Castilhos (394 km a noroeste de Porto Alegre). A Polícia Rodoviária não estimou o número de participantes.

A BR-116, em Camaquã (126 km ao sul de Porto Alegre), foi bloqueada por cerca de 800 sem-terra, das 16h30 às 17h30, conforme a Polícia Rodoviária Federal.

Nos dois locais formaram-se filas de carros de mais de 5 km.

Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega

19/04/96

Autor: LUCAS FIGUEIREDO; ABNOR GONDIM
Origem do texto: Enviados especiais a ►Eldorado◀ de ►Carajás◀ (PA)
Editoria: BRASIL Página: 1-4
Edição: Nacional Apr 19, 1996
Legenda Foto: Corpos dos trabalhadores rurais sem terra mortos no confronto com a Polícia Militar no interior do Instituto Médico Legal de Marabá (PA)
Crédito Foto: Jorge Araujo/Folha Imagem
Primeira: Chamada
Observações: COM SUB-RETRANCA
Vinheta/Chapéu: AUTÓPSIA
Selo: ►MASSACRE◀ NO CAMPO
Assuntos Principais: VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/

'Vários deles tinham tiros pelas costas', diz cirurgião de Curionópolis

Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega

LUCAS FIGUEIREDO

ABNOR GONDIM

enviados especiais a ►Eldorado◀ de ►Carajás◀ (PA)

Os corpos dos 19 sem-terrás mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em ►Eldorado◀ de ►Carajás◀, no Pará, apresentam indícios de assassinato.

A afirmação foi feita à Folha pelo cirurgião Orlando de Medeiros, um dos primeiros médicos do hospital municipal de Curionópolis (Pará) a ver os corpos entregues pela PM envoltos em lona.

"Vários deles tinham tiros pelas costas e um teve a frente da testa sacada por um tiro disparado à altura da nuca", disse o médico.

O médico Vinicius Tassis disse que os 19 corpos tinham uma média de três a quatro tiros. O comandante da PM que participou da operação, major José Maria Oliveira, 41, negou o assassinato e afirmou que "houve fogo cruzado e correria". Segundo ele, "os sem-terra receberam balas de seus próprios companheiros".

A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto. Uma menina, de idade não revelada, foi encontrada ontem morta em um riacho próximo ao local do confronto. A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha.

Os sem-terra, porém, afirmam que ela estava no local do confronto e se afogou durante a fuga.

Mortos

O número oficial das vítimas entre os sem-terra é de 19 mortos e 45 feridos (41 sem-terra e 4 policiais). Onze feridos foram transportados para Belém para retirada de balas, três deles em estado grave. Entre eles, Rubenita Silva, que levou três balas no corpo.

Um dos policiais feridos seria um sargento que está em estado grave, segundo o major Oliveira.

Na terça-feira, os sem-terra interditaram a rodovia PA-150, que liga ►Eldorado◀ de ►Carajás◀ a Belém. Segundo o ►MST◀, havia 2.500 pessoas. A PM aponta 800 sem-terra. Eles queriam uma negociação direta com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária) para desapropriação da Fazenda Macaxeira, que fica a 12 km de ▶ Eldorado◀ de ▶Carajás◀, onde parte do grupo estava acampada. Na negociação, os sem-terra aceitaram retirar a barreira, dando prazo até 11h de anteontem. Eles exigiam dez toneladas de alimentos, 50 ônibus para levá-los até Marabá e outros cinco ônibus que seguiriam até Belém, onde tentariam falar com representantes do Incra e do governo estadual.

Às 12h, o grupo voltou a interditar a rodovia, depois de receber recado de que as exigências não seriam cumpridas. Por volta das 16h, um grupo de cerca de 160 policiais militares chegou ao local.

Pela primeira apuração da Polícia Federal, a PM foi enviada ao local sem qualquer plano prévio.

Direitos humanos

Dois membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Humberto Espínola e Percílio Neto, encontraram os corpos dos mortos jogados em três salas no porão do prédio do Instituto Médico Legal de Marabá.

O ▶massacre◀ mudou a agenda de Alison Sutton, da Anistia Internacional, que chegou ao Brasil ontem. Alison cancelou todos os seus compromissos e embarcou à noite para Marabá.

Mortos têm deformações e várias perfurações a bala

19/04/96

Autor: IRINEU MACHADO

Origem do texto: Da Agência Folha, em Marabá

Editoria: BRASIL Página: 1-5

Edição: Nacional Apr 19, 1996

Legenda Foto: José Carlos Moreira dos Santos, 17, que levou um tiro no olho direito durante a batalha campal e diz ter sido humilhado pelos policiais militares

Crédito Foto: Jorge Araújo/Folha Imagem

Arte: ILUSTRAÇÃO: O PALCO DA BATALHA

Primeira: Chamada

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: VÍTIMAS FATAIS

Selo: ▶MASSACRE◀ NO CAMPO

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA POLICIAL; ▶MASSACRE◀; SEM-TERRA; ▶ELDORADO◀ DE ▶CARAJÁS◀ /PA/

Exposição de corpos no IML atrai curiosos em Marabá

Mortos têm deformações e várias perfurações a bala

IRINEU MACHADO

da Agência Folha, em Marabá

Os corpos das vítimas do confronto entre sem-terra e a polícia do Pará apresentam deformações e várias perfurações de bala. A Agência Folha teve acesso às duas salas do

Instituto Médico Legal de Marabá, para onde os sem-terra mortos foram levados. Uma das vítimas estava com a parte de cima da cabeça totalmente deformada, como se tivesse sido esmagada.

Entre os outros corpos, espalhados pelo chão das duas salas que estavam fechadas com uma grade de ferro, podiam-se ver perfurações de balas no meio da testa, na barriga e na boca de alguns deles.

Um dos corpos estava com o certificado de reservista aberto sobre o peito. O documento estava em nome de Lourival Costa.

A maioria das vítimas aparentava ter mais de 30 anos. Pelo menos dois aparentavam ter mais de 50 anos.

Os corpos ficaram expostos nas salas por mais de duas horas. Filas de curiosos, inclusive crianças, se formaram para vê-los.

A maioria dos curiosos era de moradores das vizinhanças do bairro de onde fica o IML, o Nova Marabá.

Transferência

Integrantes da Polícia Técnica também estiveram no local para averiguar os corpos. Depois da averiguação, os corpos seriam colocados em caixões e transferidos para o município vizinho de Curionópolis.

O conflito foi o comentário de ontem na cidade. Membros de associação de bairro, reunidos no pátio do IML, clamavam por pedidos de Justiça e punição aos autores responsáveis pelo ►massacre◀.

"Os sem-terra são seres humanos como nós, os culpados por isso devem pagar", gritava uma mulher.

Ao seu lado, outra dizia que as pessoas no local tinham medo de dar informações porque temiam represálias da polícia.

Apoio ao ►MST◀

Nenhuma das duas quis se identificar e afirmaram que não participavam do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, mas o apoavam.

"Isso é o que recebem os trabalhadores que querem lutar pelos seus direitos", afirmou Maria da Luz Pereira, 38, moradora de um bairro da periferia de Marabá.

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos

19/04/96

Autor: IRINEU MACHADO
Origem do texto: Da Agência Folha, em Marabá
Editoria: BRASIL Página: 1-6
Edição: Nacional Apr 19, 1996
Arte: QUADRO: QUEM É SEM-TERRA, SEGUNDO O ►MST◀
Primeira: Chamada
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta/Chapéu: AS VÍTIMAS
Selo: ►MASSACRE◀ NO CAMPO
Assuntos Principais: VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/

Segundo os sem-terra, para não serem identificados, PMs os forçavam a ficar com rostos virados para o chão

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos

IRINEU MACHADO

da Agência Folha, em Marabá

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa.

A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá.

José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos.

"Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam", relatou o sem-terra ferido.

Segundo Moreira Santos, os policiais "pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada".

Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11 tiros em suas pernas, "feitos numa rajada só", segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que "depois do ►massacre◀, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estávamos escondidos no mato".

Sete dos dez feridos da Unidade Mista de Saúde de Marabá aguardavam transferência para hospitais de Belém.

Outros seis sem-terra feridos foram levados para o Hospital Celina Gonçalves, que tinha também dois policiais internados.

Cronologia da invasão

19/04/96

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: Nacional Apr 19, 1996

Arte: QUADRO: CRONOLOGIA DA INVASÃO

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; ►ELDORADO◀ DE ►CARAJÁS◀ /PA/; HISTÓRICO

Cronologia da invasão

- maio.94 _ Um grupo de trabalhadores ligados ao ►MST◀ invade a fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Eles querem a desapropriação da Rio Branco e da Macaxeira, fazenda vizinha

- outubro.95 _ Depois de um ano e meio, o Incra compra a fazenda Rio Branco e começa

- a assentar 850 famílias. No mesmo mês, as lideranças do ►MST◄ no Pará começam a cadastrar trabalhadores para participar do movimento e das invasões.
- 8.nov.95 _ Cerca de 3.500 sem-terra invadem o Centro Agropastoril da Prefeitura de Curionópolis
 - 29.dez.95 _ Cerca de mil trabalhadores ocupam a pista da PA-275. Depois de oito horas de interdição, eles liberam a estrada
 - 1.mar.96 _ Aproximadamente 500 integrantes do ►MST◄ ameaçam invadir o complexo Macaxeira. A Polícia Militar informa que a situação está cada vez mais tensa
 - 3.mar.96 _ O governo do Pará define um prazo até junho para resolver o problema da Macaxeira
 - 5.mar.96 _ Às 5h, os sem-terra iniciam a invasão da Macaxeira. Muitos se instalam no km 18 da rodovia PA-275
 - 6.mar.96 _ É firmada uma trégua de 30 dias entre o governo do Estado e os invasores. O governo se compromete a negociar junto ao Incra o assentamento dos sem-terra
 - 11.mar.96 _ O governo envia ao acampamento dos sem-terra na Macaxeira 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios
 - 15.mar.96 _ A Human Rights Watch, uma das mais importantes organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos, solicita ao governo do Pará providências para evitar o conflito armado na Macaxeira
 - 28.mar.96 _ Mais de 40 fazendeiros de Marabá e região vão a Belém para pedir ao governo providências contra as invasões
 - 8.abr.96 _ Começa caminhada dos sem-terra de Curionópolis rumo a Belém.
 - 11.abr.96 _ Cerca de 1.200 sem-terra interditam a PA-275 ainda em Curionópolis e saqueiam um caminhão com 16 toneladas de alimentos
 - 15.abr.96 _ Marcha dos sem-terra completa 40 km e chega a ►Eldorado◄ de ►Carajás◄
 - 16.abr.96 _ Os sem-terra caminham rumo a Marabá e interditam a PA-150 (principal rodovia de ligação do sul do Estado a Belém). São enviados cerca de 200 PMs para o local
 - 17.abr.96 _ Governo do Estado ordena que a PM retire os sem-terra da estrada. Os dois grupos entram em confronto. Pelo menos 23 pessoas morrem no tiroteio

Pará é recordista em crimes no campo

19/04/96

Autor: ARI CIPOLA

Origem do texto: Da Agência Folha, em Maceió

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional Apr 19, 1996

Legenda Foto: Grupo de trabalhadores sem terra no local em que houve o confronto com a Polícia Militar, no Pará

Crédito Foto: Juca Varella/Folha Imagem

Arte: MAPA: CONHEÇA AS CIDADES COM ÁREAS OCUPADAS PELO ►MST◄

Primeira: Chamada

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: VIOLÊNCIA

Selo: ►MASSACRE◀ NO CAMPO

Assuntos Principais: ►MASSACRE◀; SEM-TERRA; CONFLITO DE TERRA; PARÁ

Relatório da Comissão Pastoral da Terra afirma que 87 pessoas morreram no Estado em chacinas desde 79

Pará é recordista em crimes no campo

ARI CIPOLA

da Agência Folha, em Maceió

As mortes ocorridas anteontem no sul do Pará consolidam o Estado na condição de recordista brasileiro em assassinatos no campo, segundo relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada à ala progressista da Igreja Católica.

O Pará contabiliza ainda as maiores chacinas do campo na história do país em número de mortos num único confronto.

Em 29 dezembro de 1987, 30 pessoas foram mortas, segundo a CPT, em Serra Pelada, no município de Paraopebas. O relatório da CPT diz ainda que 133 pessoas são consideradas desaparecidas em consequência do conflito.

O conflito em Serra Pelada aconteceu depois que o então governador do Pará Hélio Gueiros determinou que 360 policiais militares cercassem os dois lados da ponte sobre o rio Tocantins, bloqueada por 1.500 garimpeiros.

Depois de cercar os garimpeiros, a polícia começou a disparar.

A chacina de anteontem foi a 12ª ocorrida no Pará, segundo a CPT, que catalogou 32 chacinas no país de 1979 a agosto do ano passado.

A CPT considera chacina o assassinato de três ou mais pessoas que estejam no mesmo local e hora.

Morreram 197 pessoas nas 32 chacinas no país anteriores à de anteontem. Só no Pará, foram 68 _número que sobe para 87 com o conflito de ►Eldorado◀.

Poder paralelo

Pelo balanço feito pela CPT, o Estado que mais se aproxima do Pará em assassinatos no campo é o Mato Grosso. De 79 a agosto de 95, foram registradas no Estado seis chacinas, com 24 mortos.

O secretário-executivo da CPT, Írio Luiz Conti, afirmou à Agência Folha, ao analisar os motivos do conflito de anteontem, que, além da origem histórica de concentração de terras, o governo do Pará enfrenta problemas para comandar a Polícia Militar.

"A PM do Pará é um poder paralelo no Estado que está sempre contra os interesses dos trabalhadores rurais", afirmou Conti.

Em nota divulgada ontem, a CPT "repudia o ►massacre◀ de ►Eldorado◀ de ►Carajás◀" e responsabiliza o comando da PM, o governador Almir Gabriel (PSDB) e o governo federal pelas mortes.

"A CPT entende que o governo federal também é responsável pelo ►massacre◀, porque criou expectativas não realizadas em relação à reforma agrária", diz a nota.

Ainda na nota o ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, é acusado de ter "sucateado" o Incra (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária).

►MST◀ diz que há "política de extermínio"

19/04/96

Autor: GEORGE ALONSO

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: 1-8

Edição: Nacional Apr 19, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: ►MST◄; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; PARÁ; GOVERNO ESTADUAL; GOVERNO FHC; DEMISSÃO; MINISTRO

►MST◄ diz que há "política de extermínio"

GEORGE ALONSO

da Reportagem Local

A direção nacional do ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) considera que está ocorrendo "uma política oficial de extermínio" e responsabiliza o governo do Pará, Almir Gabriel (PSDB), e o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela tragédia no Pará.

A entidade pediu ontem, em nota oficial, a demissão dos ministros da Agricultura, Andrade Vieira, e da Justiça, Nelson Jobim.

"Jobim se comprometeu a agilizar no Congresso a lei do rito sumário de desapropriação e a lei que impede que dadas liminares de despejo em 24 horas, mas nada fez. É um incompetente", disse João Pedro Stedile, líder e maior estrategista do ►MST◄.

Em relação à Vieira, a irritação é ainda maior. Ele é considerado o inimigo nº 1 da reforma agrária.

Os sem-terra atacaram dois outros governos estaduais do PSDB, citando os confrontos com a PM em Belo Horizonte e em Fortaleza durante a marchas às capitais, realizada em 8 de abril em 17 Estados.

"Há mais mortos"

Para o ►MST◄, a Polícia Militar escondeu cadáveres do ►massacre◄. Segundo os sem-terra, houve um blecaute em ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ após o ►massacre◄. Nesse instante, segundo o ►MST◄, duas camionetas D-20, carregadas com corpos, foram vistas deixando a rodovia.

"A polícia chegou em dois grupos, um de cada lado, com metralhadoras e prensaram as famílias. É claro que houve reação. Ninguém é sapo para morrer em pata de boi. Uma polícia que chega com metralhadora não quer desobstruir estrada", afirmou Stedile.

Gilmar Mauro, dirigente do ►MST◄, afirmou que um líder da entidade (Osiel Alves Pereira, 18), foi sequestrado no hospital de Marabá e morto com dois tiros.

Os números da tragédia, segundo o ►MST◄, são os seguintes: 25 mortos (19 no IML de Marabá e seis em Curionópolis), três presos e 500 desaparecidos.

Segundo o ►MST◄, hoje há 37.573 famílias em 168 acampamentos em todo o país. Em 39 desses acampamentos, há risco de conflito, segundo a entidade. Documento do próprio Incra aponta que no fim de 1995 existiam 22.089 famílias acampadas e que agora há 31.049.

Incra acusa "política" do ►MST◄

19/04/96

Autor: HELCIO ZOLINI

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-9

Edição: Nacional Apr 19, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Incra acusa "política" do ►MST◄
da Sucursal de Brasília

O presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Raul do Valle, acusou o ►MST◄ de se aproveitar da luta pela terra para fazer política.

Disse que o ►massacre◄ de colonos ocorrido na quarta-feira no Pará não é um caso isolado.

Segundo ele, existem outras áreas de conflitos, que podem explodir a qualquer momento. Ele citou os Estados do Mato Grosso, Paraná, Sergipe e Pernambuco.

Valle disse que o Incra não pode ser responsabilizado pelas mortes.

Segundo ele, houve um "excesso de zelo" da PM e uma "precipitação" dos colonos, "que usam a luta pela terra para fazer política".

"Lamento, deploro profundamente que essa tragédia tenha ocorrido no transcurso de um processo que vem sendo negociado. O Incra está isento de responsabilidade porque estava cumprindo um cronograma que está em andamento", disse.

A prova

Segundo Valle, a "prova" do andamento do programa é a reunião que ocorreria ontem, em Marabá, entre o Incra e os líderes do ►MST◄.

Valle disse que não houve lentidão por parte do Incra em tentar solucionar o problema na região.

Afirmou que o Incra está desenvolvendo o processo de aquisição da fazenda Macaxeira, que os sem-terra passaram a reivindicar depois que o órgão comprou, no mês passado, outra fazenda, a Rio Branco (também na região de Marabá).

(HELCIO ZOLINI)

Ministro culpa trabalhadores

19/04/96

Autor: ANA MARIA MANDIM; HELCIO ZOLINI

Origem do texto: Da enviada especial a Brasília; Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-9

Edição: Nacional Apr 19, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: VIOLÊNCIA POLICIAL; ►MASSACRE◄; SEM-TERRA; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

Ministro culpa trabalhadores
da enviada especial a Brasília e da Sucursal de Brasília
O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará. Ele se disse "surpreso" com o incidente.
"Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do governo do Estado agiu para liberar a estrada", afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.
Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. "Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada."
Vieira disse que determinou ao presidente do Incra, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes.
"A questão de natureza policial é afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura."
Andrade Vieira afirmou que as pessoas que estavam na estrada eram um "aglomerado que surgiu recentemente". Segundo ele, "nem era um acampamento".
O ministro disse que o Incra já deu solução para uma situação antiga que existia na região.
"Cada vez que o Incra resolve o problema de um acampamento, surge outro", acrescentou.
Segundo ele, existe um acordo do Incra com o ►MST◄ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido "na íntegra" pelo governo.
(Ana Maria Mandim e Helcio Zolini)

Confronto mata pelo menos 19 no Pará

18/04/96

Autor: WAGNER OLIVEIRA; FÁBIO ZANINI
Origem do texto: Da Agência Folha
Editoria: BRASIL Página: 1-8
Edição: São Paulo Apr 18, 1996
Arte: MAPA: ONDE FOI
Primeira: Chamada
Vinheta/Chapéu: SEM-TERRA
Assuntos Principais: POLÍCIA MILITAR; SEM-TERRA; ►MASSACRE◄; ►ELDORADO◄ DE ►CARAJÁS◄ /PA/

ERRAMOS: 19/04/96

Diferentemente do que foi informado em parte dos exemplares de ontem na Primeira Página e na pág. 1-8 (Brasil), ►Eldorado◄ de ►Carajás◄ fica no leste do Pará.

ERRAMOS

Conflito aconteceu quando policiais militares tentavam liberar rodovia ocupada por trabalhadores

Confronto mata pelo menos 19 no Pará

WAGNER OLIVEIRA

FÁBIO ZANINI

Da Agência Folha

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de ►Eldorado◀ de ►Carajás◀ (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45.

A direção estadual do ►MST◀ (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60.

"Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente", disse o médico Faisal Saemem, do hospital.

O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, "o quadro é assustador".

Até disso que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia. Vítimas fatais

"Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual do ►MST◀ no Pará.

Câmara afirmou que os primeiros socorros foram prestados em ►Eldorado◀ de ►Carajás◀. Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá _distante 80 quilômetros de onde ocorreu o conflito.

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o ►MST◀.

Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O ►MST◀ afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou.

Caminhada

Os sem-terra estavam em caminhada para Marabá. Eles saíram há dois dias do município de Curionópolis, onde reivindicam a desapropriação da fazenda Macaxeira.

Hoje, eles teriam em Marabá encontro com o superintendente estadual do Incra, Valter Cardoso, que daria uma posição sobre o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira.

A interdição da estrada começou anteontem. Os sem-terra pararam no km 100, a oito quilômetros de ►Eldorado◀ do ►Carajás◀. Após negociação com a PM, eles acamparam no acostamento.

No início da tarde de ontem, voltaram a ocupar a rodovia e reivindicar 50 ônibus para transportá-los até Marabá. Pediram, segundo a polícia, dez toneladas de alimentos.

Câmara afirmou que o governo não podia tolerar o bloqueio da PA-150, que é a principal ligação do sul do Estado com Belém.

Câmara afirmou que o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira já dura um ano e quatro meses e que está em fase final de aprovação no Incra, em Brasília, para desapropriação da área.

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, segunda, 3 de fevereiro de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

Marcha do MST irá a Brasília

no Pontal do Paranapanema

Além das invasões, o MST programa marcar presença neste ano com uma marcha que deve durar dois meses, em direção a Brasília.

A marcha terá por objetivo protestar, entre outros pontos, contra a emenda que concede ao presidente da República o direito de disputar a reeleição.

A caminhada deve sair de diversos pontos dos Estados do Pará, Bahia, Goiás e Roraima e do Pontal do Paranapanema (SP). Espera-se que cerca de mil pessoas iniciem a marcha de cada ponto.

Aos sem-terra do Pontal devem se juntar outros do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

A idéia é reunir 100 mil pessoas em um ato em frente ao Palácio do Planalto, para pedir reforma agrária e protestar contra a violência no campo, as privatizações e a reeleição para presidente.

O programa prevê chegada a Brasília em 17 de abril, data em que se celebra o primeiro aniversário do massacre de 19 posseiros em Eldorado dos Carajás (PA).

Uma das coordenadoras da caminhada, Diolinda Alves de Souza, diz que o protesto não vai interferir no processo de invasões.

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, quinta, 20 de fevereiro de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Trabalhadores rurais recebem alimentos e abrigo

Prefeituras do PSDB e PTB dão apoio à marcha dos sem-terra

FRANCISCO CÂMPERA

free-lance para **Folha**

Prefeitos do PSDB e PTB estão dando apoio à marcha de 1.000 km dos sem-terra, de São Paulo e Brasília, organizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Cerca de 600 sem-terra saíram de São Paulo no dia 17 de fevereiro. A marcha vai durar dois meses, em protesto contra a política de reforma agrária do governo.

Os sem-terra também querem a punição dos responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará.

Apesar de ser do partido do presidente Fernando Henrique, Miguel Haddad (PSDB), prefeito de Jundiaí (60 km a noroeste de São Paulo), uma das cidades do trajeto, disse que a política agrária do governo ``é insatisfatória'' e responsabiliza os ``200 deputados da bancada ruralista no Congresso''.

Haddad cedeu, ontem, o paço municipal da cidade para os sem-terra dormirem e doou alimentos. Anteontem, os sem-terra dormiram no ginásio municipal de Cajamar, a 25 km de São Paulo.

O prefeito de Cajamar, Antonio Ribas (PTB), defende a reforma agrária com ``bom senso''.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sexta, 21 de fevereiro de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Motorista investe contra grupo

LUIS HENRIQUE AMARAL

enviado especial a Vinhedo

Aconteceu ontem o primeiro incidente na caminhada de 600 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de São Paulo a Brasília.

Um motorista que passava ao lado dos manifestantes jogou o carro contra a fila e quase atropelou uma pessoa. O motorista fugiu em alta velocidade.

Os dois carros da Polícia Rodoviária Estadual que acompanham a marcha foram até o local com as sirenes ligadas, mas não encontraram o carro. Não foram anotadas as placas ou o modelo.

Ontem, os sem-terra foram de Jundiaí a Vinhedo, distantes cerca de 25 km. Em média, eles estão caminhando 5 km por hora. Param a cada duas horas para descansar.

O incidente aconteceu na entrada de Vinhedo, às 14h30. Os dois carros de som da manifestação foram usados para pedir calma aos sem-terra, mas boa parte deles deixou a fila e correu para o local pelo meio da estrada.

A manifestação causou ontem de manhã um congestionamento de 7 km na rodovia Anhanguera. Ela tem apenas duas faixas por sentido, e os sem-terra ocupavam uma faixa e o acostamento. Apesar do transtorno, poucos motoristas xingavam os manifestantes.

A caminhada começou dia 17, em São Paulo, e deverá chegar a Brasília em dois meses. O objetivo é protestar contra a demora na reforma agrária e a impunidade dos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sexta, 28 de fevereiro de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

CNBB reforça apoio a trabalhadores rurais e prepara recepção à marcha dos sem-terra em Brasília

D. Lucas rebate críticas de FHC a padres

ABNOR GONDIM

da Sucursal de Brasília

A Igreja Católica irá mobilizar cerca de 500 pessoas de entidades e escolas religiosas de Brasília para receber os sem-terra que participam da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) decidiu nesta semana reforçar o apoio aos sem-terra e rebater crítica feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à atuação dos padres que apóiam a luta pela reforma agrária. Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) visitaram ontem o presidente da CNBB, d. Lucas Moreira Mendes, para agradecer o apoio da igreja à entidade. A marcha dos sem-terra deve chegar a Brasília no próximo dia 17 de abril, quando será completado um ano do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (leste do Pará) pela Polícia Militar.

Entidades católicas estão programando uma vigília religiosa com os sem-terra. Alunos das escolas religiosas da cidade serão convidados para conhecer a situação das crianças dos acampamentos.

A resposta à crítica de FHC foi defendida pelo arcebispo-auxiliar de São Paulo, d. Angélico Bernardino, em reunião dos 12 arcebispos da Comissão Episcopal de Pastoral da entidade.

Em entrevista à Rede Bandeirantes, no dia 14, FHC disse que se queixou durante a visita ao papa João Paulo 2º da atuação de padres que defendem a reforma agrária.

"Eles (os padres) podem ter boa-fé, mas se excedem e não sabem ver a diferença entre um governo que quer melhorar e outro que é fechado ao clamor social", disse então o presidente.

Segundo d. Lucas Moreira Neves, "a CNBB não pode aceitar esse tipo de crítica".

``Pareceu-me inconveniente que a crítica tenha surgido no contexto de um relato sobre sua visita ao papa. Ficou parecendo que a crítica partiu do papa, e isso eu tenho a certeza moral de que não houve'', disse d. Lucas.

O porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, disse ontem que FHC não não fez crítica a qualquer padre. "Ele disse que um ou outro membro da igreja, diante da indignação, possa ter exagerado nas ações", disse Amaral.

A CNBB quer a participação do MST no fórum de debates sobre a reforma agrária articulado pelo ministro Raul Jungmann junto a entidades não-governamentais.

Mas o líder do MST João Pedro Stédile disse que não quer participar. ``Se o presidente e o ministro fossem católicos, deixariam de dizer tantas mentiras sobre a reforma agrária'', afirmou.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sábado, 1 de março de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Porta-voz afirma que presidente não condena apoio da CNBB à marcha dos trabalhadores rurais

FHC critica violência da UDR e de sem-terra

da Sucursal de Brasília

O porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, afirmou ontem que o governo não condena o apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) à marcha dos sem-terra a Brasília.

Segundo Amaral, esse apoio é um assunto do ``órgão'' católico. "O governo não tem nada contra os sem-terra, tem sim contra a violência", disse Sergio Amaral.

O porta-voz disse que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a UDR (União Democrática Ruralista) e fazendeiros têm desrespeitado a lei e praticado violência.

Afirmou que FHC quer o desarmamento e a reforma agrária dentro da lei, "o que significa o respeito ao direito de propriedade".

Amaral também comentou a declaração do líder do MST João Pedro Stédile de que, se o presidente fosse católico, deixaria de dizer mentiras sobre a reforma agrária.

``Isso não tem qualquer relação com a reforma agrária'', afirmou ele, que disse não saber a ``filiação religiosa'' do presidente. Fernando Henrique é católico.

A Igreja Católica vai mobilizar cerca de 500 pessoas de entidades e escolas religiosas de Brasília para receber os sem-terra que participam da Marcha Nacional pela Reforma

Agrária, Emprego e Justiça.

A marcha dos sem-terra deve chegar a Brasília em 17 de abril, quando será completado um ano do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

Manifestações

Os 600 sem-terra que saíram de São Paulo não devem respeitar a possível proibição de manifestações em frente ao Congresso, pedida pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao governo do Distrito Federal. "Ainda não avaliamos a questão, mas também é proibido invadir latifúndio e a gente invade. É proibido invadir as sedes do Incra e a gente invade. Acho difícil a gente aceitar essa ordem", disse ontem Daniel Costa, 26, um dos coordenadores da marcha.

No dia da chegada a Brasília, o MST quer reunir 30 mil pessoas para protestar contra o governo.

O prefeito de Pirassununga, Antônio Carlos Bueno Barbosa (PFL), proibiu ontem os sem-terra de realizarem manifestação na praça central da cidade.

``É preciso ficar entendido que a cidade tem comando'', afirmou Barbosa à **Folha**.

Os sem-terra chegaram ontem à cidade, depois de andarem 25 km desde Leme. Eles disseram que vão obedecer à decisão, mas farão hoje um protesto hoje contra a medida.

Colaborou **Luiz Henrique Amaral**, enviado especial a Pirassununga

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, segunda, 3 de março de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Presidente do Senado diz estar disposto a chamar a polícia para garantir que a 'ordem seja mantida'

ACM proíbe MST de acampar no Congresso

RAQUEL ULHÔA

da Sucursal de Brasília

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que não vai permitir que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) acampe em frente ao Congresso no encerramento da marcha que o movimento está fazendo em direção à Brasília.

ACM disse estar disposto a acionar a polícia para retirar barracas dos sem-terra, se o MST insistir em promover o acampamento.

``Pessoas poderão vir, mas barracas e coisas semelhantes não serão feitas. Se fizerem, vou pedir às autoridades do governo federal e do Distrito Federal que cumpram a decisão do Senado. Quando o Distrito Federal e o governo federal não puderem manter a ordem, o Estado acabou'', disse.

Cerca de 600 trabalhadores sem-terra saíram da cidade de São Paulo, com destino a Brasília, num protesto pela demora na realização da reforma agrária. Outras duas caravanas partiram de Minas Gerais e Mato Grosso.

A Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça deve chegar a Brasília no dia 17 de abril, um ano após o massacre de 19 sem-terra pela Polícia Militar do Estado do Pará, em Eldorado do Carajás (PA).

Conflito

Indagado se não teme um confronto entre os sem-terra e a polícia, o presidente do Congresso Nacional fez um desafio: ``Não temo nada. Acho até que se tiver, não é mal. Por quê? Porque isso se define. Não pode ficar a vida inteira um país indefinido em relação a posições''.

O senador defendeu a realização da reforma agrária no país, mas desde que a ``ordem seja mantida, porque, caso contrário, não vai haver nem reforma agrária nem governo''. Antes da gestão de ACM, o gramado em frente ao Congresso sempre foi utilizado para manifestações, inclusive dos sem-terra.

O senador encaminhou na semana passada carta ao governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), comunicando a nova orientação de proibir manifestações em frente ao Congresso que interfiram na atividade legislativa. ACM inclui, entre as manifestações indesejadas, a Micarecandanga -carnaval fora de época de Brasília- e qualquer tipo de acampamento, barracas, carro de som e atos públicos que possam tumultuar os trabalhos do Congresso Nacional.

Segundo o presidente do Senado, a sua determinação é de

permitir apenas ``manifestações pacíficas e ordeiras".

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sábado, 29 de março de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

REFORMA AGRÁRIA

**Região é uma das poucas sem influência do MST no país
o que provoca ocupações à moda antiga**

Sul do Pará tem invasões sem ideologia

ESTANISLAU MARIA
em Ourilândia do Norte (PA)

A inexistência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no sul do Pará faz com que as invasões de fazendas na região sejam marcadas por improviso e falta de ideologia política.

Em Ourilândia do Norte (1020 km ao sul de Belém) onde, só neste ano, três sem-terra foram mortos em conflito, os invasores são menos organizados, não armam barracos e não levam as famílias para as invasões.

A maioria deles faz ``bicos" como diaristas em fazendas ou madeireiras e moram em casas humildes nas cidades próximas. Eles invadem a área; marcam lotes e plantam. Só quando a terra já está produzindo levam as famílias.

Era o caso dos três mortos a tiros no conflito de Ourilândia. Todos eles trabalhavam na roça e suas mulheres, na cidade. Uma delas é servente no fórum, outra é empregada doméstica e a outra é professora primária em uma escola estadual na cidade.

Formação política

Os invasores na região têm pouca formação política. Em sua maioria, não têm ligação com partidos políticos nem com os sindicatos de trabalhadores locais.

A rotatividade nas áreas é muito grande. Eles não se fixam nas invasões. Segundo o Incra, em média, 60% dos invasores

iniciais vendem o lote invadido a novos donos. Ainda segundo o Incra, esses novos donos é que ficam. Os líderes dessas chamadas invasões independentes são escolhidos após a terra estar ocupada. Apenas coordenam reuniões e são porta-vozes junto ao Incra.

Em comum com as invasões do MST há a pobreza dos invasores, cujas rendas familiares não passam de um salário mínimo e os constantes conflitos com pistoleiros, fazendeiros, polícia e até outros invasores.

Um exemplo desse tipo de ocupação é a fazenda Campos Altos, em Ourilândia, de 8.711 hectares. A Campos Altos foi invadida em abril de 96, época do massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, e é disputada por trabalhadores e pelo fazendeiro do Maranhão Dimas Luis Silva.

Segundo José Ribamar da Silva, 34, um dos primeiros invasores, em três dias havia 150 pessoas cortando mata e abrindo picadas. Não há uma vila comum com barracos. Cada posseiro (na região, eles não são chamados de sem-terra para diferenciá-los dos militantes do MST) demarca um lote de 50 hectares e faz isoladamente sua roça e seu barraco. Reúnem-se sem periodicidade para discutir suas reivindicações.

A ocupação nasce com boatos na cidade sobre uma área tida como improdutiva ou com documentação irregular. Grupos isolados e pequenos vão entrando. E à medida em que vão ficando, novos invasores entram para ver a situação e acabam ficando.

Era essa, segundo as viúvas, a intenção dos três trabalhadores que morreram na fazenda Santa Clara, em Ourilândia. Eles ouviram falar que havia invasão e foram verificar. Acabaram mortos por seguranças do imóvel.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, segunda, 31 de março de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

sem-terra

Marchando em busca de outro Brasil

PATRICIA ZORZAN
enviada especial a Sales Oliveira

Dos 11 coordenadores que lideram a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça promovida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), três têm menos de 22 anos.

Huli Marcos Zang, 19, Edvar Lavratti, 21, e Carlos Alberto Souza, 21, fazem parte da equipe que comanda cerca de 550 trabalhadores em uma caminhada de São Paulo até Brasília. O objetivo da viagem -que começou no dia 17 de fevereiro e deve acabar em 17 de abril, quando o massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) completa um ano- é chamar a atenção do governo para a reforma agrária.

Em comum, além da defesa fanática do movimento, os três têm a responsabilidade de terem se tornado líderes quando jovens dessa idade costumam dedicar seu tempo aos estudos e às namoradas.

"Sinto falta da família, de não ter uma casa. Mas isso são pequenas coisas que você acaba esquecendo diante do que recebe da luta", declara Huli, que veio do Rio Grande do Sul para participar da marcha.

"A maioria dos jovens acaba se apaixonando pelo movimento porque ele não nos impede de fazer nada e acrescenta um monte de idéias. Você consegue participar das decisões políticas do país, opinar pelo que você acha certo", explica Edvar.

O discurso uniforme eles herdaram dos dias que passaram na escola de lideranças do movimento e da disciplina rígida do MST.

"Aprendemos a conhecer a realidade para poder transformar as coisas, para que esse país consiga ser melhor", afirma Edvar.

Eleitores do PT, ex-cara-pintadas e com críticas contra Fernando Henrique Cardoso na ponta da língua, abandonaram os estudos convencionais, mas prometem voltar para a escola.

Huli e Edvar chegaram a entrar na faculdade. Carlos, o único casado entre os três, estudou só até a 6^a série.

Segundo eles, 70% dos membros da marcha são jovens com uma média de idade entre 24 e 25 anos. "É coisa de jovem enfrentar o desafio de caminhar mais de 1.000 km por uma causa", diz Huli.

Os coordenadores afirmam ainda que nunca pensaram na possibilidade de morrer durante um conflito. Todos já participaram de ocupações de terras.

"Hoje a maioria dos jovens morre por drogas, por estarem assaltando, em batidas de carro. Pelo menos estou lutando por um ideal", declara Carlos.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, terça, 15 de abril de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Jungmann não viaja ao Pará

do enviado especial a Marabá

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) suspendeu viagem que faria a Marabá (PA) ontem para assinar a criação do projeto de assentamento 17 de abril, data do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA). O nome do projeto é uma homenagem aos sem-terra mortos.

A assessoria do ministro informou que a viagem foi suspensa por causa do clima de comoção social em Marabá provocado pelas enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas. A **Folha** apurou que a visita foi suspensa pelo governo também para evitar protestos dos militantes do MST. (AG)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, quinta, 17 de abril de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

"Deus nos livre da impunidade do massacre"

da Agência **Folha**, em Eldorado do Carajás

Esperançosos por justiça, os sem-terra sobreviventes do massacre repetiam, no último domingo, no assentamento, o refrão do canto final da missa: ``Deus nos livre, Deus nos livre da impunidade do massacre do Pará''.

Um ano após o confronto em Eldorado do Carajás (PA), aqueles que sobreviveram voltam para o município. Dessa vez, para assumir definitivamente a terra.

Aos poucos, as 690 famílias, cerca de 3.000 pessoas, vão se

mudando do primeiro acampamento, na fazenda Macaxeira, em Curionópolis, para o acampamento definitivo, na vizinha fazenda Mucuripe, em Eldorado do Carajás.

Os sem-terra de Eldorado rebatizaram a área de assentamento 17 de Abril, o dia do massacre.

Junto com os protestos desse primeiro ano, os sem-terra fazem a primeira colheita de milho, arroz, feijão e abóbora. Foram 340 hectares plantados.

A área agricultável ainda é pequena, mas a comida produzida alimenta os assentados e começa a sobrar. Eles têm doado sacos de grãos à população carente nos dois municípios.

``Passamos as fases de ocupar e resistir e começamos a fase de produzir'', afirmou o líder Neuton Conceição Silva, referindo-se ao lema do MST, ``ocupar, resistir, produzir''.

Na prática, a situação não é tão fácil. Os sem-terra não têm caminhões, e o transporte em camionetas alugadas é caro. Os atravessadores pagam pouco pelos produtos. Assim, eles têm grãos e abóbora, mas falta dinheiro para outros gêneros como açúcar, leite, carne, óleo, raridades no acampamento.

Sob o ponto de vista fundiário, ainda são invasores. Apenas a Macaxeira foi desapropriada, mas o projeto de assentamento do Incra ainda não saiu do papel.

Além disso, ainda mantêm sentinelas, temem policiais e fazendeiros, enfrentam a pé 14 km de estrada de terra da vila à rodovia que leva a Eldorado (2 km) ou Curionópolis (30 km), convivem com a subnutrição e a falta de remédios.

O projeto 17 de Abril abrange 18.089 hectares de cinco fazendas do complexo Macaxeira, em Curionópolis e Eldorado.

Duas começam a ser desapropriadas, entre elas a Mucuripe. Outras duas serão compradas.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

São Paulo, quinta, 17 de abril de 1997.

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MASSACRE, TERRA E LEI

Está prevista para hoje a manifestação que encerra os dois meses da marcha dos sem-terra. O objetivo declarado do protesto é condenar a política agrária do governo e lembrar o

massacre de 19 trabalhadores rurais pela Polícia Militar do Pará, ocorrido há um ano. O MST quer a lei para os criminosos de Eldorado de Carajás e negociar com o governo uma política mais ampla de assentamentos.

Lei e negociação são, de fato, as palavras fundamentais na crise agrária do país. Merece firme apoio a atitude do MST de cobrar Justiça. No caso de Eldorado de Carajás, é preocupante o andamento do processo. A deficiência técnica dos inquéritos pode comprometer a justeza do julgamento, quando ele chegar aos tribunais. Ademais, a sentença pode levar entre dois e seis anos para sair, o que é muito grave. Julgamentos que tardam em demasia estimulam a impunidade, vício nacional.

É elogiável também a intenção do MST de negociar. Mas o diálogo democrático tem certos pressupostos que não vêm sendo observados pelos sem-terra. Um deles é a lei. Não há negociação possível quando uma das partes já decidiu arbitrariamente e de antemão que o Estado de Direito pode ser violado, como ocorre nas invasões de propriedade chamadas eufemisticamente de ``ocupações''.

Outro dos pressupostos que os sem-terra devem levar em conta é o da realidade econômica. Como o presidente Fernando Henrique Cardoso observou, é preciso definir como vai ser paga a dívida social, da qual os lavradores sem propriedade também são credores, mas não os únicos. Será necessária uma dura negociação nacional para estabelecer quais são as prioridades do investimento público. Se os assentamentos devem ser multiplicados por cinco em 97, como quer o MST, alguém vai perder -cumprir tal meta custaria R\$ 20 bilhões, segundo FHC.

É auspicioso que o governo federal e os sem-terra venham anunciando a intenção de negociar. Mas é preciso que tenham em mente que o diálogo deve ser pautado pela racionalidade e pelo firme compromisso de cumprir a lei. A alternativa é o prolongamento da crise e mais violência.

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sexta, 18 de abril de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Grupo entrega abaixo-assinado

de Londres

Um grupo denominado Friends of the MST (Amigos do MST) entregou ontem um abaixo-assinado na Embaixada do Brasil em Londres pedindo a agilização da reforma agrária no país.

A organização é ligada à representação do Partido dos Trabalhadores em Londres.

No documento, com 110 assinaturas, o grupo também reclama da lentidão do julgamento dos policiais militares acusados pelo massacre de Eldorado do Carajás, onde 19 sem-terra morreram há um ano. O grupo foi recebido pelo embaixador do Brasil em Londres, Rubens Barbosa.

À noite, o diplomata participou de um debate na abertura da exposição fotográfica "Terra", de Sebastião Salgado, em uma igreja no centro da capital britânica. A exposição é sobre trabalhadores rurais.

A chegada da passeata dos sem-terra a Brasília foi mencionada no noticiário da rede de TV a cabo Sky News, que transmite notícias 24 horas por dia.

(PAULO HENRIQUE BRAGA)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sexta, 18 de abril de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Segurança de ato exclui a PM

da Agência Folha, em Belém

A Polícia Militar foi excluída do trabalho de segurança nos protestos do MST ontem na região de Eldorado do Carajás, onde foram mortos, pela PM os 19 sem-terra durante um massacre em 96.

A segurança foi feita, à distância, por policiais civis e federais. Os atos públicos foram tranquilos e não atraíram metade dos manifestantes esperados pelo MST.

Eram esperadas 3.000 pessoas na missa na curva do ``S'', na rodovia PA-150, onde houve o confronto do ano passado.

Segundo o diretor do MST, Onálio Barros, 31, participaram cerca de 1.200 pessoas, a maioria assentados

em Parauapebas (630 km ao sul de Belém), Curionópolis (630 km ao sul de Belém) e Eldorado (600 km ao sul de Belém).

``Para evitar qualquer confronto ou provocação, não colocamos nossos homens nos protestos'', disse o comandante de Marabá, Coronel Raimundo Gama.

Após a missa na curva do ``S'', foram depositadas velas nas cruzes cravadas na beira da estrada para lembrar os 19 mortos.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **cotidiano**

São Paulo, quarta, 9 de julho de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Estrada foi local de morte

em São Luís

A rodovia estadual PA-150, onde ocorreu o acidente com a explosão dos caminhões, começa a ganhar a fama de "estrada da morte". É a mesma onde aconteceu em 17 de abril do ano passado o massacre de 19 trabalhadores rurais sem terra. Os sem-terra, organizados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), estavam bloqueando a rodovia em Eldorado do Carajás (cerca de 100 km ao norte do local da explosão anteontem).

Um grupo de 155 policiais militares com ordem de desbloquear a rodovia entrou em conflito com os sem-terra. O saldo foi de 19 mortos e mais de 60 feridos.

O acidente teria se originado, na versão da empresa Granero, proprietária da carreta com carga de nitrato de amônia, devido à má conservação da rodovia. (**IRINEU MACHADO**)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sexta, 18 de abril de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Ato é realizado em silêncio

da Agência **Folha**, em Curitiba

Cerca de 500 manifestantes, segundo o MST e a Polícia Militar, participaram, em Curitiba (PR), de ato em defesa da reforma agrária, emprego, salários e cidadania.

O ato aconteceu na Boca Maldita, no centro. Dezenove manifestantes, carregando cruzes, fizeram uma caminhada silenciosa até a sede da Auditoria da Justiça Militar para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás e outros confrontos entre polícia e sem-terra.

No interior do Estado, segundo o MST, as manifestações reuniram 350 pessoas em Lindoeste e mil pessoas em Paranavaí.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quarta, 30 de julho de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Mortos em Eldorado não eram sem-terra

da Agência **Folha**, em Belém

Os cerca de 20 trabalhadores da fazenda Volta do Rio -no sudeste do Pará-, onde dois funcionários foram emboscados e mortos a tiros no último domingo, abandonaram a área, temendo novos ataques de invasores.

A informação foi dada ontem à Agência **Folha** pelo empresário Evandro Mutran, 54, irmão do dono da fazenda, Délio Mutran, 52, que estava viajando. Segundo relato dos funcionários à polícia, cerca de 15 homens armados invadiram a fazenda no último domingo e dispararam contra funcionários que limpavam os pastos.

Dois trabalhadores morreram no local. Um outro, baleado, foi atendido no hospital de Marabá e recebeu alta ontem.

Seus nomes não foram divulgados.

A fazenda Volta do Rio fica em Eldorado do Carajás (600 km ao sul de Belém) e é vizinha da fazenda Macaxeira, ocupada pelo MST. No ano passado, Eldorado do Carajás foi também palco do massacre de 19 sem-terra mortos pela Polícia Militar.

No caso da fazenda, a polícia investiga a ação de grileiros (invasores de terra) e descarta envolvimento do MST. A direção do movimento nega ligação com os invasores da fazenda.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, sexta, 29 de agosto de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

INVESTIGAÇÃO

Comerciantes seriam financiadores

Polícia suspeita de invasões interligadas

ESTANISLAU MARIA

em Eldorado do Carajás

A equipe da Delegacia Regional de Marabá, sudeste do Pará, investiga o envolvimento de comerciantes, agricultores e madeireiros de Eldorado do Carajás e Xinguara em invasões de terra no sul e sudeste do Pará.

A informação foi dada ontem pelo delegado regional de Marabá (500 km ao sul de Belém), Vicente de Paulo Costa, um dos comandantes da operação da PM e da Polícia Civil para retirar cerca de 80 invasores das fazendas Baguá e Volta do Rio, em Eldorado do Carajás (600 km ao sul de Belém). Xinguara (800 km ao sul de Belém) é um foco antigo de conflitos. Em Eldorado, um confronto entre PM e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) resultou no massacre de 19 sem terra, no ano passado. Costa declarou que as invasões na região podem estar

interligadas e teriam o financiamento de madeireiros, comerciantes e até outros fazendeiros.

O MST também está sob investigação. Anteontem, policiais civis estiveram na fazenda Macaxeira, assentamento dos sem-terra vizinho à fazenda Volta do Rio. O MST nega ligação com essas invasões.

Os cerca de 300 PMs que participam da operação na Baguá e na Volta do Rio, iniciada na terça-feira, continuaram ontem as patrulhas à procura dos invasores. Ninguém foi preso.

A Polícia Civil tem mandado de prisão para sete homens acusados de homicídio. Segundo os policiais, os invasores podem estar escondidos na mata. A operação continua hoje. Dois funcionários da fazenda Baguá confirmaram ontem que viram os seguranças da fazenda deter dois homens no último sábado.

"Eles prenderam os dois, que estavam dentro da fazenda, e levaram para as baías dos cavalos", disse Antônio Dias Silva, 18.

"Os dois estavam desarmados e diziam não ser invasores", disse o funcionário Marcos Antônio Martins, 20.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, terça, 30 de setembro de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Para Procuradoria, governador do PA não pode ser responsabilizado

TJ arquiva inquérito contra Almir Gabriel

da Sucursal de Brasília

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) arquivou inquérito aberto para apurar a responsabilidade do governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), no massacre de Eldorado do Carajás (teste do Estado).

Em 17 de abril do ano passado, 19 sem-terra foram mortos por policiais militares durante operação de desocupação de uma estrada próxima ao complexo da fazenda Macaxeira, cuja desapropriação era pleiteada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O ministro José Dantas, relator do caso, acatou parecer da Procuradoria Geral da República segundo o qual o governador não pode ser responsabilizado pela "incompetência e desorganização" da Polícia Militar.

Não há possibilidade de recurso, já que o inquérito foi solicitado pelo Ministério Pùblico Federal, que, agora, concluiu pela inocéncia do governador. Se tivesse prosseguimento, o inquérito daria origem a uma ação penal contra o governador do Pará.

A abertura do inquérito foi solicitada ao STJ em maio do ano passado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Ele apontou indícios de omissão do governador no episódio.

O Ministério Pùblico do Pará havia isentado o governador de responsabilidade sobre as mortes.

O órgão apresentou denúncia contra 155 policiais militares, entre soldados e oficiais, e líderes dos sem-terra, acusados de ferir policiais.

O atual parecer da Procuradoria Geral da República é assinado pela subprocuradora-geral Delza Curvello Rocha. O parecer foi solicitado pelo STJ, que enviou junto com o pedido a defesa prévia do governador.

Conforme o parecer, a PM não planejou a operação de desocupação, "como era seu dever". O governador, segundo a subprocuradora-geral, apenas determinou a desocupação da estrada, sem autorizar o uso da força.

Diz ainda o parecer que o governador não poderia prever nenhuma conduta criminosa, por ato ou omissão, por parte da PM.

Exames realizados por médicos legistas indicaram que os sem-terra foram mortos de forma cruel.

Alguns foram retalhados com golpes de faca, outros tiveram o crânio destruído por objeto contundente. Um dos líderes, Oziel Pereira, foi encontrado morto depois de ter sido preso. Parte do complexo Macaxeira foi desapropriado este ano pelo governo, e parte dos sem-terra já foi assentada.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

São Paulo, terça, 11 de novembro de 1997.



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Juiz define réus no caso do massacre

da Agência Folha, em Belém

O juiz do processo do massacre dos sem-terra de Eldorado do Carajás, no Pará, Otávio Marcelino Maciel, fará amanhã a pronúncia dos réus que irão a júri popular.

O anúncio será feito às 11h (horário de Brasília) no fórum de Curionópolis (630 km ao sul de Belém), comarca responsável por Eldorado do Carajás.

O confronto entre a PM do Pará e cerca de mil sem-terra que obstruíam a rodovia PA-150 aconteceu em 17 de abril de 1996. No processo, são acusados de homicídio doloso (intencional) 155 PMs e um suposto pistoleiro infiltrado entre os policiais. Três sem-terra são acusados de lesão corporal.

Já foram ouvidos 156 acusados, oito testemunhas de acusação e 52 de defesa -entre elas, o governador Almir Gabriel (PSDB).

Ainda cabem recursos da defesa e da acusação. Segundo Maciel, o julgamento acontece até agosto de 98. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) planeja manifestação na cidade.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quinta, 13 de novembro de 1997.



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Ação se refere à morte de 19 sem-terra Eldorado do Carajás

Juiz manda a júri popular 153 PMs por massacre no PA

ESTANISLAU MARIA

da Agência Folha, em Belém

Os comandantes da operação policial que resultou no massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em abril do ano passado, irão a julgamento por júri popular. O coronel Mário Colares Pantoja, na época comandante da Polícia Militar em Marabá, e o major José Maria Oliveira, comandante da corporação em Parauapebas, deverão ser submetidos a júri popular, conforme definiu o juiz Otávio Marcelino Maciel.

Outros 151 PMs também deverão ser julgados. A acusação é de homicídio doloso qualificado (intencional). A pena para esse crime vai de 12 a 30 anos de prisão.

O juiz também decidiu que devem ser julgados três sem-terra, acusados de lesões corporais leves contra PMs. A pena varia de três meses a um ano de prisão.

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), e o secretário da Segurança, Paulo Sette Câmara, que deram a ordem para a ação da PM, não foram responsabilizados.

Originalmente, eram 155 os PMs acusados. Um está foragido, e outro alegou insanidade mental.

Os advogados dos PMs já anunciaram que vão recorrer. Os recursos devem ser julgados apenas no próximo ano pelo Tribunal de Justiça do Estado. Após essa decisão, será marcado o julgamento, que, segundo Maciel, deve acontecer em agosto de 1998.

Os advogados da SPDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) elogiaram a decisão do juiz e a rapidez do processo, mas anunciaram que vão recorrer das acusações contra os sem-terra.

Em Brasília, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) arquivou o processo contra Gabriel, entendendo que o governador não podia ser responsabilizado pela atuação do comandante da

operação.

No processo estadual, Gabriel, Câmara e o comandante-geral da PM, coronel Fabiano Diniz Lopes não foram acusados, mas apenas ouvidos como testemunhas.

Em seu depoimento, Gabriel confirmou que havia ordenado a retirada dos sem-terra da rodovia PA-150, mas "sem violência".

Não foi o que aconteceu, porém, por volta das 17h de 17 de abril de 1996, quando cerca de 1.100 militantes do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) interditavam a rodovia PA-150.

Eles exigiam a desapropriação da fazenda Macaxeira, em Curionópolis (630 km ao sul de Belém), invadida havia seis meses, e pretendiam fazer uma marcha até Belém.

Depois de uma semana e 30 km de caminhada, em Eldorado do Carajás, eles saquearam um caminhão e interditaram a rodovia.

A PM foi chamada para desobstruir a estrada. Pantoja e Oliveira comandaram a ação, na qual foram mortos 19 sem-terra. Outros 68 ficaram feridos.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, terça, 24 de fevereiro de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Grupos como o MLT e o MLST disputam liderança de sem-terra em regiões como o sudeste do PA

Rivais ameaçam a hegemonia do MST

BERNARDINO FURTADO

da Reportagem Local

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) começa a ter a hegemonia ameaçada em regiões com larga tradição de conflito de terras. A novidade é o perfil dos concorrentes, não mais sindicatos, federações de trabalhadores rurais ou grupos isolados de sem-terra controlados por políticos locais.

Os novos rivais são o MLT (Movimento de Luta pela Terra)

e o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), grupos de esquerda organizados em vários Estados, com uma coordenação central, símbolos próprios e um discurso recheado de críticas e de rivalidade com o MST.

O episódio mais recente dessa disputa foi a invasão, na quarta-feira passada, de uma fazenda nas imediações de Curionópolis (PA) por sem-terra liderados pelo MLT.

Segundo Lourival Gusmão, um ex-agrônomo do Incra que se tornou coordenador nacional do MLT, a invasão foi a primeira de uma série que o movimento pretende fazer no sudeste do Pará.

Para isso, o MLT montou escritório com fax e telefone em Curionópolis e deslocou para lá seus líderes mais experientes, como Gusmão, que atuava na Bahia.

Se o MLT cumprir a promessa, estará se enraizando numa região vital para o MST. Lá foram assentadas aproximadamente 15% (12.320) das 80 mil famílias que o governo Fernando Henrique Cardoso afirma ter assentado em 97.

Além disso, o sudeste paraense foi palco de um episódio trágico que acabou fortalecendo politicamente o MST: o massacre de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado de Carajás, em 17 de abril de 96 pela Polícia Militar do Estado.

Segundo Gusmão, 1.200 trabalhadores sem terra participaram da invasão de quarta-feira marchando com bandeiras do MLT de uma praça de Curionópolis até a fazenda de 2.000 hectares, de propriedade do prefeito local, Osmar Ribeiro (PMN). A Folha não conseguiu falar com Ribeiro. Segundo funcionários da prefeitura, o prefeito estava viajando e só voltaria depois do Carnaval.

"Boa parte dos sem-terra que participaram da invasão conosco eram do MST e presenciaram o massacre de Eldorado de Carajás. Eles estão desiludidos com o MST", disse Gusmão.

"Estamos ocupando o espaço aberto pelo fracasso político do MST na organização de assentamentos, especialmente no sul da Bahia", afirma Edson Pimenta, coordenador nacional do MLT e presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia. Segundo Pimenta, o MLT está organizado e ativo também em Sergipe.

Pimenta diz que, apesar de ter chegado depois que o MST no sul da Bahia, o MLT já tem hegemonia na região. Segundo ele, o MLT fez oito invasões de terra em 98 na região, controla 56 assentamentos e tem nove equipes de assistência técnica aos assentados pagas pelo projeto Lumiar, do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

"É mais que o MST tem na região, com certeza", diz.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, domingo, 8 de março de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Crime foi perto de delegacia

Líder sem-terra é assassinado em MT

Cuiabá, Belém e Campo Grande

Um dos principais líderes de trabalhadores rurais sem terra do Norte de Mato Grosso, Teodomiro Ferreira dos Santos, 62, foi assassinado com três tiros, na última quarta, em Terra Nova do Norte (530 km ao norte de Cuiabá -MT).

A informação foi divulgada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Santos foi assassinato por volta das 21h, a 100 metros da Delegacia de Terra Nova do Norte.

Segundo o presidente da Fetagri, Miguel Francisco dos Santos, 62, que esteve sexta-feira em Terra Nova do Norte, Santos levou três tiros -dois pelas costas e um na cabeça-, quando caminhava sozinho pelo centro da cidade.

Desde 1991, quando Incra deu início ao assentamento de sem-terra na região, com a implantação da Gleba HIJ, seis sem-terra já foram assassinados.

Santos estava em Terra Nova preparando uma viagem que faria a Cuiabá para denunciar o espacamento que seu filho sofreu na última segunda-feira. A Agência Folha tentou localizar o delegado Fábio João Silveira ontem à tarde, por telefone, mas ninguém atendeu na delegacia de Terra Nova.

Santos foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova do Norte e da Associação de Pequenos Produtores Rurais do município.

O superintendente do Incra em Mato Grosso, Elarmim Miranda, 49, admite que a morte de Teodomiro está ligada às inúmeras denúncias que ele vinha fazendo contra pistoleiros.

Pará

Cerca de 800 agricultores do assentamento 17 de Abril, antiga fazenda Macaxeira, acamparam quinta em frente à

Prefeitura de Eldorado de Carajás (Pará). Segundo o coordenador do MST na região, Glaydson Barbosa de Souza, eles reivindicavam a construção de uma escola prometida pela prefeitura e governo estadual no assentamento. "O último prazo que eles deram foi 3 de março e até agora nada aconteceu", disse. O assentamento foi criado depois do massacre ocorrido em 17 de abril de 1996, quando morreram 19 sem-terra. Os filhos dos assentados estariam tendo aulas em barracões improvisados. O clima se tornou tenso depois que a prefeitura disse que os manifestantes estavam exigindo mais infra-estrutura para os assentados do que tem a população local. A PM esteve no local, mas não houve conflitos. Os manifestantes permaneceram acampados por um dia. Souza espera marcar uma reunião amanhã com o governo estadual e municipal para resolver o impasse.

Mato Grosso do Sul

A Polícia Civil de Ivinhema (324 km de Campo Grande - MS) prendeu quatro trabalhadores rurais sem terra acusados de saquear um caminhão com 12 toneladas de arroz. A prisão foi feita na última quarta e os sem-terra continuavam presos até o início da noite de ontem. O delegado de Polícia Civil Edésio Silva autuou os acusados, supostos líderes do acampamento, por roubo. (JOANICE PIERINI, LUÍS INDRIUNAS, RUBENS VALENTE)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 28 de março de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST culpa a impunidade

da Reportagem Local

A direção nacional do MST responsabiliza o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Poder Judiciário pelos novos assassinatos ocorridos no Pará.

Segundo o MST, a impunidade dos policiais que participaram do massacre de Eldorado dos Carajás e a

existência de latifúndios improdutivos propiciaram os crimes.

"FHC está assassinando o Brasil. Novos crimes vão continuar ocorrendo. A única pergunta é: Onde vai ser o local da próxima morte", afirmou ontem, em São Paulo, Gilmar Mauro, dirigente da coordenação nacional do MST. Segundo o deputado federal Luis Eduardo Greenhalgh (PT), advogado do MST, o governo e o Judiciário foram coniventes porque a fazenda em questão seria um terreno público, que teria sido grilada pelo fazendeiro assassinado. "A fazenda Goiás 2 foi demarcada para reforma agrária no final da ditadura militar. O fazendeiro se apropriou da área e ninguém tomou atitude nenhuma", afirmou.

Ontem, o MST entrou em contato com entidades internacionais de defesa dos direitos humanos pedindo ajuda. "Só nos resta gritar para o mundo e pedir socorro", disse Mauro.

Jorge Neri, dirigente do MST no Pará, disse que a situação na região é de profunda tensão. Segundo ele, é imprevisível a forma como os trabalhadores vão "expressar a sua raiva". "Há sentimento de indignação, revolta, nojo e asco da elite brasileira, em especial do Judiciário e do governo", diz Mauro.

Hoje, Greenhalgh, o deputado Geraldo Pestana, Mauro e Neri vão ao Pará.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 28 de março de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Secretaria da Segurança detém nove policiais militares acusados de participação no confronto

Líderes sem terra são assassinados no PA

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Belém

Dois líderes rurais sem terra, ligados ao MST, foram assassinados anteontem a tiros na agrovila Cedere 1 (Centro de Desenvolvimento Regional) no município de Parauapebas, sul do Pará.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) acusa fazendeiros e funcionários da fazenda Goiás 2 pela morte dos sem-terra.

Segundo o MST, os dois assassinados são sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em abril de 1996. O secretário da Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, informou ontem que nove policiais militares foram detidos para explicar por que estavam no local do confronto. Segundo o secretário, os policiais não teriam sido enviados oficialmente pela PM. Ele disse que a secretaria está investigando a possibilidade de eles terem sido contratados pelos fazendeiros.

O MST diz que policiais fardados, com tarjas pretas sobre as suas identificações, participaram da ação.

Desocupação

Cerca 520 famílias sem terra começaram na manhã de anteontem a desocupação da fazenda Goiás 2 e estavam se transferindo para a agrovila. A Justiça do Pará tinha determinado a reintegração de posse da área.

Na noite de anteontem, segundo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), um grupo de fazendeiros e funcionários da fazenda Goiás 2 teria se aproximado do coordenador do MST na região, Valentin Serra, conhecido como "Doutor", e disparado dois tiros em seu tórax.

O líder sem terra Onalício Araújo Barros, conhecido como "Fusquinha", teria tentado ajudar o colega, mas uma bala o acertou nas costas.

Os corpos dos dois líderes só foram localizados ontem pelos próprios sem-terra.

Barros foi encontrado no início da manhã na agrovila Cedere 1. Serra foi achado no início da tarde à beira do rio Verde, afluente do rio Parauapebas.

A agrovila Cedere 1, que fica a cinco quilômetros da fazenda Goiás 2, é um assentamento do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) na região.

A fazenda Goiás 2 pertence a Carlos Antonio da Costa, que, segundo o Incra, comprou cerca de 20 títulos de assentados no local e constituiu uma propriedade de 1.500 hectares. O deputado federal Luis Eduardo Greenhalgh (PT), advogado do MST, diz que Costa era grileiro.

As lideranças do MST acusam Costa de ter sido um dos

autores dos disparos. A Agência Folha não conseguiu localizar o fazendeiro durante todo o dia de ontem. Depois do conflito, as famílias foram levadas de caminhão para o assentamento na fazenda Palmares, a 45 km de Goiás 2, onde devem permanecer este fim-de-semana. Uma comissão da Secretaria da Segurança Pública do Pará, composta de dois médicos legistas, um auxiliar de necrologia, um perito criminal e do diretor da Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil do Pará, Lauriston Goes, foi enviada para o local na tarde de ontem para investigar o caso.

Representantes do Ministério Público, da Sociedade Paraense de Direitos Humanos e do MST acompanham a comissão.

Um grupo de deputados estaduais do Pará também viajou a Parauapebas e deve se encontrar hoje com o governador Almir Gabriel (PSDB), que tem agendadas inaugurações em Marabá, município próximo a Parauapebas.

O município de Parauapebas fica próximo a Eldorado do Carajás, onde, em abril de 96, 19 sem-terra morreram em conflito com a PM.

Os partidos de esquerda e sindicalistas programaram para a noite de ontem uma vigília em frente à Basílica de Nazaré, em Belém. O MST da região sul do Pará programou para hoje uma manifestação no centro de Parauapebas.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, domingo, 29 de março de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Acusados de matar sem-terra estão presos

LUÍS INDRIUNAS
da Agência Folha, em Parauapebas (PA)

Dez dos onze policiais militares suspeitos de envolvimento na morte de dois líderes sem-terra em Parauapebas, sul do Pará, na última quinta, participaram do massacre de

Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, segundo o Ministério Público de Parauapebas.

O promotor de Justiça Godofredo Santos disse que os policiais, do Batalhão de Parauapebas, foram identificados por testemunhas que estavam no local.

O comando da Polícia Militar de Parauapebas prendeu os dez policiais, sob a acusação de indisciplina. Eles teriam acompanhado, na quinta, a retirada dos sem-terra que estavam na fazenda Goiás 2 sem ter recebido ordem superior.

Segundo o secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, os policiais estariam de folga naquele dia. O comando da corporação enviou-os ao quartel de Xinguara, a 200 km de Parauapebas, para evitar conflitos. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) acusa fazendeiros, funcionários da fazenda Goiás 2 e policiais pelas mortes.

O procurador-geral de Defensoria Pública Ítalo de Almeida Mácula Jr. diz que há muita semelhança entre os fatos ocorridos na quinta e a morte dos 19 sem-terra em Eldorado do Carajás. "É possível que haja um movimento clandestino orquestrado por fazendeiros para combater os sem-terra."

A juíza Maria Vitória Torres do Carmo pediu ontem a prisão provisória do fazendeiro José Marques Ferreira e mais oito pessoas, todos foragidos. A polícia também procura o fazendeiro Carlos Antônio da Silva, dono da Goiás 2.

Cerca de mil sem-terra, segundo o MST, participaram ontem do enterro do líder Onalício Araújo Barros, o "Fusquinha". O corpo do outro sem-terra, Valentin Serra, o "Doutor", seguiu para São Luís (MA). De acordo com o MST, os dois estavam entre os sobreviventes da chacina de Eldorado.

Foram ao enterro o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os deputados federais Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Geraldo Pastana (PT-PA) e políticos locais.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, segunda, 30 de março de 1998 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

Ação é "recado ao governo"

em São José do Rio Preto

O líder do MST José Rainha Jr. disse ontem que abril será o mês de "ações de massa" do movimento, como resposta ao assassinato de dois líderes dos sem-terra no sul do Pará na última quinta-feira.

Abril passou a ser o principal mês de mobilização no calendário do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em razão do aniversário do massacre, pela PM, de 19 trabalhadores rurais em Eldorado do Carajás, em abril de 96.

Os assassinatos dos líderes Valentin Serra e Onálício Araújo Barros no município de Parauapebas (PA), na semana passada, vão tornar essas mobilizações mais intensas este ano, segundo Rainha.

"Não vamos ficar parados, vendo morrer gente. Vamos lutar, ocupar terras, prédios públicos, quando for necessário, fazer passeatas, atos públicos em frente a fóruns, como resposta à impunidade, à lentidão da Justiça e à burocracia do governo em fazer reforma agrária", disse.

Para Rainha, as ações do MST serão também "um recado ao governo", a quem responsabiliza pela violência no campo.

"Na medida em que deixa impunes os assassinos, o governo abre caminho para novos crimes. A lentidão na reforma agrária cria um vácuo que permite crimes como esses."

Na opinião do dirigente nacional do MST, o governo "age como quem acredita que não existe mais violência no campo". "Os assassinos de Eldorado do Carajás estão soltos. Essa é a oportunidade de colocar todos esses bandidos na cadeia."

Rainha interpretou o episódio de Parauapebas como um "recado" dos fazendeiros para ele, depois que divulgou seus planos de passar a atuar naquela região ainda este ano.

O coordenador nacional do sem-terra Gilmar Mauro disse ontem, em assembleia no assentamento Vila Palmares, em Parauapebas, que o MST fará protestos em todo o país no dia 17 de abril, em memória dos dois anos do massacre de Eldorado do Carajás.

Mauro afirmou que o MST também está organizando manifestações em Eldorado do Carajás e em Belém.

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Fazenda é reinvasada

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Parauapebas (PA)

Cerca de 400 famílias de sem-terra ligados ao MST voltaram a invadir, às 18h de ontem, a fazenda Goiás 2, em Parauapebas (sul do Pará). A invasão foi pacífica. A decisão foi tomada em assembleia, às 13h.

À tarde, sem-terra e assentados da Vila Palmares, onde ocorreu a assembleia, se preparavam para ir para a Goiás 2 com tratores e caminhões.

Na quinta, depois da retirada de 520 famílias, Onalício Araújo Barros, 32, o "Fusquinha", e Valentin Serra, 36, o "Doutor", foram mortos a tiros a 5 km do local, próximo à vila Cedere 1.

A Justiça do Pará decretou a prisão temporária de dez fazendeiros, suspeitos de participar dos assassinatos -entre eles, Carlos Antônio da Costa, dono da Goiás 2, e José Ferreira da Silva, o "Donizete", que teria atirado em Serra. O coordenador nacional do MST Gilmar Mauro e líderes regionais coordenaram a assembleia. "Vamos ocupar a fazenda, não para revidar, mas porque é nosso direito."

A assembleia reuniu cerca de 500 pessoas em clima tenso. A maioria dos sem-terra estava a favor da nova invasão.

Ontem pela manhã, o delegado Lauriston Goes esteve na Goiás 2 e na Vila Cedere para investigar e ouvir testemunhas. Goes disse não ter encontrado nenhuma nova prova.

O MST decidiu que deve entrar em contato com a superintendência nacional do Incra hoje para resolver a situação da Goiás 2, com 1.800 hectares.

Eles querem invadir nesta semana três outras áreas próximas ao assentamento 17 de Abril, onde estão os sobreviventes de Eldorado do Carajás. Eles anunciaram a invasão da Rio Branco, vizinha à Goiás 2.

Dez dos onze PMs que teriam acompanhado dois oficiais de Justiça na reintegração de posse da Goiás 2 são réus do caso de Eldorado do Carajás, segundo o Ministério Público. Eles estão presos no quartel de Xinguara por indisciplina.

Onálício Barros era um dos fundadores do MST no Pará e um dos sobreviventes do massacre de Eldorado. Iniciou sua militância em 1989. Ele vivia com sua mulher, Maurícia da Silva Gomes, e dois filhos.

Valentin Serra havia sido eleito contador da Associação do Assentamento da Vila de Palmares no início deste ano. Ele entrou para o MST na invasão da Rio Branco, em maio de 1995, e cuidava da documentação e compra de material. Veio do Maranhão com sua mulher e a filha.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, terça, 31 de março de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST vai à Justiça contra fazendeiros

da Agência Folha, em Presidente Prudente

O MST está reunindo documentos para entrar com ações na Justiça contra fazendeiros e policiais do Pará, disse o líder dos sem-terra Gilmar Mauro, 30, que deixou Parauapebas (PA) ontem à tarde.

"É preciso que haja uma intervenção do governo federal aqui. Os fazendeiros e policiais formaram um grupo paramilitar em Parauapebas", afirmou. Mauro avalia que há risco de mais violência.

Segundo ele, os sem-terra estão revoltados e o clima é tenso nas cidades do sul do Pará. "A Justiça não chegou aqui. A impunidade é um estímulo para o assassino. Os crimes vão continuar", disse.

Só a desapropriação das fazendas invadidas pelos sem-terra, segundo a avaliação de Mauro, pode evitar novos confrontos. O assassinato dos líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), de acordo com Mauro, provocou revolta entre os trabalhadores rurais sem terra, mas não vão acontecer retaliações por parte dos trabalhadores.

"O pessoal vai ocupar fazendas disposto a ficar nelas de qualquer jeito." Segundo ele, os sem-terra estão se organizando para tentar evitar novas mortes no Pará.

O líder do MST voltaria a São Paulo ontem para organizar os

protestos pelos dois anos do massacre de Eldorado do Carajás, no próximo dia 17.

Nesse dia, devem acontecer manifestações pela reforma agrária e contra a violência no campo em todo o país, na Europa e na Índia.

Amanhã, o MST se reúne com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para discutir a liberação de verbas para os assentados.

Duas testemunhas dos assassinatos de Valentin Serra e Onalício Barros, líderes do MST mortos na semana passada, devem ir hoje a Brasília (DF). A pedido do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), as testemunhas vão falar sobre os crimes na Câmara.

(**JOSÉ ERNESTO CREDENDIO**)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quarta, 1 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **dinheiro**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ARTIGO

Desemprego urbano e emprego rural

JOÃO CLAUDIO TODOROV

A reforma agrária tem sido objeto de disputas maniqueistas e simplificadoras. Não havia, até recentemente, uma base de informações segura e confiável. Quantas famílias foram assentadas? O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tinha um número, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) tinha um número menor e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), outro menor ainda.

Outro exemplo de confusão na área de informações é o conflito entre dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1985, e os diversos cadastramentos fundiários feitos pelo Incra. Bases precárias de informações são como areia movediça: quanto mais firme você se apóia nelas, mais afunda.

Até a nomeação do ministro extraordinário de Política Fundiária, decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, reagindo ao massacre de Eldorado dos Carajás, a

base de dados sobre reforma agrária era isso: areia movediça. Parecia terreno firme. Mas não era.

Com o esforço atual do Incra, podemos afirmar que até recentemente não tínhamos como determinar a real extensão das terras improdutivas. Hoje, com as fotografias tiradas por satélite, é possível saber até quem está queimando mata na Amazônia.

Mas ainda não sabemos o número efetivo de trabalhadores rurais sem terra, e o que é pior, sem emprego. Não há trabalhos sistemáticos, por exemplo, sobre o desenvolvimento capitalista-empresarial da agricultura em determinadas regiões, contrastando com a natureza fundiária de propriedade e de posse de terras.

A falta de informações, por decorrência, também alimenta um maniqueísmo primário, que ainda vê na posse privada de pequenos lotes de terra um antídoto ao latifúndio tradicional. Essa posição não leva em conta que a sociedade brasileira - especialmente nas últimas três décadas- tem sofrido enorme transformação. Grande parte da produção agropecuária se submete aos ditames da indústria, excetuando-se as regiões de fronteira (Norte e Centro-Oeste) e o Nordeste tradicional (onde impera o latifúndio clássico).

Esse novo ambiente, que deixou de ser caipira e passou a ser "country", nos coloca a necessidade de reconhecer um novo mercado de trabalho rural. Barretos (SP) está a dez anos-luz de Paragominas. A proteção e o apoio à agricultura familiar têm que levar essas diferenças regionais em consideração. No Sul e no Sudeste, vale a expectativa de que a renda do pequeno produtor rural será aumentada pela prestação de serviços a grandes produtores vizinhos. Ela vale também para áreas específicas do Nordeste, como as margens do São Francisco e o sul do Maranhão. Essas exceções são ilhas num mar de oportunidades.

Os investimentos na agricultura familiar, dos com-terra ou dos sem-terra, como agora estão sendo feitos, geram empregos no campo. Retiram famílias da miséria. Aumentam a produção nacional de alimentos. E, "last but not least", diminuem as estatísticas futuras de desemprego urbano.

João Claudio Todorov, 56, é coordenador do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Foi reitor da UnB (Universidade de Brasília).

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Presença de soldados na região é criticada por sem-terra

Governo envia 500 homens do Exército ao sul do Pará

ABNOR GONDIM

da Sucursal de Brasília

ARI CIPOLA

da Agência Folha, em Marabá

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Parauapebas

O governo federal acertou ontem com o governador paraense, Almir Gabriel (PSDB), a intervenção do Exército e da Polícia Federal em Parauapebas (sul do Pará), local de conflito entre fazendeiros e sem-terra. Cerca de 500 soldados foram destacados para a área para evitar novos confrontos.

O general Edson Sá Rocha, comandante 23ª Brigada de Infantaria da Selva de Marabá (PA), disse já ter enviado duas companhias, cada uma com 150 homens. "Somos uma força de paz. Ocupamos posições para a pacificação."

"Não houve intervenção porque fui eu quem pediu a presença do Exército", afirmou Gabriel. Em abril de 96, houve uma "intervenção branca", após o massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, a 130 km de Parauapebas. "Queremos juntar as forças da Polícia Militar e do Exército para evitar o confronto. A gente sabe que os fazendeiros estão se armando e que a disposição dos líderes do MST é o confronto", disse Gabriel.

A Polícia Federal também foi acionada para investigar o assassinato de dois líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na fazenda Goiás 2 (PA), na última quinta, e para capturar os responsáveis.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu acionar a PF para investigar tanto o assassinato quanto a criação de milícia nacional por fazendeiros de nove Estados. "Foi o

presidente quem decidiu convocar a PF", disse Jungmann. Gabriel oficializou o pedido de apoio do governo federal para reforçar a segurança. Anteontem à noite, ele já havia pedido o deslocamento de tropas do Exército ao ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso. Gabriel anunciou que irá expulsar os 11 PMs que participaram da operação de despejo que resultou no assassinato dos líderes do MST. Eles estão presos e serão expulsos, segundo Gabriel, porque não tinham autorização do comando da PM em Parauapebas para acompanhar a operação de despejo. "Serão expulsos por desobediência", disse o governador. Dos PMs envolvidos no despejo na Goiás 2, nove haviam participado do massacre de Eldorado do Carajás. Eles fazem parte do grupo de 153 PMs pronunciados pelas mortes. Os PMs não foram expulsos na época porque obedeceram a ordens do comandante em Marabá, coronel Mário Pantoja. A presença do Exército, que circulou entre os sem-terra com dez caminhões, com 20 homens cada um, e dez jipes, provocou tensão entre os assentados. "O Exército foi vítima de um boato e acabou nos assustando", disse um dos coordenadores, Jorge Neri.

Com-terra

Gabriel e Jungmann acusaram o MST de incitar a violência na região. Segundo eles, a maioria dos participantes da invasão na fazenda Goiás 2 é formada por "com-crédito" e "com-terra" assentados em projetos próximos, como o Palmares, onde os líderes assassinados tinham lotes. "Nada justifica a violência, mas é bom que se diga que o governo está assentando 9.000 famílias na região", disse Jungmann, que divulgou lista com os créditos dados a líderes do MST em nove Estados.

Invasão

O MST invadiu ontem as fazendas Aldeia Velha e Volta do Rio, em Eldorado do Carajás. As invasões foram pacíficas. O MST disse que 600 famílias foram distribuídas entre as duas fazendas.

O superintendente do Incra em Marabá (PA), Vitor Hugo Paixão Melo, afirmou que a fazenda Volta do Rio, uma das invadidas, recebeu cadastro de propriedade produtiva em 97. Sobre a fazenda Aldeia Velha, o superintendente disse não dispor de informações sem consulta.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Sem-terra levou tiro já morto, diz laudo

FABIANA PEREIRA

da Agência Folha

O laudo necroscópico sobre as mortes dos dois líderes sem-terra concluiu que o trabalhador rural Onalício Araújo Barros, o "Fusquinha", levou cinco tiros, sendo o último no chão, à queima roupa, quando ele já estava morto.

O laudo concluiu também que o sem-terra Valentin Serra, o "Doutor", morreu com um único tiro no coração.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) acusa funcionários e fazendeiros pela morte dos líderes no assentamento Cedere 1, em Parauapebas, sul do Pará, na quinta-feira da semana passada.

Os fazendeiros dizem que os líderes foram mortos pelos próprios sem-terra.

O diretor-geral da Polícia Científica do Instituto Médico Legal de Belém (PA), Luiz Malcher, que preparou o laudo, disse que Barros levou quatro tiros à distância (a mais de meio metro), dos quais três o atingiram de raspão no braço e antebraço.

O quarto tiro, segundo Malcher, foi o que matou o sem-terra. Esse tiro o atingiu na axila e atravessou seu corpo, rompendo artérias, parando nas costas. Ele estaria com braços levantados, em movimento de defesa.

Segundo o laudo, o projétil encontrado era de um revólver calibre 38. O quinto tiro, quando Barros estava no chão, foi dado no coração.

O outro sem-terra morto, Valentin Serra, foi atingido com um tiro à distância. A bala o atingiu seu coração e atravessou seu corpo.

"O cadáver de Valentin estava coberto de lama e a pele enrugada como se o corpo tivesse ficado embaixo da lama

por muito tempo. Pode-se concluir que pode ter havido uma tentativa de ocultação de cadáver".

O laudo será apresentado na próxima segunda-feira à Delegacia do Interior, em Belém, que então o enviará a Parauapebas, onde está o inquérito policial. O laudo também será enviado ao Ministério Público.

"Na verdade, já concluímos. Só é preciso anexarmos as fotos. Estamos somente montando o laudo para apresentarmos na segunda", afirmou Malcher.

Segundo ele, nenhum dos dois sem-terra apresentou sinais de espancamento ou de violência física.

O Instituto de Criminalística de Belém também divulga na próxima segunda-feira o laudo de vestígios que analisa as roupas das vítimas, manchas de sangue e cápsulas e projéteis encontrados no local das mortes.

Esse laudo também será anexado ao inquérito policial.

Prisões

A juíza de Parauapebas (PA), Maria Vitória Torres do Carmo, decretou ontem a prisão provisória dos fazendeiros Rafael Saldanha do Camargo e Geraldo Teotônio Jota, o "Capota", acusados de cúmplices nos assassinatos dos dois líderes do MST.

A Polícia Civil do Pará colocou oito equipes a procura dos fazendeiros em Parauapebas, onde mora Carmargo, e em Marabá (PA), onde Geraldo Jota é vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais. Até o fechamento desta edição nenhum fazendeiro havia sido preso.

Com os dois decretos de prisão de ontem, subiu para 11 o número de fazendeiros da região que têm pedidos de prisão preventiva decretados acusados de envolvimento nos assassinatos. Todos estão foragidos.

Geraldo Jota era presidente do sindicato na época do "massacre de Eldorado dos Carajás", ocorrido há quase dois anos.

Maria Vargas, irmã do fazendeiro Geraldo Jota, um dos principais líderes dos fazendeiros no sul do Pará, afirmou que os fazendeiros envolvidos no caso vão se pronunciar na próxima semana sobre o assunto.

Colaboraram Ari Cipola e Luís Indriunas, da Agência Folha em Parauapebas (PA)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sem-Terra ameaçam invadir mais três fazendas no sul do PA

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Parauapebas

O MST decidiu ontem invadir mais três fazendas no sul do Pará, próximas ao assentamento 17 de Abril, local do massacre de Eldorado do Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em abril de 96.

No assentamento, que fica no caminho das fazendas, os sem-terra diziam ontem se preparar para a invasão ainda na madrugada de hoje.

Atualmente vivem no assentamento (antiga fazenda Macaxeira) 690 famílias, em 18.089 hectares.

Segundo o MST, caminhões com trabalhadores rurais sem terra teriam saído do assentamento Palmares, a 80 km do 17 de Abril. Até as 17h30, nenhuma caminhão havia chegado. As três fazendas que podem ser invadidas - Volta do Rio, Aldeia Velha e São José- têm cerca de 8.000 hectares.

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os sem-terra e os proprietários já haviam se reunido para tentar negociar as áreas, mas não houve acordo.

Anteontem, às 18h, o MST voltou a invadir a fazenda Goiás 2. Na última quinta-feira, os líderes Onalício Barros e Valentin Serra foram mortos a tiros após a desocupação da área.

Ontem à tarde, cerca de 250 pessoas ocupavam as duas casas de madeira da Goiás 2. O clima era calmo.

Alguns esperavam os parentes que vinham de outros assentamentos. Nenhum representante da fazenda havia aparecido no local durante todo o dia.

A decisão de invadir mais três fazendas foi tomada ontem com a presença do coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro. "Vamos tomar o que é de nosso direito", afirmou Mauro.

Investigações

A polícia continua investigando o assassinato dos dois líderes. Segundo o delegado Lauriston Goes, da Divisão de

Operações Especiais, uma bala foi encontrada no corpo de Serra, mas ainda não foi feito o exame de balística, já que a arma está desaparecida.

Ontem, o delegado enviou sua equipe para o quartel de Xinguara, onde estão presos, por indisciplina, 11 policiais. Eles teriam acompanhado os oficiais de Justiça que levaram a determinação de reintegração de posse da fazenda Goiás 2. Segundo a PM, os policiais não tinham ordem do Comando Geral da PM.

Hoje, Goes deve interrogar os oficiais de Justiça José Eduardo Ferreira do Vale e Edson Rodrigues Guimarães. Nove fazendeiros, com prisão temporária decretada, estão sendo procurados pela polícia, mas continuam foragidos. Ontem, os sem-terra fizeram uma manifestação acendendo velas em frente ao fórum de Parauapebas. Eles também rezaram pela morte dos dois líderes.

Os sem-terra entregaram também ao promotor de Justiça Godofredo Santos as chaves de dois caminhões, que pertencem ao fazendeiro Carlos Antonio da Silva, proprietário da fazenda Goiás 2.

Os caminhões haviam sido apreendidos pelo MST, depois da morte a tiros dos líderes.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, domingo, 5 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Líderes surgem depois do massacre de 96

da Agência Folha, em Parauapebas

O MST do sul do Pará está acéfalo, consequência do assassinato há 12 dias de seus dois líderes Onalício Araújo Barros, o "Fusquinha", e Valentin Serra, o "Doutor". Barros e Serra tornaram-se líderes depois do massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, quando 19 sem-terra foram mortos em confronto com a Polícia Militar. Depois do massacre, eles lideraram a resistência na fazenda Macaxeira, vivendo meses com mais de 500 pessoas em um

acampamento. Já na época do massacre, o MST tinha lideranças pouco articuladas na região.

Sem "Fusquinha" e "Doutor", o movimento agora não está conseguindo arregimentar novas famílias e tem praticado invasões com pessoas já assentadas.

Mesmos personagens

Além de "Fusquinha" e "Doutor", outros personagens da atual crise participaram, de uma forma ou de outra, do massacre ocorrido há dois anos.

O advogado do proprietário da Goiás 2, Américo Leal, é o mesmo que defende o ex-comandante da PM de Marabá (PA), coronel Mário Colares Pantoja, que liderou os policiais acusados de homicídio doloso pela morte dos 19 sem-terra em Eldorado do Carajás.

A acusação de que os fazendeiros deram uma "caixinha" com o objetivo de financiar a PM para retirar os sem-terra da rodovia há dois anos também está presente no caso das mortes de "Doutor" e "Fusquinha".

O fazendeiro Geraldo Teotônio Jota, 1 dos 11 fazendeiros com prisão preventiva decretada pela Justiça acusados de participar do assassinato dos líderes, também foi figura presente no massacre.

À época, como presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, Geraldo Capota, como é conhecido, exerceu o papel de porta-voz dos fazendeiros.

Apesar de não ter participado do assassinato dos dois líderes, 10 dos 11 policiais militares que foram recrutados, segundo a polícia, pelos fazendeiros para ajudar na desocupação da fazenda Goiás 2 respondem a processo pelas mortes em Eldorado do Carajás.

Em novembro, foram pronunciados 153 PMs pelo massacre. Ainda não há data para o julgamento. (ARI CIPOLA)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, domingo, 5 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

SUCESSÃO

Definição eleitoral deve ampliar manifestações

Governo prevê mais protestos até

junho

WILLIAM FRANÇA

da Sucursal de Brasília

O Palácio do Planalto trabalha com a previsão de que nos próximos 60 dias haverá ampliação dos protestos, manifestações e greves. O período coincide com a definição de candidaturas e, em maio, com o reajuste do salário mínimo.

Nesse período, o governo prevê que serão intensificadas as invasões em áreas de reforma agrária, mais prédios públicos federais deverão ser ocupados em protestos e haverá o aumento da articulação dos sem-teto, ocupando novas áreas e imóveis abandonados.

O agravamento dos conflitos sociais só será amenizado em junho e julho, período da Copa do Mundo. A ordem do Planalto para os assessores de todos os níveis, e a recomendação especial aos governos estaduais, apurou a Folha, é "não produzir cadáveres".

O mês de agosto foi classificado como "muito preocupante" na escala dos cenários possíveis para o ano. Nessa época, assim como no ano passado, poderá haver novas manifestações de policiais militares por melhores condições de trabalho e de salário.

Em 1997, em vários Estados, como Ceará e Minas Gerais, as PMs entraram em greve.

FHC ao telefone

O presidente vai interferir diretamente, sempre que necessário, para fugir de novas acusações de que seu governo esteja contribuindo para reforçar a impunidade.

No episódio da morte de dois líderes do MST em Parauapebas, sudeste do Pará, na semana retrasada, FHC pegou no telefone e, na frente do governador Almir Gabriel (PSDB), ligou para o superintendente da Polícia Federal no Estado, Geraldo Araújo.

Ele cobrou da PF a captura dos fazendeiros responsáveis pelas mortes dos sem-terra Onacílio Araújo Barros e Valentin Serra.

A pressa em mobilizar a PF e o Exército faz parte da estratégia do governo de evitar, a todo o custo, que sejam feitos cadáveres que possam ser usados como mártires das causas sociais.

A missão das duas forças federais no Pará foi impedir a repetição do massacre de Eldorado do Carajás, há dois anos,

quando foram mortos 19 sem-terra.

O governo está usando toda a sua rede de informações para repassar aos governadores dados em primeiro mão sobre o deslocamento dos movimentos sociais no país, a fim de evitar surpresas.

Em contrapartida, o Planalto quer que os governos estaduais mantenham suas polícias preparadas para agir nos conflitos sem partir para o confronto.

A expectativa do governo é que, à medida que for crescendo o favoritismo do candidato FHC nas eleições de outubro, cresçam também as manifestações sociais contrárias ao presidente.

No caso dos movimentos políticos, como o de centrais sindicais, eles trarão uma espécie de "síntese dos últimos três anos".

O governo acha que esses movimentos não serviriam para legitimar causas, mas para tirar proveito político-eleitoral em favor do candidato de oposição.

Pelo levantamento do Planalto, as áreas com maior possibilidade de conflito são: sul do Rio Grande do Sul; fronteira do país com Paraná; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; entorno de Brasília; sul da Bahia; Norte do Espírito Santo; Norte do Rio de Janeiro; a região canavieira do Nordeste e o Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

Colaborou Abnor Gondim, da Sucursal de Brasília

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, terça, 14 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST inicia invasões no Pontal

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO

em Presidente Prudente

O MST iniciou ontem, no Pontal do Paranapanema, a série de invasões de terras e protestos programados para esta semana no país, marcando a passagem dos dois anos do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA). Cerca de 450 sem-terra invadiram na madrugada de ontem as

fazendas Ipiranga e Santa Izabel, entre Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes e Santo Anastácio. Não houve conflito.

O advogado dos proprietários, Fernando Vendramini, 32, negou que as fazendas sejam improdutivas ou devolutas (pertencentes ao Estado).

Para quinta-feira, o MST planeja manifestações contra a violência no campo e pela reforma agrária em pelo menos 13 Estados.

Segundo Cledson Mendes, 25, coordenador do movimento, vão ser retomadas invasões no Pontal (extremo oeste de São Paulo).

A fazenda Lagoinha, desapropriada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foi invadida ontem por cerca de 150 sem-terra ligados ao Movimento Terra Brasil.

Segundo o líder do grupo, Richard Sorigotti, foi iniciada demarcação dos lotes em protesto contra o atraso no assentamento das famílias. A assessoria do Incra informou que o processo de assentamento está parado por determinação da Justiça, devido a suspeita de superfaturamento na indenização paga ao ex-proprietário.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, terça, 14 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Suspeito da morte de líderes sem terra presta depoimento; dez agricultores ainda estão foragidos

Fazendeiro se entrega à polícia no PA

*Sem-terra em
acampamento
na fazenda
Goiás 2, em
Paraopebas
(PA)*

Moacyr Lopes Jr. 05.abril.98/Folha Imagem



LUÍS INDRUNAS

da Agência Folha, em Belém

O fazendeiro Carlos Antonio da Costa, acusado de envolvimento no assassinato de dois líderes sem terra em Parauapebas (PA), entregou-se à polícia ontem. Seus advogados pediram garantias de segurança para que ele pudesse se apresentar. Outros dez fazendeiros, que têm prisão temporária decretada, estão foragidos. Costa estava no Paraguai e chegou a Parauapebas em um avião. Ele estava protegido com um colete à prova de balas. Depois de se apresentar à polícia, ele viajou até Marabá para prestar depoimento. Apesar de não ter curso superior, seus advogados conseguiram cela especial, alegando que Costa participou como presidente de mesa em duas eleições. A prisão temporária tem prazo de 30 dias. O fazendeiro prestou depoimento durante cerca de quatro horas acompanhado do advogado Manoel Dornelles Barreto. Ele negou que estivesse no local do crime. Onalício Araújo Barros, o "Fusquinha", e Valentin Serra, o "Doutor", foram mortos a tiros no dia 26 de março na agrovila Cedere 1, após a retirada de um grupo de sem-terra da fazenda Goiás 2, propriedade de Costa. O fazendeiro disse no depoimento que teria ficado em sua propriedade para dar ordens aos funcionários e terminar de despachar com os oficiais de Justiça que fizeram a reintegração de posse. Cerca de um hora depois dos assassinatos, Costa diz ter

recebido a notícia de um tiroteio na agrovila.

Mais de 30 pessoas foram à fazenda naquele dia e almoçaram na casa principal, enquanto a fazenda estava invadida. Ele disse que não viu ninguém "ostensivamente armado", mas não afirmava que não houvesse armas escondidas.

Costa disse que viu os dois líderes alguns dias antes do assassinato para negociar a retirada dos invasores, mas não os teria visto no dia 26. Ele fez afirmou que o clima com os sem-terra era pacífico.

A Goiás 2 foi reinvasada três dias depois dos assassinatos. Costa pretende exigir seus direitos e pedir a manutenção de posse. Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a propriedade é produtiva.

Cerca de mil sem-terra devem sair em carreata de Marabá hoje à tarde em direção a Belém, em manifestações até o dia 17 de abril para lembrar os dois anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 sem-terra foram mortos em conflito com a polícia.

Na quarta-feira, o MST deve entrar com uma ação na Justiça alegando negligência do Estado do Pará em relação às vítimas sobreviventes do massacre.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quinta, 16 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

SEM-TERRA

Massacre será lembrado amanhã

Situação é tensa no PA antes de protestos

ESTANISLAU MARIA

da Agência Folha, em Parauapebas

É tensa a situação na região de Parauapebas e Eldorado do Carajás, no sul do Pará, devido à aproximação do Dia Nacional de Protestos pelos dois anos do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, amanhã.

O assassinato de dois líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), há 21 dias, em

Parauapebas (630 km ao sul de Belém), só fez aumentar o clima de conflito às vésperas das manifestações. O Exército enviou anteontem mais 300 soldados para a região. A Polícia Civil enviou ontem mais 30 policiais. Os sem-terra organizam um grande ato público na curva do "S" da rodovia PA-150, onde 19 trabalhadores foram mortos pela Polícia Militar do Estado, em 17 de abril de 1996. A Justiça pronunciou 153 policiais pelas mortes.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sexta, 17 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sem-terra sobrevive a massacre e a atentado

Antônio Gaudério - 15.abr.98/Folha
Imagem



O sem-terra Waldimar Gomes da Silva (à frente), o "Piauí", em acampamento em Parauapebas, no Pará

da Agência Folha, em Parauapebas

"Sobrevivi ao massacre e ao atentado na Goiás 2. Posso correr de tiro cem vezes que eu não desisto da terra." E em correr de tiro, o sem-terra Waldimar Gomes da Silva, 33, tem experiência.

"Piauí", como é conhecido na invasão da fazenda Goiás 2,

estava na rodovia PA-150 há dois anos e sobreviveu ao massacre de Eldorado do Carajás.

Ele também estava ao lado do líder sem terra Onalício de Araújo Barros, o "Fusquinha", quando este foi morto na desocupação da Goiás 2 há três semanas.

"Quando atiraram contra o 'Doutor' (Valentin Serra, líder sem terra também morto), eu e o 'Fusquinha' corremos, mas ele também foi baleado. Me atirei no primeiro mato que vi e escapei dos tiros", disse "Piauí".

"No dia do massacre, foi a mesma coisa. Quando vi os companheiros caindo lá na frente, saí correndo feito louco para fora da estrada em direção ao mato".

Apesar do apelido, "Piauí" é pernambucano de Araripina. Saiu de casa aos 14 anos e desde então tem passado por vários Estados das regiões Norte e Nordeste do país.

Após o massacre, ele ficou com medo e abandonou o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Depois de sair do movimento acabou indo para Serra Pelada. Como já não há mais ouro na região, ficou fazendo vários serviços para a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce).

"Mas lá não tinha futuro. E voltei para o movimento no ano passado", afirmou.

Justiça

Ele disse ter ainda "um resto de esperança na Justiça, mas acredita pouco que haja punição para os 21 assassinatos que testemunhou.

"Piauí" disse que espera a desapropriação da Goiás 2 para poder ter uma plantação e criar gado. "Quero plantar arroz, feijão e milho e também criar umas vaquinhas. Por enquanto ainda passamos fome aqui, mas vamos nos aguentando."

Incluído no rodízio da alimentação, feito pela coordenação do acampamento, "Piauí" era um dos adultos que havia almoçado na última quinta-feira, mas sabia que não poderia jantar porque a comida não seria suficiente para os outros acampados. (EM)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sexta, 17 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Data depende da análise de recursos Julgamento no Pará ainda está indefinido

ESTANISLAU MARIA
da Agência Folha, em Belém

O TJ (Tribunal de Justiça) do Pará tem de tomar este ano a mais importante decisão de sua história.

Os desembargadores vão resolver se mantêm a decisão do juiz Otávio Marcelino Maciel ou aceitam os recursos dos advogados dos acusados do massacre dos 19 sem-terra em Eldorado do Carajás. Pela decisão de Maciel, os acusados irão a júri popular.

No último dia 12 de novembro, Maciel pronunciou 153 PMs, acusados de homicídio doloso qualificado (intencional), cuja pena varia de 12 a 30 anos de prisão.

Também foram pronunciados três sem-terra, acusados de lesões corporais leves contra os PMs. A pena prevista varia de três meses a um ano de prisão.

A defesa dos PMs pediu a anulação do processo no TJ alegando diversas irregularidades.

A principal contestação é que o processo não individualiza as condutas. Como as identificações das armas da PM foram arrancadas antes do confronto, não há como apontar, precisamente, entre os 153 acusados, os autores dos 37 tiros encontrados nos 19 sem-terra.

Além disso, os advogados dos policiais entraram com um recurso no STF (Supremo Tribunal Federal), pedindo o afastamento de Maciel do processo, afirmado que ele não é o juiz da comarca de Curionópolis.

Maciel foi indicado exclusivamente para o caso, depois do pedido de transferência do então juiz de Curionópolis, Laércio Larêdo.

Os advogados dos PMs também ajuizaram pedido de habeas corpus no STF, alegando cerceamento de defesa.

Para eles, Maciel chegou a fazer audiências em quatro municípios no mesmo dia, quando a defesa não tinha como acompanhar.

Os advogados dos sem-terra foram ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) solicitar a retirada de seus clientes do processo penal. Os recursos ainda não foram julgados.

Caso algum dos recursos dos advogados seja acatado na íntegra, existe a possibilidade de haver uma substituição do

juiz e uma nova apuração das provas.

A previsão mais otimista, tanto dos advogados de defesa dos PMs e dos sem-terra quanto do juiz Maciel, é que o julgamento ocorra no segundo semestre deste ano.

"O caso terá prioridade absoluta na pauta de 1998", disse, por meio da assessoria de imprensa, o presidente do TJ, desembargador Romão Amoêdo Neto.

Sem responsabilidade

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), e o secretário da Segurança, Paulo Sette Câmara, que deram a ordem para a ação da PM, não foram responsabilizados pela Justiça. Eles foram apenas ouvidos como testemunhas.

Mesmo livre de responsabilidades no caso, Gabriel, candidato à reeleição, será acusado pela oposição durante a campanha.

Em seu depoimento, o governador confirmou que ordenara que a PM retirasse os sem-terra da rodovia PA-150, mas "sem violência".

Não foi o que aconteceu por volta das 17h de 17 de abril de 1996, quando cerca de 1.100 militantes do MST

(Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) interditavam a rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás.

O resultado da operação policial foi o maior massacre da história fundiária do país: 19 sem-terra mortos e 70 feridos, entre sem-terra e PMs.

Colaborou Luís Indriunas, da Agência Folha em Belém

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sexta, 17 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Invasão da Goiás 2 repete passos de 96

da Agência Folha, em Eldorado do Carajás A situação da fazenda Goiás 2 -invadida pelo MST em Parauapebas há um mês, desocupada e reinvadida há 15 dias- repete o início do atual assentamento 17 de abril, que, em 1996, era a invasão

da fazenda Macaxeira, no município de Curionópolis (PA) . O acampamento na fazenda foi o pivô do conflito de Eldorado do Carajás, vizinha a Curionópolis, há dois anos. Somente após a morte de 19 pessoas no conflito com PM é que a Macaxeira e mais quatro fazendas foram desapropriadas e transformadas em assentamento. Ainda há problemas de saúde, transporte e de financiamento para os assentados -que já produzem, têm escola e não contam mortos por desnutrição infantil. A "terra prometida", alcançada pelos vizinhos de Eldorado do Carajás, é apenas uma promessa e uma esperança para os invasores da Goiás 2.

Péssimas condições

A alimentação e as condições do acampamento são precárias. Cerca de mil pessoas dividem seis ou sete barracos cobertos de plástico, mas a casa-sede e o curral coberto ao lado da sede.

Em meio às redes amarradas nos cercados para boi, crianças descalças caminham sobre o esterco no chão do curral. Não há remédios nem transporte.

A falta de comida obriga os líderes de grupos a organizar um rodízio: o adulto que almoça não janta e o que janta não almoça. Nos últimos dois dias, só havia arroz e abóbora para comer.

Carne? Só de caça, mas ninguém deixa o acampamento, com medo de ataques de pistoleiros ou ações da polícia. Eles dependem de doações dos assentamentos.

Na desocupação da Goiás 2, no último dia 26 de março, os líderes Onalício de Araújo Barros, o "Fusquinha", e Valentin Serra, o "Doutor", foram assassinados.

Acusados de envolvimento, 11 PMs foram presos, dez fazendeiros ainda estão foragidos e o dono da fazenda se apresentou à polícia nesta semana. Detalhe: dez dos PMs são acusados também no processo do massacre de Eldorado do Carajás.

Como em 96, o Exército ocupou a região e espalhou barreiras pelas estradas. Como em 96, depois das mortes, os sem-terra voltaram a invadir a área e dizem que não saem mais, "nem à força".

Como em 96, o clima é tenso. Fazendeiros se armam para proteger suas terras, mas policiais são mandados para a região e o MST ameaça novas invasões.

Nascer de novo

"Posso dizer que nasci de novo. Valeu a pena." O desabafo

foi feito pelo sem-terra Orlando Rodrigues de Souza, sobrevivente do massacre de 96. Ontem, ele colhia arroz em uma das áreas do assentamento 17 de Abril.

"No tiroteio, me joguei em um buraco de lama até o pescoço e ali fiquei", diz ele como sobreviveu.

Nesses dois anos, Souza ficou no acampamento -depois assentamento-, casou-se, vai comemorar o primeiro aniversário da filha no próximo mês, construiu casa de alvenaria e espera vender mandioca e arroz.

Aquele amontoado de barracos cobertos com plástico preto, típico de acampamentos do MST, que se instalou em 1996 na fazenda Macaxeira já não existe mais.

Passados dois anos do massacre, o que se vê são casas de alvenaria distribuídas em 18 ruas. Os antigos invasores já não são sem-teto, mas, apesar de estarem produzindo, continuam sem terra.

É que o Incra desapropriou 18 mil hectares, metade do que o MST reivindica para assentar as 690 famílias. O MST não aceita reduzir o tamanho dos lotes nem assentar apenas parte das pessoas. Assim, existe a vila, mas nenhum lote foi demarcado.

Eles moram na vila erguida com os créditos federais, criam gado em pastos comuns e cultivam áreas divididas por família ao redor da vila.

(ESTANISLAU MARIA)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 18 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PM é afastada no Pará para evitar confronto

ESTANISLAU MARIA
em Eldorado do Carajás

A Secretaria da Segurança do Pará evitou acionar a Polícia Militar ontem e mandou policiais civis à rodovia PA-150 para acompanhar as manifestações dos sem-terra de Eldorado do Carajás.

A medida foi tomada para impedir provocações e um novo confronto entre PMs e militantes do MST (Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra), dois anos após o massacre.

Além disso, há três semanas, dois líderes sem terra foram assassinados durante a desocupação da fazenda Goiás 2, na região. Onze PMs -dez deles envolvidos no massacre- foram punidos administrativamente por participar da desocupação. Trinta policiais participaram da operação. A estrada não foi bloqueada e não houve confrontos.

Segundo a polícia, cerca de 500 pessoas participaram da missa, entre agricultores dos quatro assentamentos e das três invasões na região, sindicalistas, religiosos e estudantes. O MST calculou em 600 o número de manifestantes.

Na capital Belém, 3.000 pessoas (segundo a PM) protestaram em frente à Basílica de Nazaré, no centro da cidade.

O delegado Lauriston Góes, da Delegacia de Conflitos Agrários do Pará, pediu ontem a prisão preventiva dos 11 fazendeiros acusados pelos assassinatos de dois líderes sem terra durante a desocupação da fazenda Goiás 2. Os fazendeiros tinham prisão temporária decretada. Os 11 PMs que atuaram no caso foram inocentados.

O delegado concluiu ontem o inquérito e indiciou os 11 fazendeiros por homicídio culposo (sem a intenção de matar), cuja pena varia de 12 a 30 anos. O crime ocorreu em 26 de março, quando, ao final da desocupação negociada, os líderes sem terra Valentin Serra e Onalício de Araújo Barros foram mortos a tiros.

O inquérito foi entregue à juíza de Parauapebas, Maria Vitória Torres do Carmo, que decidirá sobre os pedidos de prisão. Por enquanto está em prisão temporária Carlos Antônio da Costa, dono da Goiás 2, que se apresentou esta semana, negando atuação no crime.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 18 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

No geral, ato é pacífico

MST realiza protestos em 20 Estados

Rosane Marinho/Folha Imagem



Caixões são depositados por manifestantes em protesto, em frente à Assembléia Legislativa, no Rio

da Agência Folha

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reuniu ontem mais de 34 mil pessoas, segundo os organizadores, em 20 Estados do país e no Distrito Federal para lembrar os dois anos do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará).

A Polícia Militar calculou o número de manifestantes -18 mil- em nove locais. Os protestos foram pacíficos, à exceção de São Paulo, onde policiais entraram em choque com manifestantes no centro da cidade (veja página 1-9).

Em alguns Estados, engrossaram as manifestações lideranças sindicais, professores e estudantes.

No dia 17 de abril de 1996, 19 sem-terra morreram e 70 pessoas ficaram feridas durante um confronto com a PM do Pará.

Os atos pacíficos não evitaram que a PM e o Exército fossem acionados para manter a segurança de prédios públicos.

Em Porto Alegre (RS), a polícia isolou a praça em frente ao Palácio Piratini, sede do governo do Estado. Em Recife, o Exército foi chamado para dar proteção à Sudene.

João Pedro Stédile, um dos líderes nacionais do MST, disse em Porto Alegre que a intenção do MST é "barrar a violência do governo contra os sem-terra". Em Brasília, o ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) divulgou dados de fazendeiros e seus empregados vítimas de violência no campo.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, segunda, 20 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Rainha diz que não dá "voto de confiança' a FHC

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO

em Presidente Prudente

O líder do MST José Rainha Jr. afirmou ontem que considera esgotadas as chances de um novo diálogo com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para Rainha, o governo não ficou sensibilizado com as manifestações realizadas pelo MST na sexta-feira para lembrar os dois anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). "Não damos mais voto de confiança ao governo. As ocupações vão voltar, com mais intensidade", disse Rainha, que considera ter havido relativa trégua entre o MST e o governo em 97.

Desde a semana passada, o MST invadiu quatro fazendas no Pontal do Paranapanema (extremo oeste de São Paulo), onde mora Rainha.

Ao mesmo tempo em que critica o governo FHC, Rainha poupa o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), que estaria realizando a reforma agrária no Pontal do Paranapanema.

"O presidente FHC nega os R\$ 26 milhões que o Estado quer para comprar fazendas no Pontal. Por que ele não libera o dinheiro ao Estado, que está fazendo alguma coisa?", perguntou.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, segunda, 20 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Movimento de Luta pela Terra foi criado na Bahia, já atua em 17 Estados e formou acampamentos no sul e no sudeste do Pará

MLT condena invasões e atrai dissidentes do MST

ESTANISLAU MARIA

da Agência Folha, em Curionópolis

"Radicalmente contrário a invasões", como definem seus líderes, o MLT (Movimento de Luta pela Terra) já formou acampamentos no sul e sudeste do Pará e, aos poucos, vem atraindo dissidentes do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

"Não fazemos oposição ao MST, nem pretendemos disputar a adesão dos sem-terra. Também queremos a reforma agrária, mas divergimos nos métodos", disse João Nonato Pereira de Matos, 33, um dos coordenadores estaduais do MLT. O próprio Matos militou no MST e sobreviveu ao massacre de Eldorado do Carajás (1996).

Criado há dez anos na Bahia, o MLT, segundo Matos, já atua em 17 Estados e montou acampamentos em Rio Maria (920 km ao sul de Belém) e Curionópolis (630 km ao sul de Belém), vizinha a Eldorado.

Em Curionópolis, estão acampadas 4.500 famílias, entre desempregados da cidade, do campo e ex-garimpeiros de Serra Pelada.

Na aparência, o acampamento é igual aos do MST: barracos de madeira cobertos de palha ou plástico, miséria e falta generalizada de infra-estrutura.

"Mas somos contra invasões até de áreas improdutivas", disse Matos. Segundo ele, o MLT prefere negociar antes. Atualmente, estão acampados em áreas públicas mediante acordos com as prefeituras.

Nos futuros assentamentos, o movimento pretende criar agrovilas para os assentados morarem. Eles trabalhariam nos lotes ao redor, divididos por família.

Segundo as lideranças, o movimento trabalha em conjunto com a Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e com os sindicatos de trabalhadores rurais -e é ligado ao PC do B.

Os ex-militantes do MST que estão hoje no MLT preferem evitar dizer os motivos da saída e se limitam à questão das invasões. É o caso do coordenador de grupo Hernani

Querino, 27.

"Somos filhos do MST. Não há porque criar polêmicas", disse Querino, ex-garimpeiro e também sobrevivente do massacre.

Na condição de não serem identificados, outros militantes reclamaram de desrespeito às regras internas do MST pelas próprias lideranças, radicalismo e violência nas invasões. O maior desrespeito seria o consumo de álcool.

"Sair é uma opção dos companheiros. Mas não há violência. Violenta é situação econômica e fundiária do país", declarou o coordenador do MST em Marabá, Gilmar de Oliveira. "A bebida é proibida nos acampamentos. Mas nos assentamentos pode, desde que o companheiro não se exceda e não crie confusão", afirmou o líder do assentamento 17 de Abril (do MST), Márcio Lima.

As regras internas do MLT proíbem, entre outras coisas, álcool, drogas, críticas públicas ao movimento e "ter atitudes imorais", sob pena de expulsão. Os líderes não souberam definir as "atitudes imorais", mas responderam que uma militante poderia ser expulsa caso posasse nua, como a ex-sem-terra Débora Rodrigues.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quarta, 22 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Ato reúne 7.000 pessoas, segundo a organização; para a PM, 4.000

Protesto marca comemoração de Tiradentes em Ouro Preto

FÁBIA PRATES

da Agência Folha, em Ouro Preto

A solenidade de entrega da Medalha da Inconfidência, que ocorreu ontem em Ouro Preto, Minas Gerais, atraiu mais manifestantes contra o governo do que público. O protesto, organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), reuniu 7.000 pessoas, segundo os organizadores, e 4.000, segundo a Polícia Militar.

Além dos manifestantes, cerca de 2.000 pessoas, segundo a PM, assistiram à solenidade que homenageou 290 personalidades.

Professores de universidades federais, estudantes e outros funcionários públicos começaram a ocupar o prédio da Escola de Engenharia de Minas no início da manhã. Mas foram impedidos de entrar na praça Tiradentes, onde aconteceu a cerimônia, por um cordão de isolamento feito por PMs.

Por volta das 11h, cerca de 120 sem-terra, acompanhados de representantes de partidos políticos, coordenadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outros manifestantes, chegaram à praça em passeata.

Os sem-terra, que participaram do protesto que marcou o segundo ano do massacre de Eldorado do Carajás, dia 17, em Belo Horizonte, foram em marcha até Ouro Preto no sábado. A segurança do evento neste ano foi reforçada. Cerca de 600 PMs, o dobro do efetivo de 97, participaram da operação.

Não houve confronto, mas muitos policiais carregavam cacetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

Durante a cerimônia -entre 11h e 12h30-, os manifestantes gritaram palavras de ordem e xingaram o governador Eduardo Azeredo e o presidente Fernando Henrique Cardoso de "ladrão". Eles carregavam bandeiras e faixas com mensagens denunciando o caos na educação e contrárias a FHC.

A entrega das medalhas foi presidida pelo governador Eduardo Azeredo e teve como orador oficial o ministro do Planejamento, Paulo Paiva.

O som do cerimonial tentou abafar o barulho dos manifestantes. Antes da solenidade, seis caixas de som, instaladas em frente à Escola de Engenharia, tocavam músicas baianas em volume alto. Por volta das 13h, quando as autoridades já tinham deixado o palanque, os manifestantes invadiram a praça, fizeram discursos e abraçaram a estátua de Tiradentes. Houve empurra-empurra entre policiais e manifestantes.

O governador Azeredo ficou irritado. Seu discurso ressaltou a necessidade de haver divergência sem radicalismo. Em entrevista, chamou os manifestantes de "minorias radicais e trogloditas". "É uma união de corruptos e demagogos. São pessoas que vieram em ônibus pago pela CUT, e esse dinheiro veio do imposto sindical. Não é a população que está aqui. São ativistas políticos que realmente insistem em não entender a democracia", disse.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 25 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO cotidiano**

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

SECA

Direção do movimento diz que ataques a depósitos e supermercados serão generalizados se governo não resolver a situação

MST vai incentivar saques no Nordeste

Pedro Luís/Jornal do Commercio



Maria do Carmo e família lavam folha de palmeira que vão comer no município de Tabira, sertão do Pajeú (PE)

PATRÍCIA ANDRADE
da Reportagem Local

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai incentivar os saques a depósitos de alimentos e a supermercados no Nordeste do país.

Os dirigentes do movimento entregaram à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) uma pauta de reivindicações com propostas para o combate à seca e dizem que, se os pedidos não forem atendidos até o dia 30 deste mês, vão partir para saques generalizados na região.

A participação em saques foi decidida em uma reunião da direção nacional do MST em São Paulo, no dia 17 de abril, data do aniversário de dois anos do massacre de Eldorado de Carajás.

"Saquear para matar a fome não é pecado. No Nordeste, onde a situação está crítica, o MST tem apoiado a luta dos agricultores", disse José Rainha Júnior, líder do movimento na região do Pontal do Paranapanema (oeste de SP).

²"A situação está insustentável, é a miséria que está em jogo. As pessoas que estão saqueando querem trabalho. Nós defendemos que os trabalhadores façam vigília em frente aos supermercados do país", afirma Diolinda Alves de Souza, mulher de Rainha.

Segundo Jaime Amorim, representante da direção nacional do MST em Pernambuco, entre as reivindicações apresentadas à Sudene está a abertura de crédito especial para pequenos agricultores prejudicados pela seca.

²A lista tem outros dois itens: o fornecimento de alimentação e água para as comunidades do sertão nordestino e a desapropriação de áreas férteis como as do cacau, na Bahia, de cana-de-açúcar, em Alagoas e Pernambuco, e as das margens do rio São Francisco.

Desde março, o MST tem dado suporte aos agricultores do sertão do Ceará nas ações de saque aos depósitos de merenda escolar e de cestas básicas. "Por enquanto, os saques estão localizados, mas, se o governo não fizer nada, vamos partir com tudo. É um absurdo as pessoas estarem morrendo de fome em pleno final do século 20", afirma Jaime Amorim. Preocupado com a repercussão negativa dessas investidas, o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), tem orientado os prefeitos das cidades castigadas pela seca a não entrar em confronto com os agricultores e com os integrantes do MST. Em alguns casos, a Polícia Federal é acionada para monitorar a movimentação.

Nesses dois últimos meses, ocorreram saques em 13 cidades do sertão do Ceará. Os agricultores, em algumas áreas do Estado, perderam até 90% da produção de grãos. No município de Aurora, localizado na região do Cariri (sul do Ceará), 500 trabalhadores rurais saquearam o depósito de merenda escolar no final de março.

Segundo a prefeita Maria Leonor Macedo (PSDB), quase todo o estoque se perdeu e o prejuízo foi de R\$ 8 mil. "Não reagimos porque sabemos que o problema é grave. Mas acho que, antes, eles poderiam ter negociado com a gente. Saque é caso de polícia."

Para evitar o acirramento dos ânimos, Tasso se reuniu há

duas semanas em Brasília com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e expôs o problema. Disse a Jungmann temer que o MST use a seca e a fome dos agricultores eleitoralmente.

O governo do Estado pediu a liberação de R\$ 13 milhões pelo Incra para obras de infra-estrutura em 200 assentamentos do MST no Ceará. Com essa medida, o governador espera que haja uma trégua. A construção de casas, poços e armazéns nos assentamentos vai ser feita em mutirão.

"Há uma tensão política que precisa ser desfeita. Sabemos que existe a crise, que houve perda de grãos. Mas o MST está se aproveitando disso para faturar", afirma o secretário de desenvolvimento rural do Estado, Pedro Sisnando.

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, segunda, 27 de abril de 1998 **FOLHA DE S.PAULO ilustrada**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Bailarino se apresentou para o MST

da Agência Folha, em Belo Horizonte

A primeira apresentação pública de "Um Solo com a Sombra" aconteceu no protesto do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para lembrar os dois anos do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará), na última sexta, em Belo Horizonte.

Marcelo Gabriel mostrou sua coreografia e improvisou diante de 130 trabalhadores sem terra que saíram de assentamentos no Vale do Rio Doce e no Triângulo Mineiro e foram a Belo Horizonte.

Os manifestantes carregavam 22 caixões, representando os 19 mortos no massacre há dois anos, dois líderes sem terra assassinados em Parauapebas (PA) e o índio pataxó Galdino, queimado por adolescentes em Brasília.

Durante o protesto, Gabriel dançou entre os caixões enquanto segurava fotos de Sebastião Salgado sobre o movimento dos sem-terra. A manifestação foi gravada em vídeo, que será usado nas próximas apresentações.

A passeata teve a participação também de índios da tribo pataxó e representantes dos outros povos indígenas de Minas Gerais.

Marilda Quintino, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), uma das organizadores do protesto, disse que a apresentação de Marcelo Gabriel não estava prevista, mas, mesmo assim, atraiu as pessoas que passavam pelo local. "Ele fez a intervenção e ajudou a chamar a atenção da questão da terra, tanto dos trabalhadores sem terra quanto dos índios", disse. (CHS)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quinta, 7 de maio de 1998 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST já está em 23 Estados

PATRÍCIA ANDRADE

da Reportagem Local

Aos 14 anos de idade, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se transformou na principal força de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Representado em 23 Estados, o movimento toma suas decisões em forma de colegiado. Uma de suas filosofias é não pregar o "culto à personalidade". Apesar disso, João Pedro Stedile, um dos ideólogos do MST, e José Rainha Júnior, principal líder na região do Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo), são considerados estrelas do movimento.

O embrião do MST surgiu em 1979, quando as primeiras invasões de terra aconteceram no Sul do país. Hoje, o movimento ocupa o vácuo deixado pelos partidos tradicionais de esquerda, que não têm conseguido mobilizar a população contra o governo FHC.

Seguidores de uma disciplina quase militar e com uma grande capacidade de criar fatos, os trabalhadores rurais sem terra ganharam apoio de boa parte da população brasileira. Em 97, uma pesquisa encomendada pelo PFL ao instituto Vox Populi revelou que 80% dos entrevistados apoiavam os métodos dos sem-terra.

A marcha do MST -que invadiu as ruas de Brasília, em abril

de 1997, para lembrar um ano do massacre de Eldorado do Carajás- foi uma das principais manifestações contra o governo FHC.

Pesquisa recente encomendada pelo governo mostrou, porém, que a popularidade do MST estava em queda, principalmente por causa das invasões de prédios públicos organizadas pelo movimento.

"O MST estava perdendo o fôlego e decidiu pegar carona na seca para reaglutinar seus seguidores", diz o diretor do Incra, Gilmar Viana.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quinta, 18 de junho de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ACUSAÇÃO

Exposição de Salgado é criticada

**Diretora é indiciada por expor
"Terra"**

em Presidente Prudente

A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de fazer "lavagem cerebral e pregar a legalidade da ilegalidade". Isso porque ela expôs a mostra "Terra", de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem-terra e do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP).

O delegado Marco Antônio Fogolin abriu o inquérito e disse que a mostra infringiu artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos tratam de restrições ao acesso a publicações que possam ferir os "valores éticos e sociais" da família. Ele se decidiu após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado "com medo" das fotos.

Segundo Elza, não houve queixa. "A mãe de Wesley foi chamada na delegacia porque seu filho estava lá e reclamou espontaneamente das fotos. Não foi reclamar."

"Tudo não passa de perseguição. O delegado sabe que sou ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e ele é o maior inimigo do MST", disse Elza. Ela diz

que foi autorizada pela delegacia de ensino.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 22 de agosto de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Palestra é proibida por Justiça do MS

da Agência Folha, em Campo Grande

O juiz de Mundo Novo (462 km ao sul de Campo Grande), Cléber Corsato Barboza, proibiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de realizar palestras em escolas públicas da rede estadual no município.

O juiz disse à Agência Folha que as palestras poderiam ter influência político-partidária, e a campanha eleitoral em prédios públicos é vedada por lei.

Barboza também levou em conta um "clima de adversidade" entre produtores rurais e MST no município, por causa do abate de 30 cabeças de gado na fazenda Savana, há duas semanas.

As palestras acabaram sendo realizadas em locais públicos e nas escolas da rede municipal. A prefeita local, a ex-sem-terra Dorcelina Folador (PT), autorizou os eventos. As palestras fazem parte da marcha organizada pelo MST no Estado.

Três colunas, com 50 integrantes cada, deverão se encontrar no dia 7 de setembro em Campo Grande, onde haverá a manifestação "Grito dos Excluídos".

Nas cidades por onde passam, as colunas promovem debates em escolas e encontros com dirigentes sindicais.

Egídio Brunetto, da coordenação nacional do MST, disse que "de modo algum seria permitida a participação de políticos nas palestras e eventos organizados durante a marcha".

O próprio candidato do MST a deputado estadual, Toninho Borborema, não participa da marcha.

Segundo Brunetto, também não são pedidos votos ao candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em junho último, a diretora de escola Elza Maria da Silva, de Presidente Prudente (SP), foi indiciada em inquérito policial por ter exposto a mostra "Terra", de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem-terra e do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP). O delegado Marco Antônio Fogolin disse que a mostra infringiu artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos tratam de restrições ao acesso a publicações que possam ferir os "valores éticos e sociais" da família.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sábado, 22 de agosto de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST toma cinco toneladas de alimentos em Apodi

Sem-terra saqueiam caminhão no RN

da Agência Folha

Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405, no município de Apodi (RN), levando cerca de cinco toneladas de alimentos.

O saque ocorreu por volta das 9h. Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e obrigaram o motorista Edmílton Dias Dutra a entregar o carregamento de linguiça e mortadela. A carga era da empresa São Mateus, de Recife. Foi o terceiro saque organizado pelo MST desde o início do ano na região de Mossoró e Apodi.

No mês de maio, ocorreram saques nos municípios de João Câmara e Bento Fernandes. A região é uma das mais atingidas pela seca no Rio Grande do Norte.

Os saqueadores fazem parte de um grupo de 105 famílias que está acampado há dois meses na fazenda Mororó, pertencente à família Rosado, de Mossoró.

Desapropriação

A fazenda tem uma área de cerca de 3.000 hectares e está em

processo de desapropriação pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Dulcinéia Gomes, da coordenação estadual do MST, disse que os sem-terra da fazenda Mororó não recebem cestas básicas e não estão alistados no programa de frentes produtivas do governo federal. "Estamos passando fome", diz.

Gomes afirmou que os sem-terra estavam na beira da estrada desde a quarta-feira passada pedindo donativos a quem passava.

Anteontem, decidiram fazer o saque. Ficaram desde as 5h esperando passar algum caminhão com carga de alimentos. Às 9h, atacaram o caminhão da empresa São Mateus.

Ninguém foi preso.

Os sem-terra reivindicam aceleração do processo de desapropriação da fazenda, distribuição de cestas básicas e abertura de 60 vagas nas frentes de serviço.

Gomes disse que os sem-terra voltarão à estrada caso o governo não atenda às suas reivindicações. Ontem, a prefeitura de Apodi doou 80 cestas básicas a eles.

Atropelamento

O trabalhador rural Miguel de Souza, 42, coordenador do assentamento 17 de abril, em Eldorado de Carajás (PA), foi atropelado e morreu anteontem durante uma marcha do MST. A marcha reuniu cerca de 800 trabalhadores.

Segundo Gilmer de Oliveira, da direção estadual do MST no Pará, o trabalhador foi atropelado por um carro por volta das 22h, quando a marcha estava na rodovia PA-275, próxima a Curionópolis.

Um carro em alta velocidade teria investido contra o trabalhador, que foi atingido pelas costas.

O motorista fugiu em seguida. Testemunhas disseram que tratava-se de uma camionete Saveiro. Um carro da Polícia Militar teria tentado seguir o carro.

Miguel de Souza morreu no local. A Agência Folha não conseguiu no final da tarde de ontem contatar a polícia de Curionópolis para saber se o suspeito havia sido identificado ou detido.

Miguel de Souza saiu anteontem de Parauapebas, por volta das 17h30, em um grupo de cerca de 800 trabalhadores rurais que formam uma coluna.

A coluna vai marchar até Belém. Os integrantes vão participar do "Grito dos Excluídos", que ocorre no dia 7 de setembro próximo.

O corpo do trabalhador estava sendo velado ontem no assentamento 17 de abril, antiga fazenda Macaxeira, em

Eldorado do Carajás. No local ocorreu o massacre de 19 sem-terra em 1996.

Uma segunda coluna de trabalhadores rurais ligados ao MST, que saiu de São João do Araguaia, deve chegar a Belém no dia 30.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, sexta, 23 de outubro de 1998 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Justiça escolhe 21 jurados e advogado ligado à acusação afirma que 6 deles são imparciais sobre o caso

Júri do massacre no PA causa polêmica

Jorge Araújo - 23.abr.96/Folha Imagem



Caixões de sem-terra mortos em Eldorado do Carajás em abril de 96

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Belém

A Justiça do Pará realizou anteontem o sorteio dos 21 jurados que poderão fazer parte da tribuna que decidirá o destino dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás.

Dos 21 titulares sorteados, 6 são bancários; 2, empregados da Telepará; 7, funcionários públicos e 6, empresários.

Eles foram sorteados entre 340 pessoas selecionadas pela comarca de Marabá. Segundo o advogado da SPDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) e

assistente de acusação, Hernandes Espinosa Margalho, os seis empresários são ligados a fazendeiros, o que comprometeria a imparcialidade do júri.

No dia do julgamento, marcado inicialmente para 23 de novembro, o juiz deverá sortear dez nomes para compor a banca de sete jurados. Tanto a defesa quanto a acusação poderão recusar até três nomes.

Os jurados deverão julgar 143 dos 155 policiais militares acusados de envolvimento na morte de 19 sem-terra no dia 17 de abril de 1996, no sul do Pará.

Além de 19 sem-terra, cerca de 60 pessoas, incluindo militares, ficaram feridas durante o confronto entre integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a PM, na "Curva do S", em Eldorado do Carajás.

Seis oficiais recorreram ao STF (Supremo Tribunal Federal) e aguardam decisão. Três sem-terra envolvidos também esperam decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e não deverão ser julgados na mesma data.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá, André Barbosa de Souza, foi um dos sorteados. Souza é filho de fazendeiro e dono de uma rede de supermercados na região.

O empresário contou à Agência Folha que dias antes do massacre o governo estadual, por meio do coronel Mário Colares Pantoja, comprou mantimentos para os sem-terra em uma de suas lojas.

Souza disse não ter opinião formada sobre o assunto e lamentou ser um dos escolhidos. "Estou numa situação difícil."

Segundo a advogada Simone Oliveira, um posicionamento antecipado do jurado pode provocar a impugnação do seu nome.

Recurso

O Ministério Público estuda ainda a possibilidade de recorrer à mudança do local do julgamento. A promotoria havia pedido a mudança para Belém, alegando "falta de segurança e imparcialidade do júri na região".

A Justiça, no entanto, decidiu transferir de Curionópolis para Marabá, embasada no Código Penal, que prioriza o desaforamento (mudança de local de julgamento) para a comarca mais próxima.

O MST é contra o julgamento em Marabá e promete se mobilizar para um protesto de repúdio à decisão.

O juiz responsável pelo caso, Otávio Marcelino Maciel, foi procurado pela Agência Folha ontem, mas não foi

encontrado.

O massacre dos sem-terra foi um dos mais graves incidentes fundiários da história do país.

Sua repercussão internacional levou entidades como a Anistia Internacional a condenar a atuação do governo no caso.

Na campanha eleitoral deste ano, o governador-candidato Almir Gabriel (PSDB) foi bombardeado com críticas ao desempenho de sua polícia no incidente. Ele é candidato à reeleição.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, quarta, 11 de novembro de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Ligações de jurados podem comprometer julgamento do massacre de sem-terra

MÁRIO MAGALHÃES

enviado especial a Marabá (PA)

A imparcialidade e a independência do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás, um dos maiores crimes fundiários da história do Brasil, estão ameaçadas. Se for realizado em Marabá (Pará), 657 km ao sul de Belém, o julgamento poderá favorecer a maioria dos 154 policiais militares acusados de matar 19 trabalhadores rurais sem terra no dia 17 de abril de 1996.

Os policiais militares réus no processo de Eldorado do Carajás (PA) não apenas continuam trabalhando normalmente, mas vários deles fazem a segurança do fórum de Marabá e de autoridades influentes, como o prefeito da cidade.

O juiz Otávio Marcelino Maciel, 67, adiou anteontem o julgamento, previsto para o dia 23.

Para marcar nova data para o julgamento, vai esperar que o STF (Supremo Tribunal Federal) e o STJ (Superior Tribunal de Justiça) se pronunciem sobre o pedido de transferência do julgamento para Belém.

Investigação da **Folha** em três cidades paraenses revela que, dos 21 jurados pré-selecionados, muitos têm ligações ou são fazendeiros, categoria cujos laços com a Polícia Militar são fortes na região. Numa área conflagrada por disputas agrárias, há também jurados alinhados com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Sete jurados são de famílias de fazendeiros, um se aproxima desse grupo por vinculação de parentesco, cinco mantêm ligações comerciais em níveis diferentes com proprietários rurais, três são aliados do PT e um tem cargo de confiança no governo de Marabá, cujo prefeito trabalhou na PM.

Serão sorteados sete membros para o júri. Defesa e acusação têm direito de vetar três nomes cada. Nada assegura que um jurado vote considerando apenas as suas conexões com fazendeiros ou trabalhadores sem-terra. Mas as ligações ameaçam o princípio de imparcialidade do júri.

A Justiça do Pará recusou pedido para transferir o julgamento para Belém. O Ministério Público pede a mudança de local alegando falta de segurança em Marabá e parcialidade dos jurados.

Otávio Maciel disse que, mesmo com adiamento, manterá a lista dos 21 jurados, caso o julgamento permaneça em Marabá, como ele quer. "Não vou tirar ninguém, seja fazendeiro, filiado a partido político ou quem tem medo. Se todo mundo disser que tem medo, eu não terei jurado."

Acusados guardam fórum

Quem quer encontrar um PM réu no processo do massacre de Eldorado não precisa ir ao quartel da corporação em Marabá: basta ir ao fórum.

O fórum de Marabá é o prédio público civil mais bem protegido da cidade. Entre os até seis policiais militares que fazem a sua segurança, em dias considerados tranquilos, há quase sempre réus do processo criminal 786/96, o da chacina de Eldorado.

No último dia 5, o soldado postado à entrada do fórum era Sebastião Lopes da Silva Neto, réu no caso Eldorado. "Acho que o julgamento não vai dar em nada, não há como provar nada", disse o soldado à **Folha**.

Neto se apóia em dois argumentos: 1) desapareceram os livros com o registro das armas e da munição que cada militar levou de seu quartel em 1996; 2) os policiais retiraram a tira de pano, presa com velcro à altura do peito, que os identificava. Assim, torna-se mais difícil saber quem atirou contra os sem-terra (alguns PMs portavam escudo e cassetete).

Hoje, o soldado que faz a segurança da juíza Margui Gaspar Bittencourt não pode ser identificado: um colete sobre permanentemente a tira com seu nome.

Até poucos meses atrás, o segurança da juíza Margui era o soldado José Augusto Alves de Souza, também acusado de matar os sem-terra.

O juiz Otávio Maciel, afirma não considerar inconveniente a presença de PMs réus no serviço de segurança do fórum.

O julgamento está previsto para ser realizado num ginásio esportivo. Maciel disse que requisitará para a segurança seis agentes da Polícia Federal.

²

PMs réus são segurança do prefeito

O prefeito de Marabá, o médico Geraldo Veloso, integra o PSDB, mesmo partido do governador do Pará, Almir Gabriel. Em abril de 1996, Gabriel autorizou a operação policial para retirar os sem-terra da PA-150.

O governador não é réu no processo -comparecerá ao julgamento como testemunha.

Os seguranças do prefeito Veloso são o sargento Everaldo Lins Gondin e o soldado Gilson Bezerra, ambos cedidos pelo 4º BPM (Batalhão de Polícia Militar) do Pará, sediado em Marabá.

Gondin e Bezerra também são réus no processo de Eldorado. O prefeito tem boas relações com vários jurados. Os quatro integrantes da diretoria da Acim (Associação Comercial e Industrial de Marabá) pré-selecionados para o júri participam regularmente de reuniões para discutir parcerias com a prefeitura.

Geraldo Veloso trabalhou como médico, por 14 anos, no 4º BPM. Com "autoridade de quem fez mais de 20 mil partos em Marabá", ele afirma que o júri "está mais para a absolvição".

Para o prefeito, crimes na região não ocorrem devido a disputas pela terra. "Em todo lugar se mata. Não foi Marabá que inventou o Ricardão. Quando, aqui, se mata o Ricardão, dizem logo que é questão fundiária."

²

Sete jurados são de famílias de fazendeiros

Sete jurados são de famílias que têm ou tiveram até há pouco tempo propriedades rurais:

1 e 2) Os irmãos André e Eduardo Barbosa de Souza, donos de uma rede de 15 supermercados, nove boutiques, uma transportadora e uma distribuidora de cerveja, são filhos de Orlando Barbosa, fazendeiro com 10 mil ha de terras (9.259 gramados do Maracanã) em Tucuruí (PA).

André Barbosa, presidente da Acim e filiado ao PTB, tem uma chácara em Marabá. Seu irmão, segundo ele, é proprietário de uma "fazendinha" em São Domingos do Araguaia (PA).

A carne vendida pela rede Alvorada de supermercados é comprada no frigorífico central de Marabá, abastecido por fazendeiros da região, que também entregam mensalmente 20 toneladas de hortigranjeiros aos irmãos Barbosa.

3) O bancário Domingos Carvalho Gomes tinha, até dois anos atrás, uma fazenda de 450 ha em Eldorado do Carajás. Lá, ele criava "cento e poucas" cabeças de gado e mantinha produção agrícola comercial.

4) A comerciante Rogéria Costa de Oliveira é dona de um açougue. Seu marido tem gado "de meia" -coloca seu rebanho em terras alheias, repartindo o faturamento. Um irmão de Rogéria Oliveira é proprietário rural.

5) Como a professora Jesuína Cavalcante tem enfrentado problemas na convalescença de uma cirurgia, passa a integrar a lista dos 21 jurados o primeiro suplente, Hamilton Antônio de Araújo.

Ele era dono da fazenda Oito Barracas, em São Domingos do Araguaia. A fazenda foi desapropriada em 1998 pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

6 e 7) A auxiliar de fiscalização da Secretaria Estadual da Fazenda Maria de Jesus Martins Ferreira e a professora Ivonete Alves Martins também são de família proprietária de terras.

Oriundas de São João do Araguaia (PA), elas têm uma ligação que distancia dos sem-terra mais um jurado.

²

Invasão une jurados contra sem-terra

A funcionária da secretaria da Fazenda é filha do fazendeiro José Ferreira, já morto. "Zé Ferreira foi o maior latifundiário da história de São João", diz o prefeito de Marabá, Geraldo Veloso.

Maria de Jesus divide com sete irmãos a herança do pai. Ela vendeu o seu rebanho, mas mantém a plantação de arroz, mandioca e outros itens, num negócio administrado por sua irmã Aniuba Ferreira, ex-prefeita de São João.

O atual prefeito da cidade é Mário Martins Sobral Ferreira, reconhecido como filho pelo fazendeiro José Ferreira.

O prefeito de São João do Araguaia é produtor rural e primo da professora Ivonete Alves Martins, também jurada.

Outra jurada pertence ao núcleo de São João: a assistente administrativa da Telepará Valdecy Alves Mestres, tia por

parte de mãe da professora Ivonete.

Há pouco mais de um mês, sem-terra invadiram a Prefeitura de São João do Araguaia. A atitude foi deplorada pelo núcleo Alves-Martins-Ferreira.

²

Comércio aproxima jurados e ruralistas

Há cinco jurados que, mesmo sem pertencer a famílias produtoras rurais, mantêm com elas, por força do seu trabalho, ligações que variam em intensidade:

1) O empresário Sérgio Lemos Nunes da Silva, vice-presidente da Acim e filiado ao PSDB, é dono da Poolife, uma loja cujo maior negócio é a venda de produtos químicos para piscinas.

A maioria das piscinas da região está instalada em chácaras e fazendas. Seus proprietários são os principais clientes da Poolife.

O empresário trabalhou 20 anos na agência do Banco do Brasil de Marabá, onde cuidou da carteira rural, negociando com pecuaristas e produtores agrícolas.

2) O empresário Delmar Ronildo Ritter é o segundo diretor para Assuntos Industriais da Acim.

Dono da Retrumar, uma oficina de manutenção de carretas e caminhões que emprega 21 funcionários, Ritter tem clientes madeireiros e fazendeiros.

3) O segundo-tesoureiro da Acim, Hudson Ferreira da Silva, tem uma rede de cinco lojas em Marabá, a Chic's.

Ele vende os produtos mais sofisticados do comércio marabaense. Muitos fazendeiros compram na Chic's Presentes, na Chic's Lazer e nas outras lojas.

4) O bancário Lino Alberto Pinto Pacheco é fiscal rural do Basa (Banco da Amazônia). Sua função é visitar propriedades no campo acompanhar como pequenos proprietários de terra aplicam financiamentos concedidos pelo banco para a agricultura.

5) A bancária Fabiana Andréa de Souza atende pequenos, médios e grandes proprietários rurais numa agência do HSBC Bamerindus na Cidade Nova.

Legalmente, a família da bancária não tem terras, apesar de "um parente distante" do seu marido ser dono de uma "fazendinha".

Fabiana e o marido "ainda", segundo ela, não aceitaram o convite para ingressar numa das três lojas maçônicas de Marabá. Pelo menos quatro dos 21 jurados e 10 suplentes são maçons.

²

PT é referência de três jurados

Inferior à "bancada ruralista" na relação de 21 jurados, o MST tem três aliados:

1) A professora Verondília Gomes de Almeida foi uma das fundadoras do PT em Marabá.

Até hoje é filiada ao partido. A professora declarou à **Folha** seu voto pela absolvição dos três sem-terra réus.

2) O professor Elizione Bento da Silva é irmão do petista Demerval Bento da Silva, diretor em Marabá do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Pública do Estado do Pará. O professor votou em Lula para presidente.

3) A professora Carminda Bezerra Pereira é simpatizante do PT. Ela já participou de uma passeata que reuniu professores da rede pública e militantes do MST.

Nada assegura, porém, que ela acompanhará no julgamento as posições dos sem-terra: Carminda Pereira é um dos cinco jurados que dizem ter medo das consequências dos seus votos.

²

Jurados dizem ter medo

Os PMs são acusados do crime de homicídio duplamente qualificado, com pena de 20 a 30 anos. Mesmo condenados, terão direito a um segundo julgamento, porque a pena alcançará 20 anos.

A maioria dos eventuais condenados, réus primários, continuará em liberdade, exercendo o dever de garantir a segurança dos cidadãos, inclusive os jurados.

Para cinco jurados, definir o embate que politicamente opõe o MST à coligação PM-fazendeiros é uma missão de risco:

1) Carminda Pereira, professora: "Tenho medo. Não me sinto à vontade."

2) Teresinha Martins de Jesus, assistente administrativa da Telepará: "Morro de medo dessas coisas. Claro que não estou tranquila, é uma questão delicada."

3) Manoel Tancredo Neves Lustosa, gerente de contas do banco Itaú: "Temor sempre se tem, temor de retaliação. O julgamento não deveria ser em Marabá, onde não há segurança, não só para os jurados, mas para todo mundo."

4) Nilton Primo Ribeiro, auxiliar de processamento de dados do Basa: "Aqui é uma área muito perigosa, com muita pressão em cima dos jurados. No sul do Pará, a gente diz que não, mas existe medo."

5) Um quinto jurado, citado anteriormente, afirmou, depois de pedir para que o repórter desligasse o gravador, que tem medo de retaliações do MST no caso de um voto pela absolvição da maioria dos PMs.

²

Jurados criticam MST

Os 21 jurados e os 10 suplentes foram sorteados de uma lista-base da comarca de Marabá, com 344 cidadãos considerados idôneos.

Na véspera do julgamento, será feito o sorteio para definir os sete membros do júri. Os irmãos e a tia e sobrinha se excluem, por lei.

Otávio Maciel planeja desmembrar o julgamento em blocos, de um a 25 réus. Numa decisão juridicamente polêmica, ele afirmou que, em cada bloco, fará um sorteio diferente para o júri.

Mesmo afirmando considerar legítima a aspiração do MST pela reforma agrária, muitos jurados manifestaram críticas:

1) Ivonete Martins: "Há muita gente necessitada, mas muitos vão lá só para avacalhar. O MST apóia políticos corruptos, que usam a massa popular."

2) Domingos Gomes: "Todo mundo tem uma causa, mas não concordo com baderna."

3) Rogéria Oliveira: "Há pessoas sofredoras incentivadas por políticos que se aproveitam da sua pouca sabedoria."

4) André Barbosa: "É delicado fechar estradas, saquear caminhões. Ninguém tem direito de tirar nada de ninguém."

5) Sérgio Nunes da Silva: "Reconheço como válido , mas vejo pessoas que se aproveitam das situações."

6) Delmar Ritter: "A ideologia tem lógica, mas grande parte da sociedade repudia atitudes como invasão de terra produtiva."

7) Maria de Jesus Ferreira: "Não gosto desse negócio de sem-terra, gente que pega o que é dos outros, toma a terra e logo já quer outra."

8) Nilton Ribeiro: "é um partido radical, com invasão de terras. A coisa não é por aí."

A interdição da rodovia PA-150 em abril de 1996 foi feita por sem-terra que haviam invadido a fazenda Macaxeira, em Curionópolis. Eles faziam uma caminhada rumo a Marabá e Belém.

2

PM "doente mental" escapa de julgamento

O juiz afirma que desmembrará o julgamento em vários grupos, como: A) Os três sem-terra. B) O sargento Getúlio Marques, que é réu e vítima (perdeu a visão de um olho). D) Os PMs que estavam só de cassetete e escudo. E) Oficiais. F) PMs que portavam diferentes tipos de armas de fogo.

Um dos problemas do método escolhido por Maciel é que ele dividiu os policiais com base no depoimento de cada um. "E quem disse que estava com arma afirmou que atirou para

cima".

Outra polêmica: 12 dos 19 corpos mostravam cortes profundos, provavelmente feitos por facões e foices que os militares teriam retirado dos sem-terra. Ou seja: mesmo sem arma de fogo, um PM pode ter sido o responsável por alguma morte.

Dos 159 envolvidos no caso que Maciel pretendia levar a julgamento, um tenente foi excluído pelo Tribunal de Justiça do Pará, que aceitou sua versão de que se afastou do conflito ao ser ferido.

O soldado Edson Soares não será julgado porque foi considerado doente mental pela PM. O juiz não solicitou parecer de uma junta médica independente.

As sessões para cada bloco de acusados estão marcadas para começar às segundas e quintas. O juiz acredita que o julgamento terá duração de dois meses.

²

Violência marca cidade

Marabá é o centro de uma região marcada pela violência. No dia 26 de março, 11 PMs de folga teriam, acompanhados de pistoleiros, assassinado dois sem-terra na fazenda Goiás 2, em Parauapebas, propriedade do empresário Carlos Antônio Costa.

Oito policiais, réus no processo de Eldorado, foram expulsos da corporação. O empresário foi preso. A Acim coordenou a campanha para a sua libertação.

Nos anos 70, Marabá foi quartel do Exército no combate à guerrilha do Araguaia. Hoje o Exército tem 2.000 homens na área.

Depois, a cidade foi vítima da corrida do ouro em Serra Pelada (a menos de 150 km).

Marabá tem cerca de 200 mil habitantes, num território de 15 mil metros quadrados, 150% maior do que o do município do Rio.

Nas últimas duas semanas, quatro bancos da região foram assaltados. A Acim (quatro diretores jurados) pode repetir o gesto de doar carros para a PM.

Para o julgamento, o MST prepara uma manifestação com pelo menos 3.000 sem-terra.

O soldado José Ivanildo da Silva, presidente do Grêmio de Cabos e Soldados da PM e dos Bombeiros em Marabá, promete número igual: "O MST não pega as crianças, as mulheres e os leva para a rua? É bom que o julgamento seja mesmo aqui, porque nós vamos fazer o mesmo com a família dos PMs."

O coronel Faustino Neto, comandante do 4º BPM, disse que

espera pedido do juiz para fazer a segurança dos manifestantes.

Dos cerca de 243 PMs de Marabá, aproximadamente 70 são réus no processo de Eldorado.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, segunda, 16 de novembro de 1998 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MASSACRE NO PARÁ

Presidente da Câmara solicitará ao Ministério da Justiça proteção para jornalista ameaçada de morte

Temer pedirá proteção para testemunha

MÁRIO MAGALHÃES

da Sucursal do Rio

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), pedirá nesta semana ao Ministério da Justiça proteção para que a jornalista Marisa Romão possa depor como testemunha no julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (PA).

A interferência de Temer foi solicitada pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Paulo Rocha (PT-PA).

Em dezembro de 1997, Romão foi embora de Marabá (PA), local onde está prevista a realização do julgamento, depois de registrar na Polícia Civil ameaças de morte recebidas por telefone. Nos últimos dias na cidade, teve proteção da Polícia Federal.

Marisa Romão é uma das poucas testemunhas do confronto entre policiais militares e trabalhadores rurais que não pertence a nenhuma das duas partes.

O incidente ocorreu em 17 de abril de 1996, quando 19 sem-terra foram mortos numa operação da Polícia Militar para desobstruir a rodovia PA-150, na altura de Eldorado do Carajás (PA), 754 km a sudoeste da capital, Belém.

A jornalista estava no local cobrindo manifestação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para a TV Liberal, afiliada da TV Globo no Pará.

Em março de 98, pediu garantia de vida à Secretaria

Nacional dos Direitos Humanos. De dezembro de 97 a março deste ano, morou na casa do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT).

O julgamento não tem data marcada. O juiz responsável pelo caso, Otávio Marcelino Maciel, vai esperar que o Superior Tribunal de Justiça se pronuncie sobre pedido do Ministério Público para transferir o julgamento de Marabá (a 100 km de Eldorado) para Belém.

Serão julgados PMs (acusados de homicídio duplamente qualificado) e sem-terra (lesões corporais).

"Eu não tenho posição nenhuma a favor ou contra qualquer lado da história", disse ela à **Folha**. "Como jornalista, tenho a obrigação ética de ser imparcial. Mantive a imparcialidade em todos os depoimentos." Ela comandava a equipe da TV Liberal que gravou imagens do massacre exibidas em todo o mundo. Seu testemunho, em tese, pode ajudar e prejudicar tanto os PMs como os sem-terra.

A jornalista conta que, antes do início do tiroteio, ouviu um conselho do major José Maria Pereira de Oliveira, que comandou o batalhão de Parauapebas (PA) -o coronel Mário Colares Pantoja, do batalhão de Marabá, dirigiu a operação. "Oliveira me disse: "Só te dou um conselho. Sai daqui que eu não te dou garantia de vida", teria dito o oficial, segundo relato dela.

Oliveira negou ter feito essa afirmação. Se verdadeira, ela indicaria que as mortes foram consequência de um confronto planejado.

Por outro lado, a jornalista disse que não viu nenhum sem-terra morto antes de os manifestantes partirem em direção a policiais, jogando paus e pedras.

Os PMs disseram ter atirado para se defender. Os sem-terra dizem que agrediram para buscar o corpo do agricultor Amâncio dos Santos Rodrigues, que teria sido atingido.

Ao abandonar Marabá, onde viveu 15 anos, a mineira Marisa Romão deixou o emprego de jornalista e uma casa de chá, da qual era sócia. "A pessoa que fazia as ameaças falava em colegas de farda", contou a testemunha.

Dias depois, a casa de chá foi assaltada por cinco homens.

Logo viria a fechar. "A voz anônima ao telefone era masculina", conta a jornalista. "Dizia: "Se você denunciar, você está ferrada. Eles acham que você falou demais'."

Mesmo com proteção, Marisa Romão não sabe se irá ao julgamento, seja em Belém ou Marabá.

"Já perdi muito, estou tentando refazer a minha vida, fora do que eu mais gosto de fazer, que é jornalismo." Com medo, parentes têm pedido que ela não compareça ao tribunal. Na

cidade onde vive, Romão, temerosa, evita sair à noite.
"Estou há um ano exilada no meu próprio país, tudo é muito difícil. Não há lei de proteção a testemunhas, nem orçamento para dar a elas condições de vida."

A **Folha**, embora saiba, decide não publicar em que lugar Romão hoje mora e onde trabalha. Segundo o "Novo Manual da Redação", "em regra, a **Folha** publica tudo o que sabe. Mas pode decidir omitir informação cuja divulgação coloque em risco a segurança pública, de pessoa ou de empresa". Em Marabá, o coronel Faustino Neto, comandante do 4º Batalhão da PM, disse que a corporação pode garantir a segurança do julgamento, inclusive das testemunhas. Alegando medo de perseguição de fazendeiros, militantes do MST da região usam codinomes, como "Miguel", agricultor que presenciou o massacre de Eldorado, vai depor no julgamento, mas não disse seu nome verdadeiro à **Folha**.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

São Paulo, Sábado, 17 de Abril de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST

Ato lembra morte de 19 sem-terra

da Agência Folha

O MST começou ontem uma série de mobilizações em 23 Estados para lembrar os três anos do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996.

Em pelo menos dez Estados, marchas de sem-terra chegaram ontem pela manhã às capitais. Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país, segundo estimativa do MST.

Em Porto Alegre (RS), no final da tarde de ontem, cerca de 500 integrantes do movimento começaram uma "vigília" na frente do prédio do Incra, prevendo um jejum que duraria todo o dia de hoje.

Em Eldorado do Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembrar o conflito,

Texto Anterior: [No Ar - Nelson de Sá: Erros e restrições](#)
Próximo Texto: [Itamar vai parcelar 13º salário atrasado](#)
[Índice](#)

São Paulo, Sábado, 26 de Junho de 1999 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Julgamento é marcado para agosto

da Agência Folha, em Belém

O julgamento dos 150 policiais militares acusados de envolvimento no massacre de Eldorado do Carajás, no sul do Pará, começará no dia 16 de agosto e deverá acabar em 3 de dezembro.

O juiz Ronaldo Valle dividiu o julgamento em 27 seções que ocorrerão sempre às segundas-feiras e às sextas-feiras.

Os primeiros a ser julgados serão os oficiais. No primeiro dia irá para o Tribunal do Júri o coronel Mário Colares Pantoja, comandante das tropas. A partir da terceira sessão, serão julgados os sargentos, cabos e soldados.

Em 17 de abril de 1996, policiais militares e sem-terra entraram em conflito durante a obstrução de estrada em Eldorado do Carajás. Dezenove integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) morreram na ocasião e cerca de 60 sem-terra e policiais ficaram feridos.

Na avaliação do juiz, o primeiro dia de julgamento será o mais longo, já que estão sendo chamadas 18 testemunhas. Entre elas, o governador Almir Gabriel (PSDB) e o então secretário da Segurança Pública e atual secretário da Defesa Social, Paulo Sette Câmara.

Para o julgamento foi reservado um auditório da Unama (Universidade da Amazônia) com capacidade para 320 pessoas. Um esquema de segurança também está sendo preparado pela Polícia Militar.

Dos 155 policiais denunciados pelo Ministério Público no início do processo, cinco estão fora do julgamento. Um oficial recorreu e conseguiu ser despronunciado. Um soldado deve ser processado separadamente -alegou ter problemas mentais. Dois soldados morreram enquanto trabalhavam. Um outro soldado está foragido.

O MST promete vários protestos durante o julgamento. Segundo o coordenador estadual, Raimundo Nonato Souza, estão sendo chamados 40 advogados ligados a movimentos sociais de vários Estados para acompanhar o julgamento.

Texto Anterior: [Ciro ataca senador baiano](#)

Próximo Texto: [Cúpula do Rio: UE aposta em "opção" anti-EUA](#)
[Índice](#)

São Paulo, Domingo, 08 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Governador falará sobre Carajás massacre

Gabriel vai depor em foro especial

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Belém

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), intimado a testemunhar no julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre Eldorado do Carajás, fará seu depoimento na Granja do Icuí, residência oficial do governo, foro especial designado pelo juiz Ronaldo Valle.

Terá o mesmo benefício o atual secretário de Gestão Social do Pará, Paulo Sette Câmara, então secretário da Segurança - logo, autoridade responsável pela atuação da Polícia Militar no Estado.

Cinco advogados de defesa dos PMs pediram o testemunho de Gabriel e de Câmara. A tática dos advogados é tentar jogar a responsabilidade pela morte dos 19 sem-terra, ocorrida em abril de 1996, para os superiores.

"Queremos saber a versão exata dos fatos e como eles ordenaram a desobstrução da estrada", disse o advogado Luiz Lopes, que defende cinco oficiais da polícia paraense envolvidos no incidente.

Gabriel prestará depoimento após as testemunhas de acusação e os membros do júri poderão fazer perguntas normalmente.

Em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos em conflito com policiais militares na chamada ""curva do S", em Eldorado do Carajás (PA).

Os policiais militares teriam recebido a ordem de desobstruir

a estrada bloqueada por cerca de 2.000 sem-terra, que eram ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Mesmo Américo Leal, o único advogado de defesa dos policiais a não arrolar Gabriel e Câmara como testemunhas, pretende responsabilizar o governador.

Texto Anterior: [Janio de Freitas: Embaixo e em cima dos capachos](#)

Próximo Texto: [Domingueira - Marcos Augusto Gonçalves:](#)

[ACM quer roubar meu pobre!](#)

[Índice](#)

São Paulo, Domingo, 15 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

JUSTIÇA

Remanescentes do massacre de Eldorado do Carajás na região somam 690 famílias

Acampamento virou vila carente

LUCAS FIGUEIREDO

enviado especial a Eldorado do Carajás

Ao passarem de sem-terra para colonos, os remanescentes do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará) conheceram também a violência entre eles. E, depois de terem sido vítimas da PM local, sofrem com a falta de policiamento onde vivem.

O acampamento de sem-terra na fazenda Macaxeira não existe mais. Deu lugar à vila 17 de Abril (data do massacre). Nela vivem 690 famílias, que receberam 25 hectares para plantio e mais um terreno na vila de 20 por 30 metros para construírem suas casas.

Acabou a invasão, que deu lugar à vila. Acabou também a disciplina rígida que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) mantinha na área.

Agora não existem mais restrições a bebidas alcoólicas e à livre entrada de visitantes. O movimento também deixou de promover segurança armada no local.

A vila não tem asfalto, luz elétrica, tratamento de esgoto, água encanada. Nem as ruas têm nome. O posto de saúde existe, mas falta médico.

A liberalização só fez aflorar os problemas sociais comuns

em comunidades carentes.

Quatro ex-sem-terra foram mortos por ex-sem-terra desde que o assentamento foi criado, ainda em 96.

Um dos casos é o de Francisco Alves do Nascimento, 32, morto pelo irmão, Raimundo Alves do Nascimento, 35, no último dia 2. Eles se desentenderam por causa de R\$ 10 que haviam ganho vendendo farinha. O assassino está foragido. Abimael Pereira foi morto pela mulher, e Alboíno Filho Silva, assassinado por um colega. Mais dois enredos que envolvem brigas passionais e muita cachaça.

"Hoje não podemos proibir a entrada das pessoas, como fazíamos no acampamento. Esse tipo de violência acontece em todo lugar", argumenta Raimundo dos Santos Gouveia, 44, um dos líderes o MST na vila.

"Mas é triste", afirma, lembrando que, para receber a terra onde vive, teve de se esconder atrás de uma mangueira para não ser morto no dia do massacre.

A Polícia Militar não faz ronda ostensiva na área porque avalia que ainda não há clima para convivência pacífica entre os remanescentes do massacre e os policiais envolvidos naquela operação. A Folha apurou que a Polícia Militar faz somente trabalho de inteligência na vila, com homens disfarçados.

Ouvidos pela reportagem, assistentes sociais que atendem a população carente da região contaram que alguns moradores da vila se envolveram no tráfico de drogas (principalmente maconha e crack). A Polícia Civil tenta apurar onde está o foco.

"Nós éramos muito unidos. Mas acabou a luta, e hoje não somos mais", disse o colono Francisco de Souza, 45.

Venda de lotes

Pelo menos 15 dos 690 beneficiados com os lotes na antiga fazenda Macaxeira já venderam suas terras, contrariando as regras do Incra. Os preços variam entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000. A Folha conversou com um comprador, que não quis se identificar, que disse ter adquirido o terreno de um colono de apelido Maraca.

A coordenação do MST na vila está levantando os casos de venda de lotes para apresentar uma queixa no Incra, exigindo que as terras sejam tomadas dos compradores e sejam doadas a outros sem-terra.

O corte ilegal de madeira também acontece livremente na vila. Colonos cedem madeira de suas áreas em troca de abertura de estradas e alimentos.

A coordenação do MST na vila diz conhecer o fato, mas

afirma que a sobrevivência às vezes fala mais alto que a preocupação ambiental.

Outro desvio nos princípios do movimento é a aparição do "falso colono".

"É gente que ganhou terra, mas que só aparece aqui quando vão sair os créditos (recursos da reforma agrária destinados diretamente às famílias)", afirma o colono Josimar Ferreira. Os ex-sem-terra da Macaxeira são hoje mais de 7% da população de Eldorado do Carajás (48 mil habitantes).

Os comerciantes, que antes tinham medo, agora vão até a vila vender mercadorias e comprar produtos feitos por eles.

Força econômica

Numa região miserável, os ex-sem-terra se tornaram força econômica, com os créditos que recebem regulamente do Incra (valores que variam de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil).

""Antes os comerciantes davam carne para nós só para a gente ir embora; pegamos fama de ruins. Agora são os comerciantes que vêm para cá para comprar o que é nosso", afirma o colono Josimar. Neste ano ele já vendeu, a R\$ 15 cada, 15 sacas de arroz de 60 kg plantado e colhido por ele. A dona do supermercado Real, Marlene Vieira de Moraes, agradece a preferência dos ex-sem-terra. ""Eles pagam direitinho e compram muito." Só a associação dos novos colonos (que já tem quatro tratores, equipamentos para beneficiar arroz e torrar farinha, laticínio, sede própria provisória e aviário) compra cerca de R\$ 2 mil no supermercado a cada mês.

A Prefeitura de Eldorado do Carajás também festeja o dinheiro dos ex-sem-terra, que ajuda a movimentar a economia da região. "O comércio evoluiu muito. Isso ajudou a melhorar o município, porque eles aplicam aqui o que ganham", afirma o secretário de Administração, Levi Aparecido de Freitas.

A vida melhorou

Depois de passar fome e vagar pelo Brasil à procura de emprego e terra para morar, os maranhenses Maria do Rosário de Oliveira, 34, e Josimar Ferreira, 35, conseguiram se aprumar na vida com os 25 hectares de terra que receberam do Incra na antiga fazenda Macaxeira.

Eles eram dois dos cerca de 1.200 sem-terra que estavam na curva do S quando aconteceu o massacre. Ao ver os primeiros feridos, correram cerca de 3 km para escaparem da morte.

"Quando voltei para a estrada ainda vi o sangue dos meus

companheiros. A gente sabia que podia morrer ali, mas não tinha nada a perder", relembra Josimar.

Mudança de vida

Da pobreza absoluta ("eu não tinha nem uma caixa de fósforos, doutor", diz o colono), hoje o casal têm casa e 25 hectares de terra, plantam arroz, milho, feijão, mandioca e abóbora e tem uma vaca.

Mas Josimar pensa em cultivar produtos com mais valor no mercado: coco e cupuaçu.

Depois da mudança de vida, o casal adotou uma criança de 6 meses, o Josué. "Agora posso até ajudar os outros", diz Maria do Rosário, que tem outros dois filhos no Maranhão, mas não pode mais engravidar.

Josimar faz questão de mostrar as conquistas do casal depois que receberam a terra: fogão, TV, mesa com cadeiras, cama, duas bicicletas, roupas, calçados e um pequeno aparelho de som. "E moro em casa rebocada sim, mas é minha."

Maria do Rosário conta que o mais importante é não passar mais fome. "Aqui nunca faltou o pão de cada dia. E não é comprado não, é da minha lavoura."

Mas eles querem mais. "Agora temos até sonho: ter 30 vacas e uma Pampa (camionete) velha. Aí eu vou para a cidade todo dia vender o leite na minha Pampa." Para Josimar, isso é a felicidade.

Texto Anterior: [Janio de Freitas: Nossa herança da Guerra Fria](#)

Próximo Texto: [Julgamento é o maior da história](#)
[Índice](#)

São Paulo, Segunda-feira, 16 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST promove manifestação

da Agência Folha, em Belém

Cerca de 700 sem-terra estão acampados em Belém preparados para uma manifestação que marcará o primeiro dia de julgamento dos 150 policiais militares acusados de envolvimento no massacre de Eldorado do Carajás.

Dos assentamentos e acampamentos do MST no sul do Pará,

dez ônibus chegaram a Belém entre sexta-feira e ontem. Sem-terra de outras invasões do norte do Estado estão se juntando a eles.

Duas manifestações estavam sendo preparadas para hoje. Parte dos manifestantes se reunirá em frente ao local do julgamento na Unama (Universidade da Amazônia), onde cerca de 100 famílias já estavam acampadas ontem.

Outra parte, acompanhada de manifestantes ligados a movimentos sociais, virá em passeata da Basílica de Nazaré até o local do julgamento, distante cerca de um quilômetro. A coordenação espera reunir 2.000 pessoas.

A Apomi (Associação dos Policiais Militares e Bombeiros do Pará) também pretende fazer uma manifestação na porta do local do julgamento, mas não estimou o número de participantes.

Uma das principais testemunhas de acusação do massacre de Eldorado do Carajás, a jornalista Mariza Romão, não deve comparecer ao primeiro dia do julgamento. Ela era repórter da TV Liberal na ocasião e presenciou os primeiros minutos do confronto.

Segundo a advogada de Mariza, Damares Alves, até ontem não havia sido depositada nenhuma ajuda de custo para o transporte da jornalista de Brasília, onde atualmente mora, para Belém.

Texto Anterior: [Questão agrária: Condenação em massa é improvável](#)

Próximo Texto: [Protesto: Caminhonaço entra hoje em Brasília](#)
[Índice](#)

São Paulo, Segunda-feira, 16 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Começa o julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás

Condenação em massa é improvável

LUCAS FIGUEIREDO

enviado especial a Eldorado do Carajás (PA)

São poucas as chances de condenação em massa dos 150 policiais militares indiciados pela operação que resultou na

morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Pela fragilidade do inquérito, se o júri se detiver somente nos aspectos técnicos, poderá haver poucas condenações.

O julgamento, que será o mais longo do país, começa hoje na capital do Estado, Belém, e deve durar até dezembro. Saiba o que pode acontecer:

AS AUTORIDADES -

Movimentos de direitos humanos pediram a inclusão do governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), do secretário da Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM do Pará à época, coronel Fabiano Diniz Lopes, na lista dos réus. Contra eles pesavam os seguintes fatos:

1. o comandante da operação, coronel Mário Colares Pantoja, de Marabá, disse que obedeceu ordens do governador, por intermédio do secretário e do comandante da PM, para desobstruir a rodovia PA-150 de qualquer modo;
2. a desobstrução da rodovia foi feita sem autorização judicial;
3. no dia do massacre, foram feitas 26 ligações entre o batalhão da PM em Marabá e a sede do governo do Estado, a Secretaria da Segurança e o comando da PM. Metade delas foi feita após as mortes;
4. as autoridades se defenderam afirmando que os comandantes da operação agiram com violência por conta própria. Disseram também que, nos telefonemas, apenas pediam informações sobre a ação. As autoridades não foram denunciadas.

OS COMANDANTES -

As maiores chances de condenação recaem sobre os dois comandantes da operação: o coronel Pantoja, que liderou 85 PMs de Marabá, e o major José Maria Oliveira, que comandou 68 policiais de Parauapebas. Se forem condenados por homicídio doloso (intencional), podem pegar de 12 a 30 anos de prisão.

O coronel Pantoja foi quem planejou cercar os sem-terra na estrada. Cenas gravadas por uma TV mostram que seus homens foram os primeiros a atirar.

Pedro Alípio, o motorista do ônibus que transportou os PMs de Marabá para Eldorado do Carajás, afirmou ter ouvido o coronel dizer aos policiais: "Missão cumprida, ninguém viu nada", após o massacre, na volta.

Exames nos corpos indicam que os PMs agiram com

intenção de matar e, em alguns casos, executaram suas vítimas.

Pantoja tinha um oficial (capitão Figueiredo) infiltrado no acampamento dos sem-terra, conforme descobriu a Polícia Federal. Relatório da PF diz que a Polícia Militar, com as informações do infiltrado, "tinha completo conhecimento da situação, inclusive da disposição de enfrentamento por parte dos integrantes do MST".

Isso dificulta a defesa do coronel, que alega que a PM foi surpreendida com a reação dos sem-terra. Várias testemunhas -inclusive independentes dos sem-terra- disseram que os PMs usavam fardas sem a biriba (identificação do nome e posto que é afixada no bolso da camisa). Isso pode indicar premeditação.

O major Oliveira distribuiu as armas para seus comandados sem respeitar a regra de identificar -por meio de um documento chamado cautela- quem as estava recebendo. A acusação vai alegar premeditação e a intenção de dificultar a identificação.

SARGENTO GETÚLIO -

Uma menina sem-terra que tinha 13 anos à época acusou o sargento Getúlio Marques, de Marabá, de ter executado o líder do MST Oziel Alves Pereira. Ela contou em depoimento que o sargento teria deixado cair o boné que usava, após atirar em Oziel.

Embaixo do boné, guardado pela menina, estava escrita a sigla AL.CAS.95 e o nome Getúlio. O sargento reconheceu que o boné era dele, mas argumentou que foi ferido com uma pedrada no olho e não participou da operação no momento do massacre.

SOLDADOS E CABOS -

Uma série de problemas no inquérito tornam frágeis as provas contra os 147 soldados e cabos que participaram da operação:

1. as cautelas das armas entregues aos policiais de Parauapebas não foram feitas. As de Marabá foram extraviadas e depois reapareceram, mas podem ter sido violadas ou serem consideradas nulas como prova no processo. Assim, só é possível identificar que arma foi usada para matar cada sem-terra, mas não o policial que a portava;
2. o Ministério Público não pediu exames para identificar pólvora nas mãos dos policiais;
3. o Ministério Público e a Polícia Civil não fizeram acareações entre testemunhas do massacre e os PMs

envolvidos na operação. As testemunhas também não tiveram acesso a prontuário com fotos dos policiais para identificar possíveis agressores. Com isso, a defesa pode alegar que as testemunhas podem ter se enganado ao acusar os soldados e cabos;

4. os soldados Carlos César Pinho e Raimundo Pargas dos Santos foram identificados pela sem-terra Maria Áurea Rocha como os policiais que teriam detido Oziel Alves Pereira antes de ele ser morto.

Texto Anterior: [Segundo o Exército, crítica é ultrapassada](#)

Próximo Texto: [MST promove manifestação](#)

[Índice](#)

São Paulo, Quinta-feira, 19 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Mobilização de entidades e autoridades é pequena

da Agência Folha

e do enviado especial

Foi pequena a mobilização de sem-terra, autoridades do governo federal, parlamentares, organizações ligadas aos direitos humanos e imprensa internacional na primeira parte do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará. Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) anunciaram que 2.000 manifestantes acompanhariam o julgamento dos comandantes da operação que resultou na morte de 19 sem-terra.

No primeiro dia, segundo a PM, não passou de mil o número de manifestantes em frente ao auditório da Universidade da Amazônia, onde acontece o julgamento. Nos dois dias seguintes, a quantidade de manifestantes havia se reduzido ainda mais.

Ontem à tarde, aproximadamente cem manifestantes assistiam ao julgamento pelo telão montado na rua.

Dos quatro deputados federais petistas que foram até Belém, apenas João Batista Babá (PT-PA) acompanhou o julgamento dos três oficiais até o final.

O TJE (Tribunal de Justiça do Estado) recebeu a

confirmação da presença dos ministros Raul Jungmann (Política Fundiária) e José Carlos Dias (Justiça) e do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori. Nenhum deles, no entanto, compareceu. Jungmann informou estar com a agenda comprometida. Dias mudou sua posição, porque sua presença poderia ser entendida como uma pressão. Gregori disse que poderá assistir outras sessões "quando o espetáculo de rua acabar", referindo-se à mobilização do MST. Grandes organizações não-governamentais, como Anistia Internacional e Americas Watch, não mandaram representantes. "Nós é que passaremos os informes pela Internet", disse João Pedro Stedile, líder do MST. Da imprensa internacional, apenas a Associated Press e a australiana ORF (rádio e TV) mandaram correspondentes. A platéia de 280 lugares, no entanto, permaneceu cheia durante os três dias de julgamento. Ontem, praticamente todos os lugares estavam ocupados.

Texto Anterior: [Eldorado do Carajás: Oficiais de massacre são absolvidos](#)

Próximo Texto: [Previdência: Aliados criticam a idade mínima](#)
[Índice](#)

São Paulo, Quinta-feira, 19 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Jurados consideraram as provas insuficientes; anulação de julgamento pode ser pedida

Oficiais de massacre são absolvidos

LUCAS FIGUEIREDO
enviado especial a Belém

LUÍS INDRIUNAS
da Agência Folha, em Belém

Foram absolvidos os três mais graduados oficiais da operação da Polícia Militar que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (sul do Pará) em abril de 1996.

A acusação vai recorrer.

Após 43 horas de julgamento, o comandante da operação, coronel Mário Colares Pantoja, foi absolvido por 4 votos a 3. O major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra também foram inocentados, ambos por 5 votos a 2. Os jurados consideraram que as provas contra os três eram insuficientes.

Após a leitura da sentença, à 0h30 de hoje, cerca de 300 sem-terra, em princípio, ficaram em silêncio e, em seguida, começaram a gritar: "Assassinos, assassinos". Depois ameaçaram invadir o auditório da Universidade da Amazônia, onde foi o julgamento.

Houve tumulto quando manifestantes se aproximaram do cerco do Batalhão de Choque da Polícia Militar e começaram a atirar velas. A PM avançou, e três manifestante foram presos. A polícia previa tumultos na madrugada.

Anulação

Um dos sete jurados emitiu opinião antes do final do julgamento, contrariando determinação do Código de Processo Penal. Com base nesse fato, a acusação irá pedir a anulação do julgamento.

Após os debates da acusação e da defesa, o juiz Ronaldo Valle perguntou aos jurados se eles queriam tirar alguma dúvida antes de se reunirem para votar pela absolvição ou condenação.

O jurado Sílvio Queiroz Mendonça pediu para ver novamente a fita de vídeo que mostra cenas do confronto entre policiais e sem-terra. Depois apontou, com uma caneta de luz, fumaça saindo do lado dos sem-terra.

"Agora fica comprovado que havia sem-terra armado no começo do conflito", opinou. "O senhor não pode emitir opinião", advertiu o juiz.

O promotor pediu que outra afirmação do jurado, sobre a presença de pólvora nas mãos de uma das vítimas, fosse registrada nos autos.

"O jurado emitiu opinião e pode ter influenciado seus colegas. Se os réus forem absolvidos, esse fato pode ser usado para pedirmos a anulação do julgamento", disse Nilo Batista, assistente de acusação e ex-governador do Rio, antes da divulgação do veredicto.

Considerações finais

Durante o julgamento, nas alegações finais, o promotor Marco Aurélio Nascimento projetou fotos dos cadáveres e exibiu cenas gravadas por uma equipe de TV no momento do

conflito.

Nilo Batista comparou os réus aos líderes do nazismo, que deixaram seus subordinados perseguirem judeus na Segunda Guerra.

Representando a defesa, o advogado Américo Leal afirmou que os sem-terra são um "bando de forasteiro", mas estão sendo considerados "vacas sagradas".

O líder no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile se mostrou indignado com a decisão: "É mais uma vergonha nacional."

Até dezembro, serão julgados por homicídio doloso (intencional) outros 147 policiais que participaram, como subordinados, da ação comandada pelos réus absolvidos na madrugada de hoje.

Começa hoje o julgamento de mais quatro oficiais, os tenentes Jorge Nazaré dos Santos, Natanael Guerreiro Rodrigues, Sérgio Marques da Silva e Raimundo de Souza Oliveira.

Texto Anterior: [Manifestante quer voltar para casa](#)

Próximo Texto: [Mobilização de entidades e autoridades é pequena](#)

[Índice](#)

São Paulo, Sexta-feira, 20 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO cotidiano**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Bom mesmo de massacre é usineiro

BARBARA GANCIA

Colunista da Folha

Ninguém aqui pretende desrespeitar a dor das 19 famílias que perderam entes queridos no confronto entre sem-terra e policiais, em Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996.

Mas, vem cá: não sei o que o pessoal da CUT, do PT e do próprio MST entendem por "massacre", mas o que vi na TV na época e revi com mais detalhe na última quarta, durante o julgamento dos três oficiais que comandaram a operação, não pode ser classificado de massacre.

Uma tropa capenga de policiais sem treinamento para enfrentar uma situação daquela gravidade é chamada para conter um grupo de desesperados dispostos a matar e morrer

e armados até os dentes com foices, pedaços de pau, facões e -como a fita apresentada no julgamento evidencia- com armas de fogo, que foram disparadas antes que os policiais dessem o primeiro tiro.

Quem autorizou os policiais a usar metralhadoras para enfrentar os invasores? O governador deu ou não ordem para conter a invasão a todo custo?

A certa altura daquele vídeo que a gente já viu tantas vezes na TV, os sem-terra partem com tudo para cima dos policiais, que recuam. O primeiro tiro é dado naquele instante. Por alguém que está do lado dos sem-terra, como foi demonstrado ao longo do julgamento de quarta-feira.

E, agora, vem o Stedile e o pessoal da CUT e do PT falar em impunidade. Será que a gente é obrigada a engolir, só porque a lamentável figura do coronel Pantoja, um dos líderes da operação, parece saída de alguma novela de Dias Gomes? Quando é que a America's Watch e a Anistia Internacional vão começar a tratar como vítimas pobres coitados feito os policiais que foram enviados sem preparo para enfrentar os sem-terra em Eldorado do Carajás?

E o governador do Pará, Almir Gabriel? Quando vai assumir publicamente o quinhão de responsabilidade que lhe cabe no suposto "massacre"?

Se houve irregularidades no julgamento, que se faça uma nova audiência. Mas, em nome da justiça, que ninguém se esqueça de que existem vítimas de ambos os lados.

Usineiro, sim, entende de massacre. Pega dinheiro emprestado do governo para investir na terra e depois gasta tudo na ampliação do novo haras e levando a patroa para passear na Europa. E ainda pretende ter as dívidas anistiadas. Isso é que é massacrar a lei e a ordem de um país.

QUALQUER NOTA

Loiras nada geladas

Acabo de falar com a Ana Maria Braga, que está no Paraguai pescando. Diz ela que seu desfile de roupas íntimas causou tamanho alvoroço que ela resolveu sumir. Pois quer saber? Quisera eu chegar na idade da Ana e da Hebe tão enxuta.

Criativo

Adivinhe o que o Luciano Huck deu de presente de aniversário para a Sasha? Sabe aquelas máquinas de fazer minifotos para documento? Pois não é que ele descolou para a princesinha um modelo que faz minifotos adesivas?

Melhor ao vivo

Kenny G, o Richard Clayderman do sax , deu uma canja no Bareto. Quem ouviu diz que, ao vivo, ele impressiona.

E-mail: barbara@uol.com.br

Texto Anterior: [Após fazer discurso, vereador é procurado](#)

Próximo Texto: [Meio ambiente: Fumaça fecha aeroporto por 4 h no Acre](#)

[Índice](#)

São Paulo, Sexta-feira, 20 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Oposição critica o julgamento; tucanos defendem governador

Reuters



Parlamentares e integrantes do MST fazem protesto em frente ao Congresso contra o resultado

da Sucursal de Brasília

O resultado do julgamento dos acusados pelo massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás provocou indignação de deputados da oposição e silêncio de líderes governistas.

A oposição lamentou a falta de empenho do governo federal no caso e líderes governistas evitaram declarações.

"O governo ficou omisso. Lamento que o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, e o ministro da Justiça, José Carlos Dias, não tenham ido lá (no julgamento)", afirmou o líder do PT na Câmara, José Genoino (SP).

"Foi uma decisão da Justiça. Não vou entrar na análise do resultado", afirmou o líder do PSDB na Câmara, Aécio

Neves (MG).

O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), resumiu: "Esperávamos outra decisão da Justiça".

O líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio (PSDB-AM), defendeu o governador Almir Gabriel. "Quanto a ele (Gabriel), fizeram Justiça. Não sei quanto aos outros", afirmou Virgílio.

Segundo o líder, o massacre foi "uma barbárie à revelia do governo". "Cada vez que aparecem aquelas imagens é uma chicotada no coração da gente", completou Virgílio.

A comissão de Direitos Humanos da Câmara divulgou nota oficial condenando o resultado que "não corresponde às evidências factuais daquele trágico episódio".

"A ausência de punição dos agentes policiais autores de crimes contra pessoas pobres e contra movimentos sociais consagra a tradição brasileira de impunidade, responsável pela condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pela reiterada citação negativa do país nos relatórios de outras instituições internacionais", afirma a nota divulgada pela comissão.

Texto Anterior: [Sem-terra são baleados em conflito no PR](#)

Próximo Texto: [Janio de Freitas: O valor dos truques](#)

[Índice](#)

São Paulo, Sexta-feira, 20 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST fará protesto na próxima quinta

do enviado especial

e da Agência Folha, em Belém

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promete fazer, no próximo dia 26, manifestações em frente a todos os tribunais de Justiça dos Estados protestando contra o resultado do julgamento que absolveu os comandantes da operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás.

Mas, depois dessa data, o movimento irá desmobilizar o grupo que foi a Belém acompanhar o julgamento dos envolvidos no massacre de abril de 1996. O julgamento deverá acabar somente no início de dezembro.

Cerca de mil sem-terra estão acampados em uma praça próxima ao auditório da Universidade da Amazônia, onde são realizadas as sessões do júri. O movimento chegou a prever o dobro de manifestantes, mas não conseguiu atingir a meta.

Invasões

De acordo com João Pedro Stedile, um dos líderes nacionais do movimento, o MST não pretende intensificar as invasões de terra por causa da decisão do júri de absolver o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira.

"Estamos confiantes na anulação desse julgamento. Quem pensa que essa luta acabou está enganado", afirmou Stedile. Entidades ligadas à Igreja Católica divulgaram carta de protesto contra o resultado do julgamento.

O MST pedirá que entidades internacionais de direitos humanos enviem faxes para o Tribunal de Justiça do Pará protestando contra a absolvição dos réus.

Tumulto

Na madrugada de ontem, após a leitura da sentença, cerca de 300 sem-terra passaram a gritar: "Assassinos, assassinos". Depois ameaçaram invadir o auditório da Universidade da Amazônia, onde acontece o julgamento.

Quando manifestantes se aproximaram do cerco do Batalhão de Choque da Polícia Militar, houve tumulto. Os sem-terra passaram a atirar velas. A PM avançou, e três manifestantes foram presos.

Texto Anterior: [Passagem impede depoimento](#)

Próximo Texto: [Rainha aguarda novo julgamento](#)

[Índice](#)

São Paulo, Sexta-feira, 20 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Acusação alega que questão feita a jurados foi irregular

Promotor pedirá novo julgamento de oficiais

da Agência Folha, em Belém

e do enviado especial a Belém

O promotor responsável pela acusação dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará), Marco Aurélio Nascimento, vai pedir ao TJ (Tribunal de Justiça) do Pará a anulação do julgamento que absolveu os comandantes das tropas ontem de madrugada. Para Nascimento, houve quatro fatos durante o julgamento do coronel Mário Colares Pantoja, do major José Maria Oliveira e do capitão Raimundo Almendra Lameira que podem anulá-lo.

As duas principais são a questão feita aos jurados sobre a insuficiência de provas e as afirmações do jurado Sílvio Queiroz Mendonça nas últimas perguntas antes da votação. No final do julgamento, o jurado pediu para ver novamente a fita de vídeo que mostra cenas do confronto entre os policiais e os sem-terra, em 1996.

Com uma caneta de luz, Mendonça apontou a fumaça saindo do lado dos sem-terra e afirmou: "Agora fica comprovado que havia sem-terra armados no começo do conflito". Pelo Código Penal, os jurados não podem emitir opinião durante o julgamento, já que o voto é secreto.

Quanto à questão sobre insuficiência de provas, que acabou absolvendo os réus, Nascimento disse que a pergunta não poderia ser feita por dois motivos. Primeiro, porque já estava implícita nas duas primeiras perguntas feitas aos jurados. Eles responderem se as lesões foram produzidas e se elas causaram a morte dos 19 sem-terra no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás.

Segundo porque a questão era subjetiva e os jurados devem se deter aos fatos.

Além disso, Nascimento afirmou que o juiz Ronaldo Valle não aceitou documentos levados aos autos dentro do prazo legal.

Entre os documentos estavam fitas com reportagens sobre as viúvas das vítimas e o trabalho feito na vila 17 de Abril, antiga fazenda Macaxeira, desapropriada após o massacre. O quarto argumento para o pedido de nulidade do julgamento seria a irregularidade na documentação da defesa.

Uma carta do padre Luigi Muraro criticando o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi usada pela defesa dos policiais militares. Segundo o promotor, essa carta não tinha sido autenticada.

Para Nascimento, os argumentos da acusação foram mais convincentes que os da defesa, mas esses problemas teriam impedido a condenação. "Ganhamos, mas não levamos."
(LUÍS INDRIUNAS e LUCAS FIGUEIREDO)

Texto Anterior: [Absolvição aumenta casos de impunidade](#)

Próximo Texto: [Passagem impede depoimento](#)

[Índice](#)

São Paulo, Sexta-feira, 20 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Três oficiais foram inocentados ontem de madrugada

Promotor teme absolvição dos 147 PMs do massacre

LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Belém

LUCAS FIGUEIREDO

enviado especial a Belém

Os 147 policiais militares que participaram da operação que resultou na morte de 19 sem-terra em abril de 96 também podem ser absolvidos, como foram ontem de madrugada três oficiais da PM do Pará.

A avaliação é do promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação contra os PMs. A chance de que todos os réus sejam inocentados existe, na opinião de Nascimento, se o mesmo argumento que absolveu os comandantes da ação for usado nos julgamentos dos demais PMs.

Os 150 acusados pelo massacre vão a júri em blocos de três a seis policiais, cada qual com um corpo de jurados diferente. Em todas as fases do julgamento, o corpo de jurados será questionado se há insuficiência de provas para condenar os réus.

A promotoria pública se queixa da existência dessa pergunta porque a classifica de subjetiva. Um júri deve se manifestar sobre fatos concretos.

Na madrugada de ontem, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira, respectivamente comandantes das

tropas de Marabá e Parauapebas à época do massacre, e o capitão Raimundo Almendra Lameira foram absolvidos porque a maioria dos jurados entendeu que havia insuficiência de provas, respondendo à questão proposta pelo juiz Ronaldo Valle.

Hoje começa a segunda fase do julgamento dos policiais que participaram da desobstrução da rodovia PA-150 em 17 de abril de 1996, em Eldorado de Carajás (sul do Pará). Nessa fase, serão julgados o capitão Raimundo de Souza Oliveira e os tenentes Jorge Nazaré Araújo dos Santos, Natanael Guerreiro Rodrigues e Mauro Sérgio Marques da Silva. Até dezembro, outros 143 PMs (sargentos, soldados e cabos) serão levados ao banco de réus.

O advogado dos quatro oficiais, Luiz Abdoral Lopes, adiantou que seu principal argumento perante o júri será o mesmo que acabou inocentando os comandantes da operação, ou seja, a insuficiência de provas para culpar individualmente cada um dos acusados.

Carlos Guedes, que representa o MST no julgamento, como assistente de acusação, disse que ele e os outros advogados dos sem-terra (entre eles, Nilo Batista, ex-governador do Rio) irão abandonar o caso como protesto pela decisão do juiz de perguntar se existem provas suficientes.

"Não podemos compactuar com esse absurdo. O quesito imposto pelo juiz é subjetivo, enquanto que os jurados só podem decidir em cima de perguntas sobre questões concretas", declarou Guedes. Daqui em diante, somente o Ministério Pùblico ficará encarregado da acusação.

"O MST tem todo o direito de considerar indigno o resultado e sair do processo. Eu não represento somente os sem-terra, represento sim a sociedade", afirmou o promotor. Marco Aurélio Nascimento não concorda com a pergunta e irá pedir a anulação do julgamento dos comandantes absolvidos (leia texto na pág. 1-5).

Na última fase do julgamento, o juiz elabora para os jurados uma série de questões a partir das teses da defesa e da acusação. Anteontem, quando o juiz informou aos advogados as perguntas que seriam feitas aos jurados, a acusação registrou seu protesto contra a questão sobre a insuficiência de provas. Para o advogado Américo Leal, que representou os oficiais absolvidos, a questão não influenciou os jurados e não provocará um novo julgamento.

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Exterior destaca veredicto](#)

Índice

São Paulo, Segunda-feira, 23 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Comemoração dos 20 anos da lei começa hoje com ato em SP

da Reportagem Local

As comemorações dos 20 anos da Lei da Anistia começam hoje, em São Paulo, com um ato no teatro Tuca, na PUC (Pontifícia Universidade Católica), mesmo local onde foi realizado o primeiro Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1978.

Estão programados depoimentos de participantes da resistência ao movimento militar de 64, protestos pelo não-esclarecimento sobre mortes e desaparecimentos entre representantes da esquerda e homenagens aos trabalhadores rurais sem terra.

""Vamos fazer um gancho com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e dizer que na democracia ainda há perseguidos políticos, em uma homenagem aos sem-terra", disse o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e um dos organizadores do evento.

Segundo os responsáveis pelo ato na PUC, 1.800 pessoas foram assassinadas no campo nos últimos 20 anos enquanto defendiam a reforma agrária.

A absolvição, na semana passada, de três acusados pelo massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) será um dos temas abordados durante o ato, que ainda incluirá protestos pela condenação a 26 anos e meio de prisão do líder do MST José Rainha Júnior pelo assassinato de um fazendeiro e de um policial militar em junho de 89.

Greenhalgh é advogado de Rainha no caso.

João Pedro Stedile, outro líder sem-terra, é um dos convidados para o evento, patrocinado também pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelo Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

Caminhada

No domingo, dia 29, o governo do Estado promoverá uma caminhada do Portal do presídio Tiradentes até o antigo

prédio do Dops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), onde militantes presos denunciaram a prática de torturas.

No local de chegada da marcha haverá uma exposição com jornais da época e uma cerimônia promovida por diversas religiões para a ""purificação" do prédio.

Na ocasião, o governador Mário Covas (PSDB) assinará projeto de lei que prevê indenização a torturados em dependências do Estado e convênios para a proteção de testemunhas.

O projeto para as indenizações, já aprovado em Estados como o Paraná e Rio Grande do Sul, deverá ser submetido à Assembléia Legislativa paulista.

O governo planeja a transformação do prédio do Dops em um espaço destinado à arte.

No mês de setembro, haverá a apresentação de uma peça teatral sobre a resistência aos militares e um show com a presença do cantor João Bosco.

Texto Anterior: [20 anos: Anistiados políticos chegam ao poder](#)

Próximo Texto: [Artigo - Janio de Freitas: A memória não se anistia](#)
[Índice](#)

São Paulo, Segunda-feira, 23 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

INOCENTE ÚTIL

Defesa de policiais militares usou carta de Luigi Muraro com crítica aos sem-terra

Padre lamenta ter "ajudado" defesa

Moacyr Lopes Jr./Folha Imagem

O padre Luigi Muraro, que afirma que mais de 19 sem-terra foram mortos por policiais em Eldorado do Carajás



LUÍS INDRIUNAS

da Agência Folha, em Marabá

Há cinco anos trabalhando com os sem-terra no sul do Pará, o padre Luigi Muraro, 60, foi surpreendido com a notícia de que uma carta sua, criticando atitudes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), foi usada pela defesa dos policiais no julgamento do massacre de Eldorado do Carajás. "Estou embarulado", afirmou.

Muraro fez uma investigação paralela após o massacre, tendo vários depoimentos anônimos e, por isso, critica o andamento do julgamento dos 150 PMs acusados de matar 19 sem-terra no dia 17 de abril de 1996.

Agência Folha - O senhor sabia que sua carta estava sendo usada pela defesa dos PMs? Padre Luigi Muraro - Durante esta última semana, eu estava em retiro. Soube apenas no sábado e me assustei. Estou embarulado, não sei como vazou esta carta. Ela era sigilosa e destinada a alguns padres e ao MST. Não como sei os sem-terra vão reagir, se vão me aceitar.

Agência Folha - Qual o conteúdo da carta?

Muraro - Eu falava sobre desvio de dinheiro nos assentamentos, mas citei apenas um valor de R\$ 2.500. Escrevi também alertando sobre o uso de armas pelos sem-terra.

Agência Folha - Qual sua principal crítica ao MST?

Muraro - Falta de democracia dentro dos assentamentos. Temos que distinguir os sem-terra das lideranças do MST. Muitas vezes, as famílias não querem fazer o que o MST exige.

Agência Folha - O sr. se arrepende de ter escrito a carta?

Muraro - Não é questão de arrependimento. Eu demorei mais de um mês para escrevê-la e hesitei muito em mandá-la. Cheguei a usar termos como "roubalheira", mas para alertar os interessados. Ela não poderia ter vazado.

Agência Folha - Como o senhor avalia o julgamento?

Muraro - Infelizmente, o julgamento que era para se julgar os policiais virou um julgamento sobre o MST.

Agência Folha - Na época do massacre, o senhor disse que havia mais de 19 mortos.

Muraro - Havia muito mais. Há relatos de pessoas que viram cerca de 30 corpos. Mulheres e crianças também morreram. Há um outro crime pelo qual os policiais não estão respondendo: ocultação de cadáver.

Agência Folha - A atitude da polícia na região mudou depois do massacre?

Muraro - A polícia de Marabá está envergonhada, mas a atitude dos policiais não mudou quase nada. Continuam violentos e agindo clandestinamente.

Texto Anterior: [Eldorado do Carajás: Promotor quer apurar suposto suborno](#)

Próximo Texto: [Entrevista da 2ª: General dos EUA recua e descarta ação na Colômbia contra guerrilha](#)

[Índice](#)

São Paulo, Segunda-feira, 23 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Vice-prefeita de Belém, Ana Júlia (PT), diz que jurado mencionou quantia para absolver réus

Promotor quer apurar suposto suborno

LUCAS FIGUEIREDO
enviado especial a Belém

O promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação dos 150 policiais militares envolvidos no caso do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará), pedirá ao procurador-geral interino de Justiça do Pará, Francisco Barbosa de Oliveira, que investigue rumores de que jurados podem ter sido subornados para absolver os réus.

A acusação, sem provas, foi feita pela vice-prefeita de Belém, Ana Júlia Carepa (PT), à revista "Época". Ela disse ontem à Folha que, antes de começar o julgamento, o jurado Sílvio Queiroz Mendonça teria perguntado a outro pré-selecionado para compor o júri, "em tom de brincadeira", segundo ela, "se ele não aceitaria absolver os PMs em troca de R\$ 3.000".

A vice-prefeita afirmou que soube disso pela própria pessoa que ouviu a suposta proposta de Mendonça. Mas Ana Júlia disse não saber o nome da pessoa que relatou o caso a ela, que não teria sido sorteada para compor o júri.

A vice-prefeita também contou à Folha que a empregada da sua casa atendeu um telefonema anônimo dizendo que o mesmo jurado que teria feito a proposta já havia ganho R\$ 3.000 para votar pela absolvição dos PMs e ainda receberia mais R\$ 130 mil.

A Folha tentou ontem achar Mendonça na sua casa e no telefone celular, das 16h às 19h, mas não teve sucesso. "Eu não disse que o cara recebeu ou deixou de receber dinheiro. Eu apenas relatei à revista "Época" o que eu vi. Agora, que se investigue", disse a vice-prefeita.

Ana Júlia chegou a contar o caso logo depois da absolvição dos comandantes da operação, para João Pedro Stedile, líder nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Stedile, no entanto, não mencionou o fato na entrevista que deu um dia após o julgamento.

Américo Leal, advogado dos PMs absolvidos, classificou a acusação de falsa. "Podem quebrar o sigilo bancário dos meus clientes se quiserem", afirmou.

Mendonça tornou-se o jurado mais polêmico do júri por ter manifestado sua opinião pouco antes do fim do julgamento dos comandantes da operação (coronel Mário Colares Pantoja, major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira), absolvidos na semana passada.

O jurado pediu para ver cenas do início do conflito, gravadas por uma TV, e apontou um sem-terra atirando na direção dos PMs. "Agora fica comprovado que havia sem-terra armados no começo do conflito", disse, no microfone, após ver a cena diante dos outros seis jurados.

O promotor está pedindo a anulação do julgamento, entre outras coisas, pela atitude de Mendonça, que teria comprometido a regra que determina a incomunicabilidade entre os jurados, estabelecida pelo Código de Processo Penal.

O jornalista Nielsen Martins, da TV Record, disse ontem que foi ameaçado por Mendonça. Segundo Martins, o jurado deu uma entrevista a ele, com o revólver no bolso, e afirmou que, se as imagens fossem ao ar, o repórter e sua família iriam sofrer as consequências. Martins não registrou queixa na delegacia de polícia, por, segundo ele, não ter provas do fato. O Tribunal de Justiça do Pará começa a apreciar hoje o pedido de anulação do julgamento que absolveu os comandantes.

Não há prazo para uma decisão final sobre a questão, mas se calcula que será no período máximo de seis meses, podendo ser antecipado. Até lá, o início do julgamento dos outros 147 réus ficará suspenso.

Texto Anterior: [Multimídia: Brasil já se recupera, diz FHC](#)

Próximo Texto: [Inocente útil: Padre lamenta ter "ajudado" defesa](#)

[Índice](#)

São Paulo, Quarta-feira, 25 de Agosto de 1999 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Para Gregori, se Congresso aprovar federalização de crimes, foro dos PMs pode mudar

Projeto traz caso para a Justiça Federal

ABNOR GONDIM

da Sucursal de Brasília

Se for aprovado pelo Congresso, o projeto que federaliza os crimes contra os direitos humanos irá transferir para a Justiça Federal o julgamento de 147 PMs envolvidos no massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

A avaliação é do secretário de Estado de Direitos Humanos, José Gregori. Segundo ele, a aprovação do projeto poderá

atingir até os três oficiais da Polícia Militar já absolvidos, desde que o julgamento deles seja anulado.

"Diante da reação da opinião pública, espero que os deputados e senadores se convençam da necessidade de aprovar logo essa emenda num prazo, digamos, de 30 dias. Aí o julgamento de Carajás será transferido para a Justiça Federal", disse Gregori.

Amanhã, o secretário de Direitos Humanos e o ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) irão pedir ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), a criação imediata de uma comissão especial para apreciar a proposta de emenda constitucional.

A investida do governo para apressar a tramitação do projeto será feita no mesmo dia em que acontece em Brasília a "Marcha dos 100 Mil", protesto organizado pela oposição e por movimentos como o MST.

De acordo com o secretário de Direitos Humanos, a aprovação da emenda não significa a criação de lei com efeito retroativo para prejudicar os réus, o que iria ferir dispositivos em vigor.

Na sua avaliação, a proposta não amplia penas porque trata apenas de matéria processual, como ocorreu com o mesmo caso em 1996, alguns meses após o massacre de Carajás. Na época, o Congresso aprovou emenda que transferiu da Justiça Militar para a Justiça Civil estadual o julgamento de crimes praticados por PMs contra civis.

Se o pedido de anulação do julgamento dos três oficiais for anulado, o secretário acredita que o caso passaria a ser apreciado por um juiz federal e não mais por um novo júri popular.

A possível transferência do caso para a Justiça Federal foi desaprovada pelo presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Reginaldo de Castro. "A princípio, eu entendo que a proposta é inconstitucional", disse.

Castro afirmou que o fato de o processo ter saído da Justiça Militar não pode ser usado para justificar uma nova transferência.

Há três anos e três meses, o governo enviou ao Congresso projeto que transfere o julgamento de crimes praticados contra os direitos humanos para a Justiça Federal. O projeto ainda não foi votado.

Texto Anterior: [Porta-voz da família nega envolvimento](#)

Próximo Texto: [Suspeita será investigada](#)

[Índice](#)

São Paulo, Domingo, 29 de Agosto de 1999

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Questão antiga, vontade reiterada

*Federalizar determinados crimes
contra os direitos humanos não é
idéia nova*

JAMES LOUIS CAVALLARO

A recente absolvição dos comandantes da operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás em 1996 tem provocado a reabertura de velhos debates sobre meios de reformar a Justiça brasileira. Recente editorial publicado pela Folha (pág. 1-2, Opinião, 25/8) aconselha cautela nesse debate: "Parece imprudente a tentativa de aprovar de um fôlego proposta de emenda constitucional (...) com o propósito específico de lidar com um caso momentoso".

Concordamos com a Folha que é necessário proceder com cautela e não aprovar medidas maldesenhadas só para dar uma aparente satisfação aos reclamos legítimos formulados em face do resultado absurdo do primeiro julgamento no caso Eldorado. A federalização de determinados crimes traz consigo uma série de possíveis problemas que devem ser resolvidos, entre eles a possibilidade de competência redundante, a de conflitos jurisdicionais e a de uma excessiva competência federal, dado o quadro limitado dos funcionários nos sistemas policial e judicial federais. No entanto, a questão da federalização vem sendo discutida há muitos anos, tendo, inclusive, projetos em andamento no Congresso que permitiriam ao Ministério Público Federal ou "órgão federal de proteção dos direitos humanos" avocar casos de abusos dos direitos humanos ao fórum federal (PEC 368-A/96), uma vez que eles determinam a necessidade de tal avocação. Outra proposta, estudada pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, incluiria na Constituição uma lista de determinados crimes que passariam

automaticamente à competência federal.

A Human Rights Watch denuncia as violações aos direitos humanos em vários órgãos internacionais. No caso do Brasil, o governo federal, representado pelo Ministério das Relações Exteriores, fica frequentemente na posição constrangedora de ter de defender as ações do Estado brasileiro sem contar com os meios necessários para responder às acusações. Quer dizer, apesar de o governo federal assumir a obrigação internacional de respeitar os direitos humanos e garantir o julgamento e a punição de quem os viola, ele não tem competência na esmagadora maioria dos casos para cumprir tal missão e se conforma, perante as instâncias internacionais, com o papel de mero relator, informando sobre o andamento de processos no Pará, no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em qualquer outra repartição do Brasil, como se fossem países independentes e autônomos.

Não foi só agora que os grupos de direitos humanos reconheceram a incompetência dos órgãos estaduais de lidar com crimes violentos cometidos por policiais dos próprios Estados. Nas semanas após a chacina de Eldorado, em 1996, nós, junto do Cejil (ONG latino-americana) e do MST, denunciamos, inclusive à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, graves falhas no inquérito, como a falta de registro de armas, de provas balísticas, de exames de resíduos de pólvora nas mãos dos policiais ou de sangue das vítimas nas fardas por eles usadas, o que, por não individualizar a autoria e as responsabilidades dos policiais envolvidos, acarretaria a absolvição posterior dos acusados. Federalizar determinados crimes contra os direitos humanos não é idéia nova e sim uma reiteração da vontade popular que surge sempre que a Justiça falha, como no caso Eldorado. O importante, aqui, é não perder o potencial deste momento. Cabe lembrar que a pressão da sociedade civil organizada e da imprensa costuma ser o incentivo mais eficaz para fazer com que o Legislativo e o Executivo aprovem medidas em matéria dos direitos humanos, como demonstra a história recente. Foi, por exemplo, menos de um mês após o massacre de Carajás (17/4/1996) que o governo lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos (13/5/1996). E bastou apenas uma semana após a veiculação das imagens vergonhosas da brutalidade policial na favela Naval, em Diadema (31/3/1997), para que o Congresso aprovasse e o presidente sancionasse a lei 9.455/97, tipificando o crime de tortura (7/4/ 1997). Nós da Human Rights Watch poderíamos ver os governos federal e estaduais implementarem programas abrangentes e eficazes para

impedir as diversas violações dos direitos humanos e julgar e punir os responsáveis por elas de forma pronta e justa. Mas, na falta disso, e sendo pragmáticos, nos conformamos com medidas pontuais, provocadas, pelo menos em parte, por momentos de reação a abusos específicos.

James Louis Cavallaro, 36, advogado norte-americano formado pelas universidades de Berkeley e Harvard, nos Estados Unidos, é diretor no Brasil da Human Rights Watch.

Texto Anterior: [TENDÊNCIAS/DEBATES](#)

Clóvis Carvalho: [Temos pressa](#)

Próximo Texto: [Painel do leitor](#)

[Índice](#)

FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

São Paulo, Quarta-feira, 01 de Setembro de 1999

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

O engodo da federalização

*O processo mental que levou os
leigos a absolver os PMs poderia ser
abraçado por um juiz federal*

ALBERTO ZACHARIAS TORON

Quem assistiu ao filme "Mississipi em Chamas" nunca vai esquecer: após o covarde e cruel assassinato de jovens negros, do qual haviam participado civis e autoridades locais de um determinado condado, todos membros da famigerada organização racista Ku Klux Klan, o julgamento dos algozes pelo júri local foi uma farsa e redundou numa inaceitável absolvição dos acusados. Posteriormente, quando pelos mesmos fatos os autores dos homicídios foram submetidos a julgamento perante uma corte federal, as condenações foram impostas por infrações que atinavam com os direitos civis. A lembrança da solução para a impunidade nos Estados

sulistas da América do Norte tem levado alguns defensores dos direitos humanos no Brasil a sustentar a idéia de que o desfecho para o massacre de Eldorado do Carajás seria outro caso o julgamento fosse realizado por um tribunal federal. Posta com tal simplicidade, a proposta não deixa de ser sedutora, mas é enganosa. Primeiramente porque o júri que se realizou em Belém não foi uma farsa. Ao contrário, foi acompanhado por toda a imprensa e, além de um aguerrido promotor de Justiça, contou com a participação na assistência de acusação de uma das figuras mais destacadas da advocacia brasileira, o jurista e ex-governador do Rio de Janeiro Nilo Batista. Depois porque, embora o resultado possa ser qualificado como injusto, a transferência do julgamento para a capital do Estado, em Belém, com a aplicação do instituto do desaforamento que o direito processual penal brasileiro prevê para casos em que se possa duvidar da imparcialidade dos jurados da localidade, permitiu a escolha de um conselho de sentença insuscetível a pressões. Só para lembrar, o líder do MST José Rainha deverá ser julgado em Vitória (ES) justamente para evitar as possíveis influências dos proprietários de terra de onde se deu o crime pelo qual se vê acusado.

É enganoso pensar que o resultado verificado na votação expressou um comprometimento dos jurados devido a pressões e, consequentemente, proclamar a ineficácia do júri popular, que, via de regra, se insere no âmbito da Justiça estadual. Basta ver que a absolvição se deu por escassa maioria (4x3). Além disso, tudo indica que o julgamento esteja nulo, em razão da indevida manifestação de um jurado momentos antes da votação, expressando claramente sua opinião sobre quem começou a atirar, e, mais grave, por erro técnico do juiz-presidente, um magistrado concursado e revestido de todas as garantias constitucionais, o qual submeteu aos jurados uma questão técnica relativa à "suficiência de provas para condenar", resposta que, evidentemente, já estava dada quando os juízes do fato já haviam afirmado a participação dos oficiais.

Enfim, abstraído o problema relativo às nulidades, teríamos um veredito condenatório para o caso de Carajás. Todavia a questão que se põe é a de saber se é válido, democrático e legítimo "federalizar determinados crimes" (melhor seria dizer atribuir competência à Justiça federal para o processo, porque, entre nós, por força da Constituição, todos os crimes e contravenções sempre representam uma emanção da Federação) quando não gostamos do resultado do julgamento. A resposta, francamente, há de ser negativa. Do

contrário, permitiríamos que os assassinos de Chico Mendes pudessem reclamar a "federalização" sob a alegação de que os jurados de Xapuri sucumbiram às pressões da mídia. Não são apenas as garantias do devido processo legal e do juiz natural que se devem invocar para refutar propostas desse tipo. É forçoso perceber que o mesmo processo mental que levou os juízes leigos a absolver os oficiais da PM poderia igualmente ser abraçado por um juiz federal concursado. Se este ou aqueles empolgaram a idéia de que os agentes "da lei e da ordem" deveriam repelir os invasores de terra que os atacavam, o resultado só poderia ser a absolvição. Há uma questão ideológica que não pode ser transposta com o simples deslocamento da competência para julgar. Se não se discute a independência dos jurados que integraram o conselho de sentença, a crença de que o julgamento por um juiz federal possa ser diferente revela um antigo e reiterado preconceito contra as decisões do júri popular.

A proposta de federalização faz lembrar a história do sujeito que, ao flagrar a mulher em plena prática de adultério, resolveu o problema vendendo o sofá da sala... É um engodo.

Alberto Zacharias Toron, 40, advogado criminalista, é professor de direito penal da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Foi presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes (1995-97) e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (1995-96). É autor de "Crimes Hediondos: o Mito da Repressão Penal".

Texto Anterior: [TENDÊNCIAS/DEBATES](#)

[Nélio Botelho: Heróis anônimos](#)

Próximo Texto: [Painel do leitor](#)

[Índice](#)

São Paulo, sexta-feira, 18 de fevereiro de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PARÁ

Policiais são acusados de homicídio Justiça reintegra PMs de Parauapeba

da Agência Folha, em Belém

A Justiça do Pará decidiu reintegrar dez ex-PMs, expulsos da corporação por terem participado -sem autorização do Comando da Polícia Militar- da reintegração de posse da fazenda Goiás 2, em Parauapebas (sul do Pará), no dia 26 de março de 1998.

Após a retirada das 520 famílias que ocupavam o local, os dirigentes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Onalício Araújo Barros, o "Fusquinha", e Valentin Serra, o "Doutor", foram mortos a tiros.

Onze fazendeiros da cidade foram denunciados pelos crimes. Os policiais, que durante a operação cobriram as identificações em seus uniformes com tarjas pretas, foram acusados de cumplicidade.

Depois de responder a processo administrativo, foram expulsos da corporação, em maio de 1998. A medida foi determinada pelo então secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, atual secretário de Gestão Social. Os policiais também passaram 30 dias presos no quartel da Polícia Militar de Xinguara.

A juíza Maria Helena Sarag, da 17ª Vara Criminal do Estado, decidiu pela reintegração porque os policiais não teriam tido "direito de ampla defesa". A liminar define ainda que os ex-policiais devem trabalhar em Belém.

"Eles foram ouvidos apenas em processo disciplinar e sem a presença de advogados. Essa atitude tinha que ser revista", disse a advogada dos acusados, Teuly Souza Fonseca Rocha. O Comando da PM informou que vai recorrer da sentença e negou que tenha havido cerceamento do direito de defesa. Os dois oficiais de Justiça que acompanharam a reintegração de posse na fazenda Goiás 2 eram temporários do Fórum de Parauapebas e foram demitidos durante a investigação das mortes.

Os fazendeiros acusados respondem o processo em liberdade. Na época, Carlos Antônio da Costa, proprietário da fazenda, foi preso, mas solto depois de algumas semanas. Posteriormente, a Goiás 2 foi desapropriada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para o assentamento de cerca de 200 famílias.

O MST repudiou a decisão de ontem. "Mais uma vez a Justiça parece mostrar que está brincando", disse o coordenador do MST Raimundo Nonato Souza.

Sete dos dez PMs reintegrados são réus no caso do massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, quando 19 sem-terra foram mortos durante a desobstrução da rodovia PA-150. Apenas três oficiais dos 150 policiais réus no caso foram julgados e absoltos durante a única sessão do julgamento, em agosto de 1999. O Ministério Público recorreu e todos os policiais esperam nova convocação.

Texto Anterior: [Aviação: TAM ganha disputa para viagem de FHC](#)

Próximo Texto: [Orçamento: Acordo provocará déficit de R\\$ 1,58 bi](#)

[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 28 de março de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS **TJ nega terceiro recurso** **Negado pedido de afastamento de juiz**

da Agência Folha, em Belém

Os desembargadores do TJ (Tribunal de Justiça) do Pará negaram ontem, por unanimidade, o pedido do MP (Ministério Pùblico) de afastamento do juiz Ronaldo Valle, responsável pelo julgamento que absolveu três oficiais da PM envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás.

Esse é o terceiro recurso da acusação negado pelo TJ.

Os dois primeiros, um do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outro do MP, pediam a anulação das 26 próximas sessões do Tribunal do Júri sobre o caso.

O MP solicitou o afastamento alegando que Valle estaria sendo parcial, já que ele havia discutido em uma reunião no TJ com deputados petistas ligados ao MST. O juiz negou parcialidade.

Os oficiais e mais 147 outros policiais participaram do

confronto na rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996, quando 19 sem-terra foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas.

Para retomar o julgamento, no entanto, os desembargadores do TJ ainda têm de votar o pedido de anulação da sentença, o que deve ser feito até o final de abril.

As sessões estão paralisadas desde o dia 27 de agosto de 99, quando o promotor Marco Aurélio Nascimento abandonou o tribunal em sinal de protesto.

Tribunal internacional

Os poderes públicos da União e dos Estados do Pará e de Rondônia chegaram a ser condenados pelos jurados de um tribunal internacional simbólico que julgou os massacres de sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) e Corumbiara (RO). Após sete horas de julgamento, os jurados condenaram o comportamento dos poderes públicos, que permitiram a atuação da PM no conflito.

À época, a assessoria do governo paraense informou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, organizadora do evento, que a ação estava sendo apurada.

Texto Anterior: [SUS: Governo tenta tapar buraco orçamentário](#)

Próximo Texto: [Eleições no Rio: PT escolhe Benedita em prévia eleitoral](#)
[Índice](#)

São Paulo, quarta-feira, 29 de março de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Juiz anuncia afastamento do caso

da Agência Folha, em Belém

O juiz Ronaldo Valle, que presidiu a primeira sessão do

julgamento dos acusados pelo massacre de Eldorado do Carajás (PA), anunciou ontem a decisão de se afastar do caso.

O julgamento tem como réus 150 policiais militares, acusados de matar 19 sem-terra durante desobstrução da rodovia PA-150, no dia 17 de abril de 1996.

Valle absolveu os três principais comandantes da operação: o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira.

O juiz atribuiu sua saída às "acusações levianas, desprovidas de qualquer fundamento e imensuravelmente desrespeitosas" feitas pelo promotor Marco Aurélio Nascimento, que o acusou de ser "parcial".

Ele disse também que não concorda com as pressões internacionais pela "condenação de qualquer maneira" dos envolvidos no caso. "Absolvição também é justiça", declarou.

O afastamento foi anunciado um dia depois de o TJ (Tribunal de Justiça) negar pedido do Ministério Público para tirá-lo do processo. "Decidi sair depois para que não dissessem que eu estava me esquivando do julgamento". O MP havia pedido a saída acusando-o de parcialidade, já que Valle discutiu com parlamentares petistas ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) durante uma reunião.

Texto Anterior: [Quem não passar pode tentar de novo](#)

Próximo Texto: [Orçamento: Divergência impede conclusão de votação](#)

[Índice](#)

São Paulo, segunda-feira, 03 de abril de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Juíza assume Eldorado do Carajás

da Agência Folha, em Belém

A juíza Edinéia Oliveira Tavares é a nova responsável pelo julgamento dos envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás (PA).

Seu nome foi sorteado na semana passada pelo presidente do TJ (Tribunal de Justiça) do Pará, José Alberto Maia, depois que o juiz Ronaldo Valle decidiu se afastar do caso, na última terça-feira.

Valle presidiu a primeira das 27 sessões previstas para o julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre.

Naquela sessão, foram absolvidos os três oficiais da PM que comandaram a operação, ocorrida em 17 abril de 1996 e que deixou 19 sem-terra mortos e mais de 60 pessoas feridas durante a desobstrução da rodovia PA-150.

Com 16 anos de experiência na magistratura, Edinéia Tavares é responsável também pelo julgamento do fazendeiro Jerônimo Alves Amorim, acusado de mandar matar, em 1991, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza. A juíza não quis comentar seu novo trabalho.

Saída

Valle decidiu deixar o caso um dia após os desembargadores do TJ negarem seu afastamento, pedido pelo Ministério Público.

O juiz disse, na última terça, que "acusações levianas, desprovidas de qualquer fundamento e imensuravelmente desrespeitosas" haviam sido feitas pelo promotor Marco Aurélio Nascimento, que o acusou de ser "parcial" no julgamento que absolveu o coronel Mário Colares Pantoja, do major José Maria Oliveira e do capitão Raimundo Almendra Lameira.

Valle afirmou ainda que não concorda com pressões internacionais pela "condenação de qualquer maneira" dos policiais.

Segundo a argumentação do Ministério Público, o juiz Valle teria sido parcial porque discutiu com parlamentares petistas ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) durante uma reunião.

Além disso, havia dito publicamente que voltaria a usar o quesito de insuficiência de provas, que acabou absolvendo os oficiais.

Anulação

O promotor Marco Aurélio Nascimento disse não ter críticas

sobre a juíza Ednéia Tavares.

O coordenador estadual do MST no Pará, Lindomar Silva, afirmou, por sua vez, que o importante agora é a anulação da primeira sessão, pedida em um recurso apresentado pelo Ministério Público.

O julgamento do massacre está parado desde 26 de agosto passado, quando Nascimento abandonou a sessão em protesto.

Para que o caso seja retomado, o TJ terá de julgar o recurso. A decisão está prevista para este mês.

Texto Anterior: ["MST vai dar troco", afirma líder](#)

Próximo Texto: [Sem mandato: Assembléia emprega ex-deputados no RS](#)

[Índice](#)

São Paulo, sábado, 15 de abril de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

500 ANOS

**Barreira policial parou viagem do MST a Porto Seguro;
entre os 11 presos, há dois turistas da Espanha
Sem-terra e PMs entram em choque**

LUIZ FRANCISCO

da Agência Folha, em Salvador

Uma barreira da Polícia Militar na BR-101, em Itabuna (BA), interrompeu ontem a viagem de 400 membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) até Porto Seguro, onde haverá comemoração dos 500 anos do Brasil. No confronto, três policiais foram feridos com pedradas e 11 pessoas foram presas, entre elas dois turistas espanhóis que acompanhavam os sem-terra. Os espanhóis foram encaminhados à Polícia Federal de Ilhéus (462 km ao sul de Salvador).

O conflito ocorreu às 10h, no posto da Polícia Rodoviária Federal de Itabuna (429 km ao sul de Salvador), onde foram

retidos nove ônibus e três caminhões com mantimentos dos sem-terra.

"Nós verificamos a documentação e constatamos que os ônibus tinham licença para viajar", disse o inspetor Carlos Luede.

O clima só ficou tenso com a chegada da PM ao local. Os policiais obrigaram todos os 400 passageiros a descer dos ônibus.

O comandante do 15º Batalhão da PM de Itabuna disse que a polícia tem ordens para revistar todos os veículos com destino a Porto Seguro.

Revoltados, os sem-terra resolveram bloquear a rodovia, usando os próprios ônibus e barricadas feitas com paus e pedras. Em seguida, segundo a polícia, começaram a apedrejar os soldados.

"Só atiramos pedras depois que a PM investiu contra a gente", disse Rosa Oliveira, 19, coordenadora do MST no sul da Bahia. Para a PM, houve "agressão mútua".

O integrante da caravana Jéferson Santos Souza, 23, disse que os sem-terra querem protestar em Porto Seguro na segunda-feira, para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás (PA), quando 19 trabalhadores rurais foram mortos em confronto com a PM.

"Assim como o governo quer comemorar os 500 anos do Brasil, também temos o direito de protestar contra as injustiças sociais, o desemprego e a corrupção."

O comando da PM afirmou que os ônibus foram liberados no início da tarde. "Ninguém vai impedir o direito de ir e vir das pessoas. Os sem-terra querem tirar dividendos políticos de uma ação correta que foi executada pela PM."

Texto Anterior: [História: Idéia do "bolo" é de FHC, diz Delfim](#)

Próximo Texto: [Memória: Lula revê carceragem do Dops 20 anos depois](#)
[Índice](#)

São Paulo, segunda-feira, 17 de abril de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

500 ANOS

Coordenador do MST diz que estuda ficar mais tempo em Porto Seguro, ao contrário do combinado

Sem-terra ameaçam descumprir acordo

Ormuzd Alves/Folha Imagem



Sem-terra caminham em direção a Porto Seguro, na Bahia

LUIZ FRANCISCO

da Agência Folha, em Porto Seguro

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ameaça não cumprir o acordo feito com governo da Bahia que permitiu o fim das barreiras policiais para que os sem-terra chegassem a Porto Seguro (705 km ao sul de Salvador). O acerto foi intermediado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e pelo deputado federal Aloízio Mercadante (PT-SP).

Ontem de manhã, durante a marcha dos agricultores de Eunápolis (BA) à cidade, o coordenador regional do MST, Ademar Bogo, disse que o trato será reavaliado. "O acordo foi feito em Brasília. Amanhã (hoje) nós decidiremos aqui se vamos cumpri-lo ou não", afirmou.

Pelo acordo, os sem-terra foram liberados para fazer uma manifestação hoje de manhã no centro de Porto Seguro para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás (PA), onde, há exatamente quatro anos, 19 trabalhadores rurais foram mortos em um confronto com policiais militares.

Em contrapartida, os manifestantes sairiam ainda hoje da

cidade, que, no próximo dia 22, será palco das comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil.

A negociação do MST com o governo foi realizada anteontem, um dia depois que nove sem-terra foram presos pela polícia de Itabuna (429 km ao sul de Salvador). Na ocasião, os policiais barraram a passagem dos manifestantes na BR-101. No tumulto, três policiais militares ficaram feridos.

Turistas, ricos e governantes

Ademar Bogo disse também que os sem-terra vão aproveitar a manifestação de hoje para denunciar a violência contra os trabalhadores rurais.

"Nós queremos dizer que o Brasil, com seus 500 anos de história, ainda não aprendeu a fazer festa para o povo. O presidente Fernando Henrique Cardoso precisa entender que não existem apenas turistas, ricos e governantes no Brasil", afirmou Bogo.

Anteontem, o coordenador estadual do MST Walmir Assumpção já havia dito que os manifestantes pretendiam voltar a Porto Seguro no dia 22.

Diante disso, o governador da Bahia, César Borges (PFL), afirmou que isso seria "quebra de acordo" e acenou com a possibilidade de a Polícia Militar voltar a apertar o cerco.

"Não há espaço físico em Porto Seguro para comportar uma quantidade muito grande de gente para todos os eventos. Se algum grupo já tiver anunciado a intenção de fazer protestos e constranger autoridades, nós temos a obrigação de tomar todas as precauções", declarou o governador.

A marcha dos sem-terra de Eunápolis a Porto Seguro foi tranquila. Cerca de 2.500 integrantes do MST, segundo a diretoria regional, participaram da caminhada. A PM estima que 1.200 sem-terra fizeram o percurso. No total, os sem-terra caminharam ontem 25 quilômetros. Dois carros da PM acompanharam os manifestantes no trajeto. Parte da pista que liga as duas cidades foi bloqueada em alguns trechos para facilitar a caminhada.

No final da manhã de ontem, os sem-terra chegaram ao acampamento montado pela diretoria regional do MST. O acampamento fica a 15 quilômetros de Porto Seguro. "Nós só vamos sair daqui amanhã (hoje). Primeiro, vamos esperar os índios que também estarão na manifestação contra o governo federal", disse Bogo.

Colaborou Marcos Vita, da Agência Folha

Texto Anterior: [Maranhão: Roseana é operada em São Paulo](#)

Próximo Texto: [Índios fazem manifestações com MST](#)

[Índice](#)

Ribeirão Preto, Terça-feira, 18 de Abril de 2000

FOLHA **ribeirão**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

**Áreas em Serra Azul e Barretos recebem 150 famílias
cada em ação do movimento sem-terra**

MST ocupa duas fazendas na região

do enviado especial a Serra Azul

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu ontem pela manhã duas áreas na região de Ribeirão Preto.

Um grupo de 150 famílias invadiu uma parte da fazenda da Usina Martinópolis, em Serra Azul (45 km de Ribeirão Preto), e outro, com o mesmo número de famílias, invadiu a fazenda Queixada, em Barretos (127 km de Ribeirão Preto). Essa foi a segunda ação do movimento na região de Ribeirão Preto e fez parte de uma ocupação simultânea, que contou com mais de 300 invasões em todo território nacional, segundo o MST.

A primeira invasão da série de ações do MST na região ocorreu em dezembro do ano passado, quando 500 famílias ocuparam a fazenda Bocaina, em Matão.

Eles permaneceram no local até o mês passado, quando foram transferidos para uma área desapropriada da fazenda Santa Avóia, em Barretos.

"As invasões de hoje (ontem) ocorreram em todo o país em forma de protesto aos quatro anos de impunidade do massacre ocorrido em Eldorado do Carajás (PA). Além disso, a região é considerada estratégica pelo movimento", disse Gilmar Mauro, coordenador regional do MST.

De acordo com ele, a fazenda de Serra Azul foi escolhida

como ponto de invasão porque os proprietários possuem dívidas com o Banco do Brasil e com a União. A justificativa foi a mesma utilizada pelo movimento após a invasão da área em Matão. "Estamos procurando ocupar essas propriedades como forma de pressionar as autoridades a cobrarem esses valores ou desapropriar as terras em troca da dívida", disse Mauro. Os líderes do movimento estão levantando o atual valor das dívidas da Usina Martinópolis com o governo federal. "Fomos informados de que o valor está próximo de R\$ 1 bilhão", disse Mauro à **Folha**. A previsão da coordenação do movimento é que até a próxima semana, a fazenda está sendo ocupada por 500 famílias. Os diretores da usina não comentaram a invasão, mas devem recorrer à Justiça para tirar os invasores do MST.

Crise da cana

O acampamento em Serra Azul é formado por trabalhadores de nove cidades da região (Jaboticabal, Rincão, Gavião Peixoto, Araraquara, Franca, Cajuru, Serrana, Cravinhos e Ribeirão Preto) e de São Paulo.

De acordo com a coordenação do MST, a maioria dos invasores é desempregado que atuava no corte de cana. O trabalhador rural Valdemir da Silva Martins, 37, de Rincão, afirmou que se juntou ao MST após seis meses de desemprego.

"Com a cana só temos trabalho durante cinco meses no ano, por isso, decidi lutar por um pedacinho de terra", diz Martins.

Outro membro do MST, que preferiu se identificar apenas como Altair, afirmou que participa do movimento há sete meses. Antes ele trabalhava como fiscal de apontamento de uma usina.

"A modernização dos maquinários acabou com o emprego." **(ANGELO SASTRE)**

Texto Anterior: [Passageiro não usa colete salva-vidas](#)

Próximo Texto: [Região tem 2 áreas para desapropriar](#)

[Índice](#)

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Secretaria no Pará é depredada

da Agência Folha, em Belém

Cerca de 80 sem-terra invadiram e depredaram ontem a sede da Secretaria da Segurança Pública do Pará (Segup) durante a manifestação contra a "impunidade" dos responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás, que ontem completou quatro anos.

Os integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) jogaram paus e pedras em dez carros estacionados na secretaria. Dois veículos eram do órgão, um da Polícia Militar e o restante de servidores públicos.

O carro da PM foi derrubado. Segundo a assessoria de imprensa da Segup, o cabo da PM Edivaldo Santos, que trabalhava na portaria, teve um braço quebrado. Uma equipe da Rede Globo também foi agredida pelos sem-terra.

O conflito ocorreu depois que o grupo se separou da manifestação -com 3.000 pessoas, segundo o MST e 500, para a PM.

Segundo o deputado federal João Batista "Baba" (PT-PA), que participava do protesto, os organizadores do ato não puderam ter controle sobre todo o grupo.

Após o incidente, o grupo marchou até o Tribunal de Justiça (TJ) do Pará. Cerca de 200 homens da PM soltaram bombas de efeito moral para dispersar a manifestação e houve outro quebra-quebra.

Foram presos os sem-terra Luiz José de Jesus Abreu, 37, e Adiel Dourado Rodrigues, além do frei Francineto Alves Pinheiro, 41. Eles foram indiciados pela Polícia Civil por formação de quadrilha e danos ao patrimônio público.

Segundo o MST, 15 pessoas ficaram feridas com hematomas de cassetete. Três teriam sido atingidas por balas de borracha. O capitão da PM Rui Santos nega que tenham sido usadas armas durante a repressão à manifestação.

O TJ deve definir amanhã o juiz que irá presidir o julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre. Até agora, 16 juízes desistiram do caso.

O juiz Ronaldo Valle, que presidiu a sessão que absolveu os três principais oficiais da tropa, pediu afastamento do caso há 20 dias por achar a atitude do promotor desrespeitosa e "não aceitar pressões internacionais que querem condenação a qualquer preço".

Três juízes criminais de Belém-José Maria Teixeira do Rosário, Eva do Amaral Coelho e Raimundo Holanda- se dispuseram a presidir o caso.

O presidente do TJ, José Alberto Maia, pode indicar um dos nomes ou submetê-los a sorteio amanhã.

Na semana passada, o tribunal anulou o julgamento que absolveu o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira. Eles comandaram a desobstrução da rodovia PA-150, em 17 de abril de 96, quando 19 sem-terra foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas.

Texto Anterior: [Questão agrária: MST anuncia 65 invasões em 5 Estados](#)

Próximo Texto: [Mulheres invadem engenho](#)
[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 18 de abril de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Ministério do Desenvolvimento Agrário diz registrar apenas 12 ações do movimento pelo país

MST anuncia 65 invasões em 5 Estados

da Agência Folha

e da Sucursal de Brasília

A prometida onda de invasões do MST na semana das comemorações dos 500 anos do Descobrimento ganhou

impulso ontem, dia do quarto aniversário do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA). O movimento contabilizou 65 invasões em cinco Estados -55 só em Pernambuco.

A assessoria de imprensa do Ministério do Desenvolvimento Agrário informou ontem que o órgão tinha o registro de apenas 12 invasões nos cinco Estados.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) havia anunciado em março que faria 500 invasões pelo país. O MST invadiu ainda o prédio da superintendência do Incra em Salvador.

A data marcou ainda o retorno do dirigente José Rainha Júnior ao comando de ações de massa. Após quase dois anos na retaguarda e menos de duas semanas depois de ser absolvido em um julgamento por homicídio, ele liderou a invasão da fazenda São João, em Teodoro Sampaio (710 km a oeste de São Paulo), no Pontal do Paranapanema.

Segundo Rainha, cerca de 800 famílias estão na área e "não pretendem sair". A Polícia Militar diz que são 300 famílias. A propriedade, de 714 hectares, pertence a Ricardo Pedrosa Peretti, filiado à UDR (União Democrática Ruralista).

O clima de tensão, por enquanto, é notado na guerra verbal entre dirigentes da UDR e do MST. Rainha avalia que pode haver confronto. "O conflito está anunciado, não tem conversa. Os fazendeiros estão armados."

Tânia Tenório de Faria, presidente da UDR, rebate: "Eles pretendem fazer 500 invasões. Vamos ver se a gente consegue fazer 500 reações. Eles vão ter problemas, com certeza".

Outras quatro áreas foram invadidas dentro do Estado - municípios de Galha, Jacareí, Barretos e Serra Azul.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário registrou apenas duas invasões em São Paulo, em Teodoro Sampaio e Jacareí. A direção do MST em Pernambuco anunciou ter invadido pelo menos 55 propriedades em todas as regiões do Estado. O maior número de invasões teria ocorrido na Zona da Mata sul. O MST afirma que 23 propriedades foram tomadas por sem-terra na região, grande produtora de cana-de-açúcar.

Das 55 áreas, três teriam sido desocupadas ainda ontem, duas delas por seguranças das propriedades e uma por policiais.

Em Barreiros, a Polícia Civil despejou os invasores do engenho Una. Segundo o policial Valderez Leite, o sem-terra Almir Xavier foi detido durante a invasão por desacato à autoridade. Ele foi interrogado e liberado.

O superintendente interino do Incra no Estado, Roosevelt Gonçalves, classificou as invasões realizadas ontem de "atos

políticos".

"O MST sabe que não temos como vistoriar tudo", disse.
"Não há pessoal nem dinheiro para o que eles querem", afirmou.

A sede do Incra em Salvador, na Bahia, foi invadida por 100 sem-terra pela manhã.

Armados com facões, eles reivindicavam uma audiência com o ministro da Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário) para discutir a liberação de recursos para a reforma agrária na Bahia e a nomeação de um novo superintendente para o Incra do Estado.

Os sem-terra passaram toda a tarde em audiência com o superintendente-adjunto do Incra, Luiz Gugé, e continuavam no órgão até a conclusão desta edição.

Em Minas Gerais, 150 famílias invadiram a fazenda Horto da Liberdade, em Mateus Leme, região metropolitana de Belo Horizonte.

Duas fazendas foram invadidas por cerca de 145 famílias de sem-terra no norte do Espírito Santo.

Na Paraíba, o Comando da Polícia Militar informou que 80 famílias invadiram, nas tardes de anteontem e ontem, as fazendas Curtume e Jacuri.

Para o ministério, só ocorreram invasões no Espírito Santo (2 fazendas), em Minas Gerais (uma fazenda), em Pernambuco (7 fazendas) e em Mato Grosso do Sul.

Texto Anterior: [Congresso: Proposta tenta burlar teto salarial](#)

Próximo Texto: [Secretaria no Pará é depredada](#)

[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 20 de abril de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS **TJ-PA define juiz de caso, e MST protesta**

da Agência Folha, em Belém

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Pará indicaram ontem o juiz José Maria Teixeira do Rosário para presidir o julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás.

A nomeação desagradou ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pois o juiz determinou, há cerca de dois meses, a reintegração de posse da fazenda Taba, com a possibilidade do uso de força policial. A área foi invadida cinco vezes em um ano.

Segundo Nonato Souza, coordenador estadual do MST, os advogados do movimento que auxiliam a acusação no caso podem deixar o caso se a nomeação for mantida.

Texto Anterior: [Terra à Vista - Contardo Calligaris: Duas festas](#)
[Índice](#)

São Paulo, sábado, 29 de abril de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST pede ação do governo

da Agência Folha

O dirigente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) José Rainha Júnior disse ontem que só os governos de São Paulo e federal podem impedir um conflito com fazendeiros no Pontal do Paranapanema.

Ele disse buscar audiências com o ministro Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário) e com o governador Mário Covas (PSDB), para tratar do assunto.

"Queria que o governador Mário Covas se pronunciasse, não esperasse acontecer. Não queria que ele deixasse o governo ser manchado, como foi manchado no Pará", disse, referindo-se ao massacre de 19 sem-terra em Eldorado do

Carajás, em 1996.

Rainha disse que o movimento vai continuar as invasões se os governos não intervierem. "A responsabilidade está com o governador Mário Covas e com o ministro Jungmann."

Para Rainha, o MST não vai se intimidar com ameaças de fazendeiros armados, mas vai respeitar medidas da Justiça, como reintegração de posse de área invadida. "O que não vamos respeitar é a arrogância da UDR."

O MST, segundo Rainha, estuda medidas jurídicas para contestar a reintegração de posse concedida pela Justiça para a fazenda São João, invadida no dia 17 por 500 famílias de sem-terra em Teodoro Sampaio (710 km a oeste de SP).

Texto Anterior: [Frases do conflito](#)

Próximo Texto: [Soriano segue linha radical](#)

[Índice](#)

São Paulo, domingo, 30 de abril de 2000 **+mais!**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

+ 3 questões Sobre reforma agrária

- 1. Em que situação está a reforma agrária no Brasil?**
- 2. O que a diferencia do desenvolvimento agrário?**
- 3. Qual o sentido da campanha das "500 invasões"?**

Egídio Bruneto responde

1.

Reforma agrária significa essencialmente um processo amplo de democratização da propriedade da terra. Esse processo foi executado em diversos países do mundo pelo Estado, em nome da sociedade, e teve como objetivo principal criar as bases para uma sociedade mais democrática, gerar um processo de desenvolvimento da produção industrial e agrícola voltada para as necessidades do país (mercado interno), gerar trabalho e renda para milhões de pessoas que viviam no meio rural e combater a pobreza e as

desigualdades sociais. No Brasil, o que estamos assistindo há 500 anos, dentro dos vários modelos econômicos adotados pelas elites, é uma política contrária a esse processo. Continua havendo concentração da propriedade da terra, aumentam os níveis de desigualdade social e a pobreza no meio rural. Há em curso apenas uma política de assentamentos rurais que não consegue alterar a concentração da propriedade e da renda. E, mesmo assim, só são feitos pelo governo quando os pobres do campo se organizam e lutam.

2.

O principal a ser compreendido é que está sendo implantado no Brasil, a partir da década de 90, um novo modelo econômico que subordina totalmente a economia brasileira aos interesses do capital internacional financeiro. E, nesse modelo, a classe dominante brasileira abriu mão de construir um modelo nacional independente, em que a prioridade da economia seja organizar a produção para resolver os problemas básicos da população. Passados esses dez anos, todos os indicadores econômicos e sociais pioraram.

Aumentou o desemprego, a miséria, o êxodo rural. Somente os bancos e as multinacionais aumentaram seus lucros. A prioridade desse modelo para a agricultura continua sendo o estímulo às exportações agrícolas e o controle de nosso mercado por grandes empresas multinacionais. O governo FHC é um mero capataz desses interesses.

3.

O modelo econômico e agrícola que o governo FHC vem implantando no país aumentou em muito a pobreza no meio rural, o desemprego e a concentração da propriedade da terra. O resultado é o crescimento fantástico do número de pobres. Na época do modelo de industrialização, os pobres do campo ainda tinham como alternativa o emprego na indústria e a migração nas fronteiras agrícolas, com os programas de colonização. Agora, essas saídas não existem. Então aumenta a adesão ao MST e a disposição desses pobres de se organizar e lutar para sobreviver. O aumento das ocupações de terras é apenas resultado da política econômica. O governo FHC precisa reconhecer que nossos problemas sociais só se resolverão com mudança no modelo econômico e não apenas com propaganda, tentando enganar a opinião pública. Um dia a história e o povo vão cobrar.

Raul Jungmann responde

1.

Em 618 mil famílias assentadas, sendo 400 mil no atual governo e mais de 14 milhões de hectares já reformados, de 95 a 99. Até 2002 serão cerca de 850 mil famílias assentadas, ou seja, 4,3 milhões brasileiros, antes excluídos, estarão no programa nacional de reforma agrária. Em paralelo, diminuem os conflitos e a impunidade no campo. Em 88, mais de 180 mortes foram relacionadas à questão da terra. Em 96, ano do massacre de Eldorado do Carajás, foram 54, e, em 98, foram registradas 26 mortes. Quanto ao poder remanescente do latifúndio, foram cancelados registros de mais de 93 milhões de hectares, área superior à América Central. Em contrapartida, está em audiência um Sistema Público de Terras que pela primeira vez articula os registros cartorários, institutos estaduais de terra, Incra e Receita Federal por meio de um cadastro único que irá requerer a falência definitiva da fraude e da grilagem. Como complemento à reforma agrária clássica, foi criado o Banco a Terra, na verdade um crédito fundiário para quem não tem nenhuma ou pouca terra, a ser financiado em até 20 anos, com 3 de carência e juros de até 2% ao ano. O Pronaf Planta Brasil, de um montante de R\$ 3,4 bilhões para crédito, infra-estrutura, pesquisa e orientação tecnológica dos agricultores, destina 550 milhões para os assentados. Estes, desde que mantenham seus filhos na escola dos 7 aos 14 anos, terão abatimento de 50% nos juros. Aliás, o programa de educação da reforma agrária, Pronera, alcançou no ano passado 70 mil alunos atendidos por mais de 20 entidades de ensino superior. O Lumiar, de assistência técnica, programa descentralizado e cujos profissionais são diretamente contratados pelos assentados, atende mais de 120 mil famílias. Portanto vamos indo bem, em que pese o muito que há por fazer.

2.

Reforma agrária é a intervenção na estrutura fundiária de um país ou região com o objetivo de promover a sua redistribuição para os que não têm ou têm pouca terra, juntamente com o acesso ao crédito, infra-estrutura e assistência técnica de modo a tornar o sem-terra ou minifundista de ontem no agricultor familiar de amanhã. Desenvolvimento agrário é mais amplo, por envolver a agricultura familiar, além da reforma agrária e do crédito fundiário, bem como, na concepção do programa Avança Brasil, todos os demais aspectos -educação, saúde, meio

ambiente- que atingem o rural brasileiro.

3.

Invadir terras para ocupar manchetes. O MST é midiático-dependente. E o espaço, a atenção, é função do conflito, real ou virtual. As invasões têm caído nos últimos 12 meses. Por que este espasmo agora, senão para voltar ao noticiário? Em suma, é o que nos meus tempos de militância chamávamos de niilismo pequeno-burguês.

QUEM SÃO

Egídio Bruneto

É membro da coordenação nacional e atual responsável pelo setor de Relações Internacionais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Raul Jungmann

É ministro do Desenvolvimento Agrário (antigo Ministério da Reforma Agrária).

Texto Anterior: [Os dez +](#)

Próximo Texto: [Metamorfose do corpo - Stella Senra:](#)

[Tela/Pele](#)

[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 04 de maio de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PARANÁ

Secretário de Segurança diz que policiais não atiraram no sem-terra; Lerner determina investigação

MST culpa PM por morte; Estado nega

CARLOS ALBERTO DE SOUZA

WAGNER OLIVEIRA
da Agência Folha, em Curitiba

A autoria do disparo que matou o agricultor Antônio Tavares Pereira, 38, supostamente em conflito com a PM na BR-277, provocou troca de acusações ontem entre o governo do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De manhã, após tomar conhecimento da morte de Pereira, no Hospital do Trabalhador, o secretário de Segurança Pública do Paraná, José Tavares de Miranda, afirmou que Pereira não podia estar no conflito, pois deu entrada no hospital às 9h09 -antes, portanto, do conflito na rodovia (10h45, aproximadamente).

O MST reagiu à tarde, dizendo que Pereira foi baleado às 8h, em confronto anterior ao registrado pela imprensa. Luareci Leal, 29, uma testemunha apresentada pelo movimento, disse que, nesse horário, quatro carros da PM interceptaram dois ônibus que vinham de Candói (350 km de Curitiba), onde morava Pereira.

Segundo Leal, os policiais obrigaram os dois ônibus a retornar. Quando voltavam ao interior do Estado, os dois veículos cruzaram com parte do comboio de sem-terra que se dirigia a Curitiba.

Os sem-terra estacionaram os dois ônibus no acostamento e um grupo de 30 pessoas desceu, quando teria sido rechaçado por quatro PMs. Nesse instante, por volta das 8h de anteontem, os policiais teriam disparado com revólveres calibre 38 a quatro metros dos manifestantes.

Sérgio Adelmo Turco, 29, a outra testemunha, disse que ajudou a colocar a vítima em um Chevette, que ficou retido no congestionamento devido ao tumulto. Dali, segundo ele, Pereira foi levado com vida para o Hospital do Trabalhador, em Curitiba. As duas testemunhas afirmaram ter condições de reconhecer os policiais.

A Secretaria de Segurança Pública e o Comando da PM negam que esse conflito tenha existido. "O único confronto ocorreu por volta das 10h, e a Polícia Militar utilizou apenas balas de borracha", disse o secretário Tavares de Miranda. O major José Paulo Betis, assessor de comunicação da PM, afirmou que o comando da corporação não tinha conhecimento do confronto anterior.

O atestado de óbito divulgado ontem pelo Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba afirma que Pereira foi morto devido a uma hemorragia profunda provocada por um projétil de chumbo.

Segundo o delegado Fause Salmem, titular da Delegacia de Homicídio, o artefato foi encontrado amassado, indicando que a bala ricocheteou antes de penetrar o corpo da vítima. O corpo do agricultor será enterrado hoje em Candói, com a presença de deputados federais e integrantes da direção estadual e nacional do MST.

Essa foi a primeira morte de sem-terra em choques com PMs desde 26 de março de 1998, quando dois líderes dos MST foram assassinados a tiros em Parauapebas (PA). Onze policiais foram acusados pelas mortes. Os dois sem-terra eram sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996, em que 19 sem-terra foram mortos.

Mais acusações

O local de onde o sem-terra foi ferido também gerou controvérsia. No início da manhã, a assessoria da Secretaria de Segurança Pública informava que a vítima havia sido localizada na BR-116, distante 30 quilômetros de onde ocorreu o confronto na BR-277.

Pereira foi socorrido na companhia de Aparecido Peixoto Alves, que deixou sua identificação, seu endereço e telefone na ficha do Hospital do Trabalhador. Ele é militante do MST e morador do mesmo assentamento Ilhéus, em Candói. Ontem, o MST estava tentando localizar Alves.

"Não ficou claro até agora e estamos investigando as razões que levaram o acompanhante de Pereira a simplesmente deixá-lo no hospital sem prestar nenhuma informação", disse o secretário.

Em seguida, Tavares de Miranda informou que foi apreendido um revólver calibre 38, que teria dado três tiros. A apreensão é objeto de inquérito de delegacia de Campo Largo (PR). O sem-terra que portava a arma, Ismair Trindade, está preso e, segundo Tavares Miranda, responde na Justiça a dois processos por homicídio.

De seu lado, o MST afirmou que ainda existe um sem-terra desaparecido, que teria sido visto por testemunhas sendo baleado na cabeça. Os sem-terra, contudo, não souberam informar quais seriam essas testemunhas. O secretário afirmou que a denúncia será investigada, mas que, por ora, não há nada de concreto.

Nota oficial

O governo do Paraná divulgou no início da noite de ontem nota oficial sobre o confronto entre policiais militares e integrantes do MST. Segundo o texto da nota, a orientação

dada pelo governador Jaime Lerner (PFL-PR) era a de se fazer respeitar a ordem e evitar a transformação de uma ação política dos sem terra num conflito de proporções indesejáveis.

O conflito, "não-desejado" pelo governo, segundo o documento, "ocorreu pela determinação do MST em buscar um confronto fazendo uso de armas, radicalização essa que resultou em feridos de ambos os lados". O governador determinou à Ouvidoria-Geral de Polícia "rigorosa e urgente apuração" dos fatos.

Texto Anterior: [Reação: Líderes dos sem-terra ameaçam com foice](#)

Próximo Texto: [Morte deve servir de alerta, diz porta-voz](#)
[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2000 **FOLHA DE S.PAULO cotidiano**

Envie esta notícia por e-mail para _____
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MARILENE FELINTO

Governo não mata caminhoneiro, só mata sem-terra

Quer conseguir diminuição de impostos? Quer deixar de pagar pedágio, IPTU, CPMF etc.? É só virar caminhoneiro. Ser caminhoneiro é bom: só precisa ficar parado para obter direitos junto ao covarde governo de Fernando Henrique Cardoso, que enquadraria sem-terrados desarmados na defunta Lei de Segurança Nacional. Por que não enquadraria todos os políticos corruptos que infestam os governos de norte a sul? Quem é mais perigoso, quem é a verdadeira ameaça ao arremedo de "democracia" brasileira, um sem-terra portando paus e pedras ou um vereador corrupto, um deputado safado, um senador homicida, um governador criminoso? No governo FHC só tem hipócritas.

O negócio é comprar um caminhão. Caminhoneiro é poderoso, é autônomo, não tem patrão -não tem que ouvir humilhação de patrão e abaixar a cabeça-, só precisa ficar parado, cruzar os braços e encostar seu Scania na beira da

estrada. Basta isso para derrubar governos, paralisar o abastecimento de feijão, gasolina e remédios no país todo. Diante dos caminhoneiros, o governo FHC se acovarda, abaixa a crista, apressa-se a anunciar pela TV o andamento das "negociações", abre as pernas e os cofres públicos: os caminhoneiros não vão mais pagar os extorsivos pedágios, receberão vale-pedágio dos donos das transportadoras. E o prejuízo desses dias de suspensão de pagamento -até 11 de maio- será pago às concessionárias das estradas com dinheiro público (R\$ 4 milhões).

O negócio é comprar um caminhão: porque a polícia não é nem besta para sair atirando em caminhoneiro como faz com os sem-terra -entre os quais estava, na semana passada, o agricultor Antônio Tavares Pereira, 38, desarmado, barrado no seu direito de ir e vir, e morto com um tiro na barriga pela polícia do Paraná. A tropa de truculentos cassetetes e metralhadoras, liderados pelo governador Jaime Lerner, deixou 50 feridos entre os sem-terra só naquele dia.

Mas o que é um sem-terra morto? Nada, não é nada em comparação com o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no qual 19 sem-terra foram assassinados pela PM do governador Almir Gabriel. Parabéns, polícia do Paraná, por ter matado apenas um, não é mesmo?!

Caminhão para todos: porque o governo Fernando Henrique não é nem besta de pôr para negociar com caminhoneiros um ministro da ineficiência -ou reforma agrária, que eles chamam de "Desenvolvimento Agrário" - como Raul Jungmann.

Jungmann não vai nunca perder o cargo. Ele só faz o que o governo quer: nada, coisa nenhuma. No máximo ele vai à TV fazer profecias nefastas: "ou então eles querem cadáveres", disse na semana passada, referindo-se às investidas do MST de invadir prédios públicos para pressionar o governo a agilizar a reforma agrária.

É por isso que a secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, sai por aí se intrometendo nas coisas daqui. Ela disse recentemente que a pobreza e a ineficácia dos governos da América Latina no combate às desigualdades sociais e aos altos índices de pobreza ameaçam a democracia. Dizem que o alvo da crítica era o Brasil. O governo FHC teve que engolir. Vai dizer o quê? Caminhão e terra para todos!

E-mail: mfelinto@uol.com.br

Texto Anterior: [Concordata de construtora pára obra](#)
Próximo Texto: [Sorteio na TV: Promotoria vai investigar caso Top Vida](#)
[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 09 de maio de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Polícia indica 28 por vandalismo

JOSÉ MASCHIO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

O delegado Vicente de Paulo Costa, 27, diretor do Departamento de Polícia Especializada de Belém, disse ontem que já identificou e vai indiciar mais 15 envolvidos na depredação do prédio da Secretaria Executiva da Segurança Pública do Pará, em 17 de abril.

Com outros 13 indiciados anteriormente, a polícia processa no mesmo inquérito 28 pessoas por dano ao patrimônio público, vandalismo e formação de quadrilha. A ação teve a participação de cerca de 80 pessoas, inicialmente identificadas como membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O delegado também pretende instaurar, ainda nesta semana, outro inquérito para apurar responsabilidades dos invasores pelo aborto sofrido pela funcionária pública Fátima Segura Rodrigues, 40, dois dias após a depredação.

Fátima estava trabalhando no local durante a manifestação. Segundo o delegado, "o aborto foi consequência dos atos de vandalismo". A funcionária estava com uma gravidez de dois meses.

Os manifestantes que depredaram o prédio protestavam contra "quatro anos de impunidade" no massacre de Eldorado do Carajás, quando 19 sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará.

Dos 13 já indiciados, apenas um, Jorge Luís Rodrigues Nery, faz parte do MST. Ele é dirigente estadual do movimento. Os outros 12 envolvidos no inquérito são funcionários públicos municipais e membros de outras organizações políticas de esquerda.

Para o delegado, existem indícios "mais que fortes, com

fotos de jornais e imagens de TV", mostrando que os acusados participaram do quebra-quebra no prédio. O advogado do MST em Belém, Walmir Brelaz, disse que o governo do Pará iniciou "uma caça às bruxas em Belém". Ele ironizou o fato de a polícia ter "agilidade e pressa para identificar, indiciar e punir trabalhadores, enquanto o massacre de Eldorado do Carajás continua impune". A depredação da secretaria ocorreu quando um grupo de 80 pessoas separou-se da manifestação principal. Segundo o MST, havia 3.000 presentes. A PM contava 500 participantes. Depois de invadir a secretaria, o grupo foi até o Tribunal de Justiça do Pará, onde cerca de 200 policiais dispersaram a manifestação.

Texto Anterior: [ONG diz que ato foi de "estatal"](#)

Próximo Texto: [Polícias disputam investigação](#)

[Índice](#)

São Paulo, sábado, 20 de maio de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

REFORMA AGRÁRIA

**Senador Antonio Carlos Magalhães liberou R\$ 12 mil a
uma cooperativa para custear protesto em 97**

**Governo repassou R\$ 8,8 milhões ao
MST**

ABNOR GONDIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O MST foi fortalecido nos últimos cinco anos com o repasse de R\$ 8,8 milhões em recursos públicos às duas principais entidades do movimento, a Concrab e a Anca, e já contou com a ajuda financeira até do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL).

Em abril de 1997, ACM autorizou a liberação de R\$ 12 mil à Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) para

despesas com iluminação, montagem de um palco e dois palanques durante a marcha organizada pelo MST para marcar o primeiro ano do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

Os dados dos convênios firmados com a Anca e a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e da ajuda do Senado estão no Siafi (sistema informatizado de acompanhamento de gastos públicos do governo federal).

Os convênios envolvem cursos de formação profissional, de alfabetização para assentados e de meio ambiente para a coordenação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Há também oficinas de músicas de protesto contra o governo bancadas pelo Ministério da Cultura.

As entidades são a face legal do MST. O movimento não existe juridicamente, apesar de movimentar valores não divulgados sobre os 3% cobrados dos financiamentos concedidos aos assentados em projetos de reforma agrária. As cooperativas contam também com dinheiro de convênios firmados com prefeituras e com organismos internacionais, como a União Européia.

Anteontem, o presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Orlando Muniz, determinou a abertura de investigações sobre os contratos firmados com 1.300 profissionais para afastar os técnicos que estejam envolvidos com a cobrança do "pedágio financeiro".

A maioria dos convênios firmados pelo Incra com a Concrab e a Anca é relativa à prestação de serviços de assistência jurídica e social aos assentados do MST. Não há denúncias de desvios de recursos dos convênios. "Se houver desvios para financiar manifestações do MST, os responsáveis e as entidades serão punidos", afirmou Muniz: "O governo faz convênios com os movimentos sociais e não se vai agora satanizá-los só porque houve denúncias de desvios envolvendo o MST".

O jornalista Fernando César Mesquita, assessor de ACM, disse que não foi uma doação voluntária do Senado o pagamento das despesas do palanque montado em 97, na Esplanada dos Ministérios, na marcha dos sem-terra.

Segundo ele, o presidente do Senado decidiu bancar as despesas para atender apelos de parlamentares de oposição, como o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Mesquita disse que ACM decidiu pagar as despesas para colocar o palanque do MST mais distante do Congresso. Os líderes do movimento queriam montar o palanque na área

frontal ao Congresso, afirmou Mesquita. Ele disse que ACM não admitiu a proposta em razão de tumultos e ameaças de invasões do Congresso que haviam ocorrido em outras manifestações.

"A Anca e a Concrab só não fazem convênio nem recebem doações da UDR", disse Roberto Baggio, um dos 23 coordenadores nacionais do MST. Ele disse que as entidades têm plena identificação com o movimento e são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades não cumpridas pelo governo na área social.

Texto Anterior: [Grafite](#)

Próximo Texto: [Sem-terra planejam ação no Pontal](#)
[Índice](#)

São Paulo, domingo, 04 de junho de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Dinheiro é arrecadado por meio de contribuições e bazares e financia projetos do movimento

**ONGs européias mandam ao MST
US\$ 1 mi por ano**

DE LONDRES

O comércio que mais cresce em Londres são pequenas lojas, quase sem decoração, com roupas usadas penduradas em cabides e cartazes colados na vitrine anunciando as ofertas. Para os ativistas brasileiros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), essa é uma ótima notícia. Foi com o dinheiro arrecadado nesses bazares que se pagou os honorários dos advogados que tiraram da prisão cem integrantes do movimento, em Pernambuco. Em toda a Europa, religiosos, consumidores e, mesmo sem saber, todos aqueles que pagam impostos estão ajudando a bancar os sem-terra brasileiros. O MST é um dos

movimentos mais populares entre as organizações não-governamentais (ONGs) européias que realizam projetos sociais em países pobres.

Mais de dez ONGs européias financiam o MST. Um levantamento parcial indica que o valor dos contratos chega a quase US\$ 1 milhão por ano. Em geral, o dinheiro vem de recolhimento de contribuições em igrejas, venda de roupas usadas ou campanhas de solidariedade social. Mas boa parte dos recursos sai diretamente dos cofres de governos europeus.

Em três anos, a União Européia está investindo US\$ 900 mil na criação da escola de técnicos agrícolas Florestan Fernandes, em São Paulo. Outros US\$ 900 mil serão divididos entre a Caritas alemã, a Terre des Hommes francesa e o próprio MST.

"Financiamos projetos de 200 ONGs no Brasil, entre elas o MST. Mas só participamos de projetos que claramente não tenham conotação política", diz Maria Helena Neves, responsável por projetos da União Européia no Brasil.

Grife

Para muitas ONGs européias e norte-americanas, o MST é uma grife das lutas sociais, assim como os zapatistas mexicanos. O Movimento dos Sem Terra está na capa da última revista Nacla (North-American Congress on Latin American) dedicada a movimentos sociais. Financiar projetos de assentamento agrícola, escolas ou advogados para os sem-terra é uma causa amplamente reconhecida pelo público europeu.

"O MST não é nossa prioridade, mas contribuímos com a organização em casos nítidos de defesa de direitos humanos e porque ajudar o movimento é um sinal de nossa preocupação com a injustiça social", disse à Folha Marlu Dresens, da organização católica holandesa Cordaid, que deu US\$ 210 mil, por três anos, para publicação de material sobre o Massacre de Eldorado de Carajás e sobre o julgamento de José Rainha.

Financiamento

As ONGs européias financiam várias atividades dos sem-terra brasileiros, da impressão de cartilhas à compra de maquinários para os agricultores. Dos bazares mantidos pela Foxham, ONG britânica sem bandeira política nem religiosa, saem US\$ 50 mil por ano para pagar os advogados do MST em Pernambuco e para formar cooperativas de trabalhadores no Maranhão.

"Financiamos o MST porque o padrão de vida de quem faz parte de um assentamento é cinco vezes melhor do que o de quem trabalha a terra por conta própria", diz Jessica Pelham, da Foxham.

A Trocaire, organização católica irlandesa, dá cerca de US\$ 30 mil por ano para o MST fazer campanha pela reforma agrária e treinar agricultores.

Já a britânica Action Aid financia diretamente 13 assentamentos de terra em Pindaré, Mearim e Itapecuru, no interior do Maranhão.

Polêmicas

Se os assentamentos atraem os recursos de algumas ONGs europeias, também criam dificuldades para obter ajuda de outras instituições. Como muitas ONGs recebem dinheiro de governos, não podem se envolver em problemas políticos de outros países nem defender causas polêmicas.

"Não financiamos ocupações porque isso é ilegal e é problemático para nós. Queremos financiar projetos do MST que defendam a igualdade das mulheres ou que estejam ligados à educação, à ecologia e à saúde", diz Claudio Moser, da alemã Misereor.

[Texto Anterior: Prefeito prevê arrecadar mais](#)
[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 01 de agosto de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Militantes concorrem em locais de conflito

LUÍS INDRIUNAS
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vão concorrer às eleições municipais em cidades onde ocorreram conflitos e mortes de sem-terra.

Em Eldorado do Carajás e Parauapebas, no Pará, são seis candidatos.

Já em Corumbiara, em Rondônia, os sem-terra preferiram

não ter um candidato próprio, mas vão apoiar o PT. É a primeira vez que o MST lança candidatos no sul do Pará. Em Eldorado, quatro líderes do assentamento 17 de Abril disputam vagas na Câmara Municipal do município pelo PT local.

Manoel Saraiva, Antonio Leite, Manoel Moura e Aparecida são sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás. Eles estavam entre os 2 mil sem-terra que entraram em conflito com 150 policiais militares durante a desobstrução da rodovia PA-150, no dia 17 de abril de 1996.

Na ocasião, 19 sem-terra foram mortos.

Coordenadores

O coordenador estadual do MST no Pará Eurival Martins, que também participou do conflito, disputa uma vaga na Câmara Municipal de Parauapebas.

Já outro coordenador, Vadeilson Carneiro, o Parazinho, que chegou alguns meses depois do massacre na região, disputa a vaga de vice-prefeito de Parauapebas na chapa encabeçada pelo líder comunitário Darcy Lermam (PT).

Próximo a vila Cedere 2, em Parauapebas, foram mortos os líderes do MST Onalício Barros, conhecido como Fusquinha, e Valentin Serra, o Doutor, em 26 de março de 1998.

Eles foram assassinados durante uma discussão com donos de terra, enquanto desocupavam a fazenda Goiás 2.

Martins lembra que as eleições não são o principal objetivo do MST.

"É apenas uma chance de sermos ouvidos, já que não há trabalhadores rurais nessas câmaras".

A disputa será acirrada. Em Parauapebas, são 200 candidatos para 13 vagas. Em Eldorado, 88 para 9 vagas.

Rondônia

Em Corumbiara (RO), o MST decidiu apoiar o professor José Nunes (PT), que concorre à Prefeitura de Corumbiara. Os candidatos não têm dinheiro para fazer showmícios, outdoor e outros recursos usados pelo adversário, o prefeito Leidson Ferreira de Souza (PMDB), que tenta a reeleição.

A campanha política segue nos cinco assentamentos existentes, onde vivem cerca de 3.000 famílias. Em Corumbiara, a 840 quilômetros ao sul de Porto Velho (RO), nove sem-terra foram mortos, no dia 9 de agosto de 95, quando 187 policiais militares invadiram a Fazenda Santa Elina, para desalojar 600 famílias. Dois policiais também morreram no conflito.

Colaborou Kátia Brasil, da Agência Folha, em Manaus

Texto Anterior: [Disputa divide assentamento no PR](#)

Próximo Texto: [Movimento quer emancipação](#)

[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 29 de agosto de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

Envie esta notícia por e-mail para
assinantes do UOL ou da Folha

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PONTAL

MST recua e evita confronto com a polícia

DA AGÊNCIA FOLHA

O MST começou a retirar ontem 422 famílias acampadas em uma estrada no Pontal do Paranapanema, oeste de São Paulo, para evitar o despejo pela Polícia Militar e um eventual confronto.

A operação da PM, com 435 homens, já estava montada e começaria amanhã, último prazo para cumprir a ordem judicial.

"Poderíamos ter optado pelo outro caminho, que era não ter saído. Você coloca 300 policiais num acampamento para fazer um despejo, com alguém determinado a não sair. O que vai acontecer? Violência, mortes, prisões", disse José Rainha Júnior, líder do MST.

Os sem-terra estão desde maio em uma estrada entre as fazendas Santa Maria, da família do ex-governador Abreu Sodré, e Santa Ida, em Teodoro Sampaio.

Uma liminar do juiz Atis de Oliveira Araújo determinou que os sem-terra se afastem a uma distância de dez quilômetros. Rainha considera a ordem "ilegal", apesar de cumpri-la. Para ele, o juiz "quis criar um outro Eldorado do Carajás", com sua decisão.

Procurado pela reportagem, o juiz não quis comentar as

declarações de Rainha.

As famílias estão se deslocando, em caminhões, para uma área de reserva do assentamento Água Sumida, vizinho da Santa Maria. Um oficial de Justiça deve ir à área amanhã verificar se a ordem foi cumprida.

Texto Anterior: [Massacre em Corumbiara: PM considera pena de sem-terra pequena](#)

Próximo Texto: [Folha Eleições 2000](#)

[São Paulo: Maluf refaz promessa que não cumpriu](#)

São Paulo, quinta-feira, 28 de setembro de 2000 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Badan Palhares critica laudo de Molina sobre Eldorado do Carajás

ANA PAULA MARGARIDO

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

O médico-legista da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Fortunado Badan Palhares contestou o laudo emitido pelo foneticista Ricardo Molina de Figueiredo, de sua mesma universidade, sobre a morte dos 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996.

Segundo Badan Palhares, a análise da fita não permite concluir se foi a polícia quem atirou primeiro no conflito com os integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O laudo de Molina mostra que a PM atirou primeiro e, dois segundos depois, um sem-terra atirou.

O laudo do foneticista se refere à cena enfocada pela defesa da Polícia Militar durante o julgamento que absolveu três policiais.

O laudo de Molina, feito a pedido do Ministério Público paraense, contesta o parecer de Badan Palhares sobre o caso, solicitado pela Secretaria de Segurança Pública do Pará à Unicamp.

No parecer realizado com base em fotos dos sem-terrados mortos, Badan Palhares afirma que, dos 19 mortos, 11 apresentam ferimentos de bala, 7 foram baleados e feridos com facões e foice e um foi morto por arma branca.

Para o médico-legista, como o conflito começou antes do

trecho mostrado pela Polícia Militar paraense no julgamento, não dá para afirmar quem atirou primeiro.

Além dos 19 mortos, o massacre de Eldorado do Carajás deixou 35 feridos, entre sem-terra e policiais militares.

"Na fita não dá para ver se os tiros ouvidos no início da gravação foram disparados pelos policiais ou pelos sem-terra", disse.

Badan Palhares afirmou que Molina não é um perito e questionou o posicionamento ético dele ao fazer um novo laudo.

"Ele (Molina) não poderia ter feito este laudo, porque não tinha o aval da Unicamp e não é credenciado pela Sociedade Brasileira de Criminalística", afirmou.

Porém, de acordo com o presidente da Associação Brasileira de Criminalística, Celito Cordili, nenhum dos dois professores da Unicamp poderia ter feito o laudo. "Eles não são peritos oficiais e nem "ad hoc" (nomeado para o caso na falta de um perito oficial)", afirmou Cordili.

Ricardo Molina, por sua vez, disse que em nenhum momento do laudo fez afirmações subjetivas. "Eu não interpreto nada. Meu laudo é descriptivo. As minhas opiniões como cidadão não estão no laudo. O que vai interessar para a Justiça é o que está descrito no trabalho", disse o foneticista.

Com relação à autorização da reitoria, Molina disse acreditar que não precisava de autorização, uma vez que a fita estava na Unicamp desde 1996.

"Badan não teve acesso ao meu laudo, então, não pode contestá-lo", afirmou Molina.

O foneticista disse que já assinou mais de 400 laudos na universidade e que vários deles também contêm a assinatura de Badan Palhares, que na época era chefe do extinto DML (Departamento de Medicina Legal).

"Eu não conheço o laudo do Badan. Só posso dizer sobre o que eu vi na fita", disse Molina.

Texto Anterior: [Rainha acha que presidente vai ceder a apelos](#)

Próximo Texto: [Dinheiro já deveria estar no bolso do agricultor para preparo do solo](#)

[Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Os 150 PMs envolvidos serão julgados em um único bloco

TJ anula 1º julgamento de Carajás

LUÍS INDRIUNAS
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJE (Tribunal de Justiça do Estado) decidiram ontem, por 6 votos a 1, manter a anulação da primeira sessão do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (PA), quando os três principais comandantes das tropas da Polícia Militar foram absolvidos. Mesmo que haja recurso, o julgamento agora não precisa mais ficar parado.

O julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás será feito em apenas um bloco e recomeçará em fevereiro de 2001, disse ontem o juiz José Maria Teixeira do Rosário, responsável pelo caso. "O bloco único visa dinamizar o processo", declarou.

A decisão do juiz de julgar todos os réus num bloco único, no entanto, já está causando polêmica com os advogados de defesa.

"É um absurdo, porque vai cercear o nosso direito de defesa", disse Eloísa Segtowick Sovano, que defende 33 soldados e cabos.

Demora

Para o advogado dos oficiais, Roberto Lauria, o julgamento dessa forma pode demorar mais de 30 dias, o que "seria impraticável". O promotor Marco Aurélio do Nascimento, por sua vez, considera adequada a forma encontrada por Rosário.

"Nossa tese é única para todos. Pode-se aumentar o tempo da defesa para não haver reclamações", declarou Nascimento.

No julgamento anterior, em agosto de 1999, o então presidente do júri, Ronaldo Valle, dividiu o processo em 27 sessões. Apenas a primeira, que durou mais de três dias, foi realizada. Na ocasião, o Ministério Público Estadual recorreu da decisão e pediu a anulação das outras sessões até o julgamento dos recursos.

Recurso

Os advogados de defesa disseram que irão recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão dos desembargadores.

"Isso é um desrespeito à posição dos jurados que, ao

absolverem os policiais, expressaram a vontade de todo o povo paraense", disse Lauria.

Para Rosário, os recursos da defesa não têm efeito suspensivo e, por isso, o coronel Mário Colares Pantoja (ex-comandante das tropas de Marabá), o major José Maria Oliveira (ex-comandante das tropas de Parauapebas) e o capitão Raimundo Almendra Lameira voltarão ao banco dos réus em fevereiro.

Os oficiais e 146 PMs são acusados de envolvimento nas mortes de 19 sem-terra, ocorridas em 17 de abril de 1996, durante a desobstrução da rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (sul do Pará).

Os desembargadores votaram pela anulação baseados nos argumentos da relatora Raimunda Gomes do Carmo.

Ela considera que houve contradição na formulação dos quesitos, o que teria induzido os jurados a cometerem erros durante a votação secreta.

Para o promotor Nascimento, a decisão dos juízes já era esperada.

"Juiz parcial"

Além da polêmica sobre o bloco único, Rosário deve enfrentar a oposição do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O advogado Carlos Guedes anunciou que irá pedir a suspeição do juiz por considerá-lo parcial.

Guedes afirmou que Rosário foi autor do pedido de uso da Polícia Militar para a retirada de 180 famílias que invadiram a fazenda Taba, em Belém.

"Ele fez o pedido quando a Prefeitura de Belém já havia iniciado um processo de desapropriação de parte da área", disse.

O juiz não comentou a decisão do MST. "Só o Tribunal de Justiça pode decidir se sou apto a julgar."

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Sem-terra é espancado em MS](#)
[Índice](#)

São Paulo, sábado, 02 de dezembro de 2000 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Contratante de seguranças é suspeito de morte de sem-

terra

Juíza do PR decreta prisão de suspeito

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LONDRINA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A juíza Elisabeth Khater, de Loanda (noroeste do Paraná), decretou a prisão preventiva de José Ivo Lopes Furquin, 50, acusado de contratar seguranças para fazendeiros no noroeste do Paraná.

Furquin, além de contratante, é considerado pela Polícia Civil do Paraná como um dos principais suspeitos pela morte do líder sem-terra Sebastião de Maia, 38, em 21 de novembro último.

Maia foi morto na fazenda Água da Prata, em Querência do Norte (noroeste do PR), com um tiro de escopeta calibre 12. Maia e outros três sem-terra foram surpreendidos. A polícia não trabalha mais com a hipótese de morte em confronto durante a invasão da fazenda, como chegou a ser divulgado pela Polícia Militar no dia do assassinato.

Conhecido no noroeste do Paraná como contratante de seguranças para fazendeiros, Furquin é suspeito de envolvimento também na morte do sem-terra Eduardo Anghinone, em 29 de março de 1999. Eduardo foi morto aparentemente ao ser confundido com o irmão, Celso, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Querência do Norte.

Decretada em 26 de novembro, a prisão preventiva de Furquin, que está foragido, vinha sido mantida em sigilo, em uma tentativa da Polícia Civil de prendê-lo.

Carajás

O MST irá contestar o parecer da Procuradoria do Pará que indica pagamento de indenização para apenas três de 20 sem-terra feridos durante o massacre de Eldorado do Carajás.

Segundo parecer da procuradoria, "apenas quatro apresentam restrição para o trabalho, sendo que, destes, um encontra-se incapacitado por motivo em nada relacionado com o que atesta o laudo elaborado pelo IML (Instituto Médico Legal) após o ocorrido em Eldorado do Carajás".

No dia 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas durante um confronto entre manifestantes e policiais militares, ocorrido na rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (sul do Pará).

A procuradoria indica o pagamento de um salário mínimo

para Rubenita Justiniano da Silva, Eliosmar Pereira da Silva e Germano Pereira da Costa.

O MST pretende fazer uma manifestação em frente ao Tribunal de Justiça no dia 7, quando o advogado entrará com recurso.

Texto Anterior: [Questão agrária: Assentados confirmam "pedágio"](#)

Próximo Texto: [Panorâmica: Parente afirma que PT tem mais chances ao Planalto, mas corrige frase](#)

São Paulo, segunda-feira, 29 de janeiro de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

"Gostaria muito de ser processado"

DO ENVIADO ESPECIAL A NOVA SANTA RITA

Dois dias depois de ter participado de protesto que arrasou os campos de soja transgênica da Monsanto no interior gaúcho, o líder dos agricultores franceses, José Bové, disse que "gostaria" de ser processado pela multinacional. Leia trechos da entrevista.

Folha - O sr. sabe que provavelmente será processado por ter participado do protesto na Monsanto?

José Bové - Eu gostaria muito de ser processado pela Monsanto, porque isso me daria a oportunidade de voltar ao Brasil e dizer nos tribunais como é importante lutar contra os transgênicos.

Folha - O sr. vai participar dos protestos da organização Via Campesina contra as empresas de biotecnologia no dia 17 de abril?

Bové - Pode contar com isso. Há três anos as entidades de agricultores protestam em todo o mundo no dia 17 de abril, data que lembra o massacre em Eldorado do Carajás (PA). Neste ano, o alvo serão os transgênicos.

Folha - Não é uma contradição que o sr. na França defenda barreiras comerciais contra exportações de produtos agrícolas e, no Brasil, apóie entidades de agricultores, como o MST?

Bové - Eu luto na Europa contra a política agrícola européia

que subvenciona as exportações de cereais, leite e carne para o Terceiro Mundo. É uma política de dumping. Ao mesmo tempo lutamos contra as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), que impõe um mínimo de importação de 5% para produtos agrícolas. Porque essa regra não favorece os pequenos agricultores do Terceiro Mundo, mas umas poucas empresas transnacionais que controlam esse comércio.

Folha - Mas não é contraditório?

Bové - Não. A política brasileira de exportação de soja para a Europa a qualquer custo não traz ganhos para o país. O comércio exterior brasileiro não pode ser feito em detrimento de 60 milhões de pessoas do próprio Brasil que passam fome. A prioridade deve ser a de alimentar o seu povo.

Folha - O sr. se sente um símbolo da antiglobalização?

Bové - O que faço não é simbólico, é prático. Aqui, ao lado do MST, eu me sinto como um peixe em um campo de arroz (forma de produzir arroz irrigado sem agrotóxico). É o meu meio. A minha luta e a do MST é a mesma. Usamos as mesmas táticas, temos os mesmos objetivos de conquista da terra e da produção de alimentos saudáveis.

Folha - O sr. será candidato nas próximas eleições francesas?

Bové - O trabalho de organizar os camponeses contra a globalização me toma dia e noite, portanto não tenho nenhuma pretensão de me candidatar. A não ser, é claro, se tivesse garantia de ser eleito presidente no logo primeiro turno. (TT)

Texto Anterior: [Monsanto deve processar Bové e Stedile](#)

Próximo Texto: [Encontro será anual, mas não terá sede fixa](#)
[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 06 de fevereiro de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Polícia pede prisão preventiva de quatro líderes sem-terra no Pará

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A Polícia Civil do Pará pediu à Justiça a prisão preventiva de quatro líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que teriam provocado o quebra-quebra na sede da Segup (Secretaria de Segurança Pública do Pará) no dia 17 de abril do ano passado.

Outras 16 pessoas, todos integrantes de movimentos sociais ou partidos de esquerda, também foram indiciadas por danos ao patrimônio público, formação de quadrilha e lesões corporais graves. O quebra-quebra começou durante uma passeata que lembrava os quatro anos do massacre de Eldorado do Carajás, quando 19 sem-terra foram mortos em confronto com a PM.

Na ocasião, o frei Fancineto Alves, Ariel Dourado Rodrigues e José de Jesus Abreu foram presos. Os três, soltos dias depois, estão entre os indiciados.

O delegado da Dioe (Divisão de Investigações e Operações Especiais), Aurélio Paiva, pediu a prisão dos coordenadores do MST Jorge Neri, Vandeilson Carneiro Salazar, Cleonice Alves dos Santos e Willian Carneiro Salazar, porque eles estariam foragidos.

A juíza Maria de Nazaré Saavedra deve receber em 15 dias o parecer do Ministério Público e depois toma a decisão sobre a decretação das prisões.

O advogado do MST, Walmir Brelaz, disse que eles não receberam intimação e que irá apresentar uma notificação à juíza hoje dizendo que os quatro estão à disposição da Justiça.

Brelaz criticou a forma "politiqueira" como está sendo usado o caso. Paiva disse que as críticas não procedem. "Eles que fizeram aquela bagunça toda."

Entre os 16 indiciados estão também os vereadores Sueli Oliveira e Luiz Carlos Aragão, que negam envolvimento na confusão. (**LUÍS INDRIUNAS**)

Texto Anterior: [Questão agrária: Incra corta verba de quem toma "pedágio"](#)

Próximo Texto: [Caso TRT: Juiz autoriza réus a faltar a audiência](#)

São Paulo, domingo, 11 de fevereiro de 2001

+mais!

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

+ livros

Ensaios do sociólogo José de Souza Martins criticam o MST por sua postura que deslegitimiza o Estado

Reforma agrária reduzida

Marco Antonio Villa

especial para a **Folha**

O sociólogo José de Souza Martins, autor de vasta obra, acaba de lançar "Reforma Agrária - O Impossível Diálogo", uma coletânea de quatro ensaios acompanhados de uma longa introdução que ocupa mais de um terço do livro, desproporcional à harmonia do conjunto. Dos ensaios, o quarto não se justifica em um livro que trata da reforma agrária, pois é um texto voltado à discussão do que, para Martins, permanece na crítica socialista ao capitalismo. Mas vamos ao livro. Lembra o autor que a questão agrária "nos divide como povo, nos separa e nos confronta no terreno da intolerância, ou no terreno da indiferença, ou no terreno dos oportunismos e instrumentalizações extemporâneos e descabidos". Assim, logo de início, Martins polemiza com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), mas sobretudo com o primeiro, acusado de rejeitar a legitimidade do Estado, o que termina por impossibilitar negociações com o governo federal que poderiam resultar no aprofundamento da reforma agrária. Segundo o autor, o MST tem uma retórica antagonística e deslegitimadora; em seu livro, utopia dos sem-terra é transformada em uma ideologia partidária e reducionista, que só nega, mas não transforma a estrutura fundiária. Continuando no terreno das críticas ao MST, Martins considera que o movimento não comprehende o funcionamento de uma sociedade moderna e democrática nem a sua própria existência. Pressiona o governo e, quando este atende a demanda, logo em seguida condena-o por atendê-lo, pois o governo, supostamente, age somente sob pressão. Martins também ataca o movimento por considerar que a reforma agrária é decisão exclusiva do presidente da República, sem compreender os meandros do funcionamento do poder. Muitos dos intelectuais do MST, segundo o autor, desconhecem a obra de Marx e só repetem chavões de manuais, sendo produtores de "um materialismo mambembe". Em suma, tanto o MST quanto a CPT não "oferecem perspectivas de saída política para elas no marco

da lei e da ordem. Pois para isso é preciso ganhar eleições e, não as ganhando, é preciso estar disponível para a negociação política de questões como essa, que são questões sociais e nacionais, suprapartidárias".

Pacto nacional

Para Martins, a reforma agrária -que só será alcançada por um pacto nacional- é o meio de incorporar ao capitalismo os camponeses sem terra e de democratizar o Estado brasileiro, e não, como imagina o MST, um caminho para o socialismo. Lembra ainda que, entre os maiores adversários da reforma agrária, está o grande capital, que se tornou grande proprietário de terras durante a ditadura militar graças aos incentivos fiscais. E chega a mais uma conclusão polêmica: "A efetiva demanda por reforma agrária é constituída pelos 60 mil sem-terra acampados nas ocupações". Segundo o autor, os outros 4,5 milhões de famílias de sem-terra não assumem essa identidade e "isso é o que conta politicamente".

As teses de Martins são polêmicas e, algumas delas, de difícil sustentação. É evidente que a demanda por terra não é representada por somente 60 mil famílias que estão acampadas, pois seria a mesma coisa que dizer que a demanda dos operários só é representada por aqueles que estão em greve. Por outro lado, a crítica aos intelectuais que assessoraram o MST e a CPT tem um tom rancoroso, dando a entender que o sociólogo da USP não é mais ouvido pela liderança como era nos anos 70 e 80.

Mas isso não causa estranheza, pois, ao desqualificar a ação do MST, ao ignorar o massacre de camponeses -Eldorado do Carajás não foi citado uma vez sequer- e ao afirmar que o Partido dos Trabalhadores estabeleceu alianças no Congresso com a União Democrática Ruralista, o autor acabou assumindo o papel de um sociólogo complacente com o poder, muito distante daquele José de Souza Martins de "O Cativeiro da Terra" (ed. Hucitec) ou de "A Militarização da Questão Agrária no Brasil" (ed. Vozes), livros que marcaram época na sociologia agrária brasileira.

Deve ser lembrado também que o livro padece, por um lado, da excessiva citação dos seus próprios trabalhos, e, de outro, do esquecimento (proposital?) de sociólogos que não rezam pela cartilha da sociologia uspiana (por exemplo, os pesquisadores das universidades cariocas são ignorados).

Agora resta esperar o desenrolar dessa polêmica - extremamente saudável para os rumos da reforma agrária, pois, certamente, o autor receberá a devida resposta do MST

e da CPT- para que possamos ter um verdadeiro diálogo que esclareça os atores políticos e, por conseguinte, estenda a cidadania -com propriedade da terra- aos milhões de camponeses sem terra, como defendido há mais de um século por Joaquim Nabuco e André Rebouças.

Marco Antonio Villa é professor de história da Universidade Federal de São Carlos e autor, entre outros, de "Vida e Morte no Sertão - História das Secas do Nordeste nos Séculos 19 e 20" (Ed. Ática).

Reforma Agrária - O Impossível Diálogo

176 págs., R\$ 21,00
de José de Souza Martins. Edusp (av. prof. Luciano Gualberto,
374,travessa J / 6º andar, São Paulo, SP. tel. 0/ xx/11/ 3818-4006).

Texto Anterior: [+ livros: Quando o mundo era uma festa](#)

Próximo Texto: [+ livros: O tamanho da encrenca](#)

[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

Sem-terra preparam manifestações para abril

DA REPORTAGEM LOCAL

As principais mobilizações do MST estão marcadas para abril. No dia 17, quinto aniversário do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), estão programadas marchas e protestos em todo o país.

O tema principal das manifestações será os transgênicos. Empresas de biotecnologia temem a tentativa de invasão de propriedades e a destruição de lavouras de transgênicos.

O MST ainda não definiu quais serão as suas atividades. Além de ações contra transgênicos, devem ser organizados atos contra a importação de alimentos.

É provável que a Monsanto, empresa mais avançada nas pesquisas de alimentos geneticamente modificados no Brasil, seja um dos alvos.

No mês passado, durante a destruição da lavoura de soja da

multinacional no interior do Rio Grande do Sul, João Pedro Stedile incitou ações contra a instalação de uma fábrica de fertilizantes da Monsanto na Bahia.

Paraná

Outro possível centro das manifestações será o Paraná. Os sem-terra responsabilizam o governador Jaime Lerner por 14 mortes de militantes desde 1995. O MST tem divulgado vídeo acusando Lerner de patrocinar uma "política de terror" no Estado.

O governo nega o número de mortes e diz ter assentado 24 mil famílias.

Na região metropolitana de Curitiba, estão previstas passeatas e a inauguração de um memorial desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer pelo assassinato do sem-terra Antonio Tavares Pereira por um policial militar, em maio do ano passado.

Em abril também devem ocorrer novos protestos contra o cadastramento do Incra nos Correios. O MST deverá reunir famílias cadastradas em manifestações contra o governo federal.

Bové

Durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, lideranças do MST combinaram que os protestos de abril também ocorrerão em outros 25 países ligados à Via Campesina, organização internacional de pequenos agricultores. Na França, os agricultores ligados ao ativista José Bové preparam protestos contra as multinacionais de biotecnologia.

Texto Anterior: [Frases](#)

São Paulo, quinta-feira, 15 de fevereiro de 2001 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

Sem-terra preparam manifestações para abril

DA REPORTAGEM LOCAL

As principais mobilizações do MST estão marcadas para abril. No dia 17, quinto aniversário do massacre de 19 sem-

terra em Eldorado do Carajás (PA), estão programadas marchas e protestos em todo o país. O tema principal das manifestações será os transgênicos. Empresas de biotecnologia temem a tentativa de invasão de propriedades e a destruição de lavouras de transgênicos. O MST ainda não definiu quais serão as suas atividades. Além de ações contra transgênicos, devem ser organizados atos contra a importação de alimentos. É provável que a Monsanto, empresa mais avançada nas pesquisas de alimentos geneticamente modificados no Brasil, seja um dos alvos. No mês passado, durante a destruição da lavoura de soja da multinacional no interior do Rio Grande do Sul, João Pedro Stedile incitou ações contra a instalação de uma fábrica de fertilizantes da Monsanto na Bahia.

Paraná

Outro possível centro das manifestações será o Paraná. Os sem-terra responsabilizam o governador Jaime Lerner por 14 mortes de militantes desde 1995. O MST tem divulgado vídeo acusando Lerner de patrocinar uma "política de terror" no Estado.

O governo nega o número de mortes e diz ter assentado 24 mil famílias.

Na região metropolitana de Curitiba, estão previstas passeatas e a inauguração de um memorial desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer pelo assassinato do sem-terra Antonio Tavares Pereira por um policial militar, em maio do ano passado.

Em abril também devem ocorrer novos protestos contra o cadastramento do Incra nos Correios. O MST deverá reunir famílias cadastradas em manifestações contra o governo federal.

Bové

Durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, lideranças do MST combinaram que os protestos de abril também ocorrerão em outros 25 países ligados à Via Campesina, organização internacional de pequenos agricultores. Na França, os agricultores ligados ao ativista José Bové preparam protestos contra as multinacionais de biotecnologia.

Texto Anterior: [Frases](#)
[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

+ réplica

O sociólogo José de Souza Martins contesta resenha do historiador Marco Villa

Dilemas de interpretação

José de Souza Martins

especial para a Folha

Na edição do **Mais!** de 11 de fevereiro, Marco Antonio Villa apresenta como resenha de meu livro "Reforma Agrária - O Impossível Diálogo" (Edusp) uma crônica tendenciosa que pede resposta. Ele desperdiçou uma boa oportunidade de dar uma demonstração de competência teórica, perdendo-se num emaranhado de considerações simplistas sobre o livro, o autor e o MST, fazendo ilações descabidas e julgamentos pessoais temerários.

As dificuldades de leitura de Villa são compreensíveis. Ele se sentiu alcançado pela crítica que no livro faço à interpretação maniqueísta e fundamentalista dos fatos relativos à reforma agrária, o que fica evidente no método de sua crônica: para ele, o mundo do conhecimento sobre essa sociedade está pobramente dividido entre os que optam pelo MST e os que optam pelo governo. Ele recorta arbitrariamente os temas, seleciona o que lhe interessa, junta o que não está junto e monta um discurso ideológico sobre aquilo que lhe convém dizer. Villa não entendeu que meu livro não é um livro sobre reforma agrária. É um livro, no campo da sociologia do conhecimento, que trata do impossível diálogo sobre a reforma agrária. É uma proposta de compreensão sociológica da incompreensão. É uma análise, portanto, do modo de conhecer a questão agrária por parte de seus diferentes protagonistas.

Villa leu o livro ansioso por encontrar nele a contestação da legitimidade da ação do MST e da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Como não a encontrou, tratou de produzi-la recortando e suprimindo aspectos importantes do livro, suprimindo até mesmo a sua tese fundamental. O que está em discussão no livro é a situação e o destino dos trabalhadores rurais e sua contradição mais aguda no

contexto da militância e da ação política: o campesinato, especialmente os acampados e os assentados dos programas de reforma agrária, dirigidos ou não pelo MST, age em defesa de valores do conservadorismo clássico: terra, trabalho, família, religião e comunidade. É o que constitui o cerne de sua utopia e justifica sua luta pela terra de trabalho. A decorrente crítica ao MST e à CPT é justamente esta: como conciliar esses valores da tradição conservadora com a ideologia e a retórica das agências de mediação, baseadas nas concepções leninistas do papel revolucionário da classe operária, que indevidamente atribuem ao campesinato? Justamente, por isso, um tema essencial do livro é o desencontro entre a luta pela terra de trabalho (a utopia), que é a luta dos trabalhadores, e a luta por uma reforma agrária (e a ideologia em que ela se apóia), que é a luta das agências de mediação. Portanto, se há um desencontro entre essas agências e o governo, no que à reforma agrária se refere, é um desencontro sobre a forma da reforma e não quanto a estar ou não o governo fazendo reforma agrária ou se omitindo quanto à necessidade e à urgência dessa reforma. Esse desencontro esconde outro: o desencontro entre o projeto revolucionário dos militantes das agências de mediação política da reforma e o projeto conservador implícito na efetiva luta e na esperança utópica dos trabalhadores rurais nela envolvidos.

Longe de polemizar com o MST e com a CPT (à qual dedico um capítulo), meu livro é uma proposta de compreensão sociológica da importância histórica que essas duas agências de mediação têm na história contemporânea do Brasil. Sobretudo na afirmação da identidade e do lugar histórico dos trabalhadores rurais e pobres da terra diante de um modelo de capitalismo e de um sistema de dominação que se nutrem de sua miséria e de sua humilhação. As lutas sociais que têm como eixo hoje o MST e a CPT (e também a Contag, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) representam um ganho histórico e o levantamento de uma poderosa barreira ética a um modelo de reprodução ampliada do capital que desconhece limites morais e a precedência do homem e da sociedade na produção e no destino da riqueza socialmente produzida. No reduтивismo da retórica supostamente revolucionária esse ganho se perde no desconhecimento da própria ação.

Aplauso gratuito

Recuso-me ao aplauso gratuito, oportunista e demagógico ao MST e à CPT, que preconiza o professor de São Carlos.

Aliás, com amigos cúmplices o MST e a CPT não precisam de inimigos. O que as agências de mediação precisam com urgência é aprofundar o conhecimento crítico sobre sua própria ação, único modo de efetivamente prestarem aos pobres da terra o serviço generoso a que se propõem. Villa, numa manifestação de atrevimento e desrespeito, diz que procuro desqualificar o MST e que ignoro o massacre de camponeses, em particular o de Eldorado de Carajás. Villa não tem o menor direito de fazer uma insinuação maldosa e irresponsável como essa. Em primeiro lugar porque o massacre nada tem a ver com os temas do livro. A tragédia das mortes camponesas, e não só a de Eldorado de Carajás, que parece ser a única que ele conhece, dos assassinatos impunes, da facilidade com que se dispõe da vida de pessoas simples e inocentes, pais de família, vítimas já de uma pobreza injusta e insultante, não pode ser objeto de um ato de arrogância política como o seu. Perdi muitos amigos e conhecidos nos conflitos fundiários do último quarto de século para tolerar um atrevimento desses, uma leviandade dessas. Estou entre os que há muito têm denunciado sistematicamente e procurado compreender o sentido dessa tragédia de todo o povo brasileiro e não admito que Villa ignore esse fato.

Domínio do território Na tentativa de atingir-me, Villa diz que sou um sociólogo complacente com o poder, simplesmente porque em minhas análises assinalo o indispensável papel do Estado na recuperação do domínio do território, perdido com a Lei de Terras, que é base para concretização da função social da propriedade e da reforma agrária que está sendo feita. Ele, funcionário público federal, é complacente com o quê? Infelizmente, ainda há acadêmicos que confundem a necessária militância do cidadão com a transformação do conhecimento crítico em conhecimento conivente e panfletário.

José de Souza Martins é professor titular de sociologia na USP, fellow de Trinity Hall e professor titular da cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge (Inglaterra, 1993/94), autor de, entre outros, "Fronteira - A Degradação do Outro nos Confins do Humano" e "A Sociabilidade do Homem Simples" (Hucitec).

Texto Anterior: [Vontade e corrosão na poesia de Drummond](#)
Próximo Texto: [Comentários discutíveis](#)
[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

ELDORADO DO CARAJÁS

Advogado dos sem-terra diz que escolhida havia se declarado suspeita em outro processo

Quinto juiz assume caso sobre massacre

LUÍS INDRIUNAS

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A Justiça do Pará mudou pela quinta vez o juiz responsável pelo caso dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás. A juíza Eva do Amaral Coelho, que já estava trabalhando como auxiliar no caso, foi a escolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Segundo o coordenador de Divulgação e Legislação, desembargador Otávio Marcelino Maciel, o último juiz, José Maria Teixeira do Rosário, não poderia mais julgar porque foi transferido para a 9ª Vara Cível.

Rosário vinha também recebendo críticas de movimentos agrários por suposta demora na tramitação do processo.

A Agência Folha apurou que a decisão também teria acontecido para evitar novos protestos no próximo dia 17 de abril, quando completará cinco anos que 19 sem-terra foram mortos durante a desobstrução da rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (sul do Pará).

Maciel, que já foi responsável pelo caso e saiu depois de nomeado desembargador, viaja hoje para Brasília onde se reunirá com diretores da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça para discutir o andamento do caso. O TJ também tem que apresentar um relatório sobre o caso à Corte Interamericana de Justiça da OEA (Organização dos Estados Americanos).

O caso está parado, mas a mudança do juiz não prejudica seu andamento. Segundo Maciel, a idéia é acelerar o processo.

Há dois recursos parados. Eles são dos advogados dos três principais comandantes da tropa, o coronel Mário Pantoja, o major José Maria de Oliveira e o capitão Raimundo Lameira. Em agosto de 1999, eles foram absolvidos no primeiro

julgamento do caso -os outros 147 policiais seriam julgados em bloco, depois. O tribunal decidiu anular a sentença, o que levou os advogados dos acusados a pedir a manutenção da absolvição.

Para o advogado do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Carlos Guedes, a nova juíza é suspeita para julgar o caso já que ela havia desistido de casos polêmicos envolvendo questões de terra.

Eva anunciou-se suspeita para julgar o fazendeiro Jerônimo Alves Amorim em abril de 2000, 48 horas antes do início do julgamento. Amorim foi julgado dois meses depois e condenado a 19 anos como mandante da morte do sindicalista Expedito Ribeiro.

A Agência Folha tentou entrar em contato com Rosário e Eva, sem sucesso, até a conclusão desta edição.

Cancelamentos

Com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, o Tribunal de Justiça do Amazonas cancelou ontem, em Manaus, títulos de imóveis rurais referentes a 5,4 milhões de hectares, situadas nos municípios de Lábrea e Pauini.

As áreas eram da União e foram, segundo o TJ, griladas. Desse total, 577.986 hectares pertencem ao comerciante Falb Saraiva de Farias, apontado como sendo um megagrileiro. "Ele (Farias) e os outros vão parar na cadeia, não tenham dúvida", disse Jungmann.

Colaborou a Agência Folha, em Manaus

Texto Anterior: [Grafite](#)
[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Nova juíza foi designada para acompanhar o caso da morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás

Julgamento de massacre será em maio

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os acusados no massacre de Eldorado do Carajás (PA), em que 19 integrantes do MST

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram assassinados, serão levados a julgamento em maio.

Segundo o desembargador Otávio Marcelino Maciel, do Tribunal de Justiça do Pará, a juíza Eva do Amaral Coelho, que já trabalhava como juíza-auxiliar no caso, foi designada para dar continuidade aos julgamentos.

Maciel participou ontem de uma reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, no Ministério da Justiça. Um dos assuntos tratados na reunião foi justamente a lentidão do processo de Eldorado do Carajás.

A chacina aconteceu em abril de 1997 na cidade de Eldorado, sul do Pará. A Polícia Militar do Estado foi chamada para tirar os sem-terra da estrada que eles ocupavam. O resultado da operação foi a morte de 19 agricultores.

O inquérito policial indiciou 154 militares, mas, até agora, ninguém foi condenado. O primeiro julgamento foi marcado para agosto de 1999, e três oficiais foram considerados inocentes. No entanto, o julgamento foi anulado por suspeitas de irregularidades na composição do júri.

Desistências

Desde então, o processo não foi adiante. Dois juízes foram designados, mas desistiram do caso antes de marcar o novo julgamento.

O desembargador Maciel afirma que agora o processo andará. "Estou conversando com a juíza e vamos estabelecer os grupos para os novos julgamentos", disse.

Como são muitos réus, a Justiça irá separá-los por grupos, de acordo com o grau de envolvimento na chacina. Não há prazo, porém, para que os oficiais inocentados no primeiro julgamento voltem a ser julgados.

Texto Anterior: [São Paulo: Feldman é novo presidente da Assembléia](#)

Próximo Texto: [Data não pode ser antecipada](#)

[Índice](#)

São Paulo, domingo, 25 de março de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PANORÂMICA

QUESTÃO AGRÁRIA

Para Jungmann, não haverá onda de invasões, devido ao "desgaste" do MST

O ministro Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário) disse ontem não acreditar que o MST reedite em abril, conforme promete, a onda de invasões de terras promovidas no ano passado, porque, segundo ele, o movimento vive um ""processo de isolamento".

Para o ministro, o MST sofreu um ""desgaste muito grande", ao promover

"ações violentas" no ano passado, e perdeu ""um conjunto de aliados". Cita o PT, parte da Igreja Católica e a Contag, entre outros, como desertores. ""O MST não consegue hoje fazer mais nenhuma programação conjunta com ninguém", disse.

Na sua avaliação, a medida provisória que impede por dois anos a vistoria de terra invadida é outro instrumento que inibe as invasões. Segundo ele, em 2000 houve 226 invasões, praticamente a metade do ano anterior, que registrou 454 casos.

Jungmann reconhece que abril é historicamente o mês de mobilização sem-terra, devido principalmente à data do massacre de Eldorado do Carajás. Por isso espera ""atos políticos", que podem ser traduzidos em invasões de prédios públicos.

Para combater a ofensiva, disse ter acertado com o ministro José Gregori (Justiça) medidas rápidas de despejo, reintegração de posse e interrupção de negociação. ""E quem invade prédio público fica fora do programa de reforma agrária." **(DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)**

Texto Anterior: [Discussão vai de sindicatos a Internet](#)

Próximo Texto: [Santa Catarina: Relatório da Funai acusa PMs de espancar índios ao cumprir ordem judicial](#)

[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

PERNAMBUCO

Movimento tem nova estratégia contra governo

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

Lavradores ligados ao MST inauguraram no fim-de-semana uma nova estratégia para pressionar o governo. Em vez de invadir, os agricultores estão acampando nos limites das propriedades, gerando tensão entre os fazendeiros de áreas vizinhas.

Em Pernambuco, nove propriedades rurais no sertão, agreste e Zona da Mata foram cercadas entre a manhã de domingo e a tarde de ontem. A meta, segundo o movimento, é sitiar pelo menos mais 20 fazendas até o fim da semana, adiantando o calendário da ""jornada de lutas"" do MST, que sempre começa no aniversário do massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril.

Segundo o líder do MST no Estado, Jaime Amorim, o objetivo da ação é pressionar o governo a revogar a medida provisória 2.109, que impede a realização de vistorias para fins de reforma agrária nas áreas invadidas.

"Podemos ocupar, sem dúvida nenhuma, qualquer fazenda próxima aos acampamentos", declarou Amorim. "O governo é que não pode querer fazer reforma agrária no Brasil por medida provisória", disse.

De acordo com Amorim, 30 mil trabalhadores rurais acampados em Pernambuco podem ser mobilizados a qualquer instante para aumentar a pressão sobre os fazendeiros. "Vamos mostrar que as idéias do governo só servem para gerar violência", declarou.

O superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Recife, José Geraldo Eugênio de França, confirmou a estratégia do MST e disse ter conhecimento dos acampamentos montados nos arredores das fazendas.

"O movimento quer acabar com a medida provisória porque ela deu um freio pesado nas invasões", afirmou. "O MST usava as invasões para dar visibilidade às suas reivindicações", disse.

Texto Anterior: [MST tem ações para pressionar governo federal](#)
[Índice](#)

São Paulo, quarta-feira, 28 de março de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sem-terra intensificam invasões

DA AGÊNCIA FOLHA

A onda de invasões do MST pelo país recrudesceu ontem. Houve duas áreas invadidas no Rio Grande do Sul e em Alagoas e Pernambuco o número de ações subiu de 4 para 8 e de 9 para 11, respectivamente.

Já havia terras invadidas em Mato Grosso e Goiás, além da ação junto à fazenda do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima em Minas.

As ações não são coordenadas, segundo apurou a Agência Folha, mas obedecem a uma lógica. Desde 1997, em todos os anos há uma onda de ações no mês que antecede o 17 de

abril, data do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

Os Estados estão liberados para montar diferentes estratégias de pressão, dependendo da realidade local. Os denominadores comuns são os pedidos por mais assentamentos, mais créditos e uma novidade: os sem-terra querem o fim da medida provisória que impede a desapropriação de terras invadidas -estratégia do governo federal que engessou a ação do MST no ano passado.

Oficialmente, a direção do MST não confirma uma data de início para a jornada. Valdir Misnerovic, dirigente nacional que atua em Goiás, diz que o movimento age pela necessidade e não por datas. No início desta semana, ele comandou uma invasão de 250 famílias à fazenda Palmeiras, em Guapó.

No ano passado, o MST organizou duas grandes jornadas de protesto, em maio e setembro, com invasões coordenadas de prédios públicos e fazendas. No Rio Grande do Sul, a ação ocorreu ontem em duas cidades.

No interior de Alagoas, o MST invadiu quatro fazendas ontem, elevando para oito o número de propriedades atingidas desde segunda-feira no Estado.

A situação é tensa em duas propriedades. Em Atalaia, as 80 famílias invasoras afirmam que foram recebidas a tiros na fazenda São Macário. Há suspeita de presença de pistoleiros em Pão de Açúcar, município do sertão. Lá, 250 famílias de sem-terra invadiram anteontem a fazenda Pacu.

Tanto o Incra quanto a PM informaram no final da tarde de ontem que nenhum incidente havia sido registrado.

Em Pernambuco, subiu de 9 para 11 o número de propriedades cercadas por integrantes do MST entre a noite de anteontem e o final da tarde de ontem. Foram sitiados engenhos em Catende e Palmares. Segundo o líder local Jaime Amorim, pelo menos 20 propriedades deverão ser sitiadas até o próximo sábado.

A estratégia dos sem-terra é fazer com que o governo negocie para amenizar a pressão sobre os agricultores, que estão tensos com a possibilidade de invasões.

Texto Anterior: [Portaria do Incra reforça punições a invasores](#)

Próximo Texto: [Fazendas são invadidas no Rio Grande do Sul](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Para presidente do Incra, militantes só serão recebidos se acampamento em Minas for desmontado

Governo aceita receber líderes do MST

PAULO PEIXOTO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM URUANA DE MINAS

O governo federal aceitou receber hoje uma comissão de líderes dos sem-terra que, desde domingo, estão acampados na divisa entre Uruana de Minas e Arinos (a 693 km de Belo Horizonte).

Há divergências sobre o acerto do encontro, que está marcado para as 18h. Segundo a assessoria do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o presidente do órgão, Sebastião Azevedo, só recebe os militantes do MST caso eles desmontem o acampamento onde estão.

Já a comissão que negocia a situação em nome do governo mineiro não anunciou aos sem-terra nenhuma condição para que o encontro aconteça. Mais: o MST diz que permanecerá acampado.

Os sem-terra tentaram invadir a fazenda do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, mas foram barrados pela PM de Minas a 25 km da sede da propriedade. Houve confronto e 16 trabalhadores rurais ficaram feridos.

O anúncio foi feito às 19h30 de ontem em uma assembléia no acampamento do MST, da qual participaram o representante do governo mineiro na negociação com o governo federal, Marcelo Resende (Instituto de Terras), e o prefeito de Uruana de Minas, Sebastião Oliveira (PSDB).

Pela manhã, os líderes do MST haviam anunciado que não vão mais ceder às pressões de Jungmann. "Dessa vez, vamos continuar mobilizados até obtermos um resultado concreto. Não dá para ficarmos mais a reboque do Jungmann", disse Gilmar de Oliveira, um dos líderes do MST.

Anteontem, o ministério baixou portaria regulamentando a medida provisória que proíbe por dois anos as avaliações e vistorias em terras invadidas, exclui do programa de reforma

agrária os assentados que participarem de invasões e suspende todos os processos em tramitação durante as invasões.

Em Brasília, os sem-terra vão se reunir, às 12h, com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB). "Queremos o atendimento da pauta na íntegra", disse Jorge Xavier de Almeida, outra liderança. São três os pontos considerados básicos por ele: ampliação do crédito para investimento de R\$ 7.500 para R\$ 17,6 mil, verba de custeio agrícola de R\$ 3.500 e demarcação dos lotes nas 14 áreas do noroeste mineiro já desapropriadas.

Estão no acampamento cerca de 550 pessoas, segundo o MST. Eles estão acampados à margem do rio São Miguel. Do outro lado, está a PM. Uma ponte divide os dois grupos, que estão ocupando áreas privadas, mas que se tornou lugar de lazer para 3.039 uruanenses -nos fins-de-semana, moradores se banham no rio.

Os cerca de 30 PMs que haviam se instalado dentro da sede da fazenda do embaixador para protegê-la da invasão já deixaram a propriedade rural.

O juiz João Ecyr Mota Ferreira, da comarca de Unaí, concedeu liminar a um interdito proibitório impetrado pelo embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por meio dos seus advogados. Trata-se de uma medida preventiva, que impõe uma multa de R\$ 300 mil ao MST caso haja invasão.

Alagoas O MST voltou a promover invasões de fazendas ontem em Alagoas. Foram invadidas mais três propriedades, elevando para 11 o número de áreas atacadas desde a segunda-feira.

No total, o MST mobilizou quase 2.000 famílias para invadir as 11 fazendas. Os coordenadores estaduais do movimento afirmam que novas propriedades serão invadidas hoje.

O superintendente do Incra no Estado, José Quixabeira Neto, afirmou que nenhuma das áreas invadidas será vistoriada pelo instituto -ficando, sob as regras da medida provisória do governo sobre o assunto, fora de eventuais processos de desapropriação pelos próximos dois anos.

Segundo a Polícia Militar, o clima é tranquilo nas fazendas invadidas, que estão localizadas na Zona da Mata, Agreste e Sertão, as três macrorregiões do Estado.

Em Pernambuco, manteve-se inalterada a situação no interior do Estado, onde também há 11 áreas de ação do MST. Lá, a estratégia consiste em cercar áreas passíveis de invasão, para estimular as autoridades a negociar e fugir dos mandados judiciais.

Em todos os Estados, as invasões fazem partes do calendário

de ações do MST, que culminam em 17 de abril, aniversário do massacre de Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 1996.

Colaborou a Sucursal de Brasília

Texto Anterior: [Celso Pinto: A herança do terremoto argentino](#)

Próximo Texto: [Agricultores fazem saque a caminhão em SE](#)

São Paulo, sábado, 31 de março de 2001 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sem-terra preparam "dia de lutas"

ELIANE SILVA

DA AGÊNCIA FOLHA EM RIBEIRÃO PRETO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) está preparando seu ""dia de lutas" para o próximo dia 17, quando o massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) completa cinco anos.

O plano é promover vigílias, marchas e atos de protesto nas 23 capitais dos Estados em que o movimento está organizado.

O 17 de abril, uma terça-feira, deve marcar o ápice da jornada iniciada este mês com invasões de fazendas em Alagoas, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, cerco a propriedades em Pernambuco e vigília perto da fazenda do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima em Minas Gerais. Em maio do ano passado, a jornada de protesto do MST resultou em invasões de prédios públicos nas capitais, de fazendas no interior, duas mortes de sem-terra e o enquadramento de líderes do movimento na Lei de Segurança Nacional -fato revisto depois pelo governo.

Ivelvina Masioli, dirigente nacional que atua no Mato Grosso, diz que todos os Estados estão convocados para realizar mobilizações crescentes a partir deste mês a fim de exercer pressão para que o governo mude sua política agrária. Cada Estado define o tipo de protesto que vai realizar.

No Pará, além de Belém, haverá manifestações em Marabá, cidade próxima a Eldorado. ""Vamos passar um bom tempo na cidade. A tendência aqui é pipocar muitas ocupações de

terras e prédios públicos para denunciar os cinco anos de impunidade e essa política agrária nefasta do governo", diz Nonato de Souza, da direção estadual do movimento.

No Mato Grosso, onde o MST invadiu duas fazendas e acampou na sede do Incra no último dia 19, duas marchas vão sair de diferentes pontos do Estado no dia 7 para chegar à capital, Cuiabá, no dia 17. No Paraná, além de protestos em Curitiba, os sem-terra fazem um ato público na fazenda de Rio Bonito do Iguaçu, invadida por 3.000 famílias de sem-terra há cinco anos. Atualmente, o local abriga o maior assentamento do país.

Ponto comum

O ponto comum nos Estados, além das reivindicações de reforma agrária e o combate aos alimentos transgênicos, é a articulação para atrair os trabalhadores urbanos para as manifestações.

Daí a escolha das capitais como alvo e a ampliação política da pauta que, neste ano, inclui luta pela criação da CPI da corrupção e protestos contra a participação brasileira na Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Texto Anterior: [Governo e MST não têm acordo após reunião](#)

Próximo Texto: [Panorâmica - Questão indígena: Sindicalista é suspeito de matar índio](#)
[Índice](#)

São Paulo, quarta-feira, 04 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

7.000 famílias invadiram 25 áreas em 8 Estados nos últimos 15 dias

ELIANE SILVA

DA AGÊNCIA FOLHA EM RIBEIRÃO PRETO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) comandou mais uma invasão em Minas Gerais na madrugada de ontem, enquanto as atenções da Polícia Militar e do governo estavam voltadas para o conflito na fazenda Renascença. Foi a 25ª ação do MST nos últimos 15 dias.

O alvo escolhido por cerca de 130 famílias foi a fazenda Brena, na cidade de Pequi (a 120 km de Belo Horizonte). A área de 900 hectares pertence a

Roberto Lambertucci. Não houve confronto.

No sábado, outras 250 famílias de sem-terra entraram na fazenda Três Corações, no município de Novo Oriente de Minas, região sudeste do Estado. Essa ocupação, no entanto, teve caráter diferente. Segundo a PM, uma parte da propriedade foi alugada pelo proprietário, Homiro Ramos Paiva, aos militantes do MST.

No domingo, foi a vez de o MST do Pará iniciar sua campanha de invasões. Cerca de 400 famílias invadiram a fazenda Ideal, que fica entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São João, no sul do Estado. O dono da propriedade é o ex-deputado federal Olávio Rocha, do PSDB. Segundo Carlos Guedes, advogado do MST, a fazenda de 2.000 hectares vinha sendo usada para treinamentos do Exército. Rocha entrou com um pedido de reintegração de posse.

Ainda no Pará, a Polícia Civil prendeu anteontem 29 sem-terra que invadiram a fazenda Alvorada, em Curionópolis. Eles são independentes de movimentos e estariam armados ilegalmente.

No total, cerca de 7.000 famílias estão envolvidas nas 25 invasões realizadas em oito Estados desde 19 de março. Além de Minas e Pará, o MST invadiu fazendas em Alagoas (11), Bahia (4), Ceará (1), Goiás (2), Mato Grosso (2) e Rio Grande do Sul (2). Em Pernambuco, terra do líder Jaime Amorim, a opção desta vez foi cercar as terras em vez de entrar nelas. Lá, aproximadamente 2.600 famílias se mantêm acampadas nas fronteiras de 14 engenhos.

Novas invasões de terras devem ocorrer em todo o país até o dia 17, quando o massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) completa cinco anos.

"A ocupação da fazenda Ideal com certeza não será a única no Pará", disse ontem Nonato de Souza, da direção estadual do MST. No dia 17, o movimento planeja realizar marchas e atos de protestos nas 23 capitais dos Estados em que está organizado.

Colaborou LUÍS INDRIUNAS, da Agência Folha, em Belém

Texto Anterior: [Local abriga festas de políticos e leilões](#)

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

Juíza sorteia jurados de Carajás no dia 16

LUÍS INDRIUNAS
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A juíza Eva do Amaral Coelho marcou para a próxima segunda-feira, 16 de abril, o sorteio dos jurados que irão participar do novo julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás (Pará). O sorteio acontecerá na véspera do dia em que o massacre completa cinco anos. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) programa uma manifestação com cerca de 3.000 sem-terra na próxima terça-feira.

Segundo o advogado do MST, Carlos Guedes, o sorteio não garante que o julgamento acontecerá rapidamente. "Já é tradição no Tribunal de Justiça do Pará os juízes apresentarem alguma coisa para sociedade e para a mídia antes do dia 17", afirmou.

Em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas durante a desobstrução feita por duas tropas da Polícia Militar da rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás.

Segundo o coordenador de comunicação do tribunal, desembargador Otávio Marcelino Maciel, é possível que o julgamento aconteça ainda em maio. A dúvida, no entanto, é saber se os líderes das tropas, que foram absolvidos em agosto de 1999, vão entrar nesse grupo.

A sentença foi anulada pelos desembargadores em 2000, mas os advogados do coronel Mário Colares Pantoja, do major José Maria de Oliveira e do capitão Raimundo Almendra Lameira entraram com recursos no STF (Supremo Tribunal Federal) e no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Segundo Maciel, os recursos não têm efeito suspensivo e eles poderão voltar para o banco dos réus ainda em maio. O advogado dos militares, Jânio Siqueira, já anunciou, no entanto, que entrará com um recurso suspensivo, dependendo da decisão em Brasília.

Maciel disse ainda que o número de jurados que serão escolhidos vai depender ainda de uma definição da juíza sobre a quantidade de seções.

Eles serão escolhidos a partir de uma lista de 500 funcionários públicos.

Texto Anterior: [Sem-terra mantêm invasão de usina em Pernambuco](#)
[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 12 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Protestos devem aumentar no dia 17, aniversário de Carajás

Ação do MST fecha comércio no NE

DA AGÊNCIA FOLHA

Duas marchas de sem-terra ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) estão alterando a rotina de cidades no Nordeste.

O comércio fechou nas duas cidades pernambucanas por onde os militantes já passaram, apesar da vigilância de 186 policiais militares armados. Os sem-terra pretendem chegar a Recife.

Em Alagoas, os 2.000 sem-terra em marcha prometem "encrena" ao chegar a Maceió, caso o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não dê respostas concretas às reivindicações. As caminhadas integram a jornada de lutas do MST iniciada em março. O ápice dos protestos está previsto para a próxima terça-feira, dia 17 de abril, quando se completam cinco anos da morte de 19 sem-terra no massacre de Eldorado do Carajás (PA).

O MST planeja realizar atos nos 23 Estados em que está organizado. Os alvos principais são as capitais. Os sem-terra pernambucanos estão caminhando em direção a Recife desde anteontem, quando deixaram a usina Aliança, invadida no domingo e depredada por eles. Ontem, realizaram um ato público em Nazaré da Mata, sem incidentes. Eles descansariam no ginásio de esportes da cidade e, hoje, partiriam em direção a Tracunhaém.

"Temos disposição para a encrena. Não deixaremos Maceió enquanto o Incra não se manifestar sobre as áreas em litígio no Estado", afirmou o coordenador da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Alagoas, Carlos Lima, que marcha junto com o MST no Estado. Na segunda-feira, 850 trabalhadores alagoanos fecharam a BR-101, principal ligação rodoviária do Nordeste, durante a manhã. A pista só foi liberada após o grupo ter saqueado um caminhão com linguiça e mortadela.

"Não vamos negociar com pessoas que estão cometendo atos bárbaros, pois não é assim que se faz a reforma agrária", afirmou o superintendente do Incra em Alagoas, José Quixabeira Neto.

Além de Pernambuco e Alagoas, os sem-terra realizam marchas nos Estados do Mato Grosso e da Bahia. No Mato Grosso, cerca de 400 sem-terra saíram de Rondonópolis e Tangará da Serra em direção a Cuiabá. Os militantes devem se reunir aos cerca de 300 que estão acampados há 20 dias em frente ao prédio do Incra na capital. Na Bahia, a previsão do MST é reunir cerca de 6.000 manifestantes em Salvador de 17 a 20 deste mês.

Texto Anterior: [Indígenas: Ibama promete punir extração de minérios](#)

Próximo Texto: [Governo faz propaganda na TV contra invasões](#)

São Paulo, domingo, 15 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Data de julgamento é contestada

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Os advogados envolvidos no julgamento dos 150 policiais militares do massacre de Eldorado do Carajás não acreditam que o julgamento aconteça em maio, conforme tem anunciado o TJ (Tribunal de Justiça) do Pará.

Para Roberto Lauria, que defende os líderes das tropas, seus clientes não irão voltar tão cedo ao banco dos réus porque ele irá pedir efeito suspensivo no recurso impetrado no STF (Supremo Tribunal Federal).

O recurso é contra a decisão de anular o resultado do primeiro julgamento, ocorrido em agosto de 99, que absolveu o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira.

O advogado do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Carlos Guedes, vê o sorteio dos jurados do caso, marcado para amanhã, como apenas uma forma de satisfazer a opinião pública. "Já é tradição eles inventarem algo às véspera do aniversário do massacre."

"Tudo é possível"

O advogado dos sargentos e tenentes, Luiz Abdoral Lopes, disse que não acredita mais em previsões. "No caso Eldorado do Carajás, tudo é possível."

Os advogados dos militares reclamam que a demora no

julgamento impede seus clientes de receberem promoções. O capitão Lameira, por exemplo, fez um curso de aperfeiçoamento em São Paulo para se tornar major mas, como está na lista de indiciados, não conseguiu a efetivação. (LI)

Texto Anterior: [Viúvas de Eldorado encampam invasões](#)
Próximo Texto: [Assentados reclamam apoio em SP](#)

São Paulo, domingo, 15 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Seis mulheres de mortos no massacre no Pará ingressam no MST e querem punição para PMs envolvidos

Viúvas de Eldorado encampam invasões

Patrícia Santos/Folha Imagem



A sobrevivente do massacre de Eldorado do Carajás Maria Abadia visita túmulo de sem-terra em cemitério de Curionópolis (PA)

LUÍS INDRIUNAS
DA AGÊNCIA FOLHA, EM ELDORADO DO CARAJÁS

As viúvas do massacre de Eldorado do Carajás tomaram o lugar dos maridos nas invasões e acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Pará. Além disso, elas estão na linha de frente da marcha de 3.000 pessoas que deve percorrer a capital paraense, Belém, na

próxima terça-feira, dia 17, quando completam cinco anos do massacre.

Os sem-terra vão fazer atos em todo o país, principalmente nas capitais. Eles protestam contra o que chamam de "cinco anos de impunidade". Os policiais militares que participaram do confronto ainda não foram julgados. O júri está previsto para maio (ler texto nesta página).

De acordo com a avaliação da Polícia Federal, as manifestações de terça-feira serão bem mais tranquilas do que nos anos anteriores. Não são previstas invasões de prédios públicos. A PF mapeou planos para invasões de sete áreas no Pontal do Paranapanema e pelo menos 20 áreas selecionadas para invasão no Pará. Mas não aposta em conflitos maiores.

No assentamento 17 de Abril, onde pelo menos um integrante de cada uma das 660 famílias é testemunha do massacre, vivem atualmente seis viúvas de vítimas do confronto.

No dia 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas durante a desobstrução da rodovia PA-150 por uma tropa de mais de 150 soldados da Polícia Militar.

Ativistas

Entre os mortos estava o marido de Maria Alice da Silva Machado, Joaquim Pereira Veras. Ela não estava no local no dia do massacre, mas passou a participar das atividades do MST. "A luta que era dele passou a ser minha", disse a assentada de 36 anos, que perdeu a conta de quantas vezes já esteve acampada próximo a fazendas e prédios públicos.

Raimunda Conceição de Almeida, 57, considera importante lutar principalmente pela condenação dos PMs envolvidos. Viúva de Leonardo Batista de Almeida, que morreu aos 46 anos com um tiro de fuzil na cabeça, Raimunda está com a saúde debilitada, mas pretende participar pelo menos da missa pelos cinco anos do massacre. "Vou rezar por Justiça."

Júlia Pereira da Silva, 62, procura defender seus direitos.

Viúva de Francisco Divino da Silva, que morreu aos 51 anos, Júlia nunca recebeu indenização pela morte do marido. As outras viúvas têm direito a dois salários mínimos mensais do governo paraense.

Francisco pode ser considerado a 20ª vítima fatal do massacre de Eldorado do Carajás. Atingido por uma bala na cabeça, ele morreu nove meses depois.

A determinação também é forte em outro grupo de sobreviventes do massacre: os feridos. Segundo o MST e o Ministério Público Estadual, 69 sem-terra foram atingidos

por balas e cassetetes. Alguns, como Maria Abadia Barbosa, 62, sentem até hoje as sequelas. Com duas balas na coxa esquerda, Maria Abadia reclama de inchaço e dor nos nervos. Ela e outras 68 pessoas buscam na Justiça o pagamento de indenização pelo Estado e a continuação do tratamento médico. A juíza Marta Inês Jadão, responsável pelo caso, reconheceu o direito de indenização a apenas 12 feridos. Os assentados do 17 de Abril não deixam de sentir medo. Segundo Domingos dos Reis, muitas pessoas desistiram de viver lá depois do massacre, entre elas, parentes dos mortos. Mesmo entre as viúvas que participam do movimento, o medo persiste. É o caso de Maria Alice, que sempre deixa seus filhos Josivaldo, 9, e Jackson, 14, em casa quando sai para os acampamentos. "A luta é só minha." Mas no assentamento de Eldorado também não faltam os dissidentes. Desde o ano passado, a Aspctrá (Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 17 de Abril), que tem cerca de 500 famílias associadas, divide espaço com a Aproab (Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento 17 de Abril), que tem 110 famílias associadas. O presidente da Aproab é Júlio César Barbosa, filho de Maria Abadia. Ele disse que decidiu abrir a associação por discordar dos métodos do MST. "Pra tudo tem reunião." Ele afirmou que prefere lutar por créditos individuais para cada associado. "Tem coisa que tá enferrujando aí porque não está sendo usada."

Texto Anterior: [Questão agrária: MST vive estado de penúria cinco anos depois de massacre](#)

Próximo Texto:

São Paulo, domingo, 15 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Após invasão de prédios públicos, movimento enfrenta desgaste de imagem e críticas de aliados

MST vive estado de penúria cinco anos depois de massacre

MALU GASPAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O aniversário do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) será diferente desta vez: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vive penúria financeira, desgaste de imagem e está distanciado de seus tradicionais aliados no movimento social. Há quatro anos, o dia 17 de abril serve a manifestações de força do MST.

"O movimento vive um impasse que ele mesmo criou", resume o sociólogo Zander Navarro, que já participou de invasões na década de 80 e hoje dirige a pós-graduação em desenvolvimento agrário da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Para ele, o momento é o pior para o MST desde a década de 90, quando despontou como raro movimento social em atividade.

O maior problema dos sem-terra é a falta de dinheiro. Pela primeira vez na década, as entidades ligadas ao MST pararam de receber o dinheiro de convênios com o governo federal. Por meio desses convênios, destinados à capacitação profissional ou à saúde nos assentamentos, por exemplo, o governo calcula que já chegou a repassar ao MST de R\$ 10 milhões a R\$ 15 milhões por ano.

Por determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso, estão cortados desde o ano passado convênios dos ministérios com entidades ligadas ao movimento. A justificativa é a de que não podem receber dinheiro público entidades que invadem prédios públicos ou terras cultivadas. Os já existentes foram mantidos. Cooperativas dos assentamentos que são alvos de investigação pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também perderam repasses.

"O governo está numa ofensiva contra nós", afirma o dirigente nacional do MST Jaime Amorim. Segundo ele, o movimento sobrevive de "doações e da ajuda dos amigos" e continua tendo a mesma capacidade de mobilização.

A cúpula do movimento já previa dificuldades. No início do ano, seus dirigentes se reuniram com o presidente do PT, José Dirceu, e previram um endurecimento do governo. A alternativa seria intensificar negociações com os Estados e as ações locais. "O governo federal tem de negociar e não ficar tentando criminalizar o MST", afirmou Dirceu.

"O governo negocia todos os dias, mas não pode tolerar as invasões", diz o ministro Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário). As invasões de prédios públicos e os saques, que o

MST começou a fazer a partir de 97, criaram um impasse político para o movimento. Concebidas como estratégia para pressionar o governo, as ações indispuseram a opinião pública com os sem-terra e iniciaram o afastamento de antigos aliados, como a CUT e a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

O distanciamento começou após a marcha a Brasília em abril de 97. "Eles começaram a planejar atividades em separado e até mesmo antes da gente, nos mesmos locais. Também discordamos da invasão e depredação de prédios públicos", diz Manoel dos Santos, presidente da Contag, um dos raros a fazer críticas públicas ao MST. O maior motivo do racha é a ocupação pelo MST de 36 áreas já invadidas pela Contag. "Temos estratégias diferentes de luta, mas nos respeitamos. Não vou fazer nenhuma declaração desabonadora ao MST", afirma João Felício, presidente da CUT.

Reservadamente, a cúpula do PT critica o MST pelas ações violentas, apontadas como um risco para a imagem do partido nas eleições de 2002.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) parou de intermediar as negociações entre o governo e o movimento. Mas o presidente da CNBB, d. Jayme Chemello, disse recentemente que a igreja aceita a invasão de terra se ela for uma estratégia adotada eventualmente.

O governo reagiu à radicalização do MST. Além do corte dos convênios, uma medida provisória proibiu que terras invadidas fossem avaliadas para reforma agrária por dois anos. Com uma nova invasão, esse prazo dobra.

Texto Anterior: [Janio de Freitas: Proteção aos corruptos](#)

Próximo Texto: [Viúvas de Eldorado encampam invasões](#)

São Paulo, segunda-feira, 16 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Marchas dos sem-terra devem chegar a 23 capitais até amanhã; MLST invade propriedade em Franca

MST vai invadir capitais a partir de hoje

ELIANE SILVA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM RIBEIRÃO PRETO

Milhares de sem-terra devem invadir as capitais de 23 Estados a partir de hoje em protestos organizados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contra a política agrária do governo federal. Estão previstas marchas, vigílias e concentrações.

A invasão de prédios públicos não está descartada. "Cada Estado vai construir o modelo de luta conforme a sua realidade e necessidade", diz Roberto Baggio, da direção nacional do movimento.

A "jornada de lutas" do MST tem como pano de fundo a data de 17 de abril (amanhã), que marca os cinco anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). Na ocasião, 19 sem-terra morreram em confronto com a Polícia Militar. Até agora, ninguém foi condenado pelo episódio.

Neste final de semana, os militantes promoveram invasões em fazendas no Pará e em São Paulo. Na semana passada, eles invadiram e depredaram um engenho em Pernambuco e bloquearam uma rodovia em Alagoas.

"A tendência é pipocar muitas ocupações para denunciar os cinco anos de impunidade de Eldorado do Carajás e essa política do governo que só privilegia os ricos do campo", diz Nonato de Souza, da coordenação estadual do MST no Pará. "O caldo certamente vai engrossar esta semana", diz Itelvina Masioli, da direção nacional.

Entre hoje e amanhã devem estar chegando às capitais marchas de sem-terra que partiram do interior do Pernambuco, Mato Grosso, Alagoas e Bahia.

Na capital paulista, o protesto do MST será conduzido por cerca de mil camponesas ligadas à Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Elas devem ficar acampadas na cidade dos dias 17 a 19. Na pauta de reivindicações, além de mais verbas para assentados e mais terras para reforma agrária, estão as lutas contra os transgênicos e a Alca.

Franca

Um grupo de cerca de 700 pessoas de 250 famílias ligadas ao MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) invadiu na madrugada de anteontem a fazenda Santana do Guaraciaba, em Franca. Foi a primeira invasão organizada pelo movimento no Estado.

Os invasores, que começaram a chegar ao local às 1h, estão convocando todos os interessados da região a se dirigirem ao

local.

"Já temos umas 200 famílias e queremos chegar a 400", afirmou Vilmar da Silva, um dos coordenadores da invasão. A PM confirmou ontem a presença de 250 famílias. Silva disse ainda que a fazenda é improdutiva e que eles não vão sair do local. "Só tem 70 cabeças de gado aqui e o resto está abandonado há mais de dois anos. Se o proprietário quiser negociar com o Incra, tudo bem. Caso contrário, não vamos desistir."

O dono da área, Milton Jacinto Guimarães, disse que vai pedir hoje a reintegração de posse da área. Ele disse que a fazenda é produtiva e que não há chance de negociação com os invasores.

Jacareí

O advogado da Fazenda Santana do Rio Abaixo, invadida na última sexta-feira por 180 sem-terra, Jairo dos Santos Rocha, vai entrar com o pedido de reintegração de posse hoje pela manhã.

A fazenda, de 840 alqueires, situada em Jacareí (SP), foi invadida pelas famílias, que montaram um acampamento na propriedade. A invasão foi coordenada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Colaboraram a Folha Ribeirão e a Folha Vale

Texto Anterior: [Brindeiro pedirá dados sobre desvio](#)

Próximo Texto: [Páscoa: D. Cláudio pede combate ao tráfico](#)

FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

São Paulo, terça-feira, 17 de abril de 2001

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

A Oziel e aos meninos do Brasil

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

Oziel Alves Pereira não chegou a ser menino um de rua. Não sofreu torturas dentro das Febems. Enfrentando problemas familiares, vagou durante um tempo pelo bairro da Paz, lá no

sul do Pará, até conhecer, aos 17 anos, o movimento que iria lhe dar a ideologia necessária, como dizia Cazuza, para viver. E viveu Oziel mais dois anos de sua curta vida, ceifada aos 19, entre os 19 trabalhadores sem-terra assassinados em 17 de abril de 1996, no massacre de Eldorado do Carajás (PA).

Naqueles dois anos, tornou-se um dos mais queridos e conhecidos militantes do MST. Como dizem os companheiros que conviveram com ele, Oziel, detentor apenas da quarta série do primeiro grau (como a grande maioria dos jovens em nosso país), despontava como o mais presente nos cursos de formação.

Sua maior virtude: a solidariedade, a vontade de contribuir com os trabalhadores. Sua principal reivindicação: terra e palavra. Seu maior sonho: estudar.

Essas qualidades, porém, eram mais do que suficientes para despertar a ira daqueles que o assassinaram da forma mais bárbara, há cinco anos.

Seus algozes o obrigaram a render-se e, de joelhos, a gritar as palavras de ordem do MST. Por que tamanha ira? Cinco meses antes, em dezembro de 1995, Oziel e outros militantes do MST lideraram uma manifestação de 5.000 pessoas em Curionópolis, no conhecido Trinta (km 30 da rodovia PA-150). Além de sua determinação na luta dos trabalhadores e da influência que exercia no acampamento Macaxeira, Oziel era considerado uma pessoa solidária. Magro, alto, tinha características indígenas e mantinha os cabelos um pouco mais longos do que os jovens de sua geração.

714 trabalhadores rurais foram mortos no Pará desde 1980; só 4 réus foram condenados pelos crimes - só um está preso

Homenageamos esse lutador e todos os outros 18 mortos de Eldorado, em nome também dos meninos que enfrentam, na vida urbana, as atrocidades da tortura e as prisões decorrentes da falta de perspectivas de vida, de escola, de emprego e de futuro. Oziel via futuro para a sua geração e para as outras por vir. É importante que histórias como a dele e a de outros brasileiros tornem-se conhecidas, porque ele não morreu na solidão, morreu pela multidão de cidadãos que lutam pela dignidade do povo brasileiro, à margem do mercado, da propriedade e da solidariedade.

Um relatório recente da ONU apontou o Brasil como um dos países em que a tortura é praticada de maneira sistemática e disseminada. Diz o relatório: "A existência de uma lei que tipifica o crime de tortura é um aspecto positivo. Mas essa lei não é adotada pela maioria dos juízes e promotores".

Resultados do Censo 2000 mostram que o Brasil, no quesito distribuição de renda, apresenta dados piores do que os de Botsuana.

Oziel, torturado antes do tiro fatal, e seus companheiros lutavam contra a injustiça social em todos os níveis, simbolicamente fixada na luta pela terra.

De 1980 aos primeiros meses de 2001, 714 trabalhadores rurais foram mortos no Pará, 534 deles nas regiões sul e sudeste do Estado. Em meio a esse genocídio, praticado por centenas de pistoleiros, intermediários, mandantes e policiais, apenas quatro condenações -só um está preso, apesar de ter conseguido uma transferência para Goiás, onde goza de mais comodidade.

Cinco anos se passaram desde o dia 17 de abril de 1996, no qual 19 trabalhadores morreram em conflito com a Polícia Militar. No único julgamento do caso, em agosto de 1999, presidido pelo juiz Ronaldo do Vale, três oficiais militares foram absolvidos, num cenário de erros técnicos, cerceamento da acusação e manobras oficiais para favorecer a defesa dos envolvidos. De amplo conhecimento da sociedade, esse cenário provocou a anulação, pelo Tribunal de Justiça do Pará, desse único julgamento.

Nesses dois anos, mais de uma dezena de juízes não quis assumir o processo criminal, por envolvimento em conflitos possessórios ou, como disseram alguns, "por profundo respeito à Polícia Militar". A história de nosso país está permeada de julgamentos espúrios e pela raridade de justiça na defesa dos menos favorecidos financeiramente.

A impunidade dos responsáveis pelo massacre de Eldorado, mais do que em qualquer outra chacina, ultrapassa os limites possíveis da imaginação, pois o conflito foi filmado e suas imagens exibidas. É imprescindível que a sociedade exija e cobre atitudes dignas do Judiciário. Como coloca em pema um companheiro de Oziel no MST, Charles Trucate, hoje com 23 anos (Oziel teria 25): "O poder não pode encerrar/Aqueles meninos que marcham/ Suas infâncias!"

Luiz Eduardo Greenhalgh, 53, é deputado federal (PT-SP) e advogado do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

[Texto Anterior: Frases](#)

[Próximo Texto: João Sette Whitaker Ferreira e Mariana Fix:
A urbanização e o falso milagre do Cepac](#)

FOLHAvale

São José dos Campos, Quarta-feira, 18 de Abril de 2001

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Famílias que invadiram a propriedade querem um prazo Justiça manda MST deixar fazenda

André Nieto/Folha Imagem



*Oficiais de Justiça
notificam sem-
terra para
deixarem a
fazenda Santana
do Rio Abaixo, em
Jacareí*

FREE-LANCE PARA A FOLHA VALE

O juiz da 2ª Vara Cível de Jacareí, Fernando César Carrari, concedeu ontem a reintegração de posse aos proprietários da fazenda Santana do Rio Abaixo, invadida na última sexta-feira por 180 sem-terra ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O pedido havia sido protocolado pelo advogado dos donos da área, Jairo dos Santos Rocha.

Na fazenda, de 840 alqueires, em Jacareí, havia ontem cerca de cem sem-terra.

As mulheres do acampamento participaram de manifestações que foram organizadas pelo MST, em São Paulo, em memória das vítimas do massacre de Eldorado do Carajás. Os invasores foram notificados no final da tarde de ontem por oficiais de Justiça, que estavam acompanhados por seis policiais militares.

Os líderes do acampamento afirmaram à **Folha** que vão deixar a fazenda pacificamente, mas querem um prazo de cinco dias.

O tenente-coronel da PM Milton José da Silva, que acompanhou os oficiais de Justiça, disse que não será usada força na operação de despejo.

Advogados do MST estão tentando negociar o prazo com a Justiça, mas os sem-terra podem ser retirados a partir das 6h de hoje. A operação não pode ser feita durante a noite.

A fazenda já havia sido invadida em abril do ano passado pelo mesmo grupo que continua na propriedade. Eles só deixaram o terreno 23 dias depois, sob ordem da Justiça.

A Prefeitura de Jacareí, que deu apoio aos sem-terra, se comprometeu a conseguir caminhões para transportar as famílias.

Os líderes do acampamento não descartam invadir outra fazenda no Vale do Paraíba.

Anteontem, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) informou que a fazenda Santana do Rio Abaixo é produtiva.

Não existe previsão de que a fazenda seja inspecionada, de acordo com o órgão.

O Incra informou ainda que já existe uma área de 447,7 hectares, a fazenda Santa Rita, em São José dos Campos, destinada à reforma agrária no Vale do Paraíba.

Segundo o Incra, a União ainda não tem a posse definitiva da Santa Rita.

A Santana do Rio Abaixo pertence aos herdeiros do senador Severo Gomes, morto em um acidente aéreo, e está arrendada para seis portos de areia.

Os arrendatários também produzem arroz e milho no local. Entre os arrendatários está o "publisher" da **Folha**, Octavio Frias de Oliveira, que cultiva milho para a Granja Itambi.

Texto Anterior: [Sentença: Presídio vai receber mulheres](#)

Próximo Texto: [Economia: Embraer tem contrato de US\\$ 270 milhões](#)

Campinas, Quarta-feira, 18 de Abril de 2001

FOLHA campinas

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PROTESTO

Ato provoca congestionamento de 1,5 km no centro; organizadores esperavam 3.000

Manifestação reúne 400 em Campinas

Ricardo Lima/Folha Imagem



*Moradores de
ocupações
irregulares
carregam cruzes
durante passeata
realizada no
centro de
Campinas, ontem
à tarde*

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

Pelo menos 400 sem-terra e sem-teto provocaram uma lentidão de cerca de 1,5 quilômetro no trânsito da região central de Campinas ontem, ao promoverem uma passeata em memória dos 19 mortos em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, há cinco anos.

O número de manifestantes, estimado pela Polícia Militar, frustrou as expectativas dos organizadores do ato, que pretendiam reunir 3.000 pessoas ontem em Campinas.

Além de lembrar o massacre dos sem-terra, a manifestação ocorrida em Campinas ontem também foi aproveitada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) para pedir a regularização de famílias em ocupações da região.

Os sem-teto de pelo menos dez ocupações de Campinas e Hortolândia participaram do ato, que passou pelo 8º Batalhão da PM, pelo fórum e pela Catedral, onde aconteceu um ato ecumênico com a participação de todas as pastorais da cidade.

"Estou há dois anos na ocupação do Parque dos Palmares, em Hortolândia, e ainda não temos garantia da terra. São mais de 30 famílias lutando por uma casa naquela região", afirmou o sem-teto Clemente Araújo Correia, 54.

O ato realizado em Campinas fez parte de uma manifestação nacional promovida pelo MST (Movimento dos trabalhadores Sem Terra) em lembrança do massacre ocorrido no Pará. Segundo a secretaria-geral da ocupação Eldorado do Carajás de Campinas, que fica na região dos

DICs, Léa Oliveira Souza da Silva, o ato pediu por reformas urbana e agrária na região.

"Percorremos o centro para pedir justiça e assentamento já para os sem-teto de Campinas e de todo o país", afirmou Léa. Durante a manifestação, foram distribuídos panfletos produzidos pelo movimento, divulgando o dia 17 de abril como "a data de luta nacional pela reforma agrária e moradia popular".

"Nesse dia 17 queremos externar nossa indignação contra todas as formas de injustiça social e concluir a população de Campinas a apoiar os movimentos de luta pela terra", diz um dos panfletos.

Texto Anterior: [Prefeitura diz que paga exame](#)

Próximo Texto: [Piracicaba: Câmara fez 23 mil horas extras em um ano](#)

São Paulo, quarta-feira, 18 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Cerca de 22 mil sem-terra participam das manifestações; governo federal vê fracasso na mobilização

Sem-terra fazem protestos em 20 Estados

DA AGÊNCIA FOLHA

Marchas, invasões, concentrações, bloqueio de estradas e atos ecumênicos marcaram ontem o protesto do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no país em memória dos cinco anos do massacre de Eldorado do Carajás. Cerca de 22 mil sem-terra, segundo avaliações da PM e do MST, onde não havia polícia presente, participaram dos atos que atingiram 20 Estados.

Houve menos violência do que na mesma data do ano passado, quando 65 áreas foram invadidas e houve depredações de prédios públicos. Ontem, o ato de maior tensão ocorreu no Rio Grande do Sul, onde cerca de 1.500 militantes do MST e de outros movimentos do campo bloquearam a ponte que liga o Brasil à Argentina.

O protesto teve como pano de fundo a lembrança dos cinco anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). Em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra morreram em confronto com a Polícia Militar. Até agora os réus não foram julgados. Ontem, no local do massacre, cerca de 2.000 pessoas fecharam a rodovia por três horas para a realização de um ato religioso. "Foi um fechamento pacífico. Os motoristas entenderam nosso protesto e muitos se juntaram a nós", disse Deusa Salles, do MST.

O número de mortos foi lembrado em várias marchas. Em Maceió, 19 sem-terra participaram da caminhada com os rostos cobertos por capuzes negros. Em Porto Alegre, os militantes fecharam rodovias por 19 minutos. Em Cuiabá, os manifestantes levaram 19 cruzes negras com os nomes das vítimas de Eldorado.

Na capital paraense, Belém, cerca de 1.200 sem-terra marcharam até o Tribunal de Justiça do Estado, onde deve ocorrer o julgamento do massacre em maio. A Justiça escolheu os candidatos a jurados anteontem.

Uma comissão foi recebida em audiência pelo desembargador Olávio Marcelino. "Mostramos a ele que a impunidade não é só do caso Eldorado. Desde 85 houve 9 massacres no Pará, com 49 mortos, e ninguém foi para o banco dos réus", disse Nonato de Souza, da direção estadual. "Nosso dia de protesto foi pacífico e cumpriu com o objetivo principal de denunciar à sociedade a questão da impunidade", disse Gilmar Mauro, da direção nacional do MST.

A única invasão de terras registrada ontem foi no extremo oeste de São Paulo, no Pontal do Paranapanema. Cerca de 600 famílias, segundo o MST, ou 800 pessoas, segundo a PM, invadiram de madrugada a fazenda São João. O proprietário, Ricardo Peretti, é filiado à UDR (União Democrática Ruralista). A ação foi pacífica.

O principal dirigente do MST na região, José Rainha Jr., disse que a invasão e os demais protestos no país ontem foram uma resposta às declarações do ministro Raul Jungmann de que o movimento perdeu força e está isolado, constatações feitas em uma pesquisa encomendada pelo governo.

Governo

Até o final da tarde de ontem, o governo avaliou que fracassou o dia nacional de protesto do MST. "O radicalismo do MST assusta a sociedade brasileira", disse Francisco Orlando Muniz, secretário de Reforma Agrária do Ministério

de Desenvolvimento Agrário.

"O MST, de vez em quando, passa a falsa idéia de que o governo federal só resolve as coisas mediante a pressão", disse Muniz. "Tocar fogo em McDonalds não resolve nada, apenas queima uns hambúrgueres", acrescentou.

Colaborou LEILA SUWWAN, free-lance para a Folha

Texto Anterior: [Frase](#)

Próximo Texto: [Ponte em Uruguaiana é bloqueada por 13 horas](#)

São Paulo, quinta-feira, 19 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

MST volta a agir

MPF denuncia grileiro por estelionato

DA AGÊNCIA FOLHA

O Ministério Público Federal do Amazonas denunciou ontem, por crime de estelionato, o comerciante Falb Saraiva de Farias, apontado pelo Incra como proprietário de 12 milhões de hectares na região amazônica.

É a primeira denúncia ligando Falb com a grilagem de terras públicas da União, tendo como base oito inquéritos, de um total de 35, que a Polícia Federal abriu para apurar sua ação em vendas de terras usando documentos falsos.

"Foi constatada fraude de falsificação de títulos, superposição de áreas destinadas a reforma agrária e área indígena, além de transferência a terceiros", disse o autor da denúncia, o procurador-chefe Sérgio Lauria Ferreira.

Falb está preso desde 16 de março, em Manaus, e amanhã presta seu primeiro testemunho em juízo. Falb deve ser ouvido pelo juiz Marcelo Mota, da 2ª Vara da Justiça Federal do Amazonas. O advogado Valcimar de Souza Oliveira disse que ele só falará em juízo.

MST

Integrantes do MST fecharam ontem, por seis horas, a

principal via de acesso entre Santa Catarina e a Argentina. O sem-terra impediram o tráfego na alfândega de Dionísio Cerqueira na fronteira com a cidade argentina de Bernardo Irigoyen. Anteontem, manifestantes bloquearam por 13h uma ponte em Uruguaiana (RS).

De acordo com a PF, 600 pessoas impediram ontem o tráfego de caminhões e carros que queriam atravessar a fronteira. Cerca de cem policiais militares e 15 agentes federais estavam no local para evitar a invasão de prédios públicos. Uma reunião entre a polícia e os líderes dos sem-terra pôs fim, às 17h, ao bloqueio.

Ontem, um grupo de 28 integrantes do MST feridos durante o massacre de Eldorado do Carajás montaram acampamento diante do Palácio dos Despachos, sede do governo do Pará, em Belém. Segundo o advogado Walmir Brelaz, eles exigem uma reunião com o governador Almir Gabriel (PSDB) para reivindicar pagamento de indenizações.

Os manifestantes que invadiram a unidade da Parmalat em Carazinho (RS), anteontem, se comprometeram, em audiência na Justiça, a permitir a entrada de caminhões com leite no local. O acesso estaria liberado a partir do início da noite de ontem. Segundo a Parmalat, a perda de leite pode chegar a 1,5 milhão de litros/dia.

Às 14h de hoje, representantes da empresa e dos manifestantes, que são produtores de leite da região, vão se reunir para discutir o preço do produto. Os produtores querem receber R\$ 0,40 por litro.

Texto Anterior: [Crise petista: José Dirceu pede perdão a Suplicy e já aceita a prévia](#)

Próximo Texto: [STF: Marco Aurélio é eleito presidente do Supremo](#)

[Índice](#)

São Paulo, quarta-feira, 25 de abril de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ROMBO AMAZÔNICO

Suposta ação de sem-terra teria ocorrido e acabado em 96; venda da propriedade foi em janeiro de 98

Jader comprou fazenda após fim de

invasão

LUÍS INDRIÚNAS

DA AGÊNCIA FOLHA, EM AURORA DO PARÁ

ARI CIPOLA

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A invasão de terra informada pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) como motivo para ter pago um terço do valor pago por seu ex-sócio José Osmar Borges por uma fazenda no Pará estava resolvida um ano antes de o negócio ser efetuado. A invasão teria ocorrido e acabado em 96, e a venda foi em janeiro de 98.

A informação foi dada pelo gerente da fazenda do senador, pelo Fórum de Aurora do Pará (onde está a propriedade), pela Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e pelo líder da invasão -que atualmente trabalha para o próprio Jader.

A fazenda foi comprada por Jader em 5 de janeiro de 1998. Em maio de 1996, dois meses antes da invasão, usando o nome de sua atual mulher, Márcia Cristina Zahluth Centeno, Jader adquiriu a propriedade em sociedade com a empresa Saint Germany.

A empresa é de Borges, preso e libertado na semana passada acusado de desvios de recursos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). A Saint Germany recebeu R\$ 21 milhões, dos R\$ 25 milhões que ganhou da Sudam, no período em que Borges era associado a Jader. Quando foi comprada, a fazenda custou R\$ 1,7 milhão à Saint Germany e R\$ 207 à atual mulher de Jader, com a qual ele ainda não estava casado na época.

No último dia 16, Jader afirmou que seu nome não apareceu na sociedade devido ao fato de que ele estava se separando judicialmente da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA). Segundo o senador, em 98 ele comprou a fazenda do ex-sócio por R\$ 600 mil -cerca de um terço do valor que Borges havia pago. Esse valor equivale a 40% do que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pagaria aos donos da fazenda no caso de desapropriação da área, que tem 10 mil hectares.

O preço de mercado de uma fazenda como a Campo Maior, com 70 km de estradas internas, 63,8 km de cerca de arame liso, com 3.700 hectares de pasto cultivado, às margens da pavimentada estrada Belém-Brasília, varia hoje entre R\$ 4 milhões e R\$ 10 milhões, segundo o presidente da Federação

da Agricultura no Pará, Carlos Xavier, que é amigo de Jader. "A invasão foi logo após o massacre (de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996) e foi tudo resolvido", afirmou o gerente da fazenda, Ricardo José da Fonseca. O líder da invasão, Antônio Leopoldino, 56, conta que as 157 famílias teriam entrado na fazenda em 3 de julho de 1996 e saído no final do mesmo ano, depois de receberem indenização de cerca de R\$ 300 por hectare invadido. Desde o acordo, Leopoldino "presta serviços" à propriedade de Jader, segundo confirmou o próprio senador paraense. Quando falou com a reportagem, ele chefiava uma equipe que plantava capim e trocava estacas da cerca. "Fizemos uma política de paz com os invasores", afirmou Jader, antes de ser questionado sobre polêmica das datas do negócio. Para justificar sua posição sobre a depreciação do valor da fazenda, Jader enviou à Agência Folha dados de vistoria feita pelo Incra. Só que o documento é de outubro de 1996, enquanto havia invasão, e a fazenda foi comprada de vez por Jader em 98. O relatório descreve uma situação de ameaça de vida aos 14 funcionários da fazenda e aos próprios funcionários federais, situação definida por Jader como de uma "invasão brutal". Na sexta-feira passada, Jader prometeu enviar cópia de um pedido judicial de reintegração de posse da fazenda, o que não havia feito até a noite de ontem.

Sem registro

No Fórum de Aurora do Pará (240 km ao sul de Belém) não há registro de nenhuma ação envolvendo a fazenda Campo Maior.

O coordenador da Fetagri no Pará, Antônio de Souza Carvalho, disse que os invasores chegaram a procurar a entidade em 1996. "Depois eles não nos procuraram mais, porque resolveram com o Jader", afirmou Carvalho. A "invasão brutal", como define Jader, não foi noticiada na época. Os arquivos da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que têm informações sobre problemas fundiários de 1986 até hoje, não registra nada sobre o caso. O único caso naquela área é de uma invasão que ocorreu em setembro de 1988, quando posseiros entraram na fazenda Chão Preto -hoje incorporada à Campo Maior.

Texto Anterior: MST: Justiça revoga liminar concedida a sem-terra

Próximo Texto: [Outro lado: Senador contradiz funcionários de sua propriedade](#)

São Paulo, quarta-feira, 16 de maio de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

UDR quer MST a 10 km de área invadida

O advogado Coraldino Vendramini, pago pela UDR para defender fazendeiros no Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo), entrou ontem na Justiça com pedido para que os sem-terra invasores da fazenda São João sejam deslocados para no mínimo 10 km de distância da área.

Desde segunda-feira, os sem-terra estão desmontando o maior acampamento do Estado. Os sem-terra saíram da propriedade e invadiram um terreno da Prefeitura de Teodoro Sampaio (SP) que faz divisa com os limites da fazenda.

A propriedade é alvo permanente de invasões por sem-terra ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) por ser um símbolo da UDR (o proprietário é ligado à entidade) e não ter definição dominial -sua posse está em litígio e pode pertencer ao Estado, sendo, neste caso, passível de desapropriação.

A última invasão ocorreu em 17 de abril, como parte dos protestos pelos cinco anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). O prefeito de Teodoro Sampaio, Paulo Alves Pires (PSDB), estuda uma autorização provisória para os sem-terra ficarem no local público até uma definição.
(DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)

Texto Anterior: [Multimídia: Revista vê benefício numa possível CPI](#)

Próximo Texto: [Rumo a 2002: PSB sugere Capiberibe para a Presidência](#)

São Paulo, domingo, 20 de maio de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **cotidiano**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

País só age sob pressão, afirmam ativistas

DA REPORTAGEM LOCAL

Há uma espécie de consenso entre os ativistas de direitos humanos no país: o Brasil só investiga denúncias de tortura se pressionado pela comunidade internacional. Semana passada, a Comissão contra Tortura da ONU (Organização das Nações Unidas) recomendou ao Brasil que puna "com severidade" os responsáveis por crimes de tortura.

Solicitou ainda ao governo que garanta assistência jurídica aos presos e que acabe com a superlotação das cadeias. As solicitações das Nações Unidas -as mesmas feitas por movimentos de direitos humanos brasileiros- têm prazo para serem cumpridas: um ano.

O presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), Hélio Bicudo -que também é o vice-prefeito de São Paulo- diz que o poder público só atua "sob pressão" na área do combate à tortura.

Ele cita como exemplo um fato, ocorrido em 2000, em Sorocaba, interior paulista. Um grupo de presos denunciou ao Ministério Público que policiais responsáveis pela segurança externa da cadeia usavam métodos de tortura.

Os promotores que fizeram a denúncia foram ameaçados de morte. O mesmo ocorreu com os familiares dos presos. A situação só foi resolvida quando um advogado apelou para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington.

Pressionado, o governo transferiu os policiais e garantiu a segurança dos promotores. Liliana Tojo, diretora do Cejil no Brasil, diz que, não fosse a pressão internacional, processos como o do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, estariam engavetados.

O Cejil é uma instituição jurídica sem fins lucrativos que acompanha processos que tramitam em cortes internacionais. Por determinação da Comissão Interamericana, o governo informa o estágio de tramitação do processo de Eldorado do Carajás uma vez a cada 45 dias.

O massacre ocorreu em abril de 96, quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), durante uma desocupação.

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), foi testemunha de defesa dos policiais, durante o primeiro julgamento, em 99, que absolveu os comandantes da operação. Houve pressão e o júri foi anulado.

Oscar Vilhena, do Ilanud (órgão das Nações Unidas que

estuda violência) admite que o governo vive uma situação difícil nessa área pelo fato de a maioria dos crimes ocorrer e ser julgada sob a jurisdição dos Estados.

O governo federal assina os acordos internacionais e responde pela sua eventual violação apenas no exterior. Para Vilhena, desfavorece ainda o país a constante troca de ministro da Justiça -só nessa gestão, foram três. É o titular da pasta, e sua equipe, que responde às interpelações internacionais na fase de tramitação.

Em outubro de 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos enviou ao Ministério das Relações Exteriores um pedido oficial de informação para saber porque o economista Marco Antônio Heredia Viveiros, condenado por dois Tribunais do Júri, em Fortaleza, continuava livre.

Em 1983, Heredia teria tentado assassinar a ex-mulher, Maria da Penha Maia Fernandes. Ela ficou paraplégica e ele vem recorrendo das condenações em liberdade.

A comissão aguardou durante 250 dias uma resposta do governo brasileiro e acabou condenando o país, no dia 30 passado, por omissão no caso de violência contra mulher, baseado nesse caso.

(GABRIELA ATHIAS)

Texto Anterior: [Direiros Humanos: "Brasil precisa admitir que há racismo"](#)

Próximo Texto: [Outro lado: Secretaria diz que precisa de informações](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ENTENDA O CASO

19 sem-terra morreram ao enfrentar PM

DA REDAÇÃO

Em 17 de abril de 1996, cerca de 1.200 sem-terra bloquearam a rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (sul do Pará). A Polícia Militar mandou 200 homens para o local. Houve conflito, e a PM teve ordens para responder mais duramente.

Morreram 19 sem-terra.

Os policiais que lideraram a operação foram absolvidos por jurados em agosto de 1999, mas o Tribunal de Justiça paraense anulou a decisão no ano passado.

A juíza Eva do Amaral Coelho, que julgará o caso, é a quinta a assumi-lo.

Texto Anterior: [Massacre de Carajás: Juíza nega inclusão de laudo sobre conflito](#)
Próximo Texto: [MST protesta por animais atropelados](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PANORÂMICA

PARÁ

Juíza pede nova perícia em fita de vídeo de Eldorado do Carajás e adia julgamento

A juíza Eva do Amaral Coelho determinou que seja feita uma nova perícia na fita de vídeo que registrou parte do massacre de Eldorado do Carajás. Com a decisão, o julgamento dos 149 policiais militares, marcado para começar no dia 18 deste mês, foi adiado por tempo indeterminado. "Infelizmente", disse a juíza.

A decisão de fazer uma nova perícia na fita se deu depois que o Ministério Público Estadual recorreu da decisão anterior de Eva do Amaral de não aceitar o laudo feito pelo perito da Unicamp Ricardo Molina.

O laudo, feito a partir da digitalização da imagem, aponta que os policiais teriam atirado primeiro e que os sem-terra só teriam avançado contra a tropa porque um corpo foi identificado caído atrás dos policiais.

A juíza não aceitou o laudo de Molina, porque teria sido feito unilateralmente (sem conhecimento da defesa) e entregue em prazo irregular.

Para o novo laudo, Eva do Amaral determinou que dois técnicos do Instituto de Criminalística Renato Chaves de Belém façam a análise. Como não existe o equipamento em Belém, os técnicos devem utilizar equipamentos das polícias de Brasília ou São Paulo.

No dia 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos durante a operação de desobstrução da rodovia PA 150 em Eldorado do Carajás.

Em agosto de 1999, os líderes da tropa -coronel Mário Colares Pantoja, major José Maria de Oliveira e capitão Raimundo Almendra Lameira - foram absolvidos, mas a sentença acabou sendo anulada por causa de contradições nas questões elaboradas pelo então juiz do caso, Ronaldo Valle, aos jurados.

O advogado do coronel Pantoja, Américo Leal, disse que vai

pedir aos peritos responsáveis pelo novo laudo detalhes sobre os tiros e a movimentação de determinados sem-terra na cena.

O MST entrou com um pedido ao Tribunal de Justiça para que seja anexado o laudo do Molina. "Com o parecer do Molina e dos técnicos de Belém vamos ter duas provas que reforçam a tese do massacre", disse o advogado do MST, Carlos Guedes. (DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM)

Texto Anterior: [Promotor confirma pedido de bloqueio](#)
Próximo Texto: [Rumo a 2002: Jobim assume cargo no TSE e diz que amizade com FHC "não atrapalhará"](#)

São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 2001 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Oposição quer dados sobre planos militares

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Partidos de oposição cobraram explicações do governo sobre a política de inteligência do Exército. O PT vai apresentar um requerimento de informações ao ministro Pedro Parente (Casa Civil), e a Comissão de Direitos Humanos deverá convocar o ministro Geraldo Quintão (Defesa) para esclarecimentos sobre a máquina de espionagem mantida em sigilo pelo Exército.

Documentos aos quais a Folha teve acesso, que tiveram trechos publicados ontem, revelam que a política de inteligência militar classifica os movimentos sociais como "forças adversas" e admite "arranhar direitos dos cidadãos" para manter a ordem pública.

Para disfarçar as operações de inteligência, o Exército utiliza documentos falsos e cria firmas fantasma. Unidades de inteligência do Exército funcionam em casas descharacterizadas.

"Isso revela que o governo não se distanciou da política de patrulhamento dos adversários. E utiliza métodos piores que o da ditadura. Naquela época, pelo menos, sabíamos quais os instrumentos de repressão. Agora, eles são clandestinos", afirmou o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA). Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos,

Nelson Pellegrino (PT-BA), além da convocação do ministro Quintão, também serão requisitadas cópias dos documentos do Exército que foram apreendidos pelo Ministério Público Federal em Marabá, sul do Pará.

"Esses documentos revelam profundo desrespeito à ordem democrática, aos princípios constitucionais e a tratados internacionais sobre direitos humanos assinados pelo Brasil", afirmou Pellegrino.

Acusações

Os documentos apreendidos foram tema de discursos no plenário. Advogado do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) disse que o massacre de sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em que 19 sem-terra morreram em abril de 1996, teria ocorrido conforme orientações do esquema de inteligência do Exército.

O MST é citado em cartilhas da máquina de espionagem do Exército apreendidas pelo Ministério Público. "Com que cara leio documento do Exército que diz que os inimigos internos têm de ser eliminados e, entre eles, o MST?", questionou Greenhalgh.

"Não podemos aceitar que o aspecto democrático [das Forças Armadas] fique subjacente", afirmou a deputada federal Jandira Feghali (PC do B-RJ).

Texto Anterior: [CUT se diz "lisonjeada" por ser "força adversa"](#)

Próximo Texto: [Deputado pedirá abertura de inquérito militar sobre Araguaia](#)

São Paulo, sábado, 04 de agosto de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Juíza ainda aguarda novo laudo

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A nova data para o julgamento dos 149 policiais militares acusados de envolvimento no massacre de Eldorado do Carajás (PA) só deve sair depois de concluído o novo laudo técnico das imagens gravadas do confronto.

Em junho, a juíza Eva do Amaral Coelho determinou nova

perícia na fita depois que o Ministério Público Estadual pediu a inclusão do laudo do perito da Unicamp Ricardo Molina, o que foi negado.

Molina identificou um sem-terra caído atrás dos policiais, o que explicaria o avanço dos integrantes do MST contra a PM. O perito confirmou ainda que o primeiro tiro teria saído do lado dos PMs.

A juíza considerou a prova "imprestável" porque não foi dada oportunidade para os advogados dos PMs fazerem perguntas ao técnico. A nova perícia está sendo feita por dois técnicos do Instituto de Criminalística Renato Chaves, de Belém. Eles podem concluir o trabalho até o final do mês.

Em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas durante a desobstrução da rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás (PA).

A primeira sessão do julgamento ocorreu em agosto de 1999. O coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira foram absolvidos, mas a decisão foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Pará.

(LUÍS INDRIUNAS)

Texto Anterior: [PT vai pedir depoimento de ministro e general](#)

Próximo Texto: [Frases](#)

São Paulo, sábado, 04 de agosto de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

INTELIGÊNCIA MILITAR

Stedile diz que, com base em reportagem da Folha, MST suspeita de participação do Exército no massacre

MST vai pedir reabertura do caso Carajás

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai pedir ao Ministério Público do Pará, com base em

reportagem publicada anteontem pela **Folha**, a reabertura das investigações sobre o massacre de Eldorado do Carajás (sul do Estado).

O líder do MST João Pedro Stedile afirmou que o movimento suspeita de que agentes do Exército tenham participado do massacre, ocorrido em abril de 1996 e que deixou 19 trabalhadores rurais mortos.

Documentos secretos do Exército obtidos pela Folha mostram que o Exército compara os movimentos sociais, entre eles o MST, ao narcotráfico, e admite até que poderiam ser "eliminados", sem especificar as circunstâncias. O documento admite ainda "arranhar direito dos cidadãos" para garantir a ordem pública.

Stedile disse que a informação de que o Exército classifica os movimentos sociais como "forças adversas" pode explicar a presença de agentes da inteligência do Exército em Marabá (PA), cidade próxima a Eldorado. "Sempre percebemos nos acampamentos que havia infiltração. Só não sabíamos de quem. Achávamos que era da Polícia Militar", disse, justificando a possibilidade de que agentes do Exército tenham espionado o MST durante o período de tensões em Eldorado, que culminou com o massacre.

Segundo Stedile, o MST encaminhará na segunda-feira ao Ministério Público do Pará solicitação para que a denúncia seja apurada. E, se comprovada, para que o caso volte novamente à Justiça.

"Se há lá [em Marabá] agentes [do Exército]", o Ministério Público tem de investigar até que ponto eles participaram [do massacre] de Carajás. Vamos pedir para que seja apurado o envolvimento de oficiais do Exército no caso, e as responsabilidades do governo."

O líder do MST atacou a forma de ação do Exército, explicitada nos documentos publicados. Para ele, os movimentos sociais são nivelados aos criminosos.

"Simon Bolívar [líder de movimentos para independência da América Latina, sob domínio espanhol" disse: "Ai do Exército que tenha coragem de apontar uma arma ao seu povo." O que eles [governo e Exército" temem é quando os pobres começam a se organizar. O Brasil vive uma democracia de mentira."

Para ele, o Exército teria atuado só na espionagem dos acampamentos, enquanto a ação efetiva teria ficado a cargo da PM. "Pode ser um resquício da ditadura militar", afirmou. Stedile admitiu que o governo pode não ter tomado conhecimento da orientação do Exército sobre os movimentos sociais, mas distribuiu críticas a membros do

governo e ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Para ele, o chefe do Gabinete da Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, é o maior responsável pelas supostas espionagens. Por coordenar a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), ele deveria ter total controle sobre qualquer tipo de investigação feita pelo Estado. "FHC deveria exigir, no mínimo, explicações do general Cardoso, ou até demiti-lo. É responsabilidade dele todo o trabalho de inteligência. Ele teria de saber [dos documentos]". O líder criticou FHC e o ministro Geraldo Quintão (Defesa): "Na função de presidente da República, FHC foi conivente. Ele pode até mesmo ter tido acesso às informações. Mas se não soube é, pelo menos, conivente. E o Quintão também, por comandar o Exército, também é responsável".

Texto Anterior: [Rio Grande do Norte: Cunhado de governador é suspeito](#)

Próximo Texto: [PT vai pedir depoimento de ministro e general](#)

São Paulo, segunda-feira, 06 de agosto de 2001

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

RAYMUNDO COSTA

Anjos da guarda

BRASÍLIA - Aos 26 anos, o deputado José Genoino era um dos guerrilheiros que o PC do B despachou para a morte nas matas do Araguaia. Foi preso em 1972, torturado e passou cinco anos no cárcere, mas sobreviveu. Aos 55, completados em maio passado, Genoino teme que a esquerda abra um contencioso político com as Forças Armadas.

O deputado, presidente interino do PT e eventual candidato da sigla ao governo de São Paulo, condena manifestações como a do líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile, que suspeita do envolvimento de militares no massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 1996.

Stedile baseia sua suposição na atividade que o Exército ainda hoje mantém na região para controlar seus colaboradores da época da guerrilha. A chamada operação

"Anjo da Guarda", conforme revelou a **Folha** no dia 25 de julho, trata movimentos sociais como o MST de Stedile como "força adversa".

Ao contrário de Stedile, que deseja julgar os militares, Genoino recomenda cuidado. Convém ouvi-lo: "Não podemos politizar demais essa questão. Daqui a dois anos a esquerda pode estar comandando as Forças Armadas".

Para o ex-guerrilheiro, é preciso separar os problemas. Um deles é a questão dos 69 desaparecidos, "um problema humanitário que deve ser circunscrito a esse aspecto. A família tem o direito de enterrar os seus mortos. A esquerda não pode politizar essa questão e dar uma conotação de julgamento ou de revanchismo".

A outra questão, para o deputado, é a da atividade de inteligência e contra-inteligência, que ainda não abandonou antigos conceitos de guerra interna. "É um problema residual, que não existe mais no comando das Forças Armadas. Temos de defender um outro modelo em que eles [militares] sejam uma força importante, dentro de regras e com instrumentos de controle."

Texto Anterior: [São Paulo - Fernando de Barros e Silva: O silêncio dos inocentes](#)

Próximo Texto: [Rio de Janeiro - Carlos Heitor Cony: Os olivais do crepúsculo](#)

São Paulo, quarta-feira, 15 de agosto de 2001 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

INTELIGÊNCIA MILITAR

Relatório secreto acusa o movimento de compor "brigada paramilitar" junto com a CUT e o PT

Exército espiona sem-terra desde 1998

JOSIAS DE SOUZA
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Exército deflagrou no final de 1998 um plano secreto para espionar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Chama-se "Operação Pescado". É financiada com verbas públicas ocultas. Possui duração "indeterminada". Continua em vigor.

Em troca de irrisórias contribuições em dinheiro e pequenos favores -como consultas médicas-, uma "rede de informantes" coleta para o Exército dados sobre o MST, suas lideranças, políticos e partidos simpatizantes.

Informações como essa, registrada em documento secreto de 25 de abril de 2000: "[...] foi verificado que o MST, juntamente com a CUT e o PT, vem montando uma brigada formada para o ataque e defesa em suas operações".

O texto prossegue: "Conhecida como Brigada Cabanos, essa parcela do movimento tem se revelado uma organização paramilitar. É um dado que deve ser observado e confirmado durante as missões". "Tendo em vista o ano corrente ser eleitoral", anotou o serviço de inteligência do Exército no mesmo texto, "os partidos de oposição com certeza apoiarão, de forma direta e indireta, as ações de diversas entidades que têm como objetivo a desordem".

"Tumultuar a ordem"

Num ponto, o "informe" do Exército se confirmou. Como noticiavam todos os jornais do país, houve mesmo eleições em 2000. Sob atmosfera pacífica, o pleito municipal ocorreu em outubro, seis meses depois da produção do relatório da arapongagem.

As legendas oposicionistas, de fato, produziram certa desordem na seara governista. Não em ações armadas ou em manifestações de rua, mas nas urnas.

Das 16 prefeituras disputadas no segundo turno, a oposição amealhou 13. Arrematou 27 das 57 cidades com mais de 200 mil habitantes levadas ao voto no primeiro turno.

Os espiões vinculados à 23ª Brigada de Infantaria de Selva produzem "informes" semanais sobre o MST. A brigada está vinculada ao CMA (Comando Militar da Amazônia), que cobre uma área correspondente a 9% do território nacional. Os textos são redigidos num escritório de inteligência que funciona numa casa em área residencial de Marabá (PA). Seguem por uma escada hierárquica que vai do comando na Amazônia até Brasília.

Muitas informações ganham a mesa do ministro Alberto Cardoso (Segurança Institucional), no quarto andar do Palácio do Planalto. Algumas, depois de filtradas, escalam a escrivaninha do presidente Fernando Henrique Cardoso. Não chegam caracterizadas como material proveniente do Exército.

Em 25 de abril passado, o governo foi informado, por exemplo, sobre protestos que o MST programava para o 1º de Maio. Informou-se também sobre a vulnerabilidade de

uma estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, que corta o assentamento Palmares, no Pará, "um possível local para bloqueio" dos sem-terra.

Ao justificar a necessidade de "levantar e acompanhar as diversas atividades dos movimentos sociais de luta pela terra", o Exército traçou um perfil revolucionário do MST. Classificou-o como movimento que empreende ações "com o objetivo definido de tumultuar a ordem vigente e comprometer a confiança nas instituições e no regime atual do governo".

"Força adversa"

A cada novo relatório, os agentes aconselham o prosseguimento da operação. Em 30 de agosto de 2000, o capitão André Luiz Guimarães Silva, de Marabá, anotou: "A operação [Pescado] deve continuar, devido aos resultados alcançados, às perspectivas de obter melhores resultados e à importância de manter um constante acompanhamento do alvo, que pode se tornar, a qualquer momento, força adversa em operações de garantia da lei e da ordem".

"Força adversa", conforme revelou a **Folha** em sua edição de 2 de agosto, é definida assim nos papéis secretos do escritório de espionagem de Marabá:

"São grupos, movimentos sociais, entidades e organizações não-governamentais [...] que provocam reflexos negativos para a segurança nacional. No momento atual, verificam-se exemplos dessas entidades no crime organizado, no narcotráfico e nos movimentos populares como o MST".

Embora seja a vedete da "Operação Pescado", o MST não é a única sigla sob vigilância.

Monitora-se uma legião de consoantes: MLT (Movimento de Luta pela Terra), MTRB (Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros), MNT (Movimento Nacional dos Trabalhadores), MMBTRST (Movimento Muda Brasil dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço da Igreja Católica no campo.

"Dinheiro para informante"

Por razões de segurança, o Exército não infiltra seus próprios agentes em acampamentos e reuniões do MST. Prefere obter informações por meio de colaboradores. Chama-os por pseudônimos aquáticos: Pirarucu, Dourado, Pintado, Lambari, Poraquê etc. A **Folha** deixa de publicar nomes reais de informantes do Exército, para não expô-los a risco. Os arapongas cercam os seus "peixes" de atenções: "os agentes têm obtido a confiança dos informantes e

colaboradores, procurando ajudá-los na solução de problemas pessoais e profissionais", diz relatório secreto de 31 de agosto de 2000.

"Foi repassada uma quantia de R\$ 100 em dinheiro para o informante Lambari, que estava com dificuldades financeiras", informa relatório de 30 de abril de 1999. "Foi repassado, a título de empréstimo, o valor de R\$ 100 para o informante Pirarucu", anota documento de 30 de abril de 2000.

Em alguns casos, os afagos monetários surtem efeito : "Pirarucu tem sido prestativo", diz documento de 22 de dezembro de 2000. "Vem alimentando o OI [órgão de informação] com dados de interesse para o sistema. Depois que recebeu ajuda financeira, demonstrou-se muito interessado em manter o órgão informado dos assuntos que nos são de interesse."

"Ajuda de saúde"

Há também casos de insucesso. Como o registrado em documento de 31 de agosto de 1999: "o informante Lambari não foi procurado pelos agentes por demonstrar falta de responsabilidade e ser uma pessoa que se esquia do serviço. Deve ser desligado".

Nem só de reais se alimentam os "peixes" do Exército. Servem-se, por exemplo, de um inusitado plano de assistência médica: "Quando os informantes necessitam de alguma ajuda de saúde para si ou para os seus dependentes, são encaminhados ao hospital da guarnição, onde são atendidos prontamente", anota o relatório de 30 de abril de 1999. "Caso seja necessário ser efetuado algum exame particular, dentro das possibilidades, o órgão de informação auxilia no pagamento."

A **Folha** revelou no último dia 25 de julho que o Exército vem distribuindo cestas de alimentos a ex-colaboradores dos tempos da guerrilha do Araguaia. Em troca, pede que guardem silêncio sobre o que se passou no sul do Pará entre os anos de 1972 e 1974.

Descobre-se agora que, além de agir como força auxiliar do programa Comunidade Solidária, há ocasiões em que o Exército faz as vezes de Ministério da Saúde.

Em dois anos e meio de espionagem, o Exército produziu cerca de cem relatórios sobre o MST só na Amazônia.

Nessa região, o responsável pela "Operação Pescado" é o major Adriano de Souza Azevedo, comandante do escritório de inteligência do Exército em Marabá.

O trabalho varre 37 municípios, entre eles Eldorado dos

Carajás e Parauapebas, notabilizados pelo episódio que resultou no massacre de 19 sem-terra em 1996. Utilizam-se equipamentos que vão da simples máquina fotográfica a telefones celulares por satélite e sofisticados sistemas de escuta eletrônica. A publicação desta reportagem avulta um dos alicerces da "Operação Pescado". Previa-se que o sigilo deveria permear todas as fases da missão, do planejamento à execução.

Texto Anterior: [Supremo: Processos de idosos terão prioridade](#)

Próximo Texto: [Agentes utilizavam disfarce de jornalista](#)

São Paulo, quinta-feira, 04 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CARAJÁS

Promotoria pede que jurada seja excluída

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

O Ministério Público do Pará pedirá a exclusão de um dos 21 jurados selecionados para o julgamento de Eldorado do Carajás, previsto para começar na próxima segunda-feira, em Belém.

Serão julgados 149 policiais militares acusados da morte de 19 sem-terra no massacre de Carajás, em 17 de abril de 96. A Promotoria apurou que uma jurada já respondeu processo por crimes de estelionato e falsificação de documentos. Ela é um dos oito funcionários da Assembléia Legislativa do Pará selecionados para atuar no julgamento. O processo prescreveu e foi arquivado.

A juíza Eva do Amaral Coelho, que irá presidir o julgamento, admitiu que nenhum jurado teve a vida investigada.

Anteontem, o MST pediu o afastamento da juíza. Ele a acusa de ter "visíveis tendências políticas contrárias ao MST". Ela nega e deve decidir hoje sobre sua própria suspeição.

Texto Anterior: [Celso Pinto: Os dois riscos da dívida interna](#)

Próximo Texto: [Brasil profundo: Sem-terra protestam em três Estados](#)

[Índice](#)

São Paulo, sábado, 06 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

MST ameaçava não comparecer no julgamento

FREE-LANCE PARA A FOLHA

Em entrevista no Rio, João Pedro Stedile, dirigente nacional do MST, afirmou ontem que nem integrantes do movimento, nem os advogados que assistem a acusação no caso de Eldorado do Carajás - Nilo Batista, Aton Fon Filho e Luiz Eduardo Greenhalgh - estariam presentes no tribunal, caso o julgamento fosse iniciado nesta segunda-feira.

"Ao longo destes seis anos, fomos acompanhando indícios de que não devemos acreditar na neutralidade da juíza [Eva do Amaral Coelho". Ela não havia aceito que fosse incluído o parecer técnico da Universidade de Campinas, que aponta terem sido os policiais os primeiros a atirar. Isso é peça fundamental no processo", disse ele.

Segundo Fon Filho, a composição do corpo de jurados e a pequena quantidade de senhas distribuídas para familiares da acusação foram outros motivos que incentivaram os advogados a entrar com o mandado de segurança pedindo a suspensão do julgamento.

Greenhalgh criticou declarações que a juíza teria feito após saber do teor do mandado de segurança. "Ela falou que vai processar o MST e os advogados. E acabou por dizer que a assistência da acusação não tem direito de entrar com esse pedido. Isso não é verdade."

Para o advogado Nilo Batista, a liminar podia ser considerada "um ponto de partida de vitória e esperança" para os integrantes do MST.

Texto Anterior: [Questão agrária: Massacre de Carajás tem julgamento suspenso pelo STJ](#)

[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Nova data só deve ser definida após decisão sobre afastamento da juíza do caso, pedido pelo MST

Massacre de Carajás tem julgamento suspenso pelo STJ

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) suspendeu ontem o julgamento dos policiais acusados do massacre de Eldorado do Carajás, que estava previsto para começar na segunda-feira.

O relator do processo, ministro Jorge Scartezzini, da 5ª Turma do STJ, concedeu o mandado de segurança pedido pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Os sem-terra solicitaram a suspensão do julgamento enquanto as Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Pará não julgassem o pedido, também do MST, de afastamento da juíza Eva do Amaral Coelho.

As Câmaras Reunidas são formadas por 14 desembargadores e a reunião para decidir se a juíza permanece deve ocorrer na segunda. A nova data do julgamento só pode ser definida pela própria juíza, se mantida, ou por um novo juiz designado para o caso.

A ação foi protocolada anteontem no STJ pelo assistente da acusação Alderino Alves Pereira, pai de Oziel Alves Pereira, militante do MST morto no confronto com a polícia em 17 de abril de 1996, na rodovia PA-150, no município de Eldorado do Carajás (sul do Pará). São acusados pelo massacre 149 policiais militares.

A semana que antecedeu a suspensão do julgamento foi marcada pela batalha jurídica provocada pelo MST para afastar a juíza que iria presidir o julgamento.

O MST havia pedido a suspeição da juíza na segunda-feira na 1ª Vara da Justiça de Belém. Ontem a juíza decidiu permanecer no caso. Ela mesma analisou o pedido para seu afastamento porque ela é a juíza-presidente da 1ª Vara.

O MST também entrou com liminar no Tribunal de Justiça

para suspender o julgamento, mas o desembargador Wether Benedito Coelho negou ontem o pedido.

De acordo com o advogado do MST e assistente da acusação, Carlos Guedes do Amaral Júnior, "as atitudes da juíza Eva do Amaral indicam parcialidade na condução do julgamento".

Por esse motivo, o MST chegou a anunciar ontem à tarde que não iria mais participar do julgamento como assistente de acusação se a juíza permanecesse no caso.

Texto Anterior: [Frases](#)

Próximo Texto: [MST ameaçava não comparecer no julgamento](#)

São Paulo, terça-feira, 16 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

TJ mantém juíza no caso Carajás

AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Os desembargadores do TJ (Tribunal de Justiça) do Pará decidiram ontem, por unanimidade, manter a juíza Eva do Amaral Coelho no julgamento do massacre de Eldorado do Carajás.

Eva do Amaral vai marcar até o final desta semana as novas datas para as três sessões de julgamento dos 149 policiais militares acusados pela morte de 19 sem-terra em 17 de abril de 1996, no sul do Pará. Outras 69 pessoas ficaram feridas no confronto entre PMs e trabalhadores rurais.

O julgamento estava marcado para começar no último dia 8, mas foi suspenso pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), atendendo a pedido de liminar do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

O movimento havia pedido a suspensão do julgamento até que a CCR (Câmaras Criminais Reunidas) do TJ do Pará julgassem o afastamento da juíza Eva do Amaral, também solicitado pelo MST.

O coordenador do MST no Pará, Raimundo Nonato, afirmou ontem que os advogados do movimento vão se afastar do julgamento em protesto contra manutenção da juíza.

"O MST recorrerá até a última instância. A decisão de manter a juíza fortalece a impunidade e a cumplicidade da Justiça com os crimes no campo", disse.

"Parcialidade"

Eva do Amaral é acusada pelo MST de agir com "parcialidade" na preparação do julgamento, que já foi adiado três vezes. A juíza nega a acusação e ameaça processar o MST por danos morais. No entanto, dirigentes do MST levantaram a possibilidade de a própria juíza desistir do caso ainda nesta semana. Neste caso, o juiz auxiliar do caso, Roberto Moura, assumiria a presidência do julgamento do caso. A juíza preferiu não comentar ontem a possibilidade de se afastar espontaneamente do caso.
(MAURÍCIO SIMIONATO)

Texto Anterior: [Rainha diz que haverá 3 invasões no Pontal](#)

São Paulo, terça-feira, 16 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

MST organiza marchas e invasões em comemoração dos seis anos do massacre de Eldorado do Carajás

Sem-terra intensificam protestos no país

DA AGÊNCIA FOLHA

Sem-terra de pelo menos sete Estados, liderados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), intensificaram ontem seus protestos por meio de invasões e marchas na antevéspera da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Amanhã, quando se comemora o Dia Internacional da Luta Camponesa, data que marca os seis anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 96, os sem-terra prometem invadir outras propriedades e concentrar suas manifestações em frente às sedes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e dos TJs (Tribunais de Justiça) das principais capitais.

No fim de semana, o MST invadiu fazendas em Pernambuco,

Goiás e São Paulo.

Em Pernambuco, o MST invadiu 14 propriedades rurais em dois dias. "Os trabalhadores estavam ansiosos para ocupar as terras", disse o coordenador estadual do MST, Jaime Amorim.

Não foram registrados confrontos, mas o clima é tenso no Engenho Caxito de Fora, em Jaboatão dos Guararapes (Grande Recife).

A área tomada pelo MST é reivindicada há sete anos por outro grupo de trabalhadores rurais, ligados ao MTB (Movimento dos Trabalhadores Brasileiros).

Segundo a coordenadora da entidade no Estado, Marta Veloso, "faltou respeito" ao MST ao decidir invadir a propriedade.

Ontem pela manhã, na Bahia, cerca de 1.500 sem-terra ligados ao MST invadiram a fazenda Itapetinga, em Amélia Rodrigues (70 km de Salvador), que pertence à família do prefeito do município, Paulo Falcão (PHS).

A família do prefeito informou que as terras estavam arrendadas à Usina Aliança e que advogados contratados pelos proprietários da fazenda ingressaram na Justiça pedindo a retirada dos invasores.

No Ceará, cerca de 350 integrantes do MST invadiram ontem três fazendas no interior do Estado. Não houve confrontos.

Saque

Em Alagoas, depois de terem bloqueado estradas e promovido saques a caminhões no final de semana, cerca de 800 sem-terra devem chegar amanhã a Maceió.

Ontem pela manhã, a sede da superintendência do Incra de Rondônia foi invadida por cerca de 300 integrantes do MCC (Movimento Camponês Corumbiara), em Porto Velho. Eles reivindicam a abertura de estradas e infra-estrutura (água, luz e esgoto) nos assentamentos.

No Rio Grande do Sul, o MST invadiu ontem a fazenda Bom Retiro, em Júlio de Castilhos. Foi a terceira invasão à propriedade.

Texto Anterior: [Igreja: CNBB faz lista de propostas de combate à fome no país](#)

Próximo Texto: [Rainha diz que haverá 3 invasões no Pontal Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MST programa para hoje atos públicos pelo país

DA AGÊNCIA FOLHA

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) pretende realizar hoje uma série de marchas e atos públicos pelo país para lembrar o 6º ano do massacre de Eldorado do Carajás.

Eles vão protestar contra o que consideram uma "permanente impunidade" dos 149 policiais militares acusados de matar 19 trabalhadores rurais sem-terra, em 17 de abril de 1996, no sul do Pará. O primeiro julgamento foi anulado e o segundo ainda não tem data prevista para ocorrer.

Cerca de 2.000 manifestantes, entre eles sobreviventes do massacre, vão se reunir hoje em frente ao Tribunal de Justiça do Pará. O ato foi denominado Marcha por Reforma Agrária, Justiça e Contra a Impunidade.

O movimento fez uma passeata ontem pela manhã e também recrutou integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) de Ananindeua. O grupo do MTST é o mesmo que reagiu a uma reintegração de posse da Polícia Militar em fevereiro deste ano, deixando 84 feridos.

Em Recife, o MST pretende reunir pelo menos mil sem-terra na marcha e no ato público de hoje. A manifestação deve encerrar a "Jornada de Luta" do movimento em Pernambuco, iniciada domingo com a invasão de 13 propriedades rurais.

Até ontem, 16 áreas haviam sido tomadas no Estado.

Em Alagoas, sem-terra realizaram novo saque na manhã de ontem. Formado por cerca de 200 pessoas ligadas ao Movimento de Trabalhadores e à Comissão Pastoral da Terra, o grupo saqueou um caminhão da Perdigão. A ação ocorreu na BR-101. No último final de semana, sem-terra ligados aos MST haviam saqueado três caminhões na rodovia.

Grupo de cerca de 500 integrantes do MST foi impedido na manhã de ontem por em torno de 200 proprietários rurais de realizar uma marcha de acampamento no município de Hulha Negra até Bagé, no Rio Grande do Sul.

Os sem-terra estavam acampados às margens da BR-293 e esperavam a desobstrução da via para começar a caminhada.

Texto Anterior: [Igreja: Bispos defendem invasões do MST](#)

Próximo Texto: [Fazendeiros "terceirizam" segurança](#)

[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 18 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Manifestantes lembram os 6 anos do massacre de Carajás com marchas, invasões e bloqueio de estradas

Sem-terra fazem protestos em 11 Estados

DA AGÊNCIA FOLHA

Sem-terra liderados pelo MST promoveram marchas, invasões, bloqueios de estradas e atos públicos em 11 Estados para lembrar seis anos do massacre de Eldorado do Carajás. Em Recife (PE) houve confronto de manifestantes com policiais

A Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu (PR) a Ciudad del Leste, permaneceu bloqueada por 45 minutos. Em MG, sem-terra invadiram uma fazenda do governo do Estado.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) cobra das autoridades uma punição exemplar aos 149 policiais militares acusados pela morte 19 sem-terra, em 96, no Pará.

Em Recife, as ações envolveram lavradores ligados ao MST e ao MT (Movimento dos Trabalhadores), com apoio de grupos de sem-teto e estudantes.

O conflito mais grave aconteceu em frente ao monumento "Tortura Nunca Mais", no centro da cidade. Parte dos cerca de 300 manifestantes ligados ao MST que estavam no local trocaram socos e pontapés com quatro policiais militares que acompanhavam a movimentação.

Em desvantagem, os policiais tentaram fugir, mas os lavradores avançaram, jogando pedras e paus. Acuados, os PMs sacaram as armas. Os manifestantes só foram contidos quando outros integrantes do MST se colocaram entre os grupos.

Em um carro de som, o coordenador do movimento no Estado, Jaime Amorim, pedia: "vamos salvar a vida desses policiais, mas só por hoje, só por hoje".

Enquanto a passeata acontecia no centro da cidade, na zona oeste outro grupo de lavradores, ligados ao MT, fizeram reféns por duas horas três funcionários do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Os trabalhadores invadiram o prédio para reivindicar agilidade no processo de reforma agrária. Com a chegada da Polícia Federal, os sem-terra se retiraram do prédio e ninguém foi preso.

Paraná e Minas

No Paraná, aproximadamente mil pessoas bloquearam, das 14h30 às 15h15, a ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este (Paraguai). O bloqueio foi coordenado pelo MST e contou com o apoio de entidades de Foz do Iguaçu.

Pela manhã, os manifestantes participaram de um ato público em frente à Cúria Metropolitana de Foz do Iguaçu. O protesto dos sem-terra contou com a presença de representantes da comunidade árabe da região, que carregavam bandeiras palestinas. Eles pediam o fim da ocupação israelense.

Em Minas Gerais, os integrantes do MST invadiram três fazendas, sendo uma delas experimental do governo mineiro, em Carmo da Mata. A fazenda do Estado pertence à Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), um órgão vinculado à Secretaria da Agricultura.

O MST recrutou cerca de 150 famílias para invadir o local, alegando que a fazenda da Epamig está "sem atividades", segundo Wagner Martins, dirigente do movimento estadual dos sem-terra, versão contestada pelo governo. A assessoria da Secretaria Estadual da Agricultura informou que são desenvolvidos dois projetos na fazenda experimental.

Pará

Em Belém (PA), pelo menos 2.000 sem-terra, sindicalistas e integrantes de movimentos populares fizeram uma passeata até o Tribunal de Justiça do Pará para lembrar o 6º ano do massacre de Eldorado do Carajás.

Entre os manifestantes estavam 35 dos 67 sobreviventes do massacre. Ficaram feridos no confronto 69 trabalhadores rurais, mas dois morreram nos últimos seis anos.

As principais avenidas da capital paraense foram interditadas pelos manifestantes, que carregavam cartazes e faixas de

protesto. Eles voltaram a pedir o afastamento da juíza Eva do Amaral Coelho do julgamento de Carajás.

Na última segunda-feira, o Tribunal de Justiça decidiu manter a juíza no caso. Ela deve definir entre hoje e amanhã as novas datas para o julgamento. A passeata começou às 7h e acabou às 12h30. O ato foi pacífico.

Texto Anterior: [No ar - Nelson de Sá: Às escondidas](#)

Próximo Texto: [Frase](#)

[Índice](#)

São Paulo, sexta-feira, 19 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PANORÂMICA

QUESTÃO AGRÁRIA

Integrantes do MST invadem Banco do Nordeste em Alagoas pedindo crédito

Cerca de 200 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram na manhã de ontem uma agência do Banco do Nordeste, em Maceió (AL). Os sem-terra -que exigiam a liberação de créditos- deixaram o local no final da tarde, após terem recebido a promessa de que o problema será solucionado na próxima semana.

A ação aconteceu um dia após o MST ter liderado em 11 Estados uma série de invasões, atos e bloqueios de estradas para lembrar os seis anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 96, quando 19 trabalhadores rurais morreram durante confronto com policiais militares.

Ontem, por volta das 14h, a maioria dos sem-terra deixou o prédio sob o argumento de que seriam recebidos por autoridades locais. Apenas 30 sem-terra permaneceram na agência para se reunir com membros do Ministério Públco Estadual e da Procuradoria da República em Alagoas, diretores do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil e integrantes da Comissão de Direitos Humanos na PM. Os sem-terra deixaram o banco às 17h. (DA AGÊNCIA FOLHA)

Texto Anterior: [Congresso: Senado aprova TV para Judiciário](#)

Próximo Texto: [Sudam: Tucano terá de depor no caso](#)
[Usimar](#)
[Índice](#)

São Paulo, sábado, 27 de abril de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Julgamento de Carajás acontece em maio e junho

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A juíza Eva do Amaral Coelho marcou ontem as novas datas do julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado do Carajás para os dias 14 e 27 de maio e 10 de junho.

A juíza vai presidir o julgamento em três sessões de júri popular, que levará 149 policiais militares ao banco de réus. Eles são acusados pela morte de 19 sem-terra, em 17 de abril de 96, no município de Eldorado do Carajás, sul do Pará, durante a desobstrução de uma estrada.

Na primeira sessão serão julgados o coronel Mário Colares Pantoja, na época comandante da Polícia Militar, o major José Maria Pereira de Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra Lameira. Os três comandavam a tropa no dia do massacre.

A segunda sessão terá 17 policiais, sendo 12 sargentos, quatro tenentes e um cabo da polícia. Na última sessão do júri, marcada para 10 de junho, serão julgados 129 policiais. O julgamento estava marcado para começar no último dia 8, mas foi suspenso por decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), atendendo a pedido do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O MST havia pedido a suspensão do julgamento até que a CCR (Câmaras Criminais Reunidas) do TJ do Pará julgassem o afastamento da juíza Eva do Amaral, também solicitado pelo movimento. O TJ decidiu, no último dia 14, por unanimidade, manter a juíza no caso.

Ela é acusada pelo MST de agir com "parcialidade" na preparação do julgamento. A juíza nega a acusação e ameaça processar o MST por danos morais. (**MAURÍCIO SIMIONATO**)

Texto Anterior: [Justiça: Pedido em favor de Rainha não é](#)

aceito e líder do MST fica detido

Próximo Texto: Campo Minado: Falhas no crédito ajudam governo a inflar números da reforma agrária

Índice

São Paulo, sexta-feira, 10 de maio de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CASO CARAJÁS

Eva do Amaral diz querer evitar nova suspensão

Juíza se afasta de julgamento de massacre; 6º magistrado assume

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A juíza da Eva do Amaral Coelho decidiu ontem se afastar do julgamento do massacre de Eldorado do Carajás. O juiz auxiliar Roberto Moura, 46, vai substituir Eva do Amaral. Ele será o sexto magistrado a presidir o caso e assume a missão faltando cinco dias para o início do júri.

As datas do julgamento estão mantidas, segundo o Tribunal de Justiça. As três sessões de júri estão marcadas para os dias 14 e 27 deste mês e para o dia 10 de junho.

Serão julgados 149 policiais militares envolvidos na morte de 19 sem-terra em 17 de abril de 1996, durante a desobstrução da rodovia PA-150 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Outros 60 ficaram feridos.

"Não renunciei por medo, pressão ou intimidação, e sim para evitar que o julgamento fosse suspenso novamente. Esse caso já virou praticamente uma novela", declarou ontem a juíza.

Mesmo com a saída da juíza, os advogados do MST entram hoje com uma ação no STJ pedindo a anulação do julgamento, que já foi suspenso três vezes. A direção do MST, que pedia a saída da juíza, quer levar o julgamento para a Justiça Federal. Há um ano, o MST iniciou a batalha judicial para afastar Eva do Amaral do caso, com a alegação de que ela tinha uma conduta parcial na condução do processo. Ela nega a acusação.

A renúncia da juíza foi motivada por uma nova ação do MST protocolada anteontem no TJ-PA também pedindo o seu

afastamento. A ação tem nome jurídico de exceção de suspeição.

O advogado do MST, Carlos Guedes, afirma na ação que a juíza tem problemas pessoais contra os assistentes da acusação. A juíza entrou com ação criminal contra Guedes no ano passado por injúria, calúnia e difamação baseado num artigo assinado pelo advogado em um jornal jurídico.

"Tenho consciência de que meus atos neste processo foram pautados pela imparcialidade, livre convencimento, probidade e aparo legal", disse a juíza.

Texto Anterior: [Judiciário: LRF deve ser mudada pelo Supremo](#)

Próximo Texto: [Mídia: Seminário faz reflexão sobre a rapidez e a densidade da notícia](#)
[Índice](#)

São Paulo, sábado, 11 de maio de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PANORÂMICA

QUESTÃO AGRÁRIA

Advogados do MST tentam adiar o julgamento de Carajás pela segunda vez

Advogados do MST tentarão adiar pela segunda vez o julgamento do massacre de Eldorado do Carajás. Uma ação deve ser protocolada neste fim de semana no STJ (Superior Tribunal de Justiça). O movimento havia previsto entrar com a ação ontem, mas adiou, como parte de sua estratégia de obter uma liminar que impeça o julgamento, marcado para a próxima terça.

Anteontem, a juíza Eva do Amaral Coelho decidiu se afastar do caso. Ela é acusada pelo MST de agir com parcialidade. O juiz auxiliar no processo, Roberto Moura, será o sexto magistrado a assumir a presidência do julgamento.

Em abril, o MST já havia conseguido a suspensão o julgamento. O TJ-Pará informou que as datas do julgamento estão mantidas para os dias 14 e 27 deste mês e para 10 de junho. Serão julgados 149 PMs envolvidos na morte de 19 sem-terra em abril de 96. (DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM)

Texto Anterior: [Contas Públicas: Lei fiscal pode causar demissões em Estados](#)

Próximo Texto: [São Paulo: PSDB entra no TRE contra Maluf](#)
[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 14 de maio de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Júri para os 149 policiais acusados já foi adiado três vezes

Julgamento do massacre de Carajás começa hoje no Pará

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Seis anos e 27 dias depois, vão a júri a partir de hoje, às 8h, em Belém, os 149 policiais militares acusados pelo massacre de Eldorado do Carajás, que deixou 19 sem-terra mortos e 60 feridos no dia 17 de abril de 1996, na rodovia PA-150, no sul do Pará.

Este será o maior julgamento da história do Judiciário brasileiro, em número de vítimas e de acusados, segundo o TJ (Tribunal de Justiça) do Pará.

O julgamento foi adiado três vezes e o juiz Roberto Moura será o sexto a presidir o júri. Ele substitui Eva do Amaral Coelho, que se afastou na semana passada.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tentou adiar, sem sucesso, o julgamento, em pedido ao STJ (Superior Tribunal de Justiça). "Pedimos adiamento para que nossos advogados possam se preparar e outros jurados sejam sorteados", disse o coordenador do MST no Pará, Raimundo Nonato.

O júri será composto por 21 funcionários públicos. Deles, sete serão sorteados para decidir o caso.

Os promotores pedirão pena máxima para os acusados, que varia de 12 a 30 anos para a condenação por homicídio. A defesa sustentará que não há como acusar individualmente

todos os PMs envolvidos. Cada uma das três sessões do júri deve durar de três a quatro dias, segundo Moura.

As pressões em torno do julgamento fizeram até com que o Ministério Público contratasse uma psicóloga para auxiliar os dois promotores do caso.

As principais armas da defesa e da acusação estão sustentadas em laudos de dois peritos rivais: Ricardo Molina e Fortunato Badan Palhares (leia texto nesta página).

Os últimos meses que antecederam o julgamento foram marcados por uma batalha jurídica provocada pelo MST para afastar Eva do Amaral. Ela se afastou do caso na semana passada, depois de o movimento pedir pela segunda vez a sua saída. Os sem-terra dizem que ela tinha "visíveis tendências políticas contrárias ao MST". Ela nega as acusações.

No primeiro julgamento dos oficiais da PM, em 99, a cena de um tiro disparada do lado dos sem-terra foi determinante para a absolvição de três acusados. No entanto, o julgamento foi anulado pelo TJ em 2000 porque os jurados teriam sido induzidos ao erro.

O confronto aconteceu depois que cerca de 200 policiais, obedecendo a instruções do governador Almir Gabriel (PSDB-PA), foram enviados para o local para desobstruir a rodovia PA-150, que havia sido bloqueada por 1.100 sem-terra no dia anterior.

Originalmente, eram 155 PMs indiciados pelo massacre de Eldorado dos Carajás, mas, nos seis últimos anos, cinco foram excluídos do caso porque morreram, e o soldado Edson Soares, alegando insanidade mental, foi retirado do processo enquanto aguarda laudo pericial do Instituto Renato Chaves, em Belém.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos divulgou nota em que diz esperar "que as providências tomadas pelas autoridades do Pará garantam que o julgamento seja conduzido de forma imparcial e dentro das normas que asseguram a aplicação do devido processo legal em um Estado democrático de Direito".

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Acusação e defesa farão batalha de laudos no Pará](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

"Não houve massacre", diz Badan; Molina acha tese "meio estranha"

Disputa entre peritos marca julgamento do caso Carajás

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

O segundo dia do julgamento do caso Eldorado do Carajás (PA) foi marcado pela batalha de laudos entre o médico-legista Badan Palhares e o foneticista Ricardo Molina, ambos da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Badan afirmou que não houve massacre. "Não morreram mulheres nem crianças. Em um massacre não se distingue nada", disse ele sobre o confronto ocorrido em 17 de abril de 96, quando 19 sem-terra foram mortos e 84 pessoas ficaram feridas.

"Não houve massacre. O que posso afirmar é que as 19 pessoas que morreram, no meu entender, foram escolhidas para morrer. Houve intenção de matar, mas quem produziu essas mortes?", perguntou. Segundo ele, oito dos 19 mortos foram feridos com instrumentos cortantes, como foice.

Já Molina afirmou: "A conclusão do laudo dele [Badan] é meio estranha. Ele diz que a maioria foi morta por armas brancas e quem usa é o MST. Então só se pode concluir que eles mataram uns aos outros ou se suicidaram".

Molina analisou há dois anos as imagens do confronto, e Badan elaborou, em 1996, um parecer técnico sobre os laudos necroscópicos dos 19 mortos.

Os advogados de defesa tentaram fazer uma acareação entre Badan e Molina, mas o juiz Roberto Moura negou o pedido. Eles são desafetos, tendo se contraposto em diversos outros casos.

Molina depôs como testemunha da acusação dos policiais militares, e Badan foi convidado pela defesa para explicar o seu parecer. Nos bastidores, os dois trocaram farpas por meio da imprensa.

Em seu depoimento, Molina reafirmou seu laudo feito em setembro de 2000. A fita do confronto, com 9 minutos e 11 segundos, foi desmembrada em 33 quadros, dos quais pelo

menos sete mostram que a polícia atirou primeiro, para acertar.

O laudo do foneticista revela que, antes do conflito, dois sem-terra foram feridos e ao menos um foi morto pelas costas depois que a rodovia PA-150 foi liberada. Para Molina, o confronto começou antes do início das gravações. A cena começa com sons de disparos. "Quando começou o tiroteio, a câmera estava no acampamento, mas dá para ouvir rajadas de metralhadora."

Jurados

Nesta primeira etapa, estão sendo julgados os oficiais que comandaram a operação. Os sete jurados -quatro mulheres e três homens- poderiam tomar sua decisão nesta madrugada. O Ministério Público do Pará quer a pena máxima de homicídio -30 anos- para o coronel Mário Pantoja e o capitão Raimundo Almendra Lameira.

O terceiro oficial no dia do confronto, major José Maria de Oliveira, será julgado em separado na próxima terça-feira. O advogado Roberto Lauria, que defende os oficiais, disse que "a acusação não tem provas".

A segunda sessão de júri foi marcada o próximo dia 27. Serão julgados 17 PMs: 12 sargentos, quatro tenentes e um cabo da polícia. Na terceira sessão, marcada para o dia 10 de junho, serão julgados 129 policiais militares.

Texto Anterior: [No Ar - Nelson de Sá: Associação de imagem](#)

Próximo Texto: [Molina x Badan](#)

São Paulo, sexta-feira, 17 de maio de 2002 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Marco Aurélio lamenta a que ponto se chegou

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente interino da República, Marco Aurélio de Mello, afirmou ontem, ao comentar o julgamento de Eldorado do Carajás, que "é de lamentar que a questão agrária tenha chegado a esse ponto" e que é preciso "dar uma atenção

maior a essa matéria".

Lembrado de que o presidente Fernando Henrique Cardoso sempre cita a política agrária como um dos seus maiores feitos, disse: "O que estamos notando é que se esperou muito para se ter a reforma agrária". Segundo ele, por mais que se faça ainda se terá a reforma como aquém da desejada. "Mas vamos progredir, vamos buscar o afastamento do cenário nacional do que podemos denominar como perversa distribuição da riqueza."

Marco Aurélio previu uma grande controvérsia sobre a pena de 228 anos recebida por Mário Pantoja. Segundo ele, a questão é saber se cada morte é um crime autônomo ou se se trata de uma "continuidade delitiva". Ele não opinou sobre o resultado do julgamento porque o caso pode chegar ao Supremo Tribunal Federal.

Texto Anterior: [Carajás: Oficial é condenado a 228 anos por massacre](#)

Próximo Texto: [Absolvição de capitão surpreende MST](#)

São Paulo, sexta-feira, 17 de maio de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Absolvição de capitão surpreende MST

DA AGÊNCIA FOLHA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, disse que o movimento ficou surpreso com a absolvição do capitão Raimundo Lameira. "Apesar de satisfeitos com a condenação do coronel [Mário Pantoja]", ficamos surpresos", afirmou Rodrigues.

Segundo ele, os 228 anos de prisão para o coronel Mário Pantoja satisfazem as famílias das vítimas. Ele voltou ontem a afirmar que o MST queria, ""e ainda quer", que o júri ocorresse em esfera federal, ""para que o julgamento fosse isento e sem as pressões da oligarquia e do governo do Pará". O advogado do MST no Pará, Carlos Guedes, também disse estar frustrado com a absolvição.

"A absolvição manchou a condenação do coronel Pantoja. O MST também está chocado com a decisão do juiz de permitir

que o coronel recorra em liberdade", afirmou. Sobre a absolvição do capitão, ele completou: "Com isso, o movimento teme que a tendência agora seja a absolvição dos demais policiais julgados".

UDR

O presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, culpou o que chamou de ""falta de coragem e determinação do governo em fazer uma reforma agrária séria" por episódios como o de Carajás. ""Ninguém faz nada sem ordens superiores. A PM foi garantir o direito de ir e vir. Não cabe a mim julgar quem atirou primeiro. Mas isso só ocorreu pela incompetência do governo."

Texto Anterior: [Marco Aurélio lamenta a que ponto se chegou](#)

São Paulo, sexta-feira, 17 de maio de 2002 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CARAJÁS

Juiz decide que coronel pode recorrer em liberdade; Pantoja poderá passar até cinco anos livre antes de decisão final

Oficial é condenado a 228 anos por massacre

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A Justiça do Pará condenou ontem o comandante da tropa da Polícia Militar no conflito que deixou 19 mortos em Eldorado do Carajás (sul do Estado) -ocorrido em 17 de abril de 1996- a 228 anos de prisão.

O coronel Mário Colares Pantoja, 56, não irá para a cadeia agora. Como o juiz permitiu que ele recorresse da decisão em liberdade, Pantoja poderá passar até cinco anos solto antes de uma decisão de última instância.

O coronel foi condenado por homicídio por ter comandado

uma tropa de 89 PMs durante confronto na rodovia PA-150. A sentença o condenou a 12 anos de prisão por cada uma das 19 mortes. Dos sete jurados, quatro foram favoráveis à condenação.

O juiz do caso, Roberto Moura, decidiu que o coronel responderá pelo crime em liberdade por não ter antecedentes criminais e por ser réu primário.

Caso sejam esgotadas todas as etapas de sua defesa, Pantoja poderá recorrer ao Tribunal de Justiça do Pará, ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Superior Tribunal Federal).

Se for condenado na última instância, Pantoja cumprirá a prisão em regime fechado -por um período máximo de 30 anos, conforme prevê a lei.

O advogado de Pantoja, Roberto Lauria, anunciou que entrará hoje com apelação no TJ para anular o julgamento. O recurso será analisado por uma câmara de desembargadores. Como a sentença foi dada em júri popular, a lei prevê que as partes não podem recorrer da decisão. A apelação só pode ser feita com um pedido de anulação do julgamento.

Ordem

Em seu depoimento, Pantoja afirmou ao juiz que cumpriu ordens do governador Almir Gabriel (PSDB) e do Comando Geral da PM para desocupar a estrada "de qualquer jeito".

O governador admitiu que deu a ordem, mas negou que tenha autorizado o uso de força.

O outro oficial julgado ontem, o capitão Raimundo Almendra Lameira, 30, foi absolvido pelo jurados por seis votos a um.

Lameira é um dos policiais que aparecem nas imagens gravadas do confronto disparando uma rajada de metralhadora em direção aos sem-terra.

A sentença dos dois oficiais foi lida pelo juiz na madrugada de ontem, às 4h15, no plenário do Tribunal de Justiça do Pará, em Belém. Na próxima terça-feira, o major José Maria Pereira Oliveira, comandante do Batalhão da PM em Parauabepas (PA), na época do conflito, será julgado (veja quadro à esquerda).

Haverá ainda outras duas sessões do caso, totalizando o julgamento de 149 policiais.

Ministério Público

O Ministério Público do Estado recorrerá ainda nesta semana da decisão dos jurados de absolver o capitão Lameira.

"Vamos manter a posição de que ele [Lameira] teve

participação direta na morte dos 19 sem-terra. Mas a condenação do Pantoja foi uma vitória da sociedade", afirmou o promotor Marco Aurélio Nascimento. Ele também criticou a decisão do juiz de permitir que Pantoja recorra em liberdade.

Segundo o advogado dos oficiais, Américo Leal, a defesa irá recorrer da condenação do coronel por não concordar com a decisão dos jurados. "Não há sequer uma prova que implique Pantoja na autoria dos crimes", disse.

Antes da sentença dos jurados, acusação e defesa trocaram provocações no plenário.

A defesa argumentou diante do júri que o "MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do qual os mortos eram militantes] é um movimento criminoso" e que "a falta de uma reforma agrária" por parte do governo federal seria a raiz do confronto. "Os jurados levarão a culpa por legitimar toda a conduta arbitrária dos sem-terra", disse Lauria.

Texto Anterior: [Governo: "É mais fácil ser estilingue", diz Marco Aurélio na Presidência](#)

Próximo Texto: [Marco Aurélio lamenta a que ponto se chegou](#)

FOLHA DE S.PAULO Opinião

São Paulo, sexta-feira, 17 de maio de 2002

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PAINEL DO LEITOR

Negócios

"Tomo a liberdade de sugerir que, a partir de agora, todo o noticiário sobre Fórmula 1, Ferrari, Barrichello e que tais seja publicado no caderno Dinheiro, e não mais no caderno Esporte, já que vimos tratar-se muito mais de negócio do que de esporte."

Sérgio D. Coutinho (Belo Horizonte, BH)

Carajás

"A reportagem sobre o julgamento dos acusados pelo massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás ("Coronel culpa governador pelas 19 mortes em Carajás", Brasil, pág. A10, 15/5) revela o descaso do governo em relação à punição dos envolvidos na tragédia. O confronto ocorreu em

1996, e só agora alguém é condenado. O jogo de empurra-empurra é constante entre os acusados, e quem continua sendo prejudicado nessa história são os sem-terra, que sofrem a humilhação de não ter um pedaço de terra para viver dignamente em um país de enormes dimensões. Até quando essa impunidade prevalecerá nos tribunais brasileiros? A nação brasileira aguarda essa resposta!"

Marcelo Godoy Rigobello (São José dos Campos, SP)

"Demorou, mas conseguiu. O MST, dos "sem-terra, sem-casa e sem-banco", derrotou a Polícia Militar brasileira. Infelizmente, a PM, na pessoa do coronel Pantoja, sem antecedentes criminais e com uma vida toda dedicada ao trabalho, vem a ser condenada pela própria sociedade que defende. Como é possível que um júri composto por civis que nada sabem das vicissitudes do dia-a-dia enfrentado pelo soldado -que deixa mulher e filhos em casa sem saber se voltará ao lar- possa ter conhecimento e isenção de ânimo para tal mister? Como é possível a decisão se dois peritos oficiais se contradisseram radicalmente no aprofundamento das provas? Como é possível, se quem determinou a ação foi o governador do Estado? É triste, muito triste."

José Celso Pereira Cardoso, coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo (São João da Boa Vista, SP)

Oposição

"Chega a ser indecente a forma como Delfim Neto (PPB-SP) se refere a questões da maior importância para o Brasil. De forma mesquinha, ele nem se constrange em dizer (coluna de Elio Gaspari, Brasil, pág. A14, 12/5) que irá se divertir muito em fazer oposição ao PT, como se não estivesse em jogo o destino de toda uma nação com 170 milhões de cidadãos. É muita irresponsabilidade de uma pessoa de quem se espera um mínimo de decência."

Rodrigo Borges de Campos Netto (Brasília, DF)

Casamento homossexual

"Vi com espanto nos jornais o sr. presidente da República posar para fotógrafos com a bandeira do movimento gay. Como se não bastasse, o sr. Fernando Henrique Cardoso acrescenta a isso uma pressão sobre os nossos legisladores para que aprovem o projeto da então deputada pelo PT Marta Suplicy sobre a união civil dos homossexuais. Será que o sr. presidente da República se esquece de que, favorecendo a união contra a natureza criada por Deus, acaba criando outra discriminação, isto é, a dos brasileiros honrados?"

João Carlos B. Luzitano (Rio de Janeiro, RJ)

Volta olímpica

"Assistindo pela TV à comemoração do elenco do Corinthians em Brasília pela conquista da Copa do Brasil sobre o Brasiliense, notei a falta do juiz do primeiro jogo das finais na volta olímpica dos jogadores. Deve ser por causa da suspensão que ele recebeu."

Benedito José Passarelli (São Paulo, SP)

Clareza e coerência

"O senhor Armínio Fraga foi infeliz em suas declarações à Rede Globo. Ficou evidente o caráter eleitoreiro (referendado pelo tratamento dado pela emissora, que repetiu insistentemente a reportagem em seus telejornais) de suas palavras. Se o "mercado" (leia-se especuladores internacionais) está inseguro, pode ser devido ao retrocesso experimentado pelo nosso país nestes últimos oito anos. Éramos a oitava economia do mundo e caímos para abaixo da décima. Éramos a maior economia da América Latina e perdemos a posição para o México. O Produto Interno Bruto cresceu abaixo das nossas necessidades mínimas. O PIB per capita encolheu, a dívida quase triplicou. Vendemos praticamente todos os nossos ativos. Apagão, tarifaço, retrocesso nos investimentos em infra-estrutura, serviços privatizados campeões em reclamações nos Procons. Estamos vendendo (na surdina) o que sobrou de nossas estatais, só que agora estamos vendendo em Nova York. Se falta clareza ou coerência a alguém, esse alguém não é da oposição."

Mario Lobato da Costa (Curitiba, PR)

Direitos humanos

"É de estranhar a preocupação de FHC em implantar o Programa de Direitos Humanos 2, faltando oito meses para terminar o governo -ainda assim, a maioria das propostas serão para o próximo presidente efetuar. São reivindicações antigas dos movimentos sociais e devemos nos perguntar por que não foram implementadas antes. Aumentam mais as minhas dúvidas sobre o real empenho do governo em relação aos direitos humanos quando me lembro de que, há algumas semanas, o mesmo FHC vetou um projeto de lei para a implantação do programa de orientação sexual e prevenção de drogas em todas as escolas públicas de 1º e de 2º graus do país."

Dulce Xavier (São Bernardo do Campo, SP)

Pesquisas

"Gostaria de manifestar minha estranheza e insatisfação pelo grande espaço editorial gasto para analisar pesquisas a respeito de uma eleição que vai ocorrer daqui a quatro meses. Tais "pesquisas" devem ter necessariamente aspas, porque não refletem sequer uma tendência, já que são feitas prematuramente. Tanto espaço até as eleições poderia ser muito mais adequado e produtivo se fosse utilizado para debater os problemas nacionais, com entrevistas com pessoas de alto nível e técnicos apolíticos, de forma a aumentar o nível de exigência dos nossos eleitores e a aclarar as inteligências a respeito dos grandes temas nacionais. Além disso, essas "estatísticas" podem ser perniciosas na medida em que podem precipitar -em muitas pessoas não suficientemente esclarecidas- uma definição ainda imatura e também induzir os candidatos a partir para posições demagógicas."

Sergio Falconi (São Paulo, SP)

Texto Anterior: [Jair Meneguelli: Um país mais justo e solidário](#)

Próximo Texto: [Erramos](#)
[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 13 de junho de 2002 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Dos 145 réus, 3 serão julgados dia 20 e só 2 foram condenados

124 PMs são absolvidos no julgamento de Carajás

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

O julgamento do massacre de Eldorado do Carajás (sul do Pará), onde morreram 19 sem-terra durante confronto com a Polícia Militar em 17 de abril de 1996, chegou praticamente

ao fim ontem com a absolvição do grosso da tropa envolvida -124 PMs.

Outros três serão julgados em separado no dia 20 e devem ter o mesmo veredito. Com isso, só dois PMs receberam sentenças.

Com 120 horas em cinco sessões separadas, o julgamento foi o maior da história do Brasil em número de réus -145 ao todo.

Em 10 mil páginas de processo e passados seis anos e 56 dias do dia do confronto, o Ministério Público do Pará não conseguiu provas para individualizar as culpas. Defendeu então a tese de co-autoria em todas as mortes.

A tese foi rechaçada pelos jurados. Ontem, a maioria do júri absolveu os policiais por 5 votos a 2.

Dos 18 julgados nas quatro sessões anteriores, 16 foram absolvidos. O coronel Mário Pantoja, que comandou a tropa de Marabá, foi condenado a 228 anos de prisão. O major José Maria Oliveira pegou 158 anos.

Pantoja e Oliveira estão recorrendo em liberdade por serem réus primários. A legislação brasileira não permite que uma pessoa permaneça mais de 30 anos presa.

Estava previsto para ontem o julgamento de 127 PMs, mas a Justiça desmembrou o júri de três deles para o próximo dia 20. O nome de Jailton Oliveira da Silva foi grafado errado no processo, Lindon Johnson Lima está foragido e teve a prisão decretada, e Genedir Chagas Freitas não compareceu, alegando problemas de saúde.

Ao todo foram absolvidos 143 policiais e dois foram condenados, somando 145 militares. No dia do confronto, as duas tropas tinham 155 policiais. Dos 10 restantes, 6 morreram, 3 foram retirados do processo porque não estavam no local do confronto e 1 alegou insanidade mental e aguardará decisão judicial.

Dirigentes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Pará ameaçam iniciar uma onda de invasões nas próximas semanas em represália.

Representantes de direitos humanos que acompanharam o julgamento ficaram revoltados. "Como pode: morreram 19 pessoas, os mandantes foram condenados, mas os executores, absolvidos?", questionou a subprocuradora da República e procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Maria Eliane Menezes de Faria.

A procuradora encaminhará um relatório para a OEA (Organização dos Estados Americanos), criticando o julgamento.

O Ministério Público vai recorrer, pedindo a anulação do

julgamento. Os advogados de defesa sustentaram a tese de que, sem provas concretas, não havia como imputar o crime a todos.

Texto Anterior: [Outro Lado: Advogado afirma que a estratégia foi não recorrer](#)

Próximo Texto: [Frase](#)

São Paulo, domingo, 17 de novembro de 2002 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PAINEL

Balde de água fria

Lula avisou ao PT que o partido terá seis ou sete ministérios em seu governo. Os demais cargos do primeiro escalão (entre 14 e 15) serão distribuídos entre os partidos aliados, a sociedade civil e o empresariado.

Pelo loteamento

A pressão por cargos dentro do PT é grande. Há na sigla pelo menos dois candidatos para cada ministério. Mas Lula avisou que um ministério com maioria petista dificultaria seu diálogo com partidos e sociedade.

Divisão de letras

Depois do PT, PL e PMDB deverão ser os partidos com mais ministérios -dois para cada um. Aliado do primeiro turno, o PC do B quer duas pastas, mas deve ficar com uma. PSB, PDT, PPS, PTB e até o PV podem ocupar cadeiras na Esplanada.

Primeiro passo

Lula já avisou a Palocci Filho e José Dirceu que eles ficarão no Executivo. O presidente eleito só não definiu os cargos.

Força adversária

Anthony Garotinho (RJ) revelou ao PSB ter ficado irritado com notícias de que a governadora Benedita (PT) e o antropólogo Luiz Eduardo Soares poderão ter cargos de destaque no governo Lula. Garotinho não quer ver crescer o poder do seu grupo de desafetos no PT-RJ.

Acertos no varejo

A bancada do PL pressiona o PT para que pare de negociar com o presidente do partido, Valdemar Costa Neto (SP), e converse individualmente com deputados e senadores liberais.

Vida e morte

Valdemar Costa Neto (SP) está à cata de filiações para aumentar o poder de fogo da sigla na disputa por cargos no governo Lula. A onda de filiações que o presidente do PL esperava ainda não ocorreu. Pior que isso, há deputados liberais sendo assediados pelo PMDB, como Luiz Antônio de Medeiros (SP).

Prestígio reduzido

A hipótese de o vice-presidente eleito, José Alencar (MG), aceitar um ministério no governo Lula reduz ainda mais o capital político de Costa Neto para a negociação de cargos. O vice estaria, assim, "lavando as mãos", para deixar com Valdemar a tarefa de obter outros cargos.

Papagaio de pirata

Como FHC não aceita ficar no cargo além do prazo, a piada no Congresso é que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) insiste em mudar a data da posse do novo presidente para ficar seis dias na Presidência e, assim, garantir lugar na foto histórica da passagem da faixa presidencial.

Rastro de pólvora

A maior investigação sobre lavagem de dinheiro já feita no país -R\$ 14 bi foram enviados a 35 mil pessoas do exterior a partir de Foz do Iguaçu (PR)- agora está atrás de diretores do Banestado, do Banco Araucária e do Banco Central. Os inquéritos serão enviados a Curitiba.

Prata da casa

A PF abriu cerca de 700 inquéritos para apurar a lavagem no PR. Agora a Justiça Federal decidiu, acolhendo pedido do Ministério Público Federal, que todos os casos devem ser apurados em Curitiba, porque envolvem diretores dos bancos. Será preciso alugar um caminhão para transportar todo o material.

Paz temporária

O MST planeja uma grande mobilização para o mês de abril, aniversário do massacre de Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 96. Líderes do movimento evitam falar nas

tradicionais invasões desse período, mas dizem que a palavra trégua está descartada no governo Lula.

Repeteco radical

O deputado eleito Lindberg Faria (RJ), que já passou pelo PC do B e pelo PSTU, ameaça deixar o PT se o governo Lula for "light demais". Por isso, já é chamado no Congresso de "João Caldas da esquerda". Caldas, hoje no PL, trocou de partido sete vezes nesta legislatura.

TIROTEIO

Do senador Romero Jucá (PSDB-RR), sobre a disputa de partidos aliados de Lula por cargos no governo petista:

- É muita gente no deserto e todos querem beber água ao mesmo tempo.

CONTRAPONTO

Geração de renda

Há duas semanas, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), despachou em Brasília até a tarde na sede do governo de transição. De lá o petista foi para o hotel Naoum, onde costuma se hospedar. O local estava lotado devido a dois eventos: um encontro de revendedores de refrigerantes e uma reunião da Frente Nacional de Prefeitos, que atraiu centenas de pessoas.

Assim que chegou ao hotel, Lula foi cercado por prefeitos e vendedores. O petista não teve como evitar os autógrafos e as fotos ao lado dos hóspedes.

Um fotógrafo pernambucano que estava de plantão no hotel começou a seguir o presidente eleito e a fotografar os abraços de todos os prefeitos em Lula, para vender as fotos depois.

Feliz com a oportunidade de faturar um bom dinheiro, o fotógrafo gritou para Lula:

- Valeu, meu conterrâneo. É hoje que eu tiro o pé da lama!

Próximo Texto: Transição: Sem alarde, Lula estimula ação de Sarn

MST

Estratégia de impedir desapropriações de terras invadidas reduziu o número de invasões de 390 em 2000 para 194 em 2001; propaganda oficial inflou dados da reforma agrária com terrenos vazios e assentados já mortos

No campo, governo enfrentou o radicalismo dos sem-terra

JOSÉ MASCHIO e EDUARDO SCOLESE
DA AGÊNCIA FOLHA

A questão agrária é uma das mais espinhosas da era FHC. A ação do governo, que apregoa ter assentado mais gente do que qualquer outro na história, fomentou o crescimento e a radicalização do MST. Depois de incluir a reforma agrária como uma das suas prioridades, Fernando Henrique Cardoso teve seu primeiro governo marcado por dois massacres em conflitos no campo: Corumbiara (RO), em 1995, e Eldorado do Carajás (PA), em 1996.

No massacre de Corumbiara, em agosto de 1995, os exames indicaram que alguns sem-terra foram mortos por policiais com tiros na nuca e nas costas. Mas o caso de Eldorado do Carajás foi ainda pior. Para um governo novo, em busca de respeitabilidade no exterior, o massacre, em abril de 1996, com 19 sem-terra mortos na desobstrução de uma rodovia pela Polícia Militar do Pará, determinada pelo governador Almir Gabriel (PSDB), representou um grande revés diplomático, com o país sendo reiteradamente condenado por organismos de defesa dos direitos humanos.

Carajás incentivou o recrudescimento das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que havia surgido no Sul nos anos 80 e que mantinha uma atuação relativamente discreta. Sob holofotes, o MST descobriu a invasão de terra como arma de pressão política: de 146, em 1995, o número de áreas invadidas saltou para 599 em 1998. Progressivamente, o MST diversificou suas ações, organizando marchas, saques, invasões de prédios públicos. Em 1997, o movimento liderou uma marcha contra o governo FHC, que chegou a Brasília em 17 de abril.

A reação do governo federal veio em maio de 1998, quando

o então ministro da Justiça, Renan Calheiros, determinou que toda ação do MST encontraria uma reação judicial.

O economista João Pedro Stedile, um dos principais ideólogos do MST, justifica a radicalização naquele momento. "Se bastasse fazer audiências e reuniões, o MST faria apenas reuniões."

O secretário de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Edson Luiz Vismona, tem opinião diferente. "A importância enquanto movimento social do MST é indiscutível, mas começaram os abusos, uma escalada na prática da violência à propriedade e ao patrimônio público. O Estado precisava agir."

Criminalização

Na prática, o sinal verde de Renan Calheiros aos secretários estaduais disparou um processo que o MST denomina de "criminalização" dos movimentos sociais no país. O Paraná foi o pioneiro nesse processo, com a Secretaria da Segurança Pública organizando megaoperações de reintegração de posse e promovendo escutas legais de membros-chaves do movimento.

Já no começo do segundo governo FHC, o Paraná foi pioneiro também ao infiltrar homens da P2 (a polícia secreta) nos assentamentos dos sem-terra. Em monografia para o curso de Política Estratégica da ESG (Escola Superior de Guerra), em 1999, o major Waldir Copetti Neves explicitou o método ao defender a tese de que o MST preparava uma guerrilha rural no Brasil.

O temor se disseminou, com revelações posteriores de que o Exército havia infiltrado agentes no MST. Ganharam corpo especulações de que os sem-terra estariam se associando a movimentos guerrilheiros como as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e agentes cubanos.

Em um primeiro momento, a estratégia governamental não impedi o MST de manter suas ações, fossem na zona rural ou nas áreas urbanas -com invasão de prédios públicos e saques de alimentos, especialmente no Nordeste. A partir de 2000, a Polícia Federal foi cada vez mais chamada a intervir nas suas ações, com aberturas de inquéritos e prisões.

Nesse momento, diz o advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Darci Frigo, começou a "judicialização dos movimentos sociais", ou seja, com o Poder Executivo agindo em consonância com o Judiciário no combate às ações do MST.

Para Vismona, é o MST que levou a Justiça a agir com mais rigor. "O MST ultrapassou a luta pela terra, hoje faz política

ideológica e suas formas de se manifestar ultrapassaram também os limites da lei."

MP 2.027

Essa atuação, segundo ele, justificou a edição da MP (medida provisória) 2.027, de 4 de abril de 2000, que impede vistoria de áreas invadidas e decreta seu "congelamento" por dois anos para desapropriação. Além disso, a portaria 62 do ministério, de 27 de maio de 2001, estabelece a exclusão dos beneficiários da reforma envolvidos em ações de invasões a propriedades ou a prédios públicos.

Até meados deste ano, o ministério contabilizava 88 imóveis rurais interditados por conta da portaria, e 25 beneficiários da reforma agrária excluídos do processo, entre eles líderes que participaram da invasão da fazenda dos filhos do presidente FHC, em Buritis (MG), em março passado.

O resultado da ação foi incisivo: uma queda expressiva no número de invasões para 390 em 2000 e 194 em 2001.

A situação conflituosa acabou por escamotear um grande problema para a herança fernandista no campo. Para fins publicitários, o governo inflou seus balanços anuais da reforma agrária, ainda que os números corretos já fossem suficientes para bater o desempenho de todos os seus antecessores somados -diz ter assentado 588.173 famílias entre 1995 e 2001, contra 218.033 assentadas entre 1964 e 1994.

Em abril e maio passados, uma série de reportagens da Folha indicou que o governo maquiou os balanços, utilizando terrenos vazios, áreas sem casas e infra-estrutura básica (água, luz e esgoto). Além disso, o governo contou como "assentados" trabalhadores rurais que já estavam mortos havia anos. Uma auditoria do governo federal para mapear a reforma agrária, concluída em junho, revelou que só 3% das famílias oficialmente assentadas entre 1995 e 2001 receberam o título de posse definitiva das terras, último estágio e objetivo final do programa.

"Com a diminuição das ocupações, também diminuiu o número de assentamentos, por essa razão o governo teve que maquiar os números", afirma o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp (Universidade Estadual Paulista). O sociólogo Zander Navarro, outro especialista na área, diz, porém, que em uma avaliação "honesta e criteriosa", se concluirá que a política fundiária é um dos principais destaques do governo Fernando Henrique Cardoso.

Aparentemente, a resposta só será possível nos próximos anos.

Texto Anterior: [Reivindicações passaram do ataque para a defesa](#)

Próximo Texto: [Querência do Norte resume conflitos da era FHC](#)

São Paulo, sexta-feira, 10 de janeiro de 2003 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO

Três disputam vaga a ser preenchida em julho

Favoritos para lugar de Brindeiro são críticos do estilo do procurador

JOSIAS DE SOUZA

DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Sob Luiz Inácio Lula da Silva, são três os favoritos à vaga de procurador-geral da República, hoje ocupada por Geraldo Brindeiro: Ela Wieco Volkmer de Castilho, Claudio Lemos Fonteles e Wagner Gonçalves. Um deles passará a ocupar o posto a partir de julho. Brindeiro sai no final de junho.

Castilho, Fonteles e Gonçalves têm dois pontos em comum: 1) são críticos do estilo de Brindeiro, cuja imagem ficou associada ao apelido de "engavetador-geral da República"; 2) contam com a simpatia da maioria da corporação, especialmente da chamada "ala jovem" do Ministério Público.

Ainda às voltas com a composição dos cargos de escalões intermediários do governo, Lula abriu espaço em sua agenda para analisar o provimento do cargo de procurador-geral e, mais importante, a escolha de nomes para três vagas que se abrirão no STF (Supremo Tribunal Federal) entre abril e maio. Sairão Ilmar Galvão, Moreira Alves e Sidney Sanches. No ano que vem, Lula fará o seu quarto ministro no tribunal, com a saída de Maurício Corrêa. Em 2006, último ano de mandato, indicará o substituto de Carlos Veloso. Terá indicado, então, cinco dos 11 ministros que compõem o STF. Um recorde.

No caso do Supremo, a decisão quanto aos nomes ainda não se consolidou. Havia duas opções que Lula considerava

"naturais": Fábio Konder Comparato e Celso Antônio Bandeira de Mello. O presidente pediu, porém, que seja verificado um fator que considera decisivo: a idade. Lula gostaria, de resto, de indicar para o STF um ministro negro e uma mulher. Pousou sobre sua mesa um primeiro nome feminino: Carmem Lúcia Antunes Rocha. É procuradora-geral de Minas. Respeitada nos meios jurídicos, tem contra si um detalhe: é apadrinhada do ex-presidente Itamar Franco. Conselheiros de Lula preferem nomes mais identificados com o atual presidente.

Procuradoria

Entre os candidatos à vaga de Brindeiro, há ligeiro favoritismo para Castilho e Fonteles. Wagner Gonçalves seria a última opção.

Ela de Castilho tem especial apreço por duas áreas: a questão indígena e os crimes relacionados ao mercado financeiro. Coordena a sexta câmara da Procuradoria, voltada à defesa de comunidades indígenas e de minorias, e presidiu a ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) no biênio 97/98. Ganhou a simpatia da corporação.

Fonteles é professor de direito penal. É considerado pelos seus próprios pares como um papa na matéria. Tem fama de "brigão". Foi braço direito do ex-procurador-geral Aristides Junqueira. Teve atuação destacada na investigação que culminou com o afastamento do ex-presidente Fernando Collor. Atua também na área de direitos humanos, especialmente em casos de trabalho escravo. Católico, é ligado à CNBB.

Gonçalves tem afinidade com as questões indígena e fundiária. É simpático à causa do MST. Acompanhou o desenrolar do caso que ficou conhecido como massacre de Eldorado de Carajás. O ex-ministro da Justiça José Gregori costumava referir-se a ele, em tom jocoso, como "procurador do PT". Antecedeu Ela de Castilho na presidência da Associação Nacional de Procuradores.

Lula chegou a considerar um quarto nome: José Roberto Santoro. A alegada vinculação do procurador ao tucano José Serra eliminou-o da lista.

Texto Anterior: [Rigotto pede manutenção da sede](#)

Próximo Texto: [União x Estados: Secretário pede revisão de Lei Fiscal](#)

Número de mortes por posse de terra subiu 31%, diz CPT

EDUARDO SCOLESE

DA AGÊNCIA FOLHA

O número de assassinatos resultantes de conflitos fundiários cresceu 31% no ano passado em relação a 2001, enquanto a quantidade de trabalhadores flagrados em situação análoga à escravidão avançou 126%, no mesmo período, de acordo com a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

A última vez em que o número de assassinatos no campo superou os 38 casos registrados no ano passado foi em 1996, quando 46 trabalhadores rurais foram mortos, sendo 19 deles apenas no massacre de Eldorado do Carajás (PA). Se comparado com 2000, o avanço chega a 81%, segundo o levantamento anual da Pastoral.

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) informou ontem que vai manter a posição do governo Fernando Henrique Cardoso de não utilizar oficialmente os dados da CPT.

Até 1999, os dados da CPT integravam os balanços anuais da reforma agrária do governo federal. No ano seguinte, o levantamento passou a ser feito pela Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A CPT e a Ouvidoria, porém, disseram que vão conversar para buscar um ajuste entre os números. Segundo a Ouvidoria, em 2002 ocorreram 20 crimes no campo, pouco mais da metade do verificado pela CPT.

O balanço da CPT, obtido pela Agência Folha, será divulgado hoje, em Brasília, na sede da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Dom Tomás Balduíno e Marcelo Resende, presidentes da CPT e do Incra, respectivamente, participarão da coletiva, junto a representantes de movimentos sociais.

Texto Anterior: [Questão agrária: Em 1ª reunião, governo atende a MST](#)

Próximo Texto: [Governo petista: Lula pede "agenda positiva" ao Congresso](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Para líder, ações são prova de que não há trégua ao governo Lula

MST diz que intensificará invasões de terra até abril

JOSÉ MASCHIO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LONDRINA

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), começou, oficialmente, neste Carnaval a temporada de invasões e mostra, na prática, que não existe uma trégua ao governo Lula. João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, disse ontem que até abril serão intensificadas as ações "de luta" do movimento.

Durante os feriado prolongado do Carnaval, sem-terra ligados ao MST invadiram propriedades rurais em Alambari (SP), Lindoeste (PR) e Araquari (SC).

Se depender da atitude da direção nacional, essas invasões são apenas o início de uma ofensiva na luta pela reforma agrária.

"Essas ocupações confirmam a teoria de que o MST não vai dar trégua na luta pela reforma agrária. Essa história de trégua ao governo Lula foi um teoria furada da imprensa", disse Rodrigues. Segundo ele, o MST vai continuar na luta, "que são negociações com o governo, caminhadas e também ocupações".

O líder sem-terra disse que existe "grande possibilidade" de ocorrer invasões em todo o país até o mês de abril, mês simbólico do MST na luta pela reforma agrária. Em abril o MST rememora o massacre de Eldorado do Carajás (PA), onde 19 sem-terra foram mortos, em 17 de abril de 1996, durante confronto com a Polícia Militar do Pará. "Nosso enfrentamento não é com o governo Lula, mas sim com o latifúndio. E será outro equívoco da imprensa se ela não entender que o enfrentamento com o latifúndio passa pela ocupação de áreas improdutivas", afirmou Rodrigues.

Autonomia

João Paulo Rodrigues disse que o MST continua com sua autonomia com relação ao governo petista, "desde o primeiro dia do governo Lula".

Ele afirmou que quadros do MST participam dos conselhos de Desenvolvimento e de Segurança Alimentar, "mas isso não significa participação no governo, pois os conselhos são da sociedade civil, não do Executivo Federal".

Para Rodrigues, a autonomia do movimento em relação ao governo Lula "desmente" o que vem sendo veiculado na imprensa de que o MST teria indicado nomes para as superintendências estaduais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Houve indicações de nomes consensuais nos Estados, não nomes do MST", disse. Segundo Rodrigues, a maior "evidência" dessa autonomia é a retomada das invasões em todo o país "e as grandes ocupações que devem acontecer até o mês de abril".

No início do mês passado, o líder do MST já havia sinalizado que o movimento não pretendia atender aos apelos de trégua do governo petista. Em entrevista à **Folha**, ele cobrou agilidade do governo federal. "Não podemos esperar mais, precisamos assentar essas famílias [que estão acampadas] urgentemente", afirmou.

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Saiba mais: FHC editou MP que veta vistoria de área invadida](#)

São Paulo, sábado, 29 de março de 2003 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENSÃO NO CAMPO

Movimento diz que plantio tem de começar agora devido às chuvas

MST invade 3 fazendas em PE e diz que ações vão aumentar

MAURO ALBANO
DA AGÊNCIA FOLHA

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) realizou ontem e anteontem suas primeiras invasões de terra

em Pernambuco desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o movimento, o número de invasões irá "acelerar" no mês que vem.

Anteontem, cerca de 300 famílias invadiram a fazenda Barra Verde, no município de Pedra, e outras 70 acamparam na fazenda Mauricéia, em Passira. Ontem, a fazenda Feijão, em Belmonte, foi invadida por 160 famílias.

O objetivo, diz o MST, é pressionar o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a vistoriar as fazendas, que seriam improdutivas, e dar início ao processo de desapropriação.

O movimento sustenta ainda que as invasões estão ocorrendo por "necessidade", já que, com a chegada do período de chuva na região, os agricultores precisam iniciar o plantio imediatamente.

A desapropriação dessas fazendas estaria sendo reivindicada pelo MST há mais de um ano, segundo o movimento. A assessoria do Incra não foi localizada para comentar as invasões.

Jaime Amorim, da direção nacional do MST, disse que as invasões irão "acelerar" em abril. O motivo, afirmou ele, é o aniversário de sete anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996.

"Sempre fazemos mais manifestações nessa época", disse Amorim. "Onde tiver latifúndio, vamos estar ocupando." Apesar de essas serem as primeiras invasões do ano no Estado, o MST já havia promovido uma manifestação para reivindicar agilidade no processo de reforma agrária no início de março.

Mulheres ligadas ao MST e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) invadiram a sede do Incra em Recife no dia 7 de março, pedindo também mais assistência aos assentados. Cerca de mil lavradoras, segundo as entidades, participaram da manifestação, que durou seis horas e foi realizada no Dia Internacional da Mulher.

Texto Anterior: [Hora da colheita: Lula colhe milho, e técnico ganha aposta](#)

Próximo Texto: [Agenda petista: Conselho chancela reforma tributária na 2ª](#)

TENSÃO NO CAMPO

No total, 9 propriedades estão ocupadas com 2.410 famílias do MST no Estado; movimento promete novas ações

Sem-terra invadem mais 6 fazendas em PE

DA AGÊNCIA FOLHA

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ampliou o número de invasões em Pernambuco no final de semana. Além de usarem a mesma reivindicação para justificar as ações -agilidade nos processos de reforma agrária-, os sem-terra alegam que as invasões fazem parte de homenagem aos 19 mortos no massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996.

Desde a noite de sexta, foram mais seis invasões. Ao todo, desde a madrugada de quinta, já são nove fazendas invadidas, totalizando 2.410 famílias, segundo o MST, que ameaça fazer uma série de outras ações pelo Estado em abril. Entre as propriedades invadidas pelos sem-terra no Estado de Pernambuco, estão a fazenda Barra Verde, em Pedra, a fazenda Mauricéia, em Passira, e a fazenda Feijão, em São José do Belmonte.

O movimento foi intensificado na noite de sexta-feira, quando 50 famílias invadiram a fazenda Brejão, em Sairé (135 km de Recife).

No sábado, as invasões aconteceram na fazenda Tapera (250 famílias), em Petrolina, divisa com o Estado da Bahia, na fazenda Cajueiro (230), em Santa Maria da Boa Vista, na fazenda São Joaquim (600), em Canhotinho, no engenho Conceição (300), em Primavera, e no engenho Bananal (450), em Jaqueira.

Segundo o coordenador estadual do MST, Jaime Amorim, a principal razão das invasões é o Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária. "Homenageamos os mortos no massacre de Carajás ocupando latifúndios improdutivos. Devemos fazer outras ações nos próximos dias."

Hoje, uma caravana de deputados estaduais e federais e o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, deverão vistoriar a usina Aliança, no litoral norte de Pernambuco.

Marcha

A programação do MST no Estado inclui ainda uma marcha dos trabalhadores pela cidade de Escada (a 57 km de Recife), no próximo dia 13. As ações também visam agilizar os processos de desapropriação de propriedades consideradas improdutivas e que estão sendo negociados pelas superintendências do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de Petrolina e Recife. Algumas dessas desapropriações estão sendo reivindicadas pelo MST há mais de um ano, de acordo com o movimento. O MST critica o fato de o Incra, até gora, não ter conseguido montar uma equipe de trabalho em Recife nem sequer nomeado o superintendente em Petrolina. Os sem-terra são contra as indicações para a superintendência do órgão em Petrolina feitas no final da semana pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em nota, o MST diz que os nomes têm "se pronunciado política e ideologicamente contra a reforma agrária, desconhecendo o processo e sendo favoráveis à produção de produtos transgênicos, além de trazer para o Incra todo um vício administrativo da antiga Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural)". Nenhum representante do Incra estadual foi localizado ontem para comentar as ações e as críticas feitas pelo movimento.

Marabá

O presidente do Incra, Marcelo Resende, vai visitar a sede do órgão em Marabá (sul do Pará) hoje para negociar a retirada do grupo de sem-terra que invadiu o local no dia 17 de março. A presença de Resende em Marabá era uma exigência dos sem-terra para discutir a desocupação do prédio.

Eles dizem que só aceitam sair do local se o Incra concordar com sua pauta de reivindicações, que inclui a indicação do cargo de superintendente em Marabá.

Os sem-terra se opõem à indicação da ex-vereadora do PT Bernadete ten Caten -publicada na semana passada no "Diário Oficial" da União- e querem que o cargo seja ocupado pelo coordenador da CPT (Comissão Pastoral da Terra) José Batista Gonçalves, também petista.

(ADRIANA CHAVES)

Texto Anterior: [Acordos](#)

Próximo Texto: [Em MG, invasão de uma área pelo MST fere](#)

2

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Atos do MST lembram o massacre de Eldorado

DA AGÊNCIA FOLHA

Cerca de 280 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram na madrugada de ontem uma fazenda em Estância, no interior de Sergipe. Foi a primeira invasão de terra neste ano no Estado e faz parte das ações programadas pelo MST em várias partes do país, na chamada "Campanha de Luta Contra o Latifúndio". A campanha consiste em promover manifestações em homenagem às vítimas do massacre ocorrido em Eldorado do Carajás (PA). Em 17 de abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará durante operação para a desobstrução de uma rodovia no sul do Estado.

O MST afirma que a campanha é um protesto contra a guerra no Iraque e a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Iniciados na semana passada, os protestos e manifestações devem se intensificar. Além da invasão, o MST sergipano montou acampamento com cerca de 700 famílias na beira da rodovia SE-212, a 10 km de Nossa Senhora da Glória.

No Pará, o MST iniciou marcha que percorrerá cerca de cem quilômetros até o dia 17. O grupo saiu de Castanhal e deverá parar em nove cidades para atos públicos.

Sob o lema "Paz, Reforma Agrária e Justiça Social", o MST organiza desde a semana passada três marchas em Goiás. As colunas saíram de diferentes pontos com destino a Goiânia e reúnem cerca de 1.700 pessoas.

No Paraná, o MST iniciou uma marcha de Ponta Grossa a Curitiba. A previsão é que os sem-terra cheguem hoje à capital, onde farão manifestações e debates na Universidade Federal do Paraná.

São Paulo terá os principais atos na capital, com panfletagem em estações do metrô, e em Campinas, com uma marcha, marcada para começar amanhã, que vai do quilômetro 29 da rodovia Anhanguera até o centro da cidade.

De acordo com a entidade, outras manifestações devem ocorrer em mais nove Estados.

Texto Anterior: [Quem aprova Lula também apóia tucano](#)

Próximo Texto: [Em PE, sem-terra é assassinado](#)

São Paulo, quinta-feira, 17 de abril de 2003 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sobreviventes têm sequelas e querem ser indenizados

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

"Eu tenho certeza de que não foram só os 19 mortos oficiais no massacre de Carajás. Eu mesmo vi uma criança morrer do meu lado. Até hoje ainda tenho pesadelos com aquele dia". A frase do agricultor Josimar Pereira de Freitas, 39, hoje assentado em uma área na zona rural de Eldorado do Carajás, reflete o trauma vivido por ele até hoje desde o dia 17 de abril de 1996.

"Minha perna direita foi quebrada por um tiro que atravessou na altura da canela. Só consegui me salvar porque me arrastaram para um lugar mais seguro", afirma.

Pai de três filhos, Freitas continua membro do MST, mas hoje não participa de manifestações e passeatas por causa das dores que ainda sente na perna. "Tenho dificuldades para trabalhar. Tomo remédios todos os dias para evitar as câimbras", diz.

Freitas é um dos sobreviventes do massacre que aguardam há cinco anos o resultado de uma ação por danos morais contra o Estado. O grupo -que se intitula "mutilados de Carajás"- pede uma indenização de R\$ 300 mil para cada um dos 56 sobreviventes.

Assentada

Outra sobrevivente do massacre, Rubenita Justiniano da Silva, 35, atualmente mora no assentamento 17 de abril, em Eldorado do Carajás.

"Levei um tiro de revólver no pescoço e perdi sete dentes. Não trabalho desde o massacre, preciso tomar remédios e me alimento basicamente de líquidos por causa dos ferimentos", afirma.

Rubenita também sustenta a tese de que aconteceram mais

mortes do que as 19 oficiais. "Muita gente foi morta no meio do mato e enterrada por lá. Só não foi possível provar porque o local do crime foi totalmente alterado e os corpos foram removidos logo após o confronto", relata.

O trabalhador rural José da Natividade, 40, conta que até hoje não pode se locomover nem trabalhar por causa de uma fratura exposta na perna direita. "Já sofri duas cirurgias e sinto fortes dores. Não tenho assistência nenhuma dos poderes públicos." (MS)

Texto Anterior: [Tensão no campo: OEA deve condenar Brasil pelo massacre de Carajás](#)

Próximo Texto: [Regime militar: "Não sou o Ubirajara", diz delegado Calandra](#)

São Paulo, quinta-feira, 17 de abril de 2003 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENSÃO NO CAMPO

Os dois únicos condenados aguardam recurso em liberdade; país deve ter de indenizar famílias das vítimas

OEA deve condenar Brasil pelo massacre de Carajás

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A OEA (Organização dos Estados Americanos) deve obrigar o Brasil a indenizar os familiares dos 19 sem-terra mortos pela Polícia Militar no massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, no sul do Pará.

"O governo brasileiro será responsabilizado por não tomar medidas para evitar ou minimizar a violência rural do Pará e pelo fato de as violações de direitos humanos terem sido cometidas diretamente por agentes do Estado no caso", disse a subprocuradora-geral da República e procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Maria Eliane Menezes de Farias. Segundo a perícia, os sem-terra -que obstruíram uma rodovia- foram mortos com tiros à queima-roupa e golpes de machado e facão. Dos 142 policiais acusados, só os dois comandantes da ação foram condenados, mas aguardam há um ano em

liberdade o julgamento de recursos.

Em março, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA abriu processo sobre as supostas violações de artigos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Se condenado, o Brasil poderá sofrer sanções jurídicas, sendo obrigado a indenizar as famílias das vítimas.

O coronel Mário Colares Pantoja e o major José Oliveira foram condenados a 228 e 158 anos de prisão, respectivamente, mas aguardam o julgamento da apelação em liberdade.

Os promotores e a defesa entraram com recursos. Segundo o juiz do caso, Roberto Moura, "essa fase de vista dos autos deve demorar pelo menos mais três meses. Só depois os recursos serão julgados pelas Câmaras Criminas do Tribunal de Justiça". Tanto a defesa quanto a acusação ainda poderão recorrer. "Os condenados poderão ficar em liberdade, no mínimo, mais três ou quatros anos recorrendo", disse o advogado Marco Apolo, que foi assistente da Promotoria no julgamento.

Manifestações

Integrantes do MST fizeram manifestações ontem pelo país. Em Belém, ao menos 700 acamparam em frente ao TJ. Em Recife, mais de 3.000, segundo o MST, participaram de um protesto.

No Rio Grande do Sul, quatro caminhadas, com mais de 2.500 integrantes, chegaram a Porto Alegre, Cruz Alta, Pelotas e Santana do Livramento. Um grupo de cerca de 2.500 sem-terra chegou ontem a Maceió. Em Belo Horizonte, cerca de 800 fizeram uma caminhada até a sede do Incra.

Texto Anterior: [Taxa de escolarização cresceu; 15,5% são beneficiados por programa social](#)

Próximo Texto: [Sobreviventes têm sequelas e querem ser indenizados](#)

São Paulo, domingo, 13 de julho de 2003 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

REFORMA NO AR

Alencastro defende fim da aposentadoria integral de servidor

Recuo de Lula "desmoraliza" reforma, afirma historiador

JULIA DUAILIBI
DA REPORTAGEM LOCAL

O historiador Luiz Felipe de Alencastro, 57, ao analisar a polêmica em torno das alterações na Previdência, avalia que um recuo do governo neste momento pode "desmoralizar" a reforma, além de prejudicar a aprovação de outros pontos da pauta do Planalto.

"Acho que, nesse tipo de pauta, um recuo agora comprometeria todo tipo de reforma que o governo fizer daqui para a frente. Desmoraliza a reforma", afirmou o historiador, que vive na França, país que também discute a reforma no sistema previdenciário.

Para Alencastro, professor de história do Brasil na Universidade de Paris 4, o fim da integralidade das aposentadorias dos servidores é justo uma vez que o funcionalismo conta com a estabilidade em um época de desemprego.

"O funcionário público goza de estabilidade profissional, ao contrário dos trabalhadores do setor privado, que vivem sob a ameaça do desemprego. Não dá também para ele querer ainda a aposentadoria integral", disse o autor de "O Trato dos Viventes" (Companhia das Letras), obra em que examina como o tráfico negreiro no século 19 desenvolveu entre o Brasil, a África e regiões do Atlântico um sistema de relações paralelo à influência portuguesa.

Além de destacar o MST como um movimento que "civiliza" o campo, ele classificou como "chilique" e "histeria" a "tromba" que se fez em torno do uso do boné dos sem-terra pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Leia a entrevista dada de Paris, por telefone e e-mail, à **Folha**.

★

Folha - O sr. acha legítima a proposta do original do governo para a reforma da Previdência?

Luiz Felipe de Alencastro - A reforma dos regimes previdenciários, ampliados após a Segunda Guerra, quando havia um forte crescimento demográfico e pleno emprego, está em pauta em quase todos os países, agora, com o declínio da natalidade e o aumento do desemprego. Aqui na

França, os professores trabalham 38,5 anos para se aposentarem e o governo está querendo aumentar o prazo para 41 anos.

O problema no Brasil é que o regime previdenciário está alquebrado por uma legislação fragmentada e corporativa, que gera excessos.

O funcionário público goza de estabilidade profissional, ao contrário dos trabalhadores do setor privado, que vivem sob a ameaça do desemprego. Não dá também para ele querer ainda a aposentadoria integral. Isto posto, creio que o governo devia ter desdobrado mais a reforma, escalonando no tempo e introduzindo regimes transitórios que garantissem direitos adquiridos para os atuais funcionários. Mas também entendo que uma reforma desse escopo, importante, complexa e desgastante tinha de ser lançada logo no início de governo.

Folha - Então não deveria haver recuo no fim da integralidade?

Alencastro - Isso é de uma espécie de compensação na Previdência, que raramente garante integralidade. Você tem médias salariais e outras coisas. O ponto de partida na questão do funcionalismo é que a garantia de emprego nos dias de hoje é um grande trunfo. Então você tem de ceder em uma outra parte.

Tem muita coisa encoberta no Brasil na questão da Previdência e eu acho que um dos méritos da situação atual, para ser minimamente realista, é ter provocado um debate sobre o tema.

Folha - O governo acaba cedendo muito por querer agradar a todos?

Alencastro - *Se ele quisesse agradar a todo mundo, ele não mexia na reforma da Previdência, que é o que todos fizeram antes. Acho que, ao contrário, é uma coragem política grande colocar o problema logo no começo do governo. É um assunto que, aqui na França, já derrubou vários primeiros-ministros.*

Folha - Acha que o PT vai arcar com o ônus de contrariar uma das principais bases, o funcionalismo?

Alencastro - Claro. Acho que já há um ônus. Por isso que a reforma tem de ser feita logo no começo. Acho que, nesse tipo de pauta, um recuo agora comprometeria todo tipo de reforma que o governo fizer daqui para a frente. Desmoraliza

a reforma.

Folha - Como o sr. vê a forma como o governo lida com o MST?

Alencastro - O Brasil é o único dos grandes países que não fez reforma agrária, coisa que os EUA fizeram no seu próprio território em 1862 e impuseram ao Japão, em 1945. Por isso, acho que o MST continuará ocupando terras, porque a forma de protesto dos sindicatos rurais, em todo o mundo, inclusive aqui na França, é mais dura que a dos trabalhadores urbanos. No nosso país, onde a exploração dos trabalhadores rurais tem se caracterizado, através dos séculos, pela brutalidade, o MST insere a revolta rural no quadro das negociações. Concordo com o que disse Plínio de Arruda Sampaio: "O MST civiliza o campo".

Folha - Vestir o boné do movimento não prejudica ainda mais o entendimento?

Alencastro - Achei que há uma histeria em torno disso. Aliás, periodicamente, o tucanato tinha uma certa histeria com o MST como se fosse a vanguarda de uma insurreição armada. Nos últimos anos, isso ocorria periodicamente. Se tivesse havido metade da tromba que se criou agora em cima do massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás, no governo do tucano Almir Gabriel [em 1996], quando o PSDB ficou quieto e o governo tucano também não foi adiante, o Brasil suportaria melhor hoje em dia em vez de ficar criando chilique porque o Lula pôs chapéu do MST. É um movimento legalizado, que tem fachada pública, não é racista e não está proibido. Por que o presidente não poderia colocar o chapéu?

Folha - Acha que já é possível identificar neste governo um significativo rearranjo de forças sociais?

Alencastro - Penso que é necessário um partido conservador moderno no Brasil, coisa que o PFL não é. Mas o grande rearranjo político partidário só vai ocorrer mais adiante, quando FHC se lançar como o candidato anti-Lula nas eleições presidenciais. Não tenho nenhuma informação sobre isso, mas não vejo outra explicação para as críticas que ele vem fazendo ao governo, dentro e fora do Brasil. Ele pode estabelecer uma aliança, bem mais ampla que o PSDB, contra Lula e o PT. Caso isso aconteça, haverá um novo quadro político, muito mais tenso, porque o establishment conservador brasileiro e internacional, que agora aceita Lula,

irá se bandear para o lado de FHC.

Folha - O PSDB parece estar ainda definindo seu papel fora do poder.

Alencastro - O PSDB paga um preço por ser um partido com uma proposta furada, do ponto de vista doutrinário, que foi o parlamentarismo, desautorizado pelo eleitorado brasileiro.

Depois ficou pendurado no [ex] presidente da República, que no final disse em entrevistas que o PSDB nunca deveria ser chamado de social-democrata, porque não é social-democrata. Ou seja, ele questiona a própria noção básica do partido de modo que, evidentemente, o partido sofre uma crise de identidade grande porque ele sempre se colocou como a esquerda quando estava no governo e agora tem outra coisa.

Evidentemente que os governadores [Geraldo] Alckmin [SP] e Aécio [Neves, MG] são lideranças, mas eu realmente acho que o pacto político que está se desenhando é uma candidatura FHC em cima do Lula. Ele vai ter 75 anos. O De Gaulle também foi eleito com essa idade aqui. Tem uma questão de "timing" aí.

Folha - Enfim, o sr. acha que o governo terá condições de promover alterações sociais e econômicas?

Alencastro - Espero que sim. O Brasil ainda paga o preço do fiasco da campanha abolicionista que, no final do século 19, não conseguiu engrenar a reforma agrária. Não dá para registrar outro fiasco desse na nossa história. Se a experiência do PT no governo federal fracassar, a esquerda entrega a rapadura de vez.

Folha - A política externa do governo Lula tem sido destacada como um dos pontos positivos do governo. Qual a avaliação do sr.?

Alencastro - Concordo com essa apreciação. Acho que a nossa atual diplomacia retoma os caminhos da "Política Externa Independente" lançada pelo chanceler Afonso Arinos em 1961 e abortada pela ditadura em 1964. Além de assegurar a presença brasileira nas grandes negociações internacionais, o Itamaraty capitalizou o interesse internacional gerado pela eleição de Lula e pelas redes de simpatizantes que o PT dispunha na Europa e nos Estados Unidos.

Folha - O sr. entendeu como um recuo o fato de o presidente Lula ter concordado, em Washington, com a

data de 2005 para o ingresso do país na Alca?

Alencastro - Foi uma declaração de princípio, sem prejuízo das negociações presentes e futuras. O procedimento é habitual no encontro de chefes de Estado. O governo tem de estar preparado para negociar.

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [PT quer "cheque em branco" para Lula](#)

São Paulo, terça-feira, 28 de outubro de 2003 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Tucanos sofrem "punição moral" por mortes no PA

DA AGÊNCIA FOLHA

Com uma marcha de sem-terra pelas ruas de Belém (PA), começaram ontem as atividades do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio, que julgará simbolicamente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador do Pará Almir Gabriel por crimes praticados contra trabalhadores rurais no Estado.

O PSDB, partido ao qual os dois são filiados, disse que não iria se manifestar sobre o assunto.

Organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e por outras entidades, o tribunal será presidido pelo advogado Hélio Bicudo (PT), vice-prefeito de São Paulo e ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Os tucanos serão acusados, amanhã e no dia 30, por crimes ocorridos de 1995 e 2002: 113 assassinatos, 76 tentativas de homicídio, 454 prisões "arbitrarias" e a destruição de bens e plantações de 3.980 famílias removidas de área invadida. O caso de maior repercussão é o massacre de Eldorado do Carajás: a morte de 19 sem-terra em abril de 1996.

(MAURO ALBANO)

Texto Anterior: [Rio de Janeiro: Assembléia deve aprovar](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CARAJÁS

Justiça condena Pará a indenizar 20 sem-terra

DA AGÊNCIA FOLHA

A Justiça do Pará condenou o governo paraense na sexta-feira a pagar indenizações entre R\$ 50 mil e R\$ 300 mil a 20 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) feridos no massacre em Eldorado do Carajás, ocorrido em abril de 96.

No episódio, 19 sem-terra morreram em confronto com a Polícia Militar e outras 91 pessoas -69 agricultores e 12 policiais militares- ficaram feridas.

A condenação por danos físicos e morais foi determinada pelo juiz José Torquato de Alencar, da 14ª Vara Cível de Belém, em primeira instância. Cabe recurso.

Na sentença, o juiz diz ter ficado provado "o nexo causal entre as condutas dos agentes [policiais] e os fatos lesivos". As vítimas foram submetidas a exames periciais que comprovaram os ferimentos.

Alencar afirma ainda que o conflito foi uma das "maiores violações de direitos humanos ocorridas no país e no mundo" e que o pagamento das indenizações seria uma maneira de "compensar cada vítima pela angústia, dor e sofrimento pelos quais passou".

Rubenita Justiniana da Silva, que na época tinha 19 anos, é uma das indenizadas. Está impossibilitada de trabalhar por uma bala que ficou alojada em seu pescoço.

Silva foi a única com indenização por danos morais fixada em R\$ 300 mil e pensão de dois salários mínimos desde o ocorrido.

Nove pessoas receberão R\$ 200 mil, sendo que sete delas terão ainda direito a pensão mensal no valor de um salário mínimo como indenização por danos materiais.

Outros seis receberão R\$ 100 mil e quatro, R\$ 50 mil por danos morais. Nesses casos, o pedido de indenização por danos materiais foi julgada improcedente.

As vítimas entraram com a ação em 1998. O advogado dos sem-terra, Walmir Brelaz, pedia que o Estado fizesse o pagamento por danos materiais no valor de cinco salários mínimos mensais. Brelaz também requereu indenizações por danos morais e tutela antecipada para que as vítimas recebessem assistência médica do Estado. O pedido de tutela antecipada foi autorizado de imediato pela então juíza titular da Vara, a desembargadora Marta Inês Lima.

Texto Anterior: [Frase](#)

Próximo Texto: [São Paulo: Alckmin reúne secretariado para balanço de 2003](#)

São Paulo, segunda-feira, 19 de janeiro de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Pesquisa da Unesp revela que movimento, que faz 20 anos amanhã, está presente em 45% dos assentamentos

MST lidera quase metade dos sem-terra

EDUARDO SCOLESE
DA AGÊNCIA FOLHA

Sem existir juridicamente, mas monopolizando as atenções dos governos quando o assunto é reforma agrária, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) completa 20 anos amanhã com seus militantes controlando pouco menos da metade dos assentamentos de todo o país.

Segundo pesquisa feita pela Unesp (Universidade Estadual Paulista), em 5.223 assentamentos em 20 Estados, em 45% (2.350) há famílias de trabalhadores rurais que participam ao menos de um setor de atividade do MST, como produção, saúde, educação, cultura e ambiente.

Os 2.873 assentamentos restantes são divididos entre dezenas de outros movimentos sociais e sindicais, com destaque para a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e suas federações estaduais, que, segundo o coordenador da pesquisa, o geógrafo

Bernardo Mançano Fernandes, agrupam 30% dos projetos desvinculados ao MST.

O maior índice de vinculação ao MST, segundo o Dataluta (banco de dados da luta pela terra da Unesp), está no Rio Grande do Sul. Lá, dos 294 assentamentos, só 3 não têm ligação com o MST.

Foi no Rio Grande do Sul que, em setembro de 1979, ocorreu a invasão que deu origem à fase de "gestação" do movimento. O MST seria criado seis anos depois, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), num encontro que reuniu sem-terra de 12 Estados (RS, SC, PR, SP, MS, ES, BA, PA, GO, RO, AC e RR).

Na região Sul, 94% dos 966 assentamentos pesquisados têm o MST como base. Na seqüência vêm Sudeste (49,25%, de 571), Nordeste (40,37%, de 2.365), Norte (21,5%, de 582) e Centro-Oeste (17%, de 739). Após o RS, o ranking dos Estados tem SC (95%), PR (90%), ES (80%) e SP (62%). Os pesquisadores da Unesp não colheram dados no Distrito Federal e em outros seis Estados (AC, AM, RR, TO, AP e BA). Além dos 5.223 assentamentos pesquisados, existem outros 893 no país.

Estados que lideram, respectivamente, o número de famílias acampadas e de mortes causadas por conflitos agrários, Pernambuco e Pará têm, nesta ordem, 56% e 17% de seus assentamentos (305 e 456) vinculados ao MST.

Influência política

Mesmo representando quase metade das famílias assentadas no país, o MST, sobretudo a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), protagonizou uma série de crises políticas.

O primeiro fato marcante ocorreu em 1996, quando 19 sem-terra ligados ao MST foram mortos a tiros por policiais militares durante a desobstrução de uma estrada em Eldorado do Carajás (PA). O massacre teve repercussão negativa para o Palácio do Planalto tanto no Brasil como no exterior.

No ano seguinte, uma marcha do movimento levou cerca de 50 mil sem-terra a Brasília. Líderes petistas receberam os trabalhadores rurais na Esplanada dos Ministérios e juntos cobraram do governo FHC mais investimentos na política de reforma agrária.

No segundo mandato, em razão do crescimento do número de invasões, FHC editou, em maio de 2000, uma medida provisória que freou as ações do MST. A MP, mantida pela gestão Lula, proíbe por dois anos vistorias em áreas invadidas e exclui da reforma agrária os sem-terra que

participam de tais ações. O movimento recuou, as invasões diminuíram.

Mesmo assim, dois anos depois, uma única invasão chamaria a atenção do país. Em março de 2002, cerca de 500 integrantes do MST invadiram, no interior de Minas Gerais, uma fazenda de familiares de FHC. Às vésperas da eleição, o ato causou uma crise política, com o PSDB acusando o PT de conivência, e os petistas condenando publicamente a invasão, com medo de que o fato respingasse na candidatura Lula.

Eleito com o apoio do MST, Lula passou a receber críticas do movimento no primeiro mês de governo. O MST, aliás, seria mais tarde o centro de uma crise entre o governo e a oposição. Em julho, em audiência com o MST, Lula colocou o boné do movimento, o que foi encarado pelo PFL como um incentivo à violência no campo. A crise do boné rendeu a instalação da CPI da Terra no Congresso, que começa em fevereiro. Outra polêmica surgiu quando João Pedro Stedile classificou os sem-terra de "um exército de 23 milhões de pessoas" que não podem "dormir enquanto não acabarem com eles [latifundiários]".

Texto Anterior: [Legislativo: Pauta extraordinária do Congresso começa hoje](#)

Próximo Texto: [Onde tudo começou: Stedile planejou a primeira invasão](#)

São Paulo, sábado, 27 de março de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Movimento batiza série de ações pelo país de "jornada de luta", para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás

MST anuncia onda de invasões até 17 de abril

TIAGO ORNAGHI
DA AGÊNCIA FOLHA

FÁBIO GUIBU
DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) dá início neste fim de semana a uma onda de invasões pelo Brasil batizada de "jornada de luta". A ação se estenderá até 17 de abril, quando o movimento lembrará os 19 sem-terra mortos em confronto com a PM em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, em 1996.

João Paulo Rodrigues, dirigente nacional do MST, disse que "há uma orientação em todo o país para que neste período aconteçam mobilizações mais intensas". "Caberá aos Estados definir os calendários das ações", afirmou.

Em Pernambuco, o MST pretende invadir, até a próxima quinta-feira, 23 propriedades rurais.

Cerca de 7.000 lavradores foram acionados nos últimos dois meses para participar das ações. A mobilização começaria na madrugada de hoje. A Agência Folha apurou que pelo menos quatro fazendas serão tomadas até amanhã. A maior parte das invasões ocorrerá entre segunda e terça-feira.

Além de entrar em novas áreas, os sem-terra planejam também invadir novamente fazendas que foram desocupadas nos últimos meses por decisão da Justiça.

Assentados

João Paulo afirmou que a onda de invasões não deve ser vista como um ataque direto do movimento ao governo federal.

"Nós não queremos que essa jornada de luta se transforme em uma jornada contra o governo. Uma determinação da coordenação nacional é de não invadir prédios públicos, por exemplo."

O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, foi na mesma linha. "Nossa pressão é contra o latifúndio", disse. "A tarefa do governo é fazer a reforma agrária, e a nossa é organizar o povo para brigar contra o latifúndio." Amorim considera, entretanto, que a reforma agrária avança de forma lenta.

Em Pernambuco, para lembrar Eldorado do Carajás, o MST programou uma passeata seguida de ato público em Recife. Cerca de 1.500 trabalhadores rurais estão sendo esperados.

Megainvasões

Na Bahia, a coordenação estadual planeja realizar o que chamou de "maior invasão do Brasil". Cerca de 3.000 famílias estão sendo mobilizadas no Estado para invadir uma fazenda nos primeiros dias de abril.

O coordenador estadual do movimento, Valmir Assunção,

afirmou que o local e a data da ação não são informados pela coordenação para que os objetivos do movimento não sejam frustrados por uma mobilização policial.

Em Pernambuco, os agricultores participarão de uma megainvasão na usina Aliança, no município de mesmo nome, a 75 km da capital. A propriedade, composta por 22 engenhos, tem 7.500 ha e é reivindicada pelo MST desde 98. A megainvasão está prevista para acontecer às vésperas de uma audiência pública sobre o problema. Após o evento, os manifestantes vão desocupar a área e seguir em caminhada até Recife.

Texto Anterior: [Nas alturas: Carioca é a 1ª piloto militar da Força Aérea](#)

Próximo Texto: [Mídia e política: Garotinho terá um programa de TV no Rio](#)

São Paulo, domingo, 28 de março de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

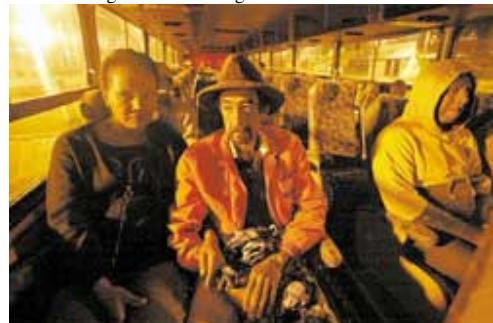
[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Sem-terra lembram massacre de Eldorado do Carajás, em 96

MST dá início em 2 Estados a onda de invasões pelo país

Marlene Bergamo/Folha Imagem



Trabalhadores sem terra de Avaré (interior de São Paulo) seguem em ônibus para invadir a fazenda do empresário Ricardo Mansur

LAURA CAPRIGLIONE
ENVIADA ESPECIAL A AVARÉ (SP)

Cento e cinqüenta sem-terra invadiram ontem a fazenda São Gonçalo, na cidade de Avaré (a 260 km de São Paulo). O MST também entrou em uma propriedade em Ribeirão Preto e em outras três fazendas em Pernambuco (leia texto abaixo), iniciando nova onda de invasões pelo país.

A ação, que se estenderá até o dia 17 de abril, foi anunciada para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, quando 19 sem-terra foram mortos em confronto com a Polícia Militar.

A fazenda São Gonçalo pertence ao empresário Ricardo Mansur, ex-dono do Mappin, da Mesbla e do banco Crefisul, entre outros empreendimentos.

Moradores da periferia de Avaré, os sem-terra chegaram à fazenda às 5h -a Folha acompanhou a invasão.

Desembarcaram silenciosamente dos quatro ônibus, cinco caminhões e 15 automóveis que os levaram até a propriedade. Na escuridão, homens, mulheres, crianças e até uma jovem mãe de 14 anos, com um bebê de nove dias no colo, esgueiravam-se pela propriedade, enquanto uma comissão de frente do MST, composta por cinco homens e um facão, dirigiu-se à casa do administrador da fazenda, Adilson Bonifácio de Oliveira, 30.

Dez minutos depois, o militante Marcelo Netto Rodrigues, 30, retornou: "Vamos descer, pessoal! Já sabem que esta fazenda está sob o controle do MST".

A invasão começou a ser preparada há quatro meses, quando desembarcaram em Avaré quatro militantes vindos de outros assentamentos. Vinham se juntar a Marcelo Netto e a Marcelo Antonio Grego, 34, que se mudaram para a cidade há dois anos com o propósito de iniciar a doutrinação da população pobre. Nos quatro meses, os ativistas bateram de porta em porta, explicando o que é o MST e convidando os moradores a comparecer às reuniões preparatórias da invasão.

Destino incerto

"Terra Prometida", "Terra sem Males" ou terra, apenas, sem adjetivos. A promessa do MST aos pobres exige deles uma confiança cega. Um exemplo: até o momento em que os ônibus transpuseram a porteira da São Gonçalo, nenhum dos sem-terra sabia qual era seu destino. Questão de segurança. O vazamento dessa informação colocaria de sobreaviso o fazendeiro e seus capatazes. Os homens nos ônibus especulavam sobre o alvo: "E se for fazenda de areia?", perguntava um deles. O medo era que a aventura desembocasse em terras inférteis.

Se a polícia resolvesse aparecer perguntando para onde se

dirigia aquele comboio, a resposta-padrão seria: "Estamos indo em excursão para Ribeirão Preto". E a polícia apareceu. E perguntou. Também pudera. O comboio era mais do que suspeito. Caminhões de mudança numa excursão? E a frota bizarra de automóveis fora de linha? Tinha um Ford Belina, Chevrolet Caravan, Volkswagen Brasília, Variants, Opalas. Todos cheio de gente, fogareiros, alimentos para muitos dias. O militante do MST conhecido por Barney deu a resposta-padrão, os PMs ouviram e, céticos, disseram que torciam para que os sem-terra fossem felizes na sua nova vida.

Alvo fácil

As terras de Mansur foram escolhidas como alvo por sua situação anômala: o dono deve R\$ 200 milhões à União. A dívida total supera a casa de R\$ 1,2 bilhão. Em razão da dívida, a Justiça decretou a indisponibilidade dos bens de Mansur. A fazenda, no entanto, foi passada para o nome das duas filhas do empresário. A São Gonçalo emprega nove funcionários, todos ganhando R\$ 250. Nenhum tem registro em carteira.

Na sexta-feira, os militantes do MST percorreram toda a periferia de Avaré. Iam atrás dos 750 cidadãos que haviam comparecido a pelo menos uma das cinco reuniões preparatórias e que haviam se inscrito para fazer a invasão. Foram muitas defecções. Cerca de 600 desistências de última hora, coisa explicável pela natureza desta invasão: diferentemente de outros acampamentos que têm por base populações sem-teto, este seria feito com trabalhadores muito pobres, a maioria desempregada, mas que moram em casas, conseguem trabalhos temporários em fazendas da região, têm filhos na escola. Por maior que seja a penúria, é difícil largar tudo para se aventurar num acampamento que pode acabar em bangue-bangue com os seguranças das fazendas. Muitos têm medo.

Os 150 renitentes começaram sua jornada às 17h de sexta-feira, quando entregaram enxadas, pás, cestas básicas, roupas, fogões, colchões e o plástico preto que lhes servirá de teto enquanto durar o acampamento aos caminhões de mudança contratados pelo MST.

Após a invasão, os integrantes do MST organizavam a primeira assembléia. Didáticos, explicavam para os acampados que o correto é levantar o braço esquerdo, e que não vale se confundir, enquanto se grita a plenos pulmões: "MST, a luta é pra valer!". "Vamos repetir três vezes: ocupar, resistir, produzir!"

A Folha não encontrou Mansur ontem. Deixou um recado no

telefone do advogado Fábio Coutinho Kurtz, que o representou em uma ação, mas não teve resposta.

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Sem-terra invadem 3 fazendas em](#)

[Pernambuco](#)

[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 30 de março de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Reforma agrária é uma vergonha, afirma Stedile

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Principal ideólogo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o economista João Pedro Stedile, 50, afirmou que a política de reforma agrária do governo Luiz Inácio Lula da Silva é uma "vergonha". Segundo ele, o governo ainda não transformou a questão em "prioridade". Stedile, um dos fundadores do MST, em 1984, disse que a "paralisação" governamental gera "grande tensão" entre as famílias sem terra acampadas. Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), há 200 mil delas no país.

"A reforma agrária está paralisada. [...] Nós temos Estados, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo, nos quais o governo Lula não assentou em 15 meses nenhuma família. Isso não só é lento, é uma vergonha", disse à **Folha** por e-mail. "O MST fez um acordo com o governo e acredita que o governo tenha vontade política de assentar 400 mil famílias acampadas nesses três anos [até o fim de 2006]. Nós aceitamos essa meta. Mas, por incrível que pareça, não está havendo mudanças. Ninguém consegue explicar", disse.

Integrante da coordenação nacional do MST, o economista gaúcho declara que o governo ainda precisa se "convencer" de que a reforma agrária é uma forma de "enfrentar o desemprego e a pobreza no meio rural". "E transformar isso numa prioridade de governo, coisa que até agora não aconteceu."

No final de semana o MST iniciou uma onda de invasões no país, batizada de "jornada de luta", para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 1996, quando 19 trabalhadores rurais foram assassinados por policiais militares.

"O próprio governo sabe que, sem mobilizações de massa, não terá forças suficientes para implementar mudanças. Portanto, as mobilizações de massa podem até ajudar o governo a ter força para fazer mudanças reais na política econômica e recolocar as prioridades sociais no centro da política", afirmou Stedile.

O MST promete não invadir prédios públicos durante a "jornada", o que, segundo Stedile, não significa uma ausência de pressão ao Incra e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

(EDUARDO SCOLESE)

Texto Anterior: [Campo minado: MST já invadiu 18 áreas; Alencar vê "bravata"](#)

Próximo Texto: [UDR pede o enquadramento de Stedile em lei](#)

São Paulo, domingo, 04 de abril de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Líder do MST diz que declaração do presidente, que afirmou que reforma não será "no grito", foi para latifúndio

Stedile ignora recado dado por Lula ao MST

DIMITRI DO VALLE

FREE-LANCE PARA AGÊNCIA FOLHA,
EM CURITIBA

O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile, 50, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao declarar que não faria a reforma agrária "no grito", mandou um recado para os latifundiários, e não para ele.

Anteontem, Lula afirmou, durante inauguração em Três

Lagoas (MS), que "a reforma agrária não vai ser feita no grito dos trabalhadores ou no grito dos que são contra. Ela vai ser feita respeitando a legislação vigente e no clima de harmonia que norteia o comportamento de meu governo". A declaração do presidente foi uma resposta indireta às últimas afirmações de Stedile, que chegou a dizer que o MST iria "infernizar" o governo federal.

"Nós do MST não vestimos a carapuça. Eu acho que o recado dele foi para os latifúndios improdutivos. A nossa leitura é que o governo disse: "Nós vamos fazer a reforma agrária", afirmou Stedile, que participou de um encontro regional de lideranças de movimentos sociais em Curitiba. O coordenador disse há uma semana que iria "infernizar" o governo, com diversas invasões de terra pelo país, para pedir pressa na reforma agrária. Em depoimento à CPI da Terra no Congresso, porém, recuou da declaração e classificou a expressão de "infeliz", negando ter planejado prejudicar o governo. Afirmou que, em vez de "infernizar", as palavras "azucrinar e pressionar" seriam as mais corretas.

Entretanto, anteontem, apesar de não citar Stedile, Lula afirmou que "palavras, mesmo tiradas de contexto, seja de trabalhador, seja de empresário, radicalizando o processo, não ajudam, porque está cheio de gente que ainda não se acostumou com democracia e com justiça social".

Em entrevista após sua palestra, que não foi aberta à imprensa, Stedile disse que a programação do MST, incluindo as ações de invasões de terra, não será modificada por causa da polêmica. "Temos uma jornada de manifestações em curso e elas vão continuar até o dia 17 de abril [data do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, quando 19 sem-terra foram mortos durante confronto com polícias militares]."

Stedile negou que o ato de fechar a palestra à imprensa tenha sido motivado pela repercussão de suas declarações e justificou: "Você já viu algum dirigente de movimento social acompanhar reunião de sindicato dos proprietários de jornais? Nós temos o direito de preservar o nosso ambiente. As coisas que a gente diz entre nós não são públicas".

O líder disse que a reforma agrária "foi muito lenta nos 15 meses de governo Lula", que o governo precisa "desburocratizar o crédito" e "resgatar a assistência técnica", sucateada" no era FHC.

Ao depor na CPI da Terra, Stedile já havia dito que tinha "certeza de que o governo não tem condições de aplicar [o orçamento de R\$ 3,1 bilhão do Ministério do Desenvolvimento Agrário]." Para ele, "o governo está

engessado como se fosse um fantasma. Não consegue avançar. Falta coragem e mais transparência para chamar o povo para ajudá-lo".

Novas invasões

Integrantes do MST invadiram ontem a fazenda Dan, de 1.200 ha, em Petrolina (a 770 km de Recife). De acordo com o MST, 430 famílias participam da invasão da fazenda, que, segundo o movimento, é improdutiva. A reportagem não conseguiu confirmar a informação com o Incra. Com essa ação, já são 15 as fazendas invadidas no Estado na "jornada de luta", iniciada em março.

Também ontem, cerca de cem famílias ligadas ao MST invadiram a fazenda Vista Alegre, em Novo Horizonte do Sul (a 336 km de Campo Grande), segundo informações da Polícia Civil.

Colaborou a Agência Folha

Texto Anterior: [Indefinição de Serra deve adiar escolha tucana](#)

Próximo Texto: [Frases](#)

São Paulo, quinta-feira, 08 de abril de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Foram 40 as ações no mês passado, que só perdem para as 101 no mesmo período de 99; no trimestre, número cresceu 19%

Março tem maior nº de invasões em 5 anos

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No momento em que o governo enfrenta ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em todo o país, os números oficiais revelam que as invasões de terra aumentaram no primeiro trimestre do ano em relação ao

mesmo período de 2003. Entre janeiro e março deste ano foram 56 casos, contra 47 no mesmo intervalo no ano passado, um crescimento de 19%.

Só em março foram 40 invasões, o maior número no mês desde 1999, quando ocorreram 101 casos. A maioria dos casos até 31 de março deste ano ocorreu no Nordeste (25), seguido das regiões Sudeste (19), Centro-Oeste (10), Norte e Sul (1 cada).

Em 2003, em relação a 2002, último ano do governo FHC, o número de invasões de terra já havia avançado 115% - passando de 103 para 222 casos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2002, o MST deu uma trégua nas invasões por conta das eleições presidenciais -apoiou a candidatura de Lula.

Os dados da administração Lula contradizem seu discurso de campanha. Em 2002, às vésperas das eleições, ele chegou a afirmar que era o "único capaz de fazer uma reforma agrária tranqüila".

Em 2003, 42 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo -um aumento de 110% sobre os 20 casos de 2002. Entre janeiro e março deste ano, segundo o ministério, foram duas mortes.

Há duas semanas, o MST deflagrou o que eles chamam de "jornada de luta", com invasões em todo o país, para pressionar o governo a acelerar o processo de reforma agrária e lembrar, como faz todos os anos, os 19 trabalhadores rurais sem terra assassinados pela Polícia Militar em 1996, na desobstrução de uma estrada em Eldorado do Carajás (PA). Não há ninguém preso pelo massacre.

A ouvidora agrária nacional substituta, Maria de Oliveira, que falou em nome do governo, reconheceu que o número de ações dos sem-terra neste ano "superou as expectativas". Isso preocupa, segundo ela, pois "toda ação gera uma reação", numa referência a possíveis conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros.

"O governo precisa ter a habilidade necessária para abreviar as etapas de desapropriação e acelerar o processo de reforma agrária. Hoje, há duas linhas entre os sem-terra: invadir para combater o latifúndio e acampar na porta das fazendas para pressionar o governo", disse a ouvidora.

Recordé

Os números deste ano superam todos os registrados desde a edição da medida provisória antiinvasão, em maio de 2000. A MP, que na prática ainda não foi cumprida pelo atual

governo, proíbe por dois anos as avaliações e vistorias em terras invadidas e exclui do programa de reforma agrária os assentados que participarem de invasões.

Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), não existe hoje no país nenhuma área impedida de vistoria por causa da MP.

Após a medida, houve uma diminuição nas invasões. Em 1999, por exemplo, antes de sua edição, ocorreram 101 invasões em março, 199 no primeiro trimestre e 502 em todo o ano. Sob Lula, nem a metade do número foi atingida.

Para Gilmar Mauro, da coordenação nacional do MST, "há uma situação grave no campo que justifica" o avanço dos números. "Até agora não houve uma resposta adequada do governo. Existem as promessas, mas as ações não estão ocorrendo. A culpa não é apenas do Lula, mas ele é o presidente", disse.

Texto Anterior: [TCU aponta a ineficiência de serviços do Incra](#)

Próximo Texto: [Campo minado: Rossetto vê exagero e critica vítima do MST](#)

São Paulo, domingo, 18 de abril de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Ação marca 8 anos da morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás

MST reúne 5 mil em ato no PA e avança contra fazendas

JOSÉ MASCHIO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM ELDORADO
DOCARAJÁS (PA)

Em memória dos 19 sem terra mortos há oito anos em confronto com a Polícia Militar em Eldorado do Carajás (PA), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) realizou um ato público com 5.000 pessoas na cidade e tomou uma fazenda da região. Segundo lideranças do MST no Pará, a invasão foi uma "vingança" pelo massacre de

1996.

Outras três fazendas foram invadidas pelos sem-terra ontem e uma quarta, que havia sido desocupada, foi tomada novamente.

No total, desde 10 de março, quando o MST iniciou nova onda de ações pelo país, houve 86 propriedades invadidas. Ontem também, em um acampamento da Contag

(Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura) em Minas Gerais, três crianças morreram em um incêndio.

O ato do MST, que precedeu a invasão na fazenda Peruano, no Pará, ocorreu pela manhã na curva do "S" -trecho da rodovia PA-150 em que os sem-terra foram mortos em 96 e onde hoje há um memorial. Da curva do "S", cerca de 2.500 sem-terra percorreram 14 km até a Peruano. A PM

acompanhou a invasão, à distância, e não houve confronto.

O MST disse que invadiu a fazenda por ela ser um "latifúndio", mesmo que produtivo. O dono, Evandro Mutran, disse que cria 11 mil cabeças de gado.

Segundo Charles Trocate, 26, da direção nacional do MST e que coordenou a invasão, "a luta contra o latifúndio é uma forma de ajudar o presidente Lula a enfrentar a reação da direita".

Das 2.500 pessoas que invadiram ontem a fazenda, grande parte era de assentamentos do MST na região. Na fazenda, ficariam 900 famílias cadastradas pelo MST, segundo Trocate.

No Pará, o MST também invadiu ontem, com 450 famílias, a Fazenda Reunidas, do grupo Janasa, em Mãe do Rio (221 km a leste de Belém). De acordo com o MST, a propriedade é improdutiva e tem aproximadamente 5.000 hectares.

Em Sergipe, 350 famílias ocuparam ontem de manhã a fazenda Carolina, em Canindé de São Francisco (198 km ao noroeste de Aracaju). Em Alagoas, 180 famílias invadiram anteontem a fazenda Raio do Sol, em Traipu (174 km a sudoeste de Maceió).

Em Mirandópolis (607 km de São Paulo), de 100 a 150 integrantes do MST invadiram ontem a fazenda Primavera, de Rubens Franco de Melo. A fazenda havia sido desocupada pelo MST.

Os pais das três crianças que morreram num incêndio em Minas Gerais -Luiz Carlos Dionísio Antero, 41, e Eliane Dionísio Antero, 23, foram presos em flagrante por negligência, segundo a PM.

O incêndio ocorreu na invasão da usina de álcool Ariadinópolis, em Campo do Meio (328 km de Belo Horizonte). Dois filhos sobreviveram. Segundo a polícia, que

foi avisada pelo tio das crianças, o casal deixou o acampamento às 17h para ir a um bar.

A fabricante de papel Klabin divulgou nota informando que sua fazenda Faxinal do Paulista, em São Cristóvão do Sul (SC), foi invadida na madrugada de ontem por 420 famílias do MST. A Folha não conseguiu localizar representantes do MST local até a conclusão desta edição.

Colaboraram DAYANNE MIKEVIS, EDUARDO DE OLIVEIRA e LÉO GERCHMANN, da Agência Folha

Texto Anterior: [Frase](#)

São Paulo, sexta-feira, 23 de abril de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Líder do movimento diz que "abril vermelho" foi impressionante e que governo sabe que, sem pressão, não há mudanças

Stedile afirma que há "impaciência" no MST

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Idealizador do "abril vermelho", rotulado por ele como uma mobilização "impressionante", o economista João Pedro Stedile, 50, da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), afirmou ontem que o movimento vai prosseguir "impacientemente" com as suas ações pelo país.

"Não muda nada [após o "abril vermelho"]. Nossa missão como movimento social é seguir impacientemente para conscientizar os pobres do campo, organizá-los e mobilizá-los para ter força social suficiente para que haja mudanças de forma mais rápida."

No início da semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou seu programa quinzenal de rádio para cobrar responsabilidade dos movimentos sociais e pedir que evitem a radicalização das manifestações.

"Quem quiser fazer suas manifestações, este é um país

democrático, é um país livre, as pessoas podem fazer. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade", disse Lula.

Stedile fez um balanço da atuação do movimento, ocorrida entre a última semana de março e o dia 19 deste mês, data em que completou oito anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA), quando 19 sem-terra foram mortos por policiais militares durante a desobstrução de uma estrada. A maioria das ações ocorreu por meio de invasões de terra. "A mobilização social que houve durante todo mês de abril [...] foi impressionante e refletiu o que nós já vínhamos sentindo na base havia algum tempo", afirmou o líder sem-terra. Segundo Stedile, a "herança" do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a continuidade do modelo econômico na gestão Lula obrigam os movimentos a se "mexer".

"Nós recebemos uma herança perversa de acúmulo de problemas sociais durante oito anos e, agora, com a continuidade da política econômica, os trabalhadores e os pobres estão percebendo que, se não se mexerem, não haverá mudanças." As invasões de propriedades rurais, segundo ele, não são para exigir determinada área de "qualquer maneira", e sim para que "o governo se mexa e faça as desapropriações".

Há um acordo com o Planalto, disse Stedile: o governo assenta 400 mil famílias até 2006, e o MST organiza essa quantidade de pessoas nos acampamentos. "Sem os pobres do campo organizados, não há nenhuma possibilidade de se fazer a reforma agrária."

Até dezembro o governo promete assentar 115 mil famílias, sendo 47 mil delas até junho. No primeiro trimestre, o Ministério do Desenvolvimento Agrário afirma ter assentado cerca de 11 mil famílias. No ano passado, Lula prometeu 60 mil, mas só assentou 36 mil, de acordo com a pasta.

Stedile afirma que o governo tem ciência de que, sem as mobilizações, "não terá força" para promover as mudanças. "Será sempre refém da vontade das elites." Para ele, a "classe dominante" e a imprensa em geral utilizaram a "jornada de lutas" para "criminalizar" os movimentos sociais.

Texto Anterior: [Outro lado: Governo diz que está investigando suposto problema](#)

Próximo Texto: [Sem-terra deixam área produtiva logo após invasão](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Reintegração de área perto do local do massacre de 96, ocupada por 1.200 famílias do MST, ainda não foi cumprida

Eldorado do Carajás teme nova tragédia

ELVIRA LOBATO

ENVIADA ESPECIAL A ELDORADO DO CARAJÁS

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ergueu um acampamento gigante -com 1.200 famílias, escola e duas igrejas evangélicas- a apenas 12 km do local no sul do Pará onde 19 sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Estado, em 17 de abril de 1996, no massacre de Eldorado do Carajás.

As famílias estão acampadas dentro da fazenda Peruano, na margem da rodovia em que aconteceram as mortes, a PA-150, a cerca de 80 km de Marabá.

A invasão se deu no último dia 17 de abril, quando se completaram oito anos do massacre, e recebeu o nome de Lourival Santana, um dos mortos no episódio.

O proprietário da fazenda Peruano, Evandro Mutran, obteve uma liminar judicial para a reintegração de posse dois dias depois da invasão, mas a decisão ainda não foi cumprida. As autoridades temem repetir o confronto de 1996, que deixou ainda 81 feridos (69 sem-terra e 12 policiais).

De acordo com a advogada do proprietário da fazenda, Marli Tronchetti, a Polícia Militar de Marabá alega que só agirá com ordem do governador Simão Jatene (PSDB), em razão do grande número de acampados. Em 1996, o massacre ocorreu após determinação do então governador Almir Gabriel (PSDB) para a desobstrução da estrada (leia abaixo). A advogada afirma que entrará na Justiça com um pedido de intervenção federal no Estado, pois seu cliente tem três fazendas que estão ocupadas pelo MST e, em nenhuma delas, a liminar de reintegração de posse foi cumprida. O governo do Pará informou, por intermédio de sua assessoria de imprensa, que a ordem de desocupação da

fazenda Peruano não foi cumprida a pedido da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Terra, formada pela Câmara e pelo Senado, que investiga os conflitos agrários. E também por causa de um acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Ocupação simbólica

De acordo com Charles Trocattte, que é membro do diretório nacional do MST e está baseado em Marabá, o acampamento da fazenda Peruano foi planejado para ter visibilidade e é o maior do Estado do Pará. Nos três meses que antecederam a invasão, parte das famílias ficou alojada próximo de Eldorado do Carajás, para o que ele chamou de ""processo de acumulação de forças".

Segundo Trocatte, trata-se da ação de maior impacto do MST no Sul do Estado nos últimos oito anos, por causa da localização simbólica -próxima ao memorial do massacre- e das características da propriedade ocupada.

A fazenda Peruano, de acordo com seu proprietário, tem 7.500 hectares de extensão, 16.500 cabeças de gado e é especializada em transferência de embriões e inseminação artificial para a melhoria genética de espécies das raças guzerá, nelore e girolanda. A sede da propriedade tem sete suítes.

Suposto trabalho escravo

O Ministério do Trabalho autuou, em 2001, duas propriedades rurais de Evandro Mutran por utilização de mão-de-obra em condição análoga à escravidão: a própria Peruano e a fazenda Cabaceiras. Ambas ficam entre os municípios de Eldorado do Carajás e Marabá. Também invadida, A Cabaceiras já está ocupada por famílias do MST há cinco anos.

Em entrevista à Folha, por telefone, Mutran refutou a acusação de trabalho escravo e afirmou que vem sendo vítima de perseguição por parte do MST e dos fiscais do Ministério do Trabalho. Além das fazendas, onde cria cerca de 50 mil cabeças de gado, Mutran é exportador de castanha do Pará.

O empresário disse que a fazenda Cabaceiras foi autuada duas vezes pelo Ministério do Trabalho, em 2001 e em 2002, por utilização de trabalho escravo e que um dos motivos da autuação foi a falta de água potável e de alojamentos adequados para os trabalhadores. Segundo ele, a caixa d'água e os alojamentos haviam sido destruídos pelos sem-terra.
""É como autuar um hotel de luxo no Iraque por falta de

alojamentos adequados. Minha fazenda está pior do que o Iraque", acrescentou o empresário.

Suspeita de grilagem

A Superintendência Regional do Incra em Marabá afirmou que recomendou a suspensão do despejo dos acampados na fazenda Peruano até que seja realizada uma medição das terras.

De acordo com Gilson Souza Mendes, que é chefe da divisão técnica da superintendência, há suspeita de que parte das terras seja da União. A suspeita foi levantada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pelo MST.

Segundo a CPT de Marabá, a Peruano ocuparia uma área total de 10.800 hectares, dos quais cerca de 6.000 seriam da União.

O proprietário da fazenda contesta o dado. Mutran afirma que comprou a propriedade em 1982 e que ela tem 2.300 hectares a menos do que o total informado pela CPT. O empresário alega ainda que possui a titularidade das terras registrada em cartório.

Texto Anterior: [Saiba mais: Propriedade está em uma área que pertence à União](#)

Próximo Texto: [Saiba mais: Massacre ocorreu em desobstrução de estrada pela PM](#)

São Paulo, terça-feira, 09 de novembro de 2004 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Tensão entre MST e proprietários volta a Eldorado

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

A tensão entre fazendeiros e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) voltou a Eldorado do Carajás (768 km de Belém-PA), local do massacre de 19 sem-terra, mortos em confronto com a polícia em 96. Nelson Ferreira Santos, 61, administrador da fazenda Peruano, acusa os sem-terra de terem matado ao menos 50 cabeças de gado desde que invadiram a área em abril deste ano. O MST, que mantém 1.200 famílias na fazenda, nega. Os sem-terra dizem que parte da área é da União -os donos

negam.

Texto Anterior: [Campo minado: Sem-terra invadem fazendas no Pará](#)

Próximo Texto: [Encontro: Frente nacional reúne prefeitos em Brasília](#)

São Paulo, sexta-feira, 19 de novembro de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Dois PMs já foram condenados por ação de 1996

Justiça do Pará inicia 3º julgamento sobre mortes de sem-terra em Carajás

TIAGO ORNAGHI
DA AGÊNCIA FOLHA

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Oito anos após o episódio conhecido como massacre de Eldorado do Carajás, a Justiça do Pará inicia hoje o terceiro julgamento sobre a ação da Polícia Militar que deixou 19 sem-terra mortos em um desbloqueio de rodovia em 1996. Os sem-terra eram ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Nos dois julgamentos anteriores, apenas os comandantes da operação, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, foram condenados - receberam pena de 228 e 158 anos, respectivamente. Eles estão em liberdade, esperando o julgamento de recursos.

O julgamento de hoje foi motivado por recursos de ambas as partes. Os advogados do MST e o Ministério Público querem que os 145 policiais que participaram da ação sejam condenados. Os dois já condenados querem que as penas sejam revistas. Segundo os advogados deles, não haviam sido dadas ordens para matar.

"Se o Tribunal [de Justiça] mantiver a impunidade, aumentará a impressão entre os pobres deste país que o Poder Judiciário só funciona para ricos", disse João Pedro

Stedile, dirigente do MST.

O massacre aconteceu no dia 17 de abril de 1996, quando o então governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), ordenou que dois batalhões da PM realizassem uma ação para desobstruir trecho da rodovia PA-150. O local havia sido tomado no dia anterior por cerca de 1.100 sem-terra, que marchariam até Belém (distante 768 km).

Os dois grupos entraram em confronto e o saldo foi a morte de 19 sem-terra. Outros 69 sem-terra e 12 policiais ficaram feridos. Exames nos corpos mostraram que eles haviam sido mortos com tiros à queima-roupa ou com golpes de machado e facão.

A defesa dos soldados acusados de participar das mortes alega que os tiros foram disparados para o alto. Segundo a defesa, é impossível apontar quais soldados teriam matado os 19 sem-terra.

Com a aprovação da reforma do Judiciário no Congresso, crimes contra os direitos humanos poderão ser transferidos da Justiça comum para a Justiça Federal.

Abaixo-assinado

Deputados que integram uma ala esquerdista do Parlamento Europeu enviaram ao TJ do Pará um abaixo-assinado no qual pedem o "fim da impunidade" ao massacre de Eldorado do Carajás. O documento é assinado por 18 parlamentares de dez países.

"Os deputados do Grupo da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Verde Nôrdica do Parlamento Europeu (...) manifestam o seu mais profundo desejo de que haja justiça e que se ponha fim à impunidade relativamente aos responsáveis pelo bárbaro assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra pela ação da Policia Militar do Estado do Pará."

A Anistia Internacional divulgou ontem o comunicado "Brasil: O Mundo não Esqueceu", em que pede a punição pelo massacre.

Texto Anterior: [CPI da Loterj: Promotora recebe fitas gravadas por Cachoeira](#)

Próximo Texto: [Panorâmica - Operação Faraó: PF prende 7 acusados em Roraima](#)

MASSACRE EM CARAJÁS

Comandantes da PM são considerados responsáveis pela morte de sem-terra; advogado vai recorrer

Justiça confirma condenação de oficiais

SÍLVIA FREIRE
DA AGÊNCIA FOLHA

O Tribunal de Justiça do Pará determinou ontem a prisão dos dois comandantes da Polícia Militar considerados responsáveis pela morte de 19 sem-terra ligados ao MST no episódio conhecido como massacre de Eldorado do Carajás, em abril de 1996.

Por unanimidade, a Segunda Câmara Criminal do TJ confirmou a condenação do coronel Mário Pantoja e do major José Maria de Oliveira ao julgar recurso apresentado pela defesa. Em 2002, Pantoja e Oliveira haviam sido condenados pelo tribunal do júri a 228 anos e 158 anos de reclusão, respectivamente, mas aguardavam o julgamento em liberdade.

O agricultor Francisco Moura, um dos coordenadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Pará, disse que a prisão dos dois oficiais ainda "é muito pouco" para o movimento. "Nosso pessoal vai recorrer de novo para que os outros policiais militares que participaram da operação sejam condenados", disse Moura.

Em abril de 1996, o agricultor era um dos coordenadores da marcha de sem-terra que fechou a estrada PA-150 e que, durante a ação de desocupação, entrou em confronto com a PM. Além dos 19 mortos, 69 ficaram feridos.

A Segunda Câmara Criminal do TJ também julgou ontem o recurso apresentado pelo Ministério Público do Estado e pelos advogados do MST que pedia a anulação do júri que absolveu 145 policiais -entre soldados, sargentos e cabos- que também participaram da operação.

O advogado Américo Leal, que representa Pantoja, disse ontem à tarde que ainda não sabia do resultado do julgamento do recurso. O advogado de Oliveira, Jânio Siqueira, disse que seu cliente se apresentará ao TJ na segunda-feira, se estiver recuperado de uma crise hipertensiva, que também acometeu Pantoja, causada pela

notícia do resultado do julgamento. Eles estão internados em Belém.

Os advogados pedirão habeas corpus na próxima semana e recorrerão ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, assim que for publicada a decisão.

A Segunda Câmara julgou ontem um total de nove recursos referentes ao massacre, que haviam sido apresentados tanto pelo Ministério Pùblico Estadual e pelos advogados do MST (pedindo a extensão da pena aos outros 145 policiais) quanto pelos defensores dos policiais condenados (pedindo absolução).

Do lado de fora do tribunal, cerca de 600 pessoas aguardavam o resultado com cartazes, faixas e palavras de ordem. A prisão foi comemorada.

Segundo o coronel Antônio Araújo, comandante do Comando de Policiamento Metropolitano, um contingente do batalhão de choque ficou de prontidão num local próximo ao tribunal, mas não houve problemas.

Trinta lideranças do MST foram credenciadas e acompanham a sessão, bem como três observadores da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

"O resultado do julgamento aponta para dois fatos: o fato alvissareiro da condenação, que quebra o sentimento de impunidade, mas aponta, em relação à absolvição dos cabos e dos soldados, a necessidade de reforma na segurança pública", disse o observador Pedro Montenegro.

Texto Anterior: [Governo bate cabeça e causa atraso em repasse de verbas](#)

Próximo Texto: [Vitória ortodoxa: Lula quer amarrar PMDB e PP ao governo](#)

São Paulo, terça-feira, 23 de novembro de 2004 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Major condenado pelas mortes de Carajás é preso

DA AGÊNCIA FOLHA

O major José Maria Pereira de Oliveira, condenado a 158 anos de prisão pelo massacre de Eldorado do Carajás, foi detido ontem ao se apresentar ao comando da Polícia Militar,

em Belém (PA).

Na sexta-feira, o Tribunal de Justiça do Pará expediu o mandado de prisão de Oliveira e do coronel Mário Colares Pantoja, condenado a 228 anos de prisão pelo massacre, e decidiu manter suas condenações. Eles haviam sido julgados pelo tribunal do júri em 2002 e aguardavam o julgamento dos recursos em liberdade.

Pantoja e Oliveira comandavam as tropas responsáveis pela liberação de uma estrada fechada por agricultores do MST, em 96. Houve confronto e 19 sem-terra morreram. Os soldados que estavam na operação foram absolvidos.

Até a tarde de ontem Pantoja estava internado no Hospital Sírio Libanês, da PM, em Belém. Segundo seu advogado, Américo Leal, ele teve uma crise de pressão alta ao saber do resultado do julgamento. Oliveira também foi hospitalizado, mas foi liberado no mesmo dia. A PM diz que Pantoja já está sob responsabilidade da Justiça, mas à disposição dos médicos. Os advogados dos condenados disseram que vão recorrer.

Texto Anterior: [Anistia condena assassinatos e pede investigação](#)

Próximo Texto: [PM prende 5 acusados de disparos em MS](#)

FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

São Paulo, quarta-feira, 06 de abril de 2005

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ABRIL SEM ORDEM

Novas invasões ocorridas no último fim de semana marcaram o início de mais um famigerado "Abril Vermelho", nome adotado para o mês em que se intensificam as mobilizações e protestos capitaneados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As ações fazem parte do que o movimento chama de "Jornada de Luta", na verdade uma genuína jornada de abusos, realizada anualmente pelo MST, a pretexto de lembrar o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em abril de 1996.

Até agora, ao todo, o MST, juntamente com a Organização da Luta no Campo (OLC), invadiu 12 fazendas no interior de Pernambuco. As ações não devem parar por aí. Segundo a direção do movimento, até o final desta semana deverão ser

realizadas mais 40 invasões só naquele Estado.

O MST tem, certamente, o direito de defender a população rural despossuída e de lutar contra as evidentes assimetrias da estrutura fundiária brasileira. Isso, porém, não pode se confundir com a sistemática agressão à ordem.

Paralelamente à irresponsabilidade das lideranças do movimento, é preciso reconhecer que a extraordinária inoperância da administração petista na condução da reforma agrária tem contribuído para estimular esse tipo de mobilizações e para açular os conflitos.

Até agora nenhuma das metas da reforma agrária foi cumprida pelo governo petista. Em 2004, atingiu-se apenas 59% do objetivo estipulado. Diante desse quadro, é preciso muito otimismo para acreditar no assentamento de 400 mil famílias até 2006, conforme o prometido.

Além disso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem se mostrado sempre leniente quando se trata de mobilizações claramente ilegais -não cumprindo, por exemplo, a norma, criada pelo governo anterior, que afasta da reforma agrária as terras invadidas.

Já passa da hora de repensar o modelo de reorganização fundiária que se pretende implantar no país, de modo a conferir-lhe mais eficiência e adequá-lo à realidade econômica contemporânea. Até agora o PT fez muito pouco para quem anunciava, à época das eleições, uma "reforma agrária do século 21".

Texto Anterior: [Editoriais: CONTROLE EXTERNO](#)

Próximo Texto: [Editoriais: BERLUSCONI PERDE](#)

São Paulo, quarta-feira, 06 de abril de 2005 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Um dos acusados é tenente-coronel da Polícia Militar; há, no grupo preso, quatro oficiais reformados da PM

PF prende acusados de criar milícia anti-MST

Jonas Silveira/Folha Imagem

Acusado de fazer parte de milícia é escoltado por policiais no PR



MARI TORTATO
JOSÉ MASCHIO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

A Polícia Federal prendeu na manhã de ontem no Paraná o tenente-coronel da Polícia Militar Waldir Copetti Neves e mais sete pessoas -quatro oficiais da PM reformados, um expulso e um homem e uma mulher civis-, sob acusação de formarem uma organização criminosa armada que dava segurança ilegal a fazendeiros e intimidava grupos de sem-terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) sem respaldo da Justiça.

Neves foi preso na casa dele, em Curitiba, e levado para a sede da PF. Ele é apontado como o chefe da organização. Sobre ele também pesa a acusação de tráfico internacional de armas.

A operação batizada de "Março Branco" realizou outras seis prisões em Ponta Grossa -a 110 Km de Curitiba- e uma em Cascavel -500 km a oeste da capital. Entre os presos, há dois supostos sem-terra que teriam sido infiltrados em acampamentos do MST para vazar informações ao grupo. O presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, Marcos Degraf, também foi chamado para depor em Curitiba. O delegado federal que comandou a operação, Fernando Francischini, disse que Degraf também pode ser indiciado. A entidade distribuiu nota negando as acusações.

No material apreendido no cumprimento de 13 mandados de busca e apreensão da Justiça, a PF encontrou recibos de "cotas mensais" pagas por fazendeiros ao grupo de Neves.

Esses recibos têm anotados preços variados, mas são, em maior número, de R\$ 700 e R\$ 800, segundo Francischini. O superintendente da PF no Paraná, Jaber Makul Hanna Saadi, disse que, na documentação apreendida, há provas da existência de um "consórcio" de fazendeiros para inibir invasões de áreas no Estado mediante o pagamento ao grupo. "Agimos para prevenir uma nova Eldorado do Carajás", afirmou Saadi. Em 1996, numa rodovia de Eldorado do Carajás (PA), 19 sem-terra foram mortos num confronto com a PM do Estado.

Saadi disse que a operação estava preparada para março, daí o nome "Março Branco", mas que precisou de adiamento. "Março Branco" é uma contraposição à onda de invasões batizada de "Abril Vermelho", que o MST desencadeou no ano passado e promete repetir neste ano no país, por mais atenção do governo à reforma agrária.

A operação de ontem foi autorizada pela juíza substituta da 1ª Vara Federal de Ponta Grossa Karla Grando. A partir de hoje, o caso será conduzido por Silvia Brollo, que volta de férias. Os cerca de 60 policiais mobilizados encontraram 16 armas de fogo, entre elas pistolas Glock, e, segundo Francischini, "muita munição". "Ainda vamos demorar para levantar tudo", afirmou ele ontem à Folha, antes de ouvir os detidos.

Por encomenda

Escutas telefônicas usadas na investigação indicaram, segundo a PF, que as armas eram encomendadas no Paraguai por Neves para a intimidação dos sem-terra. "Ainda não temos nada que também aponte para o comércio delas", disse o superintendente.

Ele e o chefe da operação afirmaram que a investigação sobre as atividades paralelas de Neves começou há quatro anos na PF, mas que foi intensificada há dez meses, depois de um pedido de formação de uma força-tarefa conjunta pelo governador Roberto Requião (PMDB) ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, participou da divulgação do caso ontem na sede da PF em Curitiba.

O tenente-coronel preso, que tem 29 anos de corporação, chegou a chefiar o grupo Águia da PM do Paraná, o serviço reservado que se especializou em despejos legais das fazendas. Há algum tempo, Neves teria sido colocado "na geladeira". Ele estava respondendo pela chefia da área logística da corporação, uma função burocrática do Estado Maior da instituição. Por ser oficial da PM, ele ficará preso em um quartel.

No Rio, PMs são suspeitos de ter provocado a morte de 30 pessoas na semana passada na Baixada Fluminense -maior chacina contra comunidades carentes do Estado desde o massacre de Vigário Geral em 1993, quando 21 foram mortos por PMs.

Texto Anterior: [Terra sem lei: Três acusados de matar Dorothy não falam durante acareação no Pará](#)
Próximo Texto: [Outro lado: Advogado de PM diz que PF viola direito de defesa](#)

São Paulo, sexta-feira, 15 de abril de 2005 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

QUESTÃO AGRÁRIA

Movimento invadiu 377 áreas, de um total de 571 em 26 meses de governo; para sem-terra, é preciso pressionar

MST concentra 66% das invasões sob Lula

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar dos seguidos diálogos com o governo petista e da fama de aliados históricos, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) concentra 66% das 571 invasões de terra feitas no país nos primeiros 26 meses da gestão Luiz Inácio Lula da Silva.

De janeiro de 2003 a fevereiro de 2005, segundo a Ouvidoria Agrária Nacional, o movimento participou de 377 invasões de propriedades rurais em todo o país. Para João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, "governos só funcionam na pressão".

Membros do governo, como Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), vêem as ações como algo democrático, uma forma de pressão que deve ser respeitada pelo Executivo. Mas há outros setores, liderados por Roberto Rodrigues (Agricultura), que enxergam os movimentos como focos de desestabilização.

No Planalto, o tema das invasões é tratado com extrema preocupação, principalmente pelo desgaste político que tais ações podem proporcionar. Na semana passada, por

exemplo, o presidente convocou duas reuniões sobre o tema em seu gabinete, além de ter liberado R\$ 400 milhões para a desapropriação de fazendas.

Para Stedile, o movimento não age com a preocupação de agradar ou não a determinado governo. Isso, segundo ele, significaria o fracasso da entidade.

"Pela natureza de nosso movimento, sempre somos autônomos. Autônomos de partidos políticos, do governo e das igrejas. Os movimentos que não respeitarem esse princípio e se vincularem a partidos ou governos estão fadados historicamente ao fracasso, pois ficam dependentes." Segundo o líder dos sem-terra, a gestão Lula precisa se lembrar das promessas antigas do PT. "De parte do governo, se eles ainda se lembrem do que defendiam no Partido dos Trabalhadores, eles sabem que, a rigor, as mobilizações sociais, as ocupações de terra e as lutas sociais ajudam a reforma agrária. Ajuda o governo a se mexer. Como sabemos, os governos só funcionam na pressão."

Liderança tranquila

A liderança do MST no ranking de invasões é folgada. Atrás dele, na segunda colocação, com 50 invasões no período (8% dos casos), aparece a OLC (Organização de Luta no Campo), uma dissidência da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura) que concentra suas ações em Pernambuco.

A Contag e suas federações regionais aparecem no terceiro posto da tabela da ouvidoria, com 44 invasões (7%) em 26 meses de governo Lula. A seguir, com 14 casos (2%), está o Mast (Movimento de Agricultores Sem Terra), com suas ações principalmente no Pontal do Paranapanema (SP). Segundo dados da ouvidoria, 29 entidades e movimentos, além das federações regionais da Contag, participaram de invasões de terra no governo Lula. Muitos desses movimentos são dissidências do MST e da Contag.

Massacre

Desde 16 de abril de 1996, quando 19 sem-terra foram assassinados em Eldorado do Carajás (PA), os meses de abril passaram a concentrar a maioria das ações dos sem-terra no país. Entre 2000 e 2004, abril concentrou 266 das 1.046 invasões no período, ou seja, 25% das ações.

No dia do massacre, policiais militares entraram em confronto com integrantes do MST para desobstruir uma estrada da região. (EDUARDO SCOLESE)

Texto Anterior: [Orcamento da área agrária foi em parte retido](#)

Próximo Texto: [Sem-terra invadem a sede do Incra em Belém](#)

São Paulo, sexta-feira, 15 de abril de 2005 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Sem-terra invadem a sede do Incra em Belém

SILVIO NAVARRO
DA AGÊNCIA FOLHA

Um grupo de 300 famílias de sem-terra invadiu ontem a sede do Incra, em Belém (PA), para protestar contra a morosidade no processo de reforma agrária.

Os sem-terra são ligados à Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), formada por sindicatos dissidentes da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

O grupo que encabeçava o protesto estava acampado na porta do Incra havia dois dias. Eles reivindicavam uma reunião com a direção do órgão e se irritaram com o cancelamento do encontro.

Ao ser informada do adiamento da reunião, a liderança do grupo decidiu impedir a entrada e saída dos funcionários. O bloqueio gerou tensão e terminou numa briga entre servidores e sem-terra.

Após a confusão, a direção do Incra recebeu os manifestantes. No encontro, que durou cinco horas, o Incra prometeu intensificar as perícias das fazendas a partir de maio e realizar uma nova reunião com o grupo em 45 dias. Os sem-terra se comprometeram a deixar a sede do Incra hoje pela manhã.

Anteontem, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) fez a sua 19ª invasão em Pernambuco neste mês.

Texto Anterior: [Questão agrária: MST concentra 66% das invasões sob Lula](#)

Próximo Texto: [Questão agrária: Rodrigues é contra rever produção agora](#)

São Paulo, quarta-feira, 18 de maio de 2005 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

SAIBA MAIS

Pacotes surgem após protestos ou assassinatos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Pacotes recheados de promessas para a reforma agrária têm vindo, nos últimos anos, sempre a reboque de pressões, por meio de marchas e invasões de terra e prédios públicos, ou de assassinatos de trabalhadores rurais sem terra.

Um caso emblemático ocorreu em 1996, quando 19 sem-terra foram assassinados em confronto com policiais militares em Eldorado do Carajás (PA). Duas semanas após o massacre, sob pressões vindas até do exterior, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde convertido no atual Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para conter as críticas dos sem-terra, o governo FHC também inflou os seus balanços de reforma agrária. No lugar dos supostos assentados, para cumprir suas metas, havia terrenos baldios e camponeses sem casa e estrutura básica. Já no governo Lula, além do pacote ambiental na Amazônia lançado somente após o assassinato da missionária Dorothy Stang, há outros dois casos que indicam o trabalho do Planalto a reboque das reivindicações do MST e outras entidades.

Em novembro de 2003, em menos de uma semana, o governo ampliou sua meta de 355 mil para 400 mil famílias assentadas porque, em meio a uma marcha de 4.000 sem-terra a Brasília, o primeiro anúncio foi chamado de ridículo pelo MST e de mesquinho pela CPT.

Já no início do ano passado, às vésperas do "abril vermelho", Lula prometeu suplementar em R\$ 1,7 bilhão o Orçamento do Desenvolvimento Agrário, numa tentativa de acalmar os sem-terra. (EDS)

Texto Anterior: [MST erra com anticapitalismo, diz líder](#)
Próximo Texto: [Questão indígena: Índios invadem Aracruz Celulose](#)

PAINEL

Serviços prestados 1

A administração do fator Duda Mendonça é a maior responsável pelas boas palavras que saem da boca de Lula quando alguém se refere ao presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli.

Serviços prestados 2

Foi enorme a pressão dentro da empresa pela dispensa da agência de Duda, que por sua vez ameaçava se lembrar de novos detalhes da campanha de 2002 caso lhe tirassem sua melhor conta no governo. Gabrielli matou no peito, e o marqueteiro continua firme na Petrobras.

Senha

Representantes da oposição na CPI dos Correios julgam que a recém-revelada segunda conta de Duda no exterior tornou inevitável um novo depoimento do ex-marqueteiro de Lula.

Habeas corpus

Outros na CPI recomendam menos entusiasmo. Apostam que Duda, enrolado como está, pode até ir à comissão, mas jamais dará um espetáculo como o de seu primeiro depoimento, em agosto passado.

Brincando...

O Orçamento de 2006, ainda à espera de aprovação pelo Congresso, estabelece R\$ 2 mi para prevenção de conflitos no campo, mesmo valor anotado na peça do ano passado. Nem a inflação do período foi corrigida.

...com fogo

O MST já mandou avisar que o ano será quente. Insatisfeito com o ritmo dos assentamentos, o movimento liderado por João Pedro Stedile pretende marcar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás, em abril, com uma onda de invasões.

Carcará mais magro

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ganhou hino, bandeira e uma nova ave-símbolo, mas, no Orçamento, perde 3,6%. Terá, em tese, R\$ 179 mi para gastar em 2006.

Casa de esquina

Quando se pensa que Nelson Jobim está inclinado a tentar a cabeça-de-chapa no PMDB, lá vai o presidente do Supremo Tribunal Federal, de novo, tricotar com os governistas para ver se emplaca como vice de Lula.

Assim não

Em privado, o PFL admite que dificilmente lançará nome para o governo de São Paulo se o candidato tucano ao Planalto for José Serra e Geraldo Alckmin permanecer no Palácio dos Bandeirantes até o final do mandato.

Assim sim

Nesse cenário, o PFL se daria por satisfeito em indicar o vice do postulante tucano. Mas, se Alckmin sair para disputar a Presidência da República ou outro cargo, como disse ontem que irá fazer, deixando na cadeira o pefelista Claudio Lembo, o partido insistirá em ter candidato próprio na eleição estadual.

Entrou areia 1

A disputa Serra x Alckmin contaminou a escolha do novo líder tucano na Câmara. Jutahy Júnior, que tinha a vaga assegurada, ganhou a sombra de João Almeida, baiano como o colega.

Entrou areia 2

Ao estimular uma candidatura alternativa, os simpatizantes de Alckmin procuram conter a influência majoritária de Serra sobre a bancada federal. Jutahy Júnior é um dos principais escudeiros do prefeito na Câmara.

Grampolândia

Mesmo antes da chegada de 2006, as escutas ilegais voltaram com tudo à Bahia, terra conhecida pelo uso desse expediente como forma de intimidar adversários em campanhas eleitorais.

Tiro único

O PSOL avalia ter chances de conquistar o governo do Pará, onde seu candidato será o ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues. Nos demais pleitos estaduais, a sigla está conformada em fazer apenas figuração.

TIROTEIO

Do deputado federal Silvio Torres (PSDB-SP) sobre a previsão do presidente Lula de que seu partido ainda terá de "sangrar muito":

-É só chamar o Marcos Valério que ele monta um novo banco de sangue para o PT.

CONTRAPONTO

Oferta e procura

Em sua campanha vitoriosa ao governo de Minas Gerais, em 1982, Tancredo Neves encerrou um longo dia de comícios e apertos de mão num pequeno município, tarde da noite. A comitiva de Tancredo, que morreria em 1985 antes de tomar posse na Presidência, estava verde de fome. Seus integrantes saíram à procura de um restaurante ainda em funcionamento naquele horário. Encontraram apenas um pequeno bar.

Assim que o grupo entrou no local, o dono foi logo avisando:

-Estou fechando a casa.

Um assessor insistiu, e o homem aceitou preparar o único prato a seu ver possível àquela altura: sanduíche de ovo. Terminada a refeição, chegou uma conta salgada, o que levou Tancredo a comentar:

-Ovo deve ser raro aqui!

O dono do bar foi rápido:

-Ovo tem muito, doutor. Raro é candidato a governador!

Próximo Texto: [Alckmin anuncia](#)

São Paulo, segunda-feira, 16 de janeiro de 2006 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PAINEL

Campo aberto

Nem Executiva, "conselho de notáveis" ou colégio eleitoral tucano. Feitas as contas, o grupo pró-Geraldo Alckmin avalia que a única instância dentro do PSDB em que o governador paulista pode ter alguma chance de vencer José Serra é mesmo a convenção do partido.

Não é comigo

A recente onda de ataques a postos policiais e os conflitos de terra no Pontal engrossaram o coro dos tucanos que defendem a desincompatibilização imediata de Geraldo Alckmin.

Até o fim

A tese do grupo é que o desgaste das crises enfraquece Alckmin na disputa com José Serra pela vaga de candidato tucano a presidente. Mas o governador tem dito que, se tudo sair como planejado por ele, só deixará o cargo em março.

Reforço

Presidente do PSDB gaúcho e pré-candidata ao governo do Estado, a deputada Yeda Crusius passará a engrossar as fileiras pró-candidatura Alckmin no Congresso, território onde o governador está em desvantagem no embate com Serra.

A última que morre

Os olhos dos petistas brilham só de pensar no mês de abril. Esperam uma maré de boas notícias: fim da CPI dos Correios, retomada da economia, resultados da operação tapa-buracos e auto-suficiência da Petrobras.

Fora ianques

A auto-suficiência e o rompimento amigável com o FMI serão os dois pilares de um forte discurso de conquista da soberania nacional na campanha de Lula. "São símbolos potentes", diz José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobras.

Decolagem autorizada

A Infraero terá R\$ 1,5 bi para investir em 2006, o dobro do que nos últimos três anos. No ano eleitoral, estão programadas obras em dez aeroportos.

Lista alternativa

Se não conseguir ficar com o Ministério dos Transportes após a saída de Alfredo Nascimento em abril, o PMDB governista já escolheu um prêmio de consolação para pedir a Lula: retomar o controle do porto de Santos.

Malas prontas

O atual presidente do porto, José Carlos Rego, é uma indicação de Nascimento (PL-AM), pré-candidato ao

Senado, e do ex-deputado Valdemar Costa (PL-SP). Ele deverá deixar o cargo, ocupado pelo PMDB nos anos FHC, em abril.

Pé na estrada

Entre as atividades programadas pelo MST para marcar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA), em abril, estão 23 marchas a capitais e vigílias em frente aos TJs.

Semestre vermelho

O movimento promete um primeiro semestre "quente" no campo e vai se definir quanto ao apoio a Lula somente em julho. "O presidente vai ter trabalho para nos convencer", diz o líder João Paulo Rodrigues.

Última fronteira 1

O Brasil nomeou na semana passada um embaixador para o Iraque, posto vago desde a Guerra do Golfo, em 1991. É Bernardo Brito, hoje o representante na Palestina.

Última fronteira 2

Por enquanto, Brito fica em Amã (Jordânia), aguardando condições de segurança para reabrir a embaixada em Bagdá. O Itamaraty espera que isso ocorra até o final do ano.

Empurrãozinho

Temendo morosidade por parte do corregedor da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), integrantes da CPI dos Correios já preparam representação contra o deputado João Hermann, o mais novo "mensaleiro", no Conselho de Ética.

TIROTEIO

Do líder do PT na Assembléia paulista, Renato Simões, sobre a disputa entre José Serra e Geraldo Alckmin para ser o candidato tucano a presidente:

-Eles transformaram um evento interno do partido na briga de duas enormes máquinas públicas, a da prefeitura e a do governo de São Paulo.

CONTRAPONTO

Aula prática

Nos anos 70, Edson Gradia era líder do prefeito de Londrina,

José Richa, também cirurgião dentista e preparava um seminário internacional de odontologia na cidade paranaense.

Junto do professor Sebastião Simões, da Faculdade de Odontologia local, ele foi certa vez até o prefeito, morto em 2003, pedir patrocínio à iniciativa.

-Do que vocês precisam?-, quis saber o prefeito, e Simões expôs os custos do projeto.

Diante da proposta de Richa, o professor se levantou, pegou o vereador e ex-aluno Gradia pelo braço e o arrastou para fora. Minutos depois, a dupla se apresentou novamente à secretaria. O prefeito, então no extinto MDB, como seu líder, mandou que eles entrassem.

Como se nada tivesse acontecido, o professor repetiu tudo, e o prefeito dobrou o valor do patrocínio. Só então Simões se levantou, agradeceu e foi embora.

Próximo Texto: [A dois meses do fim, CPI ainda espera dados de investigados](#)
[Índice](#)

São Paulo, segunda-feira, 06 de março de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Comparação é com últimos três anos de FHC, com dados oficiais

Invasões de terra crescem 55% com Lula no Planalto

Jean Pimentel/Zero Hora



BATALHA Conflito entre o MST e a polícia na fazenda "Guerra", em Coqueiros do Sul (RS), invadida na última quarta-feira por 2.000 acampados; notificados para deixar o local até as 15h de ontem, os sem-

terra rasgaram a ordem de reintegração de posse e resistem a sair

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O número de invasões de terra nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva superou em 55% o registrado nos 36 últimos meses da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo intervalo, a quantidade de assassinatos por conta de conflitos agrários avançou 63%.

Segundo balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, o governo petista acumulou 770 invasões a imóveis rurais em todo o país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. Nos três últimos anos de FHC (2000 a 2002), a ouvidoria registrou 497 ações desse tipo.

Sob Lula, que em campanha eleitoral dizia ser o único candidato capaz de conter os sem-terra, ocorre uma média de 21 invasões a cada mês. Entre 2000 e 2002, a média ficou um pouco abaixo de 14 casos a cada 30 dias. Criada em 1999 pelo governo para prevenir e controlar os conflitos no campo, a ouvidoria passou no ano seguinte a quantificar invasões e mortes no campo -logo, não há dados anteriores para comparação.

Há dois fatores que devem ser considerados para explicar o aumento. Primeiro, em 2000 o governo FHC baixou uma medida provisória segundo a qual quem invadia terra perdia direito a assentamentos. Lula deixou de aplicá-la na prática. Além disso, o MST deu uma trégua em 2002 para evitar que suas práticas fossem associadas ao então candidato Lula, que tinha seu apoio.

Outro dos motivos para o atual aumento das invasões de terra está no fato de o governo Lula ter priorizado seus assentamentos nos Estados da chamada Amazônia Legal (os do Norte, além de MT e MA), onde não atua o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O movimento teve então de partir para as invasões como a única forma de pressionar o governo. Das 770 invasões na gestão Lula, 67% (516) foram organizadas pelo MST.

Quando Lula venceu as eleições, no final de 2002, houve uma corrida de sem-terra aos acampamentos, com a expectativa de que o governo petista, enfim, fizesse a reforma agrária. Em seis meses, a quantidade de famílias acampadas saltou de 60 mil para 200 mil, sendo a maioria delas do MST. Segundo dados da ouvidoria, assim como o MST, as invasões estão distantes do Norte do país. No governo Lula, a liderança do ranking está com o Nordeste, com 37% (287)

das ações. A seguir, aparecem Sudeste (204), Centro-Oeste (133), Sul (113) e Norte (33).

Pernambuco, com carência de terras para desapropriação e diante de quase uma dezena de movimentos camponeses, está à frente entre os Estados, com 23% (177) das invasões do país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. São Paulo (107), Paraná (76), Minas Gerais (65) e Distrito Federal (49) vêm logo atrás.

Em 2005, de acordo com a ouvidoria, que é ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocorreram 221 invasões em todo o país, próximo das 222 de 2003 e abaixo do recorde de 327 em 2004. Neste ano, porém, a tendência é que as ações se intensifiquem. O MST promete invadir terras para homenagear os dez anos do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

Mortes no campo

Mesmo com as invasões em alta, são as mortes no campo que têm trazido as maiores dores de cabeça ao governo petista.

Não somente pelos números, que passaram de 44 (de 2000 a 2002) para 72 (de 2003 a 2005) mas também pelo simbolismo e pela repercussão internacional dos crimes, como a chacina de Felisburgo (na qual morreram cinco sem-terra) e o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang.

No governo Lula, a cada mês duas pessoas morrem por conta de conflitos fundiários. Das 72 mortes de 2003 a 2005, 63% (46) ocorreram na região Norte.

Entre os Estados, o Pará lidera com 27 assassinatos, incluindo o caso de Stang, seguido por Rondônia, com 15 mortes.

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Sem-terra invadem 14 áreas em Pernambuco](#)

São Paulo, sexta-feira, 17 de março de 2006

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Carta ao MST

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

Meu caro João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra):
Com o sentimento de quem tem sido solidário ao MST desde a sua fundação, como amigo da causa da reforma agrária e da realização de maior justiça em nosso país, gostaria de externar minha sincera opinião sobre os últimos acontecimentos em Porto Alegre (RS). Acredito que o MST consegue obter muito mais apoio do povo brasileiro para sua causa sempre que utiliza meios pacíficos, não-violentos, e de respeito aos seres humanos e ao que tiver sido construído honestamente por outros.

Acredito que o MST obtém muito mais apoio do povo brasileiro para sua causa sempre que utiliza meios pacíficos, não-violentos

Falo isso por causa do episódio ocorrido na semana passada, quando as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina destruíram as mudas de eucaliptos e as instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

Bem sei que elas desejavam protestar contra um modelo de agronegócio que o MST tem criticado, uma vez que florestas homogêneas de eucaliptos para a produção de celulose podem prejudicar a biodiversidade. Também sei que essa atitude foi uma reação à destruição da aldeia indígena dos guaranis por tratores da Aracruz no Espírito Santo. Ou seja, agiram em solidariedade aos índios guaranis.

Reitero, entretanto, a recomendação que fiz quando, convidado pelo MST, em 10 de julho de 1999, administrei uma aula na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) para mais de mil jovens -de quase todos os Estados brasileiros- pertencentes ao movimento.

Dei de presente àqueles jovens a tradução que eu mesmo fiz de uma das mais belas orações da história da humanidade: "Eu tenho um sonho", de Martin Luther King Jr., feita em 28 de agosto de 1963, em Washington, no dia em que foram comemorados os cem anos da abolição da escravidão nos EUA.

Naquela época, Luther King Jr. se preocupava com a necessidade premente da aprovação da Lei dos Direitos Civis e da Lei dos Direitos Iguais de Votação. Em muitos Estados

do Sul dos EUA, não era permitido aos negros freqüentar os mesmos hotéis, restaurantes, escolas e banheiros ou usar os mesmos ônibus e calçadas que os brancos. Os negros nem sequer eram considerados cidadãos americanos, pois, em diversos Estados, não tinham o direito de votar, o que gerou movimentos de revolta, quebra-quebras e incêndios em inúmeras cidades.

Foi então que Martin Luther King Jr. conclamou seus compatriotas a seguirem os exemplos históricos de Mahatma Gandhi e outros, que realizaram movimentos assertivos não-violentos para alcançar objetivos importantes e difíceis, como o da independência da Índia, em 1947.

Naquele dia, perante mais de 200 mil pessoas, disse Martin Luther King Jr.:

"Esse não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmarmos ou de tomar a droga tranqüilizadora do gradualismo. Agora é a hora de tornar reais as promessas da democracia (...) agora é o momento de fazer da justiça uma realidade para todas as crianças de Deus. Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento".

E, adiante, disse: "Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio.

Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Nós não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes -e a cada vez-, precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma". Pouco tempo depois desse discurso, o Congresso norte-americano aprovou -e o presidente Lyndon Johnson sancionou- as Leis dos Direitos Civis e dos Direitos Iguais de Votação.

O MST tem sido muitas vezes criativo. E, assim, granjeou forte apoio do povo para a justa causa da reforma agrária - quando, por exemplo, organizou as marchas para Brasília em memória das vítimas do massacre de Eldorado do Carajás ou em memória da irmã Dorothy Stang, morta no ano passado pelos interesses do latifúndio.

Para mostrar sua solidariedade aos índios guaranis, tenho a convicção de que as mulheres da Via Campesina poderiam -e podem ainda- escolher uma forma pacífica, criativa, utilizando muito mais a força da alma do que a força física. De outra forma, daremos razão aos que, em pleno século 21, preferem utilizar os instrumentos bélicos em vez dos instrumentos civilizatórios do bom senso e da inteligência.

Eduardo Matarazzo Suplicy, 64, doutor em economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA), professor da Eaesp-FGV, é senador da República pelo PT-SP. É autor do livro "Renda de Cidadania - A Saída é pela Porta" (Cortez Editora e Fundação Perseu Abramo).

Texto Anterior: [Frases](#)

Próximo Texto: [Sérgio Antônio da Silva Leite: Sobre o "vovô viu a uva"](#)

[Índice](#)

São Paulo, terça-feira, 04 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Três fazendas são invadidas em Pernambuco

DA AGÊNCIA FOLHA

Três fazendas foram invadidas por militantes de movimentos agrários no último domingo, em Pernambuco. Duas invasões foram promovidas pela Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e outra pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Agricultores ligados à Fetraf invadiram as fazendas Pontal, em Panelas (179 km de Recife), e Rio Feijão, em Quipapá (165 km de Recife). Participaram cerca de 240 famílias. A fazenda Colônia, em Gravatá (88 km de Recife), foi invadida por cem famílias do MST.

O promotor agrário Edson Guerra disse que os donos das terras ainda não entraram com pedido de reintegração de posse. Já foram invadidas 47 propriedades no Estado desde o dia 5 de março -20 pela Fetraf e 27 pelo MST.

O presidente da Fetraf-PE, João Santos da Silva, disse que a meta do movimento é chegar ao fim de abril com 40 propriedades invadidas. Jaime Amorim, da coordenação nacional do MST, afirmou que a invasão realizada no último domingo ainda não faz parte das programações para o "Abril Vermelho" -quando o MST intensifica as ações para lembrar o assassinato de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 1996. "Estamos planejando muitas atividades,

sobretudo para o dia 17, quando completa-se dez anos da ocorrência do massacre."

Integrantes do MST foram acusados ontem de atear fogo em dois hectares de soja da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (RS). O fogo foi contido pelos bombeiros.

Anteontem, os sem-terra já haviam sido acusados de queimar 60 hectares de soja na mesma fazenda. O MST nega que tenha vínculo com a queimada.

Em Cuiabá (MT), cerca de 250 sem-terra do MST invadiram ontem pela manhã o prédio do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo o MST, o grupo quer a demarcação de cinco assentamentos. (**RENATA BAPTISTA, LÉO GERCHMANN E HUDSON CORRÊA**)

Texto Anterior: [Revoada tucana: Tucano ganha "museu" no interior](#)

Próximo Texto: [Seis índios caiuás são indiciados por morte de policiais civis no MS](#)

[Índice](#)

São Paulo, quarta-feira, 12 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

MST retoma onda de invasões para lembrar massacre

DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

O MST retoma hoje a onda de invasões e protestos pelo país, iniciada em março, para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). Segundo o coordenador do movimento Jaime Amorim, as manifestações irão se intensificar no dia 17, data do conflito entre policiais e sem-terra que resultou na morte de 19 lavradores paraenses, em 1996.

Segundo o movimento, pelo menos dez fazendas deverão ser invadidas até segunda-feira, em Pernambuco. Em março, foram tomadas 28 propriedades no Estado. Na terça, o MST iniciará uma caminhada de dois dias, do interior do Estado para Recife, com previsão de 3.000 pessoas.

O MST também prepara uma greve de fome para reivindicar

a vistoria dos engenhos Bonito e São Gregório, na Zona da Mata, reivindicadas pelo movimento desde 1996. Na Bahia, ontem, cerca de 2.000 militantes sem-terra iniciaram uma caminhada na BR-324, uma das mais movimentadas do Estado. (FÁBIO GUIBU)

Texto Anterior: [Congresso: Governo faz acordo, mas não consegue votar Orçamento](#)

Próximo Texto: [Toda Mídia - Nelson de Sá: Mensalao.pdf](#)
[Índice](#)

São Paulo, domingo, 16 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TERRA SEM LEI

Dez anos depois do massacre, lavradores com balas alojadas em seus corpos ainda tomam remédios para aliviar dores

Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas

Jorge Araújo/Folha Imagem



Rondinele Nero Lima, hoje com 20 anos, na época ajudava a mãe a lavar roupas num igarapé

**EDUARDO SCOLESE
JORGE ARAÚJO**

ENVIADOS ESPECIAIS A ELDORADO DO CARAJÁS

Além de 19 sem-terra mortos, o massacre de Eldorado do Carajás completa dez anos amanhã com um saldo de dezenas de vítimas que ainda sofrem com as seqüelas daquele 17 de abril de 1996. A rotina de algumas delas é mantida a doses de remédios e visitas a hospitais para aliviar as dores causadas por balas alojadas na cabeça, no pescoço, no peito e nas pernas.

Na semana passada, a Folha localizou algumas delas. A maioria vive no assentamento 17 de Abril, em Eldorado do Carajás (PA). A área, a antiga fazenda Macaxeira, foi desapropriada pela União depois que 19 sem-terra morreram e outros 69 ficaram feridos numa operação da Polícia Militar para desobstruir a rodovia PA-150, bloqueada na curva do "S" por uma marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Hoje ninguém está preso por conta do massacre. Dos 155 PMs que participaram da ação, só dois foram condenados pela Justiça do Pará. Mas, por conta de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria de Oliveira aguardam em liberdade até que se esgotem todas as opções de recursos, o que deve durar dois anos.

Rubenita Justiniano da Silva, 36, é uma das sobreviventes. Ela vive com a mãe e uma irmã numa pequena ilha da periferia de Belém e até hoje carrega no pescoço uma bala que, dez anos atrás, entrou por sua boca, fraturou a mandíbula, rasgou a língua e quebrou seis dentes. "Não consigo trabalhar. Meu olho fica vermelho e dói o pescoço. Tenho de ficar correndo atrás de médico e remédio."

Ela conta que entrou por acaso no MST. Cansada da vida de doméstica e de entregadora de marmitech na capital, partiu ao sul do Pará em 1992. "Aí descobri que um irmão meu estava na coordenação do movimento. Comecei a me engajar, ajudando nas reuniões e nos acampamentos."

Sobre o dia do conflito, ela diz: "Foi terrível, não tem nem como descrever. Depois que levei o tiro, consegui me apoiar num companheiro, mas não conseguia nem respirar. E só depois de dois dias é que me levaram para Belém".

Garimpeiro

Piauiense de Luzilândia, Antonio Alves de Oliveira, o Índio, 45, carrega três balas do conflito. "Tem uma na perna esquerda, uma no joelho direito e mais uma no calcanhar direito, que é a pior de todas. Não consigo nem andar direito que já começa a doer."

Em 1982, Oliveira deixou oito filhos para trabalhar em Serra

Pelada (PA). Passada a febre do garimpo, virou sem-terra e passou a viver nos acampamentos do MST. Hoje cuida da burocracia do assentamento 17 de Abril. "Nunca mais tive a chance de exercer meus trabalhos normais."

Assim como Oliveira, José Carlos dos Santos, 26, é uma das 20 vítimas que recebe desde 2000 uma pensão de um salário mínimo e meio do governo do Pará. No conflito, levou um tiro no olho direito. Perdeu essa visão e tem fortes dores de cabeça por conta do projétil alojado em sua cabeça.

"Não tem como tirar a bala. Se tentar, o médico disse que eu morro ou fico doido", afirma José Carlos, que vive no 17 de Abril com os pais, José Maria, 62, e Maria Raimunda, 52.

"Nosso dia-a-dia é muito triste. Uma mãe ver um filho assim, sofrendo e sem condições de trabalhar, é uma tristeza só", afirma a mãe.

No assentamento, cada família cuida de seu próprio lote.

Plantam arroz, feijão, milho, banana e mandioca. Numa área de 19 mil hectares, vivem hoje 6.000 pessoas, mais do dobro das 2.500 que chegaram por lá no final de 1996.

Josimar Pereira de Freitas, 41, é um dos coordenadores do assentamento. Dez anos atrás, ele levou um tiro de fuzil na perna direita de homens da tropa do coronel Pantoja. Teve fratura exposta. "Me levaram para o meio do mato, uns 500 metros da rodovia, onde tinha um monte de gente agonizando." Natural de Ananás (TO), casado e pai de três filhos, passou oito meses com a perna engessada. "Eu estou aqui conversando e sempre tem uma dor que incomoda. Eu sofro de cãibras quase todos os dias."

Outro caso de fratura exposta é de Domingos da Conceição, 30. Por conta das fraturas, sua perna direita encurtou 2,5 cm: "Eu nunca pensei que eles [PMs] fossem atirar para matar", diz. "Em dias de frio, a perna dói muito."

Ao lado de Domingos, outro maranhense, João Rodrigues, 31, conta sua história. "O sonho do meu pai sempre foi ter um pedaço de terra. Por isso eu entrei no movimento. Hoje, ele [pai] está feliz por eu estar vivo e triste por ver um filho com dificuldades para trabalhar." Natural de Vitorino Freire (MA), Rodrigues carrega até hoje uma bala no peito. "Eu até tento trabalhar na roça, mas o peito começa a doer e o braço fica adormecido. Tenho que tomar sempre um antiinflamatório." Rubenita, Oliveira, Domingos e Rodrigues trabalham agora para vender exemplares do recém-lançado "Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás", livro de produção independente do advogado Walmir Brelaz. "Tudo o que for arrecadado virá para pagar os custos que temos com remédios e hospitalais", diz Rubenita.

Texto Anterior: [Frases](#)
Próximo Texto: [Frase](#)

São Paulo, domingo, 16 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TERRA SEM LEI

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, apenas 7% dos casos chegaram a julgamento entre 1985 e 2004; no período houve 1.399 assassinatos

Para Igreja, 93% dos crimes no campo não são julgados

DO ENVIADO A ELDORADO DO CARAJÁS

Pelo número de mortes e pela ampla repercussão tanto no Brasil quanto no exterior, o massacre de Eldorado do Carajás, que completa dez anos em 2006, tornou-se um símbolo de impunidade. Esse caso, porém, é apenas mais um exemplo do que ocorre sistematicamente no país.

Segundo dados da Igreja Católica, apenas 7% dos crimes ocorridos no campo entre 1985 e 2004 foram a julgamento. Nesse período, ocorreram 1.043 crimes motivados por conflitos fundiários, com um saldo de 1.399 assassinatos -a maioria deles de trabalhadores rurais. De acordo com um levantamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), apenas 77 desses casos foram julgados até hoje.

"O que temos, principalmente no Pará, é a constatação de que a impunidade tem sido a regra. A área de segurança pública no Pará tem uma ligação muito próxima com setores ligados ao latifúndio. Por isso, nunca teve interesse de investigar e muitas vezes atua só por pressão", afirma José Batista Afonso, da coordenação nacional da CPT no Pará. Segundo ele, a atuação do Poder Judiciário fica ainda mais prejudicada pela falta de investigação da polícia. "Um levantamento que fizemos mostrou que apenas 28% dos assassinatos no campo no Pará tiveram algum tipo de investigação policial", afirma Batista Afonso.

O estudo da CPT, braço agrário da Igreja Católica, mostra

também que, nesses 77 julgamentos, 15 pessoas apontadas como mandantes foram condenadas, enquanto outras seis foram absolvidas. O balanço mostra ainda 65 executores que receberam condenação pela Justiça e outros 45 que receberam absolvição.

Eldorado dos Carajás

No caso de Eldorado do Carajás, por exemplo, dos 155 policiais militares que participaram da ação, apenas dois deles (coronel Mário Pantoja e major José Maria de Oliveira) foram condenados. Por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), porém, ambos permanecem em liberdade.

"Toda a montagem do processo [de Eldorado dos Carajás] e as idas e vindas nos tribunais demonstraram nesse caso como o Poder Judiciário e o Estado brasileiro estão permeados pelo poder e pelas influências do latifúndio, que usa a Polícia Militar como mera defensora de seus interesses econômicos. São os capitães-do-mato modernos, no caso do Pará", declara João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

De acordo com o líder dos trabalhadores sem-terra, a lei no Brasil foi feita para proteger os ricos e condenar os pobres. "A impunidade dos policiais e dos verdadeiros mandantes do caso de Eldorado dos Carajás é assombrosa e comprova mais uma vez que, no Brasil, a lei protege os ricos. Apenas os pobres, pretos e sem-terra vão pra cadeia."

(Eduardo Scolese)

Texto Anterior: [Assentados não querem saber de novos conflitos](#)

Próximo Texto: [Outro lado: Condenados, major e coronel declaram inocência no caso](#)

São Paulo, segunda-feira, 17 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TERRA SEM LEI

Para lembrar 10 anos do massacre de Eldorado do Carajás, grupo organiza bloqueio de rodovia, ato multirreligioso e exposição

MST promove homenagens aos 19

mortos

EDUARDO SCOLESE

ENVIADO ESPECIAL A ELDORADO DO CARAJÁS (PA)

Para homenagear os 19 trabalhadores rurais sem terra mortos dez anos atrás, o MST organizou um acampamento em Eldorado do Carajás (PA) no exato local onde ocorreu o confronto com a Polícia Militar. Na chamada curva do "S" da rodovia PA-150, além de barracos de lona preta, há uma exposição de Sebastião Salgado, o mais famoso fotógrafo brasileiro.

O massacre do sudeste paraense completa hoje dez anos. Em 17 de abril de 1996, além dos mortos, 69 sem-terra e 12 policiais militares ficaram feridos numa ação oficial para desobstruir a rodovia. Apesar de condenados, os dois policiais que comandaram a operação, coronel Mário Pantoja e o major José Maria de Oliveira, continuam soltos à espera da avaliação de seus recursos.

O acampamento na curva do "S" foi montado no primeiro dia de abril. Desde então, todos os dias por volta das 17h45 (horário do confronto), os sem-terra, cerca de 200 jovens de diferentes Estados, bloqueiam por 19 minutos a rodovia, ligação de Belém com o sul do Estado. A estrada não possui acostamento, tem buracos por toda a parte, e placas de trânsito e policiais rodoviários são raridade.

Hoje, último e principal dia de protestos, os sem-terra prometem reunir 5.000 pessoas no acampamento. Haverá um ato multirreligioso seguido de uma pequena marcha na rodovia. Em todo o país também estão previstas manifestações por conta do décimo aniversário do massacre. Para quem passa pela PA-150, o que mais chama a atenção é a exposição de Salgado organizada pelos sem-terra. São 15 fotos expostas à beira da rodovia. O material pertence ao MST, e a maioria das imagens faz parte do livro "Terra", que denuncia a exclusão dos trabalhadores rurais do Brasil. A exposição passou antes por Parauapebas, Marabá e Belém. No acampamento, foram erguidos 19 barracos de lona, para representar cada um dos sem-terra mortos em 1996.

Pela manhã, organizam seminários, teatros e oficinas de dança. À tarde, reservam o tempo para estudos e protestos. Marcos Souza, 32, que levou a mulher e a filha ao acampamento, diz que vale a pena deixar o assentamento em São João do Araguaia (PA) para passar duas semanas no local. "Onde eu moro tem água, energia e esgoto, mas eu venho aqui por vontade própria, para ajudar o MST."

A filha de Souza, Pamala, 4, ficou três dias com febre debaixo de um barraco. Agora já está curada. "Eu gosto de correr e de brincar", diz a menina. Já Antonia Maria, 41, mulher de Souza e mãe de Pamala, cuida da cozinha do acampamento. "A gente vem aqui para ajudar o movimento", afirma, enquanto ajuda a preparar arroz, feijão, carne assada e salada para o almoço dos sem-terra.

Texto Anterior: [Eleições 2006: Compra sem nota foi por "correria", diz Alckmin](#)

Próximo Texto: [População do assentamento em Carajás dobrou nos últimos anos](#)

São Paulo, terça-feira, 18 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

Uma homenagem

A certa altura, a apresentadora Fátima Bernardes descrevia o fechamento de uma estrada, ontem por sem-terra, como "uma homenagem aos 19 mortos no massacre de Eldorado do Carajás".

Mas o dia não foi assim tão fácil para os sem-terra, na cobertura eletrônica. A começar da Globo, que destacou "denúncias graves contra o MST" num acampamento gaúcho. De acordo com um sem-terra que "foi ameaçado de morte porque não queria participar de uma invasão", no acampamento "há violência sexual, além de drogas". Dele:

- As crianças lá de dez anos para cima eu duvido que sejam inteiras, conforme nasceram. Ali dentro rola maconha. Surge "o delegado responsável pelo inquérito":
- O depoimento vem confirmar indícios que a polícia já tinha, a respeito de vários fatos que estavam ocorrendo dentro do acampamento.

O SBT foi na mesma linha. E outras emissoras mantiveram o tom costumeiro, como na escalada da Record:

- Ocupações, saques e estradas fechadas em todo o país.

★

Para contraste, a mesma Globo ouviu o coronel Mário Pantoja, condenado pelo massacre, mas em liberdade "até o

fim do processo". Dele:

- A ordem para desobstruir a rodovia partiu do governador Almir Gabriel e foi recebida através do comandante Fabiano Lopes. Por que pararam só em mim? Por que não foram até Lopes? Por que não foram até o secretário de Segurança? Por que não foram até o governador Almir Gabriel? Querem dizer que eu sou o culpado por tudo o que aconteceu? Não.

★

Para contraste maior, porém, só a cobertura dos sites ligados aos movimentos sociais. Sintomaticamente, todos se autodenominam "agências".

Na Agência Carta Maior, a manchete era "Protestos em todo o Brasil marcam os dez anos do massacre".

Na católica Adital, Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, "Dez anos de impunidade". Na Agência Brasil de Fato, "Carajás, dez anos de impunidade".

A mais próxima do MST, a Agência Notícias do Planalto, fez a mais ampla cobertura -com podcasts de Frei Betto a d.

Tomás Balduíno, de João Pedro Stedile ao "latifundiário Jorge Mutran Neto", mais foto de Sebastião Salgado.

E crítica de sobra, em títulos como "Para MST, governo Lula faz contra-reforma agrária". Ou ainda, "para Stedile, o modelo em prática é consequência do benefício que o país concede ao agronegócio".

★

Início da noite e outro coordenador do MST, João Paulo Rodrigues, dizia à Folha Online que, "se o governo não aumentar o ritmo, a tendência é intensificar a luta no segundo semestre", pré-eleitoral:

- O governo Lula é amigo do MST, mas infelizmente avançou pouco no assentamento de novas famílias e na diminuição da violência no campo.

Globo/Reprodução



Aqui e ali, no 17 de abril da TV, também cenas épicas dos sem-terra em meio aos "bloqueios" e "até saques" repisados nas manchetes

Atores

Estreou ontem, sob louvores de toda a blogosfera, de Mário Kertész e Ricardo Noblat até o coletivo Insanus, a revista online Terra Magazine, com entrevista de Tasso Jereissati, blog de Bob Fernandes etc.

A repercussão foi por conta de longa entrevista do ministro Eros Grau, do Supremo, com coisas como:

- Todos, sem exceção, membros do Judiciário, Legislativo, Executivo, são impressionados excessivamente pela mídia. Não no sentido de que ela faça pressão, mas o sujeito quer também aparecer.

E "isso em todos os palcos, todos os atores".

Emotividade

Sobrou para o "palco", no fim da entrevista:

- Nesta coisa de a imprensa atuar com certa emotividade -e eu estou medindo muito as palavras- e com o intuito de partidarização, ela deixa de cumprir seu papel fundamental para a democracia.

Erosão

A BBC Brasil destacou dossiê do "International Herald Tribune" sobre a "erosão dos direitos civis" na Europa. Em entrevista, Gareth Peirce, advogada do brasileiro Jean Charles de Menezes, confundido com terrorista e assassinado em Londres, vaticinou:

- Algo fundamental está acontecendo. Os países têm tentado se esquivar de obrigações relacionadas a detenções arbitrárias e tortura.

Cardeal

Juan Arias, correspondente do "El País" e célebre vaticanista, escreveu ontem sobre "um ano" de papa Bento 16. Arias, sobre tema ainda não encarado pelos otimistas católicos brasileiros em seus sites:

- Alguns otimistas pensaram que, como papa, ele reservaria surpresas. Não o fez... Manteve a linha de rigor de quando era o cardeal Ratzinger.

@ - nelsondesa@folhasp.com.br

Texto Anterior: [Sob chuva: Eduardo Suplicy na praça da Sé \(SP\) em homenagem aos 19 sem-terra mortos há dez anos no Pará](#)

Ministro afirma que MST é "mal compreendido"

DO ENVIADO A ELDORADO DO CARAJÁS

Integrantes do governo federal que estiveram ontem em Eldorado do Carajás saíram em defesa das ações dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra em todo o país como forma de homenagear os 19 mortos do massacre ocorrido há dez anos.

Representando o Palácio do Planalto no ato, no sudeste do Pará, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) disse que o MST é "mal compreendido". "O MST é mal compreendido. É um movimento que tem compromisso com as leis e com as regras da democracia. Ele evita o que ocorre, por exemplo, em outros países, como uma guerra civil."

Para o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, desde que dentro da lei, todas as manifestações do MST e dos demais movimentos sociais são "bem-vindas" pelo governo federal. "Mobilizações pelo acesso à terra são bem-vindas. Agora, a gente não pode aceitar, e devem ser punidas no rigor da lei, ações como depredações de propriedades, matança de gado. É preciso sempre respeitar o Estado Democrático", afirmou.

Para o responsável pela Ouvidoria Agrária Nacional, criada em 1999 pelo governo federal para prevenir e controlar os conflitos no campo, bloqueios de rodovia, seqüestros e os saques de alimentos nas manifestações devem ser condenados.

Procurados ontem pela reportagem, tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário como o Ministério da Justiça não quiseram comentar as ações do MST. O Desenvolvimento Agrário disse que os representantes do governo que comentariam o caso seriam os enviados pelo Planalto ao sudeste paraense. (**EDUARDO SCOЛЕSE**)

Texto Anterior: [Terra sem lei: MST lembra massacre com saque e invasões](#)

Próximo Texto: [Sem-terra foge e acusa MST de fazer ameaças](#)
[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TERRA SEM LEI

Sem-terra bloqueiam rodovia em Eldorado do Carajás para homenagear vítimas e promovem ações em 13 Estados

MST lembra massacre com saque e invasões

DA AGÊNCIA FOLHA

DO ENVIADO ESPECIAL A ELDORADO DO CARAJÁS

Os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA) foram lembrados em pelo menos 13 Estados do país com um saque, 13 invasões, diversos bloqueios de rodovias e caminhadas. Em nenhuma manifestação houve confronto com a polícia. Em Eldorado do Carajás (PA), no mesmo horário do massacre, cerca de 2.000 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bloquearam ontem por meia hora a rodovia PA-150, na curva do "S".

No Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, dez fazendas foram invadidas pelo MST para marcar a passagem da data e protestar contra a "lentidão" da reforma agrária. "Estamos fazendo no Pontal, com essas dez ocupações, um protesto contra os dez anos de impunidade por uma das maiores vergonhas desse país que foi o massacre de Carajás", disse José Rainha.

O presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, disse que as ações "não se justificam". "Há Justiça no nosso país para decidir sobre o que ocorreu no Pará, mas não se justifica lembrar a data fazendo pressão, invadindo e agindo na ilegalidade." Em Pernambuco, agricultores do MST saquearam dois caminhões com massas e biscoitos, em São Lourenço da Mata, na região da Grande Recife. Sete rodovias do Estado foram bloqueadas.

Em Minas Gerais, o MST invadiu na madrugada de ontem duas fazendas consideradas improdutivas pelo Incra na região norte do Estado. Cerca de 540 sem-terra participaram das duas ações.

Na fazenda Bom Sucesso, em Capitão Enéas (MG), o MST disse que o caseiro atirou balas de borracha contra os sem-terra, atingindo um integrante do movimento, sem feri-lo. A PM não confirmou.

No Rio Grande do Sul, o MST bloqueou por 19 minutos (números de mortos no massacre), cinco trechos de estradas federais. As manifestações ocorreram nas BRs 386, em Nova Santa Rita; 293, em Hulha Negra; 116, em Arroio Grande; 158, em Livramento; e BR-285, em Santo Antônio das Missões. O MST informou que foram mobilizadas 2.000 pessoas.

Na Bahia, além de invadir uma fazenda da indústria Suzano Papel e Celulose, em Teixeira de Freitas (BA), um grupo de cerca de 2.000 sem-terra terminou ontem uma caminhada de cinco dias e 108 km entre Feira de Santana e Salvador. Na capital baiana, fizeram uma manifestação em frente ao Fórum Ruy Barbosa para exigir rapidez na reforma.

Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, manifestantes bloquearam trechos de rodovias federais. A BR-304, rodovia que liga Natal a Mossoró, ficou fechada por duas horas e meia por 200 militantes.

Em João Pessoa (PB), cerca de 200 integrantes do MST montaram acampamento na praça em frente ao Tribunal de Justiça. Em Maceió (AL) e Fortaleza (CE), os sem-terra também fizeram caminhadas e atos públicos.

Em Eldorado do Carajás (PA), a barricada que bloqueou a rodovia PA-150 com pedaços de paus e pedras, ocorreu entre 17h30 e 18h diante de três representantes do governo federal. João Pedro Stedile, da coordenação do MST, defendeu as ações do movimento: "A inoperância do governo federal vai criando um clima de tensão nos assentamentos. Como estamos perto das eleições, o clima vai ficando pior. O momento de pressionar é esse. E é uma obrigação nossa fazer essas manifestações pelo país", afirmou.

Em discurso aos sem-terra, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) defendeu a punição daqueles que ordenaram a ação. "Que vá para a cadeia não apenas os oficiais condenados, mas também os seus subordinados [155 policiais]. E que vá para a cadeia não apenas os oficiais mas também os comandantes desses oficiais", afirmou o ministro. Os oficiais afirmam que só cumpriram ordens do então governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB).

Texto Anterior: Maluf agora quer concorrer à Câmara, onde teria direito a foro privilegiado

Próximo Texto: [Ministro afirma que MST é "mal compreendido"](#)

São Paulo, quarta-feira, 19 de abril de 2006

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PÉS PELAS MÃOS

Há dez anos, o que deveria ser uma ação para liberar uma rodovia obstruída pelos trabalhadores sem-terra em Eldorado do Carajás, no Pará, transformou-se num episódio de brutalidade policial que resultou em 19 mortos. Ao ato cruel sobrepôs-se a impunidade. Dos 155 PMs envolvidos na ação, dois foram condenados pela Justiça: o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria de Oliveira. Ambos estão em liberdade, à espera de que se esgotem as opções de recursos. Mas isso não vale como álibi para as ações criminosas que o MST insiste em perpetrar pelo país. Em lembrança aos dez anos do massacre, os líderes do movimento organizaram anteontem saques, invasões e bloqueios em 13 Estados. No Pontal do Paranapanema, dez fazendas foram invadidas. Em Pernambuco, dois caminhões foram pilhados e sete rodovias, bloqueadas.

Poucas estratégias poderiam ser mais eficientes para deslegitimar o protesto. Em vez de instar a Justiça a agir com presteza, o ato chama a atenção para a capacidade de um grupo que nem sequer existe juridicamente de articular e organizar manifestações pelo país, transformando ilícitos em ação programática.

A margem de manobra do MST para "protestar" e delinqüir cresce na mesma medida da incúria e da leniência do governo Lula. Não surpreende, nesse cenário, que associações ligadas ao MST sejam financiadas pelos cofres públicos: em 2003, receberam cerca de R\$ 10 milhões. É inaceitável o apoio governamental a organizações estruturadas para desestabilizar o Estado de Direito.

Suspender os repasses é uma atitude imediata a se tomar. Outra, reintroduzir o dispositivo que pune as invasões, interrompendo por dois anos as ações de desapropriação. Um abuso não justifica o outro. Não é com violações que se poderá reparar a chacina cometida por policiais paraenses.

Texto Anterior: [Editoriais: SEM MOTIVO PARA LENTIDÃO](#)
Próximo Texto: [Editoriais: ATAQUE EM TEL AVIV](#)

[Índice](#)

São Paulo, quarta-feira, 19 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PANORÂMICA

TERRA SEM LEI

Sem-terra iniciam marchas de protesto para cobrar agilidade do governo

Após um dia de ações e protestos para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA), sem-terra iniciaram marchas para marcar a data, cobrar do governo agilidade na reforma agrária e pedir punição por mortes no campo.

Em Alagoas, sem-terra ligados ao MST, ao MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), ao MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) deixaram o acampamento em Maceió rumo a Atalaia (65 km de Maceió). Em Goiás, o MST iniciou duas marchas no interior rumo à capital.

Em Ponta Grossa (PR), cerca de 200 sem-terra bloquearam o acesso à fazenda experimental da Embrapa para apressar a desapropriação de parte da área, invadida há três anos pelo MST. O chefe da área jurídica da Embrapa, Antonio Nilson Rocha, disse que a empresa concordou em vender ao Incra 600 dos 2.000 hectares da fazenda.

Texto Anterior: [Parlamentares criticam medida do governo federal](#)

Próximo Texto: [Imprensa: Juca Kfouri dá palestra hoje sobre jornalismo esportivo](#)

[Índice](#)

São Paulo, quinta-feira, 20 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Fazenda da Suzano Papel e Celulose foi invadida no domingo pelo MST

Justiça determina retirada de sem-terra de área na Bahia

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SALVADOR

O juiz Roney Jorge Cunha Moreira, de Teixeira de Freitas (BA), concedeu no final da tarde de ontem um mandado de reintegração de posse de uma fazenda da Suzano Papel e Celulose, invadida no último domingo por cerca de 3.000 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

A propriedade tinha 625 hectares (de um total de 975) com plantações recentes de eucalipto, material utilizado na fabricação de celulose. Pelo menos 300 hectares foram destruídos para a instalação de barracos para os sem-terra. Ontem à noite, o MST informou que não havia recebido nenhuma notificação da Justiça, mas seus dirigentes disseram que pretendem ficar na área.

Informalmente, um acordo feito entre representantes da empresa com a Justiça estabelece um prazo de 48 horas, a partir de hoje, para os sem-terra deixarem a empresa. Caso contrário, será solicitada força policial. Na Bahia, 25 mil famílias de sem-terra estão acampadas à espera de um lote em 116 áreas.

Pernambuco

O MST invadiu 33 propriedades rurais em Pernambuco desde março, quando o movimento iniciou em todo o país a "jornada de luta" para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). A marca foi anunciada ontem, véspera da marcha que reunirá 2.000 sem-terra em Recife. Os lavradores percorrerão parte da BR-101 para marcar a participação do MST no 2º Fórum Social Brasileiro e depois seguirão para o centro da cidade.

As ações do MST espalham-se por todo o país. Invasões, bloqueios de rodovias e saques já foram registrados, mas até agora não há notícia de punições.

Em Pernambuco, onde dois caminhões foram saqueados na segunda-feira, ninguém ainda foi acusado. As seis toneladas de massas e biscoitos saqueadas não foram recuperadas.

Os sem-terra alegam fome e morosidade do governo para

justificar seus atos. As invasões são consideradas por eles "simbólicas", por envolver áreas pertencentes a donos de supermercados, como ocorreu em Santa Catarina, ou que são reivindicadas "há anos", como ocorre em Pernambuco e Alagoas.

Com o fim dos protestos de 17 de abril, data do conflito entre policiais e agricultores que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais no Pará, o MST passou a concentrar suas ações em grandes manifestações coletivas.

Marchas reunindo cerca de 3.550 pessoas foram iniciadas em Alagoas, Ponta Grossa (PR) e Goiás. A intenção, segundo o movimento, é cobrar do governo agilidade na reforma agrária e pedir a punição dos responsáveis pelas mortes no campo.

Alagoas

Em Alagoas, 5.000 sem-terra ligados ao MST, ao MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), ao MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) seguiram em direção a Atalaia (65 km de Maceió).

"É uma marcha contra a violência e a impunidade nos assassinatos de sem-terra em Alagoas", disse Carlos Lima, coordenador da CPT no Estado. Segundo a entidade, nos últimos 12 anos, 39 lideranças foram mortas em Alagoas. Para o presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, as ações dos sem-terra "não se justificam". "Há Justiça no país para decidir sobre o que ocorreu no Pará, mas não se justifica lembrar a data fazendo pressão, invadindo e agindo na ilegalidade", declarou.

Texto Anterior: [Encontro do PMDB reforça divergências](#)

Próximo Texto: [Índios fecham estrada em Roraima](#)

[Índice](#)

São Paulo, sábado, 29 de abril de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CAMPO MINADO

Ações somam metade do total de 2005, aponta Ouvidoria Agrária

Invasões de terra aumentam 75% no 1º trimestre

PEDRO DIAS LEITE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O número de invasões de terra no campo aumentou 75% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2005. Em relação aos últimos três meses do ano passado, a ampliação foi de 233%.

De janeiro a março deste ano, houve 110 invasões de terras - 69 delas, só em março, segunda maior marca atingida no governo Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro trimestre de 2005, foram 63 e, no último, 33 invasões.

Os sem-terra argumentam que invasões são o meio mais eficaz de pressionar o governo para acelerar a reforma agrária. Neste mês, convencidos de que a reforma só sairá quando a população das cidades considerá-la "urgente e necessária", o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) anunciou que investirá em ações urbanas. A declaração, radicalização verbal em forma de ameaça no ano eleitoral, é termômetro da insatisfação dos sem-terra com a gestão petista.

Os números de abril, mês em que o MST historicamente atua mais ativamente -marca o aniversário do massacre de Eldorado do Carajás, em 1996-, ainda não estão fechados. As 69 invasões de março são mais que o triplo da média de ações mensais dos sem-terra. De janeiro de 2003 a dezembro de 2005, houve, em média, 21 invasões por mês.

Com apenas três meses decorridos este ano, o número de invasões, 110, chegou à metade de todo o total do ano passado (220 casos). Os números integram o balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, órgão do governo criado em 1999 para prevenir e controlar os conflitos no campo.

Se a escalada de invasões chegou a um dos picos no governo Lula, aparentemente as mortes no campo vão na direção contrária. Até agora, não houve morte comprovadamente ligada a confrontos agrários -ainda há 22 casos em investigação.

Segundo a ouvidoria, o governo de Lula -que, em campanha, disse ser o único candidato capaz de conter a violência no campo- registrou 880 invasões a imóveis rurais em todo o país.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), foram 999 invasões.

Desocupação

As cerca de 200 famílias ligadas ao MST desocuparam ontem, de forma pacífica, a fazenda Agril, no norte do Espírito Santo, invadida na quarta-feira. Dois líderes foram detidos e, segundo a Polícia Militar, seriam liberados até ontem à noite, após assinarem termo circunstanciado por desobediência à ordem judicial -o decreto de reintegração de posse da área.

A fazenda fica entre os municípios de Linhares e Aracruz (80 km de Vitória) e pertence à Aracruz Celulose. A área já havia sido invadida no ano passado. A coordenação estadual do MST argumenta que parte das terras é devoluta (do Estado), e que pretende forçar o poder público a confiscar a área. A empresa diz que possui a documentação da posse. Segundo a empresa, a propriedade no Espírito Santo tem 8.700 hectares e 78% da sua extensão é coberta por áreas passíveis de preservação ambiental. O restante é usado para plantio de eucaliptos.

Colaborou a Agência Folha

Texto Anterior: [Isto é Ellen](#)

Próximo Texto: [Eleições 2006: Alckmin diz que condição do](#)

[PFL para oficializar chapa é "bobagem"](#)

[Índice](#)

São Paulo, segunda-feira, 22 de maio de 2006 **FOLHA DE S.PAULO brasil**

[Texto Anterior](#) | [Índice](#)

Perfil

Ministro atuou em sindicato de metalúrgicos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Mestre em ciência política pela USP e ex-preso político, Paulo de Tarso Vannuchi, 56, assumiu a Secretaria Especial dos Direitos Humanos no mesmo dia em que o governo anunciou a transferência de centenas de milhares de documentos dos órgãos de investigação do regime militar

que estavam na sede da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para o Arquivo Nacional de Brasília. Ele substituiu o interino Mário Mamede em 21 de dezembro do ano passado.

Amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ex-presidente do Instituto Cidadania, ONG ligada ao PT, Vannuchi recebeu a incumbência de reorganizar a secretaria, que chegou a perder o status de ministério, retomado após pressão de entidades ligadas ao setor.

O hoje ministro atuou nas campanhas de Lula a presidente e foi assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP).

Secretário-executivo do comitê central da campanha presidencial de Lula em 2002, Vannuchi também participou dos projetos elaborados pelo Instituto Cidadania nas áreas de segurança pública, energia elétrica, Amazônia, semi-árido e segurança alimentar.

No mês passado, durante ato que marcava os dez anos do massacre de trabalhadores rurais em Eldorado do Carajás (PA), o ministro defendeu os movimentos sociais e disse que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é "mal compreendido".

"O MST é mal compreendido. É um movimento que tem compromisso com as leis e com as regras da democracia. Ele evita o que ocorre, por exemplo, em outros países, como uma guerra civil", afirmou ele, à época.

Texto Anterior: Chacinas podem levar à aparição de novos PCCs